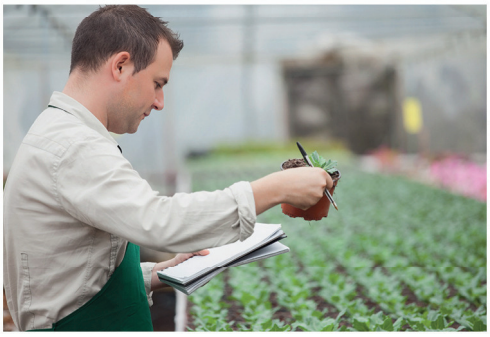


RELATÓRIO E CONTAS 2013

CONSOLIDADO









Crédito Agrícola

O Banco nacional com pronúncia local

Desde 1911

ÍNDICE

MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO GERAL E DE SUPERVISÃO 5

I. PERFIL DO GRUPO FINANCEIRO CRÉDITO AGRÍCOLA 10

1. Órgãos Sociais da Caixa Central 10
2. Organograma do Grupo 13
3. Principais Factos da Actividade do Grupo no Ano 14
4. Principais Indicadores do SICAM 20
5. Principais Indicadores do GCA 21

II. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO 22

1. Economia Mundial 22
2. Economia Portuguesa 27
3. Mercados Financeiros 33
4. Evolução e Perspectivas do Mercado Bancário 38

III. **EVOLUÇÃO GERAL DA ACTIVIDADE DO GRUPO CRÉDITO AGRÍCOLA** 42

1. Actividade Comercial 42
1.1. Depósitos e Outros Recursos 43
1.2. Evolução do Crédito 45
1.3. Meios Electrónicos de Pagamento 50
1.4. Banca Directa 53
1.5. Negócio Internacional 59
2. Actividade Financeira e Mercado de Capitais 64
2.1. Estratégia de Actuação na Área da Tesouraria 64
2.2. Intermediação no Mercado de Capitais 66
3. Marketing 68
3.1. Planeamento de Marketing 68
3.2. Segmentos e Produtos 71
3.3. Preçário de Produtos e Serviços 73
3.4. Apoio às Caixas Associadas 75
3.5. Comunicação 76
4. Bancasseguros 91
4.1. Seguros – Ramos Reais 91
4.2. Seguros - Ramo Vida 96
5. Gestão de Patrimónios e Fundos 98
5.1. Gestão de Patrimónios e Fundos de Investimento Mobiliário 98
5.2. Fundos de Investimento Imobiliário, de Pensões e de Capital de Risco 105
6. Áreas de Centro Corporativo e de Suporte 113
6.1. Gestão de Recursos Humanos 113
6.2. Logística, Suporte e Compras 118

6.3. Gestão de Risco 122
6.4. Auditoria Interna 126
6.5. Compliance 128
6.6. Controlo Interno e Melhoria Contínua 131
6.7. Provedoria do Cliente 132
6.8. Fiscalidade 135
7. Fóruns Consultivos e Gestão de Programa (PMO) 135
8. Sistemas de Informação e Empresas Instrumentais 138
8.1. CA Serviços 138
8.2. CA Informática 139
8.3. CA Imóveis 140
9. FENACAM 145
10. Supervisão, Acompanhamento e Fiscalização das Caixas Associadas 149
11. Execução do Programa de Desenvolvimento Organizacional e Tecnológico 158
11.1. Programa de Negócio e Eficiência 158
11.2. Programa Regulamentar e de Risco 160
IV. ANÁLISE FINANCEIRA 161
1. SICAM (Caixa Central + Caixas Agrícolas Associadas) 161
1.1. Demonstração de Resultados 162
1.2. Estrutura do Balanço 169
2. Grupo Crédito Agrícola (Consolidado) 172
V. EVOLUÇÃO ECONÓMICA DAS CAIXAS ASSOCIADAS 176
1. Evolução das Taxas de Juro 176
2. Estrutura de Balanço 179
3. Principais Variáveis da Conta de Exploração 182
4. Síntese dos Indicadores Funcionamento 184
5. Rácios do Normativo 185
6. Peso das Caixas Agrícolas no sistema financeiro 185
VI. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO GRUPO 187
Notas Explicativas Anexas às Contas Consolidadas 2
Certificação Legal de Contas 136
Parecer do Conselho Consultivo 139

MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO GERAL E DE SUPERVISÃO

Exmos. Senhores

Presidentes e Representantes das Caixas de Crédito Agrícolas,

O ambiente de acentuada estagnação económica que caracterizou a situação da economia ao longo de 2013, e que é vertido no texto do Relatório e Contas distribuído a V. Exas., fez-se sentir de modo muito negativo, tendo impacto no desempenho do sistema financeiro nacional.

Continuámos, na verdade, a assistir, no exercício findo, a um forte crescimento do crédito vencido, originando a necessidade de importantes reforços de provisões. Por outro lado, a situação recessiva leva à deterioração do valor de activos imobiliários, prejudicando o valor das garantias hipotecárias, e forçando o reconhecimento de imparidades, por vezes muito significativas, nos imóveis adquiridos em recuperação de crédito.

Num contexto em que a margem financeira das instituições também registou evolução negativa, e em que, do lado do crédito, escasseiam as oportunidades para a geração de negócio novo, a pressão das provisões e do valor das imparidades, bem como dos abates ao activo, mostraram-se incomportáveis, conduzindo a prejuízos de enorme expressão em praticamente todos os grupos bancários de maior relevância no nosso sistema financeiro.

Considerando os oito bancos que integram o conjunto das instituições de maior peso, no qual se integra o Crédito Agrícola, em quase todos eles existiram resultados negativos no exercício, totalizando estes cerca de 2.500 milhões de euros, cifra impressionante e que, nalguns casos, equivale à soma das perdas que as instituições já tinham apresentado nos dois exercícios anteriores.

Este nível de prejuízos dá bem a ideia da situação complexa com que se depara presentemente a banca nacional, cujas principais instituições, para além das diligências que estão a fazer para a sua capitalização, estão a adoptar medidas para a regeneração dos seus balanços, reorientação dos seus modelos de negócio e racionalização de estruturas operativas, visando regressar aos lucros, com o que todos nos congratularemos, tendo em vista o equilíbrio do risco sistémico do sector bancário nacional.

O Crédito Agrícola não se encontra num oásis, e portanto vem sofrendo também ele com os factores adversos que têm afectado as condições de exploração das demais instituições. No entanto, a gestão conservadora que o Grupo por tradição manteve, fez com que dispusesse de uma situação de liquidez confortável e de rácios de capital sólidos quando a crise se desencadeou (conforto que ainda hoje se mantém). Esta situação, juntamente com algumas outras especificidades do nosso Grupo, tem permitido que o impacto quantitativo do actual ambiente de negócio, embora também muito penalizante para as Caixas, não se tenha

manifestado no Crédito Agrícola, pelo menos em termos tão expressivos como noutros grupos bancários.

Na verdade, os resultados do Crédito Agrícola em 2013 sofreram também uma forte retracção comparativamente a 2012, em que já ocorrera uma quebra face a 2011, mas ao nível do SICAM ainda foi possível apurar um resultado positivo, embora muito modesto, com a Caixa Central a registar um lucro de pouco mais de 1 milhão de euros, e as Caixas um resultado agregado praticamente nulo (de 162 mil euros).

No conjunto das Caixas, o resultado obtido explica-se essencialmente pelas perdas de certa amplitude que se verificaram num pequeno número de associadas, que absorveram os lucros das restantes, sendo aliás de sublinhar que diversas Caixas, mesmo numa conjuntura tão difícil, ainda conseguiram aumentar os seus resultados relativamente aos últimos exercícios.

É no entanto um facto que um grande número de Caixas, mesmo muitas que mantiveram resultados positivos, sofreram uma significativa diminuição destes últimos relativamente aos exercícios passados. A informação já disponível para os primeiros meses de 2014 evidencia uma significativa melhoria em termos homólogos, embora devamos olhar para estes números com cautela, atendendo ao curto período ainda decorrido.

Os resultados negativos de algumas Caixas, quando relacionáveis com a actual conjuntura, perspectivam-se como perfeitamente aceitáveis e superáveis, e não são, portanto, motivo de especial preocupação. No entanto, a questão é diferente nos casos em que os prejuízos se vêm acumulando de uns anos para os outros, denotando a existência de problemas estruturais nas Caixas visadas. Nestas CCAM, que são poucas, a correcção dos desequilíbrios é uma prioridade, e a Caixa Central deverá procurar os meios para as apoiar a consegui-lo, através de melhorias na sua gestão e na sua estrutura operativa, cabendo às Caixas, no interesse próprio e no do SICAM como um todo, mostrar a necessária receptividade para tal.

Saliento porém que, face às situações concretas particularmente negativas que apresentavam, o Conselho Geral e de Supervisão, sob proposta do Conselho de Administração Executivo da Caixa Central, decidiu aprovar a intervenção em duas das Caixas que têm apresentado situações mais desequilibradas.

Como sempre se referiu, e é posição aceite, que o Conselho Geral e de Supervisão continua a exprimir com firmeza, que uma intervenção é uma medida a usar apenas em último recurso, pois as Caixas devem ser geridas, num quadro de perfeita normalidade associativa, pelos seus dirigentes eleitos. No entanto, não se pode fugir às intervenções quando estão em causa interesses superiores do Grupo. Neste momento, encontram-se intervencionadas apenas cinco Caixas ao abrigo do Artigo 77º-A do Regime Jurídico.

Considerando agora os resultados do GCA no seu conjunto, isto é, para além do SICAM, também as empresas do Grupo e os fundos de investimento que entram no nosso perímetro de consolidação, o Crédito Agrícola acabou por evidenciar um pequeno prejuízo de 2,9 milhões de euros, essencialmente pelo impacto da depreciação de imóveis e evolução do valor de UPs de fundos imobiliários, que anulou os resultados, que temos por bastante positivos na presente conjuntura, conseguidos na área seguradora e na gestão de activos e de fundos de investimento mobiliário.

Neste período tão perturbado e complexo, este resultado ainda permite que o Grupo se distinga positivamente no conjunto do sector bancário, excluindo claramente o Crédito Agrícola do panorama geral de resultados profundamente negativos que se verificaram no sistema financeiro nacional.

Mas é ainda de maior significado o facto de, após já praticamente sete anos de crise financeira global e europeia, o Crédito Agrícola continuar a apresentar uma posição de liquidez muito folgada, e rácios de capital de grande conforto, mesmo com os novos conceitos e níveis mais exigentes estabelecidos na nova regulamentação europeia.

Esta situação não pode porém abrandar a nossa vigilância. Temos de nos manter cônscios das grandes dificuldades e desafios que a presente conjuntura ainda representa, e cuja evolução se mostra difícil de antever, mesmo que se reconheçam alguns indícios de recuperação, que todos esperamos se consolidem.

Para responder a tais desafios devemos melhorar a capacidade de desempenho do Grupo na frente comercial, bem como a sua eficiência operativa e, sobretudo, temos que aprimorar decisivamente a gestão do risco de crédito em todas as suas vertentes – análise, contratação e concessão, acompanhamento e recuperação.

É precisamente o que se pretende com o vasto Programa de Transformação do Grupo que, sob o impulso e coordenação do Conselho de Administração Executivo da Caixa Central, e com o apoio e encorajamento do Conselho Geral e de Supervisão, foi oportunamente apresentado às Caixas, e se encontra em fase adiantada de execução.

Temos notado uma elevada motivação e grande empenho na concretização deste Programa, entre os quadros e colaboradores da Caixa Central e das empresas, o que saudamos e encorajamos.

As Caixas Agrícolas também têm evidenciado uma expectativa muito positiva em relação às linhas programáticas que foram apresentadas, sendo a sua adesão plena fundamental para o sucesso do Programa.

Não posso deixar de referir também o esforço muito determinado que nos anos mais próximos temos de manter para a alienação dos imóveis que o Crédito Agrícola adquiriu em reembolso de crédito, imóveis que constituem activos eventualmente sem retorno financeiro e cuja permanência na nossa posse provoca crescente erosão nos fundos próprios, para além de vários inconvenientes de outra ordem (custos de manutenção, encargos fiscais, entre outros).

Estamos prestes a entrar no novo enquadramento regulatório que, como rescaldo da crise financeira, está a ser instituído, com a criação da União Bancária Europeia, a qual vai assentar, desde logo, num mecanismo único de supervisão, mas envolve também regimes à escala europeia para a recuperação e resolução de instituições em dificuldades e, ainda, para os sistemas de garantia de depósitos.

O Crédito Agrícola não fará parte das cerca de 130 instituições que vão ser supervisionadas directamente pelo BCE (a partir de Novembro próximo). No entanto, o facto de ser instituído um corpo único de normas para a supervisão das instituições, e de o Banco de Portugal, enquanto supervisor nacional, ir exercer poderes que, em última análise, lhe são delegados

pelo BCE, faz com que tenhamos de contar com um quadro regulatório e supervisional mais apertado e restritivo, com escassa margem de tolerância para quaisquer desconformidades.

É importante neste novo contexto que o Crédito Agrícola continue a pautar a sua relação com as entidades supervisoras por um elevado nível de cumprimento, consolidando o capital de confiança que soube granjear. Confiança essa que saiu reforçada com o resultado das diversas inspecções transversais ultimamente efectuadas à nossa carteira de crédito e aos procedimentos, quer as inseridas no programa da *troika* para o sector financeiro, quer as que o Banco de Portugal lançou junto dos oito principais bancos nacionais já em antecipação da entrada em vigor da União Bancária, uma vez que, tal como a seu tempo foi divulgado, essas inspecções conduziram a conclusões, quer em termos comparativos quer absolutos, bastante favoráveis para o Grupo.

Como é sabido, este novo contexto regulatório já determinou a necessidade de se proceder a um aumento de capital da Caixa Central, dado que a interpretação do supervisor, no tocante ao rácio de capital, denominado Common Equity Tier 1 (elemento chave da nova regulamentação e cujo mínimo está fixado em 7%), é de que a Caixa Central está obrigada a cumpri-lo em base individual.

Quanto às Caixas, não se verifica tal exigência em termos individuais, sendo o rácio obrigatório o do Grupo Crédito Agrícola em base consolidada, em que, como já referi, existe uma situação de conforto.

No entanto, face ao novo enquadramento regulatório, e à complexidade dos desafios que a actual conjuntura comporta, devemos dar uma grande atenção ao tema do capital, que tem de ser um elemento chave da nossa gestão. A existência de capitais adequados e sua boa utilização é uma pré-condição indispensável para assegurar a independência do Grupo. O Crédito Agrícola é um dos poucos grupos bancários nacionais que não precisou de recorrer à linha de recapitalização bancária criada no âmbito do programa de assistência financeira a Portugal, sendo certo que nenhum de nós certamente desejaria que alguma vez a ela tivéssemos de recorrer.

Com as matérias regulamentares prende-se também, como é óbvio, a questão da revisão do Regime Jurídico do Crédito Agrícola Mútuo, assunto que o Conselho Geral e de Supervisão considera da maior relevância, e que está neste momento em fase de apreciação, junto do Banco de Portugal.

Não posso terminar sem, mais uma vez, saudar a CA Seguros pelo galardão que obteve da revista Exame distinguindo-a como a melhor seguradora não vida no seu segmento dimensional, o que acontece pela 4ª vez. Como sabemos, noutros anos a CA Vida obteve a mesma distinção para a área de seguros de vida. Podemos assim considerar que a entrada do Crédito Agrícola na área seguradora, criando as suas próprias companhias, constituiu um caso de sucesso, atestando a força e a capacidade de realização do Grupo.

Caros colegas e amigos,

Somos dirigentes de um grande grupo financeiro que, com raízes nas nossas terras, soube criar o seu espaço no sistema financeiro nacional, sendo hoje uma das suas instituições de referência.

Sem dúvida, a complexidade da actual conjuntura e as incertezas do novo enquadramento regulamentar, criam grandes desafios a todos os bancos, mas as presentes circunstâncias também suscitam oportunidades que é preciso saber aproveitar.

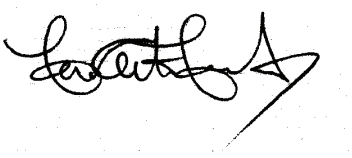
O Crédito Agrícola tem todas as condições para reforçar o seu lugar entre as instituições bancárias de maior relevância, cumprindo as Caixas o importante desígnio de serem os melhores bancos das suas terras e regiões (o que, aliás, muitas já são).

Mas é fundamental, para que consigamos este objectivo, que mantenhamos uma profunda união e coesão entre nós. Com o que não pretendo nem quero referir-me a um unanimismo passivo que deixe na sombra ideias válidas, mas sim à plena e empenhada actuação dos dirigentes, que constitua exemplo e motivação para os colaboradores, e seja factor de confiança para os associados, no sentido de em concertação de esforços levarmos decisivamente por diante as opções assumidas a nível de Grupo.

A nossa força está na nossa união.

Lisboa, 2 de Maio de 2014

O Presidente do Conselho Geral e de Supervisão



I. PERFIL DO GRUPO FINANCEIRO CRÉDITO AGRÍCOLA

1. ÓRGÃOS SOCIAIS DA CAIXA CENTRAL

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Terras de Viriato
Presidente
Nuno Carlos Ferreira Carrilho

Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Cantanhede e Mira
Vice-Presidente
Carlos Alberto Pereira Martins

Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Ferreira do Alentejo
Secretário
Josué Cândido Ferreira dos Santos

CONSELHO GERAL E DE SUPERVISÃO

Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Pombal
Presidente
Carlos Alberto Courelas

Caixa de Crédito Agrícola Mútuo dos Açores
Francisco Amâncio Oliveira Macedo

Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Baixo Mondego
António João Mota Cachulo da Trindade

Caixa de Crédito Agrícola Mútuo da Batalha
Afonso de Sousa Marto

Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Noroeste
José Gonçalves Correia da Silva

Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Porto de Mós
Jorge Manuel da Piedade Volante

Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Sotavento Algarvio
João Lázaro da Cruz Barrote

Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Baixo Vouga
José Luís Sereno Gomes Quaresma

Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Douro Corgo e Tâmega
Alcino Pinto dos Santos Sanfins

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO

Presidente
Licínio Manuel Prata Pina

Vogal
Renato Manuel Ferreira Feitor

Vogal
José Fernando Maia Alexandre

Vogal
Ana Paula Ramos

Vogal
Sérgio Raposo Frade

REVISOR OFICIAL DE CONTAS

Ernst&Young Audit & Associados – S.R.O.C., S.A.
Representada por Ana Rosa Ribeiro Salcedas Montes Pinto

CONSELHO CONSULTIVO

Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Albufeira
Presidente
João Manuel Correia da Saúde

Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Alenquer
Hélio José de Lemos Rosa

Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Beja e Mértola
Francisco José Salgueiro Correia

Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Estremoz Monforte e Arronches
Normando António Gil Xarepe

Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Lourinhã
António Augusto Nascimento Mateus

Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Paredes
António Francisco Coelho Pinheiro

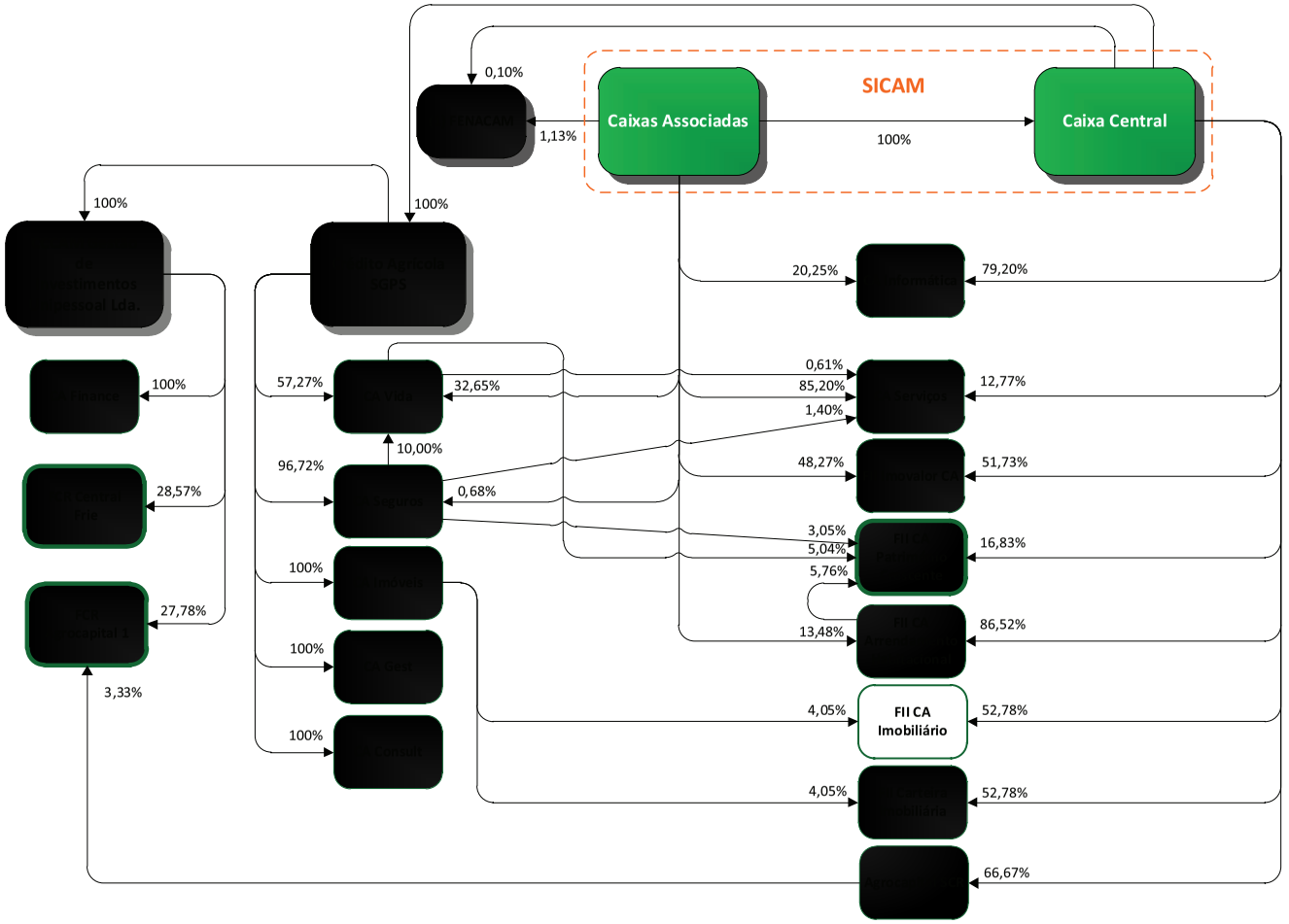
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Silves
José Manuel Guerreiro Estiveira Gonçalves

Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Vale do Távora e Douro
Francisco Eduardo das Neves Rebelo

Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Zona do Pinhal
Ângelo de Jesus Antunes

Por inerência, nos termos do nº 2 do artigo 35º dos estatutos da Caixa Central
Adriano Augusto Diegues

2. ORGANOGRAMA DO GRUPO



3. PRINCIPAIS FACTOS DA ACTIVIDADE DO GRUPO NO ANO

O ano de 2013 foi marcado pela manifestação de um conjunto de desequilíbrios estruturais na Economia Portuguesa que encontraram uma resposta no Programa de Assistência, em particular nos objectivos preconizados de consolidação orçamental, transformação estrutural das condições de crescimento do tecido empresarial e produtivo, estabilidade financeira e a redução dos níveis de alavancagem do sistema bancário. A implementação deste programa começou a dar os primeiros resultados de recuperação económica (medidos, entre outros, através de indicadores de crescimento do PIB, de procura interna, de exportações, de emprego, de índices de confiança e níveis de investimento) e de convergência do défice orçamental e da dívida (e custo da dívida soberana) para níveis mais compatíveis com a média da zona Euro.

O processo de desendividamento do Estado, das empresas e das famílias atinge todo o sistema bancário português e reflecte-se na própria actividade do Grupo Crédito Agrícola, e em particular do SICAM que, desta forma, continua a enfrentar um conjunto de desafios, que incluem:

(i) a recuperação dos níveis de rendibilidade resultantes do esmagamento da margem financeira, nomeadamente através do aumento das margens nas operações activas e da redução dos níveis médios de remuneração dos depósitos, ainda que num contexto de esmagamento das taxas Euribor e de prosseguimento das políticas monetárias expansionistas (que o BCE adoptou como forma de evitar cenários deflacionistas);

(ii) o crescimento dos níveis de concessão de crédito do SICAM, e em particular da Caixa Central, aos sectores da economia que revelam maior dinamismo e capacidade em servir a dívida contraída, ainda que num contexto de desendividamento geral da economia e de acrescida competitividade dos principais bancos a operar em Portugal (resultante dos recentes processos de capitalização e desalavancagem);

(iii) a melhoria da qualidade da carteira de crédito, assumindo a gestão do risco de crédito como eixo prioritário de actuação e adoptando processos e procedimentos homogéneos e normalizados no contexto do SICAM, ainda que atendendo às especificidades que resultam da dimensão e da heterogeneidade das Caixas Associadas e dos mercados em que actuam;

(iv) a condução da actividade de recuperação de crédito, quando não seja possível a liquidação financeira, limitando a recuperação por aquisição de imóveis às situações em que não existem alternativas de reestruturação de responsabilidades dos clientes;

(v) a redução da exposição directa e indirecta a activos imobiliários nomeadamente através da implementação de acções comerciais mais intensas;

(vi) o controlo dos níveis de liquidez, solvabilidade e fundos próprios do Grupo, do SICAM e da Caixa Central, bem como os níveis de solvência das empresas participadas, em conformidade com as mais recentes orientações regulamentares de natureza prudencial e comportamental emanadas pelas entidades supervisoras e de regulação;

(vii) a dedicação acrescida e a cobertura de encargos em matérias relacionadas com a resposta aos imperativos de natureza regulamentar (incluindo os necessários investimentos tecnológicos), com vista a reforçar o reconhecimento do Grupo, enquanto grupo financeiro de 1º nível, junto das autoridades de supervisão e regulação; e

(viii) a cobertura dos encargos fiscais agravados (e.g. extinção do regime especial aplicável às instituições de natureza cooperativa, extinção dos benefícios fiscais à interioridade, aplicação do imposto extraordinário sobre a banca).

O ano de 2013 foi marcado pelo lançamento e prossecução do Programa Reestruturação da Caixa Central e de Transformação do Grupo Crédito Agrícola que, em linha com a orientação sufragada em Assembleia Geral, abrangeu, entre outras, as seguintes dimensões:

- Revisão da estrutura organizacional da Caixa Central, orientando-a às funções desempenhadas enquanto Estrutura Central; são elas: (i) Centro Corporativo, (ii) Suporte ao Negócio, (iii) Serviços Partilhados e (iv) Negócio Bancário (próprio);
- Optimização de estruturas (redução do número de estruturas directivas e implementação de um programa de pré-reformas), concentração de serviços e optimização do espaço físico utilizado pelas mesmas;
- Definição da nova organização do CA Serviços, orientado às funções desempenhadas enquanto Estrutura de Serviços Partilhados; são elas: (i) prestar serviços operacionais de cariz bancário e genérico para o suporte à actividade de negócio do Grupo; (ii) promover a definição, manutenção e evolução dos sistemas de informação ao serviço do Grupo, (iii) proporcionar a selecção, aquisição, instalação e exploração dos meios de suporte aos sistemas de informação e (iv) garantir um serviço de apoio aos utilizadores (consultivo e *service-desk*);
- Implementação de um Programa de Transformação composto por 12 iniciativas, decorrentes dos resultados obtidos no diagnóstico desenvolvido no final de 2012, com vista a transformar o Grupo Crédito Agrícola num grupo financeiro de 1º nível, nomeadamente reforçando competências e alinhando processos de Grupo.

Em Julho de 2013, foi aprovada a estrutura organizacional da Caixa Central e foram lançadas as 12 iniciativas de transformação (*streams* de PMO) que cobrem as seguintes áreas e processos:

(i) Implementação da nova estrutura organizativa, conselho estratégico e planeamento estratégico e controlo de Grupo Crédito Agrícola;

(ii) Detalhe da estratégia de mercado, programa comercial e sistema de incentivos para o Grupo Crédito Agrícola;

(iii) Detalhe da estratégia para o Banco Urbano e sua operacionalização;

(iv) Definição do plano de comunicação institucional;

(v) Redesenho dos processos de análise de risco e recuperação de crédito no âmbito do SICAM (desde os primeiros indícios de incumprimento até aos 90 dias e no ciclo de recuperação após 90 dias);

(vi) Reestruturação de SI/TI;

(vii) Optimização e integração das seguradoras na nova estratégia de mercado e redefinição da missão das empresas instrumentais;

(viii) Implementação da estratégia imobiliária e instrumentos de gestão;

(ix) Aumento de capital e instrumentos de gestão de balanço;
(x) Implementação da estratégia de compras do Grupo;
(xi) Adaptação do novo regime jurídico para potenciar eficácia do governo do Grupo e sua evolução para Grupo Financeiro universal; e
(xii) Aceleração do processo de fusão das Caixas.

Neste contexto, desde Jul.2013, foram promovidos fóruns mensais com os responsáveis das iniciativas que, a cada momento, suscitam maior necessidade de acompanhamento (revisão das abordagens e dos planos de acção, controlo dos resultados alcançados face aos objectivos propostos).

No 2º semestre de 2013, foram visíveis os primeiros resultados destas iniciativas, sendo de salientar os seguintes:

- Implementação do exercício de planeamento e orçamentação da Caixa Central, do SICAM e do Grupo, de forma integrada com a nova estratégia do Grupo e com a participação e/ou consulta de todas as entidades que compõem o Grupo, sendo de realçar os trabalhos desenvolvidos entre a Caixa Central, as Empresas Seguradoras e Gestora de Activos e as Caixas Associadas (em particular através dos novos fóruns – Conselho de Estratégia e Comité de Marketing) no domínio dos objectivos de evolução do negócio e os trabalhos desenvolvidos entre a Caixa Central e o CA Serviços no domínio dos objectivos de eficiência e de investimento na infra-estrutura tecnológica e de comunicações, em sistemas de informação e em serviços operacionais de apoio ao negócio;
- Operacionalização do novo modelo de objectivos e de incentivos comerciais acompanhados e geridos centralmente e estruturados em 9 famílias de produtos (são eles: depósitos, crédito, leasing, F.I.I., canais complementares, F.I.M., seguros não vida, seguros vida e negócio internacional), revisão dos modelos de segmentação de clientes e alinhamento das campanhas de marketing com os novos segmentos de clientes (com o planeamento e execução do necessário acompanhamento em termos de formação comercial no terreno) para o exercício de 2014;
- Revisão das normas do Grupo para a concessão e monitorização de crédito e desenho funcional de um piloto de *workflow* para clientes particulares;
- Realização do diagnóstico à função de recuperação de crédito e operacionalização de pilotos da ferramenta *Collections Box*;
- Simplificação da estrutura societária do Grupo com (i) a "arrumação" de participações e (ii) a extinção e alienação de participações com reduzida expressão material;
- Capacitação da CA Imóveis enquanto centro de competências imobiliárias do Grupo, lançamento, em Jul.2013, do Fundo de Investimento Imobiliário Fechado "CA Imovalor" e cisão do Fundo de Investimento Imobiliário "CA Imobiliário" (num processo que foi aprovado pelo Banco de Portugal no 1º trimestre de 2014);
- Pedido de alteração do Regime Jurídico, em particular, no que respeita à flexibilização das fontes de geração de capital no Grupo e operacionalização de elementos tecnológicos de infra-estruturas que permitem melhorar o controlo de capital (e.g. infra-estrutura de suporte ao risco, *data mart* de suporte ao cálculo de imparidade e ao cálculo prudencial, *data mart* de cálculo de requisitos de capital);

- Aprofundamento do diagnóstico da função compras do Grupo e optimização de custos por via da renegociação centralizada de contratos, num contexto prévio ao lançamento da Central de Compras do Grupo;
- Início do processo de caracterização do catálogo de serviços, numa iniciativa conjunta entre CA Serviços e Caixa Central, tendente à futura precificação dos serviços partilhados no SICAM e à melhoria da eficiência e eficácia na prestação desses serviços.

A actividade bancária do Grupo Crédito Agrícola (SICAM) apresentou um resultado líquido de 1,5 milhões de euros, representando um decréscimo de 96% face ao período homólogo, justificado essencialmente pela quebra da margem financeira (-21,2%) e pelo reforço do provisionamento (+24%) quer para cobertura de crédito vencido quer, directa e indirectamente, para cobertura da desvalorização de imóveis, efeitos ainda assim colmatados pelas mais-valias resultantes da gestão dinâmica de tesouraria colocada em prática pela Caixa Central que, no decurso de 2013, gerou resultados positivos de 77 milhões de euros.

Por seu lado, o resultado líquido consolidado do Grupo Crédito Agrícola registou, em 2013, um valor negativo de 2,9 milhões de euros, explicados, em larga medida, pelo efeito conjugado da quebra de resultados da actividade bancária e do impacto negativo dos resultados apresentados pelos fundos de investimento imobiliário, de recuperação.

As Inspecções no âmbito do Programa Especial de Inspecções levado a cabo pela Troika, com as consequentes recomendações a nível de modelos, de ferramentas de suporte à gestão do risco e de cálculo de imparidades e de fundos próprios, e a necessidade de adequar o negócio aos regulamentos e directrizes do Banco de Portugal, CMVM e EBA marcaram a actuação nas áreas de auditoria interna, de *compliance* e de risco global da Caixa Central que desenvolveram esforços conjuntos no sentido de garantir a observância das obrigações legais e detectar situações de incumprimento. Em complemento, foram desenvolvidos esforços multi-disciplinares para implementar um sistema de controlo interno eficaz, não apenas para a Caixa Central mas para todo o SICAM.

Na área de fiscalização, orientação e acompanhamento das Caixas Associadas, o actual contexto e os presentes desafios suscitaram a elaboração de novas orientações decorrentes do Programa Especial de Inspecções, são eles: a gestão de risco de crédito, a garantia da consolidação económico-financeira das Caixas Associadas, a promoção de fusões, a intervenção em sete Caixas Associadas e o reforço do acompanhamento das restantes. Neste domínio, é de salientar os desenvolvimentos operados e em curso no DFOA Online enquanto ferramenta de acompanhamento dos indicadores de gestão do SICAM (incluindo os que se referem ao tema imobiliário).

A área de recursos humanos na Caixa Central sofreu uma cisão, no âmbito da reorganização operada em Julho de 2013 ao abrigo do Programa de Transformação do Crédito Agrícola, no sentido de dedicar recursos e meios específicos à gestão estratégica do capital humano do Grupo.

Com a referida reorganização, para além de terem sido optimizadas estruturas, foram igualmente criadas áreas corporativas como o Planeamento e Controlo, o *Compliance* e a Comunicação e Relações Institucionais e foi reforçado o Marketing orientado a segmentos e alicerçado na Dinamização de Negócio – negócio esse entendido como oferta *bancassurance* -

junto da rede comercial do Grupo (Caixa Central, Caixas Associadas e representações exteriores).

Ainda no âmbito da reorganização, a CA Imóveis foi sendo dotada enquanto centro de competências em matéria de imobiliário, estando actualmente vocacionada para apoiar a Caixa Central e as Caixas Associadas nesta matéria.

Ao nível do Marketing e comunicação institucional, foram desenvolvidas acções de divulgação da marca Crédito Agrícola, quer em termos de campanhas publicitárias em diversos meios de comunicação (corporativas e orientadas a segmentos de clientes), quer através da presença em feiras e eventos, e ainda através de vários patrocínios.

O Crédito Agrícola envolveu-se ainda em diversas iniciativas e encontros com congéneres estrangeiras, associações, instituições financeiras nacionais e empresas. Todas estas acções tiveram como objectivo final a afirmação do Crédito Agrícola como "O Banco nacional com pronúncia local".

Em matéria de produtos, para além dos desenvolvimentos operados nas empresas seguradoras e gestora de activos, foram dinamizados os meios electrónicos de pagamento, com o lançamento do cartão CA Buffet, a estabilização da oferta da tecnologia *contactless* e o lançamento do cartão Clube A para Associados das Caixas Associadas.

No que se refere à qualidade de serviço prestado aos Clientes, com base nas informações do Banco de Portugal (Relatório de 2013 elaborado e emitido pela Supervisão Comportamental do Banco de Portugal), o Crédito Agrícola continua a situar-se, em quase todos os domínios, como uma das Instituições de Crédito menos reclamada, resultado esse que naturalmente reflecte o posicionamento e a atitude de proximidade que as Caixas Associadas têm com os seus Clientes, permitindo que sejam sanadas na fonte as eventuais divergências e não enquadrando motivos para reclamações potenciais junto dos órgãos centrais do Grupo ou das Entidades de Supervisão.

Na área na normalização dos processos, destaca-se o esforço na evolução da ferramenta *Collections Box*, na promoção da certificação dos sistemas de gestão da qualidade e processos nas Caixas Associadas e na definição de normas e procedimentos que visam dar resposta a regulamentos legais e à normalização de práticas no SICAM.

No domínio da eficiência de custos, foi implementado o novo processo de comunicação digital e foi promovida a negociação dos contratos de prestação de serviços *courier* (este último com poupanças superiores a 900 mil euros), de energia eléctrica (com adesão de todas as entidades do Grupo) e do tratamento e transporte de valores (incluindo os consumíveis para ATM), de assistência e manutenção de equipamentos.

Nos canais digitais, em 2013, registou-se um crescimento na adesão dos serviços *on-line* e *mobile,* nas componentes dirigidas a particulares e a empresas, que traduz a dinamização dos mesmos. Em complemento, o lançamento da documentação digital no serviço *on-line* veio permitir responder com maior flexibilidade aos Clientes e, em simultâneo, alcançar reduções ao nível dos custos operacionais. Foi igualmente lançado o canal multi-bancário em resposta à necessidade manifestada por grandes empresas clientes de poderem integrar o Crédito Agrícola na carteira de bancos com que interagem electronicamente nas operações quotidianas.

Em termos de gestão financeira, e como forma de melhorar a margem financeira das Caixas Associadas, a Caixa Central operacionalizou a estabilidade da tabela de remuneração dos excedentes de tesouraria das Caixas Associadas aplicados junto da Caixa Central, não obstante a redução das taxas de aplicação de liquidez em linha com o comportamento dos mercados.

Em matéria de fiscalidade, foram dados passos no sentido de optimizar o tratamento e a recuperação do IVA incorrido no âmbito do SICAM bem como foram avaliados impactos das alterações em matéria fiscal (e.g. emissão de facturas).

4. PRINCIPAIS INDICADORES DO SICAM

Principais Indicadores do SICAM												
Evolução do SICAM												
											Valores em milhões de euros	
	2002 Dez.	2003 Dez.	2004 Dez.	2005 Dez.	2006 Dez.	2007 Dez.	2008 Dez.	2009 Dez.	2010 Dez.	2011 Dez.	2012 Dez.	2013 Dez.
Recursos de Clientes	6.863	7.181	7.599	8.174	8.671	9.158	9.613	10.070	9.989	9.884	10.178	10.234
Créditos sobre Clientes	6.387	6.690	6.942	7.290	7.464	7.467	8.373	8.859	8.606	8.587	8.365	8.199
Activo Líquido	7.946	8.251	8.696	9.319	10.044	10.566	11.447	12.097	13.213	13.027	13.747	12.968
Situação Líquida	520	570	657	738	828	874	979	1.000	1.026	1.054	1.098	1.105
Margem Financeira	307	306	316	326	352	387	403	315	306	342	318	251
Comissionamento Líquido	47	53	58	63	74	76	87	91	110	116	130	132
Produto Bancário	370	376	396	404	424	486	513	424	445	472	465	473
Resultado Líquido	33	81	90	87	96	113	121	42	36	47	41	2
Rácio de Transformação - % a)	93,1%	93,2%	91,4%	89,2%	86,1%	81,5%	87,1%	88,0%	86,2%	86,9%	82,2%	80,1%
Rácio de Eficiência - SICAM - %	52,5%	52,1%	52,5%	55,2%	58,4%	54,1%	55,5%	69,4%	67,1%	64,7%	65,3%	64,0%
Rendibilidade dos Capitais Próprios (ROE) - %	6,4%	14,1%	13,7%	11,8%	11,5%	13,0%	12,4%	4,2%	3,5%	4,5%	3,8%	0,1%
Rendibilidade dos Activos (ROA) - %	0,4%	1,0%	1,0%	0,9%	1,0%	1,1%	1,1%	0,3%	0,3%	0,4%	0,3%	0,0%
Grau de Alavancagem (Leverage)	15,3	14,5	13,2	12,6	12,1	12,1	11,7	12,1	12,9	12,4	12,5	11,7
Rácio Crédito Vencido > 90 dias	5,3%	5,5%	5,7%	5,9%	4,0%	3,4%	3,8%	4,1%	4,9%	5,8%	6,8%	7,7%
Rácio de Cobertura do Crédito Vencido - %	73,6%	94,7%	98,4%	105,4%	113,6%	108,9%	136,0%	127,4%	127,8%	119,8%	114,2%	121,0%
Número de CCAM	126	120	118	111	105	100	92	88	85	84	84	83
Número de Balcões (Total do SICAM) b)	584	598	616	628	632	647	670	680	689	686	686	683
Activo Líquido Médio por CCAM c)	61.543	67.026	71.754	81.993	91.648	102.500	116.924	127.626	132.375	133.162	140.695	144.694
Número Médio de Balcões/CCAM d)	4,6	5,0	5,2	5,6	6,0	6,4	7,2	7,6	8,0	8,0	8,0	8,1

Nota: valores de 2011 foram reexpressos para efeitos comparabilidade

a) calculado como sendo o crédito bruto sobre os recursos

b) inclui os balcões da Caixa Central

c) em milhares de euros

d) apenas balcões das CCAM

5. PRINCIPAIS INDICADORES DO GCA

Principais Indicadores do GCA												
Evolução do GCA												
											Valores em milhões de euros	
	2002 Dez.	2003 Dez.	2004 Dez.	2005 Dez.	2006 Dez.	2007 Dez.	2008 Dez.	2009 Dez.	2010 Dez.	2011 Dez.	2012 Dez.	2013 Dez.
Recursos de Clientes	6.860	7.194	7.582	8.128	8.637	9.122	9.528	9.965	9.939	9.821	10.113	10.123
Créditos sobre Clientes	5.634	6.010	6.191	6.413	6.972	7.109	7.926	8.366	8.041	7.914	7.660	7.472
Activo Líquido	7.933	8.290	8.693	9.370	10.601	11.180	12.122	12.948	14.224	14.241	15.113	14.621
Situação Líquida	503	566	652	721	765	887	987	1.075	1.122	1.047	1.100	1.141
Margem Financeira	305	305	315	311	375	405	425	341	335	381	367	307
Comissionamento Líquido	48	54	56	57	85	76	81	82	93	97	102	101
Margem Técnica de Seguros	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	142	114	14	9	5	10	-4	-9
Produto Bancário	373	381	396	394	581	611	537	457	478	505	493	486
Resultado Líquido	32	85	90	78	89	120	121	52	36	55	45	-3
Core Tier 1 - GCA - % a)	8,1%	9,1%	10,4%	10,5%	11,6%	11,6%	12,2%	12,1%	12,7%	12,5%	11,6%	11,9%
Tier 1 - GCA - % a)	8,1%	9,1%	10,4%	10,5%	11,6%	11,5%	12,0%	11,8%	12,5%	12,3%	11,1%	11,4%
Rácio de Solvabilidade - GCA - % a)	10,5%	11,3%	12,9%	14,0%	14,4%	14,4%	13,3%	12,7%	13,4%	12,7%	10,9%	10,8%
Rácio de Eficiência - GCA - %	59,1%	55,6%	53,5%	57,8%	45,5%	46,4%	56,8%	68,8%	68,3%	65,4%	67,0%	68,2%
Rendibilidade dos Capitais Próprios (ROE) - %	6,3%	15,0%	13,8%	10,8%	11,6%	13,5%	12,2%	4,9%	3,2%	5,3%	4,1%	-0,3%
Rendibilidade dos Activos (ROA) - %	0,4%	1,0%	1,0%	0,8%	0,8%	1,1%	1,0%	0,4%	0,2%	0,4%	0,3%	0,0%

Notas:

valores de 2011 foram reexpressos para efeitos comparabilidade

valores de 2010 foram calculados de acordo com as normas aprovadas pela União Europeia e que entraram em vigor a partir de 1 de Janeiro de 2010; os valores de 2009 e 2008 foram reexpressos para efeitos comparabilidade

valores de 2006 são pró forma (reajustados em conformidade com a NCA, em vigor a partir de 1 de Janeiro de 2007)

a) valores dos rácios para 2002 a 2006 calculados de acordo com as regras PCSB, 2007 em NCAs e a partir de 2008 NICs. A partir de Março de 2008, com os critérios de Basileia II

II. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

1. ECONOMIA MUNDIAL

De acordo com as previsões do FMI, publicadas no *update* de Janeiro de 2014, o crescimento da economia mundial em 2013 manteve a tendência de abrandamento dos últimos anos, ficando nos 3,0%.

As projecções apontam ainda para que o PIB no conjunto das economias avançadas tenha crescido 1,3% em 2013. O Japão deverá continuar com um crescimento moderado enquanto a área do euro registou uma contracção do PIB da ordem dos 0,4%.

Como um todo, o FMI estima que em 2014 a economia mundial cresça 3,7%, um aumento face aos 3,0% estimados para 2013.

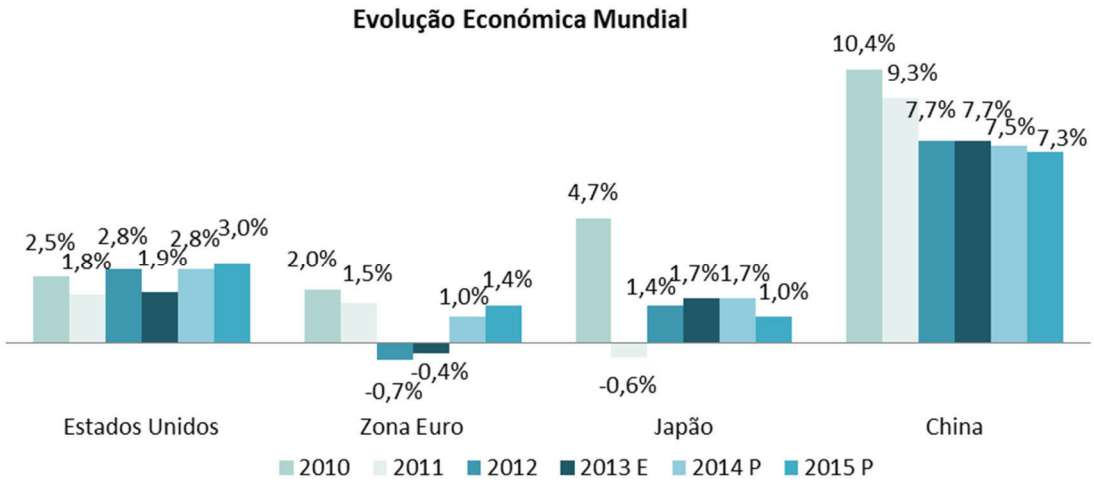
A combinação da ligeira redução do ritmo de crescimento das economias emergentes com o aumento do ritmo das economias mais fortes poderá abrir caminho a um crescimento mais sincronizado da economia mundial.

Variação Anual do PIB (em percentagem)

Evolução Económica Mundial						
	2010	**2011**	**2012**	**2013 E**	**2014 P**	**2015 P**
Economia Mundial	5,2%	3,9%	3,1%	3,0%	3,7%	3,9%
Economia Desenvolvidas	3,0%	1,7%	1,4%	1,3%	2,2%	2,3%
Estados Unidos	2,5%	1,8%	2,8%	1,9%	2,8%	3,0%
Zona Euro	2,0%	1,5%	-0,7%	-0,4%	1,0%	1,4%
Japão	4,7%	-0,6%	1,4%	1,7%	1,7%	1,0%
Economias Emergentes	7,5%	6,2%	4,9%	4,7%	5,1%	5,4%
Rússia	4,5%	4,3%	3,4%	1,5%	2,0%	2,5%
China	10,4%	9,3%	7,7%	7,7%	7,5%	7,3%
Índia	10,5%	6,3%	3,2%	4,4%	5,4%	6,4%
Brasil	7,5%	2,7%	1,0%	2,3%	2,3%	2,8%
Comércio Mundial (Bens e Serviços)	12,8%	6,1%	2,7%	2,7%	4,5%	5,2%

Fonte: World Economic Outlook, Outubro 2013, com update em Janeiro de 2014

Em 2013 as maiores economias do mundo começaram a obter resultados das políticas económicas implementadas desde o início da crise de 2008. A China deve registar um crescimento em linha com o ano anterior, mas as autoridades ainda falam da persistência de incertezas no cenário global. A prioridade das políticas económicas chinesas tende a mudar do mercado externo para o mercado interno. Os Estados Unidos conseguiram resultados acima do esperado.



Fonte: World Economic Outlook, Outubro 2013, com update a Janeiro de 2014

Para este abrandamento da economia mundial contribuíram quer as economias desenvolvidas, em particular a zona Euro com crescimento negativo pelo segundo ano consecutivo, quer as economias emergentes, onde a Rússia terá registado a maior contracção do crescimento face a 2012, e apesar das melhorias verificadas no crescimento de países como a Índia e o Brasil.

Os países da América Latina registaram, de um modo global, níveis de crescimento inferiores aos esperados. O Brasil apresentou um crescimento do PIB de 2,3%, o que contrasta com os 4% estimados no Outlook de Abril de 2013. A inflação fixou-se nos 5,8% para tal concorrendo a decisão do Banco Central em aumentar a taxa directora, em 2,5%, para os 10%. No entanto, e apesar da organização do Mundial de Futebol em 2014 e os Jogos Olímpicos em 2016, as previsões económicas para o Brasil não são optimistas.

No decurso do primeiro semestre assistiu-se a um reforço das políticas monetárias acomodatícias no Japão e nas principais economias emergentes da América do Sul. Todavia, em algumas destas últimas, as referidas políticas foram objecto de revisão, no intuito de contrariar o movimento de saída de capitais e a depreciação das respectivas moedas, efeitos desencadeados pela perspectiva de diminuição de estímulos monetários nos EUA.

Em meados de Junho, o Banco Mundial reviu em baixa a previsão de crescimento da China em 2013 (de 8,3% para 7,7%), já que em Maio as exportações cresceram apenas 1%, contra 14,7% no mês anterior, o mais baixo crescimento em 15 meses.

Os Estados Unidos obtiveram resultados acima do esperado e o país deve entrar em 2014 em melhores condições do que as verificadas em 2013 graças a uma aceleração do consumo. O crescimento do PIB abrandou no quarto trimestre de 2013 (cresceu 3,2% contra 4,1% no terceiro trimestre, em termos anualizados), devido ao *shutdown* do governo que ocorreu em Outubro, na sequência da falta de consenso para a subida do tecto da dívida. O acordo orçamental conseguido depois de uma semana de greve permitiu debelar efeitos negativos sobre a economia decorrentes da perspectiva inédita de o país não ter dinheiro para pagar as suas dívidas. Ainda assim as perspectivas são positivas, fruto do crescimento do consumo nas áreas de saúde e do aumento do investimento em empresas tecnológicas. Em Outubro e Novembro registou-se um aumento significativo das vendas a retalho que, em conjunto com o crescimento dos *stocks*, sinalizaram a maior confiança dos empresários, tendo as exportações crescido 3,9% no terceiro trimestre.

Apesar de se encontrar bastante abaixo dos 10% registados em Outubro de 2009, a actual taxa de desemprego de 7% ainda se mantém acima dos níveis pré-crise. A melhoria da situação socioeconómica das famílias e a revitalização do tecido empresarial visível nos indicadores dos mercados accionistas contribuíram para estimular a procura imobiliária e aumentar as cotações de venda dos imóveis e a valorização dos índices deste mercado.

A Zona do Euro registou um crescimento em cadeia no quarto trimestre de 0,3%, acima dos 0,1% do terceiro trimestre, e igual ao crescimento do segundo trimestre. Este crescimento incipiente pode ser justificado por factores socioeconómicos (desemprego, falências) que induziram à retracção do consumo, principalmente nas grandes economias como a França e a Alemanha. Não obstante, podemos dizer que a região conseguiu sair da maior recessão da sua história.

As condições económicas na zona Euro mantêm-se bastante diferenciadas entre países, tendo a Alemanha e a França registado crescimentos económicos praticamente nulos e a Itália e a Espanha variações negativas do PIB.

Variação Anual do PIB (em percentagem

Evolução Económica da Zona Euro						
	2010	**2011**	**2012**	**2013 E**	**2014 P**	**2015 P**
Alemanha	3,9%	3,4%	0,9%	0,5%	1,6%	1,4%
França	1,7%	2,0%	0,0%	0,2%	0,9%	1,5%
Itália	1,7%	0,4%	-2,5%	-1,8%	0,6%	1,1%
Espanha	-0,2%	0,1%	-1,6%	-1,2%	0,6%	0,8%

Fonte: World Economic Outlook, Outubro 2013, com update em Janeiro de 2014

No entanto, nos últimos meses, têm vindo a ser detectados modestos sinais de recuperação económica generalizada na zona euro, com uma retracção nos níveis de desemprego e um reforço do sentimento económico.

Subsistem alguns sinais de preocupação sobre o contágio que uma Europa a dois ritmos possa acabar por ter na economia germânica, nomeadamente a revelação de que os países da periferia possam não vir a demonstrar um ritmo de crescimento compatível com os seus actuais níveis e custos de endividamento.

A Alemanha alcançou um crescimento moderado no quarto trimestre (0,4%), depois da queda na produção industrial de Outubro e crescimento de 0,3% do PIB no terceiro trimestre. Este aumento contrasta com os 0,7% registados no segundo trimestre de 2013.

De acordo com o Departamento de Estatísticas alemão, de Janeiro a Outubro de 2013, o superávit comercial do país equivaleu a 156 mil milhões de euros, devido a exportações de 917 mil milhões de euros e importações de 751 mil milhões de euros. Em igual período do ano anterior, o saldo positivo cifrou-se em 161 mil milhões de euros.

No final de 2013, a confiança do sector empresarial alemão registava os níveis mais elevados em 20 meses, de acordo com os dados do Instituto alemão de Investigação Económica. Este índice atingiu 109,5 em Dezembro, acima dos 109,3 registados em Novembro e dos 107,4 verificados em Outubro.

Em Novembro, a Comissão Europeia reviu em alta a sua projecção para o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) da Alemanha em 2013, de 0,4% para 0,5%.

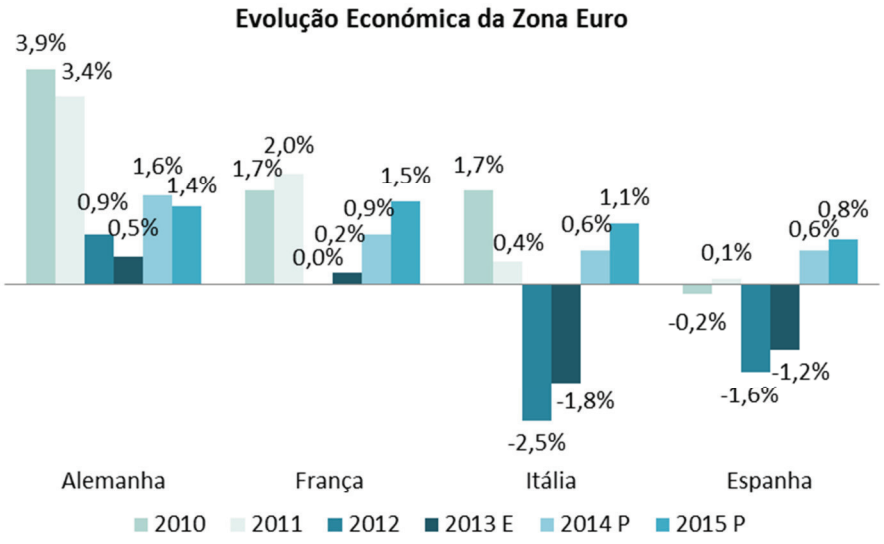
Nos países do sul (Portugal, Espanha, Itália e Grécia), os indicadores económicos apresentaram-se mais preocupantes.

Em Espanha, o programa de austeridade e as reformas estruturais parecem começar a dar frutos. Em Outubro, o Banco da Espanha anunciou o fim da recessão para o país, após dois anos do seu início. No terceiro trimestre a economia espanhola registou um crescimento de 0,1% no PIB, em comparação com o trimestre anterior, depois de nove trimestres seguidos de queda, e no quarto trimestre o crescimento manteve-se positivo, nos 0,2%. O sector de exportações é apontado como o principal responsável pelo impulso na economia.

A Grécia, por sua vez, registou uma contracção de 3% no PIB no terceiro trimestre em termos homólogos, de acordo com a agência de estatísticas do país. No terceiro trimestre, o consumo caiu 6,6% em relação ao trimestre anterior e a formação bruta de capital fixo registou uma queda de 12,6%. No entanto, as exportações aumentaram 5,7% contra 2,3% nas importações.

Para a França, em Junho, o FMI reviu em baixa as previsões, para uma contracção de 0,2% em 2013, que compara com os 0,1% na previsão anterior, e antecipou um crescimento de 0,8% em 2014. No *update* de Janeiro a previsão do FMI para a economia francesa é de um crescimento de 0,2% em 2013 e de 0,9% em 2014. Estas mudanças nas previsões do Fundo devem-se à evolução do Produto, dado que se registou uma redução de 0,1% no primeiro trimestre, um crescimento de 0,6% no segundo, e novamente uma redução de 0,1% no terceiro, o que evidencia a volatilidade no crescimento da economia não só francesa, mas europeia. No início de Novembro, a Standard & Poor's baixou o *rating* do país, que passou de AA+ para AA, o que coloca a França no mesmo patamar da Bélgica. No quarto trimestre de 2013 o crescimento do Produto foi de 0,3%, e mantém-se a previsão de um crescimento anual homólogo em 2013 de 0,2%.

A economia italiana, que se encontra igualmente perante grandes desafios de consolidação de contas públicas e redução do endividamento, conseguiu estagnar no terceiro trimestre de 2013, com uma variação do PIB nula, após oito trimestres de variações negativas, e registou um crescimento no quarto trimestre de 2013 de 0,1%. Apesar da estimativa de diminuição de 1,8% em 2013, o FMI prevê que a Itália regresse ao crescimento já em 2014 (0,6%).



Fonte: World Economic Outlook, Outubro 2013, com update a Janeiro de 2014

De acordo com os dados do Eurostat, a produção industrial na zona Euro avançou 1,8% em Novembro face a Outubro, e 1,3% no conjunto da Europa a 28 países. Em termos homólogos, Portugal registou a nona maior subida da UE, com a produção industrial a avançar 3,1% em Novembro, face ao mesmo mês de 2012. Na zona Euro, bem como no conjunto dos 28 países da União Europeia, o crescimento registado foi de 3%. No entanto, em Dezembro face a Novembro, o Eurostat registou uma quebra na produção industrial, tanto na Zona Euro como na União Europeia a 28, de 0,7%, embora homologamente (face a Dezembro de 2012) se tenha verificado um crescimento (0,5% e 0,9%, respectivamente). É de salientar que em Dezembro Portugal volta a apresentar a maior subida homóloga da produção industrial na UE (+7,1%).

No Reino Unido, de acordo com a S&P, continua a vigorar uma "excepcional flexibilidade monetária", com sinais de recuperação da economia fundamentada no consumo privado e nos investimentos residenciais. A S&P espera que o PIB real alcance uma taxa de crescimento anual média superior a 2% de 2013 a 2016.

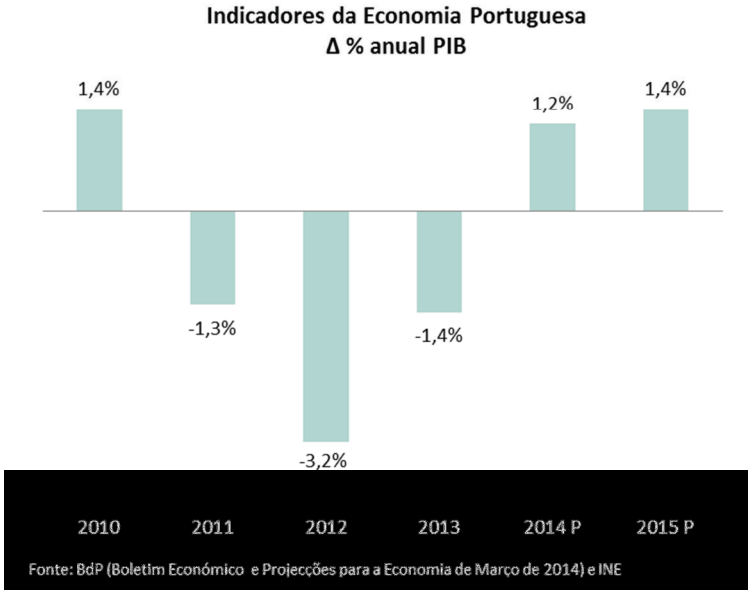
Em meados de Dezembro, o Banco da Inglaterra justificou o desempenho económico do país com o enfraquecimento da economia global, a deterioração das condições de crédito e a elevada incerteza pós crise.

O FMI estima no seu *update* de Janeiro que o Reino Unido cresça 1,7% em 2013, acima dos 1,1% da projecção anterior. O Instituto de Estatísticas Nacionais do Reino Unido mostrou que a recuperação económica do país acelerou no terceiro trimestre, embora o nível de produção ainda esteja 2,5% abaixo de seu pico após uma expansão de 0,8% no terceiro trimestre.

Em síntese, os últimos meses do ano reforçaram a expectativa de um maior crescimento económico para 2014 e 2015 nas economias mais desenvolvidas (Europa, Estados Unidos, Inglaterra) por via do aumento da procura interna de bens, e para os países emergentes em consequência do aumento das exportações. Na zona Euro perspectiva-se finalmente a viragem da recessão para o crescimento ligeiro, apesar de subsistirem dúvidas quanto à capacidade dos países do sul de honrarem os compromissos (dívida pública e privada) através de crescimento económico.

2. ECONOMIA PORTUGUESA

A economia portuguesa registou uma contracção da ordem de 1,4% em 2013, o que se traduz numa contracção acumulada de cerca de 6% no período 2011-2013, num contexto marcado pelo processo de correcção dos desequilíbrios macroeconómicos acumulados ao longo das últimas décadas.



Depois de um longo período de decréscimo continuado do PIB, nos três últimos trimestres de 2013 observaram-se variações positivas em cadeia que contribuíram para reduzir o ritmo de abrandamento da economia.

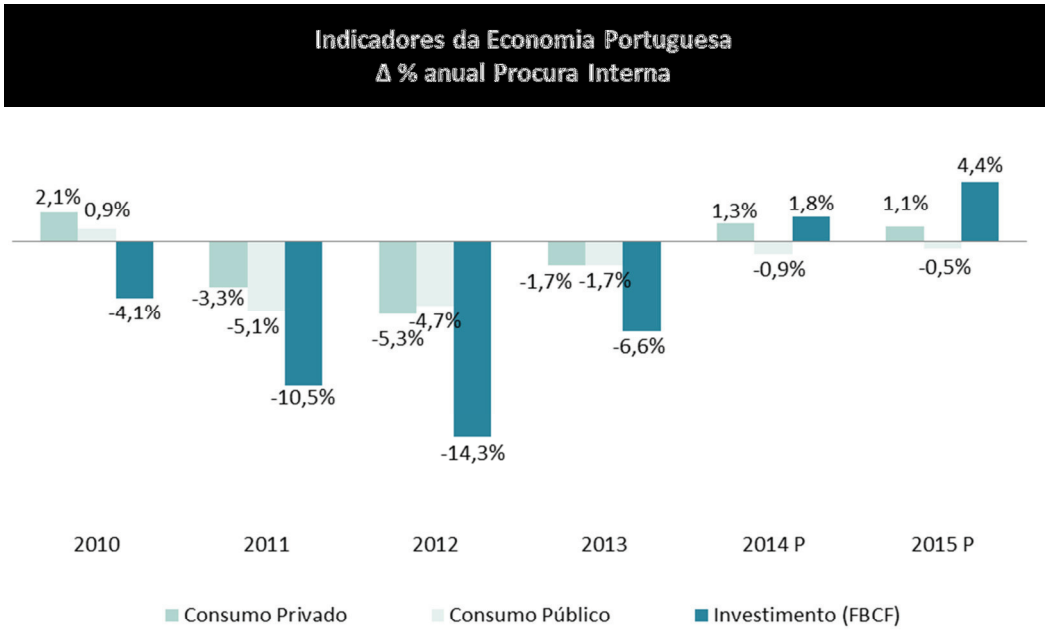
Os dados conhecidos mais recentes revelam um crescimento superior ao anteriormente projectado para o consumo privado e para as importações na segunda metade de 2013.

Quanto à composição do consumo privado, em 2013, verificou-se uma menor redução da componente de bens não duradouros (-1,9%) e um ligeiro aumento da componente de bens duradouros (0,9%). O consumo de bens duradouros, que apresenta habitualmente um comportamento fortemente cíclico, em 2013 teve um comportamento positivo apesar da redução projectada para o rendimento disponível real, após a contracção muito significativa observada no período 2011-2012 (36% em termos acumulados).

O consumo privado voltou a crescer, atingindo em Dezembro máximos desde Outubro de 2010, com destaque para o aumento das vendas de automóveis. No terceiro trimestre de 2013, a taxa de poupança anual interrompeu a trajectória ascendente iniciada no 3º trimestre de 2008, reduzindo-se em 0,1 pontos percentuais para os 13,5%.

A componente automóvel está a impulsionar a recuperação no capítulo do Investimento, ao contribuir positivamente para melhorar a formação bruta de capital fixo na área de material de transporte e para uma diminuição menos intensa deste indicador – que continua a ser penalizado, ainda que menos intensamente, pela redução de investimento em construção e máquinas e equipamentos. A formação bruta de capital fixo registou uma quebra de 6,6%, inferior à verificada em 2012.

A aquisição de imóveis residenciais registou uma contracção muito significativa em 2013, cerca de -15,9%. O preço das habitações diminuiu 2,9% no 3º trimestre de 2013 face ao mesmo período de 2012, uma queda superior à de 1,3% verificada na zona Euro.



Fonte: BdP (Boletim Económico e Projecções para a Economia de Março de 2014) e INE

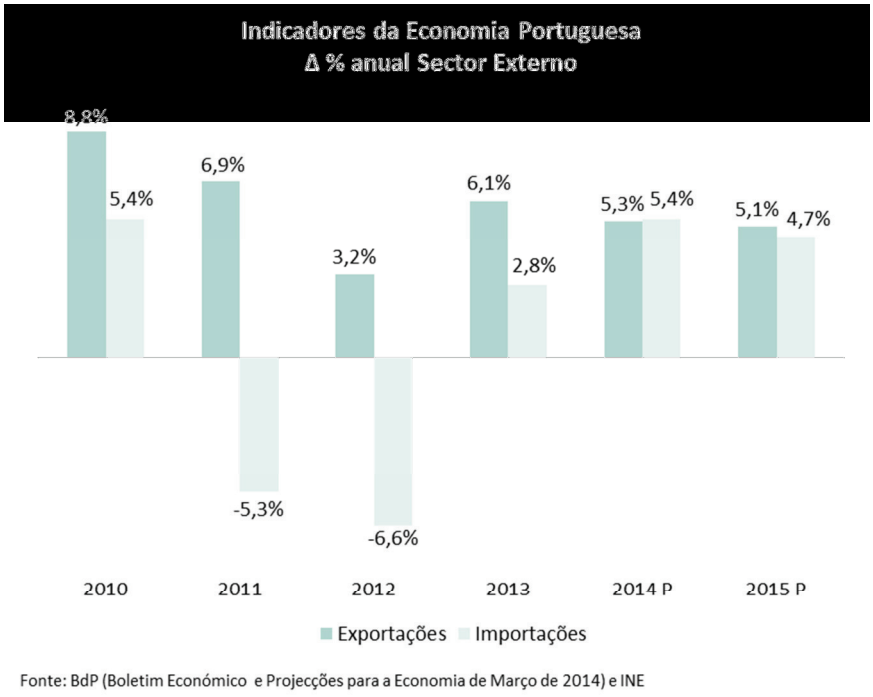
As exportações têm desempenhado um papel crucial no ajustamento da economia portuguesa, com um crescimento de 6,1% em 2013, apesar do crescimento relativamente limitado da actividade económica mundial observado no período 2011-2013.

O dinamismo das exportações nos anos mais recentes tem-se traduzido em ganhos de quota de mercado significativos, parcialmente associados a uma diversificação dos mercados de destino, que conduziram, em 2013, a uma quota de mercado das exportações portuguesas superior à existente no início da União Monetária. Em 2013, o ganho de quota de mercado foi favorecido por alguns factores específicos; em particular, o aumento da capacidade instalada de refinação, com um impacto muito significativo nas exportações de bens energéticos, que registaram um crescimento de cerca de 40% em 2013, o que corresponde a um contributo de 1,4 p.p. para o crescimento das exportações (0,5 p.p. em 2012). Este aumento da capacidade de refinação tem um impacto permanente no nível de produção e exportação de bens energéticos.

A procura externa dirigida às indústrias transformadoras tem crescido, tendo as exportações extracomunitárias aumentado de forma intensa entre Outubro e Novembro (+9,7%), a par com o aumento global das importações.

No que se refere à evolução da procura externa global dirigida à economia portuguesa, foi registado um crescimento próximo de 1% em 2013.

As importações, após uma queda acumulada de cerca de 12% em 2011 e 2012, cresceram cerca de 2,8% em 2013, em resultado do aumento da procura sobre bens com elevado conteúdo importado, como bens energéticos ou material de transporte.



Fonte: BdP (Boletim Económico e Projecções para a Economia de Março de 2014) e INE

A redução, em 2013, da inflação para 0,3% resultou essencialmente da dissipação do impacto de medidas de consolidação orçamental implementadas em 2012, em particular o aumento da tributação indirecta e dos preços de alguns bens e serviços sujeitos a regulação.

Alguns indicadores atestam uma melhoria da actividade económica em Portugal nomeadamente o crescimento da produção industrial e a redução menos significativa da prestação de serviços e da construção. O índice de produção industrial em Portugal (excluindo construção) atingiu em Dezembro o crescimento mais elevado desde Janeiro de 2007. Comportamento semelhante teve o indicador de sentimento económico, que registou em Dezembro o melhor desempenho desde Fevereiro de 2011.

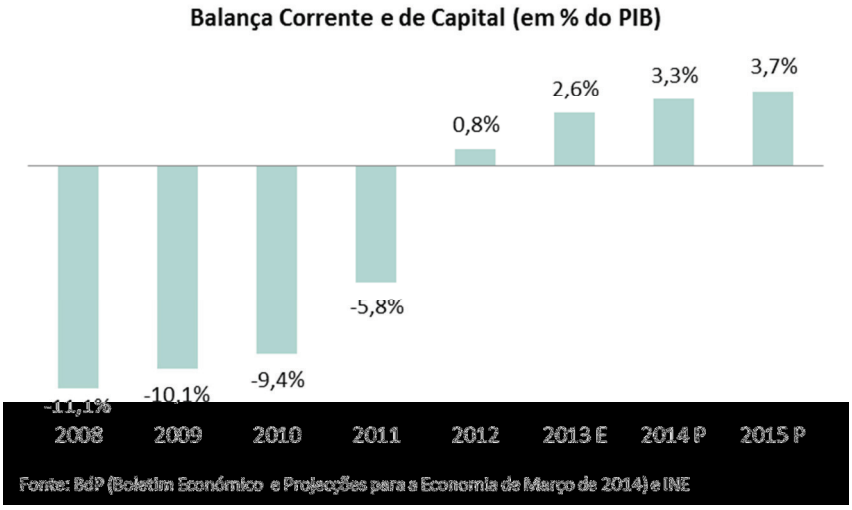
Ao nível do desemprego, e não obstante os mais recentes indicadores apontarem para uma redução do número de desempregados, os dados mais recentes referentes ao quarto trimestre de 2013 continuam a apontar para uma taxa de desemprego de 15,3%.

Apesar do surgimento de alguns sinais positivos ao nível da produção industrial, da balança comercial externa e do sentimento dos agentes económicos, a manutenção da pressão de medidas de austeridade adicionais não permitiu ainda dissipar a incerteza relativa à ultrapassagem do cenário de recessão na economia portuguesa.

O aumento moderado dos preços em 2013, em conjugação com a queda do custo unitário do trabalho no sector privado e do deflator das importações excluindo bens energéticos, determinou um aumento das margens de lucro unitárias das empresas, medidas pelo excedente bruto de exploração por unidade produzida. Esta evolução das margens de lucro

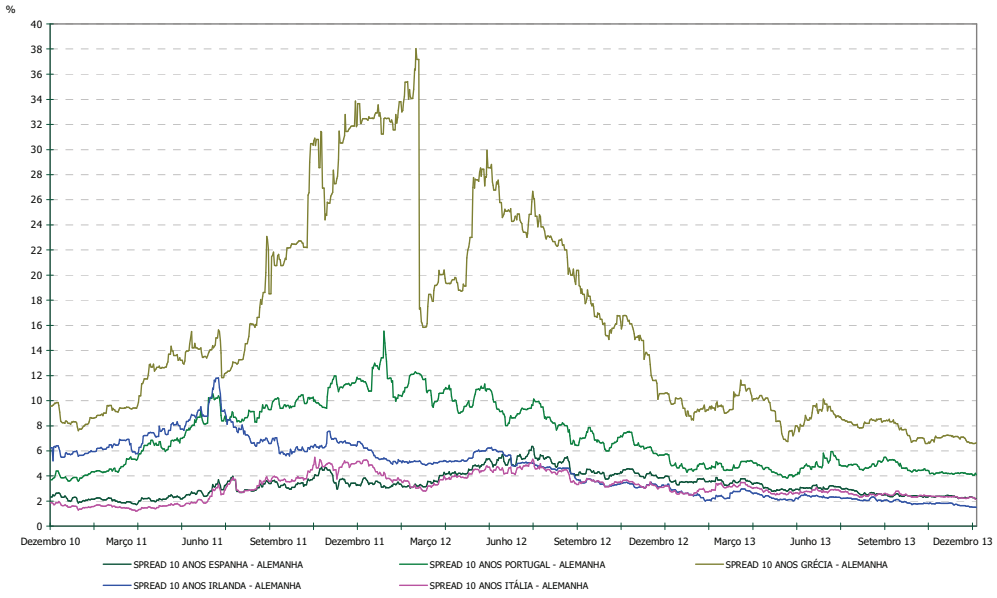
reflecte o processo de ajustamento dos balanços das empresas no quadro do processo de desalavancagem, bem como o impacto da recomposição do sector empresarial resultante da saída do mercado de empresas com menores níveis de rendibilidade.

Em 2013, a capacidade de financiamento da economia portuguesa, medida pelo saldo conjunto das balanças corrente e de capital, aumentou para de 2,6% do PIB, reflectindo, em larga medida, a evolução da balança de bens e serviços, que registou pela primeira vez em várias décadas um saldo positivo (de 1,7% do PIB). Com efeito, as exportações de bens e serviços têm mantido um crescimento robusto, em linha com a prossecução do processo de reorganização das empresas portuguesas.



Desde meados de 2012, e em particular no início de 2013, registou-se uma considerável diminuição dos prémios de risco associados aos emitentes portugueses, o que permitiu a concretização de algumas emissões de dívida soberana. Porém, o acesso a financiamento de mercado por parte do Estado português permanece condicionado. Esta situação foi temporariamente agravada pela instabilidade no Governo verificada no mês de Julho. Assim, o prémio de risco soberano português ainda se encontra acima dos prémios de risco de outros países sob pressão. Não obstante, sublinhe-se que as taxas de rendibilidade da dívida pública têm registado uma trajectória descendente desde meados de Outubro, estando a média das OT's a 10 anos, em Janeiro de 2014, nos 5,21%.

Evolução dos Spreads da Dívidas de Países da Periferia face à Dívida Alemã



Fonte: DF/Caixa Central com base em Bloomberg

De acordo com o Conselho de Finanças Públicas, o défice das administrações públicas deverá ficar claramente abaixo da estimativa do Governo de 5,9% e abaixo dos 5,5% segundo a metodologia de cálculo da Troika, que não inclui nas suas contas a recapitalização do Banif.

Nos três primeiros trimestres de 2013, o défice situou-se em 5,8% do PIB, em linha com a estimativa anual do Ministério das Finanças. Este valor compara favoravelmente com o verificado no período homólogo (-6,1% do PIB) e no trimestre anterior (-7,0% do PIB).

A receita do Estado cresceu quase duas vezes mais do que a despesa, impulsionada pelos bons resultados da receita fiscal, ao mesmo tempo que a despesa ajustada se irá manter em linha com o estimado pelo Executivo.

Nos dois últimos trimestres de 2013 a balança corrente registou sempre um excedente, embora de reduzida dimensão (0,8% no terceiro trimestre e 0,5% no quarto trimestre).

O crescimento homólogo da receita fiscal ajustada acentuou-se no fecho do ano, tendo passado de 7,2% no final do primeiro semestre para 8,1% (2 p.p. acima do estimado pelo Ministério das Finanças para o conjunto do ano). A receita fiscal deverá superar o montante projectado na nova estimativa do Ministério das Finanças, que aponta para 70.760 milhões de euros. Os bons resultados ficam a dever-se tanto aos impostos directos que cresceram 27,3%, como aos indirectos, cuja queda abrandou no terceiro trimestre. Nos primeiros três trimestres de 2013 o aumento registado (em termos não acumulados) foi de 3,3%, 11,8% e 9,0%, respectivamente.

Deste modo, a expectativa de que o défice de 2013 não teria ultrapassado os 5% materializou-se com a divulgação recente por parte do INE de um défice em 2013 de 4,9% do PIB.

O indicador baseado nas expectativas dos empresários sobre a evolução do emprego melhorou em Dezembro, prolongando a trajectória ascendente observada desde o início de 2013.

Os principais indicadores relacionados com o emprego registaram em Dezembro diminuições homólogas menos acentuadas. O número de desempregados em Dezembro de 2013 baixou 2,8% em termos homólogos o que corresponde a uma diminuição de 20.117 desempregados. O desemprego jovem subiu 1,7% enquanto o desemprego na população adulta registou uma quebra de 3,5%.

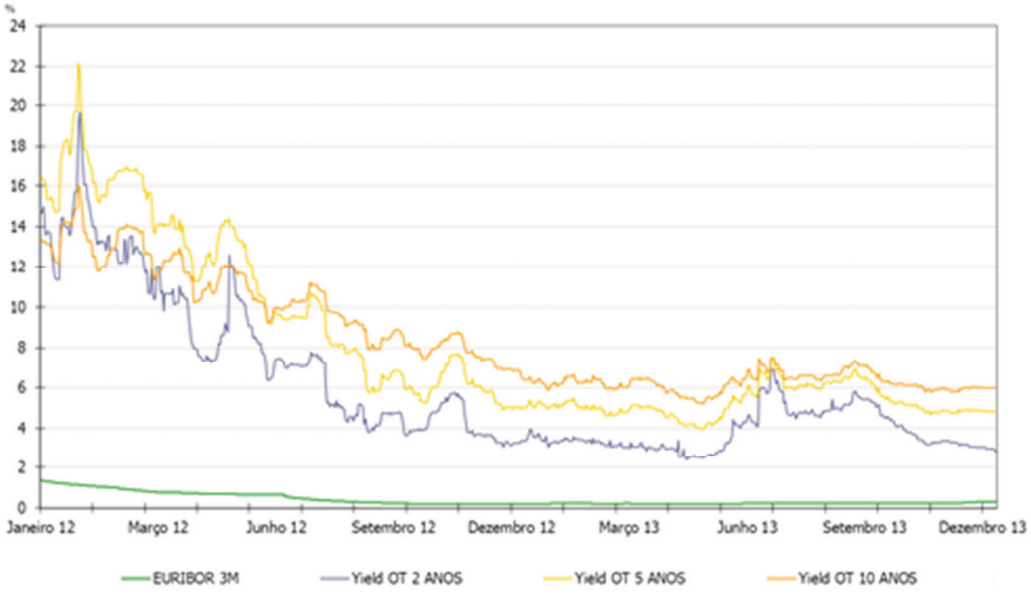
É igualmente importante referir que as insolvências de empresas aumentaram 4,7% em 2013 face a 2012, o que representa uma importante desaceleração face ao verificado em 2012 (em que o crescimento homólogo de insolvências foi de 27,7%). Este facto demonstra que o ajustamento do tecido empresarial português está, na sua maioria, feito. Quanto às constituições, houve um aumento de 14,4%, tendo sido constituídas 34.714 novas empresas em 2013.

3. MERCADOS FINANCEIROS

Em 2013 os bancos centrais dos três maiores blocos económicos (Estados Unidos, Japão e Europa) continuaram a sua política de taxas de juro baixas e de acesso ilimitado a liquidez e mantiveram as indicações de que o continuarão a fazer com o objectivo de estimular a recuperação económica, 5 anos volvidos sobre o início da maior recessão económica desde 1929.

O movimento de gradual redução das *yields* da dívida dos países periféricos, trazendo-os para os níveis médios de 2010, parece contrastar com a manutenção de indicadores macroeconómicos degradados (e.g. desemprego, PIB, produção industrial, indicador de sentimento económico). No entanto, reflecte ainda visão dos investidores de que o Banco Central Europeu mantém o seu objectivo de preservação do Euro a todo o custo e de que a política monetária continuará a ser desenhada com o objectivo de estimular a economia europeia e de prevenir o risco de deflação. Acresce que, num contexto de elevada liquidez e de diminuição da aversão ao risco, a dívida daqueles países se foi revelando crescentemente apelativa para os investidores.

Evolução das Yields da Dívida Pública Nacional e da Euribor 3 Meses

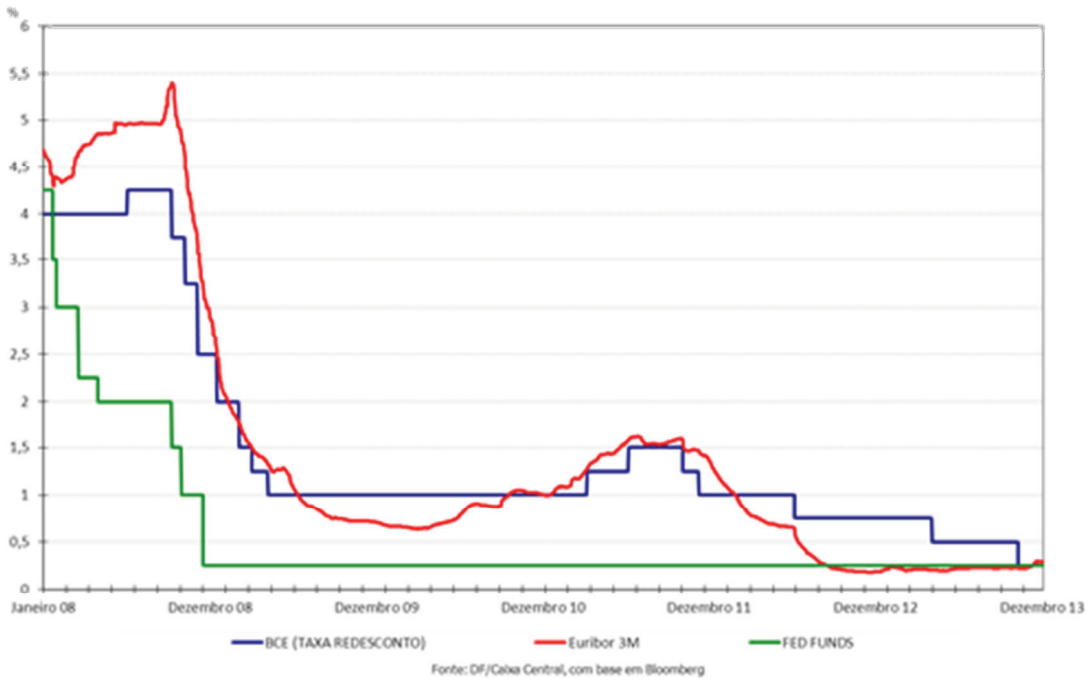


Fonte: DF/Caixa Central com base em Bloomberg

Ao contrário do que havia sido sinalizado pelo BCE no final de 2012 que apontava para que novos movimentos na taxa directora fossem no sentido de um aumento, procurando reforçar a confiança na saída da situação recessiva da Zona Euro e, após cerca de um ano de a manter sem alteração, o BCE decidiu reduzir em Maio a taxa de referência para 0,50% (-25 bps) e em Novembro para um mínimo histórico de 0,25%, como consequência da divulgação, em Outubro, dos dados referentes à inflação, tendo a subida dos preços de 0,7% - claramente

aquém do objectivo do BCE, (cerca de 2 %) - colocado no horizonte o risco de deflação, mitigado pelo BCE através do reforço do carácter acomodatício da sua política monetária.

Evolução das Taxas de Referência do Euro e do Dólar e da Euribor 3 Meses



Por outro lado, a economia Americana recuperou o *momentum* em 2013 como consequência do desvanecimento do impacto que a contracção das despesas governamentais e federais e o aumento dos impostos havia tido no consumo interno. Neste sentido o FED acabou por considerar que a economia americana se encontrava suficientemente saudável para suportar uma redução da sua intervenção estabilizadora dos mercados financeiros, anunciando em Dezembro a decisão de reduzir o volume do programa de compra de obrigações (*tapering* do QE3) para os 75 mil milhões de USD, reduzindo este montante num ritmo mensal de 10 mil milhões de USD, promovendo assim o início de uma trajectória gradual de redução da dimensão deste programa até à sua extinção, condicionada à evolução positiva da economia.

Em 2013 o euro valorizou face às principais divisas mundiais com destaque para a valorização de cerca de 10% face ao dólar americano. A manutenção prolongada desta tendência de valorização compromete a evolução das exportações e consequentemente do crescimento da economia da zona Euro. Segundo um estudo da Nordea Markets, uma apreciação de 10% nos termos de troca comerciais (valorização de uma moeda face a outra, por exemplo) equivale a um aumento da taxa de juro de referência entre 0,5% e 1% e provoca um corte do crescimento de 0,8 pontos no PIB em dois anos.

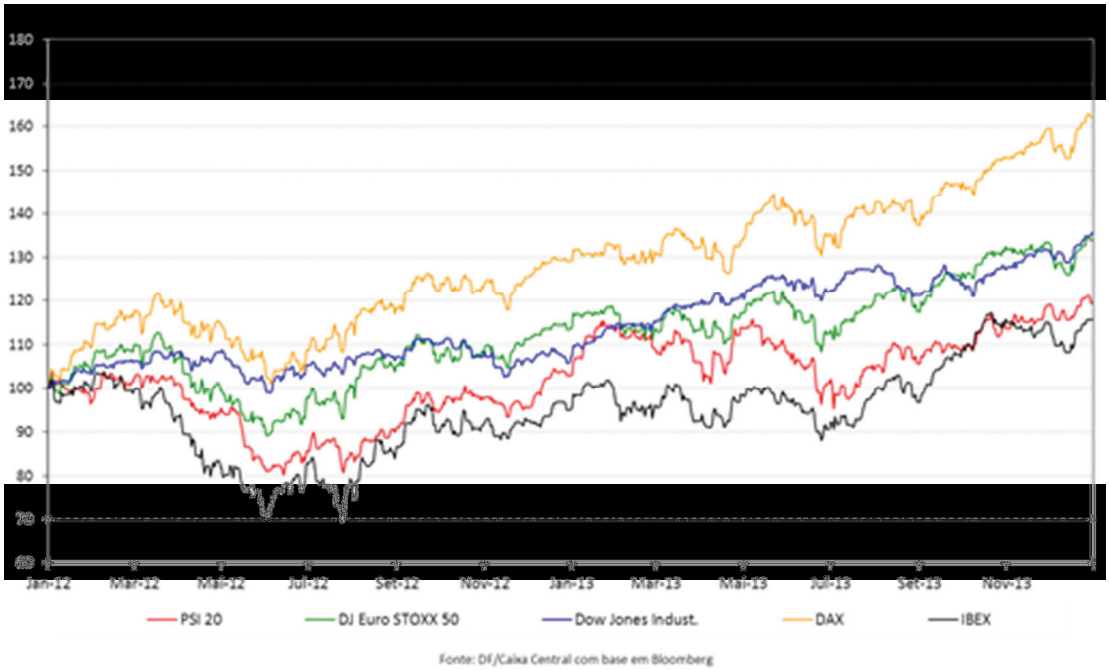
Evolução do Mercado Cambial (base 100 a 01/01/2012)



Fonte: DF/Caixa Central com base em Bloomberg

Apesar da conjuntura de incerteza e das fracas perspectivas de recuperação do crescimento registaram-se, ao longo de 2013, claras subidas nos principais índices bolsistas Europeus que se cifraram em +16% no PSI 20, em +18% no DJ Eurostoxx 50, +26% no DJ Industrial e em +25% no DAX, mantendo o trajecto que se vem consolidando desde 2011.

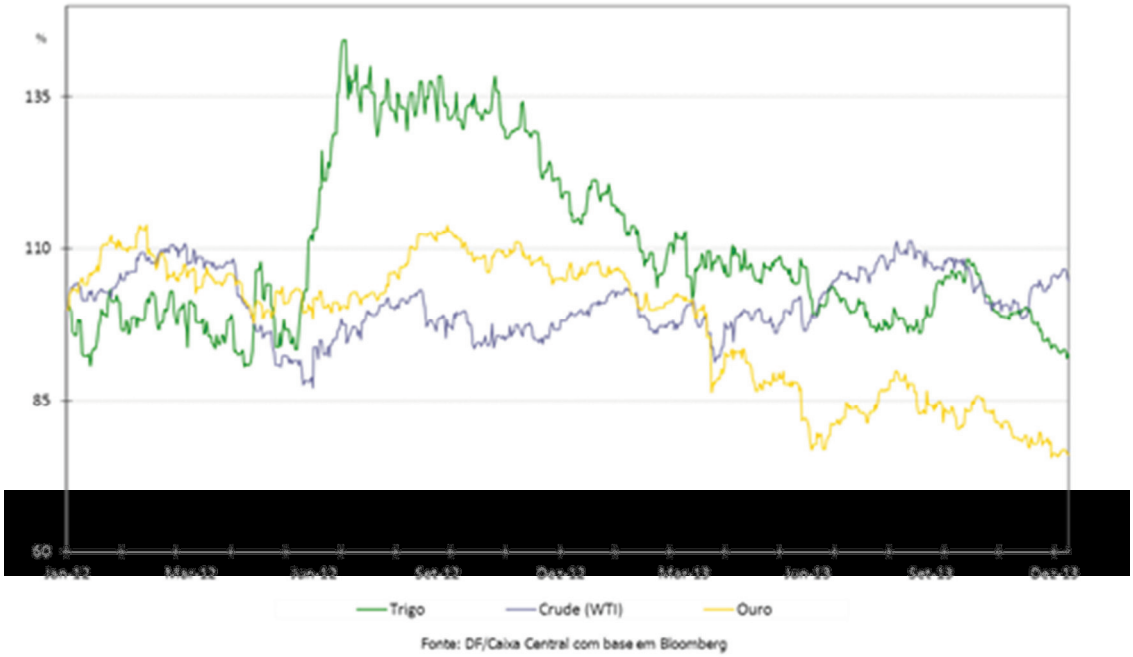
Evolução de Índices Accionistas (base 100 a 01/01/2012)



Fonte: DF/Caixa Central com base em Bloomberg

Os dados empíricos demonstram uma correlação muito elevada (0,8) entre o preço das *commodities* agrícolas e de metais e o crescimento das economias emergentes. Adicionalmente, um mercado de *commodities* em contracção pode ter efeitos negativos na balança comercial de algumas regiões do globo, nomeadamente Médio Oriente e África, originando uma maior contracção da procura global num fenómeno cíclico que poderá manter a tendência de decréscimo dos preços das *commodities* durante 2014.

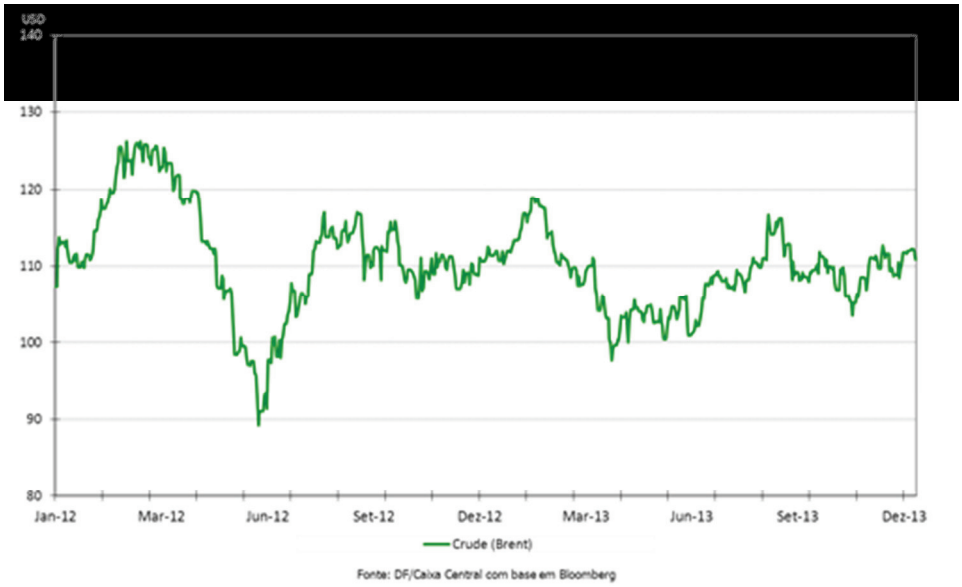
Evolução do Preço do Trigo, Petróleo e Ouro (base 100 a 01/01/2012)



Fonte: DF/Caixa Central com base em Bloomberg

Após a redução do preço do petróleo (Brent) no final de 2012 e início de 2013 como consequência das fracas perspectivas de crescimento económico mundial, a intensificação da instabilidade político-militar na Síria e assim como as perspectivas de retoma económica nos EUA conduziram a uma subida sustentada do preço do petróleo no segundo trimestre de 2013. No entanto, e considerando os indicadores do mercado de futuros, o preço do petróleo deverá registar uma quebra em 2014 como consequência do aumento da produção por parte dos países não pertencentes à OPEP e a uma estabilização da produção pela OPEP.

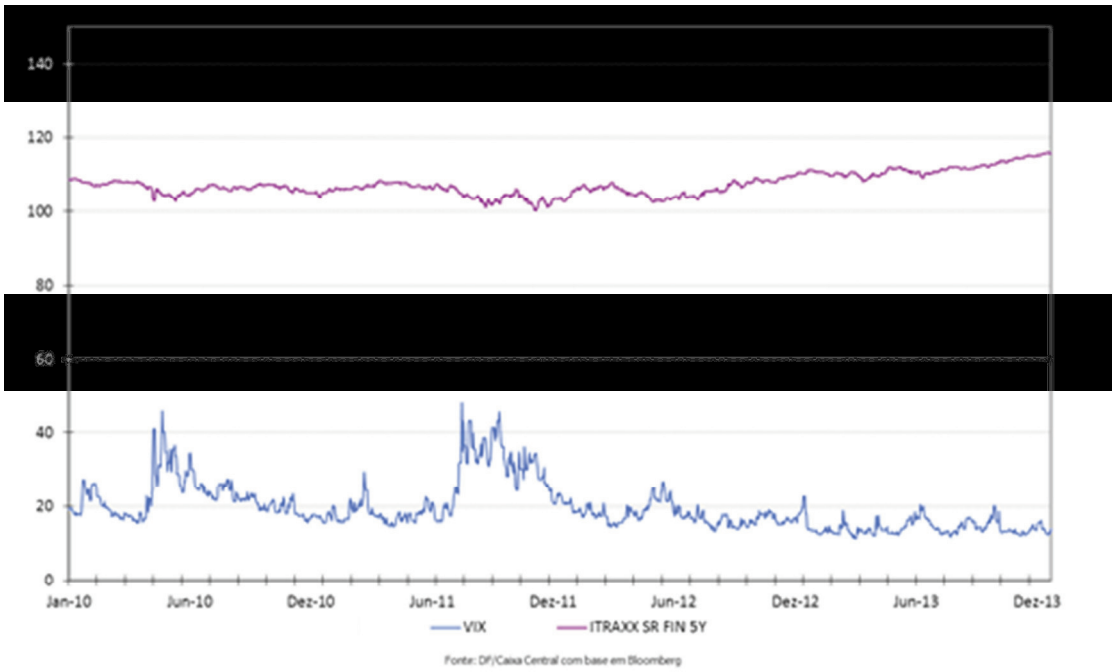
Evolução do Preço do Petróleo (Brent)



Fonte: DF/Caixa Central com base em Bloomberg

Os indicadores de volatilidade permaneceram em níveis elevados, no entanto o índice VIX[1] parece ter-se afastado de forma sustentada da barreira psicológica dos 20 pontos enquanto o ItraxxFinancials[2] se manteve em níveis historicamente elevados como consequência da manutenção de um cenário de recessão global e da manutenção das incertezas relativamente à dívida soberana na zona Euro nomeadamente nos países do sul.

Evolução dos Indicadores de Volatilidade



Fonte: DF/Caixa Central com base em Bloomberg

[1] O índice VIX, também conhecido como índice de medo, representa uma medida de volatilidade esperada para os próximos 30 dias.

[2] O ItraxxFinancials representa o conjunto de *CreditDefaultSwaps* (CDS) que cobrem as regiões da Europa, Austrália, Japão e Asia excluindo Japão.

4. Evolução e Perspectivas do Mercado Bancário

A actividade do sistema bancário permanece muito condicionada pela envolvente macroeconómica e financeira e, em particular, pelo plano de ajustamento da economia portuguesa que afecta de forma transversal todos os agentes económicos, resultando numa significativa contracção do negócio bancário.

Persistem algumas das condições adversas que já caracterizavam o negócio bancário no ano anterior, como a manutenção das taxas directoras em níveis historicamente baixos, a crescente acumulação de volumes de crédito vencido difíceis de gerir e a manutenção do amorfismo no mercado imobiliário a impossibilitar a gestão das sobredimensionadas carteiras de imóveis em posse dos bancos gerando pressões ao nível dos custos de exploração e dos fundos próprios.

Desde meados de 2011 que os principais agregados de crédito registam taxas de variação anuais negativas, particularmente acentuadas no crédito a particulares para fins que não a habitação e no crédito a empresas, consequência de uma acentuada quebra no rendimento disponível das famílias, do aumento dos níveis de desemprego e da contracção do volume de negócios das empresas, principalmente as micro e pequenas empresas sem potencial exportador.

AGREGADOS DE CRÉDITO

Taxa de variação anual

	2010	2011	2011	2012	2012	2013	2013
	Dez	Jun	Dez	Jun	Dez	Jun	Dez
TOTAL	1,5	0,0	-2,1	-3,9	-4,4	-3,7	-3,6
Empresas	0,7	0,0	-1,9	-4,0	-4,3	-2,8	-3,0
Particulares	2,0	0,0	-2,2	-3,7	-4,4	-4,4	-4,1
Crédito à habitação	2,4	0,4	-1,6	-3,0	-3,6	-3,8	-3,8
Outro Crédito a particulares	0,0	-1,8	-4,9	-7,2	-7,8	-7,5	-5,8

Fonte: Banco de Portugal, Boletim Estatístico

A tendência descendente do rácio de transformação reflecte a redução do crédito e o moderado crescimento dos depósitos de Clientes, potenciada pelo compromisso de desalavancagem assumido com a Troika.

A qualidade do crédito continua a pressionar a rendibilidade dos bancos em consequência do aumento continuado dos níveis de imparidades e do consequente esforço de provisionamento.

Os sinais de melhoria da conjuntura, a partir do segundo trimestre de 2013, são ainda insuficientes para inverter a tendência de agravamento do rácio de crédito em risco que aumentou de 5% em Dezembro de 2010 para 11% em Setembro de 2013.

O nível de endividamento quer das empresas quer dos particulares tem vindo a reduzir-se gradualmente, respectivamente -0,9% no caso das empresas e -4,6% no caso dos particulares, de acordo com os dados homólogos do Banco de Portugal a Dezembro de 2013.

No sector bancário nacional, a folga de capital é, em geral, adequada aos requisitos estabelecidos pela EBA e pelo Banco de Portugal e as condições de liquidez estão a melhorar.

No entanto, a defesa da rentabilidade continua a constituir um desafio para a generalidade dos bancos. Sabendo que a dívida acumulada pelo sector empresarial privado não é compensada pela capacidade dessas empresas empreenderem em projectos geradores de *cash flows* positivos e sustentáveis, embora tenham sido recentemente registadas melhorias para as empresas de menor risco.

O sector bancário tem vindo a reforçar os seus níveis de solvabilidade através de operações de recapitalização sendo as mais significativas efectuadas através do plano de recapitalização da banca alicerçado pelo Estado e cujo montante se fixou nos 7,8 mil milhões de euros.

O recurso ao financiamento do Eurosistema pelos bancos portugueses manteve-se estável, após o aumento registado até 2012, embora tendo aumentado de 53,2 mil milhões de euros no 2º trimestre para 55,4 mil milhões de euros no 3º trimestre (+4,1%).

A análise do crédito vencido empresarial por regiões denota não apenas a persistência mas também o agravamento dos níveis de incumprimento de forma transversal em todas as regiões.

RÁCIO DE CRÉDITO VENCIDO DE EMPRESAS (%) POR REGIÃO

Regiões	2010	2011	2011	2012	2012	2012	2013	2013
	Dez	Jun	Dez	Jun	Set	Dez	Jun	Dez
Norte	4,7	5,6	6,7	8,8	9,9	9,7	10,9	11,2
Centro	5,0	5,8	7,2	8,8	9,4	9,3	11,4	11,5
Lisboa	4,0	4,8	6,0	8,5	9,9	9,7	11,7	12,9
Alentejo	5,5	5,7	6,8	8,3	8,1	8,6	10,2	10,6
Algarve	6,1	7,4	11,4	18,9	19,6	18,7	24,6	25,2
Açores	3,2	4,7	5,3	7,0	7,4	7,1	7,6	7,1

Fonte: Banco de Portugal, Boletim Estatístico

Se compararmos os níveis de incumprimento actuais com os que se observavam no final de 2010, verificamos que na região do Algarve o crédito vencido aumentou para mais do quádruplo, na região de Lisboa triplicou, e nas restantes regiões mais do que duplicou.

A evolução do crédito vencido analisada com base na dimensão do crédito concedido revela a mesma tendência de agravamento, com o aumento do crédito vencido a verificar-se independentemente do montante de crédito inicial.

RÁCIOS DE CRÉDITO VENCIDO DE EMPRESAS (%) POR ESCALÕES DE CRÉDITO CONCEDIDO

[Intervalos em euros]	2008	2009	2010	2011	2012	2012	2012	2013	2013
	Dez	Dez	Dez	Dez	Jun	Set	Dez	Jun	Dez
< 20.000	11,1	14,0	16,1	16,7	18,2	19,2	19,8	21,2	22,3
20.000 – 50.000	8,0	9,9	11,6	13,7	15,8	16,9	17,6	19,3	19,8
50.000 – 100.000	6,9	9,0	10,4	12,7	14,7	15,9	16,4	18,2	19,1
100.000 – 200.000	6,0	7,9	8,8	11,3	13,3	14,7	15,4	17,2	17,7
200.000 – 400.000	4,7	6,5	7,9	9,7	11,8	13,3	14,0	16,0	16,4
400.000 – 1.000.000	4,6	6,7	7,4	10,4	12,7	14,2	14,9	17,0	17,5
1.000.000 – 5.000.000	3,5	5,6	6,9	9,9	12,4	14,2	14,7	17,4	18,2
> 5.000.000	1,0	2,6	2,5	4,4	7,1	7,9	7,2	9,0	9,6

Fonte: Banco de Portugal, Boletim Estatístico

Apesar de se manter a tendência para uma maior incidência de crédito vencido nas exposições até 100.000 euros, o agravamento verificado nos escalões de montante mais elevado tem vindo aumentar de intensidade nos últimos semestres, tendo sido bastante significativo no primeiro semestre de 2012.

No que se refere ao crédito vencido de empresas, a tendência registada não apresenta ainda sinais de abrandamento com os sectores de actividade relacionados com a construção, o comércio a retalho e as actividades imobiliárias a registarem volumes de crédito vencido e persistentemente crescentes.

RACIOS DE CRÉDITO VENCIDO - PARTICULARES VS EMPRESAS

	2010	2011	2011	2012	2012	2013	2013
	Dez	Jun	Dez	Jun	Dez	Jun	Dez
Particulares (Famílias)	3,3	3,4	3,7	4,0	4,1	4,3	4,5
Empresas	4,4	5,4	6,7	9,2	10	11,9	12,6

Fonte: Banco de Portugal, Boletim Estatístico

No sistema bancário, o crédito vencido no segmento particulares (famílias) tem vindo, no período recente, a apresentar uma tendência para a estabilização, embora no final do ano se tenha registado um aumento (tendo o rácio passado de 4,3% a Junho e a Setembro para 4,5% a Dezembro). O crédito vencido continua a registar aumentos tanto na tipologia habitação como no outro crédito.

RACIOS DE CRÉDITO VENCIDO - PARTICULARES (POR TIPOLOGIA)

	2010	2011	2011	2012	2012	2013	2013
	Dez	Jun	Dez	Jun	Dez	Jun	Dez
Habitação	1,9	1,9	2,0	2,2	2,3	2,3	2,5
Outro Crédito	8,5	9,2	10,5	11,5	11,8	12,6	13,1

Fonte: Banco de Portugal, Boletim Estatístico

A taxa de remuneração dos recursos mantém uma tendência descendente desde o início de 2012. O processo de desendividamento e a substituição de consumo por poupança, por parte das famílias, tem permitido aos bancos reduzirem progressivamente os custos com a remuneração dos depósitos sem colocar em causa os níveis de liquidez.

No crédito, as taxas registaram variações divergentes por tipo de crédito ao longo de 2013. A taxa do crédito à habitação desceu até Junho, mantendo-se estável durante o segundo semestre do ano, enquanto as taxas médias do crédito a empresas e as taxas médias do outro crédito a particulares (que inclui o crédito ao consumo) registaram flutuações ao longo do ano. É de realçar, no entanto, que o crédito a empresas terminou Dezembro de 2013 abaixo do nível registado em Dezembro de 2012.

TAXAS DE JURO (s/ saldos de fim de periodo)

	2010	2011	2011	2012	2012	2013	2013
	Dez	Jun	Dez	Jun	Dez	Jun	Dez
Depósitos até 2 anos	2,15	2,45	3,67	3,3	2,87	2,46	2,19
Crédito a empresas	3,77	4,49	5,12	4,86	4,39	4,45	4,35
Crédito à habitação	2,12	2,44	2,73	2,16	1,59	1,46	1,47
Outro Crédito a particulares	7,97	8,25	8,66	8,51	8,08	8,32	8,29

Fonte: BdP-Indicadores de Conjuntura

A melhoria das margens verificada em 2013 fica a dever-se sobretudo à redução do custo dos recursos uma vez que as condições de negócio, quer no que se refere à procura de crédito, quer quanto à situação financeira da generalidade dos Clientes, não permitiram a repercussão integral do aumento do risco nos *spreads* aplicados. É de realçar que no crédito à habitação a margem comercial se mantém negativa desde 2010 (graças ao nível historicamente baixo do

indexante desta tipologia de crédito, e aos *spreads* reduzidos dos contratos mais antigos), havendo no entanto uma diminuição do gap com a queda registada no custo dos recursos.

EVOLUÇÃO DA "MARGEM COMERCIAL" DO CRÉDITO

	2010	2011	2011	2012	2012	2013	2013
	Dez	Jun	Dez	Jun	Dez	Jun	Dez
Crédito a empresas	1,62	2,04	1,45	1,56	1,52	1,99	2,16
Crédito à habitação	-0,03	-0,01	-0,94	-1,14	-1,28	-1,00	-0,72
Outro Crédito a particulares	5,82	5,80	4,99	5,21	5,21	5,86	6,10

Taxa média do crédito deduzida da taxa de remuneração dos depósitos a 2 anos, usado como *proxy* da margem comercial

III. EVOLUÇÃO GERAL DA ACTIVIDADE DO GRUPO CRÉDITO AGRÍCOLA

1. ACTIVIDADE COMERCIAL

Na actividade comercial do SICAM em 2013 destaca-se a redução do valor total do crédito, a par de uma ligeira expansão dos depósitos de clientes e de um crescimento assinalável dos recursos fora de balanço.

Balanço do SICAM

Unidade: milhões de euros, excepto %

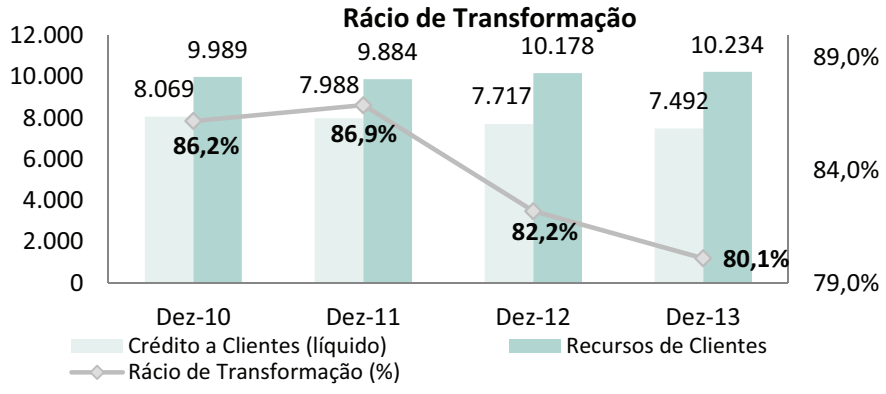
	Dez-10	Dez-11	Dez-12	Dez-13	Δ Abs.	Δ %
Activo Líquido	13.213	13.027	13.747	12.968	-779	-5,7%
Crédito a Clientes (líquido)	8.069	7.988	7.717	7.492	-225	-2,9%
Aplicações em IC e Bancos Centrais	437	618	620	495	-125	-20,2%
Activos Financeiros	3.820	3.508	4.372	3.908	-464	-10,6%
Passivo	12.187	11.973	12.649	11.863	-786	-6,2%
Recursos de Clientes	9.989	9.884	10.178	10.234	56	0,6%
Recursos de OIC e Bancos Centrais	1.878	1.785	2.148	1.363	-785	-36,5%
Situação Líquida	1.026	1.054	1.098	1.105	7	0,6%
Rácio de Transformação (%)	86,2%	86,9%	82,2%	80,1%	- 2,1 p.p.	

Com efeito, em 2013 a rubrica Crédito a Clientes registou em termos líquidos um decréscimo de 2,9% e em termos brutos de 2,0%. O seu peso no valor total do activo líquido era no final de 2013 de 57,8%, contra 56,1% em 2012.

No entanto, os Depósitos de Clientes, que são a componente dominante do passivo do SICAM perfazendo 86,3% do total, registaram um crescimento de 0,6% em relação ao ano anterior, atingindo assim um valor total de cerca de 10,2 mil milhões de euros em Dezembro de 2013 (incluindo os encargos a pagar, de valor residual).

O decréscimo verificado no crédito a clientes bruto (-2,0%), conjugado com o aumento nos recursos de clientes (+0,6%), conduziu a uma redução no rácio de transformação, de 82,2% em 2012 para 80,1% em 2013.

Refira-se que o rácio de transformação do SICAM nos últimos seis anos oscilou entre os 82% e os 88%, sempre muito aquém do limite prudencial de referência estabelecido no âmbito do programa de assistência financeira a Portugal (120%).



Com efeito, o valor dos depósitos continua a exceder largamente o crédito concedido, conservando o SICAM uma forte posição de liquidez no seu balanço. No entanto, tal coloca pressão sobre a rentabilidade do Grupo, dado que as condições de remuneração dos excedentes de liquidez nos mercados financeiros se apresentam muito desfavoráveis.

O SICAM e o Grupo Crédito Agrícola mantiveram igualmente no exercício findo uma actividade dinâmica, em termos comerciais, noutras áreas de negócio, designadamente seguros – ramo vida e ramos reais, fundos de investimento e gestão de activos. A evolução nos seguros de capitalização e fundos de investimento contribuiu para um crescimento bastante significativo, a que já se aludiu, nos recursos de clientes fora do balanço.

1.1. Depósitos e Outros Recursos

O ambiente económico de 2013 foi manifestamente desfavorável à retenção e à captação de depósitos de clientes, ao mesmo tempo que prosseguiu a postura comercial fortemente concorrencial das demais instituições, visando melhorar a sua liquidez e reduzir os respectivos rácios de transformação.

A confortável liquidez do Grupo Crédito Agrícola permitiu-lhe porém, neste contexto, manter uma política essencialmente reactiva e conservadora na sua actividade de captação de recursos.

Ainda assim, mesmo neste ambiente macroeconómico marcadamente recessivo e com uma intensa concorrência interbancária na captação de recursos, os depósitos de clientes do SICAM mantiveram-se praticamente ao mesmo nível.

Recorde-se que a Instrução 28/2011 do Banco de Portugal determinou a penalização em Fundos próprios de base da contratação, renovação e reforço de depósitos com remunerações superiores a determinados limiares de taxas, o que introduziu condicionalismos nas taxas máximas de depósitos oferecidas, tendo contribuído para travar a tendência de subida, mantendo-se no entanto as taxas médias praticadas em níveis comparativamente elevados face aos que se verificavam há alguns anos atrás, em períodos em que as taxas Euribor eram até superiores às que actualmente se observam.

Depósitos de Clientes

Valores em milhões de euros, excepto %

	2010	2011	2012	2013	Δ Abs.	Δ %
Depósitos à Ordem	2.642	2.476	2.587	2.762	176	6,8%
Depósitos a Prazo e Poupanças	7.317	7.350	7.518	7.405	-113	-1,5%
Encargos a Pagar Líquidos	29	58	73	67	-6	-8,7%
TOTAL	**9.989**	**9.884**	**10.178**	**10.234**	**56**	**0,6%**

A profunda ligação que as Caixas mantêm com as populações locais, e a confiança cimentada numa longa relação de proximidade, foram factores que muito contribuíram para a sustentação da base de depósitos do SICAM, que se traduziu num aumento de 6,8% nos Depósitos à Ordem, ao invés dos Depósitos a Prazo e de Poupanças que reduziram 1,5% face ao final 2012.

Os recursos de clientes sob gestão do Crédito Agrícola incluem ainda os de fora de balanço que continuaram a registar, como já se notou, um crescimento significativo, em contraciclo com o observado no conjunto do sector.

Recursos Fora do Balanço

Valores em milhões de euros, excepto %

	2010	2011	2012	2013	Δ Abs.	Δ %
Fundos de Investimento	192	222	283	366	83	29,4%
Mobiliários (FIM e FEI)	112	128	166	221	54	32,6%
Imobiliários	81	94	117	145	29	24,8%
Seguros de Capitalização*	796	901	1.017	1.274	257	25,3%
TOTAL	**988**	**1.123**	**1.300**	**1.640**	**340**	**26,2%**

*inclui valor das provisões matemáticas e passivos financeiros de contratos de seguro considerados para efeitos contabilísticos contratos de investimento, referentes às CCAM do SICAM.

O crescimento dos produtos fora do balanço, permitiu às Caixas e à Caixa Central evitar o impacto adverso na margem financeira da remuneração de recursos a taxas comparativamente mais elevadas, mantendo-se no entanto os recursos na órbita do Crédito Agrícola, para além de ter contribuído para a geração de comissões na colocação desses produtos, favorecendo o incremento da margem complementar.

Relativamente à comercialização de fundos de investimento, verificaram-se aumentos consideráveis, quer no que respeita aos fundos de investimento mobiliário quer no que respeita aos fundos de investimento imobiliário, de 32,6% e 24,8%, respectivamente.

Nos seguros de capitalização, por sua vez, é de assinalar o crescimento de 25,3%, tendo atingido a respectiva carteira um valor de 1.274 milhões de euros em 2013.

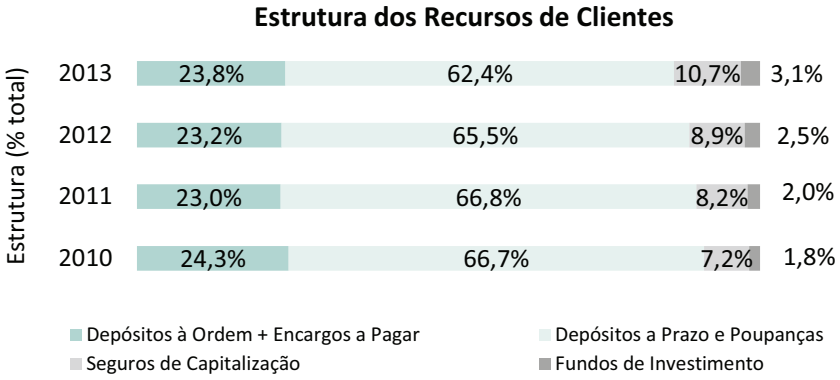
Este crescimento em boa parte é explicado pelas soluções apresentadas pela CA Gest e pela CA Vida, que se têm mostrado atractivas para os clientes, satisfazendo os níveis de remuneração por eles pretendidos - sem impacto, como referido, na margem financeira.

Na estrutura de recursos de clientes manteve-se, porém, o peso dominante dos depósitos tradicionais, os quais representavam 86,2% dos recursos totais confiados ao Grupo no final de 2013, contra 91% em 2010. Observou-se, de qualquer modo, um peso crescente de todas as rubricas que integram os recursos fora do balanço os quais, no total, perfizeram no ano findo 13,8% dos recursos de clientes sob gestão do Crédito Agrícola, contra 9,0% em 2010 e 11,3% em 2012.

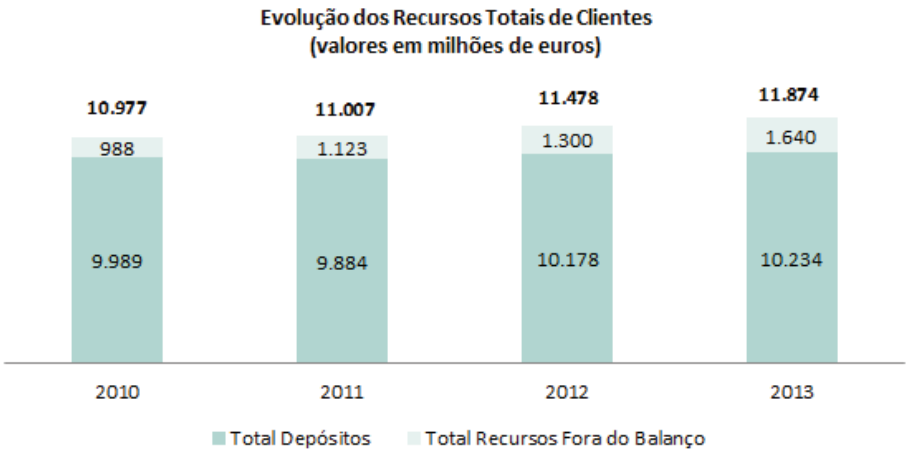
Recursos de Clientes sob Gestão do Crédito Agrícola

Valores em milhões de euros, excepto %

	2010	2011	2012	2013	Estrutura (% total)			
					2010	2011	2012	2013
Depósitos à Ordem + Encargos a Pagar	2.672	2.534	2.660	2.829	24,3%	23,0%	23,2%	23,8%
Depósitos a Prazo e Poupanças	7.317	7.350	7.518	7.405	66,7%	66,8%	65,5%	62,4%
Total Depósitos	9.989	9.884	10.178	10.234	91,0%	89,8%	88,7%	86,2%
Seguros de Capitalização	796	901	1.017	1.274	7,2%	8,2%	8,9%	10,7%
Fundos de Investimento	192	222	283	366	1,8%	2,0%	2,5%	3,1%
Total Recursos Fora do Balanço	988	1.123	1.300	1.640	9,0%	10,2%	11,3%	13,8%
TOTAL	**10.977**	**11.007**	**11.478**	**11.874**	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**



Dada a evolução positiva quer nos produtos fora do balanço, quer nos depósitos tradicionais, o valor total dos recursos de clientes geridos pelo Crédito Agrícola registou um acréscimo face ao homólogo de 3,5%, tendo atingido os quase 11,9 mil milhões de euros em Dezembro de 2013.



1.2. EVOLUÇÃO DO CRÉDITO

Em 2013, como já se referiu, a carteira de crédito do SICAM registou um decréscimo de -2,0% face ao ano anterior, tendo passado de 8.365 milhões de euros em 2012 para 8.199 milhões em 2013.

Apesar da quebra generalizada no sector bancário, no SICAM o crédito concedido a empresas aumentou 0,3%, tendo-se registado, no entanto, uma redução de 4,2% no crédito a particulares, o que veio a impor a supramencionada redução total de -2,0% no volume de crédito a clientes em relação a 2012.

Crédito a Clientes

Valores em milhões de euros, excepto %

	2010	2011	2012	2013	Δ Abs.	Δ %
Crédito a Clientes (1)	8.606	8.587	8.365	8.199	-167	-2,0%
Empresas	4.119	4.180	4.108	4.121	13	0,3%
Particulares	4.488	4.407	4.257	4.078	-179	-4,2%
do qual crédito vencido há mais de 90 dias (2)	421	500	568	628	60	10,5%
Rácio de Crédito Vencido (2/1)	4,9%	5,8%	6,8%	7,7%	+ 0,9 p.p.	
Compromissos perante terceiros	1.306	1.081	1.085	947	-138	-12,7%
linhas de crédito irrevogáveis	855	597	553	500	-53	-9,6%
linhas de crédito revogáveis	301	322	308	201	-108	-34,9%
Garantias Prestadas *	302	274	257	250	-7	-2,8%

* Inclui garantias e avales prestados e créditos documentários de importação, e exclui activos dados em garantia, nomeadamente de crédito e de títulos, junto do euro-sistema

O crédito vencido no SICAM a mais de 90 dias no final de 2013 apresentou um crescimento de 10,5% comparativamente a 2012, atingindo cerca de 628 milhões de euros no termo de 2013. Como consequência, o rácio de crédito vencido a mais de 90 dias registou um agravamento em 2013 atingindo um valor de 7,7%, contra 6,8% em Dezembro de 2012 e 5,8% em 2011.

É também de salientar que este acréscimo do crédito vencido, que espelha as dificuldades da actual conjuntura, se tem mostrado, no decurso da actual crise, menos acentuado no SICAM do que no conjunto do sistema financeiro.

Impõe-se, no actual contexto de crise, o reforço dos processos de acompanhamento do crédito e a intensificação dos esforços de recuperação, para além, naturalmente, de cuidados acrescidos logo na fase de concessão, e nas próprias renovações, atendendo ao agravamento e maior imprevisibilidade dos factores de risco.

Relativamente aos Compromissos perante Terceiros, assistiu-se a uma redução de 12,8% face a 2012, devido à evolução das linhas de crédito irrevogáveis e revogáveis que registaram decréscimos em 2013 de 9,6% e 8,9%, respectivamente.

No que respeita às Garantias prestadas, relacionadas com operações com clientes, verificou-se um decréscimo no seu valor global de 3,0%, para o que será factor explicativo a quebra de actividade no sector imobiliário e de obras públicas, o qual é um dos principais geradores de procura deste tipo de garantias.

A retracção do crédito em 2013 foi extensiva a quase todas as tipologias de crédito, exceptuando-se o papel comercial e os contratos de financiamento, que registaram crescimentos de 71,3 e 68,5 milhões de euros, respectivamente.

É igualmente de realçar que a taxa média ponderada da carteira de crédito do SICAM tem vindo a registar uma queda desde 2011, estando em 2013 nos 4,23%.

Evolução do Crédito por Tipo de Operação

Valores em milhões de euros, excepto %

	2010	2011	2012	2013	Δ Abs.	Δ %
Crédito à Habitação (inclui Multiusos)	2.460	2.481	2.449	2.364	-85,1	-3,5%
Contas Correntes Caucionadas	643	650	569	433	-135,9	-23,9%
Descontos Comerciais	77	70	52	38	-14,2	-27,3%
Leasing	190	183	165	118	-46,9	-28,4%
Cartões de Crédito	40	39	39	38	-0,6	-1,6%
Descobertos	25	30	34	16	-18,1	-52,8%
Operações com o Estrangeiro	11	12	12	11	-0,7	-6,0%
Papel Comercial	94	157	169	240	71,3	42,3%
Contratos de Financiamentos (diversas maturidades)	5.047	4.939	4.854	4.922	68,5	1,4%
Rendimentos a receber (líquidos)	36	43	41	38	-2,8	-6,9%
Receitas com rendimento diferido (líquidas)	-15	-17	-17	-19	-2,0	11,8%
Crédito a Clientes (1)	**8.606**	**8.587**	**8.365**	**8.199**	**-166,8**	**-2,0%**
Compromissos perante Terceiros (2)	**1.306**	**1.081**	**1.085**	**947**	**-138,4**	**-12,8%**
dos quais Linhas de Crédito Irrevogáveis	855	597	553	500	-53,1	-9,6%
dos quais Linhas de Crédito Revogáveis	301	322	308	281	-27,4	-8,9%
Garantias Prestadas (3) *	**302**	**274**	**257**	**249**	**-7,8**	**-3,0%**
Subtotal (2+3)	1.608	1.354	1.342	1.196	-146,2	-10,9%
Total (1+2+3)	**10.214**	**9.941**	**9.708**	**9.395**	**-313,0**	**-3,2%**
Taxa média ponderada da carteira de crédito a clientes	**4,17%**	**5,04%**	**4,36%**	**4,23%**	**- 0,13 p.p.**	

* Inclui garantias e avales prestados e créditos documentários de importação, e exclui activos dados em garantia, nomeadamente de crédito e de títulos, junto do euro-sistema

O crédito à habitação registou um decréscimo de 85,1 milhões de euros em 2013 face a 2012, que representava no termo do ano findo 28,8% do total da carteira.

Crédito Agenciado por Tipologia de Crédito

Valores em milhares de euros, excepto %

	2010	2011	2012	2013	Δ Abs.	Δ %
Crédito à Habitação	199.103	191.620	181.406	170.316	-11.090	-6,1%
Cartões de Crédito	20.469	18.785	17.463	15.194	-2.269	-13,0%
Descontos Comerciais	1204	1.182	537	388	-149	-27,7%
Contas Correntes Caucionadas	24.504	21.378	24.340	14.526	-9.814	-40,3%
Financiamentos	180.185	191.499	167.261	181.275	14.014	8,4%
Leasing	129.091	121.411	103.449	68.723	-34.726	-33,6%
Operações com o estrangeiro	2.094	975	1.098	2.656	1.558	141,9%
TOTAL	**556.650**	**546.851**	**495.554**	**453.077**	**-42.477**	**-8,6%**

Continuando com reduzida dinâmica, o crédito agenciado apresentou um decréscimo de 8,6%, para 453,1 milhões de euros, com apenas duas rubricas - financiamentos e operações com o estrangeiro - a registarem subidas.

De realçar que estas diminuições reflectem sobretudo a actual conjuntura económica, sendo que na tipologia "cartões de crédito" a quebra deve-se à passagem dos cartões de crédito agenciado para as Caixas Associadas, e nas "Contas Correntes Caucionadas" resulta do aumento da capacidade das Caixas Associadas em apoiar as empresas e os ENI em curto prazo.

Dentro da rubrica "financiamentos", uma das duas que registou uma subida, importa referir o crédito a empresas, que apresenta um ligeiro acréscimo em virtude da existência de linhas de crédito protocoladas e ao facto de se tratar de uma tipologia de crédito com maturidade mais longa. Este crescimento contrasta com as quebras no crédito a empresas da Caixa Central.

1.1.1 EMPRESAS

No segmento de empresas, como se referiu, verificou-se, em termos globais, um crescimento quase nulo de 0,3%, reflectindo uma redução das contas correntes caucionadas, dos descontos comerciais e do *leasing* e de um aumento dos financiamentos, nomeadamente do papel comercial.

O crédito sob a forma de papel comercial registou um acréscimo de 71 milhões de euros, mais 42% face a Dezembro de 2012, fruto de um esforço de originação por parte da Caixa Central ao longo de 2013. Algumas das operações incluídas nesta rubrica são equivalentes a aplicações de tesouraria junto de empresas nacionais de referência.

A taxa média ponderada da carteira de crédito a empresas também regista quebras desde 2011, situando-se em 2013 nos 4,93%.

EMPRESAS

Valores em milhões de euros, excepto %

	2010	2011	2012	2013	Δ Abs.	Δ %
Crédito a Empresas	4.119	4.180	4.108	4.121	13	0,3%
Contas Correntes Caucionadas	552	567	497	383	-114	-22,9%
Descontos Comerciais	70	69	53	34	-19	-36,6%
Leasing	158	153	142	107	-35	-24,4%
Financiamentos	3.339	3.391	3.416	3.597	181	5,3%
do qual Papel Comercial	94	157	169	240	71	42,3%
Taxa média ponderada da carteira de crédito a empresas	**4,46%**	**5,63%**	**5,08%**	**4,93%**	**- 0,15 p.p.**	

Relativamente aos sectores de actividades, verifica-se que quase um quinto do crédito concedido pelo SICAM está concentrado no comércio por grosso e a retalho e reparação de veículos automóveis e motociclos. Também relevantes são os sectores das indústrias transformadoras e extractivas, da construção e da agricultura. É de realçar que, comparando com o sector, o SICAM aposta bastante no sector primário, que representa mais de 10% do total do crédito concedido (vs. apenas 2% de peso na banca nacional). Por outro lado, o SICAM tem um peso mais baixo da construção e das actividades imobiliárias face ao resto da banca, sectores que registaram um aumento significativo no crédito vencido com a actual crise.

Sector de Actividade	Peso no Crédito Concedido
Comércio por grosso e a retalho, e reparação de veículos automóveis e motociclos	18,7%
Indústrias transformadoras e extractivas	15,9%
Construção	12,4%
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	10,5%
Educação, saúde e outras atividades de serviços sociais e pessoais	8,3%
Atividades imobiliárias	8,0%
Atividades de consultoria, técnicas, administrativas, de informação e de comunicação	6,3%
Alojamento, restauração e similares	6,3%
Outras atividades	5,5%
Atividades das sociedades gestoras de participações sociais não financeiras	3,2%
Eletricidade, gás, captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	3,0%
Transportes e armazenagem	1,6%
TOTAL	**100,0%**

1.1.2 PARTICULARES

O impacto do ambiente recessivo da economia, com o aumento do desemprego, a diminuição do poder de compra e o aumento dos factores de incerteza, cria dificuldades acrescidas às famílias e pequenos negócios, e condicionou, no exercício findo, a actividade creditícia também neste segmento.

Assim verificou-se um decréscimo da carteira de crédito a particulares na ordem dos 180 milhões de euros (-4,2%), para um valor total de 4.078 milhões de euros, sendo o decréscimo mais acentuado no crédito à Habitação.

PARTICULARES e MICRO-NEGÓCIOS

Valores em milhões de euros, excepto %

	2010	2011	2012	2013	Δ Abs.	Δ %
Crédito a Particulares	4.488	4.407	4.257	4.078	-179	-4,2%
Crédito à Habitação (inclui Multiusos)	2.460	2.481	2.449	2.337	-112	-4,6%
Crédito ao Consumo *	388	360	331	319	-12	-3,7%
do qual Cartões de Crédito	39	38	38	37	-1	-1,6%
Leasing	31	29	23	17	-6	-24,4%
Outro Crédito por Desembolso de Fundos *	1.609	1.538	1.455	1.405	-50	-3,4%

* Inclui descobertos, efeitos descontados, contas correntes e empréstimos de maturidades diversas

O crédito à habitação, apesar de se manter como a rubrica com maior peso neste segmento, registou, como já se apontou, uma redução de 112 milhões de euros. No entanto manteve o seu peso relativo, representando no final do exercício 57,3% do total do crédito concedido a particulares.

O crédito ao consumo registou no SICAM um decréscimo de 3,7%, reflexo do maior rigor na sua concessão, em resultado da alteração dos factores de risco que lhe são inerentes, mas também devido a uma manifesta retracção da procura. No total, porém, o crédito concedido a particulares para consumo e outros fins representa uma pequena parcela do crédito a este segmento (7,8% em 2013).

O crédito na modalidade de locação financeira, à semelhança do que ocorreu no segmento empresas, registou nos particulares um decréscimo significativo de 24,4%, conforme se explicita no ponto seguinte.

1.1.3 LOCAÇÃO FINANCEIRA

Sendo a locação financeira especialmente destinada ao financiamento do investimento – de equipamentos, viaturas e imóveis – pode-se considerar que o ano de 2013 representou um ponto de viragem em relação à forte retracção que existiu a partir do ano de 2008, tendo a procura destes bens sofrido um ligeiro aumento, nomeadamente o *leasing* mobiliário.

Assim, de acordo com os dados disponíveis para o sector a nível nacional, houve um aumento global na celebração de novos contratos de aproximadamente 4%, tendo incidido de formas diferentes nos três tipos de produtos (nos equipamentos, um crescimento de 3%, nas viaturas, um crescimento de 16% e nos imóveis, um decréscimo de 5%).

A locação financeira no Crédito Agrícola teve um comportamento um pouco em contra-ciclo com o sector, tendo registado um decréscimo acentuado no *leasing* mobiliário de 44% (38%

nos equipamentos e 48% nas viaturas), mas no *leasing* imobiliário registou um crescimento de 120%.

O valor da carteira de crédito em locação financeira do Crédito Agrícola teve uma redução de aproximadamente 16%, ascendendo a um valor global de 138 milhões de euros.

unidade: milhares de euros, excepto %

Activo das operações leasing	2011	2012	2013	Variação Abs.	Variação %	Estrutura da carteira	
						2012	2013
Caixa Central	167.014	150.221	119.448	-30.773	-20,5%	91,1%	86,4%
Caixas Associadas	15.510	14.674	18.765	4.091	27,9%	8,9%	13,6%
Total	182.524	164.895	138.213	-26.682	-16,2%	100,0%	100,0%

O sector empresarial não financeiro representa cerca de 86% do valor da carteira de crédito nesta área, enquanto os particulares e pequenos negócios representam cerca de 13%. Por sua vez, o sector público estatal e o sector financeiro têm um peso residual na carteira de *leasing* do Crédito Agrícola.

unidade: milhares de euros, excepto %

Tipo de locatário	2011	2012	2013	Variação Abs.	Variação %	Estrutura da carteira	
						2012	2013
Particulares e pequenos negócios	28.820	22.479	18.421	-4.058	-18,1%	13,6%	13,3%
Sector público estatal	1.463	870	581	-289	-33,2%	0,5%	0,4%
Sector financeiro	942	785	665	-120	-15,3%	0,5%	0,5%
Sector não financeiro	151.299	140.761	118.546	-22.215	-15,8%	85,4%	85,8%
Total	182.524	164.895	138.213	-26.682	-16,2%	100,0%	100,0%

De realçar ainda o facto da carteira de imóveis começar a assumir um peso mais elevado, por contrapartida de um menor peso na carteira de viaturas, enquanto que o peso da carteira de equipamentos se manteve praticamente estagnado.

unidade: milhares de euros, excepto %

Tipo de bem locado	2011	2012	2013	Variação Abs.	Variação %	Estrutura da carteira	
						2012	2013
Viaturas	57.293	51.731	36.254	-15.477	-29,9%	31,4%	26,2%
Equipamentos	59.034	52.598	44.516	-8.082	-15,4%	31,9%	32,2%
Imóveis	66.197	60.566	57.443	-3.123	-5,2%	36,7%	41,6%
Total	182.524	164.895	138.213	-26.682	-16,2%	100,0%	100,0%

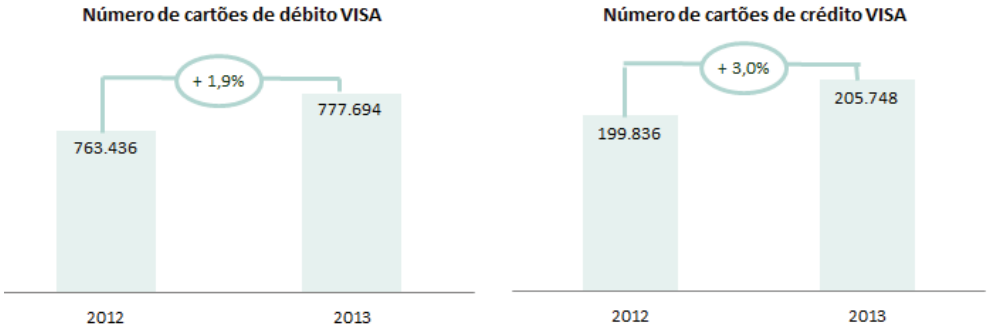
1.3. MEIOS ELECTRÓNICOS DE PAGAMENTO

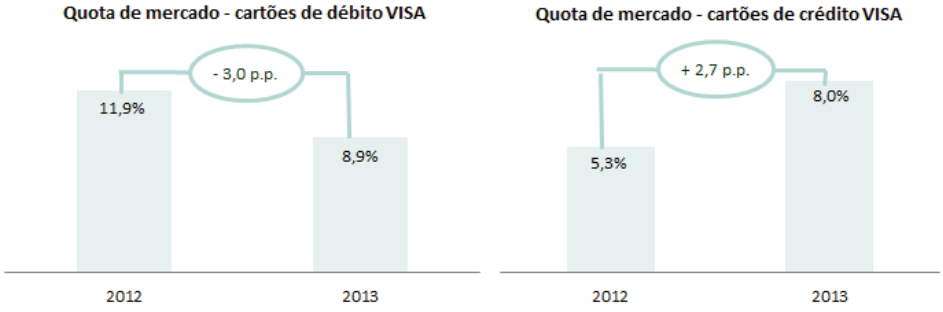
Em 2013 os Meios Electrónicos de Pagamento levaram a cabo diversas iniciativas de dinamização deste segmento, de onde se destacam:

- Lançamento do Cartão CA Buffet – um cartão bancário pré-pago destinado às empresas, públicas ou privadas, para pagamento do subsídio de alimentação aos seus empregados, permitindo que empresas e empregados beneficiem de facilidades fiscais em sede de TSU e IRS.
- Solidificação da oferta da tecnologia *contactless*, na vertente de Emissor e na vertente de *Acquirer*, com o apoio da VISA Europe, acompanhando os restantes Bancos e *Acquirers* portugueses.

- Conclusão da Fase III do Projecto da Visa Consulting, projecto de desenvolvimento do *Data Mart* de Meios Electrónicos de Pagamento, consistindo esta fase na definição de Modelos Comportamentais de Risco.
- Conclusão do Plano de Negócios MEP, que consistiu na apresentação a todas as CCAM, a nível de Direcções e Coordenações Comerciais dos respectivos Indicadores de Gestão.
- Lançamento do Cartão Clube A, vertente Débito, que é um cartão personalizado, com identificação do Sócio e da CCAM a que pertence. À semelhança do cartão de crédito Clube A, o cartão permite aceder aos benefícios do Clube A (Bónus e Descontos) e pertence à oferta para os Associados, quer sejam empresas ou particulares.

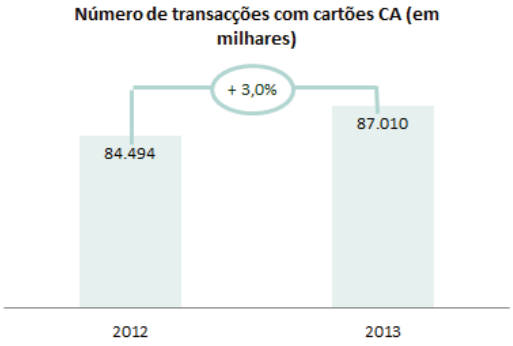
A actividade dos meios electrónicos de pagamento durante o ano de 2013 teve um acréscimo positivo. Este crescimento reflecte-se em diversos indicadores, dos quais se destacam o aumento do número de cartões do Crédito Agrícola, tanto de débito (+1,9%) como de crédito (+3%).

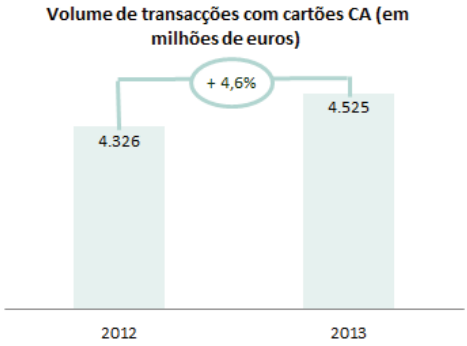




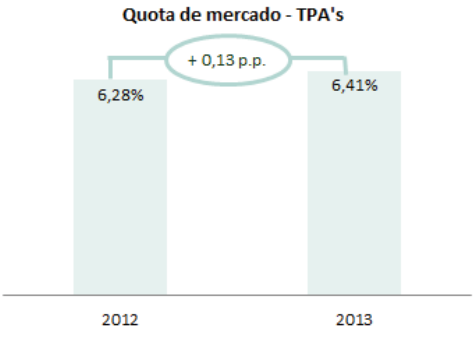
Apesar do crescimento do número de cartões, verificou-se uma diminuição da quota de mercado nos cartões de débito uma vez que, por regulamentação do Banco de Portugal, os cartões de débito diferido migraram de cartões de crédito para cartões de débito em todo o mercado (traduzindo-se num aumento do total de cartões de débito, em 2013, de 36,3%), o que diluiu o aumento nos cartões de débito CA. Pelo contrário, a quota de mercado do Crédito Agrícola nos cartões de crédito aumentou significativamente, passando de 5,3% em 2012 para 8% em 2013, fruto do aumento nos cartões de crédito CA e de uma diminuição acentuada dos

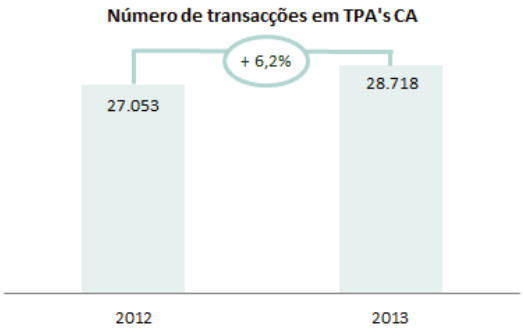
cartões de crédito em todo o mercado (-32,2%, explicada pela já referida migração dos cartões de débito diferido).



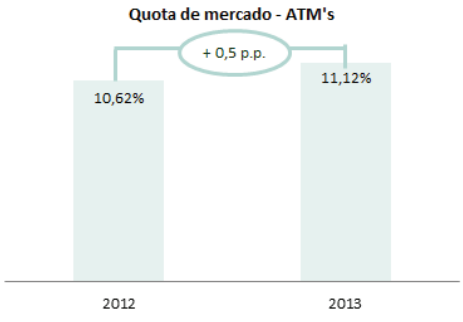


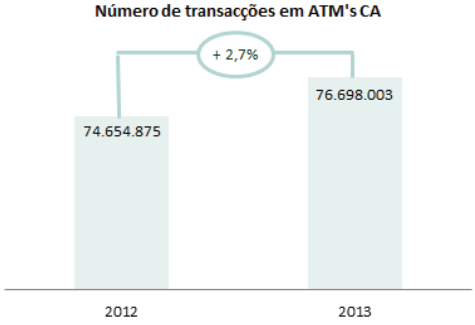
O número e volume de transacções efectuadas com os Cartões do Crédito Agrícola aumentaram 3% e 4,6%, respectivamente.





A instalação de Terminais de Pagamento Automático continuou a registar uma evolução positiva, o que permitiu aumentar a quota de mercado do Crédito Agrícola nos TPA, efeito do aumento do número destes equipamentos pertencentes ao Crédito Agrícola (+0,8% em 2013 face ao período homólogo) num contexto de diminuição do número total de TPA no mercado (que decresceu 1,3%). De igual modo registou-se um aumento do número de transacções efectuadas em TPA do Crédito Agrícola em 6,2%, passando de pouco mais de 27 milhões de transacções em 2012 para mais de 28,7 milhões de transacções em 2013.





Relativamente aos ATM, também se registou um aumento do número de equipamentos geridos pelo Crédito Agrícola em 2013 (+1,3%, passando de 1.423 em 2012 para 1.442 em 2013), com um reforço da quota de mercado em 0,5 p.p. O número de transacções em ATM do Crédito Agrícola subiu 2,7% em 2013.

1.4. BANCA DIRECTA

Nos últimos anos tem-se registado uma adesão crescente, por parte dos Clientes aos canais digitais. Estas alterações resultam da oferta global a que os consumidores estão permanentemente sujeitos, levando a alterações de tendências comportamentais na selecção dos serviços. Neste sentido, o Grupo CA tem vindo a adaptar a sua estratégia de abordagem com os Clientes adequando a sua oferta às melhores práticas de mercado, através do desenvolvimento de novas soluções e funcionalidades tecnológicas que vão ao encontro das suas necessidades e que permitam dinamizar e rentabilizar a actividade comercial, reforçando a relação com os Clientes, fortalecendo a imagem de modernização e inovação do Grupo e simultaneamente reduzindo custos da instituição e optimizando processos.

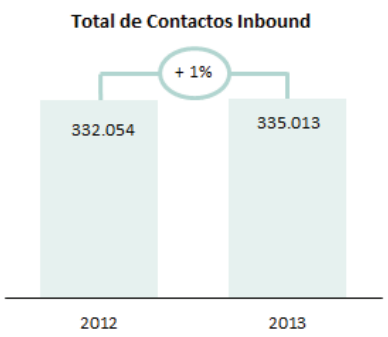
As acções realizadas em 2013, nesta área, registaram um incremento significativo:

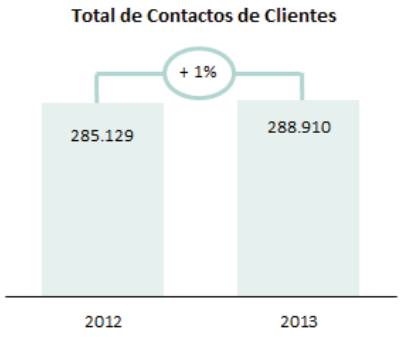
- Crescimento superior a 14% da carteira de Clientes activos aos serviços On-Line – Particulares e Empresas. No entanto, considerando os valores médios de penetração do mercado para estes serviços (33%) face à taxa de penetração CA de 20% considera-se importante que se mantenha a promoção e divulgação dos serviços junto dos Clientes; e
- O lançamento da Documentação Digital que veio permitir ao grupo Crédito Agrícola prestar um serviço mais flexível aos Clientes, na gestão das suas comunicações com a instituição, bem como reduzir custos operacionais.

Os principais indicadores registados em cada um dos serviços, ao longo do ano, apresentam-se nos pontos seguintes.

A) Linha Directa (*Contact Centre*)

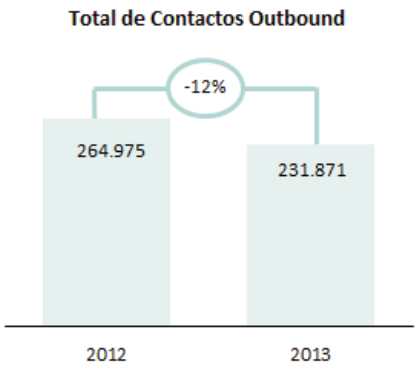
O serviço Linha Directa registou em 2013 um crescimento de 1% no total de contactos recebidos (contactos *inbound*). Registou-se igualmente um crescimento de 1% face ao ano anterior, nos contactos de Clientes. Durante o ano de 2013 a Linha Directa recebeu em média 920 contactos por dia.

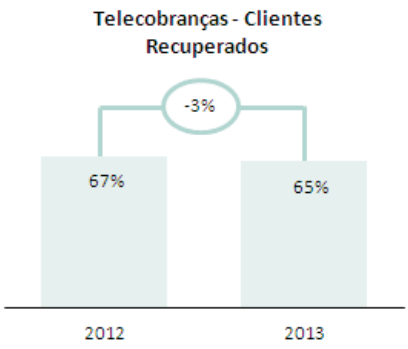


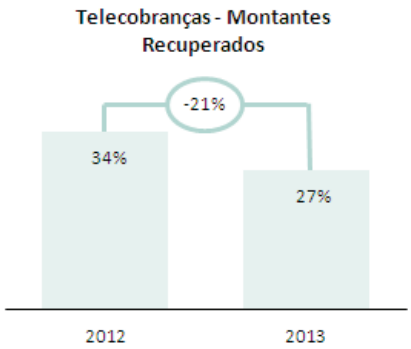


Relativamente às acções de *outbound* realizadas (chamadas efectuadas – *telemarketing* e telecobranças), destacam-se as acções de telecobranças para crédito próprio (15 CCAM até final de 2013), de crédito agenciado e cartões de crédito.

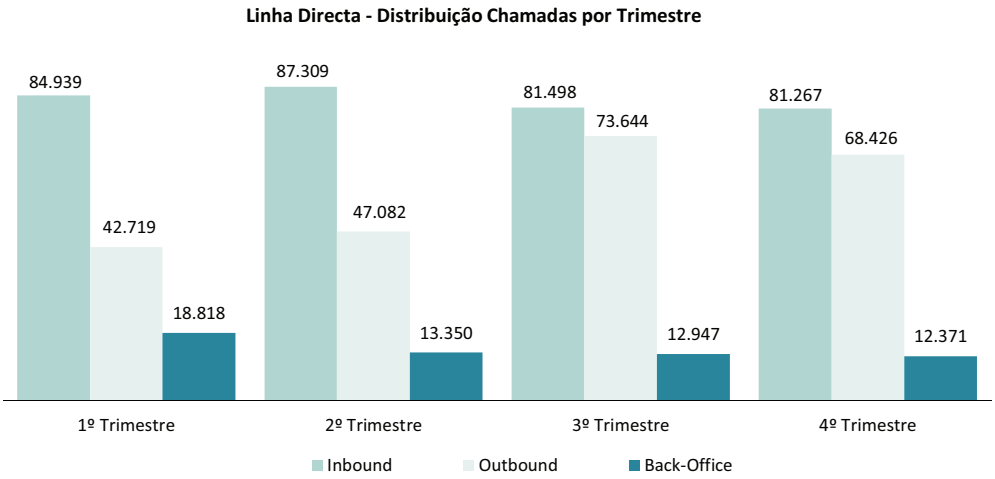
Os resultados desta acção registaram 67% de Clientes recuperados e 34% de montante recuperado. Estes valores traduzem, no ano 2012, uma diminuição na recuperação de 1% em Clientes e de 13% em montantes, face ao período homólogo, situação esta que se crê resultar do actual contexto financeiro.







Os gráficos a seguir apresentados reflectem os principais indicadores do serviço em 2013:

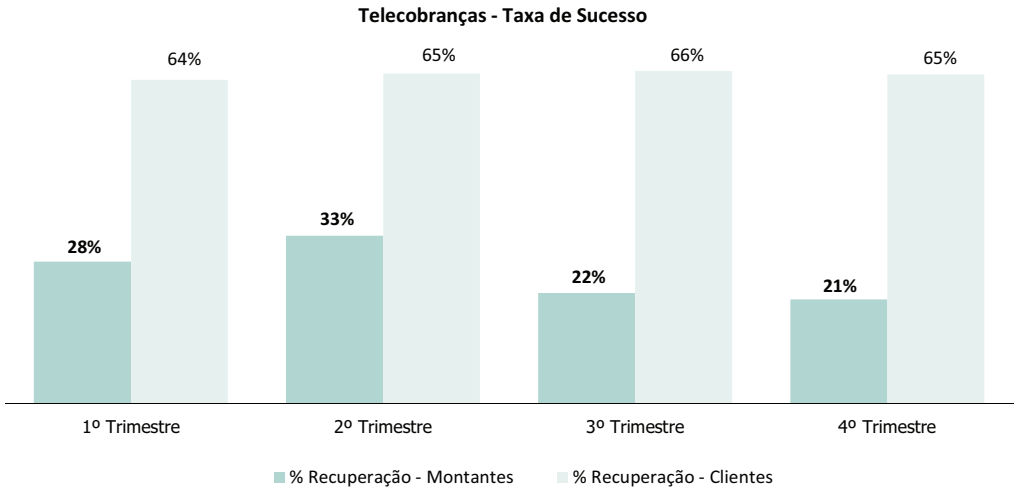


Definições:

Inbound – Atendimento telefónico dos Clientes e Caixas (Chamadas recebidas).

Outbound – Acção de Recuperação de Crédito Vencido, Telemarketing e Call-Back (Chamadas efectuadas).

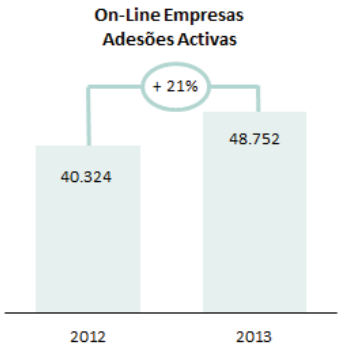
BackOffice – Faxes/E-mails recebidos e enviados e trabalho administrativo.



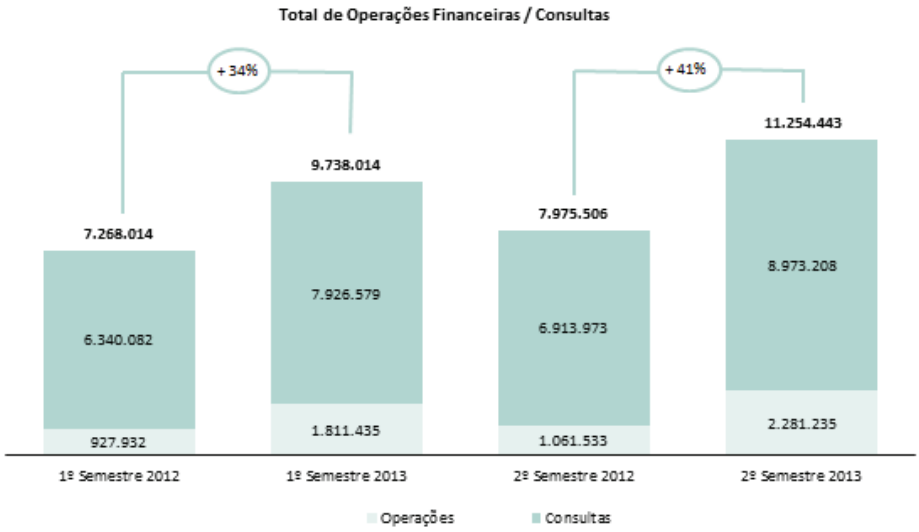
B) Evolução do Serviço de Internet Banking – On-Line

B1) On-Line Empresas

No Serviço On-Line Empresas registou-se um crescimento de cerca de 21% nas adesões activas, em relação ao ano 2012.

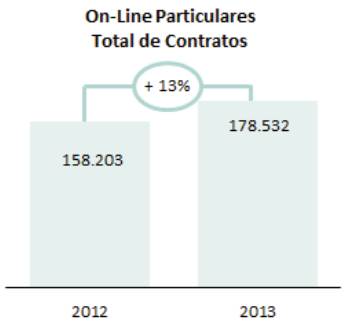


A análise semestral do 1º e 2º semestre de 2013 reflecte o crescimento do volume de transacções realizadas no Serviço On-Line Empresas, face aos períodos homólogos de 2012 de 34% e 41%, respectivamente.

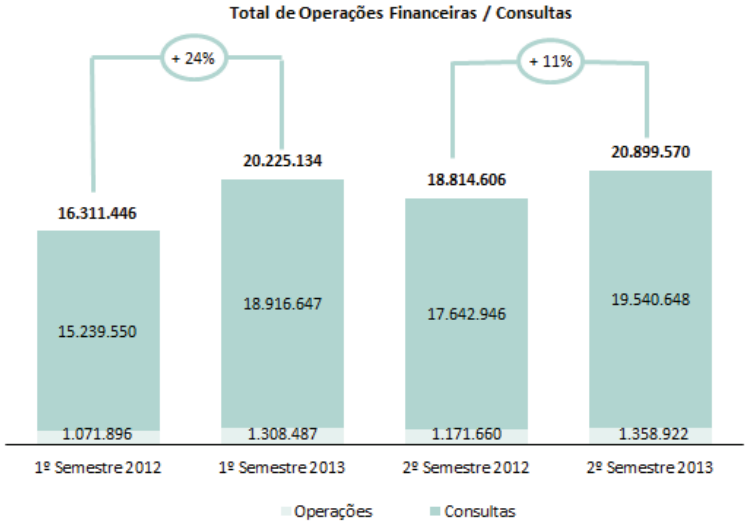


B2) On-Line Particulares

O Serviço On-Line Particulares registou um crescimento de cerca de 13% nas adesões activas ao sistema MultiCanal, face ao ano 2012.

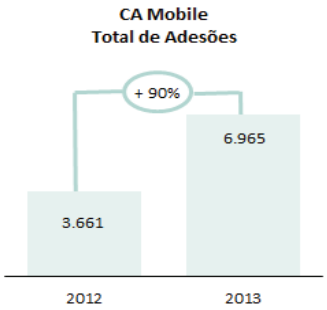


A evolução semestral do volume de transacções do Serviço On-Line Particulares registou em 2013, um crescimento de 24% e 11% respectivamente, face a igual período de 2012.

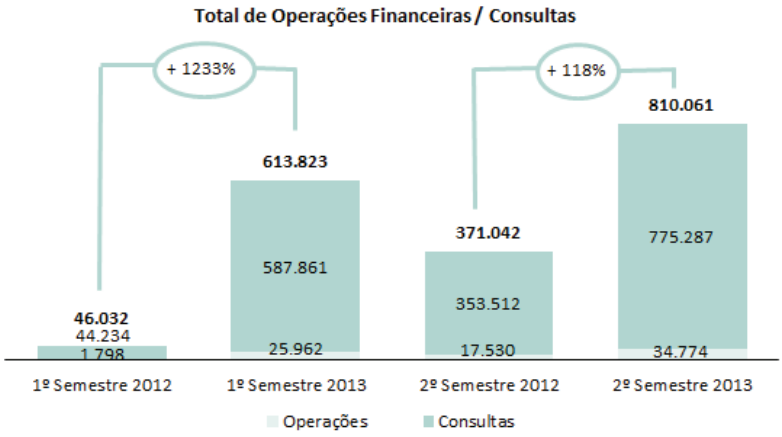


C) Evolução do Serviço CA Mobile

O Serviço CA Mobile registou um crescimento de cerca de 90% novas adesões ao serviço, face ao ano 2012, o que representa uma média de 275 novas adesões/mês.

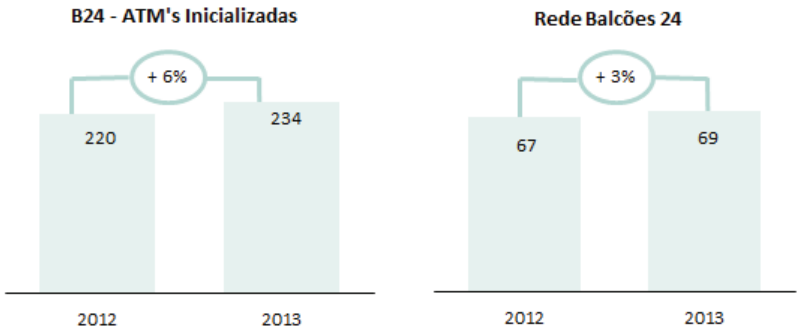


A evolução semestral do volume de transacções do Serviço CA Mobile registou em 2013, um crescimento de 1.233% e 118% respectivamente, face a igual período de 2012.

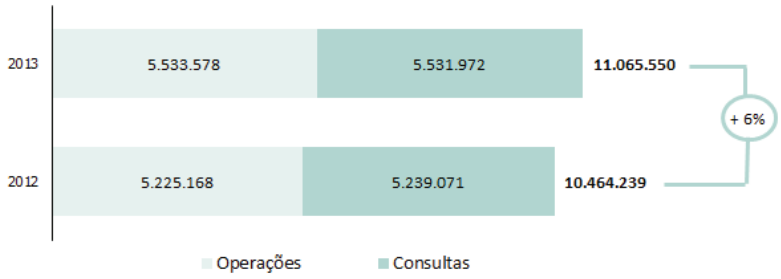


D) Evolução do Serviço Balcão 24

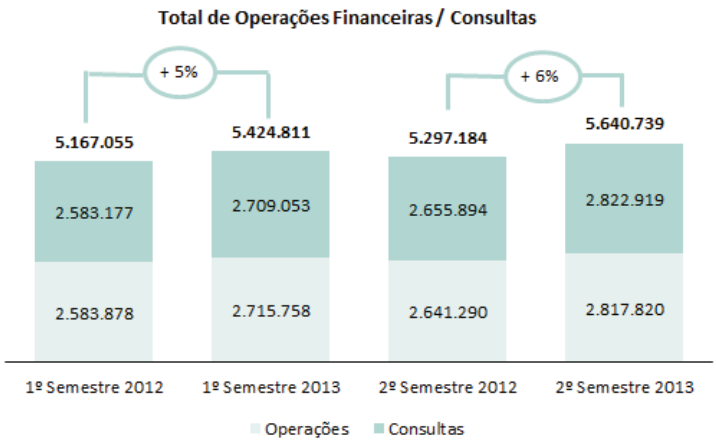
O serviço Balcão 24, que conta já com 8 anos de existência, terminou o ano de 2013 com 234 balcões em funcionamento, representando um crescimento de 6% nos serviços inicializados, face a 2012.



O número total de transacções registou um crescimento de 6%, face ao ano 2012. O número médio de transacções/mês por equipamento situa-se nos 4.565.



A taxa média de transferência das transacções encontra-se acima dos 30%.

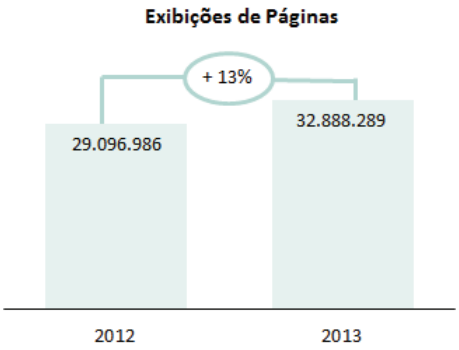


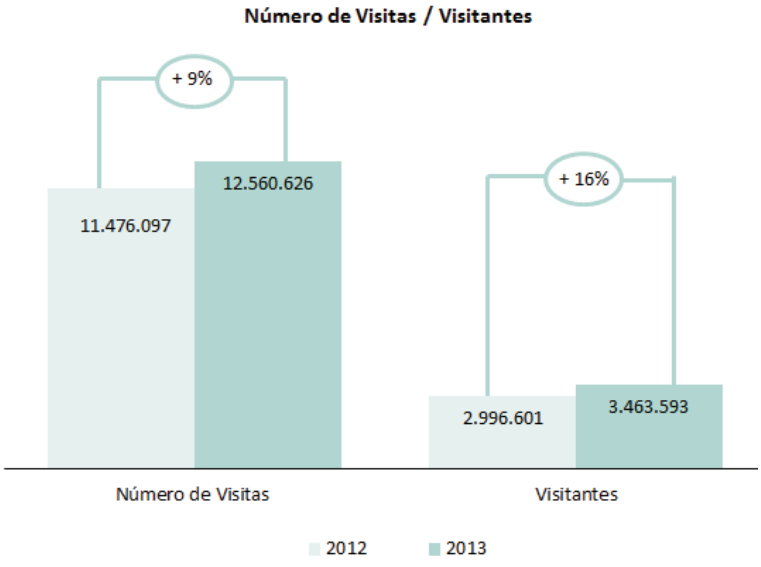
De acordo com o gráfico anterior salienta-se a evolução semestral do volume de transacções – operações e consultas – realizadas no serviço Balcão 24, que registou, em 2013, um crescimento de 5% e 6% respectivamente, face a igual período de 2012.

E) *Site* Institucional Crédito Agrícola (www.creditoagricola.pt)

Em 2013 registaram-se 12.560.626 visitas (+9% face a 2012), ao *site* institucional do Grupo Crédito Agrícola, representando uma média de 1.046.719 visitas/mês, as quais foram efectuadas por 3.463.593 visitantes únicos.

Estas visitas resultaram em 32.888.289 páginas vistas, o que reflecte um crescimento de 13% face ao número de páginas vistas em 2012 (29.096.986).





1.5. NEGÓCIO INTERNACIONAL

As condições macroeconómicas vividas nos últimos anos ditaram alterações significativas na forma de abordagem dos mercados por parte das empresas portuguesas, nomeadamente as

PME, favorecendo a sua viragem para o exterior e o consequente crescimento da sua actividade internacional.

Por motivos essencialmente económicos, essa alteração de paradigma tem-se vindo a reflectir num esforço de internacionalização de muitas empresas portuguesas e na aposta em mercados emergentes, com claro destaque para os PALOP. Os empresários portugueses têm vindo a concretizar oportunidades de negócio também na Ásia, em especial na República Popular da China, em África, nomeadamente nos países da costa mediterrânica do norte daquele continente e na América do Sul, sobressaindo neste caso o Brasil.

Acompanhando esta nova tendência, o Grupo Crédito Agrícola delineou uma nova estratégia de forte apoio à actividade internacional das empresas portuguesas, com início em finais de 2013, assumindo-se como parceiro de negócio na sua internacionalização e no desenvolvimento da sua capacidade exportadora.

Por outro lado, tem vindo a ser disponibilizado um maior apoio às comunidades emigrantes, com o alargamento da presença do Grupo em novos mercados, em simultâneo com o reforço da presença já existente e com o aumento da oferta de produtos específicos para este segmento de clientes.

Em consequência desta nova estratégia, que se traduzirá a curto prazo na inevitável internacionalização e no crescimento do Grupo, têm vindo a ser concretizadas algumas acções de reestruturação interna, com implicações directas também na própria estrutura da Direcção de Negócio Internacional, fruto da agregação das actividades da Emigração e das Representações no Exterior da extinta Área da Emigração e Representações Exteriores com as actividades de *Correspondent Banking* e de *Trade Finance* do extinto Departamento Internacional.

Para além da estrutura formal da Caixa Central, também as Representações Exteriores do Grupo têm vindo progressivamente a ser alvo de uma profunda reestruturação, quer no que respeita aos recursos materiais, quer aos recursos humanos, sendo disso exemplos o reforço do quadro de comerciais a operar no exterior, a reestruturação das redes de promotores de negócio e o processo de abertura de um novo Escritório de Representação na Suíça, actualmente em curso.

Em 2014 o Grupo irá prosseguir esta estratégia expansionista, direccionada para mercados de forte presença da diáspora portuguesa, empenhando-se ainda no acompanhamento além fronteiras das empresas portuguesas clientes do Crédito Agrícola, dando assim uma crescente força ao conceito de banca de proximidade, apanágio do Grupo.

Correspondent Banking* e *Trade Finance

Também no que concerne ao serviço de *Correspondent Banking* são de registar alterações significativas, fruto, por um lado, da intensificação das normas de *compliance* norte-americanas, com restrições à prestação de alguns serviços por parte de bancos daquele país e, por outro, das grandes dificuldade em obter apoio para operações de comércio externo, resultado da actual situação económica portuguesa, com consequências para a percepção do grau de risco-país.

No que respeita ao comércio internacional, a quota de mercado do Grupo Crédito Agrícola em 2013 apresentou um crescimento significativo: o montante global de operações de estrangeiro do Grupo evoluiu positivamente, tendo crescido 20,7%, face a um crescimento nacional, no mesmo período, de 2,4%. Este diferencial de desempenho ocasionou um crescimento da quota de mercado de 2,41% para 2,85%, uma evolução de quase 18%, aproximando-se do que seria a quota natural do Crédito Agrícola neste tipo de operações, isto é, assemelha-se tendencialmente à quota de mercado das operações domésticas.

Comércio Internacional - Quota do Crédito Agrícola

Unidade: milhões de euros, excepto %

	Nacional	CA*	Quota de Mercado
Dez-12	101.362	2.446	2,41%
Dez-13	103.764	2.953	2,85%
Δ Dez-12/Dez-13	2,4%	20,7%	17,9%

* Exclui Emigração

O montante global de operações de estrangeiro efectuadas através do Crédito Agrícola ultrapassou, em 2013, pela primeira vez, a marca de 3 mil milhões de euros.

EVOLUÇÃO DE OPERAÇÕES DE ESTRANGEIRO

Valores em milhares de euros

Tipo de Operações	Dez-12				Dez-13				Δ % Dez-13/Dez-12
	Nº Operações	Volume	% Nº Operações no Total	% Volume no Total	Nº Operações	Volume	% Nº Operações no Total	% Volume no Total	
Operações Documentárias	2.737	96.057	0,5%	3,8%	1.909	93.422	0,3%	3,1%	-2,7%
Operações Não-Documentárias	539.586	2.452.279	99,5%	96,2%	619.403	2.915.054	99,7%	96,9%	18,9%
Total Geral	542.323	2.548.336	100,0%	100,0%	621.312	3.008.476	100,0%	100,0%	18,1%

A evolução global superior a 18% no ano de 2013 foi muito positiva, devendo-se sobretudo ao crescimento de operações não documentárias. Ainda assim, os Créditos Documentários de Exportação registaram um crescimento, em termos de montante, de quase 65%. Já os Créditos Documentários de Importação, emitidos pelo Crédito Agrícola, cresceram quase 90%. No que respeita às Remessas de Exportação, enviadas para o estrangeiro à cobrança, registou-se um crescimento global de quase 20%.

No que diz respeito às operações de menor valor agregado, as transferências interbancárias internacionais, as transferências recebidas pelo Crédito Agrícola cresceram cerca de 12% em 2013, atingindo um volume de quase EUR 1,3 mil milhões, enquanto as transferências emitidas cresceram cerca de 31%, com um montante global de quase EUR 1,5 mil milhões.

Saldo de Operações de Crédito em Dezembro 2013/ 2012

		Dez-2012	Dez-2013	Δ % Dez-13/Dez-12
Créditos de Importação	Nº Operações Vivas	34	38	11,8%
	Saldo (em €)	1.594.108	2.104.963	32,0%
Remessas Descontadas	Nº Operações Vivas	163	79	-51,5%
	Saldo (em €)	8.042.356	7.491.842	-6,8%
Garantias e Avales	Nº Operações Vivas	64	70	9,4%
	Saldo (em €)	6.100.312	6.612.996	8,4%
Financiamentos	Nº Operações Vivas	59	72	22,0%
	Saldo (em €)	3.799.782	5.804.217	52,8%
Totais	Nº Operações Vivas	320	259	-19,1%
	Saldo (em €)	19.536.557	22.014.019	12,7%

Emigração e Representações no Exterior

Esta área de negócio, especialmente vocacionada para o desenvolvimento de um segmento de clientes com uma importância significativa para o Grupo Crédito Agrícola – residentes no estrangeiro – tem desenvolvido a sua actividade de forma a assegurar o acompanhamento destes clientes, contribuindo para o reforço do seu relacionamento com o Grupo.

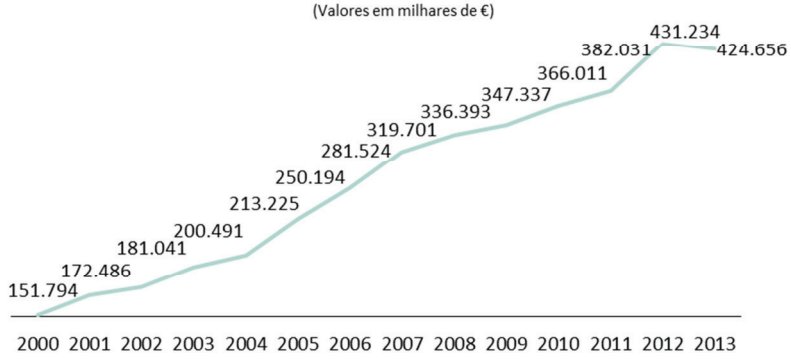
A Direcção de Negócio Internacional, ao longo de 2013, iniciou o desenvolvimento de acções no âmbito da internacionalização do Grupo Crédito Agrícola investindo na presença em alguns dos mercados onde a emigração portuguesa assume maior relevância, nomeadamente França, Suíça, Luxemburgo e Venezuela.

O Grupo Crédito Agrícola registou no ano transacto um aumento de cerca de 4% no número de remessas de emigrantes, o que se traduziu numa quota de mercado de volume de remessas de 14%, reflectindo de alguma forma os resultados dessa estratégia.

Da mesma forma, e fruto do esforço comercial desenvolvido pelas Representações Exteriores, em conjunto com as Caixas Associadas, os depósitos de emigrantes registaram um incremento de 1,7% face ao período homólogo.

Volume de Remessas de Emigrantes com destino ao Grupo Crédito Agrícola

(Valores em milhares de €)



Remessas de Emigração

Volume em milhares de euros, excepto %

	Nº Oper.	Volume	Q.M
2007	427.652	319.701	12%
2008	473.741	336.393	14%
2009	515.502	347.337	15%
2010	547.154	365.270	15%
2011	583.568	382.031	16%
2012	638.723	431.234	16%
2013	662.921	424.656	14%
Δ 12/13	3,8%	-1,5%	

Depósitos de Emigração

Valores em milhares de euros, excepto %

	Nacional	Grupo CA	Q.M
2007	7.240.000	255.312	3,5%
2008	7.837.000	261.077	3,3%
2009	7.670.000	265.288	3,5%
2010	7.482.000	285.846	3,8%
2011	7.120.000	247.871	3,5%
2012	6.584.000	259.359	3,9%
2013	6.584.000	263.761	4,0%
Δ 12/13	0,0%	1,7%	

Não inclui os DP de Emigrantes na SFE

Sucursal Financeira Exterior

A Sucursal Financeira Exterior de Cabo Verde (SFE) representa um importante instrumento de diversificação da oferta direccionada para o segmento de não residentes em Portugal, constituindo-se simultaneamente como meio para reforçar a competitividade do Grupo Crédito Agrícola.

Para além de proporcionar vantagens competitivas conducentes à manutenção dos recursos dentro do Grupo, a SFE desempenha um papel importante na captação de novos recursos para o Grupo.

Actuando num mercado muito competitivo no que diz respeito à captação de recursos de não residentes, a actividade das SFE ao longo de 2013, teve como principais objectivos, garantir a competitividade dos seus produtos por um lado e o rigor e segurança da gestão financeira inerente ao seu balanço.

Desta forma, em 2013 e apesar dos recursos de clientes terem apresentado um pequeno decréscimo, foi prosseguida uma correcta gestão de activos e passivos, que se traduziu num crescimento do produto bancário em 38%. Este crescimento representou um significativo aumento dos resultados líquidos, tendo os mesmos atingido o valor de 896 mil euros. O rácio de solvabilidade foi prudentemente mantido acima de 21%.

Imigração

O negócio relacionado com o segmento da imigração tem registado um crescimento contínuo e sustentado ao longo dos últimos anos. O serviço de transferências da Western Union está actualmente disponível em cerca de 600 agências, sendo objectivo do Grupo a sua implementação na totalidade da rede a breve trecho.

Trata-se de um serviço que proporciona uma elevada rentabilidade ao Grupo, tendo sido transaccionados durante o ano de 2013 cerca de 11 milhões de euros e sendo de registar um crescimento de 2% no volume de comissões recebidas e de 5% no número de operações realizadas.

2. Actividade Financeira e Mercado de Capitais

De seguida elencam-se os factos mais relevantes da actividade financeira e no mercado de capitais em 2013:

- De modo a reduzir o risco de concentração da sua posição, a Caixa Central optou por reduzir a sua exposição à dívida pública nacional.
- A Caixa Central adoptou na gestão da sua carteira de títulos uma postura dinâmica que permitiu, ao longo do exercício, a realização de mais-valias significativas que ascenderam a 76 milhões de euros.
- Ao longo do ano a Caixa Central manteve a operação de refinanciamento junto do Eurosistema com garantia de uma *pool* de direitos adicionais de crédito das Caixas Associadas. No entanto, a alteração das regras de aceitação de colateral por parte do Eurosistema implicou a suspensão deste tipo de operações no final de 2013. Tal circunstância não afectou a posição de liquidez da Caixa Central que se manteve sólida.

2.1. Estratégia de Actuação na Área da Tesouraria

Nos últimos anos, a política de aplicações da Tesouraria foi em larga medida instrumentalizada a objectivos de gestão do balanço e da conta de demonstração de resultados do SICAM.

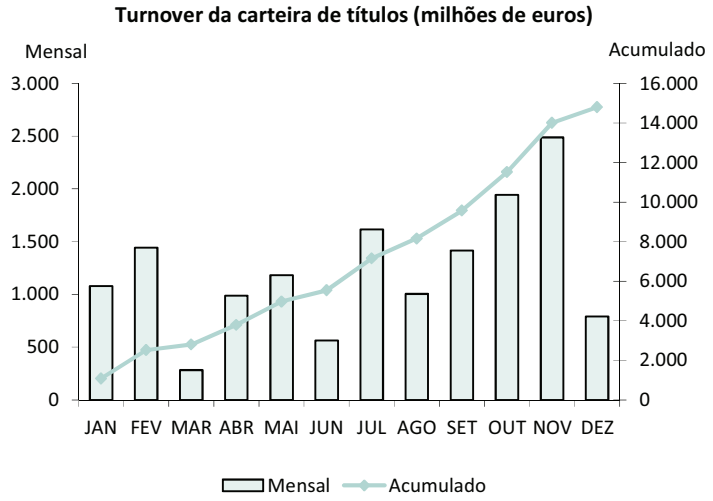
O fulcro dessa política de aplicações deslocou-se assim, em crescendo, de uma gestão, quase exclusiva de liquidez, com o inevitável custo de oportunidade associado, para uma gestão de carteira de investimentos, financiada também por significativos recursos externos e estrategicamente subordinada ao apoio à margem financeira das Caixas Associadas com vista à retenção da sua base de depósitos. Isto, sempre, sem prejuízo da liquidez do balanço da Caixa Central e do SICAM.

Ao longo de 2013, a política de aplicações da Tesouraria continuou assim a ser especialmente condicionada pelo apoio à margem financeira das Caixas Associadas, para retenção da sua base de depósitos, pela gestão do consumo de capital das aplicações e pela conservação de uma sólida posição de liquidez.

Pelo seu impacto em 2013 mas também nos próximos anos, merece destaque a opção tomada em Janeiro de reduzir a exposição da Caixa Central à dívida pública portuguesa. Com esta opção, procurou mitigar-se o risco de concentração que se verificava no balanço no final de 2012.

Em 2013, o apoio à margem financeira das Caixas Associadas foi operacionalizado através da relativa estabilidade da tabela de remuneração dos seus excedentes aplicados junto da Caixa Central, não obstante a redução significativa das taxas de reaplicação da liquidez verificada ao longo do ano, da manutenção do *plafond* para constituição do Depósito a Prazo Especial de Cobertura (DPEC) e dos Depósitos DPADAC associados a financiamento obtido junto do Eurosistema com garantia de direitos adicionais de crédito (DAC).

Considerando a significativa redução do rendimento dos títulos em carteira, a manutenção por parte da Caixa Central de um tão significativo nível de apoio à margem financeira das Caixas Associadas em 2013 apenas foi possível devido à realização de um elevado volume de mais-valias na gestão da carteira de activos financeiros, não só com a alienação da carteira de dívida portuguesa, mas também, de modo particular, através de uma gestão dinâmica da carteira sob gestão. Essa dinâmica é ilustrada pela evolução do volume de transacções ao longo de 2013 evidenciada no gráfico *Turnover* da carteira de títulos.



Para referência é de notar ainda que no final de 2013, os juros dos depósitos na Caixa Central representaram cerca de 28% do total dos juros e rendimentos similares recebidos pelas Caixas Associadas, quando no final de 2010 este valor era de 17%.

Ao longo de 2013 a Caixa Central manteve uma posição de liquidez confortável tendo os requisitos de fundos próprios associados à carteira de activos financeiros vindo a diminuir progressivamente ao longo do ano em virtude da redução da exposição a dívida sénior de instituições financeiras e à divida de empresas não financeiras, às quais estão associados ponderadores de risco mais elevados.

A implementação progressiva das novas regras de Basileia III, que se iniciou a 1 de Janeiro de 2014, colocará acrescidos desafios à gestão da carteira de activos financeiros. A título de exemplo, refira-se a necessidade de, ao longo dos próximos anos, ir reconhecendo na posição de solvabilidade eventuais menos valias latentes na carteira de activos financeiros.

Merece ainda destaque a alteração introduzida pelo Banco de Portugal (por imposição do BCE) nas regras de elegibilidade de colateral para garantia de operações de financiamento junto do Eurosistema. Em virtude desta alteração, o Grupo Crédito Agrícola deixou, com efeitos a partir de 31/12/2013, de poder utilizar portefólios de direitos adicionais de crédito para garantia de financiamento, situação que ditou a suspensão dos Depósitos DPADAC no final de 2013. Neste contexto, a possibilidade de voltar a utilizar a carteira de crédito para obtenção de liquidez volta a estar dependente da capacidade do Grupo Crédito Agrícola responder às exigências do mercado na estruturação de emissões com garantia de activos.

Evolução dos activos sob gestão da Direcção Financeira (milhares de euros)

	Montante		Variação		% do Total	
	31.12.12	31.12.13	Absoluta	Relativa	2012	2013
M. Monetário, P. Comercial e Depósitos BdP	365.675	317.315	-48.360	-13,2%	8,8%	8,9%
Obrigações	3.795.367	3.264.129	-531.238	-14,0%	91,2%	91,1%
Total	4.161.042	3.581.444	-579.598	-13,9%	100,0%	100,0%

2.2. INTERMEDIAÇÃO NO MERCADO DE CAPITAIS

O ano de 2013 ficou assinalado por uma recuperação dos mercados financeiros europeus, com clara expressão na vertente accionista.

Os índices de acções da Euronext registaram taxas de crescimento semelhantes, de 18,10%, no caso do mercado belga, 17,99% no do mercado francês e 17,24%, no do mercado holandês.

Apesar de a economia portuguesa continuar sujeita às medidas de austeridade associadas ao programa de assistência financeira da União Europeia e do FMI a Portugal, os investidores parecem orientar-se para uma perspectiva de retoma, ainda que incipiente.

A Bolsa de Valores nacional registou um crescimento significativo, tendo o índice PSI – 20 fechando o ano num nível de 6.558,85 pontos, com uma valorização total de cerca de 16% face ao nível final de 2012, de 5.655,15. A evolução do índice foi, ainda assim, afectada pela crise política de Junho/Julho, tendo neste período registado uma quebra para um mínimo anual de 5.236,49 pontos. A capitalização bolsista aumentou 8,7% face ao final de 2012, atingindo os 226.057,0 milhões de euros.

Em Portugal, as transacções no mercado secundário a contado (valores anuais acumulados) registaram um crescimento de 22%, para 39.797,6 milhões de euros. Também as transacções no mercado a prazo cresceram significativamente, cerca de 116%.

Aquela evolução favorável reflectiu-se, em linha com a tendência do último trimestre de 2012, nos proveitos de comissões de corretagem da Caixa Central, nos mercados à vista e a prazo, que duplicaram face ao ano anterior, com maior expressividade no mercado à vista, com um crescimento de cerca de 115%. O valor total processado na actividade de recepção e transmissão de ordens para o mercado à vista foi de mais de 6.560 milhões de euros, aumentando mais de 750%.

Aqueles proveitos resultaram na sua maior parte (92%) de transacções de Clientes executadas na Euronext Lisbon.

Os proveitos da actividade de registo e depósito de valores mobiliários registaram um crescimento assinalável, de cerca de 18%. Aqueles proveitos decompõem-se em comissões de depositário de Fundos, correspondendo a 2.196 mil euros, comissões de custódia, correspondendo a 1.251 mil euros, e comissões de transferência, pagamento de rendimentos e eventos, correspondendo a 40 mil euros.

Correlativamente, o valor dos instrumentos financeiros à guarda da Caixa Central, no âmbito da prestação de serviços de custódia ou de depositário, aumentaram cerca de 16%.

A organização de programas de Papel Comercial, durante o ano de 2013, continuou a desenvolver-se, em colaboração com a Direcção de Empresas, sendo originados 5 novos programas, no valor de 164 milhões de euros. No Programa de maior montante, no valor de 140 milhões de euros, foi relevante a participação de 56 Caixas Associadas, com um montante de 89,25 milhões de euros.

Em 2013, principalmente no 2º semestre assistiu-se a uma pressão significativa, por parte das emitentes de papel comercial, para a diminuição das taxas de juro, denotando a evolução positiva verificada nos mercados financeiros. O *spread* médio de taxa de juro associado aos Programas de Papel Comercial sofreu um decréscimo de 0,44 pontos, passando de 4,26% em 2012, para 3,82% no ano de 2013.

Ao longo do ano, foram realizadas 266 emissões, tendo o número de Programas de Papel Comercial em que a Caixa Central é organizador ou participante no Sindicato decrescido ligeiramente, de 18 programas em 2012 para 16 programas em 2013.

De forma correspondente, verificou-se um ligeiro decréscimo dos proveitos associados a esta actividade, de cerca de 3%.

No conjunto, o valor total de proveitos associados à actividade de intermediação no mercado de capitais, registou um crescimento de cerca de 15,5%.

Unidade: milhares de euros

Actividade	Valor			Comissões Brutas		
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Mercado à Vista	6.563.886	768.007	783.945	217	101	119
Custódia/Depositário *	1.866.468	1.612.593	1.382.395	3.486	2.951	2.107
Programas de Papel Comercial *	204.233	209.333	191.333	995	1.026	987

*Saldo a 31 de Dezembro

Unidade: milhares de euros

Actividade	Nº de Contratos transaccionados			Comissões Brutas		
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Mercado Futuros	8.310	6.296	21.162	47	31	69

Ao longo do ano de 2013, foram abertas 713 novas contas de títulos, das quais 279 de pessoas colectivas.

Fruto do desenvolvimento de operações de concessão de crédito com a intervenção das Sociedades de Garantia Mútua, aumentou o número de contas com acções daquelas sociedades, totalizando 1.689.

A plataforma de negociação em Bolsa, no *Internet Banking* do Crédito Agrícola - CA Online, continuou a ser o meio mais utilizado pelos Clientes do Crédito Agrícola para transmitirem as suas ordens para o mercado à vista, tendo-se reforçado a respectiva percentagem, de 71%, em 2012, para 73%, em 2013.

Em 2013 não foram realizadas novas emissões de Títulos de Investimento da Caixa Central, encontrando-se em vigor, no final desse ano, cinco emissões, totalizando um valor de dívida subordinada de 81 milhões de euros.

3. MARKETING

3.1. PLANEAMENTO DE MARKETING

O Planeamento de Marketing é traduzido, em qualquer organização, num Plano de Marketing que, de uma forma mais detalhada, apoia o Plano Estratégico, identificando oportunidades específicas e ajudando a realizar objectivos estratégicos.

É importante que o Crédito Agrícola tenha a habilidade necessária para alcançar vantagens competitivas, tornando-as cada vez mais duradouras. Estas vantagens competitivas advêm da performance atingida em dois aspectos relevantes: a obtenção do menor custo operacional para praticar preços competitivos e a implementação de uma estratégia diferenciadora da concorrência.

Um adequado planeamento de Marketing permite, por antecipação, reagir a alterações do contexto de actuação e explorar melhor as oportunidades de mercado levando, muitas vezes, ao desenhar de novas estratégias.

O Planeamento de Marketing é também importante no contributo que pode dar para que haja uma maior focalização das equipas nas prioridades e no que produz valor para a organização, evitando desperdício de recursos humanos e financeiros.

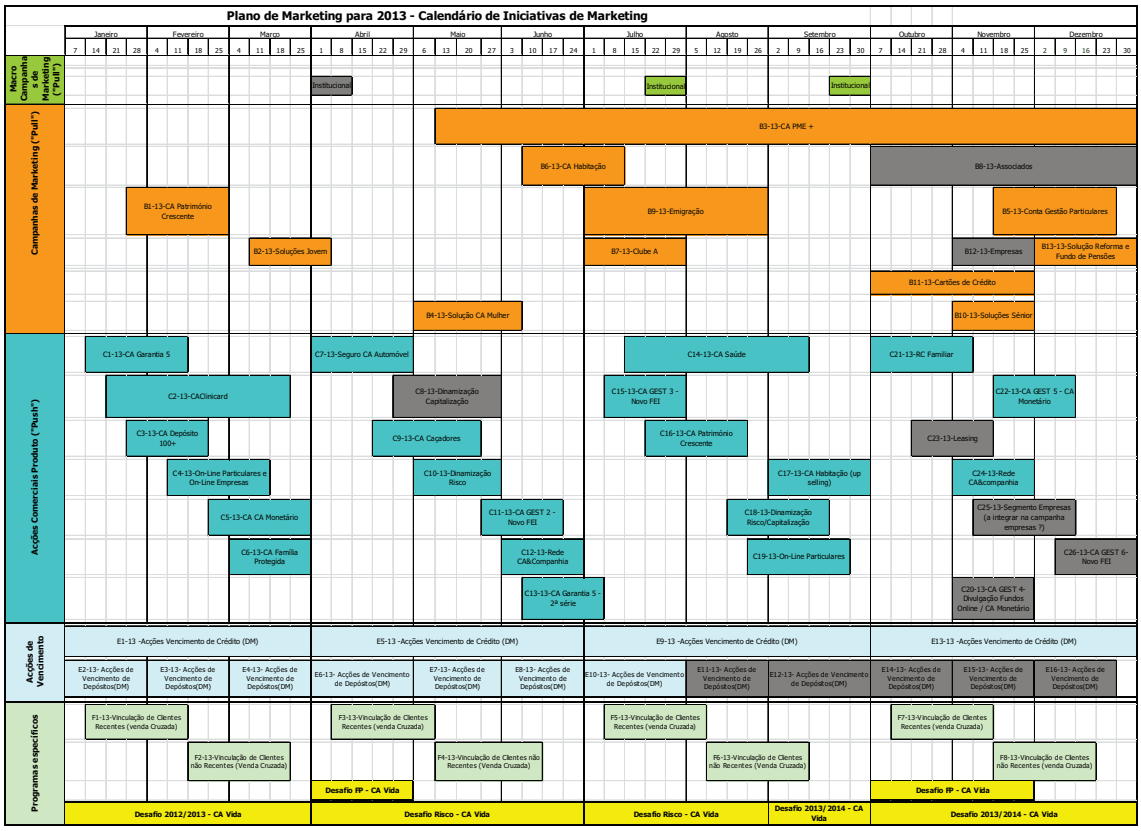
O Plano de Marketing do Grupo é assim um documento institucional que visa acomodar um conjunto de iniciativas de todas as Unidades de Negócio do Grupo que materializam a concretização dos objectivos dos seus Planos de Negócio. Por outro lado, constitui a principal referência para as Caixas de Crédito Agrícola na elaboração dos seus Planos de Acção Comercial (PAC).

Com base no Plano de Campanhas de 2013, cada CCAM acrescentou um conjunto de iniciativas que visavam atingir determinados objectivos específicos, constituindo-se assim o Plano de Acção Comercial de cada Caixa.

Tendo por base as grandes linhas de orientação estratégica definidas pelo CAE da Caixa Central, as diferentes Empresas Participadas e Unidades de Negócio da Caixa Central, definiram os objectivos a alcançar em 2013.

Estes objectivos foram repartidos por Caixa e Balcão e apresentados a cada uma das Caixas para aprovação. Para alcançar os objectivos do Grupo foram propostas, pelas diferentes Unidades de Negócio, um conjunto de iniciativas de Marketing (campanhas, Acções, Programas e desafios) sufragadas na Comissão de Marketing e Política Comercial, que culminavam na aprovação do Plano de Campanhas, que faz parte do Plano de Marketing e que integra o Plano de Actividades aprovado pelo CAE e em Assembleia geral do SICAM.

Estas iniciativas visam alavancar a concretização dos objectivos comerciais que derivam das prioridades estratégicas.



Cada uma destas iniciativas tem um planeamento de preparação detalhado, de modo a que cada Unidade de Negócio tenha conhecimento das datas limite em que determinada acção tem de ser concluída, por forma a disponibilizar as iniciativas nas datas definidas no Plano de Campanhas.

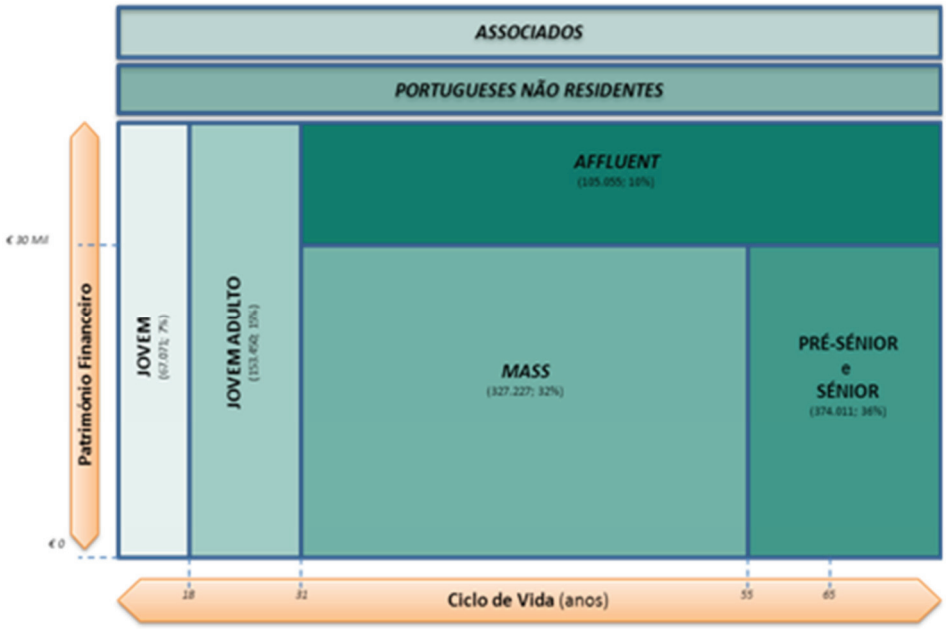
O Planeamento de Marketing é actualmente um dos processos que passou a fazer parte da actividade corrente das Caixas Associadas. Ao longo dos últimos anos foram implementadas e desenvolvidas diversas iniciativas pela Caixa Central que muito contribuíram para o reconhecimento por parte das Caixas Associadas da importância deste processo, onde se destacam as seguintes iniciativas:

- Análise da actividade comercial das Caixas e apresentação de processos de reorganização da sua actividade comercial no âmbito do apoio à dinamização do negócio das Caixas;
- Esclarecimento e demonstração da necessidade da criação de uma Coordenação Comercial que garantisse o desenvolvimento da actividade comercial, de forma a cumprir a concretização dos objectivos comerciais das Caixas;
- Identificação das funções, tarefas e acções a serem desempenhadas pelas Coordenações Comerciais;
- Realização de encontros de partilha de experiências das melhores práticas comerciais nas Caixas Associadas, como forma de disseminação do conhecimento;
- Demonstração da importância das campanhas, em termos do seu impacto no aumento das vendas, no período em que as mesmas decorrem e do incremento do nível médio

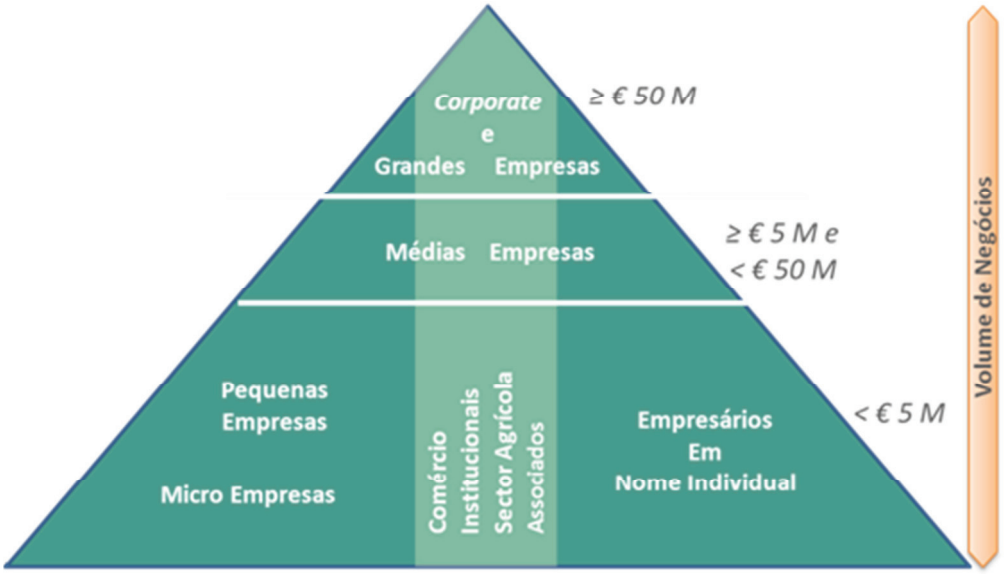
das vendas, acima do normal, nos períodos após as campanhas, contribuindo de forma decisiva para um acréscimo da concretização dos objectivos comerciais.

Em 2013, no âmbito do processo de reorganização da Caixa Central, foi definido um novo modelo de segmentação de Clientes Particulares e de Clientes Empresa, cujos critérios foram revistos após análise.

A matriz de segmentação de Clientes Particulares pressupõe o cruzamento de duas variáveis: o ciclo de vida dos Clientes e o seu envolvimento com o GCA, consubstanciado no património financeiro.



A matriz de segmentação implementada para o macro-segmento Empresas, foi baseada em critérios da norma europeia, relacionados com a dimensão, nomeadamente o volume de negócios e o número de Colaboradores.



No quadro do novo modelo de segmentação de Clientes Particulares e Empresas foram definidas propostas de valor específicas, para cada um dos segmentos considerados prioritários em termos de actuação, que estão reflectidos nas matrizes de segmentação.

As propostas de valor têm como objectivo apresentar aos Clientes todo um conjunto de benefícios que advêm da marca, das características dos produtos e serviços, de parcerias, entre outros, sintetizando os factores mais importantes para competir com sucesso em cada segmento.

As propostas de valor divulgam os produtos e serviços, o *pricing*, os canais a utilizar e nível de serviço a prestar, a comunicação e a estratégia de relacionamento ou abordagem comercial e outros benefícios que são considerados diferenciadores para um determinado segmento de Clientes e que se ajustam às necessidades e preferências dos mesmos.

Estas características diferenciadoras são dinâmicas porque há um trabalho constante de melhoria das mesmas, no sentido de, cada vez mais, ir ao encontro das expectativas e necessidades dos Clientes nos respectivos segmentos. É nesse âmbito que se associam às propostas de valor novos produtos e serviços, ou novas parcerias ou benefícios.

Ainda no âmbito da nova estratégia definida para o Crédito Agrícola, a definição dos objectivos comerciais é enquadrada pelos objectivos estratégicos de crescimento definidos e, no caso específico do negócio bancário, passaram a ser detalhados por Caixa e Balcão com base na nova metodologia que pondera critérios de dimensão, negócio actual e respectivas penetrações por área de negócio e potencial de crescimento. Os objectivos estipulados pelas Empresas participadas e outras Unidades de Negócio são determinados em conformidade com o histórico e pressupostos considerados mais relevantes por estas, estando também alinhados em termos estratégicos.

3.2. SEGMENTOS E PRODUTOS

No ano de 2013 destacou-se a criação de alguns produtos de Passivo, algumas adaptações dos produtos e do sistema informático à nova legislação:

- Foram criados dois Depósitos a Prazo lançados em Julho no âmbito da Campanha Solução CA Emigrante, o DP Especial 360 e o DP Rendimento Crescente com prazos de 360 dias e 3 anos respectivamente, ambos domiciliados na Sucursal Financeira Exterior de Cabo Verde (SFE_CV).
- A Oferta Geração Jovem passou a integrar um depósito a prazo – DP Normal – e a automatização das conversões de Contas de Depósitos à Ordem e Contas Poupança com envio de cartas dirigidas aos Clientes Jovem e Jovem Adulto na mudança de segmento (aos 13, 18 e 31 anos), cumprindo os deveres de informação do Aviso 4 do Banco de Portugal.
- O Decreto-lei 42 A/2013 proibiu a cobrança de comissões na ultrapassagem de crédito e passou a definir TAEG máximas trimestrais para a facilidade de descoberto e TAN máximas trimestrais para a ultrapassagem de crédito no caso de Clientes particulares. A implementação desta legislação implicou nova definição de *pricing*, adaptações no sistema informático e alterações aos documentos de suporte à venda, cumprindo os deveres de legislação.

- Como suporte de apoio à venda foram criadas matrizes de produtos, definindo toda a Oferta do GCA por segmento de marketing e por tipo de necessidade financeira e, respectivas prioridades de venda. Estas matrizes com produtos de Particulares e Empresas serviram de base para estruturar a formação *e-learning* dirigida à Rede Comercial, para a qual foram criados conteúdos produto a produto.

Importa igualmente relevar que, em 2013, ocorreu a criação de novos produtos de crédito a particulares assim como algumas adaptações dos produtos e do sistema informático à nova legislação:

- Implementação do decreto-Lei 226/2012 e 42A/2013 com impactos relevantes, obrigando a adaptações nos simuladores, nas FIN e nos respectivos preçários;
- Concepção de matrizes, expondo toda a oferta do GCA por segmento de *marketing* e por tipo de necessidade financeira e correspondentes preferências de venda, como suporte à venda. Estas matrizes com produtos de particulares auxiliaram a estruturar a formação *e-learning* orientada à rede comercial, para a qual foram elaborados conteúdos específicos para cada produto.
- Renegociação e disponibilização do Crédito Universitário com Garantia Mútua, destinado ao segmento jovem.
- Elaboração de relatórios (em SAS) para gestão da carteira de crédito por produto/prazo/tipo de Cliente, com periodicidade mensal.

O decreto-lei 42 A/2013 passou a definir TAEG máximas trimestrais, impondo a actualização dos preçários com a mesma periodicidade.

O segmento Empresas esteve presente com:

- Lançamento da campanha denominada CA PME+, que decorreu no período entre 13 de Maio e 31 de Dezembro de 2013. A Solução CA PME+ é um pacote composto por 1 produto âncora de apoio ao investimento (Crédito ao Investimento ou Leasing) e mais 3 produtos de selecção obrigatória (denominada Oferta Complementar). Foram definidas determinadas condições de acesso e preferenciais para a maioria dos produtos e serviços que integram a Oferta Complementar.
- Criação de uma tabela de *rating* para Clientes empresa e ENI para aquisição de imóveis CA.
- Revisão do *pricing* dos produtos do activo para empresas e ENI, tendo-se ajustado as taxas de juro por forma a ficarmos mais competitivos, diferenciando as propostas de valor para os segmentos prioritários (Outubro de 2013).
- Produção de matrizes de produtos, enunciando a oferta do GCA por segmento de marketing e por tipo de necessidade financeira, assim como as referentes precedências de venda. Estas matrizes com produtos para empresas serviram de suporte à estruturação da formação *e-learning* endereçada à rede comercial, para a qual foram compostos conteúdos individuais por produto.

- Formalização de protocolos específicos para algumas empresas de âmbito nacional (e.g. Os Mosqueteiros, Portugal Fresh e Frezite).

3.3. PREÇÁRIO DE PRODUTOS E SERVIÇOS

Até 2009, cada Caixa Associada tinha um preçário próprio, muito embora já houvesse nessa data um preçário de produtos e serviços de referência publicado e divulgado pela Caixa Central.

Com a entrada em vigor, em Janeiro de 2010, do Aviso 8/2009 e da Instrução 21 do Banco de Portugal foram criados o Folheto de Comissões e Despesas e o Folheto de Taxas de Juro.

O processo de actualização e reporte destes documentos obrigaria a um trabalho administrativo repetido tantas vezes quanto o número de Caixas do SICAM.

Para minimizar custos administrativos às Caixas Associadas, a Caixa Central com base na recepção dos preçários de cada uma das Caixas construiu um preçário de referência do SICAM. Em simultâneo, passou a assegurar os processos de actualização, reporte e divulgação do preçário, nomeadamente através do preçário digital.

Actualmente, todas as Caixas Associadas publicam nas suas agências o preçário de referência do SICAM, com excepção da Caixa dos Açores que, devido às suas especificidades preferiu manter e assegurar os trabalhos de gestão de um preçário próprio.

Esta acção, para além de libertar pessoas para outras funções, nomeadamente a função comercial, produziu também o efeito de melhoria de resultados da margem complementar, uma vez que as Caixas passaram, gradualmente, a explorar as diferenças que existiam entre os valores de comissões que praticavam e o valor das comissões divulgadas no preçário do SICAM.

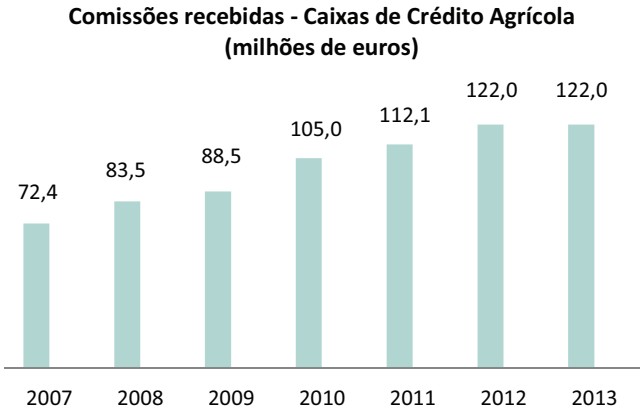
Desde 2008 até 2012 foi efectuado um trabalho exaustivo de automatização da maioria das comissões do preçário, no sentido da melhoria da eficácia de cobrança que, até 2008 era de valor bastante reduzido, porque uma parte significativa das comissões eram cobradas de forma manual.

Para o efeito, foi efectuado um levantamento dos principais processos que envolviam cada uma das comissões e foram identificadas todas as acções que poderiam ser automatizadas de forma a garantir uma cobrança adequada.

Em cada uma das Caixas foram identificados dois Colaboradores que passaram a ter funções de gestão do preçário. Toda a documentação de gestão do preçário é encaminhada para estes Colaboradores que, depois, têm a função de disseminar esse conhecimento na respectiva Caixa.

Tendo por base estes colaboradores efectuaram-se, ao longo destes últimos anos, várias acções de sensibilização, com demonstrações de resultados de cobrança de comissões, no sentido de alertar para a necessidade da eficácia de cobrança de comissões e para a importância que a margem complementar, cada vez mais, assume na ponderação da contribuição para o Produto Bancário.

A gestão de preçário de forma central permitiu economias de escala, que são visíveis nos resultados alcançados nos últimos anos, quer ao nível da margem complementar, pelo efeito do acréscimo de comissões, quer nos custos de funcionamento, pelo efeito da redução dos custos administrativos e consequente libertação de recursos para funções comerciais.



Em 2013, ao nível da automatização de comissões foi desenvolvido o processo de *retry* para cobranças adicionais na comissão de manutenção de Depósitos à Ordem para contas em que, no processo normal de cobrança trimestral, só foi cobrada parte da comissão ou não foi cobrada a totalidade da mesma, o que permitiu uma cobrança adicional em cerca de 400.000 euros.

À semelhança de 2012, também em 2013, no terceiro trimestre, foi criado e desenvolvido um processo que permitiu a actualização do preçário do Grupo Crédito Agrícola para o início no mês de Agosto e Setembro de 2013, com prestação de deveres de informação a todos os Clientes.

A iniciativa de actualização teve em conta a nova legislação do Banco de Portugal (D.L. 42-A/2013 e D.L. 58/2013), que veio proibir a cobrança de comissões relacionadas com descobertos a Consumidores Particulares e regular que, após a mora do devedor (não pagamento da prestação na data do vencimento), para qualquer tipo de Cliente, além dos juros moratórias a instituição só pode cobrar aos seus Clientes uma comissão pela recuperação dos valores em dívida. No âmbito desta actualização destacam-se as seguintes iniciativas:

- A perda efectiva estimada resultante da aplicação dos dois Decretos-Lei, que entraram em vigor no início do segundo semestre, pela não cobrança das respectivas comissões, era de 9 milhões de euros, ou seja 18 milhões de euros ao ano;
- Foram avaliadas e analisadas as possíveis comissões do preçário com potencial de acréscimo de valor por forma a minimizar o impacto de 1,5 milhões mensais;
- Foi efectuada a análise da concorrência com o objectivo de actualização do preçário e eventual criação de novas comissões, por forma a propor alterações ao preçário em vigor e, simultaneamente, propor a criação e desenvolvimento de novas comissões, de modo a minimizar o impacto acima referido.
- No âmbito da prestação dos deveres de informação obrigatória ao Cliente, quando se alteram valores de comissões, desenvolveram-se diversas iniciativas com o objectivo de minimizar os custos a incorrer pelas Caixas, nomeadamente: a carta da prestação dos deveres de informação foi condensada numa única folha, permitindo ganhos ao nível das tarifas CTT; a referida carta foi anexa ao extracto mensal em vez de carta *mailing*. Neste âmbito, foram enviadas cartas *mailing* e anexos ao extracto para cerca de 1,2 milhões de Clientes;
- Foi prestado o apoio directo a todos os gestores de preçário de todas as Caixas na parametrização dos novos valores das comissões alteradas, assim como na inibição da

cobrança de comissões.

Por outro lado, ao nível da margem financeira, a Norma de Taxas de Juro apresenta o resultado das análises periódicas efectuadas ao mercado, plasmadas no Observatório da Concorrência que, regularmente, é disponibilizado no Cais, procurando mostrar o rumo geral que o Grupo Crédito Agrícola deverá seguir com a necessidade de adaptações pontuais em cada Caixa de Crédito Agrícola.

No que se refere às taxas de juro, a flexibilidade dos valores apresentados é significativa, uma vez que os valores publicados no Folheto de Taxas de Juro não são vinculativos e apresentam, por produto, apenas as taxas mais representativas. Por outro lado, na Norma de Taxas de Juro são publicadas, na maior parte, valores meramente indicativos, permitindo às Caixas de Crédito Agrícola adaptar as mesmas às suas políticas comerciais.

Em resumo, a política de preços apresentada às Caixas de Crédito Agrícola é na sua generalidade adaptável às situações específicas dos seus mercados locais.

No final de 2013, foram efectuadas diversas actualizações em baixa das taxas de juro do crédito, quer de empresas, quer de particulares, no sentido de tornar o Crédito Agrícola na Instituição mais competitiva no que se refere à variável preço.

Em relação às Comissões, foi também seguido o mesmo racional e no final do ano foram actualizadas em baixa significativa as comissões iniciais do produto Crédito à Habitação, tornando-o na oferta mais competitiva do mercado.

Relativamente ao Crédito Pessoal o comissionamento já era o mais baixo do mercado.

3.4. Apoio às Caixas Associadas

No âmbito do Projecto de Transformação do Grupo Crédito Agrícola, foi constituída uma área específica de Apoio às Caixas Associadas - Direcção de Dinamização de Negócio (DDN), que iniciou a sua actividade em Julho de 2013.

Esta Direcção focaliza a sua acção na concretização dos objectivos definidos para as Caixas Associadas, através de um acompanhamento directo, integrado e permanente às Agências, reforço das competências comerciais dos Colaboradores e promoção do envolvimento de todas as Estruturas do Grupo com o negócio.

Neste sentido, a Direcção de Dinamização de Negócio desenvolveu o trabalho de diagnóstico, levantamento de necessidades, definição de prioridades e planeamento dos projectos essenciais à actividade de suporte comercial às Caixas Associadas.

Deu-se assim início às actividades e projectos considerados estratégicos para a dinamização do negócio:

1. Acompanhamento próximo e especializado às Caixas Associadas e Agências por parte da Equipa de Coordenadores Regionais, distribuídos por 17 Regiões de Coordenação e

em estreita colaboração com as respectivas Direcções da Caixa Central e Unidades de Negócio. Este apoio teve especial enfoque nas seguintes vertentes:

- Levantamento, operacionalização e optimização da informação comercial existente, com o objectivo de assegurar às Caixas Associadas a informação disponibilizada até à constituição da Direcção de Dinamização de Negócio;
- Apresentação dos objectivos para 2014 às Caixas Associadas e Agências, em todas as vertentes do negócio do Grupo Crédito Agrícola (produtos financeiros, não financeiros e seguros);
- Dinamização, no terreno, das Campanhas implementadas no âmbito do Plano de Marketing do Grupo Crédito Agrícola, assim como da oferta de produtos definida para os diferentes segmentos;
- Acompanhamento da agenda comercial das Caixas Associadas, numa óptica proactiva de venda, identificando necessidades de reforço de competências comerciais;

2. Desenvolvimento do projecto de Informação de Gestão Comercial (IGC), uma aplicação que disponibiliza à rede comercial, através do CAIS, informação única, centralizada, completa e fundamental para acompanhamento e controlo dos objectivos e da actividade comercial das Caixas, em tempo útil;
3. Participação no grupo de trabalho designado para o desenvolvimento do Sistema de Incentivos do Grupo Crédito Agrícola, que representa uma ferramenta de envolvimento e reconhecimento dos Colaboradores, essencial à dinamização comercial.

3.5. COMUNICAÇÃO

3.5.1. Canais Não Presenciais

O ano 2013 acompanhou as tendências comportamentais dos consumidores na utilização dos serviços à distância, através da oferta de novas funcionalidades nos canais à distância para os Clientes, visando o reforço da relação entre os Clientes e o CA e da qualidade do serviço prestado.

Como principais actividades destacam-se:

Site CA - Lançamento do Novo Site

O canal internet exige reformulações e inovações constantes, já que se trata do canal de acesso directo, dos Clientes e público em geral ao banco para a obtenção das mais variadas informações, quer de carácter geral quer na consulta de produtos e serviços disponíveis. Para tal foi disponibilizada uma nova imagem e forma de navegação com vista a transmitir dinamismo e inovação da instituição, na oferta de soluções financeiras adaptadas a cada segmento de Clientes.

CA Mobile - Lançamento de Novas Funcionalidades

Para complementar a oferta de serviços no canal CA Mobile, foram desenvolvidas novas funcionalidades para as três plataformas móveis - Apple iOS (iPhone, iPad e iPod Touch), Google AndroidTM e Microsoft Windows® Phone - nomeadamente: Consulta da posição Integrada; Cartões - Consulta Global e realização de transacções; Consulta de Cartão Buffet; Pagamento à Segurança Social, entre outras.

Serviço On-Line

Documentação Digital

Lançamento da "Documentação Digital" no serviço On-Line Empresas, em complemento à oferta disponibilizada em 2012 para os Clientes particulares. Esta iniciativa visa preservar o meio ambiente, apoiar os Clientes na gestão da sua documentação financeira e reduzir custos operacionais.

Ao longo de 2013, foram disponibilizados para consulta novos documentos digitais – Newsletter e comunicações diversas com o Cliente.

Pagamentos DUC (Documento Único de Cobrança)

Disponibilização no serviço On-Line (Particulares e Empresas) e Agências do CA do serviço de cobranças / pagamentos DUC - liquidação prévia e autoliquidações de pagamentos ao estado.

Seguros Vida

As consultas sobre Seguros Vida passaram a estar disponibilizadas no serviço On-Line Particulares, permitindo aos Clientes visualizar as apólices e contractos em vigor.

Consultas Conta Corrente Caucionada

A consulta da Conta Corrente Caucionada e consulta de movimentos da CCC foi disponibilizada no Serviço On-Line Particulares e Empresas.

Canal MultiBancário

Lançamento do Canal Multibancário o qual consiste numa plataforma de serviços bancários, também designada por "Sistema Electrónico de Gestão de Tesouraria" e que permite a comunicação directa entre o sistema informático dos Clientes Empresa com o Crédito Agrícola, com total segurança nos fluxos de informação, nomeadamente na recepção de ficheiros de movimentos diários, para reconciliação financeira das empresas.

Canais Digital – TV Corporativa e Preçário Digital

Dando continuidade à estratégia de dinamização da oferta de soluções de comunicação integrada e do reforço da imagem de modernização do CA, através dos Canais Digitais que se encontram no interior das agências, procedeu-se à reformulação da imagem e conteúdos do Preçário Digital e da Televisão Corporativa.

3.5.2. Campanhas de Marketing

Em 2013 a comunicação ao nível do material de *merchandising* foi alvo de uma restruturação gráfica, incorporando alguma modernidade, dando assim continuidade à inovação na linha gráfica.

Com este enquadramento foram implementadas diversas Campanhas de Marketing, todas divulgadas nas Agências das Caixas de Crédito Agrícola e Caixa Central através de *merchandising* (essencialmente folhetos e cartazes), *spots* de Rádio para divulgação em rádios locais/regionais e anúncios de imprensa para inserção nos jornais locais/regionais.

A maioria das iniciativas de Marketing foi dirigida ao macro-segmento de particulares tendo apenas uma campanha sido dirigida ao segmento de Empresas.

A maioria das campanhas de Banca foram implementadas com base em soluções de produtos, onde se destacam as seguintes iniciativas:

a) CA Geração Jovem



- Esta campanha teve como objectivo a promoção de 4 produtos (Poupança Futuro, Geração Jovem, CA Aforro e DP Normal) com o objectivo de vinculação do segmento Jovem.

b) CA Mulher



- Com esta iniciativa foi proposta uma solução de 5 produtos (Seguro CA Mulher, Cartão Clinicard, Depósito CA Mulher, Poupança CA Aforro, Cartão de Crédito CA Mulher) para vinculação do segmento Mulher.

c) CA Soluções Emigrantes



- A oferta dirigida ao segmento Emigrante foi constituída por 13 produtos (Depósito Especial Emigrante a 183 dias, Depósito da Sucursal Financeira de Cabo Verde a 360 e a 3 anos, CA PPR, CA PA, Produto de Série Limitada, CA Monetário, Raiz Tesouraria, Raiz Rendimento, cartão de crédito premier, Classic e Visa Electron)

d) Soluções Sénior



- A Campanha dirigida ao Segmento Sénior (+ de 55 anos) foi composta por 6 produtos (Depósito Super Crescente mais, Poupança Reforma, Poupança Sénior, CA PPR, Carão de Crédito Classic e Cartão Clinicard) para vinculação deste segmento e aumentar a sua rentabilidade.

e) Solução Reforma e Fundo de Pensões



- Esta campanha dirigida a uma necessidade específica – pensar na reforma - foi constituída por 3 produtos (CA PPR, Fundos de Pensões e CA Garantia 5) para vinculação dos Clientes com esta necessidade.

Foram efectuadas 4 campanhas de produto, sendo 2 de Banca (Cartão Clube A e Cartão Contacto), uma de Seguros não vida (CA Seguro Habitação) e uma de Fundos Imobiliários (CA Património Crescente):





Foi efectuada uma Campanha dirigida ao Macrosegmento de Empresas, com uma linha de Crédito de 1.000 milhões de euros para apoiar a tesouraria, o investimento e o processo de internacionalização das empresas, nomeadamente apoiando as operações de exportação.

No Macrosegmento das Empresas foi efectuada também a promoção do Cartão CA Buffet, um Cartão refeição com benefícios fiscais para as empresas e para os seus colaboradores.



No âmbito do novo modelo de segmentação foi criada uma nova linha gráfica e, para os segmentos considerados prioritários, foram criadas linhas de comunicação específicas (CA Dedicado, Jovens, Portugueses no mundo, Jovens, Associados, Microempresas e Empresários em nome individual e Sector Agrícola).

Em todas as campanhas implementadas foi também realizado um trabalho de identificação de Clientes propensos à subscrição da oferta promovida, tendo os mesmos sido disponibilizados como oportunidades através da aplicação de Gestão Comercial.

Para assegurar o acompanhamento da produção realizada nas campanhas, foram preparados para todas as acções implementadas rankings e relatórios semanais com a execução dos objectivos, que foram disponibilizados através do CAIS.

3.5.3. Comunicação e Relações Institucionais

Marca e imagem do Grupo CA

Em 2013, o Crédito Agrícola reforçou a sua comunicação, enfatizando os valores do Grupo, a sua implantação, proximidade, rigor e profissionalismo, mostrando de uma forma mais afirmativa que é um Grupo de referência no Mercado Financeiro nacional e é o que melhor conhece as regiões, os portugueses e o país no seu todo, permitindo-nos ter uma nova assinatura que apenas poderia ser adoptada por nós **"O Banco nacional com pronúncia local".**

A política de comunicação do CA centrou-se na criação e divulgação de um conjunto alargado de iniciativas, cujos objectivos foram o crescimento da economia portuguesa, o incentivo à poupança, o desenvolvimento da literacia financeira e a melhoria da qualidade do serviço aos Associados e Clientes.

Prova disso é o facto de que, em 2013, o Crédito Agrícola continuou a ser, segundo o Banco de Portugal, a instituição financeira com menos reclamações durante o primeiro semestre desse ano.

Desde 2008 que o Banco se tem distinguido nesta área, mantendo o nível de reclamações abaixo da média do sistema e sendo, em alguns casos, a instituição menos reclamada. A síntese intercalar das actividades de supervisão comportamental do Banco de Portugal veio reafirmar esta liderança, ao indicar que das 9.715 reclamações recebidas pelo regulador apenas 1,7% dizem respeito ao CA.

O Crédito Agrícola destacou-se por ter sido a instituição, entre as 15 entidades analisadas, que registou menos reclamações nas "contas de depósito" e "crédito à habitação". O mesmo se verificou na área do "crédito a consumidores", mas neste caso em paralelo com outra instituição.

Foi igualmente divulgado o novo posicionamento do CA, bem como o filme publicitário desenvolvido em 2013 através da cedência de artigos em revistas e jornais da especialidade.

No âmbito do trabalho de assessoria de imprensa foi realizada uma Conferência de Imprensa, para apresentação dos resultados 2012, que decorreu no Auditório da Caixa Central, bem como as entrevistas individuais concedidas pelo Presidente do CAE, que permitiram manter o bom relacionamento com os *media* e aumentar o índice de notoriedade da instituição.

Ao longo de todo ano foi feita a divulgação de *press releases* de carácter institucional e de produto junto dos jornalistas, no sentido de estes divulgarem as respectivas notícias nos media conferindo ao Crédito Agrícola mais visibilidade junto dos seus públicos-alvo**.**

Igualmente foram sempre dadas respostas aos jornalistas sobre a nossa oferta de produtos e serviços, bem como questões relacionadas com actividade económica-financeira.

Com o objectivo de manter o Crédito Agrícola presente e relevante junto dos meios de comunicação social, foi enviado um Kit de Imprensa aos jornalistas/editores de meios económicos, com uma vertente simultaneamente informativa e lúdica.

Assim, o Grupo CA foi apresentado aos jornalistas através de uma infografia animada, simples e ilustrativa. Nesta animação mostrámos, com um grafismo coerente com a marca, como funciona o Grupo, desde a sua base cooperativa, as suas orientações sociais e económicas, até à sua dimensão e contacto com o público.

Relações Institucionais

No âmbito das Relações institucionais, foram promovidas iniciativas que permitiram dar-nos a conhecer junto das Instituições internacionais nossas congéneres, o papel do Grupo Crédito Agrícola na economia portuguesa e a sua relação profunda com as comunidades locais.

Destacam-se os encontros promovidos nas instalações da Caixa Central com dois Grupos Cooperativos Brasileiros, o OCEMG e a CECREMGE (ambos do Estado de Minas Gerais), bem como uma delegação do *Banco Rural e Comercial de Pequim* (BEIJING RURAL COMMERCIAL BANK) que tiveram como objectivo primordial conhecerem a realidade do cooperativismo europeu, bem como conhecer os serviços financeiros oferecidos pelo Grupo Crédito Agrícola aos seus Associados e Clientes, e estabelecer bases de cooperação com o Crédito Agrícola.



Com o objectivo de potenciar o desenvolvimento do negócio internacional e apoiar o sector hortofrutícola foi estabelecida uma parceria entre o Crédito Agrícola e a Portugal Fresh, Associação constituída pelas entidades mais representativas do sector das Frutas, Legumes e Flores de Portugal, que conta actualmente com cerca de 70 empresas/cooperativas associadas, num total de 1.900 produtores, tendo como objectivo promover, nacional e internacionalmente as frutas, legumes e flores nacionais.

No âmbito do programa de apoio a projectos de investimento no Sector Primário o Crédito Agrícola associou-se ao Centro de Frutologia Compal – Academia 2013/2014, uma acção de formação e apoio à instalação frutícola, desenvolvida por este Centro, que tem como destinatários empreendedores agrícolas que se pretendem instalar, aumentar ou reconverter a sua exploração agrícola. Esta iniciativa pretende contribuir para o desenvolvimento do sector frutícola nacional, estimulando a inovação ao nível da produção da fruta.

O Crédito Agrícola promove este programa no seu *site* e junto das Agências CA colaborando num módulo de formação sobre a oferta de produtos e serviços CA.

Em 2013 o Grupo Crédito Agrícola aderiu ao Banco de Inovação Social (BIS), a primeira rede e plataforma de apoio à inovação social no país que agrega activos de 25 instituições e entidades públicas e privadas. O BIS tem como finalidade promover a inovação e o empreendedorismo de cariz social, a experimentação social de base científica e aplicação prática, a promoção de uma cultura de inovação social e de empreendedorismo com valor social.

Igualmente e ainda ao nível das parcerias foi acordado com a Federação das Confrarias o apoio conjunto na divulgação das mesmas na CA Revista, bem como um apoio por parte do CA para a revista electrónica da Federação.

Foram ainda promovidas diversas iniciativas com as Caixas de Crédito Agrícola para comemorar quer os seus centésimos aniversários, quer a abertura de novas Agências, com especial enfoque no apoio logístico, na divulgação das acções, sempre numa óptica de promoção da marca CA de modo consistente, e em articulação com a estratégia global.







Comunicação Externa

Macrocampanhas

Com o propósito de conferir maior visibilidade à marca CA e aumentar a notoriedade do Crédito Agrícola no mercado nacional, foi desenvolvida uma campanha publicitária com base no novo posicionamento do CA, que através do Claim "Somos pelo bem de Portugal" pretendeu mostrar ao País e a todos os que querem contribuir para um Portugal melhor que o Crédito Agrícola, pela sua proximidade, conhece como ninguém as diferentes regiões de Portugal e as pessoas que nelas habitam estando fortemente empenhado em contribuir para o seu desenvolvimento socioeconómico e para a satisfação das suas necessidades financeiras.



Com esta campanha comunicámos igualmente as várias soluções de produtos e serviços que o Crédito Agrícola dispõe, através de 3 versões mais reduzidas do filme institucional dirigidas aos segmentos de mercado: Jovens | Agricultura | Empresas.





Esta campanha decorreu em 3 vagas, tendo sido veiculada nos meios de maior audiência (TV, Rádio, Imprensa e Internet), bem como nos meios regionais e agências CA.

Publicações



No âmbito da comunicação institucional, e com o compromisso de acrescentar valor à informação de carácter institucional e comercial do Grupo, no ano de 2013 deu-se continuidade à edição da "CA Revista".

Revista trimestral, destinada a Associados, Clientes, Dirigentes e Colaboradores, que tem como finalidade reforçar o posicionamento do Grupo Crédito Agrícola junto dos vários públicos, a valorização da sua missão e possibilitar a transmissão de mensagens relevantes da sua actividade global.

A linha editorial privilegia a transversalidade dos temas, sendo que muito têm contribuído as Caixas de Crédito Agrícola e as Empresas do Grupo que regularmente enviam contributos.



Ainda no âmbito das publicações, e concretamente da comunicação económico-financeira, procedeu-se à edição do "Relatório e Contas 2012" em versão bilingue e disponível em formato digital.

Patrocínios

Tendo em conta que a televisão é um dos meios de eleição das marcas financeiras na sua comunicação, e tendo como principal objectivo uma presença regular ao longo do ano neste meio, o CA tem vindo a patrocinar o programa televisivo **"1 Minuto de Economia"**. Um programa de actualidade financeira com um formato diferenciador, transmitido no canal SIC, que se tem revelado uma boa aposta no impulsionamento da marca CA.



Por forma a reforçar a exposição da marca CA em TV, em 2013 patrocinámos igualmente o "**Só Visto",** um *magazine* de actualidades original e criativo, apresentado por Sílvia Alberto, que englobava entrevistas em estúdio, reportagens, actuações e rubricas em que personalidades da vida artística partilham intimidades curiosas.

Em 2013 o Grupo Crédito Agrícola manteve a sua politica de continuidade de patrocínios que se iniciaram há alguns anos e nos quais o Grupo apostou: Motociclismo – todo-o-terreno, Automobilismo – rali, Ciclismo em várias Classes, entre outros.

Esta política de proximidade que caracteriza o Grupo foi também, e como não podia deixar de ser, aplicada ao nível dos patrocínios e apoios concedidos a nível nacional, incidindo nos sectores desportivos e sócio/culturais.



Em destaque esteve o piloto de motociclismo – Mário Patrão – que conseguiu o seu sexto título consecutivo de campeão nacional de Todo-o-Terreno e vice-campeão de *enduro*. Refira-se que este piloto é apoiado pelo Grupo Crédito Agrícola desde 2004, afirmando-se como um dos pilotos com maior número de títulos nacionais em diferentes disciplinas de motociclismo.

De realçar a sua primeira participação na prova rainha de todo o terreno do motociclismo mundial, o Dakar, por entre os 189 concorrentes que se apresentaram à partida em Lima (Peru), e dos 125 que conseguiram terminar a prova e chegar a Santiago (Chile), Mário Patrão ocupou o 30.º lugar final, tendo conseguido um excelente 4º lugar na última etapa, evidenciando-se por entre os diferentes pilotos e motos de equipas oficiais.



No automobilismo, o piloto apoiado pelo Grupo Crédito Agrícola desde 2004, João Ruivo, tem conseguido grande destaque nos media pelos seus resultados, Em 2013 o piloto participou no Campeonato Open de Ralis" no *"Troféu Modelstand"* tendo conseguido um esforçado 2º lugar na Categoria I (duas rodas motrizes).

No Ciclismo, referência também ao "Alcobaça Clube de Ciclismo", patrocinado pelo Grupo desde 2003, e que está sempre na conquista de inúmeras provas nacionais, entre as quais: Taça de Portugal e Volta a Portugal de juniores, por equipas – Taça de Portugal e Campeonato Nacional de Estrada, Juniores, individual e Campeonato Nacional de Paraciclismo.



No seguimento do que vem sido habitual, o Grupo Crédito Agrícola tem concedido alguns apoios para as classes desportivas mais jovens, valorizando desta forma a formação e o desenvolvimento físico e psicológico dos jovens em ambientes saudáveis e socialmente recomendáveis.

O Grupo Crédito Agrícola tem também concedido muitas das vezes em conjunto com as CCAM inúmeros apoios, pontuais, nas várias vertentes desportivas, e sócio/culturais.



Alguns exemplos desses apoios pontuais são: **Desportivos** - Oeiras Sport Clube, J Coelho competições (automobilismo); Grupo Sportivo de loures; Karting; Campeonatos de estrada (Ciclismo); Paulo Ramalho (Automobilismo, prémio de Montanha); João Azeiteiro (Automobilismo) – **Sócio/Culturais -** Geno Suber (investigação cientifica); A Floresta em Portugal (projecto de investigação); Douro Film Harvest - Festival de Cinema; União das Misericórdias Portuguesas – Unidade Bento XVI (apoio aos doentes de Alzheimer); Projecto Alfama Map - Panteão Nacional; Federação das Confrarias - apoio ao lançamento da revista; Fencaça - apoio ao lançamento da revista; Parceria Universidade do Porto.

Feiras

Ao longo do ano o Grupo Crédito Agrícola marcou presença em Feiras e Eventos por todo o território nacional mostrando ser um Banco moderno e dinâmico e com uma ampla oferta de Produtos e Serviços.

O Crédito Agrícola patrocinou as principais feiras de âmbito nacional, nomeadamente o SISAB, AGRO, Ovibeja, Feira Nacional da Agricultura, Santiagro, Expofacic, Fatacil, Salão Imobiliário de Portugal (SIL) e Mercado de Vinhos, com um espaço Grupo Crédito Agrícola para promoção dos Produtos e Serviços.

Ao associar-se, ano após ano, a estes eventos o Grupo Crédito Agrícola reforça o seu papel activo no desenvolvimento e na promoção das regiões, da sua cultura e das suas tradições. Ao mesmo tempo apresenta a oferta de Produtos e Serviços contextualizados em cada feira, seja esta, para empresas, agrícola, de exportação ou de imóveis.



Pelo primeiro ano o Crédito Agrícola marcou presença no Salão Imobiliário de Portugal (SIL), ponto de encontro de investidores, empresários, técnicos, organismos públicos e consumidor final. O evento assumiu-se como uma plataforma dinamizadora de negócios do sector imobiliário.

No stand do Crédito Agrícola, além de informação sobre os imóveis do Banco, o Grupo deu a conhecer as condições vantajosas para quem pretende investir neste mercado.



Ao associar-se novamente ao SISAB o Grupo Crédito Agrícola, reconhece a exportação como um factor estratégico para a revitalização da economia portuguesa e o parceiro ideal para o desenvolvimento do negócio e para a expansão além-fronteiras.

Outras iniciativas de comunicação



Dia da Europa

Relativamente ao Dia da Europa o Crédito Agrícola associa-se a esta iniciativa enquanto instituição financeira que apoia o empreendedorismo, disponibilizando técnicos qualificados e com larga experiência no apoio às empresas.

Festa dos Santos Populares em Paris



Além-fronteiras, o Grupo Crédito Agrícola marcou igualmente presença junto da sua comunidade de emigrantes, em Paris com a presença de um stand CA, e em Luxemburgo através do patrocínio ao concurso de "Miss Portugal no Luxemburgo".

Corrida Sempre Mulher

O Grupo Crédito Agrícola apoiou, uma vez mais, a Corrida Sempre Mulher e associou-se a uma iniciativa que pretende angariar fundos para dar continuidade à missão da Associação Portuguesa de Apoio à Mulher com Cancro da Mama.

Através de um stand fez a divulgação da oferta exclusiva para as Clientes do Grupo Crédito Agrícola designada por Solução CA Mulher, com produtos adequados e condições atractivas pensadas para este segmento.





Intranet - Cais



A Intranet do Grupo Crédito Agrícola – CAIS (Crédito Agrícola Intranet Services) – serve de base à divulgação de toda a informação institucional e comercial. Consultada por todos os Colaboradores do CA este é o meio primordial de obtenção de suporte às actividades, tendo-se verificado no ano de 2013 450.000 visualizações.

Para além de existir este *website* corporativo global, já existem *micro-sites* implementados "Minha Caixa / Minha Empresa", onde deste modo a informação da própria Caixa/Empresa é disponibilizada aos seus Colaboradores.

Exemplo disso são as Caixas Associadas do Noroeste, CCAM Vila Verde e Terras de Bouro, CCAM Região de Bragança e Alto Douro, CCAM Vagos, CCAM Beira Centro, CCAM Região do Fundão e Sabugal, CCAM Costa Azul, Caixa Central, CA Serviços e FENACAM, cujos *micro-sites* foram implementados nos últimos 3 anos.

2011	2012	2013
Costa Azul (Caixa Certificada)	Beira Centro	Região do Fundão e Sabugal (Caixa Certificada)
Bragança e Alto Douro (Caixa Certificada)	Região do Fundão e Sabugal (Início)	Vagos (Caixa Certificada)
Noroeste (Caixa Certificada)		Vila Verde (Caixa em Processo de Certificação)
		Baixo Vouga (Caixa Certificada) - Início
		S. Bartolomeu de Messines e S. Marcos da Serra (Inicio)

Comunicação Interna

Programa "Ideias" CA



Baseados na abordagem "Somos maiores que a soma das partes" e que todos juntos fazemos do CA o melhor Banco em cada região, foi desenvolvido um Programa de Comunicação Interna designado por "Ideias CA", que permitiu a cada colaborador dar o seu contributo nessa direcção.



Foi nossa intenção criar uma ferramenta que permitisse ao CA contar com todos os colaboradores, com as suas competências, o seu mérito e esforço por forma a conquistar o reconhecimento do CA como o melhor banco.

Esta iniciativa teve igualmente por objectivo fortalecer a história, as actividades e os valores do Grupo, ou seja a cultura do Grupo.

Concursos de NATAL

Anualmente o Grupo Crédito Agrícola promove um concurso de desenho para os filhos dos empregados e um concurso de poesia para os empregados.

Esta iniciativa que conta já com 7 anos de existência, e que cada ano assume uma particular relevância, contribui para o fortalecimento do espírito de Grupo CA.

Sustentabilidade 2013

Num período socioeconómico conturbado, o Grupo CA continua a valorizar as questões sustentáveis e a percorrer o seu caminho na área da sustentabilidade e da responsabilidade social através da implementação de políticas, programas e projectos em que reflectem as suas boas práticas em matéria de economia, sociedade e ambiente.

O Crédito Agrícola, ciente da crescente importância que a Literacia Financeira tem assumido junto da sociedade em geral e na banca em particular, iniciou, em 2013, o desenvolvimento de *kits* de literacia financeira, a utilizar pelas CCAM junto das escolas da sua área de influência. Estes *kits* pretendem uniformizar as acções de formação realizadas neste âmbito.

Após ter apresentado pela primeira vez em 2011 o Relatório de Sustentabilidade, com certificação B, 2013 foi um ano de continuidade do trabalho, ajustando procedimentos e recolhendo informações que se traduziram num novo relatório, certificado, do Grupo CA.

4. BANCASSEGUROS

4.1. SEGUROS – RAMOS REAIS

O novo Conselho de Administração Executivo da CA Seguros prosseguiu e aprofundou a estratégia de Bancasseguros que vinha sendo aplicada em anos anteriores, promovendo um maior foco da Companhia na dinamização comercial dos produtos com maiores margens associadas, no rigor da tarifação técnica e da selecção dos riscos, e na adopção de uma visão global dos Clientes.

Não obstante a quebra significativa dos prémios brutos emitidos nos ramos Acidentes de Trabalho e Automóvel, que reflecte as difíceis condições concorrenciais no mercado de seguros não vida, a CA Seguros conseguiu manter o nível global de prémios brutos emitidos ao mesmo nível de 2012, crescendo noutros ramos.

Apesar do forte impacto da tempestade Gong, em Janeiro, a CA Seguros conseguiu cumprir a generalidade dos objectivos que se propôs, ao nível económico e financeiro, e assegurou também um elevado nível de cumprimento dos objectivos estratégicos definidos no mapa estratégico, e medidos através de um *balanced scorecard*.

A CA Seguros aumentou o número de Clientes de 248 mil para 262 mil, prosseguindo proactivamente a sua Visão de "Ser a Seguradora Não Vida em que confiam todos os Associados e Clientes do Crédito Agrícola". O número de apólices em vigor aumentou de 439 mil para 473 mil, ou seja, um aumento de quase 8%, o que deve ser considerado positivo, num mercado em contracção, desde há oito anos atrás, incluindo 2013. Estes resultados só foram

possíveis pelo cada vez maior comprometimento das Caixas Agrícolas.

unidade: milhares, excepto %

	2011	2012	2013	Δ %
Nº de Clientes	226	248	262	6%
Nº de Apólices	403	439	473	8%

Reconhecendo a importância e valor desta parceria, a CA Seguros promove uma ainda maior integração com as Caixas Agrícolas, através de um programa de visitas e de reuniões de trabalho do Conselho de Administração Executivo com todas as Caixas Agrícolas, através da implementação de outras importantes medidas, que resultaram de diálogo e uma cooperação construtiva. Entre essas medidas, a CA Seguros promoveu que todas as Caixas Agrícolas passassem a estar representadas no capital social da CA Seguros, e reforçou significativamente as remunerações de mediação pagas às Caixas Agrícolas, tornando ainda mais compensadora a sua dedicação à intermediação de seguros não vida.

O sistema de incentivos comercial "Seguros Positivos 2013", desenhado para incentivar a actividade comercial dos Colaboradores das Caixas Agrícolas, revelou-se, mais uma vez, uma peça essencial para o desempenho comercial da CA Seguros, destacando-se a importância das viagens de incentivo, as quais são um investimento para a promoção da Criação de Valor. A VIII Convenção Anual da CA Seguros, realizada em Albufeira, as viagens de incentivo à Tunísia e a Barcelona e, particularmente, as viagens de incentivo associadas ao produto CA CliniCard, (Viena/Bratislava) em que participaram diversos Colaboradores das Caixas Agrícolas, constituíram e revelaram-se um enorme sucesso e um importante factor de congregação das equipas comerciais, de união e reforço do espírito de Grupo entre as Caixas Agrícolas, e de motivação dos Colaboradores para a actividade comercial.

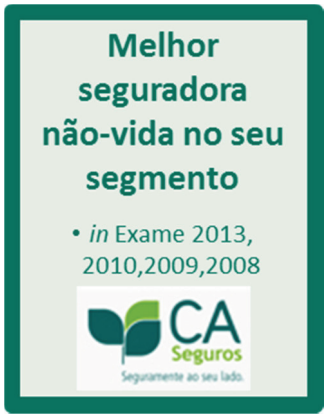
Pelos seus excelentes resultados, os sistemas de incentivos da CA Seguros e da CA Vida (seguradora vida do Crédito Agrícola) foram adoptados como modelos para o desenho do novo sistema integrado de incentivos do Crédito Agrícola, em vigor desde o início de 2014, e em cuja definição e implementação participámos.

A CA Seguros colaborou activamente no programa de transformação do Grupo Crédito Agrícola. Entre outros contributos, cedeu um número significativo de recursos humanos para a nova Direcção de Dinamização de Negócio, da Caixa Central, desenvolveu a nova aplicação informática para apoio e acompanhamento da actividade comercial das Caixas Agrícolas ("IGC – Informação de Gestão Comercial"), e implementou uma aplicação para acompanhamento diário da actividade comercial em seguros não vida ("Estatísticas Comerciais"). Em 2013, a CA Seguros esteve representada em todas as reuniões do novo Conselho de Estratégia do Grupo Crédito Agrícola. Também, em diversos projectos, promoveu o trabalho em conjunto com as Direcções da Caixa Central e com as Empresas do Grupo, promovendo a captura de sinergias e uma melhor utilização e aproveitamento dos recursos e das competências disponíveis dentro do Grupo.

A CA Seguros deu passos firmes na preparação da Companhia para o futuro regime Solvência II, com a implementação de uma solução para a quantificação do futuro Requisito de Capital de Solvência (SCR), de acordo com a fórmula *standard*, com base nas especificações técnicas mais recentes emitidas pela União Europeia. Foi também adquirida uma ferramenta

informática que irá suportar a preparação dos futuros mapas e relatórios de reporte ao Supervisor, de forma integrada.

Foi concluído com sucesso o processo de Certificação Ambiental, no contexto do qual a CA Seguros implementou diversas medidas de racionalização energética e de poupança de recursos. Um dos mais importantes projectos implementados, em 2013, foi a desmaterialização das condições gerais das apólices, as quais deixaram de ser enviadas aos Clientes impressas em papel, tendo passado a ficar disponíveis, em formato digital. Esta medida representou uma melhoria no serviço prestado aos Clientes e ao mesmo tempo, uma significativa redução de custos e de poupança de papel e de recursos naturais. A CA Seguros implementou, nas suas instalações, a separação do lixo, bem como outras medidas com impacto ambiental, positivo com a adesão generalizada dos Colaboradores.



A CA Seguros foi distinguida pela quarta vez pela revista Exame como a Melhor Seguradora Não Vida, da sua dimensão, a operar em Portugal. Os bons resultados alcançados em 2012, conjugados com uma estrutura financeira que traduz elevados níveis de solvência, e de garantias financeiras para os seus Segurados, estiveram na origem deste prémio. A aposta da CA Seguros na Qualidade e em elevados níveis de satisfação dos Clientes tem potenciado o seu crescimento em apólices e Clientes, e uma melhoria sustentada da generalidade dos seus indicadores económico-financeiros.

Os resultados dos inquéritos realizados em 2013 revelam elevados níveis de Satisfação dos Clientes, sem ou com sinistros, dos Colaboradores das Caixas Agrícolas, e dos Colaboradores da CA Seguros, o que reforça o compromisso com a Qualidade e com a Melhoria Contínua.

A CA Seguros apostou no reforço e melhoria das competências dos Colaboradores das Caixas Agrícolas, em colaboração com os Departamentos de Recursos Humanos da Caixa Central, com enfoque em acções de formação específicas e transversais à área dos seguros não vida.

A formação a estes Colaboradores incidiu na abordagem técnico-comercial, incluindo acções de formação técnico-operativas de seguros, programas de integração de novos Colaboradores das Caixas Agrícolas com formação em Bancasseguros (FORBASIC), programas de reciclagem de Colaboradores das Caixas Agrícolas com formação em Bancasseguros (SABERES+) e COGEN, simulador e outras aplicações informáticas, e acções de integração de novos Colaboradores ou com rotação de funções, representando 3.290 horas de formação a 271 Colaboradores.

O Sistema de Incentivos “Seguros Positivos 2013” voltou a exceder as expectativas, tendo sido uma ferramenta impulsionadora das vendas e constituindo também um excelente meio de comunicação permanente e personalizada junto dos Colaboradores das Caixas Agrícolas. Realizou-se a VIII Convenção Anual da CA Seguros em Albufeira, a qual contou com a presença entusiasmada dos melhores produtores de seguros não vida, em representação das respectivas Caixas Agrícolas.

Ao nível das campanhas comerciais, merecem destaque a acção comercial CA Responsabilidade Civil Familiar, que atingiu uma taxa de concretização dos objectivos de 147%,

e a campanha CA Vinculação, que teve como alvo os actuais Clientes do Crédito Agrícola e que se traduziu num enorme sucesso, promovendo a sua fidelização.

O desafio CA CliniCard, lançado no primeiro trimestre de 2013, revelou-se um enorme sucesso, com uma forte participação dos Colaboradores das Caixas Agrícolas, para o que foi decisivo, como factor motivacional, a viagem de incentivo associada a este desafio, com destino a Viena e Bratislava. A promoção do produto CA CliniCard foi ainda reforçada através de rastreios de saúde gratuitos, organizados em agências do Crédito Agrícola, o que gerou notoriedade e sensibilizou os Colaboradores dessas agências para este produto.

Em 2013, a CA Seguros introduziu ajustamentos no sistema de cálculo das remunerações de mediação às Caixas Agrícolas, promovendo, simultaneamente, um melhor alinhamento com a Criação de Valor e uma menor sensibilidade às flutuações da sinistralidade, através da garantia de uma taxa de remuneração mínima, mais elevada, em dois pontos percentuais.

As remunerações de mediação aumentaram para um valor superior a 11 milhões de euros, o que representa um crescimento de 13,4% relativamente a 2012, não obstante se ter mantido estagnada a evolução dos prémios comerciais emitidos, este ano. Assegurámos, desta forma, a manutenção da tendência de crescimento sustentado das remunerações de mediação pagas às Caixas Agrícolas nos últimos anos, o que tem contribuído para o seu envolvimento crescente da actividade de seguros.

Remunerações de mediação de seguros pagas às CCAM

Unidades: milhões de euros

	2011	2012	2013	Δ %
CA Seguros	9	9,7	11	13,4%

Os Prémios brutos emitidos ascenderam a 80,6 milhões de euros, o que representa uma estagnação, face ao ano anterior, mas que contrasta favoravelmente com a evolução do mercado não vida, o qual apresentou uma quebra de 3,2%, relativamente ao ano anterior.

A maior parte dos produtos que a Companhia tem vindo a destacar no contexto da sua estratégia continuaram a crescer a bom ritmo, com variações positivas nos Prémios brutos emitidos, nomeadamente, CA CliniCard +24,6%, CA Saúde + 6,6%, CA Habitação +8,1% e CA Comércio e Serviços +7,3%.

O número de apólices renováveis, em vigor a 31 de Dezembro, atingiu 472 mil, um aumento de 8% em relação ao final de 2012. Da mesma forma, o número de Clientes com apólices em vigor aumentou 6%, de 248 mil para 262 mil.

A CA Seguros promove a prestação de um serviço de qualidade no atendimento e acompanhamento de sinistrados. Este serviço é transversal à Companhia, prestando assistência aos sinistrados com danos corporais em todos os produtos, incluindo CA Acidentes de Trabalho, CA Acidentes Pessoais, CA Automóvel e CA Responsabilidade Civil.

A tempestade Gong, que assolou o território de Portugal nos dias 18 e 19 de Janeiro de 2013, causou avultados prejuízos e representou o evento com maior impacto na história da Companhia. No total, foram participados, à CA Seguros, mais de 1.800 sinistros associados a este evento, com um custo total acima dos 4 milhões de euros. Como consequência, em 2013, registou-se um aumento global do número de sinistros participados, com especial incidência nos produtos CA Habitação e CA Comércio e Serviços.

Para fazer face ao significativo aumento do número de processos de sinistro, e dar resposta às situações comunicadas, a CA Seguros desenvolveu esforços no sentido de minimizar o impacto desta situação no nível de serviço prestado aos seus Clientes. Pese embora este acontecimento, súbito e imprevisto, com um enorme aumento de situações participadas, e que pela sua natureza exigiam uma resposta célere com vista à respectiva regularização, a CA Seguros demonstrou uma boa e adequada capacidade de reacção e resposta, num momento de crise, e com tão elevado impacto.

Não obstante o forte impacto da tempestade Gong, o ano de 2013 acabou por ser um ano positivo em termos de sinistralidade, cumprindo-se, na maior parte dos produtos, as metas orçamentais estabelecidas.

O Resultado líquido apurado foi de 2.645 mil euros, sendo inferior ao do orçamento e ao montante do ano anterior, por reflectir a decisão tomada, durante o exercício, de reforçar as Remunerações de mediação pagas às Caixas Agrícolas.

Pelo sétimo sexto ano consecutivo, a Assembleia-Geral da CA Seguros deliberou efectuar o pagamento de dividendos aos Accionistas, desta vez pelo montante de 2.160 mil euros, o que corresponde a cerca de 82% do resultado líquido do exercício.

A situação patrimonial da CA Seguros registou uma evolução favorável em 2013, traduzida no reforço dos Capitais próprios.

No Activo, os Investimentos financeiros aumentaram 6 milhões de euros, o que corresponde a um aumento percentual de 4,0%. O peso desta rubrica no total do Activo aumentou, de 79,1%, para 83,4% em 2013.

No passivo, a CA Seguros manteve uma política prudente ao nível do provisionamento, tal como em anos anteriores. Globalmente, as Provisões técnicas mantiveram-se estáveis, situando-se, em 31 de Dezembro de 2013, no valor total de 119 milhões de euros.

As responsabilidades relativas aos Segurados encontram-se devidamente asseguradas em 31 de Dezembro de 2013 quer ao nível da representação das Provisões técnicas quer ao nível da Margem de solvência, em que a taxa de cobertura se situa em 255% (antes de dividendos a pagar aos accionistas, relativos a 2013). Refira-se ainda que os activos elegíveis para a representação das Provisões técnicas asseguravam um grau de cobertura de 129%.

CA Seguros - Principais Indicadores

unidade: milhares de euros, excepto % e nº de colaboradores

Rubrica	2011	2012	2013
Prémios Brutos Emitidos	79.917	80.778	80.631
Activo	159.553	175.509	173.134
Capitais Próprios	25.195	31.134	32.564
Resultado Líquido	3.197	3.203	2.645
Margem de Solvência	205%	239%	255%
Nº Colaboradores no final do ano	140	145	144

4.2. SEGUROS - RAMO VIDA

O ano de 2013, em que a CA Vida celebrou o seu 15º aniversário, consagrou-se como o ano de maior volume de negócios alguma vez alcançado pela Companhia, ascendendo o mesmo a 384 milhões de euros em seguros de Vida e 10,7 milhões de Euros de contribuições em fundos de pensões, um acréscimo face ao ano anterior de 31% e 41%, respectivamente. A esta evolução correspondeu uma quota de mercado de 4,2% e a 6ª posição do *ranking* das Seguradoras Vida.

A dinâmica das Caixas de Crédito Agrícola Mútuo, associada ao nível de competitividade das soluções disponibilizadas pela CA Vida, tem permitido o aproveitamento de oportunidades de mercado consubstanciadas não só em volume de prémios, mas também em apólices em carteira. Assim, no final de 2013 existiam 255.637 apólices em vigor e 6.281 contratos de fundos de pensões, o que representa um crescimento face ao ano anterior de 8% e 48%, respectivamente.

unidade: milhares, excepto %

	2011	2012	2013	Δ %
Nº de Apólices	225	236	256	8%
Nº de Contratos de Fundos de Pensões	2,4	4,2	6,3	48%

Reflectindo o crescimento da produção de seguros de capitalização e de uma gestão baseada na preservação do património das carteiras, os activos sob gestão aumentaram 24% em 2013, comparativamente a 2012, situando-se em 1.424 milhões de euros.

Apesar do elevado volume de produção e da dinâmica que tem caracterizado a actuação da CA Vida de forma consistente nos últimos anos, o número de Colaboradores da Companhia tem-se mantido estável, na ordem de 40 efectivos, sendo a relação volume de produção/número de Colaboradores, uma das mais competitivas do mercado.

No final de 2013 o capital próprio da CA Vida totalizava 64,5 milhões de euros, um incremento de 7,8 milhões de euros face a 2012, como consequência, não só da variação positiva da reserva de reavaliação por ajustamentos no justo valor de activos financeiros, mas também do resultado líquido alcançado no exercício que se situou em 5.974.402 euros.

Tendo em consideração os resultados alcançados e sendo esta uma prática de anos anteriores, a CA Vida propôs a distribuição de dividendos pelos seus accionistas, no montante de 750 mil euros, proposta que foi aprovada em Assembleia Geral.

A Companhia, quer através da sua política de remunerações, quer pela distribuição de dividendos, quer pela natureza do seu próprio negócio, protegendo e salvaguardando os interesses tanto de Clientes, como de Caixas Agrícolas, tem-se revelado uma aposta ganha para todo o Grupo Crédito Agrícola.

Nos 15 anos de existência da CA Vida, os resultados alcançados têm-se reflectido igualmente nos proveitos directos para as Caixas Agrícolas, sendo 2013 o ano em que a Companhia mais contribuiu para o Grupo Crédito Agrícola, tendo as comissões de mediação ascendido a 11,8 milhões de Euros, um crescimento de 26% face ao ano anterior. O contributo líquido da Companhia para o Grupo Crédito Agrícola transcendeu o valor de comissões referido,

consubstanciando-se num total de 16,1 milhões de Euros de aquisições de bens e serviços dentro do Grupo Crédito Agrícola, valor este que confirma a mais-valia que a CA Vida representa para o crescimento e consolidação de resultados do Grupo.

Remunerações de mediação de seguros pagas às CCAM

Unidades: milhões de euros

	2011	2012	2013	Δ %
CA Vida	8,2	9,4	11,8	26%

A preocupação da CA Vida em satisfazer os seus Clientes transcende o desenvolvimento do negócio, tendo a Companhia realizado, um conjunto de iniciativas que reforçaram a sua missão de intervenção social junto da comunidade e dos Clientes do Grupo Crédito Agrícola. Neste sentido, foi desenvolvido e distribuído pelas Agências do Grupo Crédito Agrícola um mealheiro personalizado, para o qual todos os Clientes e Colaboradores puderam contribuir a favor da Liga Portuguesa Contra o Cancro, nomeadamente para a realização de rastreios do cancro da mama. Para além de sensibilizar e informar, pretendeu-se mobilizar todo o Grupo para uma causa que, na prática, é de todos. A CA Vida agradece a todos que, directa e indirectamente, participaram nesta iniciativa, a qual se traduziu num contributo superior a 59 mil Euros.

A Companhia abraçou igualmente outras iniciativas de cariz solidário relacionados com a prevenção do cancro, das quais, pelo envolvimento da população, se destacam “Um Balão, Uma Vida”, “Corrida Sempre Mulher” e “Pedalar por uma Causa”.

Mantendo a boa prática de anos anteriores, a CA Vida reúne regularmente com Caixas Agrícolas e entidades do Grupo Crédito Agrícola, reflectindo e debatendo factores relevantes para o negócio e para a linha estratégica.

Em 2013, a Companhia consolidou as diversas inovações em produtos e coberturas efectuadas no ano anterior, nomeadamente no portfólio de produtos de risco. Com o intuito de reforçar o seu posicionamento e do Grupo junto do segmento de Clientes mais jovens, a Companhia desenhou um produto que procura atenuar as preocupações de pais, avós e Clientes com menores a seu cargo, dando-lhes a possibilidade de subscrever, em separado ou em conjunto, um Seguro de Capitalização e um Seguro de Vida, com vista a assegurar a formação escolar dos jovens.

Verificando-se nos primeiros meses de 2013 um ambiente macroeconómico adverso, e no que concerne a produtos de capitalização, a CA Vida, assegurando sempre um modelo de gestão eficiente, apostou numa estratégia de produto assente em soluções de capitalização com capital e rendimento garantidos, comercializadas em períodos limitados, concorrenciais face ao mercado e diferenciadoras dentro do Grupo Crédito Agrícola.

Ao nível do segmento das empresas e empresários, tendo presente que os mesmos apresentam necessidades específicas, a CA Vida procurou potenciar a oferta já existente para este segmento, através de uma maior proximidade com as Agências para, em conjunto, apresentar soluções inovadoras e personalizadas, tanto na óptica da protecção/incentivo social dos recursos humanos, como na óptica de investimento e protecção financeira do negócio, respondendo assim às suas necessidades de continuidade e de crescimento.

Considerando que a oferta apresentada é diversificada entre particulares e empresas, a CA Vida propõe-se desenvolver e implementar os meios necessários para suportar as iniciativas

das Caixas de Crédito Agrícola Mútuo no âmbito do apoio à comercialização dos seus produtos.

O desafio que se coloca à CA Vida em 2014 não é diferente dos desafios a que se propôs nos últimos anos. É fundamental para a Companhia continuar estrategicamente a fortalecer políticas que residam essencialmente na preservação dos capitais investidos e manutenção de condições que possibilitem o desenvolvimento e comercialização de produtos adaptados às características dos Clientes do Grupo Crédito Agrícola, numa parceria muito estreita com as Caixas de Crédito Agrícola Mútuo e com a Caixa Central.

CA Vida - Principais Indicadores

Unidade: milhares de euros

	2011	2012	2013
Prémios brutos emitidos e entregas em contratos de Investimento	302.795	294.022	383.986
Contribuições para fundos de pensões	3.506	7.607	10.704
Activo	990.553	1.149.802	1.428.197
Capital próprio	50.662	56.706	64.525
Resultado líquido	4.134	4.151	5.974
Número de Colaboradores no final do ano	40	41	40

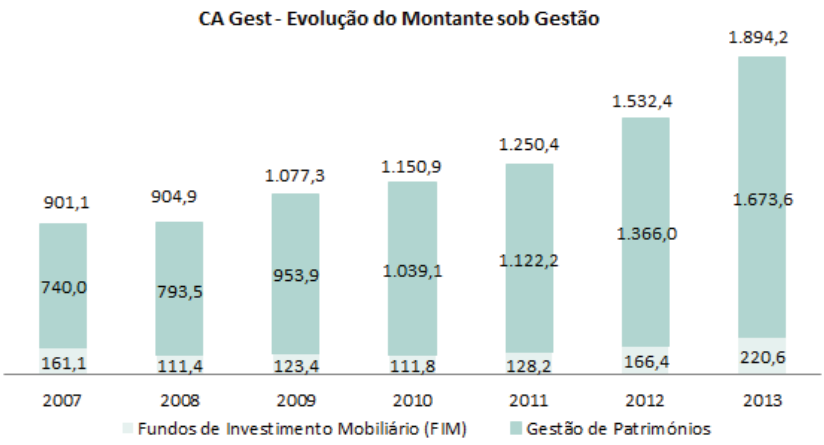
5. Gestão de Patrimónios e Fundos

5.1. Gestão de Patrimónios e Fundos de Investimento Mobiliário

Montante Global sob gestão

A CA Gest, em conjunto com as entidades comercializadoras que integram o Grupo Crédito Agrícola (Caixa Central e Caixas de Crédito Agrícola Mútuo enquanto suas agentes), conseguiu, mais uma vez, ultrapassar os desafios acrescidos impostos pela conjuntura do mercado financeiro e da concorrência, alcançando em 2013 um crescimento de 23,6% (22,5% em 2012 e 8,6 % em 2011) do montante sob sua gestão, que ultrapassou os 1,894 mil milhões de Euros (mais 362 milhões de Euros relativamente a 31 de Dezembro de 2012).

Em 2013 o maior crescimento percentual (32,6%) foi na actividade de Fundos de Investimento Mobiliários que atingiram no final do ano o valor de 220,6 milhões de Euros. Na gestão de carteiras por conta de outrem, o aumento percentual foi 22,5% atingindo-se um total sob gestão de 1,674 mil milhões de Euros.



Fundos de Investimento

Em 31 de Dezembro de 2013 a CA Gest era responsável pela gestão dos seguintes fundos de investimento mobiliário:

- CA Monetário – Fundo do Mercado Monetário
- Raiz Rendimento – Fundo de Obrigações de Taxa Indexada Euro
- Raiz Global – Fundo Misto Predominantemente de Acções
- Raiz Europa – Fundo de Acções da União Europeia, Suíça e Noruega
- CA Rendimento Crescente – Fundo Especial de Investimento Aberto
- CA Rendimento Fixo – Fundo Especial de Investimento Aberto de Capital Garantido
- CA Rendimento Fixo II – Fundo Especial de Investimento Aberto de Capital Garantido
- CA Renda Semestral – Fundo Especial de Investimento Fechado
- CA Rendimento Mais – Fundo Especial de Investimento Fechado
- CA Rendimento Mais II – Fundo Especial de Investimento Fechado
- CA Rendimento TOP – Fundo Especial de Investimento Fechado

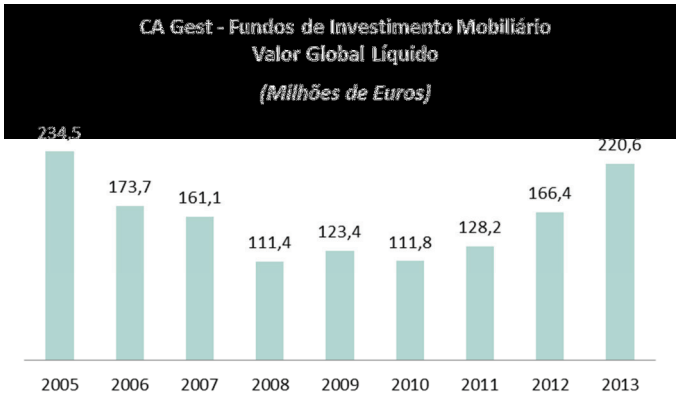
Durante o ano foram liquidados por razões de natureza regulamentar ou por ter sido atingida a data da sua maturidade os seguintes Fundos de Investimento Mobiliários:

- Raiz Tesouraria
- Raiz Conservador
- Raiz Poupança Acções
- CA Rendimento Fixo III – Fundo Especial de Investimento Aberto de Capital Garantido
- CA Rendimento Fixo IV – Fundo Especial de Investimento Aberto de Capital Garantido
- CA Saúde Valorização

Foram estudados e propostos dois novos fundos especiais de investimento, o CA Cereais e CA Rendimento TOP, tendo todavia, por razões de oportunidade e posteriormente de alterações do novo regime jurídico dos OICVM apenas sido comercializado o CA Rendimento TOP.

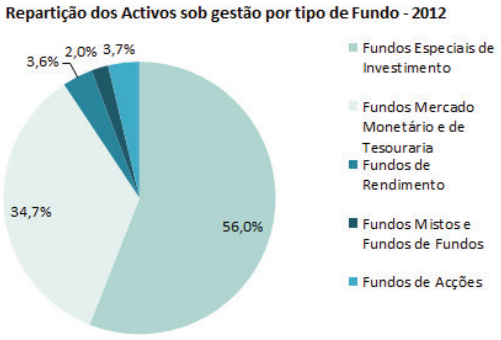
Valor líquido dos Activos sob Gestão

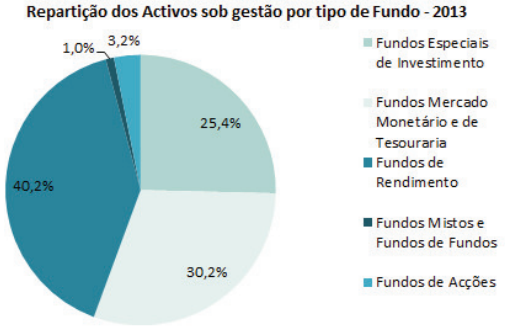
O valor global líquido dos Fundos de Investimento Mobiliário geridos pela CA Gest e comercializados pelo SICAM aumentou em termos líquidos 54,2 milhões de Euros, totalizando cerca de 221 milhões de Euros em Dezembro de 2013. Considerando todos os movimentos de liquidação, subscrição, resgates e valorizações o valor anual de aumento foi de 110 milhões de Euros, maioritariamente decorrentes dos Fundos Raiz Rendimento e CA Monetário.



A sustentação do crescimento verificado a partir de 2010, e em contraciclo com o verificado no conjunto do mercado, esteve inicialmente assegurado pela oferta de fundos especiais de investimento fechados e, já em 2012, mas em especial no ano de 2013, pela dinâmica dos fundos Raiz Rendimento e CA Monetário, que foram, aliás, líderes no *ranking* nacional da APFIPP em termos das rendibilidades alcançadas.

O conjunto dos Fundos Especiais de Investimento registou uma diminuição de 8%, apresentando um total de 56 milhões de Euros de Valor Líquido Global.





O Fundo "Raiz Rendimento" que já tinha apresentado uma rentabilidade positiva em 2012 de 6,58%, tornou-se, entretanto no fundo estrela da CA Gest com um crescimento assinalável alcançando em 31 de Dezembro de 2013 um valor líquido global de 88 milhões de Euros, uma rentabilidade anual de 7,07% e o primeiro lugar do ranking nacional da APFIPP, na sua classe.

O Fundo CA Monetário, o fundo mais rentável em 2012 e em 2013 da sua classe no mercado português, de acordo com a APFIPP, atingiu os 67 milhões de Euros, o equivalente a um crescimento de 35,06% relativamente ao ano anterior.

Os Fundos "Raiz Europa" e "Raiz Global" mantiveram-se sem grandes alterações estando a decorrer a sua reconfiguração em termos de políticas de investimento, processo que naturalmente terá de ser efectuado dentro do quadro legal e regulamentar vigente e apenas concretizável já em 2014.

O crescimento dos montantes aplicados nos Fundos geridos pela CA Gest acima da média do sector originou um ganho de quota de mercado, que passou de 1,35% em 2012 para 1,78% em 31/12/2013 (em 2010 era de 0,8%).

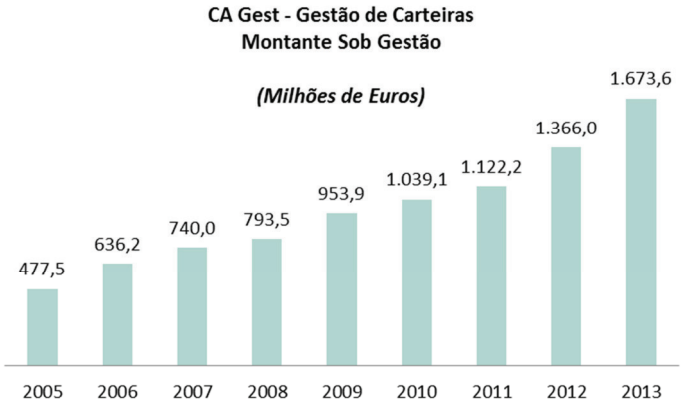
Fundos de Investimento Imobiliário - Quota de Mercado

Unidades: milhões de euros, excepto %

	2012	2013	Δ Abs.	Δ %
Total sob gestão em FIM	12.295,3	12.397,6	102	0,8%
Total sob gestão em FIM (CA Gest)	166,4	220,6	54,2	32,6%
Quota de mercado da CA Gest	1,35%	1,78%	+ 0,43 p.p.	

Gestão de carteiras

Em 2013, o montante sob gestão de carteiras de clientes foi de cerca de 1.674 milhões de Euros, um acréscimo de 307 milhões de Euros face ao ano anterior, que representou um crescimento de 22,5% (21,7% em 2012 e 8% em 2011). Esta evolução ultrapassa significativamente o crescimento de 4,6% (3,1% em 2012) verificado no sector e coloca a CA Gest como a sociedade gestora que mais cresceu no período 2010 – 2013 com 61,07%[3].



O crescimento das carteiras de clientes institucionais determinou o desempenho registado devendo também assinalar-se o reforço muito considerável no n.º de carteiras de particulares sob gestão da CA Gest.

[3] Excluindo a Dunas Capital por ter valores sob gestão não comparáveis.

Gestão de Patrimónios - Quota de Mercado

Unidades: milhões de euros, excepto %

	2012	2013	Δ Abs.	Δ %
Gestão de Patrimónios - volume total sob gestão	52.153,5	54.550,3	2.396,8	4,6%
Gestão de Patrimónios - volume total sob gestão (CA Gest)	1.366,0	1.673,6	307,6	22,5%
Quota de mercado da CA Gest	2,62%	3,07%	+ 0,45 p.p.	

Tal como se registou no sector dos Fundos de Investimento Mobiliário, a evolução francamente positiva do montante gerido pela Sociedade deu origem a um ganho de quota de mercado de 0,45%, consolidando a posição da CA Gest entre as seis maiores sociedades gestoras em Portugal.

Socidade Gestora	Δ 2010/2013
BPI Gestão de Activos	-31,4%
Caixagest	5,5%
Crédito Agrícola Gest	61,1%
Dunas Capital - Gestão de Activos	216,9%
ESAF - GP	-9,7%
F&C Portugal	-24,9%
MNF Gestão de Activos	-2,9%
Montepio Gestão de Activos	18,7%
Orey Financial	-18,3%
Patris Gestão de Activos	-36,4%
Santander Asset Management	-10,5%
Total	-10,7%

DESENVOLVIMENTO DA OFERTA

No que toca ao desenvolvimento da oferta, a CA Gest, no contexto já supra referido de uma especial dificuldade e crise, a que acrescem níveis historicamente baixos de taxas de juro e de compressão de margem nas instituições de crédito, procurou responder aos desafios colocados com a produção de dois novos Fundos Especiais de Investimento, CA Cerais 2016 e CA Rendimento TOP, tendo todavia, por razões de oportunidade de mercado apenas concretizado a comercialização do CA Rendimento TOP. Completou-se a oferta com o lançamento de desafios comerciais à rede suportados nos Fundos de Investimento Abertos já existentes, em especial o Raiz Rendimento e o CA Monetário.

PRINCIPAIS INDICADORES FINANCEIROS

CA GEST - PRINCIPAIS INDICADORES FINANCEIROS

Unidade: euros, excepto %

	2010	2011	2012	2013	Δ Abs.	Δ %
Margem Financeira	32.684	104.630	99.611	77.395	-22.216	-22,3%
Comissões Líquidas	2.100.181	2.186.829	2.388.946	2.706.564	317.617	13,3%
Produto Bancário	2.129.621	2.246.633	2.443.045	2.789.616	346.571	14,2%
Custos Funcionamento	1.920.126	1.986.919	2.107.523	2.182.962	75.439	3,6%
Resultados Líquidos	133.227	174.760	225.297	428.254	202.957	90,1%
Activo (Líquido)	4.285.689	4.514.524	4.864.108	3.946.507	-917.601	-18,9%
Passivo	706.551	760.625	884.913	1.039.059	154.146	17,4%
Capital	3.579.138	3.753.898	3.979.195	2.907.449	-1.071.746	-26,9%

A margem financeira reduziu-se em 22,3% como resultado da quebra nos níveis das taxas de juros das aplicações em depósitos a prazo dos excedentes da Sociedade que entretanto sofreram uma redução decorrente de distribuição de Reservas Livres a favor do accionista único já em meados de Dezembro de 2013 no valor de 1.500.000 euros.

O incremento das comissões líquidas de 13,3%, resultante do aumento do montante sob gestão, originou uma variação positiva de 14,2% no produto bancário, atingindo o valor de 2,8 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2013.

As comissões de comercialização pagas às Caixas de Crédito Agrícola Mútuo e à Caixa Central atingiram o valor de 614 mil euros.

Da actividade global de gestão de activos desenvolvida pela Sociedade em 2013 resultou um total de rendimentos para o Grupo Crédito Agrícola de 4,7 milhões de Euros.

No total os custos de funcionamento da Sociedade aumentaram 3,6%.

Os resultados líquidos de impostos do exercício foram de 428,6 mil Euros, traduzindo um aumento de 90,1% face ao ano anterior.

Os activos líquidos totais diminuíram 18,9% decorrentes, principalmente, do pagamento da distribuição de reservas livres no valor de 1,5 milhões de euros e consequente diminuição das aplicações financeiras da Sociedade.

O passivo da Sociedade aumentou 17,4%, em 154 mil euros, e reflecte, sobretudo, o aumento dos outros passivos compostos por valores a pagar a fornecedores e ao Estado, a periodificação de encargos com comissões de colocação diferidos e ainda as periodificações normais associadas a férias e subsídio de férias dos trabalhadores.

Os capitais próprios diminuíram para 2,9 milhões de euros, tendo em conta a distribuição de reservas livres conforme supra referido.

A rentabilidade dos capitais próprios foi de 10,8% sendo a média dos últimos 9 anos de 8,3%.

ORGANIZAÇÃO E RECURSOS HUMANOS

A estrutura interna alterou-se no sentido de acolher um Assessor do Conselho de Administração e a eleição de um colaborador para o Conselho de Administração com a consequente suspensão do seu contrato de trabalho, mantendo-se no entanto inalterado o quadro de pessoal total. As funções das Áreas de Análise e Estratégia de Investimentos e de

Clientes Institucionais encontram-se interinamente a ser asseguradas pelo Vogal Executivo do Conselho de Administração em articulação com as Áreas de Investimento e Comercial:

CA Gest - Organização e Recursos Humanos

	2010	2011	2012	2013
Assessoria ao Conselho de Administração	0	0	0	1
Área de Análise e Estratégia de Investimentos	0	0	1	0
Área de Clientes Institucionais				
Área de Investimento	3	3	3	3
Área Comercial	3	3	3	3
Área de Back-Office	3	3	3	3
Área de Compliance/Controlo Interno	1	1	1	1
Área de Contabilidade e Fiscalidade	1	1	1	1
Área de Gestão de Risco	1	1	1	1
Secretariado	1	1	1	1
Total	13	13	14	14

A Sociedade recorre ao fornecimento de serviços de entidades especializadas do Grupo para a execução de funções de suporte ao negócio, designadamente no âmbito dos serviços Administrativos e Contabilidade, Pessoal, Assessoria Jurídica e Sistemas de Informação, concentrando os recursos próprios nas funções nucleares da sua actividade. No quadro supra, encontra-se ainda incluído um colaborador cujos encargos, embora suportados pela Caixa Central, são posteriormente reembolsados pela CA Gest.

RISCOS DA ACTIVIDADE

Os principais riscos da actividade da própria Sociedade centram-se no riscos de "*compliance*", operacional, reputacional e de sistemas de informação, uma vez que os riscos de liquidez, de crédito, de taxa de juro e de preço não tem expressão na actividade da Sociedade atendendo a que:

- A Sociedade apresenta 1,2 milhões de euros em disponibilidades e aplicações financeiras, correspondente a um múltiplo superior a 1,2 relativamente ao Passivo Total;
- A Sociedade não recorre a financiamentos e os rendimentos das suas aplicações financeiras afectadas pelo risco de taxa de juro representam apenas 2% do seu Activo Líquido;
- Os créditos da Sociedade correspondem quase exclusivamente aos valores das comissões de gestão a receber, cuja cobrança é assegurada quer pelos poderes de mandato conferidos à Sociedade, através dos regulamentos de gestão dos fundos e dos contratos de gestão de carteiras celebrados com os clientes, quer pela política de gestão e as normas regulamentares, as quais asseguram níveis de liquidez suficientes para o pagamento das referidas comissões;
- As disposições regulamentares e contratuais que regem a totalidade das comissões cobradas pela Sociedade, base fundamental dos proveitos da Sociedade, afastam o risco de preço;
- O Balanço não comporta activos denominados em moedas diferentes do Euro.

A gestão dos riscos de "*compliance*", operacional e reputacional tem vindo a ser reforçada através do aprofundamento organizativo e de sistemas de informação, bem como das políticas de *disaster recovery* e de segurança.

A Sociedade tem igualmente procurado desenvolver os procedimentos específicos de cada área funcional, articulando-os no sistema de controlo interno da Sociedade.

5.2. Fundos de Investimento Imobiliário, de Pensões e de Capital de Risco

Fundos de Investimento Imobiliário

O Crédito Agrícola dispõe dos seguintes fundos de investimento imobiliário:

Fundo de Investimento Imobiliário Aberto CA Património Crescente

- Tipo de Fundo: Fundo de Investimento Imobiliário
- Entidade Gestora: Square Asset Management - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, SA
- Data de Início da Actividade: 15/07/2005
- Valor Líquido Global do Fundo em 31 Dezembro 2013: €211.731.911
- Valor Líquido Global do Fundo em 31 Dezembro 2012: €189.533.786
- Valor dos imóveis adquiridos em 2013: €39.309.008

O Fundo em 31 Dezembro de 2013 detinha 7.026 participantes (5.842 participantes em 2012) que subscreveram o Fundo em 458 agências da rede do Grupo CA (correspondentes a 78 CCAM).

Os imóveis detidos pelo Fundo correspondem a prédios urbanos ou fracções autónomas passíveis de construção ou para reabilitação, arrendamento, promoção ou qualquer outra forma de exploração onerosa que gere rendimento para o Fundo, destinados ao comércio, habitação, serviços, indústria, logística, turismo ou outra actividade que seja legalmente admissível e justificável do ponto de vista económico. O fundo pode adquirir imóveis em regime de propriedade plena ou em compriedade, devendo neste caso existir consoante seja aplicável, um acordo sobre a constituição da propriedade horizontal ou sobre a repartição dos rendimentos gerados pelo imóvel.

Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado IMOVALOR CA

- Tipo de Fundo: Fundo Especial de Investimento Imobiliário
- Entidade Gestora: Selecta - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, SA
- Data de Início da Actividade: 31/07/2013
- Valor Líquido Global do Fundo em 31 Dezembro 2013: €9.657.665
- Valor Líquido Global do Fundo em 31 Dezembro 2012: n/a

- Valor dos imóveis adquiridos em 2013: €4.007.932

O FII Fechado IMOVALOR CA foi constituído em 18 de Julho de 2013, tendo iniciado a sua actividade com um capital inicial de €5 milhões. Em 31 de Dezembro de 2013, os activos do IMOVALOR CA ascendiam a €9,7 milhões, sendo que €4,0 Milhões correspondiam a imóveis e €5,7 Milhões a liquidez. Até 31 de Dezembro de 2015 decorre o período inicial de subscrição de capital.

Como Política de Investimentos, o Fundo pode investir na aquisição, promoção ou exploração, de projectos de reabilitação de imóveis; de prédios urbanos destinados a serviços, logística, turismo, comércio, habitação e serviços, ou outros destinos imobiliários; de prédios urbanos, mistos ou rústicos para desenvolvimento de projectos de urbanização, loteamento e construção; de prédios rústicos ou mistos para posterior venda, arrendamento ou outra forma de exploração onerosa ou valorização permitida.

O património do Fundo é primacialmente constituído por imóveis adquiridos por este às Caixas Agrícolas e à Caixa Central, que em conjunto constituem o Sistema Integrado do Crédito Agrícola Mútuo (SICAM), imóveis esses por estas adquiridos no âmbito de operações judiciais e extrajudiciais de recuperação de crédito.

Fundo Especial de Investimento Imobiliário Aberto CA Imobiliário

- Tipo de Fundo: Fundo Especial de Investimento Imobiliário
- Entidade Gestora: Square Asset Management - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, SA
- Data de Início da Actividade: 01/09/2005
- Valor Líquido Global do Fundo em 31 Dezembro 2013: €266.083.656
- Valor Líquido Global do Fundo em 31 Dezembro 2012: €468.260.803
- Valor dos imóveis vendidos em 2013: €13.739.344
- Valor dos imóveis adquiridos em 2013: €32.050.000

O Fundo atingiu em 31 Dezembro de 2013 um valor global de €266 milhões, contra €468 milhões no final de 2012. Esta variação explica-se pela operação ocorrida no final do ano, de cisão do Fundo CA Imobiliário, dando origem ao Fundo Carteira Imobiliária e para o qual transitaram activos no valor de cerca de €200 milhões.

O objectivo do Fundo é o de alcançar, numa perspectiva de longo prazo, uma valorização do capital, através da constituição e gestão de um conjunto diversificado de activos, predominantemente imobiliários, nos termos e segundo as regras previstas no presente Regulamento de Gestão, não privilegiando nenhuma área em particular da actividade imobiliária, nem de tipologia de imóveis. O Património do Fundo destina-se a ser aplicado predominantemente na aquisição de bens imóveis de empresas que estejam em processos de reestruturação nomeadamente financeira, resultantes de processos de negociação de crédito ou adquiridos em reembolso de crédito próprio. Neste sentido a política de investimento será maioritariamente orientada para a aquisição de imóveis que não asseguram um retorno

periódico.

Fundo de Investimento Imobiliário Fechado CA Arrendamento Habitacional

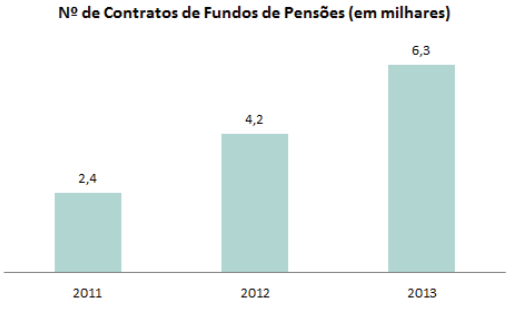
- Tipo de Fundo: Fundo de Investimento Imobiliário de Arrendamento Habitacional
- Entidade Gestora: Square Asset Management - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, SA
- Data de Início da Actividade: 23/10/2009
- Valor Líquido Global do Fundo em 31 Dezembro 2013: €114.029.121
- Valor Líquido Global do Fundo em 31 Dezembro 2012: €98.711.614
- Valor dos imóveis vendidos em 2013: €1.911.650
- Valor dos imóveis adquiridos em 2013: €23.522.400

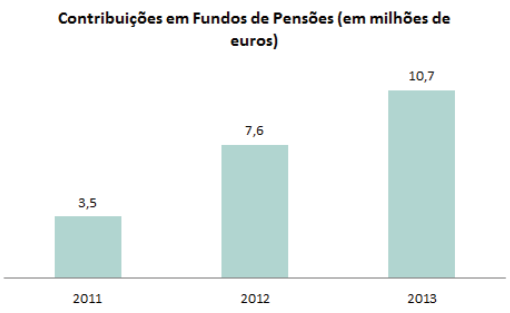
O Fundo iniciou o ano com 319 fracções, das quais 165 (52%) encontravam-se arrendadas, e acabou o ano com 459 fracções, das quais 262 (57%) encontravam-se arrendadas. Foram alienadas 11 fracções durante o exercício de 2013.

O património do Fundo é constituído exclusivamente por valores imobiliários localizados em Portugal, sendo que, pelo menos, 75% do seu activo total é constituído por imóveis destinados a arrendamento para habitação permanente. Enquadram-se neste limite os imóveis adquiridos ao abrigo de um contrato de crédito à habitação e cujos proprietários, uma vez realizada a aquisição pelo Fundo, pretendam celebrar um contrato de arrendamento, enquanto inquilinos, com o Fundo, relativamente ao imóvel que alienaram ao Fundo.

Fundos de Pensões

Os fundos de pensões abertos geridos pela CA Vida (CA Reforma Segura, CA Reforma Tranquila e CA Reforma Mais), registaram em 2013 um comportamento bastante positivo, crescendo tanto em número de apólices como em montante sob gestão:





Face a 2012, o número de apólices subiu 48%, enquanto o montante sob gestão aumentou 41%, numa tendência crescente que já vem de 2011. Estes fundos de pensões, que servem de complemento à reforma paga pela Segurança Social, diferenciam-se pela política de investimento que adoptam, de acordo com o nível de risco tolerado e do horizonte temporal

pretendido. O CA Reforma Segura destina-se a investidores com reduzida tolerância ao risco, investindo sobretudo em títulos de rendimento fixo; o CA Reforma Tranquila, para investidores com uma moderada tolerância ao risco, aposta em obrigações e em acções; finalmente, o CA Reforma Mais, com um perfil menos avesso ao risco, apresenta uma política de investimento mais dinâmica, com mais exposição ao mercado de acções. Em 2013 estes fundos apresentaram rendibilidades de 8,24% (CA Reforma Mais), 2,62% (CA Reforma Tranquila) e 0,17% (CA Reforma Segura). Para além destes fundos, a CA Vida também gere o fundo de pensões fechado do Crédito Agrícola.

Fundos de Capital de Risco, Assessoria Financeira e de Gestão, Serviços Administrativos e de Contabilidade

Dentro do Grupo Crédito Agrícola cabe à CA Consult a actividade de gestão de fundos de capital de risco, assessoria financeira e de gestão, e a prestação de serviços administrativos e de contabilidade. Em 2013 a CA Consult observou uma alteração profunda no seu modelo de negócio centrando a sua actividade, na prestação de serviços de assessoria a entidades do Grupo Crédito Agrícola (GCA) nas seguintes vertentes:

- Assessoria de Gestão a Órgãos de Estrutura da CCCAM e suas participadas;
- Assessoria em Capital de Risco;
- Prestação de Serviços Administrativos e de Contabilidade;

descontinuando as actividades de consultoria que vinha prestando a empresas externas ao grupo, quer nacionais quer no Brasil.

Ao longo do primeiro trimestre a CA Consult manteve ainda meios consideráveis afectos a projectos de clientes externos, destacando-se, neste domínio a avaliação das participações societárias do Estado em 9 empresas: Águas de Portugal, ANA, ANAM, CTT, SIMAB, Lisnave, Efacec, SPE e Propnery. No âmbito de serviços prestados a empresas privadas, foram prestados serviços de assessoria financeira e de gestão a empresas portuguesas dos sectores da transformação da batata, embalagem, vitivinícola, ginásios; energias renováveis e a uma empresa brasileira na área do cimento pré-esforçado.

Assessoria em Capital de Risco

A CA Consult continua a prestar serviços de assessoria de apoio e execução de tarefas da responsabilidade da CCCAM e da AGROCAPITAL enquanto entidades gestoras de Fundos de Capital de Risco (FCR).

No que respeita ao **FCR CENTRAL FRIE** foi prioritário, em 2013, captar oportunidades de investimento para a liquidez disponível e encerramento da fase de investimento do fundo, porquanto as 2 oportunidades que transitaram do ano anterior se revelaram insusceptíveis de originar os investimentos previstos. Foram angariadas 4 intenções de investimento, das quais duas originaram propostas de participação por parte dos respectivos promotores: empresa transformadora de cortiça e uma *start-up* na área de embalagem/dispositivos para a indústria farmacêutica.

Esta última operação – que se destina a financiar investimentos previstos da ordem dos 1,5 € milhões no desenvolvimento de novos produtos e prevê um investimento do Fundo de 0,9 € milhões de Euros - mereceu, em Dezembro de 2013, decisão de investimento por parte do Conselho de Administração da sociedade gestora e parecer favorável da Comissão de Investimentos. Já em 2014 foi suscitado que o investimento seja realizado na empresa-mãe do grupo, pelo que se encontra em curso a análise da reformulação da operação, que, sendo caso disso, será submetida aos órgãos próprios do Fundo.

O **FCR AGROCAPITAL 1** registou uma suspensão da actividade de investimento em Maio de 2012 que só foi reatada um ano após quando a respectiva Assembleia de Participantes deliberou pela prorrogação da actividade do fundo. Assim no 1º quadrimestre de 2013 a actividade da CA Consult limitou-se ao acompanhamento das participadas do Fundo, tendo as 6 oportunidades de investimento que se encontravam em análise no ano anterior sido insusceptíveis de serem retomadas por os respectivos promotores terem encontrado outras soluções de financiamento ou por se terem registado alterações relevantes dos respectivos pressupostos.

A partir de Maio foi concebido e realizado pela CA Consult um programa de promoção do FCR AGROCAPITAL 1, e detecção de oportunidades de investimento que incluiu:

- o contacto directo e personalizado com um primeiro universo de 50 PME que se encontram em fase de investimento, nomeadamente no âmbito do PRODER, tendo sido realizadas reuniões/visitas com as que se demonstraram disponíveis para o efeito;
- a apresentação do Fundo em 6 sessões de formação do Crédito Agrícola, nas quais estiveram presentes representantes da quase totalidade das equipas comerciais / análise de risco do universo de Caixas de Crédito Agrícola Mútuo;
- a realização de apresentações do FCR AGROCAPITAL 1, em 3 sessões de divulgação de instrumentos de financiamento da agricultura e pescas organizadas pelas Direcções Regionais de Agricultura do Algarve, Lisboa e Vale do Tejo e Centro;
- a apresentação do Fundo, e respectiva política de participações, a diversas sociedades de Capital de Risco, nomeadamente às entidades gestoras dos Fundos Revitalizar;
- a participação e apresentação de comunicações em diversas sessões públicas sobre o financiamento de PME designadamente no âmbito das seguintes iniciativas: 5º Fórum do Empreendedorismo, Conferência FINCENTRO e Conferência sobre Instrumentos de Engenharia Financeira na PAC pós-2013, e divulgação do Fundo junto de associações empresariais.

Em resultado deste esforço foram recolhidas, nesse ano, 15 intenções de investimento das quais 7 originaram propostas de participação por parte dos respectivos promotores, que se reportavam a empresas operando nos sectores de: fruticultura (2), vitivinicultura, horticultura, lacticínios, pequenos frutos; e transformação de cortiça, configurando duas delas uma operação de *startup,* e as restantes cinco aumentos de capital para cobertura financeira de investimento produtivo e/ou comercial.

Estas 7 operações apresentam, após a análise técnica, condições de envolvimento por parte do Fundo, sendo que em 4 delas se regista, actualmente, a reformulação dos respectivos planos de negócio, e, em 2 outras, prosseguem os trabalhos de apreciação/avaliação.

A operação relativa a sociedade transformadora de cortiça – que consiste em financiar, por capitais próprios, a realização de investimento de modernização na empresa, no quadro de um processo de reestruturação do grupo empresarial em que está integrada - prevê um investimento do Fundo de 1,5 milhões de euros. Esta operação, já aprovada nos órgãos próprios do Fundo, encontra-se na fase de conclusão da negociação dos contratos que formalizarão e regularão o investimento.

Nos termos do Acordo Parassocial celebrado entre o FCR Central Frie, o FCR Agrocapital 1 e os demais accionistas da S&A – Sociedade Industrial de Aperitivos, S.A. (S&A), foi exercida, em 19 de Dezembro de 2013, a opção de compra (*call option*) aí prevista tendo a transacção sido realizada já em Janeiro de 2014. O processo de modernização e expansão para os quais os fundos contribuíram, revelou-se bem sucedido, sendo a S&A, actualmente, o maior produtor em Portugal de batatas fritas em regime de *private label* para as grandes cadeias de distribuição que actuam no mercado nacional e também em Espanha e França assumindo um particular relevo no escoamento da campanha nacional de batata. Durante os três anos de detenção da participação, a facturação e EBITDA cresceram às taxas médias anuais de cerca de 19% e 43% respectivamente, o que naturalmente se reflectiu no retorno do investimento do Fundo.

Adicionalmente, a CA Consult participou activamente – preparando/apresentando estudos e outros documentos - em iniciativas do Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas (IFAP) e do Gabinete de Planeamento e Políticas do Ministério da Agricultura e do Mar (GPP) relativos a iniciativas de reforço do capital de risco na "Fileira Agro" no âmbito: (i) do que venha a ser o Plano de Desenvolvimento Regional 2014-2020 e (ii) do alargamento deste instrumento a iniciativas originadas em empresas que, pela sua natureza estatutária, não permitam a entrada de sócios de capital.

Assessoria de Gestão a Órgãos de Estrutura da CCCAM e suas Participadas

Atenta a alteração do modelo de negócio verificada em 2013, a prestação de serviços de assessoria a entidades do Grupo Crédito Agrícola assumiu uma importância decisiva na actividade da CA Consult.

De entre os projectos da CCCAM assessorados pela CA Consult, no decurso do 1º semestre, destacam-se os seguintes:

- FIIRC – Fundo de Investimento Imobiliário para Recuperação de Crédito;
- Transformação do Grupo CA;
- PME Líder;
- Suporte ao PMO da Caixa Central; e
- Instituição de Crédito (IC) Moçambique.

Ao longo do 2º semestre de 2013, a CA Consult iniciou colaborações com Órgãos de Estrutura da CCCAM e suas Participadas, especificamente nas seguintes áreas:

- CCCAM – Direcção de Empresas;

- CCCAM – Direcção de Planeamento Estratégico e Controlo de Gestão;
- CA Imóveis; e
- CA Serviços.

Paralelamente, a CA Consult manteve o serviço de acompanhamento de participações institucionais e associações sectoriais.

Serviços Administrativos e de Contabilidade

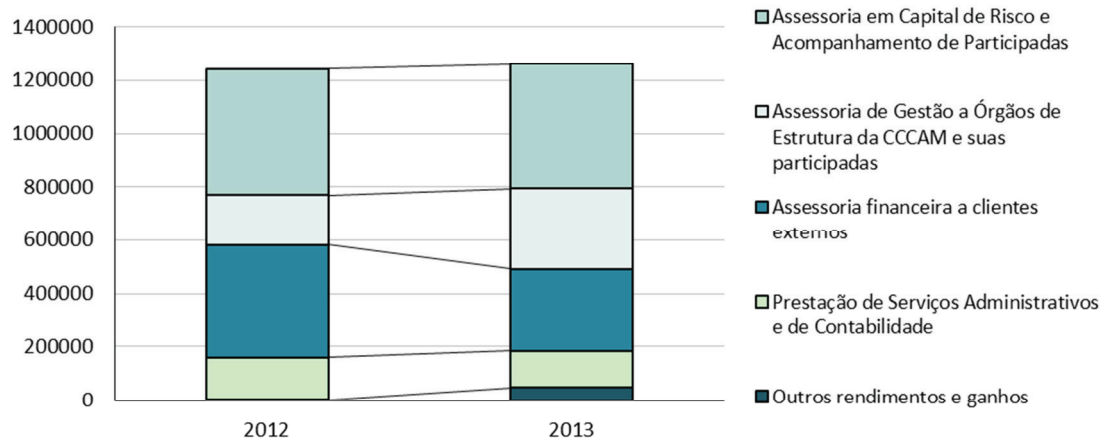
Esta área continua a prestar serviços de apoio administrativo e o processamento contabilístico da própria Sociedade bem como da CA Gest, CCCAM Gestão de Investimentos, FCR Central FRIE, Agrocapital SCR, FCR Agrocapital 1 e CA Finance, bem como a preparação de dados relativos à contabilidade da CCCAM.

Sem prejuízo das crescentes exigências de produção de *reporting* externo dessas empresas - em consequência de um aumento do grau de supervisão financeira imposto, quer por autoridades nacionais, quer internacionais – tem sido possível manter apropriados níveis mínimos de serviços aos seus clientes, dentro dos condicionalismos impostos pela escassez de recursos humanos.

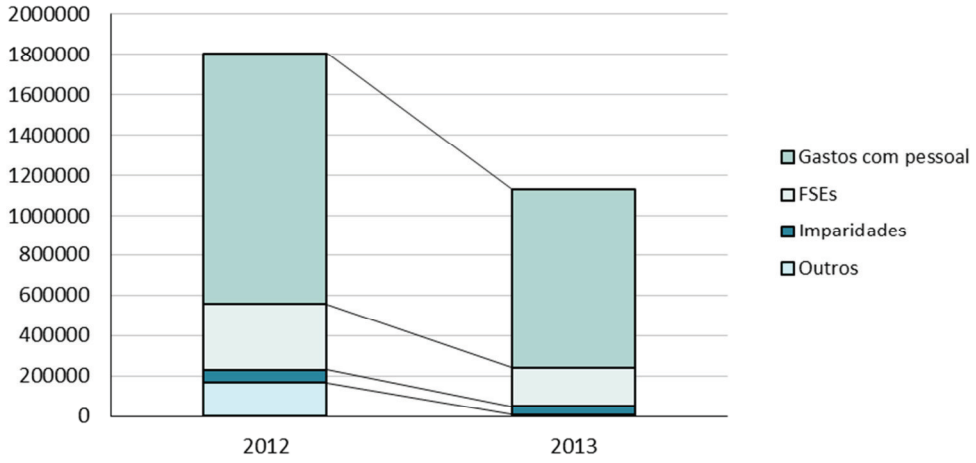
DESEMPENHO ECONÓMICO E FINANCEIRO

Apesar de, durante o 1º semestre, terem sido progressivamente descontinuadas as actividades de consultoria que vinha prestando a empresas externas, os rendimentos e ganhos totais da CA Consult, em 2013, registaram um crescimento de 1,5% face ao ano anterior - atingindo € 1.260 mil - tendo a diminuição dos serviços prestados em € 26 mil sido mais que compensada pelo aumento de outros rendimentos e ganhos.

A repartição dos rendimentos e ganhos observou a seguinte evolução:



No exercício foi dada continuidade à implementação do plano de contenção de custos aprovado no ano anterior, o qual se traduziu numa geração de poupanças bastante acima do inicialmente previsto e orçamentado. Tanto os custos operacionais como as despesas operacionais registaram uma diminuição superior a 31% em resultado da diminuição dos FSE em cerca de 41,6%, das Despesas com Pessoal em 27,8% e das Perdas por Imparidades em cerca de 34%.



Estas economias de custos, que atingiram mais de € 670 mil, permitiram que a sociedade registasse EBITDA positivo representando cerca de 11% dos proveitos operacionais.

Em resultado da diminuição de efectivos ao serviço da empresa verificou-se a redução das necessidades de utilização de activos fixos, nomeadamente viaturas, pelo que as depreciações do exercício caíram em cerca de 36%.

O apoio financeiro prestado pela accionista no início do ano, bem como a geração de fundos que foi mantida desde o 2º trimestre permitiram diminuir consideravelmente o recurso a capitais alheios pelo que os encargos financeiros foram reduzidos em 72% face ao ano anterior.

Em consequência, essencialmente, das economias de custos atrás referidas, a CA Consult, em 2013, voltou a apresentar resultados líquidos positivos no montante de € 88 mil que representaram 5,8% da totalidade do capital próprio que historicamente foi investido pela accionista única.

O activo da sociedade reduziu-se em cerca de 59% em resultado, sobretudo, da realização, pela accionista, da prestação acessória de capital não onerosa que havia sido deliberada no exercício anterior. Este apoio financeiro da accionista, bem como os fundos libertados pela actividade operacional e a redução do fundo de maneio, permitiram anular a dívida de financiamento, tendo a CA Consult, ao longo do 2º semestre de 2013, apresentado consistentemente excedentes de tesouraria.

O valor contabilístico dos créditos de exploração diminuíram em cerca de 20% em resultado quer de uma aceleração dos prazos de cobrança, tornada possível quer pelo novo modelo de negócio da sociedade, quer pelo reforço de imparidades. As imparidades registadas atingiam em final de 2013 mais de 80% do valor dos créditos que fiscalmente podem ser considerados como de cobrança duvidosa.

A referida diminuição de passivo, o resultado líquido gerado e a libertação de fundos que lhe foi associada permitiram que a autonomia financeira atingisse 57%, i.e. 40 p.p acima do verificado no ano anterior.

CA Consult - Principais Indicadores

Valores em milhares de euros, excepto nº de colaboradores

	2009	2010	2011	2012	2013
Activo Liquido	654	944	660	1301	533
Situação Liquida	325	217	139	218	306
Resultado Liquido	-147	-258	-679	-631	88
Nº Colaboradores Efectivos	21	20	20	21	16

6. ÁREAS DE CENTRO CORPORATIVO E DE SUPORTE

6.1. GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

6.1.1. Estratégia de Recursos Humanos

No âmbito do Programa de Transformação do Crédito Agrícola, foi desenhado e implementado um plano de reestruturação da Caixa Central e das Empresas participadas contendo linhas de força e acções tendentes a imprimir uma nova dinâmica de organização e a implementar melhorias nos processos com tradução nos níveis de eficácia comercial, de eficiência operacional e de qualidade dos serviços prestados aos *stakeholders* do Grupo (com especial enfoque nos Associados e nos Clientes, nas entidades de supervisão e de regulação).

No âmbito do Programa de Transformação do Grupo Crédito Agrícola, salientam-se as seguintes acções:

- Reorganização da Caixa Central, nomeadamente do suporte informacional e operacional à alocação e integração de colaboradores na nova estrutura orgânica aprovada para a Caixa Central (incluindo reuniões colectivas e individuais de acompanhamento e avaliação do processo de integração).
- Desenho, planeamento e execução do processo de comunicação ínsito à implementação da nova estrutura orgânica na Caixa Central.
- Concepção, organização e implementação do programa de optimização de Recursos Humanos de acordo com os objectivos aprovados para a Caixa Central.
- Acompanhamento de optimizações de recursos humanos operadas em diversas Caixas Associadas.
- Revisão da Norma de Representação da Caixa Central.
- Actualização do sistema de avaliação e gestão do desempenho (SAGE), em particular nas componentes de avaliação de competências e de qualificação de funções.

Em complemento e com vista a maximizar os resultados do Programa de Transformação, foram desenvolvidos os seguintes projectos de natureza estratégica e alguns de carácter multi-disciplinar:

- Planeamento, orçamentação e acompanhamento em matéria de dimensionamento das equipas afectas a cada uma das Direcções / Gabinetes da Caixa Central (*headcount*) e dos respectivos gastos com pessoal (grupo de trabalho DERH, DPEC e GOP).
- Revisão do regulamento de admissões e mobilidade interna (RAMIS) para aprovação em 2014.
- Identificação e ordenação, por valor estratégico, das funções da Caixa Central através de modelo de classificação (*scoring*) extensível a todo o Grupo Crédito Agrícola.
- Redefinição do processo de identificação dos objectivos de avaliação de desempenho, aplicáveis às estruturas da Caixa Central e à CA Imóveis sobre a actividade de 2014, no âmbito do sistema de avaliação e gestão do desempenho.
- Redefinição da estratégia de formação com base na aplicação de uma nova metodologia / modelo de levantamento de necessidades de formação (DERH/DRHO-centro de formação).
- Concepção, desenvolvimento tecnológico e implementação de novo modelo de diagnóstico de formação da Caixa Central, no âmbito do SAGE, alinhado com a estratégia e os objectivos de cada área funcional. Implementação do SAGE em diversas Caixas Associadas, na Fenacam e em empresas participadas pelo Grupo.
- Reestruturação do processo relação activa da Caixa Central ("*mentoring*") que procura promover o desenvolvimento pessoal dos colaboradores no contexto profissional em que se inserem.
- Projecto integrado de formação comercial ("CA Comercial+") e intervenção em *roadshows* de divulgação do novo modelo comercial (na componente formativa).
- Condução de estudos sobre matérias de recursos humanos, em Caixas Associadas, com o objectivo de melhorar a eficácia e eficiência das equipas, nomeadamente através do desenho de planos de desenvolvimento de competências.
- Acompanhamento das reuniões da Comissão de Acompanhamento do Fundo de Pensões do Crédito Agrícola.
- Representação do Grupo Crédito Agrícola, interna e externamente, em matérias de Recursos Humanos, designadamente no contexto de negociação colectiva e diálogo social europeu (Associação Europeia de Bancos Cooperativos - EACB).

6.1.2. Recursos Humanos Operacional

Em matéria de recursos humanos, foram operacionalizadas as seguintes acções:

Acompanhamento ao SICAM e Empresas do Grupo

- Acompanhamento de processos de optimização de recursos humanos, incluindo a vertente negocial relativa a pré-reformas, cessação e suspensão de contratos de trabalho, em diversas entidades do Grupo CA.
- Apoio ao processamento salarial das empresas do grupo e CCAM e realização do processamento salarial das seguintes empresas: CA Imóveis, CA Vida e SIPROC.
- Actualização e elaboração de documentos e minutas disponibilizados na biblioteca jurídico-laboral do CAMRH em consonância com as diversas alterações legislativas na área laboral, para utilização pelas entidades do Grupo CA.

Fundo de pensões / crédito à habitação (ACT)

- Acompanhamento de 522 processos de reforma, onde se incluem 40 novos processos de reforma por velhice e invalidez e pensionistas de sobrevivência.
- Alteração do contrato constitutivo do fundo de pensões no sentido de prever a transferência de colaboradores entre instituições associadas do fundo de pensões com a respectiva reafectação de valores entre as quotas-partes do património do fundo.
- Aprovação de um montante de 3.185.676,56 euros a título de crédito à habitação à taxa ACT e taxa comercial e crédito multiusos, tendo sido efectivamente concedido o montante de 3.100.878,33 euros (dos quais, 2.070.946,78 euros relativos à Caixa Central e 1.029.931,55 euros relativos às empresas do Grupo).

Recrutamento, selecção e estudos

- Realização de 28 processos de selecção de pessoal para o Grupo Crédito Agrícola, tendo sido analisadas 484 candidaturas. Aplicaram-se testes psicológicos a 97 candidatos e foram efectuadas 113 entrevistas sócio-profissionais.
- Realização do processo de avaliação dos processos de recrutamento e selecção através da recente implementação da metodologia de acompanhamento nas Caixas Associadas, efectuada ao nível dos Conselhos de Administração, das chefias directas e dos colaboradores admitidos.

SI/TI para gestão de recursos humanos no Grupo

- Alteração do sistema de salários – CAMRH, tendo em vista o cumprimento de todas as alterações legais em matéria de remunerações verificadas em 2013.
- Instalação e formação de utilizadores na nova versão do CAMRH que optimiza o consumo de largura de banda, aumentando a velocidade de processamento da aplicação, e contribui para reduzir os pedidos de assistência e suporte.

Formação

O Centro de Formação organizou 30 cursos em regime aberto, incluindo sessões de divulgação e esclarecimento, que corresponderam a 245 acções (quadro I). Nestas acções, foram registados 8.976 participantes, num total de 50.844,5 horas, o que representa um investimento global de 410.589,29 euros (dos quais 292.828,82 euros foram suportados através do fundo de formação).

QUADRO I

Curso	Participantes	Sessões	Horas	V. Total	F.F.
FORBASIC	20	2	2800	16.957,23 €	12.717,93 €
SEGUROS RAMOS REAIS	138	7	966	37,50 €	37,50 €
SESSÕES DE ESCLARECIMENTO: O NOVO MODELO DE GOVERNAÇÃO EM MATÉRIA DE PREVENÇÃOM DE BC/FT	156	4	468	637,97 €	637,97 €
MEDIADOR DE SEGUROS LIGADO	87	5	6960	7.628,86 €	5.721,65 €
RELAÇÕES COM TERCEIROS E PROCESSOS COMUNICACIONAIS EFICAZES	230	16	1610	36.111,90 €	23.472,74 €
APLICAÇÃO GESTÃO DOCUMENTAL	857	39	2571	9.975,29 €	6.483,94 €
SESSÕES DE ESCLARECIMENTO " SOCIEDADES DE GARANTIA MÚTUA"	205	3	1230	1.585,58 €	1.585,58 €
SESSÕES DE ESCLARECIMENTO " PROJECTO RECUPERAÇÃO DE IVA DAS CCAM"	143	4	429	994,27 €	994,27 €
ACÇÕES DE DIVULGAÇÃO "NOVAS FERRAMENTAS DE GESTÃO DE GARANTIAS"	205	10	615	1.984,11 €	1.984,11 €
ACÇÕES DE DIVULGAÇÃO "PARTILHA DE AUDITORIAS COMUNS SICAM"	101	6	707	2.147,99 €	2.147,99 €
"PRODUTOS CA VIDA, PRODUTOS CA SEGUROS E PRODUTOS CAIXA CENTRAL"	48	7	1680	3.339,39 €	2.170,60 €
COGEN	74	8	1225	16.257,09 €	16.257,09 €
PROGRAMA FORMATIVO SABERES +	31	3	4340	33.637,74 €	25.228,30 €
SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO - E LEARNING	915	6	1830	10.429,00 €	7.821,75 €
SESSÕES DE APRESENTAÇÃO - "SOLUÇÃO CA PME+"	321	7	2247	242,34 €	242,34 €
SEGURANÇA FÍSICA BANCÁRIA - E LEARNING	273	3	546	5.696,76 €	4,272,57
CAMRH VERSÃO III	132	6	924	1.583,69 €	1.583,69 €
FORCOORD	42	3	1764	35.320,76 €	22.958,49 €
SESSÕES DE ESCLARECIMENTO - PROJECTO SEPA	285	8	855	3.396,23 €	3.396,23 €
SENSIBILIZAÇÃO EM PRIMEIROS SOCORROS, COMBATE A INCÊNDIOS E EVACUAÇÃO DE EDIFÍCIOS	404	28	3232	50.594,88 €	32.886,67 €
CONHECIMENTO DA NOTA EURO 2013	559	9	2236	0,00 €	0,00 €
CONHECIMENTO DA MOEDA METÁLICA DO EURO 2013	233	4	466	0,00 €	0,00 €
ANTI-MONEY LAUNDERING & COUNTER-TERRORISM FINANCING	502	4	2008	27.774,00 €	20.830,50 €
WESTERN UNION MIGRAÇÃO PARA NOVA APLICAÇÃO	928	6	2784	12.588,04 €	12.588,04 €
SESSÕES DE ESCLARECIMENTO "ALTERAÇÕES À LEGISLAÇÃO FISCAL E LABORAL"	159	5	556,5	1.479,34 €	1.479,34 €
FENACAM - ACÇÃO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL PARA ÓRGÃOS SOCIAIS 2013	178	3	1246	0,00 €	0,00 €
SESSÕES DE DIVULGAÇÃO "CAMPANHA SOLUÇÃO CA EMIGRANTE"	173	9	346	1.567,14 €	1.567,14 €
A SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO TAMBÉM DEPENDE DE SI	1402	12	2103	44.305,40 €	33.229,05 €
VENDA ACTIVA POR TELEFONE	50	4	350	59.241,59 €	38.507,03 €
REGISTOS E NOTARIADO	125	14	1750	25.075,20 €	16.298,88 €
TOTAIS	**8976**	**245**	**50.844,50**	**410.589,29 €**	**292.828,82 €**

Em regime fechado foram organizados 29 cursos (quadro II), correspondendo a 94 acções, nas quais participaram 935 formandos, totalizando 4.219 horas de formação e representando um investimento de 32.003,83 euros.

QUADRO II

Curso	Participantes	Sessões	Horas	V.Total
ACÇÃO DE FORMAÇÃO "PROJECTO PR2015 - PROTOCOLO DUC"	57	2	57	22,50 €
ACÇÃO DE FORMAÇÃO RURIS - CCAM COSTA AZUL	2	2	48	3.048,09 €
ACÇÃO FORMAÇÃO CA SEGUROS - CCAM MOGADOURO E VIMIOSO	5	1	35	11,95 €
ACÇÃO DE DIVULGAÇÃO "NOVAS FERRAMENTAS DE GESTÃO DE GARANTIAS - CA SERVIÇOS"	55	2	165	15,85 €
ACÇÕES DE DIVULGAÇÃO "NOVAS FERRAMENTAS DE GESTÃO DE GARANTIAS - CCAM COSTA AZUL"	50	2	150	347,49 €
FORMAÇÃO DNI – COLABORADORES ESCRITÓRIO LUXEMBURGO	2	1	64	2.169,18 €
FORMAÇÃO DDN - ESTRUTURAS E EMPRESAS	19	4	262	19,20 €
ACÇÃO DE FORMAÇÃO "RELAÇÕES COM TERCEIROS E PRIOCESSOS COMUNICACIONAIS EFICAZES - CCAM COSTA AZUL"	20	1	140	2.102,76 €
MICROINFORMÁTICA - ACCESS - CCAM COSTA AZUL	5	1	60	1.037,70 €
FORMAÇÃO E COACHING - DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS DE LIDERANÇA	1	1	14	2.332,08 €
WESTERN UNION - CCAM REGIÃO DO FUNDÃO E SABUGAL	27	2	6	248.58
PROGRAMA INTEGRAÇÃO AUDITOR INTERNO - CCAM BEJA E MÉRTOLA	1	9	133	2.858,86 €
PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO DE AUDITOR - CCAM ÁREA METROPOLITANA DO PORTO	1	6	84	2.440,19 €
FORMAÇÃO "UNIFORMIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS NAS AGÊNCIAS" – CCAM S.TEOTÓNIO	48	1	2.5	300.71
PROGRAMA DE REFORÇO DE COMPETÊNCIAS DE AUDITORES - CCAM OLIVEIRA DO BAIRRO	1	1	84	3,242,46
FORMAÇÃO "UNIFORMIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS NAS AGÊNCIAS" – CCAM ALENTEJO CENTRAL	51	2	14	510,00 €
PROGRAMA DE REFORÇO DE COMPETÊNCIAS - CCAM ALCOBAÇA	1	6	7	1,298,82
PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO DE AUDITOR - CCAM TERRAS DE MIRANDA E MOGADOURO E VIMIOSO	1	6	6	633,94 €
PROGRAMA INTEGRAÇÃO AUDITOR INTERNO - CCAM VALE DO SOUSA E BAIXO TÂMEGA	1	9	133	2.577,05 €
PROGRAMA INTEGRAÇÃO AUDITOR INTERNO - CCAM RIBATEJO SUL	1	4	42	385,00 €
PROGRAMA DE REFORÇO DE COMPETÊNCIAS - CCAM ALTO CAVADO	1	5	77	2.098,85 €
FISCALIDADE BANCÁRIA COLABORADORES CCAM COIMBRA	2	2	14	80,71 €
PARI E O PERSI EM LOURES	23	1	3	59,51 €
PARI E O PERSI EM VILA VERDE VERDE	30	2	3	565,72 €
PROJECTO DICA EM ALCÁCER DO SAL	3	1	8	119,20 €
FORMAÇÃO "CA PATRIMÓNIO CRESCENTE - CCAM SÃO TEOTÓNIO"	22	1	33	0,00 €
FORMAÇÃO SISTEMA DE AVALIAÇÃO E GESTÃO DE DESEMPENHO (SAGE) - CCAM COIMBRA	29	1	87	0,00 €
FORMAÇÃO - "ACÇÕES DE SENSIBILIZAÇÃO EM SEGURANÇA CONTRA INCÊNCIO EM EDIFÍCIOS"	440	14	330	0,00 €
INGLÊS 2012/2013	36	4	2160	8.568,00 €
TOTAIS	**935**	**94**	**4219**	**32.003,83 €**

Para além destas acções, foram também da responsabilidade do Centro de Formação as inscrições e respectivo acompanhamento em 84 cursos em regime aberto, promovidos por outras entidades, nos quais participaram 378 colaboradores, totalizando 6.161 horas

formativas, representando um investimento de 121.094,60 euros, dos quais 67.211,32 euros foram suportados pelo fundo de formação.

A exemplo dos anos transactos, para além da presença em cursos nesta tipologia de curta duração, os colaboradores do Crédito Agrícola também frequentaram cursos de ensino à distância, nomeadamente *Fundamentos de Banca* (13 formandos) e *Complementar de Banca* (3 formandos), totalizando 16 participantes, representando um investimento de 16.043 euros, dos quais 12.032,25 euros foram suportados através do fundo de formação.

No que concerne a formação superior, para além dos 14 formandos que frequentaram o Curso de Gestão Bancária, foram apoiados mais 17 colaboradores (2 doutoramentos, 6 licenciaturas, 5 mestrados e 4 pós-graduações), ascendendo o investimento a 44.646,02 euros, tendo 23.278,31 euros sido suportados pelo fundo de formação.

Resumindo, participaram nas diversas iniciativas, levadas a cabo, 10.289 formandos, representando um total de 61.224,5 horas formativas, não estando aqui incluídos os cursos à distância e licenciaturas, mestrados e pós-graduações, com um investimento global de 563.687,72 euros, o qual foi comparticipado pelo fundo de formação em 360.040,14 euros.

No que se refere à formação em regime de *e-learning* deu-se, em 2013, continuidade aos cursos "Conhecimento da Nota Euro", "Conhecimento Moeda Euro", "Mediadores de Seguros Ligados", "Branqueamento de Capitais" e "Segurança Física Bancária", "A Segurança da Informação Também Depende de Si" e "Segurança e Saúde no Trabalho". Frequentaram estes cursos 4.899 participantes, atingindo já uma percentagem significativa de colaboradores com contacto com esta metodologia de formação.

Assinala-se, com especial enfoque, o desenvolvimento, pelo Centro de Formação, do Projecto Integrado de Formação Comercial (CA COMERCIAL +), que permitirá um alinhamento estratégico entre o negócio e o universo de colaboradores do Crédito Agrícola e uma abordagem integrada de formação, de índole comportamental, envolvendo todos os intervenientes na actividade comercial. Esta formação incidirá de forma relevante na melhoria das competências necessárias para uma gestão e dinamização comercial mais eficaz e no reforço das competências técnicas necessárias à abordagem comercial a Clientes, assim como da capacidade de gestão da relação com os mesmos, a par de um melhor conhecimento dos produtos comercializados pelo Grupo.

6.2. LOGÍSTICA, SUPORTE E COMPRAS

No que concerne esta componente específica da actividade, verificou-se em 2013 uma alteração estrutural, com a mudança de nomenclatura do Departamento de Logística e Suporte, que se passou a designar Direcção de Logística, Suporte e Compras, integrando não só todas as competências do anterior Departamento, mas também incorporando as competências de compras e gestão centralizada de contratos para o Grupo e as matérias inerentes à Segurança Bancária.

Apesar desta alteração, a orientação genérica foi mantida, tendo-se dado continuidade ao programa de optimização de custos, iniciado em 2010, ao longo de 2013, tendo a Direcção de Logística, Suporte e Compras focado primordialmente a sua actividade nesse âmbito, procurando igualmente alargar o espectro da sua actividade, sempre que tal fosse economicamente mais vantajoso, mantendo o nível de qualidade do serviço prestado.

Com impacto directo para o Grupo Crédito Agrícola, e aproveitando a implementação no novo processo de compensação electrónica, foi renegociado o contrato de prestação de serviços de transporte de *courier*, que se manteve com a empresa CTT Expresso, logrando-se uma redução significativa dos custos com este serviço, que ascendeu a mais de 900 mil euros.

Ainda neste âmbito de contratos, foram encetadas negociações visando o fornecimento de energia eléctrica para o universo do Grupo Crédito Agrícola, incluindo Baixa Tensão Especial e Baixa Tensão Normal, que são o tipo de serviço mais representativo, face à dimensão e necessidade dos espaços existentes no Crédito Agrícola, tendo sido possível reduzir em 44% o valor médio das tarifas aplicadas em 2013, estando já negociada uma nova redução para 2014 de 8%, em termos médios. De salientar igualmente que a este último contrato aderiram todas as Empresas do Grupo, bem como 81 CCAM.

Outra renegociação empreendida em 2013, mas com impactos em 2014, foi o Transporte e Tratamento de Valores, com uma redução para a totalidade do SICAM de 6,57%, correspondendo a um valor estimado de aproximadamente 158.000€, para além do aumento do nível do serviço, que passa a englobar o fornecimento de consumíveis para ATM.

De igual modo foi renovado o contrato de assistência e manutenção aos equipamentos de segurança para o SICAM, tendo-se mantido os valores do ano anterior para as CCAM e agências situadas no raio de 30 km de Lisboa e Porto e equiparado o valor que estava estabelecido para as restantes CCAM, significando uma redução de sensivelmente 4%.

No que diz especificamente respeito à Caixa Central, foram feitas consultas ao mercado, visando a renegociação de contratos de assistência ou manutenção para 2014, normalizando-se os períodos de vigência dos mesmos e obtendo-se, em todos os casos, reduções dos valores contratados, que em termos médios foram de 26%, que ascenderão a aproximadamente 88.000€/ano, mantendo ou mesmo incrementando os padrões de qualidade associados a cada contrato, conforme quadro seguinte:

Contrato	Valor Anual 2013	Valor Anual 2014	Δ	
			Absoluta	Percentual
Serviço Vigilância/Recepcionista	343.465,20 €	312.912,00 €	30.553,20 €	-8,90%
Serviço Telefonistas	47.601,00 €	25.800,00 €	21.801,00 €	-45,80%
Manutenção Portas e Portões Automáticos	2.139,14 €	1.251,35 €	887,79 €	-41,50%
Limpeza	330.020,76 €	298.958,16 €	31.062,60 €	-9,41%
Ar Condicionado	43.270,68 €	42.384,73 €	885,95 €	-2,05%
Manutenção de Extintores	2.561,26 €	1.248,45 €	1.312,81 €	-51,26%
Manutenção de Plantas	6.909,93 €	5.154,00 €	1.755,93 €	-25,41%

No que se refere à gestão da frota foi alargada a todas as Associadas e Empresas do Grupo, mantendo-se o sistema de afectação de viaturas em regime de AOV, mas com negociações efectuadas com duas locadoras, facto que veio permitir melhorar os valores das rendas e

alargar a oferta de marcas e modelos. No entanto, apesar de se ter verificado alguma procura de informação, o número de contratos realizados com as restantes entidades do Grupo (CCAM e Empresas) ainda é pouco significativo.

Decorrente do processo de reorganização do Crédito Agrícola, consubstanciado como Iniciativa 10, foi desenvolvido o projecto de centralização de compras de Grupo, tendo-se mantido a compilação do Caderno de Estatísticas de Funcionamento da Caixa Central.

No que concerne o tratamento da facturação, em 2013 foram emitidas cerca de 8.000 facturas, correspondendo a mais de 10.000.000€, sendo de destacar a implementação de um novo processo de cobrança a Agentes de Execução. Em sentido inverso, foram recebidas e pagas cerca de 7.000 facturas, no valor aproximado de 27.000.000€.

Ao longo de 2013, foram também recebidas e satisfeitas 1.266 requisições internas, integralmente concretizadas com recurso ao Sistema ERP Navision.

No que concerne a gestão dos edifícios da Caixa Central, foram elaborados os projectos e realizadas obras de remodelação/reorganização dos espaços do Edifício Castilho, tendo também sido efectuada a substituição da canalização de águas de consumo neste edifício.

Ainda neste âmbito foi acompanhada a obra de remodelação de um edifício na cidade da Guarda, da CCAM da Serra da Estrela, bem como da agência de Silgueiros, da CCAM de Terras de Viriato e realizado o projecto da agência da Estefânia da Caixa Central.

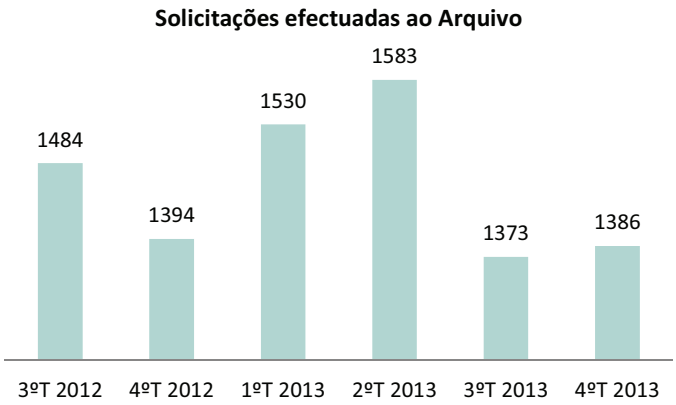
Relativamente aos bens móveis, foi concretizada a alienação de 34 viaturas e de 2 equipamentos, pelo valor global de 400.000€, estando ainda na posse da Caixa Central 1 única viatura.

No âmbito da acção do arquivo, durante o ano de 2013 iniciou-se a actividade com a CCAM de Douro, Corgo e Tâmega, tendo sido concretizada a recepção, organização e inventário de um total de 70 pastas até Dezembro.

Manteve-se igualmente a gestão corrente dos arquivos das CCAM de Alentejo Central, CCAM de S. Teotónio, CCAM do Algarve, CCAM de Alenquer, CCAM do Sotavento Algarvio e da CCAM de Sobral de Monte Agraço, CCAM de Arruda dos Vinhos e CCAM de Alcobaça, bem como das empresas do universo Crédito Agrícola, CA Serviços / CA Informática, CA Gest e CA Vida, para além da Caixa Central. Neste quadro, no final de 2013, encontrava-se em Arquivo, devidamente organizado e acondicionado, um conjunto de cerca de 165.000 (+6%) pastas, tendo sido, ao longo do período em análise, com recurso a uma empresa devidamente certificada, eliminado um volume correspondente a 32 toneladas de papel, correspondendo a uma redução de 42%.

Em relação à disponibilização de documentos por via digital, foram inseridos, indexados e disponibilizados no Portal de Arquivo um total de 14.012 documentos (redução de 14% face a 2011), contendo 163.464 páginas (redução de 13% face a 2012).

No que concerne as solicitações efectuadas pelos utilizadores, registou-se um novo aumento de 13% no volume geral de (5.176 em 2012, para 5.872 em 2013), sendo que 92% dos pedidos foram provenientes da Caixa Central e 8% das Caixas Associadas e Empresas do Grupo, apresentando-se de seguida quadro com evolução trimestral das solicitações efectuadas ao Arquivo em 2013, em comparação com os 2 últimos trimestres de 2012.



No âmbito da actividade de recolha e tratamento dos cheques compensados localmente por todos as agências do Crédito Agrícola, estavam sob custódia do arquivo, em 31-12-2013, 701 contentores, contendo os cheques de 98,2% das agências do SICAM.

Relativamente à temática da distribuição de correspondência, e decorrente do processo de renegociação do contrato do serviço *courier*, foi redefinido todo o processo de trabalho neste âmbito, o qual passou, a partir de Janeiro de 2013, a ter reflexos não só ao nível da correspondência entre as diversas entidades do Grupo Crédito Agrícola, mas também no que concerne a distribuição interna na Caixa Central, conseguindo-se uma redução dos seus custos em aproximadamente 50.000€.

Foi renegociado o contrato de gestão de impressões, denominado originalmente como Projecto Multifuncional, da qual decorreu o processo de planeamento da instalação dos novos equipamentos, que foram reduzidos de 76 para 69. No que concerne o número de impressões/cópias a preto e branco, obteve-se uma redução de 62.000 unidades, enquanto que a cores esta diminuição foi de 79.000 unidades. Estes números, juntamente com os valores de mensalidade renegociados, significaram um corte de 40.000,00€ em 2013, correspondendo a 20% do custo de 2012. De relevar também que o reforço da utilização da funcionalidade de frente e verso, significou uma redução do consumo de papel de 1870 resmas, significando menos 4.500€.

Na Filial do Porto, o apoio material, logístico, humano e ao nível das instalações, quer ao negócio local, quer às empresas do Grupo foi assegurado, tendo-se alargado com a distribuição de correspondência pelas agências, ainda que, desde Novembro se tenha reduzido um elemento afecto a esta equipa.

Na vertente da segurança bancária, e no sentido de se conhecer o parque de ATM do Crédito Agrícola, nomeadamente os seus equipamentos de segurança, localização e envolvência, concluíram-se em 2013 as auditorias a estes equipamentos que se encontram localizados fora do ambiente bancário, num número aproximado de 430, de um total de 770, bem como foi acompanhada a instalação de novos ATM.

Ainda neste âmbito, foram realizadas auditorias às condições de segurança de 140 agências, tendo sido elaborados 140 relatórios de ATM e 11 de agências, para além dos decorrentes de ocorrências crime.

Foram elaborados 8 projectos de segurança para edifícios, escritórios e agências do Crédito Agrícola, bem como foi desenhada uma estrutura-tipo, em betão armado, visando uma maior

protecção às ATM do SICAM, instaladas fora de ambiente bancário, tendo já sido implementada em 6 equipamentos.

Para além disso, manteve-se a representação do Grupo junto das entidades responsáveis nesta matéria, tendo também sido desenvolvido o projecto de centralização dos alarmes do Grupo, no sentido de dar cumprimento às novas disposições legais relativas à segurança física das instalações, emanadas em 2013.

6.3. GESTÃO DE RISCO

Num contexto em que o quadro económico e regulamentar em matéria de gestão de riscos e de capital se tem revelado particularmente exigente e cuja frequência de actualização normativa tem sido bastante acentuada, as actividades desenvolvidas neste âmbito visaram assegurar o necessário enquadramento com os mencionados desafios e habilitar o Grupo Crédito Agrícola para uma gestão dos diferentes riscos alinhada com as melhores práticas de mercado, através de um conjunto significativo de iniciativas que compreendem uma forte articulação com a vertente tecnológica e exigem o desenvolvimento de competências internas específicas.

O desempenho das actividades e projectos resultantes da gestão de riscos permaneceu amplamente condicionado pela necessária afectação de recursos, tecnológicos e humanos, ao seguimento dos trabalhos no referente à avaliação das carteiras de crédito relativas aos processos de gestão de créditos problemáticos no âmbito do Programa Especial de Inspecções do sistema financeiro nacional e que envolveu os maiores grupos bancários nacionais, entre os quais o Grupo Crédito Agrícola, no contexto do Programa de Assistência Económica e Financeira a Portugal, acordado em Maio de 2011 com o Fundo Monetário Internacional, a Comissão Europeia e o Banco Central Europeu. A acção visava, no essencial, avaliar a eficácia dos processos de gestão de créditos problemáticos, em especial no que se refere a créditos concedidos a empresas não financeiras, com vista a confirmar a capacidade de detecção tempestiva de situações com probabilidade significativa de incumprimento e de implementação de soluções que maximizem o valor actual dos créditos. Em particular, este programa avaliou as estratégias, políticas e procedimentos implementados para gerir créditos problemáticos, incluindo a estrutura organizacional adoptada para o efeito, a adequação em número, capacidade e experiência dos recursos afectos a esta estrutura, os processos, sistemas e ferramentas utilizados para identificar, gerir e acompanhar os créditos problemáticos, bem como os mecanismos de controlo interno e de garantia de qualidade e os sistemas de incentivos aplicados nos processos de recuperação. Os resultados alcançados no âmbito destes trabalhos permitiram, igualmente, concluir que o GCA utiliza as metodologias adequadas à sua dimensão e perfil de risco, na generalidade dos aspectos analisados, embora com necessidade de promover melhorias em áreas pontuais, para as quais, desde logo, se iniciou a adopção das adequadas medidas correctivas.

Em 2013 foi dada continuidade às seguintes acções em matéria de riscos do Grupo:

Ferramenta de Gestão de Garantias

No decorrer do ano 2013 procedeu-se à implementação técnica da Ferramenta de Gestão de Garantias (FGG), processo precedido de um trabalho exaustivo de recolha de informação de toda a carteira de garantias, em cada Caixa Agrícola, que permitiu completar e actualizar, através de uma ferramenta provisória (FREGA), os dados constantes nos respectivos processos (físicos) de crédito. A concretização desta iniciativa permite obter diversos benefícios, de entre os quais se destacam o cumprimento dos requisitos legais e regulamentares na óptica da informação sobre garantias associadas a operações de crédito, uma maior precisão e automatização no cálculo de provisões de crédito, imparidades de crédito e requisitos de capital, obtenção de informação actual e detalhada para apoiar e direccionar diferentes aspectos da gestão do risco de crédito, designadamente acompanhamento da carteira e esforço de recuperação do crédito vencido e a implementação adicional de um conjunto de oportunidades de melhoria (e.g. gestão das garantias denominadas genéricas, emissão automática do documento de distrate).

Central de Balanços

Realizou-se a integração dos dados económicos e financeiros da generalidade das empresas do tecido empresarial nacional que cumprem a obrigação de registo de prestação de contas anual, através da entrega da Informação Empresarial Simplificada (IES), junto das entidades públicas oficiais. A disponibilização de elementos financeiros de entidades não clientes do SICAM, complementarmente aos dados de clientes já disponíveis na aplicação, visou obter os seguintes benefícios: estabelecer com maior fiabilidade os rácios e indicadores sectoriais para efeitos de comparação com as entidades em análise, tornando-os mais representativos do conjunto de empresas em cada sector de actividade; dispor de informação atempada sobre potenciais clientes, para apreciação comercial e avaliação do respectivo perfil de risco, proporcionando análises comparativas com outras empresas do mesmo sector e com as respectivas médias; aumentar, progressivamente, o grau de cobertura de empresas na aplicação; e continuar a privilegiar o processo de integração massiva e automática de informação com ganhos de eficiência operacional assinaláveis.

Sistema de Gestão de Limites de Crédito

Em 2013 foram definidos os requisitos de negócio associados à criação de um sistema de gestão de limites de crédito e foi iniciado o desenvolvimento técnico da aplicação. A presente iniciativa permitirá tornar mais eficientes os processos de concessão de crédito e de acompanhamento da exposição perante um cliente ou grupo de clientes, assegurando um melhor controlo do risco, a optimização da alocação da liquidez e capital, a redução do esforço operacional e dos custos inerentes à análise do enquadramento de propostas de crédito no limite estipulado para o cliente, a consolidação do envolvimento bancário com os clientes via exploração comercial do montante do limite não utilizado, o aumento da agilidade e dos níveis de serviço no processo de concessão de crédito e, finalmente, garantir uma resposta mais completa às recomendações e regulamentação das autoridades de supervisão. Prevê-se a conclusão da sua implementação no primeiro trimestre de 2014.

Solução de Propostas e *Credit Scoring* (SPCS)

Disponibilizaram-se versões actualizadas das minutas de contratos de crédito no segmento de empresários em nome individual. Ainda no decorrer do ano 2013, foi dada continuidade à definição dos requisitos de negócio relacionados com a implementação técnica das regras estabelecidas pelo Decreto-Lei n.º 226/2012 relativo aos deveres de informação dos contratos de crédito garantidos por hipoteca ou por outro direito sobre coisa imóvel celebrados com consumidores.

Modelo de *Scoring* Comportamental de Cartões de Crédito

No decorrer do ano 2013 foi efectuado o desenvolvimento do modelo de *scoring* comportamental para o segmento de cartões de crédito (clientes particulares). A utilização desta tipologia de modelos permite avaliar e acompanhar a evolução do nível de risco e determinar a adopção de diversas estratégias de acção relativamente ao nível de exposição perante um determinado cliente. Neste sentido, os modelos comportamentais permitem a monitorização periódica do risco de carteiras de crédito e possibilitam, complementarmente, a adequação individual das estratégias de relacionamento com os clientes, tanto na vertente de cobranças, como na gestão de limites de crédito e acções comerciais.

Infra-Estrutura de Suporte ao Risco [*Datamart* de imparidade (DMI) e de capital (DMC)]

O ano 2013 assinala a entrada em produção do novo modelo de imparidade (DMI) do GCA, desenvolvido no âmbito da infra-estrutura de suporte ao risco, que visa, em síntese, a estruturação e integração de informação de risco, com origem nos diferentes sistemas operacionais do Grupo, num *datawarehouse* corporativo, com uma natureza informacional e aplicacional. O *datamart* de imparidade foi desenvolvido em simultâneo com o objectivo de apurar e simular as perdas por imparidade da carteira de crédito que resultam da adopção das Normas Internacionais de Contabilidade, introduzindo um conjunto de oportunidades de melhoria. O *datamart* de capital compreende a componente de cálculo dos fundos próprios e dos requisitos de fundos próprios, no âmbito do denominado reporte prudencial e nos termos definidos pela Instrução nº 23/2007, Avisos nº 5/2007 e nº 6/2010 do Banco de Portugal, associado a um processo automatizado de preenchimento dos respectivos relatórios. Foram efectuados os testes de qualidade e de aceitação prévios à entrada em produção deste último, que ocorrerá, previsivelmente, no decorrer do primeiro trimestre de 2014.

Framework Corep / Finrep

A *European Banking Authority* (EBA), com o objectivo de harmonizar e garantir a comparabilidade de informação no contexto europeu sobre a situação patrimonial e de risco das Instituições Financeiras, definiu novos reportes contabilísticos e prudenciais (ITS – *Implementing Technical Standards*) com entrada em vigor coincidente com a CRD IV em 2014. O COREP – *Framework of Common Reporting* – consubstancia num conjunto de modelos de informação de natureza prudencial e o FINREP – *Framework of Financial Reporting* – tem como objectivo o reporte de dados financeiros, nomeadamente, activos, passivos, capital próprio, resultados, rubricas fora do balanço e instrumentos não-financeiros. Neste contexto, foi iniciada a análise detalhada dos requisitos regulamentares e do modelo de dados, que incluem, a nível informacional, um novo pacote de reportes com nova lógica de informação contabilística e prudencial e, a nível tecnológico, a preparação e automatização dos conteúdos

do novo reporte com a implementação de um novo formato denominado XBRL. A presente iniciativa visa, assim, assegurar o *upgrade* da infra-estrutura de informação do Grupo e a criação das condições de base para suportar as futuras capacidades de reporte FINREP e COREP.

Imparidades de Crédito

Prosseguiram os trabalhos de implementação de um conjunto de oportunidades de melhoria pontuais identificadas no decurso do Programa Especial de Inspecções, que incidiu sobre os cálculos de perdas por imparidade, não obstante os resultados alcançados estabelecerem que o GCA utiliza, no essencial, as políticas, procedimentos e controlos adequados à sua dimensão e perfil de risco, na generalidade dos aspectos analisados.

Modelo de *Rating* para Empresas

O Grupo dispõe de um modelo heurístico de *rating* associado a um processo de *workflow*. Com esta metodologia de notação de risco para empresas visa-se uniformizar a análise dos "clientes empresa" e do respectivo risco de crédito, possibilitando ao Grupo continuar a desenvolver e a melhorar a sua capacidade de gestão do risco, com base numa visão mais exacta do perfil de risco da sua carteira. Em 2013, após identificação, foi iniciado o processo de especificação de um conjunto de oportunidades de melhoria no sentido de assegurar, em particular, a especialização de um modelo para pequenos negócios e a sua integração com a central de balanços e com o modelo de imparidade.

Plano de Financiamento e de Capital

No quadro do Memorando de Entendimento do Programa de Assistência Económica e Financeira, realiza-se um reporte trimestral relativo ao Plano de Financiamento e de Capital, através do qual o regulador monitoriza o GCA (e os restantes sete maiores grupos financeiros nacionais), num teor vincadamente prospectivo a partir de dois cenários macroeconómicos (um base e outro adverso) onde são estabelecidos princípios, orientações e restrições, quanto a um conjunto alargado de indicadores. Nos principais aspectos a monitorizar, salientam-se a evolução do rácio de solvabilidade, das posições de liquidez, do processo de desalavancagem (rácio de transformação), das carteiras de recursos, crédito e de títulos e, ainda, da evolução das respectivas imparidades.

Testes de Esforço

Atendendo à participação do GCA nos exercícios trimestrais de avaliação da solvabilidade e liquidez em cenário macroeconómico adverso, no contexto das revisões do Plano de Financiamento e Capital, foi concedida a isenção das obrigações de reporte previstas na Instrução nº 4/2011 sobre testes de esforço. Naturalmente, os exercícios trimestrais mencionados pretendem alcançar uma abordagem prospectiva em condições adversas, pelo que configuram efectivos testes de esforço, deduzidos do cenário macroeconómico e magnitudes para um conjunto de variáveis, designadamente factores de risco e um conjunto de normas e restrições, em particular no que se refere à estratégia de negócio e o planeamento de capital. Foi, igualmente, implementado um conjunto de oportunidades de melhoria pontuais identificadas no Programa Especial de Inspecções, que incidiu sobre as metodologias utilizadas nos exercícios de testes de esforço, não obstante os resultados alcançados estabelecerem que o GCA utiliza, no essencial, procedimentos adequados.

Sistema de Controlo Interno

Prosseguiram os trabalhos conducentes à estruturação e melhoria do sistema de controlo interno do SICAM, dando cumprimento aos requisitos regulamentares definidos pelo Aviso 5/2008, do Banco de Portugal, tendo sido elaborado o relatório relativo ao exercício da Função Risco na Caixa Central e o reporte das deficiências detectadas ao nível do SICAM, bem como das medidas em curso com vista à sua mitigação.

Risco de Concentração

Num cenário de concentração, as perdas originadas por um número reduzido de exposições podem ter um efeito desproporcionado, confirmando o relevo da gestão deste risco na manutenção de níveis adequados de solvabilidade. Neste sentido, e de acordo com a Instrução 5/2011 do Banco de Portugal, foi elaborado o relatório onde se apresentou e analisou a situação do SICAM, não só no que respeita à carteira de crédito, mas também no que se refere à carteira de recursos e análise de liquidez dos activos e passivos do balanço.

Processo de auto-avaliação da adequação do Capital Interno (ICAAP)

O ICAAP pretende conduzir as instituições financeiras na avaliação e quantificação dos principais riscos a que se encontram expostas, constituindo-se assim como um importante instrumento de gestão na tomada de decisões relativamente aos níveis de risco a assumir e às actividades de controlo e mitigação a empreender. Os resultados decorrentes dos trabalhos efectuados no GCA apontam para a total adequação do capital interno à semelhança do observado em anos anteriores.

Planos de Recuperação

Com o objectivo de planificar previamente as medidas susceptíveis de serem adoptadas para corrigir de forma tempestiva uma eventual situação de desequilíbrio financeiro, ou mesmo para evitar que a enfrente, garantindo, deste modo, condições de reacção célere e estruturada, contribuindo para a estabilidade financeira do sistema bancário, foi elaborado o Plano de Recuperação do Grupo Crédito Agrícola, de acordo com o disposto no respectivo enquadramento regulamentar.

O Plano de Recuperação foi estruturado de forma a proporcionar uma visão geral sobre o Grupo, em particular sobre o SICAM, preparando a instituição para cenários adversos e aumentando a sua probabilidade de recuperação em cenários extremos, através da salvaguarda dos níveis de capital e liquidez, minimizando as repercussões no sistema financeiro. De igual modo, foi implementada a oportunidade de melhoria identificada pelo Banco de Portugal, alusiva à necessidade de apresentar uma descrição pormenorizada dos processos para determinação do valor e da viabilidade comercial dos principais segmentos da actividade, operações e activos da instituição.

6.4. AUDITORIA INTERNA

A Direcção de Auditoria constitui uma estrutura técnica de controlo que apoia o Conselho de Administração da Caixa Central na melhoria do sistema de controlo interno e auxilia os

responsáveis operacionais, no cumprimento dos objectivos globais estabelecidos. Na sua missão está também consagrada a prestação do serviço de auditoria interna às Caixas Associadas e às empresas participadas que entendam subcontratar a função à Caixa Central.

As competências atribuídas à Caixa Central no Aviso 5/2008 do Banco de Portugal, conferem à Direcção de Auditoria a responsabilidade adicional da coordenação das actividades de auditoria no grupo e, consequentemente, o dever de se pronunciar, periodicamente, sobre a eficácia, adequação e coerência do sistema de controlo interno do Grupo Crédito Agrícola.

No suporte legal das obrigações que recaem sobre o Grupo Crédito Agrícola, a Direcção de Auditoria tem vindo a impulsionar junto das funções de auditoria interna das Caixas Associadas, a realização de auditorias e monitorizações comuns, assentes em procedimentos e metodologias de trabalho divulgados ao SICAM e alinhados com os auditores internos das Caixas Associadas nas Acções de Partilha do Conhecimento.

Na execução do plano de auditoria, recomendado pela Caixa Central às Caixas Associadas, para 2013, foram avaliadas as componentes de risco operacional, risco de crédito e risco de *compliance*, das áreas funcionais de Descobertos, Desconto de Efeitos, Crédito a Particulares, Contas Correntes Caucionadas e Depósitos a Prazo e Poupanças, bem como apreciados os procedimentos inerentes ao branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo, à integração de operações em incumprimento em PERSI ou no Regime Extraordinário e ao reconhecimento de provisões e imparidades, nos termos do Aviso 3/95 do Banco de Portugal.

No âmbito do programa especial de inspecções da Troika (SIP) e decorrente do plano de acção aprovado pelo Banco de Portugal para o Grupo Crédito Agrícola, o Plano de Actividades de Auditoria consagrou, adicionalmente, uma avaliação sobre a adequação e actualização dos dossiers de crédito.

Na Caixa Central, as actividades de auditoria desenvolvidas em 2013, consideraram, maioritariamente, as auditorias e monitorizações divulgadas ao SICAM, bem como compreenderam um conjunto de avaliações específicas a processos, procedimentos ou metodologias que constituem o suporte legal dos pareceres regulamentares emitidos.

As auditorias específicas que decorrem do Programa Especial de Inspecções (SIP), designadamente a validação do modelo de imparidade e da ferramenta de gestão de garantias, a avaliação das fontes de informação para incidentes de risco e a auditoria ao processo de cálculo dos riscos ponderados (RWA) no cálculo dos requisitos de capital, previstas para 2013, foram alinhadas para 2014, atenta a evolução das respectivas iniciativas.

O exercício da actividade de Prestação de Serviços de Auditoria às Caixas Associadas e Empresas Participadas assumiu, regra geral, o cumprimento das iniciativas comuns previstas no plano de actividades recomendado pela Caixa Central, para as 20 Caixas Associadas que subcontrataram esta função.

No desenvolvimento de meios, importa salientar a alteração do Sistema de Informação de Auditoria Interna (SIAI) para uma plataforma de trabalho centralizada na intranet.

Os processos de integração e reforço de competências, pretendem melhorar a formação de base dos auditores internos do SICAM, através do acompanhamento da execução de trabalhos específicos por Técnicos da Direcção de Auditoria, reforçando a aprendizagem das técnicas e das metodologias de trabalho.

A revisão do regulamento da Comissão Técnica de Auditoria Interna permitiu ajustar os objectivos e o funcionamento deste grupo de trabalho, conservando a sua independência e autonomia para se pronunciar sobre as matérias de interesse comum para o SICAM, subjacentes à função Auditoria Interna. Na sua missão, ficou também consolidada a possibilidade de colaboração com a Direcção de Auditoria, no desenvolvimento de metodologias de trabalho comuns.

No âmbito desta função fio ainda centralizada na Direcção de Auditoria a auditoria de sistemas de informação, que vinha sendo desempenhada no âmbito do CA Serviços.

6.5. COMPLIANCE

A função *Compliance,* enquanto parte integrante do sistema de controlo interno e responsável pela gestão do risco de *compliance,* tem vindo a assumir particular relevância no seio das instituições de crédito e das sociedades financeiras, dada a crescente responsabilidade que lhe é atribuída no controlo do cumprimento das obrigações legais e dos deveres a que estas entidades se encontram sujeitas.

A Função *Compliance* tem como missão assegurar, em conjunto com as demais áreas, a adequação, fortalecimento e funcionamento do Sistema de Controlo Interno, procurando mitigar os riscos de acordo com a complexidade dos seus negócios, bem como disseminar a cultura de controlos para assegurar o cumprimento de leis e regulamentos existentes, visando a minimização do risco de incorrer em sanções legais ou regulamentares, financeiras e reputacionais.

O modelo organizativo definido para esta função no Grupo Crédito Agrícola (GCA) assenta numa lógica corporativa em que a Caixa Central presta serviços de *Compliance* a todos os membros do Grupo.

Neste modelo a Caixa Central assume e centraliza uma parte significativa das actividades (no que diz respeito ao SICAM), cabendo aos restantes membros do Grupo assegurar actividades específicas, com o apoio do órgão de estrutura especializado criado na Caixa Central, a Direcção de *Compliance*.

A concepção deste modelo teve em vista garantir a uniformidade da gestão e controlo do risco de *compliance*, sem deixar de atender às características específicas de cada entidade que compõem o Grupo. Esta articulação e organização permitem a adopção de práticas uniformes no que respeita à identificação, interpretação e implementação dos requisitos legais e regulamentares, bem como um adequado acompanhamento e monitorização dos riscos identificados.

A Direcção de *Compliance* articula as tarefas que lhes estão cometidas, na perspectiva da gestão e controlo do risco de *Compliance* no Grupo, com os interlocutores de *compliance* – ***Compliance Monitors*** – das várias estruturas da Caixa Central, das Caixas de Crédito Agrícola e empresas do Grupo, elos essenciais no desenvolvimento da cultura de *compliance* e na melhoria do sistema de controlo Interno.

Na sequência da reestruturação da Caixa Central a Direcção de *Compliance*, para além das responsabilidades que já assumia (Gestão e Supervisão de *Compliance*, Qualidade de Dados, Reporte Comportamental, gestão da relação com os *Compliance Monitors*), passou a ser responsável pelo processo de Prevenção do Branqueamento de Capitais e do Financiamento do Terrorismo (PBC/FT), pela Gestão do Sistema de Controlo Interno e pelo processo de Prevenção e Controlo da Fraude.

Neste contexto, durante o ano de 2013, a Direcção de *Compliance* promoveu o acompanhamento de toda a legislação e regulamentação com relevância para a actividade do Grupo Crédito Agrícola em geral, e em particular do SICAM, em conjunto com as recomendações, *guidelines* ou boas práticas divulgadas por outras entidades internacionalmente reconhecidas.

Foi seguida com particular atenção a informação divulgada pela *European Banking Authority* (EBA), nomeadamente no que respeita às suas recomendações e *guidelines* relevantes para a gestão de riscos, em especial do risco de *compliance* e diversas consultas públicas, tendo apresentado contributos em representação do SICAM directamente ou através da APB.

De forma a uniformizar procedimentos e dar resposta a obrigações regulamentares participou activamente na publicação/actualização da norma de Prevenção do Branqueamento de Capitais, do Manual de Risco de *Compliance*, da norma de Controlo Interno, nos relatórios do PARI e PERSI, entre outros.

No âmbito da melhoria contínua da qualidade da base de dados de clientes e contractos continuou a ser dada particular atenção à divulgação recomendações/procedimentos no sentido da correcção de algumas deficiências que ainda remanescem.

O ano de 2013 foi também marcado pelas intensas acções de inspecção levadas a efeito pelo Banco de Portugal e CMVM tendo esta área prestado às equipas de inspectores a colaboração que lhe foi solicitada, designadamente no respeitante ao fornecimento da informação necessária referente ao SICAM.

Durante o ano de 2013 foi dedicada especial atenção ao desenvolvimento de algumas aplicações potenciadoras de um melhor desempenho da Função de *Compliance* no Grupo, e como tal, susceptíveis de fomentar melhores níveis de cumprimento dos requisitos legais e regulamentares, e aptas a fortalecer a cultura de *Compliance*.

Foi ainda dada ênfase à melhoria contínua das soluções informáticas dedicadas à gestão do risco de *Compliance*, nomeadamente, no que diz respeito aos processos associados à monitorização de transacções e filtragem de clientes no âmbito da PBC/FT.

Ao longo de 2013 esta unidade de estrutura acompanhou ainda a implementação de soluções com vista ao cumprimento de requisitos legais, algumas já iniciadas em anos anteriores e promoveu diversas iniciativas e projectos, nomeadamente:

- "Avaliação do impacto sobre a rentabilidade bancária de algumas medidas regulatórias: 2007-2012" - estudo sobre o impacto na rentabilidade bancária e nos custos operativos de algumas medidas regulatórias que entraram em vigor entre 2007 e 2012 relacionadas com a protecção dos consumidores de produtos bancários;
- No âmbito da PBC/CT foram introduzidas alterações aos sistemas informáticos, efectuadas melhorias ao nível da filtragem de clientes, assegurada resposta do Grupo ao Relatório de PBC/FT e ao Questionário de Auto Avaliação (QAA) e foram ainda identificadas outras melhorias (tecnológicas, processuais e procedimentais) a introduzir durante o corrente ano;
- FATCA – *Foreign Account Tax Compliance Act*, que veio impor um conjunto de requisitos relativos à identificação de contas e clientes, *reporting*, retenção e *compliance* e registo junto do IRS americano e que, numa primeira fase de projecto, consistiu numa análise de impacto da regulamentação no GCA e incluiu Análise da Situação Actual (As-Is), Identificação de *Gaps* e proposta de metodologia de *compliance* e de plano de implementação dos requisitos, o que terá de ocorrer durante o corrente ano;
- EMIR - *European Market Infrastructure Regulation* - Regulamento comunitário (Regulamento UE n.º 648/2012 do Parlamento Europeu e do Conselho) que impôs às entidades residentes no espaço comunitário um conjunto de deveres ao nível do reporte, da compensação e da gestão de risco relativamente a transacções com derivados;
- Central de Responsabilidades de Crédito – implementação da 1ª fase dos novos requisitos de reporte decorrentes da Instrução 17/2013;
- Implementação de regras e relatórios para apoio à implementação de estratégias de recuperação de crédito decorrentes da publicação do DL 227/2012 e DL 58/2012, bem como acompanhamento dos desenvolvimentos da ferramenta de suporte ao processo;
- Avaliação de impactos decorrentes do DL 226/2012 relativo ao Crédito Hipotecário a Consumidores que estendeu o âmbito do DL 51/2007 a todos os contratos de créditos com consumidores (fora de uma actividade comercial ou profissional) com qualquer garantia sobre imóvel;
- Início do processo de implementação de melhorias identificadas na ferramenta de controlo de *reporting*, criada com vista a garantir o cumprimento atempado das obrigações de reporte às autoridades de supervisão;
- Criação de condições para o cumprimento de requisitos para o reporte de Fraudes com Instrumentos de Pagamento, no âmbito do reporte de informação sobre Sistemas e Instrumentos de pagamento (SIP), regulamentado pela Instrução 19/2012.

6.6. CONTROLO INTERNO E MELHORIA CONTÍNUA

Os desenvolvimentos ao nível do Sistema de Controlo Interno do Grupo Crédito Agrícola foram condicionados durante o ano de 2013 por dois factores:

- o programa de transformação da Caixa Central e o alinhamento do modelo de governação do sistema com a nova estrutura organizacional da Caixa Central implementada no início do segundo semestre;
- a continuidade dos processos de inspecção, centradas essencialmente nas áreas de processos de gestão de crédito, e a correcção das deficiências decorrentes dos mesmos.

Durante o primeiro semestre de 2013, as actividades correntes de Gestão do Sistema de Controlo Interno foram, à semelhança dos anos anteriores, asseguradas por um grupo de trabalho que integra as estruturas da Caixa Central responsáveis pelas três funções de controlo (a Gestão de Risco, a Auditoria Interna e o *Compliance*), o Departamento de Consultoria e Organização e o Departamento de Fiscalização, Orientação e Acompanhamento.

Este grupo de trabalho assegurou as actividades correntes associadas com a gestão do sistema de controlo interno, designadamente:

- O acompanhamento da situação dos constrangimentos detectados no sistema, reportando e prestando os esclarecimentos solicitados sobre a mesma ao Banco de Portugal;
- A realização, dando continuidade ao programa interno definido em 2011, de inspecções internas às áreas de Meios de Pagamento Electrónico (Cartões de Crédito e Cartões de Débito) e de Crédito a Empresas (incluindo empréstimos, contas correntes caucionadas e leasing); este programa interno de inspecções sistemáticas visa cobrir de modo sistemático durante a sua extensão, todas as áreas funcionais com relevância material da Caixa Central e do SICAM; e
- A produção dos relatórios de controlo interno do Grupo Crédito Agrícola e a coordenação do processo de produção dos relatórios de controlo interno das 83 Caixas Associadas do SICAM e das empresas e filiais do Grupo abrangidas pelo âmbito do Aviso n.º 5/2008 do Banco de Portugal e Regulamento n.º 3/2008 da CMVM, seguindo a metodologia desenvolvida em anos anteriores.

Destaca-se durante este período o trabalho de articulação promovido entre o Grupo de Trabalho, as Caixas Associadas e o Banco de Portugal, no sentido de definir soluções organizacionais adequadas à dimensão e complexidade da estrutura e actividade das Caixas Associadas na implementação das funções de controlo previstas pelo Aviso n.º 5/2008.

No final do segundo semestre deste ano, após o arranque do plano de transformação da Caixa Central, foi aprovada a Norma relativa ao Sistema de Controlo Interno estabelecendo a Direcção de *Compliance* como estrutura coordenadora da Gestão do Sistema de Controlo Interno da Caixa Central bem como a constituição de um Comité de Controlo Interno do Crédito Agrícola (órgão colegial do Grupo) que terá como missão de apoiar a gestão do

Sistema de Controlo Interno do Grupo, assegurando a coordenação entre a Caixa Central, as Caixas Associadas e as Empresas do Grupo. A Norma sistematiza também as responsabilidades de cada estrutura, instituição e empresa do Grupo em matéria de gestão do sistema de controlo interno.

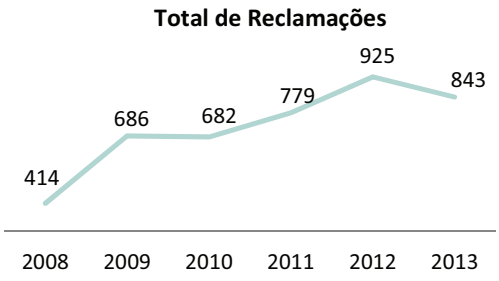
No que respeita à identificação e correcção de deficiências e constrangimentos, e sem prejuízo do trabalho desenvolvido internamente nas áreas funcionais consideradas críticas – por exemplo nas áreas de Gestão de Clientes e de Gestão de Tesouraria –, o planeamento tem sido, como se referiu acima, fortemente marcado pelas conclusões e recomendações resultantes das inspecções externas, traduzindo-se em medidas com vista ao robustecimento de modelos, procedimentos e ferramentas informáticas recentemente implementados ou em fase final de implementação no Crédito Agrícola nas áreas de gestão de crédito – concessão de crédito, acompanhamento de clientes e contratos de crédito e recuperação de crédito em situação de incumprimento.

É ainda de destacar, no contexto da melhoria do sistema de controlo interno do Grupo Crédito Agrícola, o arranque durante o mês de Novembro da iniciativa de definição do novo catálogo de processos sobre o qual assentará a metodologia de gestão de riscos, controlos e respectivas evidências, que foi concluído, na vertente da Caixa Central, já durante o início de 2014, e da implementação do repositório de processos e respectivo portal de consulta, que será concluída durante o primeiro semestre de 2014.

6.7. PROVEDORIA DO CLIENTE

No ano de 2013, o Gabinete de Provedoria do Cliente do Crédito Agrícola registou 843 reclamações entradas, o que representa um decréscimo de 9% face ao que se verificou em 2012.

Total de Reclamações	
2008	414
2009	686
2010	682
2011	779
2012	925
2013	843



Com base nas informações do Banco de Portugal (Relatório de 2013 elaborado e emitido pela Supervisão Comportamental do Banco de Portugal), o Crédito Agrícola continua a situar-se, em quase todos os domínios, como uma das Instituições de Crédito menos reclamada, resultado esse que naturalmente reflecte o posicionamento e a atitude de proximidade que as Caixas Associadas têm com os seus Clientes, permitindo que sejam sanadas na fonte as eventuais

divergências e não enquadrando motivos para reclamações potenciais junto dos órgãos centrais do Grupo ou das Entidades de Supervisão.

Dos processos reclamativos registados em 2013 é possível inferir que a população mantém à sua disposição uma multiplicidade de canais para acesso à informação sobre a natureza e movimentos da sua interacção bancária, quer através dos meios facultados pelas próprias Instituições financeiras, quer pelos Supervisores, quer ainda por Associações de consumidores.

Registe-se, neste âmbito e no que respeita à distribuição das reclamações por canal de entrada, que o Gabinete de Provedoria do Cliente continua a ser o primeiro e principal destinatário de apresentação de reclamações no Crédito Agrícola, com 45% de entradas directas no total de reclamações recebidas.

Origem das Reclamações	2009	2010	2011	2012	2013
Gabinete Provedor do Cliente	244	235	306	399	382
Linha Directa/CCCAM	90	83	173	237	148
Livro de Reclamações	162	184	162	173	154
Banco de Portugal	157	117	113	112	154
Outros	33	63	25	4	5
Total	**686**	**682**	**779**	**925**	**843**

Quanto à tipologia das reclamações, constata-se que são predominantemente originadas por particulares.

Tipo de Reclamante	2009	2010	2011	2012	2013
Associação	10	5	5	10	3
Empresa	85	66	53	74	87
Outros	4	11	5	3	7
Particular	587	600	716	838	746
Total	**686**	**682**	**779**	**925**	**843**

Já no que toca à distribuição das reclamações por tipologia de "assunto reclamado", analisando o quadro seguinte, constatamos que os assuntos "Contas de Depósito" e "Comissões e Despesas" são os mais reclamados, assegurando cerca de 39% das reclamações registadas. Da análise feita às tipologias de reclamação é necessário, em relação ao ano transacto, destacar a diminuição das matérias relacionadas com "Crédito à Habitação" e "Comissões e Despesas".

Assunto da Reclamação	2009	2010	2011	2012	2013
Atendimento e Instalações	26	37	20	24	21
Cartões	76	93	103	67	82
Central de Responsabilidades de Crédito	20	22	9	5	14
Cheques	104	71	79	75	42
Comissões e Despesas	0	123	105	178	136
Contas de Depósito	98	88	128	193	193
Crédito a Empresas	0	3	6	9	17
Crédito à Habitação	65	37	49	106	47
Crédito ao Consumo (e outros créditos)	73	68	110	84	133
Débitos Directos/Cobranças	4	2	3	7	5
Infra-estruturas (ATM)	9	8	13	12	7
Infra-estruturas (Redes POS outros)	1	1	2	6	4
Operações com Numerário	3	6	10	7	11
Outros Assuntos	149	83	72	79	75
Seguros - ISP	8	10	11	15	11
Central de Protesto de Efeitos	0	0	0	0	2
Titulos de Capital	31	22	44	36	29
Transferências	8	5	6	13	11
Valores mobiliários - CMVM	7	3	8	6	3
Contrafacções e/ou Notas Falsas	3	0	1	3	0
Não Disponibilização do Livro de Reclamações	1	0	0	0	0
Total	**686**	**682**	**779**	**925**	**843**

Globalmente, importa ainda assinalar que no total de reclamações recebidas se manteve uma significativa pulverização das mesmas pelas diferentes Caixas Associadas. Destas, a mais reclamada não ultrapassou 3,5% do total de reclamações.

Quanto à Caixa Central, esta registou especificamente cerca de 4% do total das reclamações recebidas por todo o SICAM, com especial incidência natural na actividade das suas agências. Continua também a verificar-se que as Caixas Associadas mais reclamadas (incluindo a Caixa Central, pela sua natureza especifica e centralizadora de alguns serviços), se situam maioritariamente em meios urbanos.

É de realçar que, do total de reclamações apresentadas em 2013 (843), em 543 processos, ou seja, em mais de 64% não assistiu razão aos reclamantes.

Verificou-se ainda que no ano de 2013 foram recepcionadas 65 solicitações com origem em Associações de Consumidores para apoio ao Cliente, de acordo com o seguinte mapa:

Reclamações com origem em Associações de Consumidores	
Origem	Nº de Solicitações em 2013
DECO	21
Outros	44

Finalmente, deve ainda ser salientada a atitude colaborativa e interessada dos Órgãos Sociais das Caixas Associadas, bem como dos correspondentes do Gabinete de Provedoria do Cliente, facto que se continua a registar com apreço.

6.8. FISCALIDADE

Na área da Fiscalidade foram desenvolvidos diversos projectos de carácter não recorrente e que, em seguida, se sintetizam:

- Apoio na implementação dos métodos do pró-rata e da afectação real na esfera das Caixas Associadas, tendo em vista optimizar o tratamento do IVA incorrido. Este projecto actualmente está em curso e tem dois objectivos:
    I. Apoio no apuramento e recuperação do IVA incorrido no passado susceptível de dedução;
    II. Apoio na implementação de procedimentos que permitam às Caixas Agrícolas um correcto tratamento e recuperação do IVA a incorrer no futuro.
- Apoio na implementação das novas regras de emissão de facturas e de reporte de facturação, em virtude das exigências legais que foram publicadas quanto a esta matéria;
- Estudo sobre o impacto da aplicação ao SICAM / Grupo Crédito Agrícola, com a identificação das respectivas vantagens e ganhos fiscais, do regime especial de tributação dos grupos de sociedades;
- Análise do impacto fiscal da entrada em produção da FGG (por via das provisões); e
- Análise e impacto do regime do Crédito Fiscal Extraordinário ao Investimento, nomeadamente no que concerne à respectiva aplicação aos projectos de desenvolvimento realizados pelo CA Serviços.

7. FÓRUNS CONSULTIVOS E GESTÃO DE PROGRAMA (PMO)

No âmbito do processo de transformação do Grupo Crédito Agrícola e, em particular, da Caixa Central, no decurso do segundo semestre de 2013, foram constituídos fóruns consultivos (Conselho e Comités) com a missão de promover a reflexão e o apoio na definição, implementação e monitorização de processos e resultados de Grupo e nos quais participam conjuntos de Caixas Associadas que se pretendem representativos da realidade do Grupo nas diversas matérias.

Estes fóruns constituem órgãos colegiais que, no âmbito das suas agendas, visam contribuir para a formulação e execução da estratégia do Grupo, divulgação dos princípios do Grupo (solidez, confiança, proximidade, simplicidade e valores cooperativos) e a consciencialização individual e colectiva (cultura) de regras e práticas orientadas a resultados sustentáveis no tempo, nomeadamente através de:

- gestão estratégica de risco e de capital;
- dinamização de novas abordagens de marketing e comerciais;
- adopção de métodos e processos mais ágeis e eficientes (suportados em infra-estruturas e aplicações informáticas assentes nas tecnologias disponíveis);

- condução da actividade de recuperação - desde os primeiros indícios de incumprimento até à fase de desinvestimento - limitando a recuperação por aquisição de imóveis às situações em que não existem alternativas, i.e. privilegiando, sempre que possível e razoável, as reestruturações das responsabilidades dos clientes;
- gestão do capital humano baseado na selecção e promoção por mérito e na formação e desenvolvimento de competências de acordo com as expectativas para a função;
- cumprimento dos requisitos regulamentares e éticos.

Conselho de Estratégia

Fórum participado pelo CAE da Caixa Central, pelo CGS da Caixa Central, pelo Presidente do CGS e membros do Conselho de Administração de cada Empresa Participada e pela DPEC. A sua agenda regular cobre os seguintes temas: (i) análise e discussão de objectivos estratégicos propostos pelo CAE, e monitorização da sua implementação, (ii) avaliação da *performance* de negócio no Grupo (e avaliação interna da dispersão ao nível das Caixas) e *benchmark* sectorial, incluindo produto bancário, margens, rentabilidade, eficiência e qualidade do crédito e (iii) monitorização e controlo do cumprimento da orçamentação, sugerindo melhorias ou acções correctivas no aplicável.

Comité de Gestão do Risco

Fórum participado por um representante do CAE da Caixa Central e por representantes de 3 Caixas Associadas. A sua agenda regular cobre os seguintes temas: (i) alinhamento das principais políticas de risco no Grupo, avaliação da heterogeneidade de processos e grau de adesão das Caixas Associadas; (ii) evolução dos principais macro-riscos com impacto na *performance* do Grupo, (iii) discussão das principais exposições de crédito, posição de capital e cumprimento de indicadores regulamentares, (iv) partilha dos aspectos mais relevantes da actividade de *reporting* prudencial.

Comité de Recuperação de Crédito

Fórum participado por um representante do CAE da Caixa Central e por representantes de 3 Caixas Associadas. A sua agenda regular cobre os seguintes temas: (i) análise da evolução da carteira de crédito em recuperação e sua rentabilização, (ii) acompanhamento do *stock* de provisões e provisionamento específico para créditos em incumprimento, (iii) análise dos volumes recuperados por tipo de crédito, segmento de cliente e Caixa Associada, (iv) análise do *status* do projecto de redesenho dos processos de análise de risco e recuperação de crédito e (v) alinhamento dos volumes de crédito vencido para abate ao activo.

Comité de Custos e Eficiência

Fórum participado por um representante do CAE da Caixa Central e por representantes de 3 Caixas Associadas. A sua agenda regular cobre os seguintes temas: (i) avaliação do alinhamento actual de processos comuns de compras e articulação no Grupo, (ii) análise da evolução dos custos e consumos do Grupo, (iii) acompanhamento dos principais indicadores, nomeadamente ao nível de volumes e poupanças, (iv) proposta e identificação de oportunidades para ganhos de eficiência e sinergias, (v) acompanhamento das iniciativas de

redução de custos em curso, (vi) acompanhamento de negociações de contratos relevantes e (vi) acompanhamento do projecto de constituição da central de compras de Grupo.

Comité de Comercial e Marketing

Fórum participado por um representante do CAE da Caixa Central e por representantes de 3 Caixas Associadas. A sua agenda regular cobre os seguintes temas: (i) análise da evolução da *performance* comercial do SICAM e participadas (em comparação com a concorrência), (ii) análise da dinâmica comercial ao nível de produtos lançados e eficácia das campanhas, (iii) análise do cumprimento pelas Caixas Associadas de objectivos comerciais estabelecidos e adesão aos processos de Grupo, (iv) alinhamento de práticas comerciais base no Grupo e identificação de melhores práticas, incluindo ao nível de sistema de incentivos e (v) acompanhamento do orçamento e desvios.

Comité de RH

Fórum participado por um representante do CAE da Caixa Central e por representantes de 3 Caixas Associadas. A sua agenda regular cobre os seguintes temas: (i) análise da força de trabalho do Grupo e identificação de necessidades de reforço de recursos e competências, (ii) avaliação da política de remuneração e sistema de incentivos por objectivos – alinhamento interno e *benchmark* sectorial, (iii) discussão do modelo de avaliação de desempenho, (iv) avaliação de políticas de recrutamento, (v) avaliação do programa de formação profissional e resultados obtidos, (vi) identificação de top performers e monitorização do desempenho e (vii) acompanhamento da legislação do trabalho e segurança social.

Comité de SI/TI

Fórum participado por um representante do CAE do CA Serviços / CA Informática, por 2 representantes do CGS do CA Serviços / CA Informática e por representantes de 3 Caixas Associadas. A sua agenda regular cobre os seguintes temas: (i) programa de reestruturação das SI/TI ("programa vantagem competitiva"), (ii) novo modelo organizacional do CA Serviços e (iii) ponto de situação das iniciativas SI/TI (ponto regular da agenda).

No seguimento do Programa de Transformação foi lançada uma estrutura de gestão de programa que acompanha, monitoriza e controla a execução das iniciativas estratégicas do Grupo, tendo-se realizado, desde Setembro de 2013, um conjunto de reuniões de ponto de situação com os *Sponsors* (elementos do CAE) e líderes dos 8 *Streams* (responsáveis de Direcção) que merecem maior atenção (e.g. reorganização, estratégia de mercado, recuperação de crédito, risco de crédito, imobiliário, capital, compras, SI/TI e programa de vantagem competitiva).

8. Sistemas de Informação e Empresas Instrumentais

8.1. CA Serviços

O CA Serviços é um Agrupamento Complementar de Empresas que tem como finalidade principal a prestação de serviços partilhados às entidades do Grupo Crédito Agrícola, designadamente serviços associados aos Sistemas e Tecnologias de Informação. Complementarmente, o CA Serviços é também responsável pela disponibilização ao Grupo Crédito Agrícola de outros serviços relacionados com operações bancárias, nomeadamente o serviço de compensação.

Em 2013 a actividade do CA Serviços foi sobretudo determinada pelo arranque de um ambicioso programa de transformação da vertente de Sistemas e Tecnologias de Informação, o qual irá ter um impacto estruturante no seu futuro, quer em termos organizacionais, quer em termos de eficiência e eficácia das suas práticas. A implementação deste programa, denominada internamente como "Programa de Performance e Vantagem Competitiva CAS/CAI" iniciou-se no último trimestre do ano, prevendo-se a sua conclusão em 2015.

No âmbito da prestação de serviços de Sistemas e Tecnologias de Informação, o CA Serviços, durante o ano de 2013 entregou aos seus Agrupados 43 soluções aplicacionais com um custo total de €10,1 milhões. Do conjunto destas entregas, revestiram-se de particular relevância as efectuadas no contexto do projecto de Gestão de Garantias. Este projecto teve como objectivos principais o enriquecimento, correcção e actualização da informação sobre garantias recebidas, a uniformização de critérios, a maior eficiência e controlo operacional, a promoção das melhores práticas para a gestão do risco e cálculo de requisitos de capital, provisões e imparidades, uma melhor adequação aos requisitos legais e regulamentares, e a promoção da integração da informação sobre garantias.

Em termos de projectos realizados em 2013 deverão também destacar-se a migração da aplicação central do sistema operativo VMS para Unix, a virtualização dos servidores de balcão e a definição da nova imagem de *software* dos postos de trabalho.

Em 2013 verificou-se também a realização de um conjunto de iniciativas que se irão traduzir numa significativa redução dos encargos para os Agrupados, nomeadamente a renovação das comunicações decorrentes do projecto Trevo XM e o piloto da migração dos ATM SIBS localizados em balcões para a rede interna do Grupo Crédito Agrícola.

O ano de 2013 foi também marcado pelo decurso da fase de transição do Contrato de Gestão de Sistemas e Infra-Estruturas do Centro de Processamento de Dados, celebrado em Agosto de 2012, com a Logica TI Portugal, SA, (actual CGI) do qual o CA Serviços é a sua Entidade Gestora.

Em termos de indicadores financeiros, em 31 de Dezembro do exercício em análise, o valor total dos activos líquidos do CA Serviços era de €59.234 milhares, dos quais €54.770 milhares em activos intangíveis. Nesse ano o investimento cresceu cerca de 23% sobretudo em resultado do esforço efectuado nas entregas de soluções ao Grupo Crédito Agrícola.

Por outro lado, em 2013 os rendimentos obtidos foram reduzidos em cerca de 12%, quando comparados com o ano anterior, influenciados nomeadamente pela redução do preçário de serviços aplicado nesse ano.

CA Serviços - Indicadores financeiros

Valores em milhares de €

	2013	2012	Variação absoluta	Var. %
Activo líquido	59.233,9	59.294,2	-60,3	-0,1%
do qual activo intangivel	54.769,8	52.224,6	2.545,3	4,9%
Investimento em activos fixos (*)	10.394,2	8.470,3	1.924,0	22,7%
Rendimentos (**)	28.165,6	32.142,8	-3.977,2	-12,4%

(*) Inclui trabalhos para a própria empresa; (**) Antes do acerto para Agrupadas

Relativamente aos recursos humanos do CA Serviços em 31 de Dezembro de 2013, o total de colaboradores era de 190 pessoas, menos 2 pessoas relativamente à mesma data em 2012.

8.2. CA INFORMÁTICA

A CA Informática é uma empresa instrumental do Grupo Crédito Agrícola que desenvolve as suas actividades no âmbito da disponibilização e gestão de equipamentos associados aos Sistemas e Tecnologias de Informação do Grupo Crédito Agrícola, bem como da gestão das instalações físicas do Centro de Processamento de Dados na Damaia.

Em termos da actividade desenvolvida durante o ano de 2013 destaca-se o início do processo de renovação tecnológica dos postos de trabalho do Grupo Crédito Agrícola, o qual deverá estar concluído durante o ano de 2014. No âmbito deste processo, deverão ser substituídos por todo o Grupo mais de 4 mil postos de trabalho, incluindo fixos e portáteis.

Paralelamente e contribuindo para a linha estratégica de redução de gastos, a CA Informática renegociou em 2013 com a Microsoft os contractos de licenciamento e serviços, alinhando esta contratação com as necessidades reais do Grupo. Ainda na perspectiva da gestão de contratos, a CA Informática encetou nesse ano um programa de consolidação da sua relação com os fornecedores, tendo procurado sempre que possível reduzir o número de contratos vigentes, com o objectivo de maior eficácia administrativa e controlo.

Por outro lado, em 2013, foi iniciado o processo de transferência da gestão de determinadas categorias de compras para a Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo, com o objectivo de dotar o Grupo Crédito Agrícola de capacidades negociais onde o volume e preço unitário são factores determinantes.

O ano de 2013 foi também marcado pelo decurso da fase de transição do Contrato de Gestão de Sistemas e Infra-Estruturas do Centro de Processamento de Dados, celebrado em Agosto de 2012, com a Logica TI Portugal, SA, (actual CGI).

Em termos de indicadores financeiros, em 31 de Dezembro do exercício em análise, o valor total dos activos líquidos da CA Informática era de €26.948 milhares, uma redução de cerca de 4% relativamente ao ano anterior. Relativamente ao investimento concretizado nesse ano, este cresceu 56% relativamente ao ano anterior, nomeadamente influenciado pela aquisição dos equipamentos para os novos postos de trabalho.

Os rendimentos registaram em 2013 um crescimento de 5%, derivado de vendas de equipamentos associados ao processo de renovação dos postos de trabalho e de equipamentos de Terminais de Pagamento Automático.

CA Informática - Indicadores financeiros

Valores em milhares de €

	2013	2012	Variação absoluta	Var. %
Activo líquido	26.948,0	27.952,4	-1.004,3	-3,6%
do qual activo fixo tangível	15.918,2	18.031,5	-2.113,2	-11,7%
Investimento em activos fixos	4.384,3	2.807,9	1.576,4	56,1%
Rendimentos	26.349,7	25.031,4	1.318,3	5,3%

Relativamente aos recursos humanos da empresa, em 31 de Dezembro de 2013, o total de colaboradores da CA Informática era de 11 pessoas, mais 1 relativamente à mesma data em 2012.

8.3. CA IMÓVEIS

Iniciativas de transformação/ capacitação da sociedade

O novo Concelho de Gerência da Crédito Agrícola Imóveis, Sociedade Imobiliária Unipessoal, Lda. ("CA Imóveis") iniciou em Julho de 2013 um programa de capacitação da sociedade e definiu um novo âmbito para a sua actuação, no sentido de vir a suportar a gestão e a comercialização de activos imobiliários para desinvestimento do SICAM.

A capacitação da sociedade decorre do Programa de Transformação no Grupo Crédito Agrícola, cuja fase de definição foi concluída em Julho 2013, e que, entre outras iniciativas, previu a implementação da Estratégia de Desinvestimento e de Gestão de Activos Imobiliários no Grupo, dando origem a uma série de actividades estruturais a implementar pela CA Imóveis até ao final de 2013.

No seu conjunto, pretende-se que estas actividades venham a criar as condições de base para uma efectiva e sustentável redução a activos imobiliários por parte do Grupo CA durante os próximos 5 anos (2014-2018).

Dada a materialidade da exposição directa e indirecta a activos imobiliários, da importância da capacitação/competências nesta área de conhecimento específica e das sinergias potenciais resultantes de uma gestão eficaz e eficiente, o Grupo Crédito Agrícola determinou que a CA Imóveis um centro de competências interno para a área imobiliária.

Neste contexto, ao reforçar e expandir o seu âmbito de actuação, no decorrer do 2º semestre de 2013, a CA Imóveis tem como principais objectivos apoiar a alienação e manutenção de imóveis do SICAM e reduzir o fluxo de activos recuperados:

CA Imóveis: Objectivos/ âmbito actuação

Objectivo 1: Aumentar o desinvestimento em activos imobiliários (exposição directa SICAM)	Objectivo 2: Aumentar o desinvestimento em activos imobiliários (exposição indirecta SICAM)
• Dimensões de actuação (apoio e suporte ao SICAM): • Aumentar liquidez • Mitigar deduções aos fundos próprios • Definir estratégia de veículos societários de gestão de imóveis	• Dimensões de actuação (representação junto das SG): • Assegurar e apoiar a alienação de activos imobiliários • Emitir recomendações e orientações aos comités de investimento • Monitorizar e coordenar a actividade Sociedades Gestoras
Objectivo 3: Valorizar os activos imobiliários (exposição directa SICAM)	**Objectivo 4: Reduzir o fluxo de activos imobiliários recebidos pelo SICAM**
• Dimensões de actuação (apoio e suporte ao SICAM): • Acompanhar as entidades avaliadoras externas e contratar as avaliações periódicas e não recorrentes • Manter os imóveis em perfeito estado de conservação; • Acrescentar valor ao património imobiliário • Limitar o impacto dos custos de manutenção e gestão	• Dimensões de actuação (apoio e suporte ao SICAM): • Apoiar a apresentação/ elaboração de propostas de concessão de crédito com activos imobiliários como colateral ou a empresas da cadeia de valor do sector • Difundir informação de mercado (procura e oferta) ao SICAM sobre o sector imobiliário por segmentos e regiões, por forma apoiar novos processos de crédito, antecipar potenciais imparidades e mitigar risco de incumprimento

Para responder aos objectivos definidos houve a necessidade de capacitar de recursos, normativos/ processos e tecnologia a CA Imóveis, nomeadamente:

- Definir a estrutura e orgânica da CA Imóveis;
- Adequar a estrutura CA Imóveis, o que implico o aumento recursos humanos/ reforço de competências necessária à gestão imobiliária dos activos imobiliários:
    - Meios humanos. No final do ano a CA Imóveis contava com os seguintes colaboradores (em regime de cedência de colaboradores por parte da CCCAM ou em regime de prestação de serviços):
        - Unidade de Rentabilização e Desinvestimento: 1 recurso
        - Unidade de Gestão Operacional (UGO): 3 recursos
        - Apoio Secretarial e Administrativo: 3 recursos
    - Meios técnicos: Definir "*templates*" de trabalho, modelos de avaliação de propostas e de apoio à tomada de decisão.

Assim, no decorrer do 2º semestre, a nova estrutura da CA Imóveis pôde assegurar as seguintes actividades ao Grupo CA:

- Definir o modelo de actuação da CA Imóveis, consubstanciado num Plano estratégico de gestão e desinvestimento de activos imobiliários;
- Definir o Plano de Comercialização 2014-2018 de activos imobiliários, com o propósito de quantificar os objectivos de desinvestimento em activos imobiliários, de acordo com o Plano Estratégico de Gestão e Desinvestimento de activos imobiliários e, desta forma, apresentar projecções financeiras da exposição directa e indirecta a activos imobiliários do Grupo CA para o período 2014-2018 e, desta forma, estabelecer objectivos de comercialização anuais;
- Definir o modelo de tomada de decisão de alienação/ arrendamento de activos imobiliários com base nos impactos financeiros e prudenciais das decisões de gestão;

- Definir o âmbito de actuação e de serviços a prestar ao Grupo CA e aos Fundos em que o Grupo é participante, a ser consubstanciado em protocolos de prestação de serviços entre a CA Imóveis e entidades Grupo CA/ Fundos de Investimento Imobiliário;
- Assegurar o relacionamento com as Sociedades Gestoras dos FII em que o Grupo Crédito Agrícola participa;
- Assegurar o relacionamento com peritos avaliadores imobiliários e a análise das avaliações imobiliárias nos processos de concessão de crédito, de recuperação e dos activos imobiliários em balanço;
- Sistematizar a informação de caracterização dos activos imobiliários, com base em sistema de informação interno;
- Implementar plataforma informática de integração com redes de mediação imobiliária que simultaneamente assegurará a interligação com o esforço de comercialização na rede de agências do Grupo Crédito Agrícola, ainda pouco expressivo numa óptica cruzada tendo em conta a reduzida informação de caracterização disponível através de meios informáticos;
- Iniciar o processo de subscrição de serviços especializados de informação de mercado de activos imobiliários, para disseminação ao SICAM e utilização interna.

Enquadramento do mercado imobiliário em 2013

Em linha com os recentes indicadores macroeconómicos sobre a economia portuguesa, os dados do 1º semestre de 2013 do "Inquérito à Avaliação Bancária na Habitação" divulgados pelo INE revelaram 3 meses consecutivos (Março, Abril e Maio) de inversão na descida dos preços iniciada 34 meses antes (em Maio de 2010). No mesmo sentido, os dados divulgados pela APEMIP revelaram que no terceiro trimestre de 2013 existiu um crescimento de 8,7% na venda de casas face ao trimestre anterior, interrompendo uma série de 4 anos de queda consecutiva.

No segmento do imobiliário comercial (Escritórios, Comércio e Armazéns) verificou-se igualmente uma inversão na tendência de descida/estagnação das *yields* dos activos imobiliários no 2º semestre 2013.

Actividades da CA Imóveis em 2013

Durante o exercício de 2013 a CA Imóveis concentrou a sua actividade, para além das medidas de capacitação acima enunciadas, na gestão dos activos imobiliários detidos por si e pela Caixa Central, tendo desenvolvido as seguintes actividades:

<u>Área comercial (Unidade de Rentabilização e Desinvestimento):</u>

- Alienação de cerca de €43 milhões de imóveis mas apenas 1 activo foi adquirido por uma entidade exterior ao perímetro do Crédito Agrícola;
- Validação e definição de preços de venda e/ou arrendamento para todos os imóveis disponíveis para venda;
- Caracterização e elaboração de fichas técnicas/ comerciais para todos os activos imobiliários disponíveis para venda;
- Verificação ou inclusão no Portal on-line de todos os activos imobiliários disponíveis para venda;

- Verificação da existência e colocação de placas/ lonas publicitárias em todos os activos imobiliários disponíveis para venda;
- Contratação de mediadores imobiliários para activos considerados estratégicos e prioritários (exemplo: Edifício Europa em Viseu; Moradia Av. Gago Coutinho);
- Elaboração de apresentações dirigidas a mediadores imobiliários ou investidores institucionais por segmento, geografia ou tipologia de activos (ex. Activos de rendimento; Quintas e Herdades; Activos Algarve);
- Participação no Salão Imobiliário de Portugal – SIL.

Área gestão e manutenção (Unidade de Gestão Operacional):

- Verificação e contratação de seguros para todos os imóveis em carteira;
- Início dos projectos de obras de requalificação, construção ou manutenção correctiva em imóveis prioritários (Edifício Europa – Viseu; Edifício prédio em Arruda dos Vinhos e Edifício prédio no Entroncamento), nomeadamente pedido de orçamentos e selecção de empreiteiros;
- Mapeamento das chaves de todos os imóveis (ex. número, identificação, posse)
- Verificação e caracterização dos ónus e encargos existentes e que constituem um constrangimento à alienação/ arrendamento dos imóveis e definição de medidas tendentes a desonerar os imóveis;
- Definição do fluxo documental com entidades externas (gestoras de fundos e direcções Caixa Central), para efeitos de controlo e monitorização em termos de informação de gestão.

Outras actividades CA Imóveis:

- Investimentos em activos imobiliários no valor de cerca de €8 milhões;
- Apoio à reavaliação da carteira de imóveis do SICAM, no âmbito da solicitação emanada pelo Banco de Portugal;
- Articulação e acompanhamento das sociedades gestoras de Fundos Investimento Imobiliários nas vertentes comercial, operacional e institucional.

Perspectivas futuras da CA Imóveis

Os esforços do Conselho de Gerência dirigir-se-ão prioritariamente para alienação dos espaços devolutos ou, em alternativa, para o arrendamento, para a implementação dos projectos em curso no âmbito da capacitação da sociedade e para a procura de novos canais e parceiros de desinvestimento e comercialização, com vista a suportar o Grupo Crédito Agrícola no esforço de redução da exposição a activos imobiliários, bem como a optimizar a rentabilidade dos activos sob sua responsabilidade, que em 28.Fevereiro.2014 totalizaram cerca de 52,1 milhões de Euros (CA Imóveis, Caixa Central – Recuperação de Crédito e Caixa Central – Leasing).

Informação financeira a 31-12-2013 da CA Imóveis

- O total do activo desta sociedade é de 38.345.081€;
- Os investimentos realizados totalizaram 7.976.151€
- As alienações de imóveis totalizaram 42.939.900€

- O resultado líquido do exercício é negativo em 2.418.853€ e é maioritariamente justificado pelos seguintes factores:
    - 1.586.277€: Reconhecimento de imparidades no conjunto dos imóveis em carteira;
    - 1.235.617€: Desvalorização de outros activos financeiros, nomeadamente:
        - -95,6% (equivalente a 1.181.576€) das UP do Fundo CA Imobiliário
        - -4,4% (equivalente a 54.041€) das UP do Fundo Carteira Imobiliária
    - 599.440€: Custos da estrutura ou Fornecimentos e Serviços Externos;
    - 185.878€: Juros suportados relativos aos suprimentos do sócio único;
    - A alienação do Prédio Misto em Vale Carro de Baixo permitiu minimizar os impactos descritos acima ao obter um ganho de cerca de 1.264.684€.

BALANÇO CA IMÓVEIS

Valores em euros

	31-Dez-13	31-Dez-12
Activo		
Não corrente		
Financeiros	18.996.093	20.069.680
Outros	35.288	43.527
Total	19.031.381	20.113.207
Corrente		
Inventários	18.878.753	54.207.193
Outros	334.947	451.868
Total	19.213.700	54.659.061
Total Activo	38.245.081	74.772.268
Cap. Próprio e Passivo		
Total Capital Próprio	799.488	718.341
Passivo		
Não corrente		
Total - Financiamentos	34.437.786	70.824.373
Corrente		
Fornecedores	2.949.730	3.169.603
Outros	58.077	59.951
Total	3.007.807	3.229.554
Total Passivo	37.445.593	74.053.927
Total Cap. Próp. e Passivo	38.245.081	74.772.268

DR CA IMÓVEIS

Valores em euros

	31-Dez-13	31-Dez-12
Vendas e Serviços Prestados	43.232.542	24.338.682
CMVMC	-41.913.186	-24.236.426
FSE	-599.440	-477.258
Gastos com pessoal	-25.646	-33.151
Imparidade de Inventários	-1.586.277	-3.274.906
Aumentos/(Reduções) de Justo Valor	-1.234.175	-553.412
Outros ganhos e perdas	-83.519	-104.701
Resultado operacional	-2.209.701	-4.341.172
Depreciações e amortizações	-8.239	-1.841
Resultado financeiro	-198.337	-927.177
Impostos s/ rendimento	-2.576	-110
Resultado líquido	-2.418.853	-5.270.300

9. FENACAM

9.1. Contexto e principal actividade

O quadro associativo da FENACAM contava no final do mês de Dezembro de 2013 com 78 Caixas Agrícolas associadas.

A gestão da Federação centrou-se na promoção da imagem e da credibilidade das Caixas Agrícolas no país, em simultâneo com uma estratégia de renegociação junto dos fornecedores de bens e serviços, com a finalidade de redução de custos e preços.

Execução dos principais objectivos:

Institucionais		▪ Novos Estatutos da FENACAM – Foram implementados conjuntamente com o novo Regulamento Eleitoral, tendo-se realizado, no final de 2013, um processo eleitoral para um novo mandato dos órgãos sociais da Federação, com simplificação de processos e clarificação democrática; ▪ Revisão do Regime Jurídico do Crédito Agrícola Mútuo - Não foi possível avançar no projecto face ao atraso revelado pelo Banco de Portugal. Contudo, a Federação mantém-se empenhada no dossier, agindo junto das principais instâncias de supervisão e governativas na defesa dos interesses das suas associadas.
Gestão	SATA (Serviço de Apoio Técnico)	▪ Auto-sustentabilidade do SATA – Prosseguiu-se a linha de trabalho que tem vindo a ser delineada, apesar de alguns condicionalismos e interpretações que têm sido colocados à Federação nesta área.
	SAUD (Serviço de Auditoria)	▪ Redução do custo do SAUD – a Federação iniciou um trabalho de reestruturação interna, com vista à evolução e aproximação da prestação do serviço de auditoria às realidades do país.
	SPDA (Serviço de Produção Documental e Aprovisionamento)	▪ Negociação de bens e serviços - Em 2013 foi efectuada uma negociação bem sucedida junto de fornecedores de bens e serviços, o que criou a possibilidade para poder baixar significativamente em 2014 os preços a praticar às Caixas Agrícolas; ▪ Nova política de comercialização – Foi iniciada uma nova estratégia de comercialização para fora do universo do Crédito Agrícola, para incrementar o negócio.
Novos projectos		▪ Central de grandes compras – A Federação criou todas as condições e disponibilidade, no que se refere ao seu envolvimento no

processo, mantendo-se em aberto as negociações com a Caixa Central, para a concretização do projecto. Estão previstos maiores desenvolvimentos no decorrer de 2014;

- Formação profissional - Foi realizada uma acção de formação, com três sessões pelo país, abordando matérias importantes no âmbito das funções dos Órgãos Sociais;
- Nova geração de fundos comunitários – Numa iniciativa de sucesso, a FENACAM realizou também dois Seminários, em Lisboa, nos dias 19 de 20 de Setembro, o primeiro sobre a nova geração de Fundos Comunitários a ser aplicada de 2014 a 2020, onde foram analisados os principais Fundos e os seus sistemas de incentivos com ligação mais directa à actividade das Caixas Agrícolas, e, o segundo, sobre a União Bancária Europeia.
- Política de comunicação – Procedeu-se à revisão de conteúdos e melhoria gráfica das duas plataformas de divulgação e informação da FENACAM – página web e newsletter Linha Directa.

9.2. Actividade sectorial

9.2.1. Serviço de Apoio Técnico (SATA)

Avaliações imobiliárias

Em 2013 foram realizados 5.009 relatórios de avaliação e autos de medição, com um montante avaliado de 987 milhões de euros, resultando, face ao ano anterior, num acréscimo de 4% do número total de processos e diminuição do montante avaliado em 7%.

A qualificação e o reforço contínuo de competências têm sido "ferramentas" fundamentais para habilitar a equipa técnica do SATA a responder às necessidades e desafios. Neste contexto, uma parte dos seus colaboradores frequentou um curso de formação sobre "Avaliações de Prédios Rústicos".

As avaliações realizadas no âmbito da carta/Circular do Banco de Portugal nº 11/2013 sobre "Avaliação de imóveis adquiridos em reembolso de crédito próprio" foram concluídas cumprindo todos os requisitos exigidos, tendo cabido à FENACAM/SATA uma quota de mercado em número de processos e montante avaliado na ordem dos 18%.

Foi também iniciado o projecto de reformulação do Normativo Interno dos Processos de Avaliação Imobiliária no Crédito Agrícola.

Mantiveram-se as parecerias com 7 Caixas Agrícolas, estabelecidas através de "Memorando de Entendimento" para a realização de avaliações imobiliárias. Esta colaboração tem sido proveitosa e eficaz, permitindo, por um lado, incrementar a uniformização de procedimentos

ao nível dos relatórios produzidos e dos critérios utilizados no Crédito Agrícola e, por outro, alargar a cobertura territorial da FENACAM nas avaliações.

Peritagens de seguros

Em 2013, no âmbito da formação pratica, foram efectuadas 114 peritagens de sinistros de danos em imóveis, referentes às apólices de habitação, comércio e serviços, do ramo patrimonial, com acompanhamento de perito sénior. Esta actividade resulta do protocolo de colaboração celebrado com a CA Seguros.

Em virtude de alguns imprevistos, entretanto ultrapassados, relacionados com o processo de alojamento da aplicação e com a necessidade de actualização do *software* dos postos de trabalho dos colaboradores do SATA, não foi possível a entrada em produção em 2013 do "Sistema de Gestão de Peritagens" (SIGEP) - Sistema de informação de suporte à actividade das peritagens, que gere e controla os pedidos e efectua o planeamento adequado da actividade.

Apoio técnico

Em relação ao Programa de Desenvolvimento Rural do Continente (PRODER), procedeu-se à elaboração de 7 candidaturas referentes às diversas acções da medida 1.1 - Inovação e Desenvolvimento Empresarial.

Para além do habitual apoio prestado localmente aos associados e clientes das Caixas Agrícolas, foram produzidas e publicadas 23 Fichas Informativas relativas às políticas e legislação aplicáveis ao sector agrícola.

Serviço de Auditoria (SAUD)

Realizaram-se 61 auditorias a Caixas Agrícolas, num universo de 83 (SICAM em final de 2013), representam uma cobertura global de 73%.

Em relação ao crédito concedido e aos depósitos totais o grau de cobertura foi de 74% e 73%, respectivamente.

As auditorias reportam-se às contas trimestrais, tomando por base o último trimestre encerrado à data de início dos trabalhos.

Em 2013 entrou em funcionamento uma ferramenta destinada ao levantamento e utilização da informação residente no sistema informático necessária ao desenvolvimento específico do trabalho de auditoria – "AuditKit".

Também nesta área departamental a formação profissional não foi descurada, sendo que no decorrer de 2013, 11 auditores frequentaram uma acção de formação sobre "Nova Ferramenta de Gestão de Garantias", 5 sobre "Projecto de Recuperação de IVA das CCAM" e 2 participaram no Seminário sobre Fundos Comunitários e União Bancária organizado pela Federação.

9.2.2. Serviço de Produção Documental e Aprovisionamento (SPDA)

Aprovisionamento

O foco manteve-se na qualidade, diversificação de produtos e renegociação dos contratos existentes com os fornecedores.

Em 2013, o volume total das Vendas atingiu os €2.898.995,07 (valor sem IVA), representando as Vendas de Mercadorias €2.497.294,92 € (valor sem IVA). O valor alcançado em Vendas representou um crescimento de 14,75%, face ao ano de 2012, o que é francamente positivo, ainda que impulsionado pela necessidade das Caixas Agrícolas adaptarem o seu parque de máquinas de tratamento de dinheiro à nova série de notas euro "Série Europa".

Produção documental

Em 2013 a FENACAM disponibilizou o serviço de "Comunicação Digital", projecto de grande importância para o Crédito Agrícola, que permitiu acompanhar as novas tendências ao nível da prestação de serviços para Clientes da área Banca e reduzir consideravelmente os custos em comunicação, em cerca de €800.000,00. Neste contexto, foram realizados investimentos no reforço da capacidade instalada, tendo-se aproveitado para melhorar a qualidade dos processos de acabamento (colagem, dobragem, corte, vinco e plastificação), o que permitiu alargar a gama de serviços a prestar, rentabilizando a estrutura existente.

Com a disponibilização do serviço de comunicação digital, registou-se a produção de 5.775.807 documentos digitais e, consequentemente, como aliás já era esperado, uma redução das impressões e dos objectos postais expedidos.

Gestão do fornecimento de cheques

Verificou-se uma diminuição contínua do consumo de cheques (situação generalizada ao nível da Banca), passando de 11,4 milhões de cheques em 2012, para 9,8 milhões de cheques em 2013.

A realçar que no início de 2013 se procedeu à redução do preçário dos cheques, na ordem dos 10%, situando-se o seu valor de facturação no final do ano em €401.700,15 (valor sem IVA).

9.3. Resultado do exercício

A FENACAM encerrou o exercício de 2013 com um resultado líquido positivo de €584.407,18, tendo a folga financeira sido essencialmente canalizada para a restruturação e melhoria dos serviços prestados às Caixas Agrícolas.

FENACAM - Principais Indicadores

Unidade: euro

	2011	2012	2013
Resultados operacionais	592.483,40	584.954,63	735.137,47
Resultados financeiros	-4.065,21	11.962,06	19.960,84
Resultado liquido	442.723,20	389.636,83	584.407,18

10. SUPERVISÃO, ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DAS CAIXAS ASSOCIADAS

10.1. Enquadramento Geral

Com a actividade das Caixas Associadas cada vez mais heterogénea e alargada, a que acresce uma maior regulamentação e exigência de supervisão, as funções exercidas pela DFOA têm vindo a tornar-se cada vez mais complexas e abrangentes, competindo à DFOA sistematizar todo o quadro normativo orientador das Caixas Associadas, emitido ao abrigo de circulares e outros documentos normativos, fazendo convergir de forma estruturada todos os documentos em circulação, a fim de facilitar a sua compreensão e utilização.

A necessidade de aperfeiçoar as regras que devem ser observadas pelas Caixas Associadas, a fim de se garantir uma gestão sã e prudente, associa-se à crescente preocupação na promoção de condições económico-financeiras e organizativas que possibilitem às Caixas Associadas o cumprimento das exigências que se vão colocando ao sector financeiro, no que respeita a matéria prudencial e comportamental.

Neste âmbito foi dado corpo às seguintes iniciativas:

- Sistematização de todo o normativo em vigor;
- Disponibilização para aprovação pelo Conselho Geral e de Supervisão da Caixa Central do quadro das Orientações Normativas emitidas ao abrigo do Artigo 75º do RJCAM.

Em 2013, na sequência das recomendações dos Programas Especiais de Inspecção, houve um trabalho intensivo de elaboração de novas orientações, como foram "Desinvestimento em Imóveis", "Norma de Crédito e Acompanhamento" e "Norma de Recuperação de Crédito".

Estas normas foram elaboradas com o objectivo de serem aplicadas exclusivamente às Caixas Agrícolas, pondo-se fim ao procedimento anterior de elaborar normas idênticas para a Caixa Central e Caixas Associadas.

As actuais exigências levam à adopção de metodologias que garantam uma correcta e atempada fiscalização, orientação e acompanhamento das Caixas Associadas, suportada em processos que confiram uma operacionalidade adequada à evolução organizativa das Caixas Associadas e do seu negócio.

Quadro de Pessoal da DFOA

Efectivos		Dez-04	Dez-05	Dez-07	Dez-08	Dez-09	Dez-10	Dez-11	Dez-12	Dez-13
Directores		2	2	2	2	3	3	3	3	2
Intervenções		2	2	2	3	2	2	4	4	4
Coordenadores de Área		-	2	1	1	-	2	2	2	2
Técnicos	Acompanhamento	29	24	19	17	16	13	13	13	13
	Desenv. Cont. Proc.	3	2	2	2	2	4	3	3	2
Estagiários	Acompanhamento	-	-	1	1	1	2	1	1	-
	Desenv. Cont. Proc.	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Administrativos		3	3	2	2	2	2	2	2	2
Total		39	35	29	28	27	29	28	28	25

Com este propósito, tem-se procurado dotar a Direcção de Fiscalização, Orientação e Acompanhamento de procedimentos internos que assegurem o objecto das iniciativas e a disponibilidade dos meios referidos:

- promoção de condições económico-financeiras e organizativas que possibilitem às Caixas Associadas o cumprimento das exigências que se vão colocando ao sector financeiro no que respeita a matéria prudencial, comportamental e competitividade;
- disponibilização de indicadores de natureza comercial, e alertas à actividade das Caixas Associadas que facilitem a gestão das situações de risco;
- inclusão nos objectivos da DFOA dos objectivos estratégicos do Grupo;
- promoção da evolução e actualidade dos processos, por via de uma Área vocacionada para o desenvolvimento de infra-estruturas de suporte, estudos e procedimentos;
- dotação das Caixas Associadas com informação e alertas que capacitem o seu desempenho e melhorem o seu controlo interno; e
- disponibilização e divulgação de ferramentas no âmbito do Sistema de Informação de Gestão e Alertas, procurando mitigar os riscos no Grupo Crédito Agrícola e sensibilizar as estruturas para os temas do controlo de gestão e auditoria interna.

10.2. Políticas de Consolidação Económico-Financeira

Em 2013 a DFOA prosseguiu a política de promoção de projectos de fusão de Caixas Associadas, como veículo de consolidação económico-financeiro e reorganização estrutural e regional do SICAM. Foi, designadamente, promovida a fusão da CCAM de Tramagal com a CCAM de Ribatejo Norte.

Na generalidade, estas fusões têm sido acompanhadas de estudos de reorganização e de avaliação do potencial humano, realizados com o apoio de consultores externos ou pelas Áreas de Desenvolvimento Organizacional e de Recursos Humanos da Caixa Central, em qualquer dos casos sempre com apoio técnico. Esses estudos, elaborados numa perspectiva de racionalização dos recursos e ganhos de eficiência, contribuem para identificar as funções que devem ser centralizadas ou reorganizadas, na sequência da fusão, bem como para definir os perfis profissionais dos postos de trabalho correspondentes a essas funções, para além relevarem as áreas funcionais com carência ou excesso de recursos.

Assistência do FGCAM (saldo em vigor)

unidade: euros

CCAM	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Empréstimos a CCAM	107.389.585	104.401.407	99.901.000	86.433.884	86.433.884	81.433.884
Nº CCAM Assistidas	13	11	10	8	8	7
Empréstimos à Caixa Central	25.799.000	12.259.134	4.800.000	0	0	0
Total Emp. CCAM + Caixa Central	133.188.585	116.660.541	100.701.000	86.433.884	86.433.884	81.433.884

Compete aos serviços da DFOA da Caixa Central preparar as propostas de assistência a submeter ao FGCAM e, no âmbito das acções de acompanhamento no âmbito previstas nos CAF autorizar os actos de gestão da CCAM cuja execução fica condicionada ao prévio consentimento da Caixa Central.

As Caixas Associadas assistidas pelo FGCAM são presentemente as seguintes (sete): Entre Tejo e Sado, Moravis, Alcácer do Sal e Montemor-o-Novo, Beira Baixa Sul, Alentejo Central, Bairrada e Aguieira e a Costa Verde. Durante 2014 prevê-se que a Caixa de Coimbra passe a ser também uma Caixa Associada assistida pelo FGCAM, tendo sido presente àquela Instituição, ainda em 2013, o respectivo pedido de assistência financeira, cuja aprovação se aguarda.

As alterações significativas verificadas nas condições de exploração das Instituições de Crédito, nomeadamente nas das Caixas Agrícolas, têm vindo a provocar um grande desfasamento entre os objectivos e resultados fixados nos Planos de Recuperação e Saneamento e os resultados realizáveis na actual conjuntura económica.

Esta profunda alteração das condições de exploração, que hoje já têm de ser entendidas como estruturais, e não conjunturais, está a determinar a necessidade de rever as condições estabelecidas nos CAF, nomeadamente no prazo de reembolso dos empréstimos subordinados, o que tem sido apreciado casuisticamente. Foi assim, necessário efectuar estudos que fundamentassem a apresentação ao FGCAM de propostas de prorrogação dos CAF assinados com a CCAM de Entre Tejo e Sado e a CCAM Costa Verde, os quais foram aprovados pelo FGCAM e assinadas as respectivas adendas.

No âmbito de alguns CAF assinados com o FGCAM foi proposta a constituição de comissões executivas com a presença de colaboradores da Caixa Central, nomeadamente nas Caixas Associadas de Bairrada e Aguieira, Moravis, Alcácer do Sal e Costa Verde, esta última ainda não implementada. Este modelo organizativo tem permitido melhorar a dinamização da gestão, profissionalizá-la e torná-la mais presente.

Presentemente estão intervencionadas, no âmbito do artigo 77º-A do RJCAM, as Caixas Associadas do Algarve, Entre Tejo e Sado, Oliveira do Hospital e Coimbra.

Tipo de Acompanhamento	2007 3º Q	2008 3º Q	2009 3º Q	2010 3º Q	2011 3º Q	2012 3º Q	2013 3º Q
77º A	7	4	2	3	3	3	4
77º	2	0	1	1	2	2	
Total	100	92	88	85	85	84	83

Estas intervenções ao abrigo do artigo 77º-A do Regime Jurídico são entendidas como a assunção pela Caixa Central da plena gestão das Caixas intervencionadas, pelo que implica a permanência, a tempo inteiro, de uma administração provisória (técnicos da Caixa Central na maioria das intervenções).

Esta forma de actuação da Caixa Central assenta, por um lado, na concepção que uma intervenção na gestão de uma Caixa Associada ocorre apenas em casos de desequilíbrios patrimoniais e financeiros graves, que obriga, consequentemente, à tomada de medidas céleres e adequadas à recuperação de tais desequilíbrios e, principalmente, aconselha uma atenção redobrada na gestão, só possível quando esta se exerce a tempo inteiro.

Para além das intervenções referidas, foram desenvolvidas acções pontuais de curta duração que permitiram corrigir aspectos específicos do funcionamento ou prevenir certas situações.

Saliente-se que os indicadores do normativo aplicável às Caixas Associadas, face à crise financeira vivida desde 2008, evoluíram desfavoravelmente, em termos gerais, nomeadamente nos indicadores relacionados com eficiência e crédito vencido.

Nível médio dos Rácios Normativos (Conjunto das CCAM)

Indicadores	Rácios Normativos	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Crédito Vencido Líquido	< = 3%	1,90%	2,11%	1,88%	2,01%	2,44%	2,28%	2,26%
Crédito Vencido Bruto há mais de 90 dias	< = 5%	3,93%	4,12%	4,42%	5,15%	6,08%	6,99%	7,78%
Rácio de Eficiência	< 55%	53,08%	54,45%	69,92%	67,71%	62,00%	65,20%	68,41%
Activo líquido por empregado	> 2.500.000 €	3.319.310	3.389.100	3.485.859	3.473.523	3.647.736	3.729.361	3.967.520
Produto Bancário por empregado	> 90.000 €	132.839	136.014	110.042	111.310	133.043	125.276	124.062
Comissões/Produto Bancário	> 12%	14,81%	16,44%	21,29%	24,94%	23,61%	27,38%	28,97%
Rácio de Transformação (Crédito/Depósitos)		65,58%	70,02%	71,37%	72,28%	81,27%	75,94%	72,05%
Crédito Coberto com garantias reais	> = 50%	65,58%	69,85%	71,36%	71,32%	73,23%	73,60%	74,08%

De salientar no entanto, em 2013, a ligeira melhoria do rácio do crédito vencido líquido de provisões, bem como dos rácios activo por empregado e rácio de transformação.

A acção da Caixa Central tem tido em vista a consolidação financeira, com base em rácios de capital e de resultados suficientemente robustos que permitam encarar o futuro com confiança, consolidando a posição do Grupo Crédito Agrícola nos lugares de referência do sector financeiro nacional.

10.3. Supervisão e Fiscalização das Caixas Associadas (acompanhamento das CCAM)

O ano de 2013 foi marcado pelo aprofundamento do ambiente recessivo a que acresceram maiores exigências a nível de regulamentação e supervisão, tornando extremamente complexo o exercício das funções de fiscalização, orientação e acompanhamento.

A prioridade consistiu no acompanhamento de forma oportuna e sistemática da actividade das Caixas Agrícolas e em garantir um nível de controlo adequado e eficaz sobre a sua actividade, procedimentos que salvaguardem, em tempo, a detecção de eventuais insuficiências e possibilitem a adopção das iniciativas necessárias para as normalizar.

Foi preocupação crescente a consolidação das condições económico-financeiras e organizativas que possibilitassem às Caixas Agrícolas o cumprimento das novas exigências que se vão colocando ao sector, no que respeita à matéria prudencial, comportamental e à competitividade.

Neste âmbito, o envio de relatórios de avaliação periódica às Caixas Agrícolas, elaborados pelos Técnicos de Acompanhamento, foi o veículo preferencial para concretizar esse objectivo, uma vez que, ao perspectivarem os impactos ao nível patrimonial e financeiro dos principais riscos, eventuais incumprimentos e insuficiências, facilitaram o enquadramento e discussão destas matérias junto das Administrações das Caixas Agrícolas.

4 CCAM Intervencionadas ao abrigo do 77ª - A	Data de reporte	Nº Rel.
Relatório de Intervenção	31.12.2012	4
	30.06.2013	4
5 CCAM em Acompanhamento no âmbito do CAF	Data de reporte	Nº Rel.
Relatório CD Detalhado	30.09.2013	2
Relatório de Acompanhamento	31.12.2012	3
	30.06.2013	3
5 CCAM em Acompanhamento Local	Data de reporte	Nº Rel.
Relatório de Acompanhamento	31.12.2012	6
	30.06.2013	7
	31.10.2013	1
78 CCAM em Controlo à Distância	Data de reporte	Nº Rel.
Relatório CD Detalhado	30.11.2012	1
	31.12.2012	4
	31.03.2013	3
	30.06.2013	7
	30.09.2013	20

O ano de 2013 foi ainda marcado pela eleição de novos Corpos Sociais para o mandato 2013/2015, tendo o 1º semestre de 2013 concentrado a elaboração de quarenta (40) pareceres que, nos termos do número 3 do artigo 10.º do R.J.C.A.M., estiveram na base da deliberação do Conselho Geral e de Supervisão, relativa aos novos Corpos Sociais das Caixas Associadas, elemento fundamental no seu registo junto do Banco de Portugal.

Em 2013 continuou a política de promoção de projectos de fusão de CCAM, como veículo de consolidação económico-financeira e de reorganização estrutural do SICAM. O processo de fusões entre Caixas Agrícolas permitiu que, no exercício findo, o número destas se reduzisse a 82 tendo sido concretizada em 31 de Dezembro a fusão da CCAM de Ribatejo Norte e Tramagal:

CCAM Envolvidas	CCAM Resultante
CCAM Ribatejo Norte	CCAM de Ribatejo Norte e Tramagal
CCAM Tramagal	

No último trimestre de 2013, importa referir os trabalhos desenvolvidos no âmbito dos Programas Especiais de Inspecção.

Workstream 1: Gestão de risco de crédito

Tendo em consideração a necessidade de proceder ao alinhamento entre a Caixa Central e as Caixas Agrícolas ao nível das políticas, procedimentos de gestão de risco de crédito em conjunto com a Direcção de Risco de Crédito e a Direcção de Recuperação de Crédito foi estabelecida e emitida ao abrigo do artigo 75º do R.J.C.A.M. uma Orientação Normativa Específica, para implementação imperativa nas CCAM dos seguintes documentos:

- Norma de Crédito;
- Norma de Recuperação de Crédito; e
- Norma de Acompanhamento de Crédito.

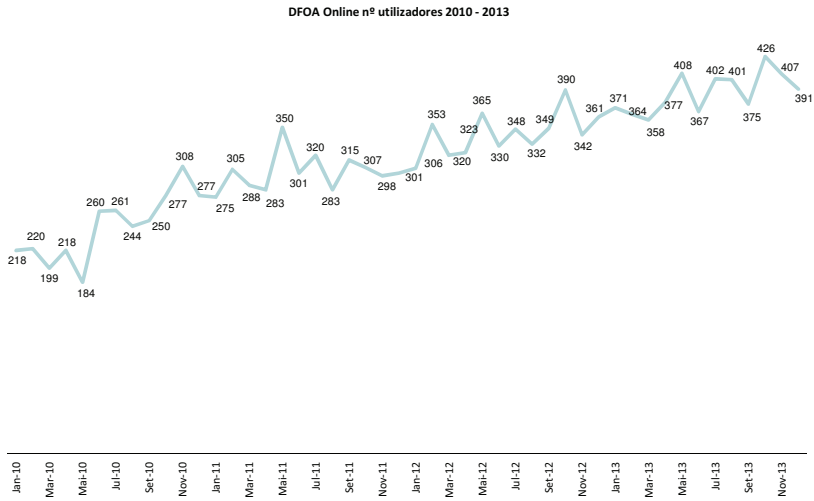
As referidas Normas são de carácter vinculativo no âmbito das operações das Caixas de Crédito Agrícola associadas, só podendo ser derrogadas com autorização expressa do Conselho de Administração e têm como finalidade divulgar um conjunto de princípios e de políticas de gestão do risco de crédito, de forma a estabelecer um padrão homogéneo de processos, comportamentos e práticas conducentes à melhoria da concessão de crédito, do controlo do crédito vencido e de uma gestão sã e prudente da actividade.

Workstream 2: Controlo de existência de relatório de avaliação de suporte ao valor do colateral inserido na ferramenta FREGA (gestão de garantias)

Foi efectuada auditoria à informação residente na Ferramenta de Recolha de Informação de Garantias (FREGA) restrita às avaliações de garantias hipotecárias de imóveis de habitação própria permanente e respeitante a todas as Caixas Agrícolas integradas no SICAM, não sendo objecto de controlo as garantias hipotecárias da Caixa Central e Caixa de Crédito Agrícola Mútuo dos Açores CRL.

Na sequência deste trabalho e no sentido de garantir que a informação presente na Ferramenta de Gestão de Garantias (FGG), cuja origem advém da Ferramenta de Recolha de Informação de Garantias (FREGA), apresenta níveis máximos de confiança e conforto de forma efectiva e consistente, a DFOA encontra-se em processo de implementação de medidas correctivas e de medidas preventivas e de controlo ao registo de garantias em sistema.

10.4. Sistemas de Informação de Suporte



Durante o ano de 2013 a aplicação DFOA Online continuou a evoluir na vertente de apoio às Caixas Agrícolas, disponibilizando funcionalidades que permitem à gestão um acompanhamento atempado da evolução da situação económico-financeira da sua Instituição.

Aplicação DFOA-Online

- **Módulo de imóveis**

É particularmente relevante a participação da DFOA On-Line no projecto estratégico de "desinvestimento em imóveis". Este projecto está à partida facilitado pela informação já residente e disponível no DFOA On-Line.

Na sequência da Publicação da Norma de Desinvestimento em Imóveis enquadrada na Iniciativa Estratégica de Desinvestimento do Grupo CA, nomeadamente com o teor da alínea 2ª capítulo 10º da referida norma, a qual transcrevemos:

> *"2. A comercialização do imóvel deverá também ser promovida através do site do Crédito Agrícola, pelas agências da instituição e do Grupo CA através da intranet."*

A Caixa Central desenvolveu, na aplicação DFOA Online, uma funcionalidade designada por "Comercial Imóveis" que consiste na disponibilização às Caixas Agrícolas de uma ferramenta de suporte e publicitação dos seus imóveis, adquiridos por recuperação de crédito, resolução de contratos (*leasing*) ou de antigas instalações, para possibilitar o suporte à comercialização deste imóveis via Internet, ou a sua visualização por outras Caixas Associadas, com o mesmo propósito, através da integração com a plataforma desta aplicação de suporte do Grupo CA (Intranet) Portal Janela Digital.

- **Imóveis "Vertente Comercial"**

Imóveis – "Vertente Comercial" – Disponibilização às Caixas Agrícolas de uma ferramenta de suporte e publicitação dos seus imóveis, adquiridos por recuperação de crédito, resolução de contratos (Leasing) ou de antigas instalações, para venda na Internet ou a visualização por outras CCAM, através da integração com a plataforma de suporte do Grupo CA (Intranet) e Portal Janela Digital. Assim, todos os imóveis passam a estar disponíveis no novo módulo "vertente comercial", desde que disponíveis para venda. A exportação dos activos imobiliários do actual módulo "imóveis" para o módulo "Comercial Imóveis" é automática, desde que estejam classificados no módulo de Gestão de Imóveis com um "Sim" no campo "Livre para Venda" e não possuam contrato promessa de compra e venda associado.

- **Imóveis - fase II**

Integração, no DFOA Online, da informação relativa aos imóveis adquiridos pela CA Imóveis, bem como de outros Fundos Imobiliários permitindo a sua exportação para o módulo "Vertente Comercial" para posterior disponibilização na Internet. Criação/disponibilização de novos relatórios para gestão. Melhoria dos relatórios a extrair bem como possibilitar no módulo Vertente Comercial, a visualização de todos os imóveis por região/concelho/freguesia com possibilidade de selecção do tipo de imóvel pretendido para visualização.

- **Módulo de "Gestão de imóveis"**

Desenvolvimento de novas funcionalidades, no módulo de Gestão de imóveis, que permitam dar cumprimento ao estipulado na legislação emanada pelo Banco de Portugal.

Disponibilização de novos relatórios para Gestão como os imóveis adquiridos ou alienados entre determinadas datas.

Desenvolvimento de novos alertas automáticos, nomeadamente:

(1) Alerta de "Variação anómala do valor de avaliação" que será despoletado sempre que existir uma variação em relação ao montante de avaliação anterior de mais ou menos 30%;
(2) Alerta de insuficiência de provisões relativamente a determinado imóvel;
(3) Alerta que o imóvel precisa de ser reavaliado no âmbito da legislação em vigor.

- **Módulo de "Gestão de imóveis": reporte prudencial**

Pela carta circular 11/13/DSPDR, foi disponibilizado às Caixas Agrícolas um modelo que permitiu o preenchimento da informação solicitada pelo Banco de Portugal no âmbito do processo de reavaliação de imóveis.

Com a publicação da Instrução nº 10/2012, que altera a Instrução 120/96, cessou a obrigatoriedade das CCAM solicitarem directamente a autorização ao Banco de Portugal para a permanência dos imóveis no seu património. A Caixa Central passou a centralizar o envio ao Banco de Portugal dos pedidos de permanência dos imóveis no património das CCAM, quando passarem, respectivamente, dois e três anos. Adicionalmente, os pedidos de manutenção dos imóveis no património da Caixa Central passaram a estar incluídos no âmbito da referida instrução.

- **Quotas de mercado**

A informação sobre a quota de mercado de depósitos e de crédito é calculada com base nas Estatísticas Financeiras do Banco de Portugal e começou a ser disponibilizada aos utilizadores das Caixas Agrícolas em Junho de 2012. Apresenta detalhe para cada uma das Caixas Agrícolas ao nível do concelho e é referente aos saldos de depósitos e de crédito e sobre o total de depósitos e de crédito do total da banca nos distritos e nos concelhos onde a Caixa apresenta agências. Posteriormente, foram incluídos indicadores referentes à Quota Interna de Depósitos e Quota Interna de Crédito e que reportam, respectivamente, à proporção de depósitos e de crédito do balcão e do concelho na carteira de depósitos e de crédito da Caixa Agrícola.

De salientar que nesta área passou a ser possível, mediante selecção, efectuar a exportação para Excel da informação em dois formatos distintos: distrito-concelho-balcão e balcão-distrito-concelho.

A informação global referente ao SICAM inclui a Caixa Central e é apurada em relação ao total dos depósitos e do crédito da banca em Portugal Continental, Açores e Madeira.

- **Módulo de orientação**

Neste módulo foram efectuadas várias melhorias no que respeita à visualização da informação e *download* de documentos.

- **Síntese de indicadores**

Foi incluída informação sobre os Fundos de Investimento Mobiliário da CA Gest em Análises/SICAM/Síntese de indicadores e em Análises/CCAM/Evolução Síntese de Indicadores.

- **Provisões manuais**

Com a disponibilização de registo das provisões manuais no IBS, deixou de se proceder ao registo das provisões manuais nesta aplicação. No entanto, iremos manter o histórico das provisões já inseridas pelas Caixas Associadas.

- **Garantias**

Com a entrada em produção da FGG, foram adaptados vários relatórios onde consta a informação sobre Garantias de modo a que, de uma forma célere, seja possível verificar as garantias associadas.

Síntese, não exaustiva, da informação disponibilizada e sua periodicidade:

DFOA On-Line

Disponibilização de Informação	**Periodicidade**
Actualização de Grupos económicos e de Risco	Semanal
Grandes Riscos – Simulação	Mensal
Grandes Riscos – Validação do Reporte	Trimestral
Disponibilização de informação de suporte à instrução 23/2007	Trimestral
Imóveis adquiridos por recuperação crédito, resolução de contratos – Controlo contabilístico	Mensal
Aplicações e Participações Financeiras – Controlo contabilístico	Mensal
Controlo de operações não agrícolas e a não sócios quadro anexo à instrução 15/2009	Mensal
Tableau de Bord	Mensal
Rentabilidade de Balcão	Mensal
Disponibilização de informação por Cliente ou grupo de risco	Mensal
Quotas de mercado SICAM	Mensal
Disponibilização de indicadores de Normativo	Mensal
Disponibilização de informação de suporte à Área de Acompanhamento - Relatórios	Mensal
Informação sobre créditos reestruturados/renegociados	Mensal

Disponibilização de Informação de suporte de Natureza Fiscal	**Periodicidade**
Contribuição especial sobre o sector bancário Portaria 121/2011 (modelo 26)	Anual
Fundo de Resolução – Contribuição periódica	Anual

Reportes	**Periodicidade**
Instrução 10/2012 – autorização para manutenção de imóveis no património das CCAM	Trimestral
Instrução 23/2007 – Validação do reporte - Grandes Riscos	Trimestral
Grandes Riscos – Validação do Reporte	Trimestral
Disponibilização de informação de suporte à instrução 23/2007	Trimestral

Outra informação	**Periodicidade**
Controlo da informação de suporte ao Calculo da Contribuição a pagar ao FGCAM	Mensal
Depósitos Garantidos – Depósitos por depositante <=100.000 Eur e >100.000 Eur	Semestral
Validação/disponibilização de informação de suporte – Calculo da Contribuição para FGCAM	Anual
Aviso 5/2011 – Depósitos Garantidos (CCAM seleccionadas pelo FGCAM)	Anual

11. Execução do Programa de Desenvolvimento Organizacional e Tecnológico

11.1. Programa de Negócio e Eficiência

A componente de Negócio e Eficiência do Plano de Desenvolvimento Organizacional e Tecnológico do Grupo Crédito Agrícola para 2013 deu prioridade à conclusão de projectos iniciados em anos anteriores e ao reaproveitamento de activos existentes, numa óptica de contenção e redução de custos.

Os projectos de suporte ao negócio e aumento de eficiência e controlo de custos visaram a preparação do Grupo Crédito Agrícola para a fase crítica de mercado que se está a atravessar e, a prazo, para um melhor aproveitamento de oportunidades que a inversão do ciclo económico possa proporcionar.

O Plano desenrolou-se no contexto da redefinição das orientações estratégicas do Grupo, que decorreu integrado num programa iniciado sob orientação da Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo no primeiro trimestre de 2013. Tendo sido revistos os conceitos, objectivos estratégicos, futuro modelo de negócios e respectivo *roadmap* de implementação, foi necessário adaptar o Plano de Desenvolvimento Organizacional e Tecnológico, desenhado nos moldes estratégicos anteriores, aos novos vectores de orientação:

- Adequação da organização e processos do Grupo Crédito Agrícola;
- Alinhamento dos Sistemas e Tecnologia de Informação do Grupo Crédito Agrícola;
- Reorganização das empresas instrumentais de forma integrada na estratégia comercial do Grupo Crédito Agrícola;
- Gestão dinâmica de capital e reforço *Core Tier1*;
- Melhoria da eficiência global do Grupo Crédito Agrícola.

No contexto deste programa, e de acordo com o anteriormente referido, foi previsto o alinhamento dos Sistemas e Tecnologia de Informação do Grupo Crédito Agrícola com a sua nova estratégia, o que levou a que o CA Serviços e a CA Informática iniciassem também um programa específico com vista a adequar a sua actividade à nova estratégia.

Assim, foi efectuada uma análise caso a caso e uma revisão das iniciativas anteriormente aprovadas no contexto do Plano, de modo a adaptá-las às necessidades inerentes à nova estratégia.

A situação das iniciativas mais relevantes, à data do final do ano de 2013 era a seguinte:

- Projecto de Rentabilidade - com o objectivo de definir e implementar um sistema que permita aferir a rentabilidade dos Clientes, produtos e canais e assim identificar o intervalo de preços (taxas de juro e comissões) a oferecer com a adequada rentabilidade. O projecto decorreu durante o ano, tendo-se verificado atrasos em relação às datas iniciais. No final do ano de 2013 encontravam-se terminados os desenvolvimentos, estando em fase de preparação os testes de controlo de qualidade. Está prevista a entrada em produção da solução no primeiro trimestre de 2014.

- Projecto *Workflow* de Crédito a Empresas – com o objectivo de proceder à implementação do *workflow* de suporte ao processo de concessão de crédito a empresas, sem alterações profundas dos processos de crédito em vigor, efectuando a sua transposição para uma ferramenta de gestão de *workflow*, contemplando a integração com serviços a disponibilizar pelos sistemas de gestão documental, de *reporting* e de comunicação. Em 2013 esta iniciativa desenrolou-se no contexto de um projecto que visava implementar uma solução numa Caixa Associada piloto, tendo sido prevista para dar sequência a uma primeira necessidade de resposta ao *workflow* de crédito para Clientes particulares. Entretanto os trabalhos foram replaneados, devido à necessidade de alinhamento com a nova norma de crédito definida pela Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo, estando previsto que a entrada em produção da componente empresas ocorra, já num contexto de resposta às necessidades globais do Grupo, no primeiro trimestre de 2014. Numa fase posterior decorrerá a adequação da solução para particulares, implementada no contexto do piloto à norma de crédito referida.

- Plataforma de Informação de Negócio – com o objectivo de aumentar a rapidez de decisão, considerada a chave para uma rápida resposta ao mercado e às solicitações do Cliente, bem como a qualidade e a actualidade da informação que a suporta. O projecto teve como âmbito a agregação e evolução da informação de gestão disponível para um conjunto de funções consideradas prioritárias. O projecto foi desenvolvido num contexto de reutilização da informação já gerada para os diversos sistemas, melhorando a relação custo/benefício. Visa permitir a segmentação dos utilizadores por funções, criando diferentes visões de acordo com a utilização a dar à informação apresentada. No ano de 2013 foi desenhada e implementada a infra-estrutura base de sistemas, que suportará as soluções de resposta às necessidades identificadas. Foi também desenvolvido o repositório de dados, com actualização diária da informação bancária, com vista à disponibilização de informação para acompanhamento do negócio, orientada a funções específicas. A primeira destas funções será a de Administração de Caixas Associadas, que se pretende vir a disponibilizar em Março de 2014.

- Repositório de Informação de Cartões – dando continuidade ao trabalho realizado em colaboração com a VISA Consulting, onde se realçou a importância que o negócio dos cartões poderá ter para o Grupo Crédito Agrícola, e onde foi identificada uma margem potencial de progressão relevante. Tem como objectivo implementar um conjunto de melhorias organizacionais e tecnológicas, permitindo obter ganhos ao nível do crescimento da margem complementar. A componente tecnológica do projecto decorreu conforme o previsto, tendo sido disponibilizada ao Grupo a infra-estrutura de meios electrónicos de pagamento que constituía o seu objectivo.

- Desenvolvimento da Gestão do Preçário – na sequência do trabalho anteriormente efectuado ao nível da melhoria da gestão do preçário, concretamente na automatização da cobrança de comissões, este projecto visava o reforço desta componente e a implementação de melhorias no sistema de Informação de Gestão, disponibilizando dados detalhados sobre a eficácia da cobrança, a simulação do

preçário, facilitando a gestão centralizada e permitindo a percepção imediata do impacto das alterações em análise no balanço do Grupo. Sobre este tema, atendendo a todo o trabalho anteriormente efectuado, e ao contexto económico e social da envolvente da actividade do Grupo, optou-se pela realização de um conjunto de intervenções pontuais, destinadas a obter benefícios específicos, em termos de rentabilidade e de conformidade com os normativos em vigor.

11.2. PROGRAMA REGULAMENTAR E DE RISCO

A componente Regulamentar e de Risco do Plano de Desenvolvimento Organizacional e Tecnológico também foi focada na conclusão de projectos anteriormente iniciados.

- Ferramenta de Gestão de Garantias Recebidas – com o objectivo de implementar uma nova solução aplicacional de registo de garantias recebidas, este projecto procurou criar condições para enriquecer, corrigir e actualizar a informação sobre garantias recebidas, uniformizar os critérios de carregamento/actualização das garantias recebidas e melhorar o cálculo de requisitos de capital, provisões e imparidades. A nova ferramenta foi disponibilizada em Outubro à totalidade das Caixas Associadas e Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo, tendo vindo desde essa altura a ser alvo de diversas manutenções evolutivas com vista a uma melhor adaptação às necessidades de negócio.

Para além deste projecto, e neste contexto, iniciaram-se em 2013 os trabalhos de execução de:

- Gestão de Limites - no contexto do Programa Especial de Inspecções foram identificadas no Grupo Crédito Agrícola algumas limitações no âmbito da gestão do crédito, relativas a mecanismos automatizados e integrados de gestão dos limites de crédito para Clientes Empresa. Este projecto prevê a criação de mecanismos que permitam atribuir e registar nos sistemas de informação os limites de exposição definidos para cada grupo de Clientes, para cada Cliente individualmente considerado e para cada tipo de produto. Estes mecanismos, que estarão disponíveis durante o 2º trimestre de 2014, irão permitir um acompanhamento próximo da evolução da carteira de crédito, na fase inicial de análise e concessão, e no acompanhamento e monitorização ao longo da sua vida útil. Num contexto de recuperação de crédito a gestão de limites é um factor relevante para a tomada de decisão da sua reestruturação.

- Prevenção de Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo - foi identificada a necessidade de se enveredar por uma solução abrangente que traga um maior valor acrescentado ao tratamento desta temática. Neste contexto, foi tomada a decisão de se efectuar a implementação de uma solução *Anti-Money Laundering*, através da aquisição e configuração de um pacote de *software* já disponível no mercado. O projecto tem como objectivo a implementação de uma solução que contemple o módulo "Detector de Pessoas em listas de Denominação Especial e em Listas de Pessoas com Responsabilidades Públicas", permitindo assim responder às exigências de prevenção do Banco de Portugal.

IV. ANÁLISE FINANCEIRA

1. SICAM (CAIXA CENTRAL + CAIXAS AGRÍCOLAS ASSOCIADAS)

A actividade bancária do Grupo Crédito Agrícola, que inclui as Caixas Agrícolas associadas e a Caixa Central, foi directamente influenciada pelo panorama macroeconómico nacional adverso, marcado pela continuidade do Programa de Ajustamento Económico e Financeiro, acordado entre Portugal e as Instituições Internacionais (UE-BCE-FMI) e pelas adjacentes políticas de contracção orçamental adoptadas pelo Governo que, conjuntamente com a redução dos níveis de alavancagem da economia, levaram a uma retracção do consumo e do investimento.

Estes factores tiveram um impacto negativo na actividade do sector bancário, não apenas ao nível da redução dos empréstimos concedidos, mas também na própria qualidade da carteira de crédito e de outros activos, levando as instituições financeiras a reforçar os seus níveis de imparidades.

PRINCIPAIS INDICADORES				
Em milhares de euros				Var.
	2011	2012	2013	2013/2012
Activo total	13.026.692	13.747.141	12.968.435	-5,7%
Activos fin. dispon. para venda e detidos até à maturidade	3.493.704	4.364.678	3.907.808	-10,5%
Crédito a clientes (líquido)	7.988.301	7.716.888	7.491.909	-2,9%
Recursos de clientes	9.883.887	10.177.702	10.209.731	0,3%
Capitais próprios	1.054.129	1.097.827	1.105.390	0,7%
Margem financeira	343.040	318.285	250.657	-21,2%
Produto bancário	471.722	464.959	472.645	1,7%
Custos de estrutura	304.968	303.451	302.356	-0,4%
Provisões / imparidades	117.749	120.995	150.025	24,0%
Resultado Líquido	47.278	41.319	1.506	-96,4%
Rendibilidade dos capitais próprios (ROE)	4,5%	3,8%	0,1%	-3,7 p.p.
Rácio de eficiência	64,6%	65,3%	64,0%	-1,3 p.p.
Rácio de crédito vencido > 90 dias	5,8%	6,8%	7,7%	0,9 p.p.
Rácio de solvabilidade - *Core Tier 1*	12,7%	12,6%	12,7%	0,1 p.p.

O activo total em 31.Dez.2013 situou-se nos 12.968 milhões de euros, verificando-se uma redução de 5,7% face ao activo total registado em 31.Dez. 2012 de 13.747 milhões de euros.

O passivo total acompanhou a queda do activo e cifrou-se nos 11.863 milhões de euros em 31.Dez.2013, o que representa uma redução de 6,2% face ao valor de 12.649 milhões de euros registados em 31.Dez. 2012, redução parcialmente explicada pelo pagamento de parte do empréstimo contraído junto do Banco de Portugal (645 milhões de euros). O capital próprio registou um ligeiro aumento de 7,5 milhões de euros por acréscimo do capital, das reservas de reavaliação e de outras reservas e resultados transitados (que mais que anularam a quebra do lucro do exercício), alcançando assim um valor total de mais de 1.105 milhões de euros em 31.Dez.2013 que compara com os 1.098 milhões de euros registados em 31.Dez.2012.

Em 2013, o rácio de crédito vencido registou um agravamento de +0,9 p.p. face ao ano transacto, evoluindo de 6,8% para 7,7%.

1.1. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

As dificuldades mencionadas que marcaram o sector bancário nacional também tiveram reflexos na actividade do SICAM tendo-se verificado uma redução do resultado líquido de 41,3 milhões de euros a 31.Dez.2012 para um resultado líquido de 1,5 milhões de euros a 31.Dez.2013 (-96,4%).

Demonstração de Resultados				
Em milhares de euros	2012	2013	Variação	
			Abs.	%
Juros e rendimentos similares	560.645	457.451	-103.195	-18,4%
Juros e encargos similares	242.361	206.794	-35.567	-14,7%
Margem Financeira	318.285	250.657	-67.628	-21,2%
Comissões líquidas	129.501	131.599	2.098	1,6%
Result. de op. financeiras	5.930	78.779	72.849	1228,5%
Outros result. de exploração	11.244	11.611	367	3,3%
Produto Bancário	464.959	472.645	7.686	1,7%
Custos de Estrutura	303.451	302.356	-1.095	-0,4%
Custos de pessoal	162.681	163.962	1.281	0,8%
*dos quais não recorrentes**		*1.158*		
Gastos gerais administrativos	125.743	123.604	-2.139	-1,7%
*dos quais não recorrentes**		*1.732*		
Amortizações	15.026	14.790	-237	-1,6%
Provisões e imparidades	120.995	150.025	29.029	24,0%
Resultado antes de impostos	40.513	20.264	-20.249	-50,0%
Impostos, após correc. e diferidos	-807	18.758	19.565	-
Resultado Líquido	**41.320**	**1.506**	**-39.814**	**-96,4%**

* custos associados ao programa de reorganização da Caixa Central que inclui indemnizações, pré-reforma, obras no edifício e serviços de consultoria

A redução do resultado líquido em -39,8 milhões de euros é justificada pela redução da margem financeira (-67,6 milhões de euros) e pelo reforço de provisões e imparidades (+29,0 milhões de euros) tendo sido parcialmente compensada pelo aumento dos resultados de operações financeiras em 72,8 milhões de euros decorrente essencialmente da política de gestão dinâmica da tesouraria, nomeadamente de títulos de emissores públicos.

1.1.1. Margem Financeira

A margem financeira do SICAM registou um valor de 250,7 milhões de euros, que compara com os 318,3 milhões de euros alcançados em 2012.

MARGEM FINANCEIRA						
em milhares de euros	2012			2013		
Variáveis	Capitais médios	Taxa média (%)	Proveitos/ Custos	Capitais médios	Taxa média (%)	Proveitos / Custos
Crédito a clientes	8.476.220	4,7%	398.732	8.281.988	4,0%	334.003
Títulos e outras aplicações	4.573.640	3,5%	161.914	4.730.938	2,6%	123.448
Activos financeiros	13.049.860	4,3%	560.645	13.012.926	3,5%	457.451
Depósitos de clientes	10.030.795	2,0%	201.949	10.193.717	1,7%	173.167
Recursos de Bancos Centrais e outros passivos	2.124.454	1,9%	40.412	1.907.476	1,8%	33.626
Passivo financeiro	12.155.249	2,0%	242.361	12.101.193	1,7%	206.794
Margem financeira		**2,3%**	**318.285**		**1,8%**	**250.657**
Margem de intermediação		2,7%			2,3%	
Taxa euribor média (6 meses)		0,8%			0,3%	

Esta variação negativa de -67,6 milhões de euros deveu-se em grande medida à quebra nos proveitos de títulos e outras aplicações (juros e amortizações de descontos / prémios de títulos) como consequência das decisões de reclassificação da carteira de títulos detidos até à maturidade para disponíveis para venda e de adopção de uma gestão dinâmica de tesouraria.

O aumento do risco inerente aos títulos da dívida pública portuguesa com maturidades mais longas, fruto da redução do *rating* da república portuguesa, bem como o seu peso considerável na carteira de aplicações, levou a Caixa Central a definir uma estratégia de investimento consubstanciada numa gestão dinâmica de tesouraria que se baseia no princípio da diversificação e de investimento em activos de menor risco e consequentemente menor rentabilidade. Desta forma, a redução subjacente das *yields* das aplicações (variação da taxa de juro média em -0,9 p.p.) gerou uma quebra acentuada dos proveitos associados a estes títulos (-23,8%) que, no entanto, foi compensada pelas mais-valias resultantes da alienação de títulos da dívida portuguesa e de outros títulos que contribuíram assim para a evolução positiva do produto bancário (+1,7%).

Não obstante, os proveitos resultantes de operações de crédito a Clientes também reduziram em 2013 (-64,7 milhões de euros) por efeito da redução da taxa média de juros em 0,7 p.p. explicada em parte pela diminuição da taxa Euribor média (-0,5 p.p.).

Por outro lado, e embora se tenha registado um aumento de 163 milhões de euros de depósitos de clientes, os juros pagos por estes recursos reduziram de 201,9 milhões de euros em 2012 para 173,2 milhões de euros em 2013 (-67,2 milhões de euros) devido à redução da taxa de juro média em 0,3 p.p. em convergência com a redução das taxas de depósitos praticadas no mercado como consequência do aumento de liquidez no sistema bancário proporcionada, entre outros, pelas facilidades de liquidez disponibilizadas pelo BCE (financiamento assente no recurso a colaterais de dívida soberana e de crédito).

Analisando a variação da margem financeira a partir da desagregação por efeito de volume e preço, constata-se que a quebra na margem financeira de -67,6 milhões de euros ficou a dever-se:

- ao efeito negativo da redução dos juros de crédito a clientes, representando mais de 80% da redução da margem financeira, explicado pela diminuição da taxa euribor e

pela diminuta substituição do crédito antigo com baixos *spreads*, nomeadamente no crédito à habitação e outros créditos de maturidades longas, por crédito novo com taxas mais elevadas; e

- à redução das *yields* e amortizações de prémios de títulos provenientes, em grande parte, da carteira de títulos de dívida Portuguesa, entretanto alienada e reinvestida em outros activos financeiros.

DECOMPOSIÇÃO DOS EFEITOS DE VARIAÇÃO DA MARGEM FINANCEIRA			
em milhares de euros	Efeito volume	Efeito preço	Variação no ano
Activos financeiros	-3.568	-99.626	-103.195
Crédito a clientes	-9.137	-55.592	-64.729
Títulos e outras aplicações	5.569	-44.034	-38.466
Passivos financeiros	-847	-34.719	-35.567
Depósitos de clientes	3.280	-32.061	-28.781
Recursos de Bancos Centrais e outros passivos	-4.127	-2.658	-6.785
Margem financeira	**-2.721**	**-64.907**	**-67.628**

1.1.2. Comissões Líquidas

As comissões líquidas aumentaram 1,6%, em 2013, alcançando os 131,6 milhões de euros. Este crescimento é explicado, em parte, pela evolução das comissões recebidas de serviços de colocação e comercialização de produtos das empresas participadas do grupo (+19,0% que se traduziu num acréscimo de +4,3 milhões de euros) e pela evolução das comissões recebidas de depósitos e guarda de títulos (+ 50,2% o que equivaleu a um aumento de + 1,4 milhões de euros) que, conjuntamente, mais do que compensaram a quebra registada nas comissões de crédito, de cartões e de cobrança de valores (-5,5 milhões de euros).

COMISSÕES				
Em milhares de euros	2012	2013	Variação	
			Abs.	%
Comissões recebidas	**140.310**	**142.358**	**2.048**	**1,5%**
Garantias prestadas	5.004	5.305	301	6,0%
Créditos documentários abertos	123	144	21	17,1%
Compromissos assumidos perante terceiros	7.438	7.860	422	5,7%
Depósito e guarda de valores	2.718	4.083	1.364	50,2%
Cobrança de valores	1.180	1.016	-164	-13,9%
Transferências de valores	3.909	3.979	71	1,8%
Operações de crédito	32.837	27.749	-5.087	-15,5%
Cartões	26.257	26.026	-231	-0,9%
Interbancárias	322	364	42	13,1%
Colocação e comercialização	22.316	26.566	4.250	19,0%
Outras comissões recebidas	38.207	39.266	1.059	2,8%
Comissões pagas	**10.809**	**10.760**	**-49**	**-0,5%**
Total de comissões líquidas	**129.501**	**131.599**	**2.098**	**1,6%**

O aumento da actividade das empresas participadas (seguradoras e gestora de activos) traduziu-se numa maior remuneração ao SICAM que, enquanto rede de distribuição, em 2013,

auferiu comissões de 22,6 milhões de euros que correspondem a um acréscimo de 3,7 milhões de euros face ao período homólogo (+19,8%). As outras comissões de colocação referem-se à comercialização dos fundos de investimento imobiliário (e.g. Património Crescente, CA Imobiliário, CAAH).

COMISSÕES DE COLOCAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO				
Em milhares de euros	2012	2013	Variação	
			Abs.	%
CA Gest	251	376	125	49,8%
CA Seguros	9.494	10.623	1.129	11,9%
CA Vida	9.114	11.584	2.471	27,1%
Sub-total	18.858	22.583	3.725	19,8%
Outras comissões de colocação/comercialização	3.458	3.983	525	15,2%
Total	**22.316**	**26.566**	**4.250**	**19,0%**

1.1.3. Resultados de Operações Financeiras

Os resultados de operações financeiras atingiram 78,8 milhões de euros em 2013 o que contrasta com o resultado de 5,9 milhões verificado em 2012.

RESULTADO DE OPERAÇÕES FINANCEIRAS			
Em milhares de euros	2012	2013	Variação absoluta
Activos financeiros disponíveis para venda	2.472	76.272	73.800
Dívida pública soberana	2.497	72.783	70.286
Outros instrumentos de dívida	5	3.283	3.278
Outros activos	-30	206	236
Rendimento de instrumentos de capital	1.374	856	-517
Cambiais	1.626	1.411	-215
Outros resultados	458	240	-219
Total de resultado de operações financeiras	**5.930**	**78.779**	**72.849**

O corte do *rating da* república portuguesa impulsionou as *yields* da dívida pública para níveis historicamente elevados, e dada uma elevada concentração levaram a Caixa Central a tomar a decisão de:

i) alienação dos títulos de dívida pública com maturidades mais longas, originando uma mais-valia de cerca de 25 milhões de euros; e
ii) adopção de uma gestão de carteira mais dinâmica, com um perfil de risco tendencialmente mais baixo em busca de oportunidades de obtenção de mais-valias no curto / médio prazo. Esta orientação originou um ganho superior a 40 milhões de euros em 2013.

Como se pode verificar, a variação dos resultados de operações financeiras (+72,8 milhões de euros) mais do que compensou a variação negativa na margem financeira resultante da perda dos juros e de amortizações dos descontos de títulos e aplicações financeiras (-38,5 milhões de euros).

1.1.4. Custos de Estrutura

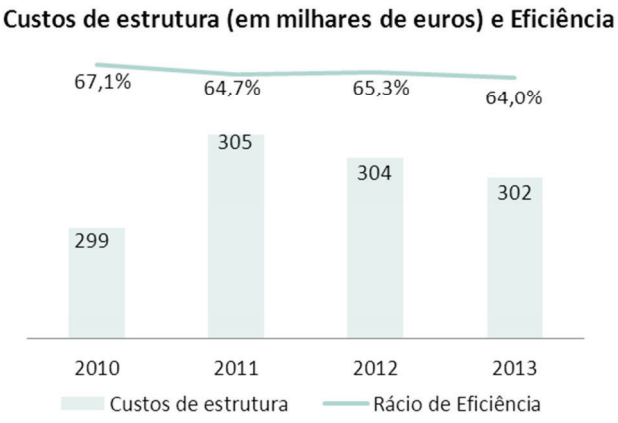
No exercício de 2013, verificou-se uma redução dos custos de estrutura de -0,4%, passando dos 303,5 milhões de euros para os 302,4 milhões de euros, no contexto do investimento no programa de reorganização da Caixa Central posto em prática pelo novo Conselho de Administração e para o qual se incorreu em custos com pré-reformas, indemnizações e serviços de consultoria estratégica (custos não recorrentes avaliados em 2,8 milhões de euros).

Efectuada a análise comparativa expurgando esses custos não recorrentes, constata-se que os custos de estrutura reduziram 1,3% (-4,0 milhões de euros), sinalizando o esforço de optimização de gastos gerais administrativos (-3,1%) e antecipando uma optimização de custos com o pessoal, em 2014, pelo menos equivalente ao verificado na Caixa Central em 2013 (a redução de 33 colaboradores durante este exercício, posiciona o efectivo da Caixa Central em níveis próximos de 2008).

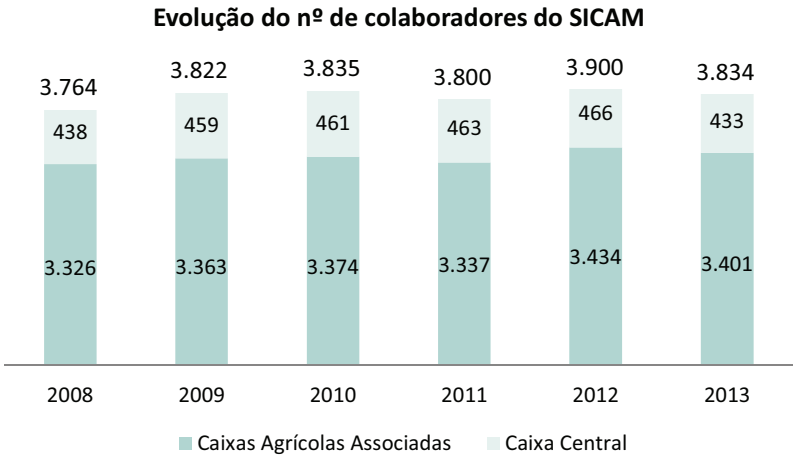
Custos de estrutura				
Em milhares de euros	2012	2013	Variação	
			Absoluta	Relativa
Custos de funcionamento	288.425	287.567	-858	-0,3%
Custos com o pessoal	162.681	163.962	1.281	0,8%
*dos quais não recorrentes**		*1.158*		
Gastos gerais administrativos	125.743	123.604	-2.139	-1,7%
*dos quais não recorrentes**		*1.732*		
Amortizações	15.026	14.790	-237	-1,6%
Custos de estrutura	**303.451**	**302.356**	**-1.095**	**-0,4%**
Custos não recorrentes*		2.890	n.a.	n.a.
Custos de estrutura excl. custos não recorrentes	**303.451**	**299.466**	**-3.985**	**-1,3%**
Rácio de eficiência	65%	64%	-1%	

* custos associados ao programa de reorganização da Caixa Central que inclui indemnizações, pré-reforma, obras no edifício e serviços de consultoria

Relativamente ao rácio de eficiência, este manteve-se quase inalterado, tendo passado de 65,3% em 2012 para 64,0% em 2013 fruto quer do aumento de 1,7% do produto bancário quer da diminuição de -0,4% dos custos de estrutura.



1.1.5. Evolução dos Efectivos do SICAM



Em 2013, o SICAM reduziu o número de colaboradores de 3.900 para 3.834 (-66 colaboradores) o que representa um decréscimo relativo de -1,2%. Contudo ficou ainda acima dos 3.800 colaboradores efectivos em 2011. Cerca de metade desta redução diz respeito ao esforço de reorganização da Caixa Central visível na redução de Estruturas (e cargos de Direcção), bem como de redução do número de efectivos inscritos nos quadros de pessoal. Desta forma, em 2013, o quadro de pessoal da Caixa Central reduziu de 466 para 433 colaboradores (-33).

1.1.6. Níveis de Provisões / Imparidades

A conjuntura económica desfavorável, a que se assistiu em 2013 e que ainda persiste no início de 2014, foi responsável pelo aumento dos níveis de risco que se repercutiram quer na carteira de crédito quer na acumulação de imóveis em dação nos balanços dos bancos, o que por sua vez levou a um permanente reforço de provisões e imparidades.

O SICAM apresentou em 2013 um reforço de provisões de crédito a clientes em 106,4 milhões de euros (+7,4% face a 2012) alcançando níveis de cobertura de crédito vencido a mais de 90 dias na ordem dos 113% (que comparam com os 114% do ano transacto).

Relativamente às imparidades de outros activos financeiros, em 2013 o SICAM registou uma perda de cerca de 15,3 milhões de euros respeitantes essencialmente à reavaliação do valor da sua participação no fundo de investimento imobiliário CA Imobiliário.

Adicionalmente registaram-se imparidades no montante de 29,2 milhões de euros nos imóveis recebidos por recuperação de crédito que incorporam os reforços efectuados, em Nov.2013, ao abrigo do programa de reavaliação da carteira de imóveis, imposto pelo Banco de Portugal.

PROVISÕES				
Em milhares de euros	2012	2013	Variação	
			Abs.	%
Correcções de valor associadas ao crédito a clientes	99.041	106.385	7.344	7,4%
Imparidade de outros activos financeiros	7.764	15.350	7.586	97,7%
Imparidade de outros activos	14.264	33.072	18.808	131,9%
dos quais imóveis por recuperação de crédito	*12.127*	*29.237*	*17.110*	*141,1%*
Outras provisões / imparidades	-74	-4.783	-4.709	-
Total	**120.995**	**150.025**	**29.029**	**24,0%**

1.1.7. Rendibilidade

A Rendibilidade dos Capitais Próprios, que reduziu de 3,84% em 2012 para 0,14% em 2013, foi influenciada negativamente pelo contributo da margem financeira (-0,51%) que, não tendo sido compensada pelo contributo das comissões líquidas (+0,02%), foi complementada pelo agravamento das provisões, imparidades e impostos (+0,38%).

Na realidade, o contributo da margem comercial bruta registado em 2013 (-0,49%) revela que o desempenho da actividade bancária ficou aquém do realizado no ano transacto, tendo o contributo dos resultados em operações financeiras (+0,56%) aliviado a pressão no resultado líquido e permitido que o SICAM registasse, em 2013, rendibilidades positivas mas tangenciais do activo (ROA) e dos capitais próprios (ROE).

DECOMPOSIÇÃO DA RENDIBILIDADE			
	2012	2013	Variação
+ Taxa activos financeiros	4,30%	3,52%	-0,78%
- Taxa passivos financeiros	1,86%	1,59%	-0,27%
= Margem financeira	**2,44%**	**1,93%**	**-0,51%**
+ Rendibilidade de comissões	0,99%	1,01%	0,02%
= Margem Comercial Bruta	**3,43%**	**2,94%**	**-0,49%**
+ Resultado de operações financeiras e outros	0,13%	0,69%	0,56%
= Margem de Negócio	**3,56%**	**3,63%**	**0,07%**
- Efeito dos custos de estrutura	2,33%	2,32%	0,00%
- Efeito de provisões e impostos	0,92%	1,30%	0,38%
= Rendibilidade dos activos financeiros	**0,32%**	**0,01%**	**-0,31%**
x Activos financeiros / Activo líquido	0,95	1,00	5,42%
= Rendibilidade do activo (ROA)	0,30%	0,01%	-0,29%
x Activo líquido / Capital próprio	12,78	11,77	-1,00
= Rendibilidade dos capitais próprios (ROE)	**3,84%**	**0,14%**	**-3,70%**

1.2. ESTRUTURA DO BALANÇO

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO				
Em milhares de euros	2012	2013	Variação	
			Abs.	%
Activo				
Disponibilidades	513.238	463.470	-49.767	-9,7%
Aplicações em Instituições de Crédito	106.979	31.931	-75.048	-70,2%
Crédito a Clientes (líquido)	7.716.888	7.491.909	-224.979	-2,9%
Aplicações em Títulos (líquido)	4.371.094	3.907.327	-463.767	-10,6%
Activos não correntes detidos para venda	367.264	400.990	33.726	9,2%
Invest. Filiais, Tangíveis e Intangíveis	346.524	337.857	-8.667	-2,5%
Outros Activos	325.154	334.950	9.797	3,0%
Total Activo	**13.747.142**	**12.968.435**	**-778.707**	**-5,7%**
Passivo				
Recursos de bancos centrais e OIC's	2.148.018	1.362.912	-785.105	-36,6%
Recursos de Clientes	10.177.702	10.209.731	32.029	0,3%
Passivos Subordinados	128.835	133.404	4.568	3,5%
Outros Passivos	194.760	156.998	-37.762	-19,4%
Total Passivo	**12.649.315**	**11.863.045**	**-786.270**	**-6,2%**
Capitais Próprios	1.097.827	1.105.390	7.563	**0,7%**
Total do Capital Próprio + Passivo	**13.747.142**	**12.968.435**	**-778.707**	**-5,7%**

O activo total situou-se nos 12.968 milhões de euros, verificando-se uma redução de 5,7% face ao activo total registado em 2012 de 13.747 milhões de euros, devendo-se sobretudo:

i) à redução dos activos financeiros de 4.371 milhões de euros em 2012 para 3.907 milhões de euros em 2013 (-10,6%), consubstanciado pela alienação dos títulos de dívida portuguesa e subsequente alteração da estrutura da carteira de títulos; e

ii) à quebra do crédito total líquido sobre Clientes de -2,9% face ao período homólogo, passando de 7.717 milhões de euros em 2012 para 7.492 milhões de euros em 2013.

Em 2013, o passivo total acompanhou a queda do activo total líquido e cifrou-se nos 11.863 milhões de euros, o que representa uma redução de -6,2% face ao valor de 12.649 milhões de euros registados no ano transacto. Para a quebra no passivo concorreu o pagamento de 645 milhões de euros de empréstimos contraídos junto do Banco de Portugal como resposta à alteração, por imposição do BCE e com efeitos a 31 de Dezembro, das regras de elegibilidade de portefólios de direitos adicionais de crédito para garantia de operações de financiamento junto do Eurosistema.

Os recursos de clientes registaram um aumento pouco expressivo de 0,3% (+32 milhões de euros) passando de 10.178 milhões de euros em 2012 para 10.210 milhões de euros em 2013.

Por seu lado, o capital próprio registou um ligeiro incremento de 7,5 milhões de euros, essencialmente por acréscimo do capital, das reservas de reavaliação e de outras reservas e resultados transitados (que mais que anularam a quebra do lucro do exercício), registando assim um valor total de 1.105,4 milhões de euros em 2013 que comparam com os 1.097,8 milhões de euros verificados em 2012.

1.2.1. Qualidade da Carteira de Crédito

A actual situação económica, marcada por uma acentuada quebra da procura interna, por condições de acesso a financiamento restritivas, uma elevada taxa de desemprego e uma significativa quebra do rendimento proveniente do trabalho e das prestações sociais, tem tido efeitos nefastos na qualidade da carteira de crédito da Banca em geral, obrigando as Instituições a suportar custos acrescidos com provisões de crédito e quebras de rendibilidade decorrentes de crédito em incumprimento.

No SICAM, em 2013, verificou-se um aumento global do crédito vencido de 49,7 milhões de euros (+8,2%), montante que resulta do aumento do crédito vencido de empresas em 53,7 milhões de euros e que foi ligeiramente atenuado pela diminuição em cerca de 4 milhões de euros do crédito vencido de particulares.

O crédito vencido há mais de 90 dias registou um crescimento de 10,5%, correspondente a um aumento de 59,6 milhões de euros.

EVOLUÇÃO DO CRÉDITO VENCIDO

Em milhões de euros	2010	2011	2012	2013	Δ 2012/2013
Crédito vencido < 90 dias	33,9	55,2	39,8	29,8	-9,9
Crédito vencido > 90 dias	420,7	499,6	568,0	627,6	59,6
Crédito vencido total	454,6	554,8	607,8	657,5	49,7
Rácio crédito vencido > 90 dias	4,9%	5,8%	6,8%	7,7%	+ 0,9 p.p.

Consequentemente, o rácio de crédito vencido referente ao segmento Empresas e Administração Pública registou um aumento de 9,0% em 2012 para 10,7% em 2013, enquanto o segmento Particulares apresentou um aumento de 5,6% em 2012 para 5,7% em 2013.

CRÉDITO VENCIDO E IMPARIDADES EM 31.DEZ.2013

Em milhões de euros	Crédito total bruto	Crédito vencido	Crédito vencido / Crédito total	Provisões para risco de crédito	Grau de cobertura
Empresas e Administração Pública	4.083	425	10,4%	457	107,6%
Particulares	4.115	233	5,7%	250	107,4%
Habitação	2.364	49	2,1%	38	76,4%
Consumo e outras finalidades	1.751	183	10,5%	212	115,7%
Total	**8.199**	**657**	**8,0%**	**707**	**107,5%**

Face ao aumento do crédito vencido, o SICAM reforçou provisões em 58,1 milhões de euros, o que resultou num nível de provisões totais de crédito acumuladas de 706,7 milhões de euros.

O rácio de crédito com incumprimento, calculado nos termos da Instrução nº 24/2012 do Banco de Portugal, situou-se nos 8,4% e o rácio de crédito com incumprimento líquido atingiu os -0,2%, o que traduz um adequado nível de provisões.

RÁCIOS DE INCUMPRIMENTO (*)				
	2010	2011	2012	2013
Crédito com incumprimento/Crédito total	5,4%	6,5%	7,8%	8,4%
Crédito com incumprimento, líquido /Crédito total, líquido	-0,4%	-0,4%	0,2%	-0,2%

(*) Rácios de 2010 e 2011 calculados nos termos definidos pelo Banco de Portugal na Instrução nº 22/2011. Rácios de 2012 calculados nos termos definidos pelo Banco de Portugal na Instrução nº 24/2012 que alterou a instrução nº 22/2011

O rácio de crédito em risco, que inclui, em linhas gerais, o crédito vencido por um período igual ou superior a 90 dias, o crédito vincendo que lhe está associado e o crédito reestruturado, manteve uma tendência de crescimento, em linha com a evolução do risco da carteira de crédito, situando-se em 2013 nos 11,3% e registando, em termos líquidos, uma redução face a 2012 para 3,0%.

RÁCIOS CRÉDITO EM RISCO (*)				
	2010	2011	2012	2013
Crédito em risco/Crédito total	7,6%	9,6%	10,7%	11,3%
Crédito risco, líquido /Crédito total, líquido	1,8%	2,9%	3,3%	3,0%

(*) Rácios de 2010 e 2011 calculados nos termos definidos pelo Banco de Portugal na Instrução nº 22/2011. Rácios de 2012 calculados nos termos definidos pelo Banco de Portugal na Instrução nº 24/2012 que alterou a instrução nº 22/2011

O rácio de crédito reestruturado atingiu os 10,8% e o rácio de crédito reestruturado não incluído no crédito em risco situou-se nos 10,2%.

RÁCIOS CRÉDITO REESTRUTURADO	
	2013
Crédito reestruturado/Crédito total	10,8%
Crédito reestruturado não incluído no crédito em risco /Crédito total	10,2%

1.2.2. Activos Financeiros Disponíveis para Venda

A carteira de activos financeiros, gerida na sua maioria pela Caixa Central enquanto responsável pela tesouraria do SICAM, sofreu em 2013, uma alteração na sua composição. Dada a redução de *rating* da república portuguesa, as *yields* da dívida pública dispararam em todas as maturidades reflectindo assim o risco perceptível por parte dos investidores de que Portugal não possuía a capacidade para fazer face às suas responsabilidades financeiras. Neste sentido, e como política de diminuição de exposição ao risco e de diversificação da carteira, a Caixa Central decidiu, de forma prudencial:

- investir em activos de maturidades mais curtas (menor risco / rentabilidade), nomeadamente em obrigações de emissores públicos estrangeiros (e.g. dívida pública espanhola e italiana) que, em 2013, representaram 50% do total da carteira contra os 2,3% verificados em 2012; e
- reduzir a exposição à dívida pública portuguesa que, em 2012, representava 65% da carteira, passando a representar 19,6% em 2013.

No cômputo geral, a carteira de activos financeiros reduziu de 4.366 milhões de euros em 2012 para 3.908 milhões de euros em 2013.

Activos financeiros disponíveis para venda e detidos até à maturidade					
Em milhares de euros	2012		2013		Var. %
	Valor	% do total	Valor	% do total	2012 /2013
Instrumentos de dívida	3.984.691	91,3%	3.360.932	86,0%	-15,7%
Activos disponíveis para venda	1.750.293	40,1%	3.360.932	77,0%	92,0%
Bilhetes do tesouro e outros títulos de dívida portuguesa	1.530.046	35,0%	641.559	16,4%	-58,1%
Obrigações de outros emissores residentes	14.242	0,3%	623.136	15,9%	4275,5%
Obrigações de emissores públicos estrangeiros	99.515	2,3%	1.963.979	50,3%	1873,6%
Obrigações de outros emissores estrangeiros	106.490	2,4%	132.257	3,4%	24,2%
Investimentos detidos até à maturidade	2.234.398	51,2%	127.370	3,3%	-
Bilhetes do tesouro e outros títulos de dívida portuguesa	1.316.922	30,2%	124.562	3,2%	-
Obrigações de outros emissores públicos nacionais	32.966	0,8%	0	0,0%	-
Obrigações de outros emissores residentes	630.884	14,5%	0	0,0%	-
Obrigações de emissores públicos estrangeiros	69.034	1,6%	0	0,0%	-
Obrigações de outros emissores estrangeiros	160.179	3,7%	0	0,0%	-
Outros não discriminados	24.413	0,6%	2.808	0,1%	-
Instrumentos de capital	381.153	8,7%	419.506	10,7%	10,1%
Acções de empresas nacionais	381.023	8,7%	419.376	10,7%	10,1%
Acções de empresas estrangeiras	129	0,0%	129	0,0%	0,0%
Total	**4.365.843**	**100%**	**3.907.808**	**100%**	**-10,5%**

2. GRUPO CRÉDITO AGRÍCOLA (CONSOLIDADO)

PRINCIPAIS INDICADORES				
Em milhares de euros				Var.
	2011	2012	2013	2013/2012
Activo total	14.240.832	15.113.117	14.620.576	-3,3%
Activos fin. dispon. para venda e detidos até à maturidade	4.176.580	5.168.103	4.987.081	-3,5%
Crédito a clientes (líquido)	7.913.564	7.660.153	7.471.989	-2,5%
Recursos de clientes	9.821.452	10.112.824	10.122.543	0,1%
Provisões técnicas de contratos de seguros	1.006.884	1.137.404	1.261.657	10,9%
Capitais próprios	1.046.739	1.100.249	1.141.019	3,7%
Margem financeira	380.654	366.583	306.704	-16,3%
Produto bancário	505.060	493.168	486.000	-1,5%
Custos de estrutura	330.254	330.649	331.636	0,3%
Provisões / imparidades	117.228	117.163	137.118	17,0%
Resultado Líquido	55.024	44.708	-2.941	-106,6%
Rendibilidade dos capitais próprios (ROE)	5,3%	4,1%	-0,3%	-4,3%
Rendibilidade do activo (ROA)	0,4%	0,3%	0,0%	-0,3%
Rácio de eficiência	65,4%	67,0%	68,2%	1,2%
Rácio de solvabilidade - *Core Tier 1*	12,5%	11,6%	11,9%	0,3%

O activo total consolidado do Grupo Crédito Agrícola, que integra para além do SICAM as Empresas do Grupo (instrumentais e de negócio), os fundos de investimento, a FENACAM e outras participações de menor expressão, registou, em 2013, um valor de 14.621 milhões de euros, representando uma redução de -3,3% face aos 15.113 milhões de euros alcançados em 2012. A quebra verificada no activo consolidado não foi tão acentuada como no SICAM (-3,3% vs. -5,7%) uma vez que:

- o peso relativo do crédito líquido é menor no activo consolidado (51% vs. 58%) em detrimento de um maior peso relativo e absoluto dos investimentos em activos financeiros (34% vs. 30%); e
- a redução registada nos investimentos em activos financeiros em termos absolutos foi significativamente menor do que no SICAM (-181 milhões de euros vs. -456,9 milhões de euros) por ter sido compensado pelo aumento dos investimentos financeiros efectuados pelas entidades seguradoras fruto da sua actividade.

O passivo total consolidado sofreu uma quebra de -3,8%, passando de 14.013 milhões de euros em 2012 para 13.480 milhões de euros em 2013. Mais uma vez a redução não foi tão acentuada como no SICAM (-3,8% versus -6,2%) devido ao aumento de provisões técnicas de contratos de seguros de 1.137 milhões de euros em 2012 para 1.261 milhões de euros em 2013 o que representa um crescimento de 10,9% (+124,2 milhões de euros).

Ao nível do capital próprio consolidado do Grupo Crédito Agrícola, assistiu-se a um aumento do capital próprio em 41 milhões de euros (+3,7%) o que compara com o aumento mais moderado do SICAM em 7,5 milhões de euros (+0,7%).

Em termos de resultados líquidos, o Grupo Crédito Agrícola apresentou em 2013 um valor negativo de -2,9 milhões de euros o que representa uma redução de -47,7 milhões de euros face a 2012 (-106,6%). Esta redução do resultado líquido consolidado foi essencialmente fruto:

- da redução da margem financeira do SICAM em -21,2% consubstanciada na quebra do crédito e na redução da taxa de juro média;
- do aumento de imparidades do grupo quer ao nível do crédito vencido quer ao nível de imparidades de imóveis por recuperação de crédito (+20,0 milhões de euros); e
- da consolidação do impacto negativo dos resultados de empresas do grupo nomeadamente de fundos de investimentos imobiliários.

Os requisitos de fundos próprios necessários para cobertura do risco da carteira de crédito, diminuíram em 6,5% relativamente a Dezembro de 2012, em consequência da contracção da carteira de Crédito sobretudo no que se refere ao volume de exposição para com instituições financeiras e empresas mas também na classe de retalho. O volume de fundos próprios de base diminuiu cerca de 44 milhões de euros face a 2012, enquanto os fundos próprios complementares diminuíram cerca de 3 milhões de euros. Esta redução não foi integralmente compensada pela diminuição dos requisitos de fundos próprios pelo que o rácio de solvabilidade registou um ligeiro decréscimo de 10,9% em 2012 para 10,8% em 2013. No entanto verificou-se um aumento do rácio Core Tier 1 para 11,9%, face aos 11,6% registados em 2012.

REQUISITOS DE FUNDOS PRÓPRIOS E RÁCIO DE SOLVABILIDADE - Grupo Crédito Agrícola				
Em milhões de euros	2011	2012	2013	Δ 12/13
Fundos Próprios elegíveis	1.085	992	913	-8,0%
Base (*)	1.054	1.011	967	-4,3%
Complementares	83	53	50	-5,6%
Dos quais:				
UPPER TIER 2	0	0	0	-11,8%
LOWER TIER 2	104	93	94	1,4%
Deduções aos Fundos Próprios Totais	52	71	103	45,1%
Riscos ponderados	8.121	8.625	8.025	-6,9%
Crédito	7.606	8.096	7.487	-7,5%
Operacional	515	529	538	1,8%
Requisitos de fundos próprios	686	727	680	-6,5%
Crédito	609	648	599	-7,5%
Operacional	77	79	81	1,6%
Rácios de solvabilidade				
Core Tier 1	12,5%	11,6%	11,9%	0,34 p.p.
Tier 1	12,3%	11,1%	11,4%	0,26 p.p.
Tier 2	1,0%	0,6%	0,6%	0,01 p.p.
Global	12,7%	10,9%	10,8%	-0,17 p.p.

(*) Incorporando o resultado líquido do exercício.

Demonstração de Resultados				
Em milhares de euros	2012	2013	Variação	
			Abs.	%
Juros e rendimentos similares	609.295	519.891	-89.404	-14,7%
Juros e encargos similares	242.712	213.188	-29.524	-12,2%
Margem Financeira	366.583	306.704	-59.879	-16,3%
Margem técnica da actividade de seguros	-4.386	-9.348	-4.962	113,1%
Comissões líquidas	101.927	100.569	-1.358	-1,3%
Result. de op. financeiras	13.766	94.968	81.202	589,9%
Outros result. de exploração	15.278	-6.893	-22.171	-145,1%
Produto Bancário	493.168	486.000	-7.168	-1,5%
Custos de Estrutura	330.649	331.636	987	0,3%
Custos de pessoal	190.360	190.648	288	0,2%
Gastos gerais administrativos	108.622	110.014	1.392	1,3%
Amortizações	31.667	30.975	-693	-2,2%
Provisões e imparidades	117.163	137.118	19.955	17,0%
Resultados de participações em associadas (equivalência patrimonial)	1.904	1.908	5	0,2%
Resultado antes de impostos	47.259	19.154	-28.105	-59,5%
Impostos	2.446	22.012	19.566	799,8%
Interesses minoritários	-105	-83	21	-20,5%
Resultado Líquido	**44.708**	**-2.941**	**-47.650**	**-106,6%**

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de euros	2012	2013	Variação	
			Abs.	%
Activo				
Disponibilidades	513.452	466.613	-46.839	-9,1%
Aplicações em Instituições de Crédito	122.721	32.031	-90.690	-73,9%
Crédito a Clientes (líquido)	7.660.153	7.471.989	-188.163	-2,5%
Aplicações em Títulos (líquido)	5.194.821	5.041.398	-153.423	-3,0%
Invest. Filiais, Tangíveis e Intangíveis	418.817	411.576	-7.240	-1,7%
Activos por impostos diferidos	130.376	127.170	-3.206	-2,5%
Outros Activos	1.072.778	1.069.799	-2.979	-0,3%
Total Activo	**15.113.117**	**14.620.576**	**-492.540**	**-3,3%**
Passivo				
Recursos de bancos centrais e OIC's	2.148.018	1.362.912	-785.105	-36,6%
Recursos de Clientes	10.112.824	10.122.543	9.719	0,1%
Provisões técnicas de contratos de seguros	1.137.404	1.261.657	124.253	10,9%
Passivos Subordinados	128.835	133.404	4.568	3,5%
Outros Passivos	485.787	599.043	113.256	23,3%
Total Passivo	**14.012.868**	**13.479.558**	**-533.310**	**-3,8%**
Capitais Próprios	1.100.249	1.141.019	40.770	**3,7%**
Total do Capital Próprio + Passivo	**15.113.117**	**14.620.576**	**-492.541**	**-3,3%**

V. EVOLUÇÃO ECONÓMICA DAS CAIXAS ASSOCIADAS

1. EVOLUÇÃO DAS TAXAS DE JURO

Os efeitos desta crise económica e financeira, com contornos tão ímpares e extraordinários, geraram uma conjuntura extremamente desfavorável em que o sector financeiro tem tido, infelizmente, um papel de relevo.

Os boletins trimestrais do Banco de Portugal são peremptórios em reportar as quebras sem precedentes nas margens financeiras e no aumento exponencial do crédito vencido das grandes Instituições Financeiras.

Um dos factores que mais tem prejudicado a margem financeira diz respeito à evolução da taxa de referência Euribor que tem registado mínimos históricos.

A taxa de referência Euribor a seis meses, desde 30 de Março de 2008, data em que esta taxa se cifrava em 5,29%, e até atingir o seu ponto mínimo, em Abril de 2010, desceu 4,355 pp. Dado o peso bastante elevado dos contratos indexados à Euribor na carteira de crédito, este factor foi determinante na redução da margem financeira. Nos últimos meses de 2013 a Euribor registou uma evolução ligeiramente positiva, tendo terminado o ano de 2013 com 0,387%.

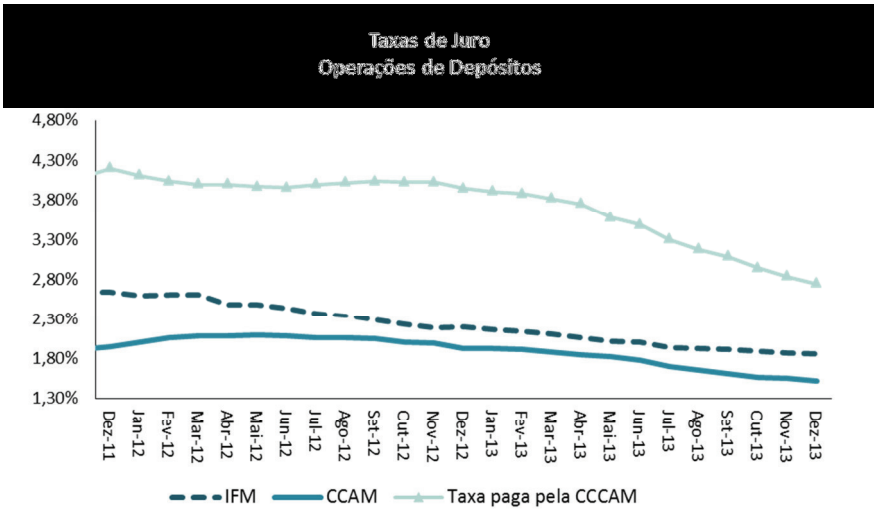
Taxas de Juro das CCAM

Rubrica	31-Dez-09	31-Dez-10	31-Dez-11	31-Dez-12	31-Dez-13
A – Taxa Média do Crédito	4,31%	4,45%	5,15%	4,43%	4,29%
B – Taxa Média de Recursos	1,29%	1,10%	1,95%	1,93%	1,52%
Taxa Média Depósitos à Ordem	0,22%	0,07%	0,07%	0,07%	0,07%
Taxa Média Depósitos a Prazo	2,15%	1,96%	3,16%	3.06 %	2.42 %
Taxa Média Depósitos Poupança	1,21%	0,92%	1,65%	1,47%	1,21%
MARGEM (A-B)	3,02%	3,35%	3,20%	2,50%	2,77%

Similarmente, também a taxa média das operações passivas registou uma tendência decrescente, com um mínimo em Outubro de 2010, mês em que atingiu 1,05%. Inverteu no entanto e de forma significativa essa tendência a partir de Novembro de 2010, mês a partir do qual tem estado a subir de forma contínua. No entanto, no final de 2012 foi retomada a tendência decrescente das taxas de juro passivas.

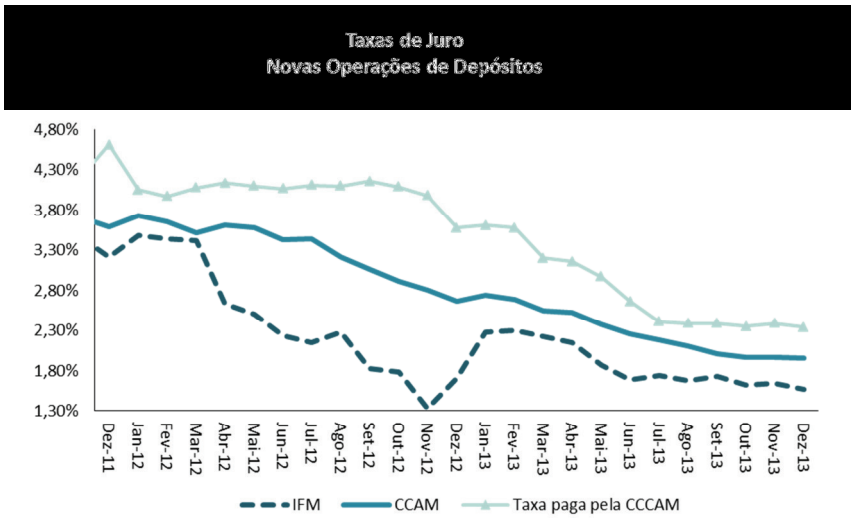
A redução das taxas sobre operações de crédito foi compensada com o significativo aumento da remuneração das aplicações das Caixas Associadas na Caixa Central, que subiram de 1,80%, em Abril de 2010 para 3,954%, em Dezembro de 2012, com um pico de 4,195% em Dezembro de 2011. A manutenção desta orientação da Caixa Central possibilitou a manutenção e recuperação de uma confortável Margem Financeira das CCAM, a qual registou em 2011 um aumento, em contra ciclo, de 2,68% para 2,88%, ajustando depois para 2,457% em Dezembro de 2012, valores sempre muito acima do mínimo de 2,11% verificado em Setembro de 2009.

Durante 2013 a Caixa Central ajustou em baixa a remuneração paga às Caixas Associadas e fomentou uma política de redução das taxas de recursos de clientes, decorrendo desta política um aumento do *spread* crédito-recursos, que compensou a redução das remunerações pagas às Caixas Associadas, possibilitando que a quebra da margem financeira das CCAM fosse muito ténue.



No Crédito Agrícola, desde Setembro de 2008, que se regista uma tendência decrescente das taxas de juro activas, apenas interrompida de Agosto de 2010 até ao final de 2011. Nesta data, a descida da Euribor veio a reflectir-se novamente na descida das taxas de juro activas, as quais, desde Dezembro de 2011, estão em queda.

O efeito da maior descida da taxa média das operações passivas face à das taxas activas resultou num aumento do spread entre as taxas activas e passivas de 0,22 p.p. em 2013, que conjugado com a ligeira redução das remuneração das aplicações na Caixa Central se traduziu no já referido ajustamento da margem financeira em -0,14 p.p..



As taxas médias ponderadas das novas operações de recursos tiveram uma ligeira redução em 2013.

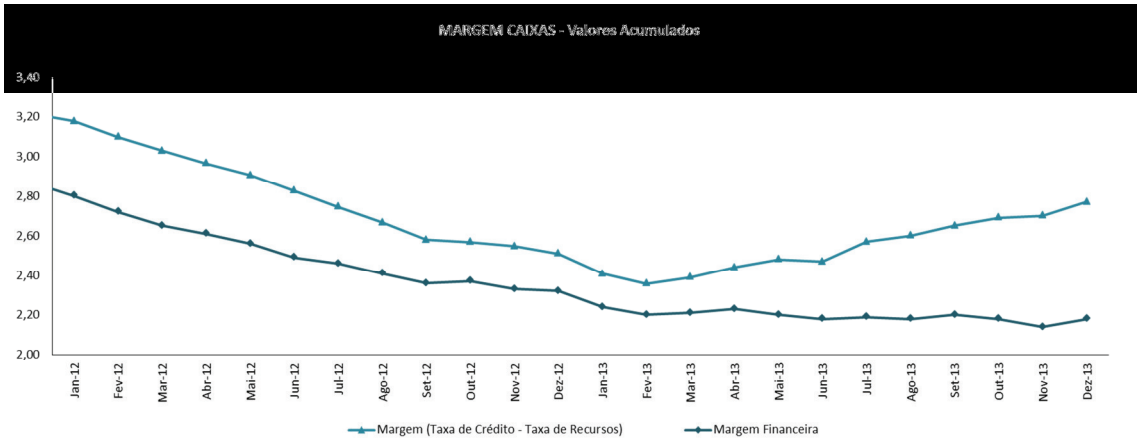
Se bem que a taxa média das novas operações de constituição/renovação de depósitos, em 2013 nas Caixas Agrícolas, continuasse superior à verificada no sistema financeiro, foi possível reduzir o diferencial que se tinha registado em 2012.

Em 2013 verificou-se um ajustamento na política Caixa Central de remuneração das Caixas Associadas. Desde Agosto de 2010 que a Caixa Central vinha a remunerar as Caixas Associadas significativamente acima das taxas de novos recursos de clientes das CCAM.

A política das Caixas Associadas, que vinham compensando a dificuldade de sustentação da margem financeira, aumentando a concessão de crédito e as taxas de juro das novas operações activas, também se ajustou em 2013, face ao aumento de liquidez no sistema financeiro.

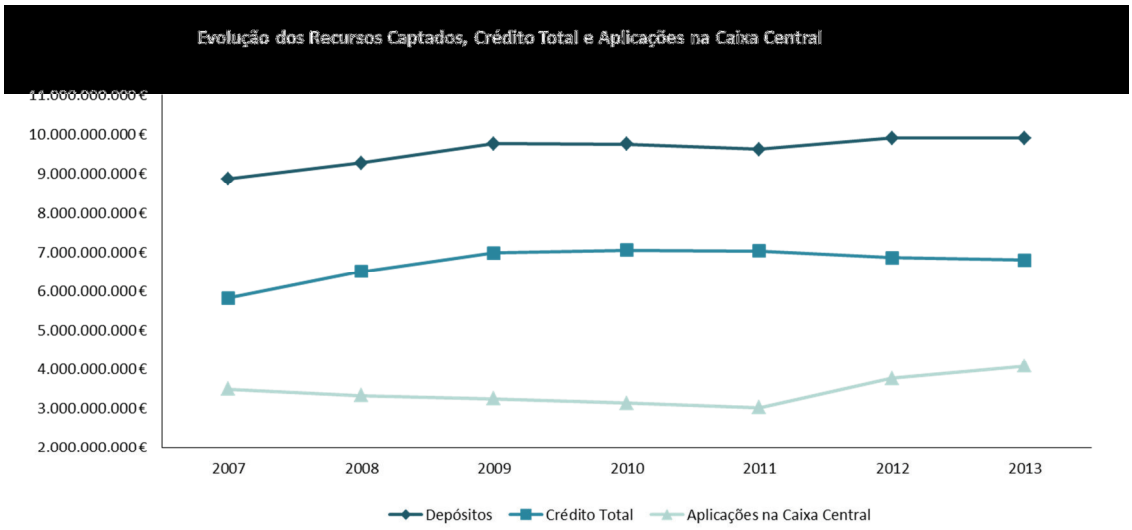
Desde Setembro de 2009 tem sido possível uma recuperação da Margem Financeira das Caixas Associadas, pelo aumento de *spread* crédito-depósitos, que subiu de 2,86% registado naquela data, para 3,35% em Dezembro de 2010, atingindo o máximo de 3,46% em Setembro de 2011, mês a partir do qual a tendência de crescimento se inverte. Para a recuperação da Margem Financeira foi igualmente determinante, neste período, a subida da taxa média das aplicações das Caixas Associadas na Caixa Central.

Não foi possível continuar com a recuperação da margem financeira das Caixas Agrícolas em 2013 devido à necessidade da Caixa Central em ajustar, em baixa, as taxas com que remunera as CCAM, efeito parcialmente compensado com a ligeira subida da Euribor ocorrida em 2013 e com a redução das taxas passivas.



A taxa média das novas operações de constituição/renovação de depósitos foi, em 2013, nas Caixas Agrícolas, apenas ligeiramente superior à verificada no sistema financeiro, invertendo uma tendência que tinha atingido proporções particularmente graves em 2012.

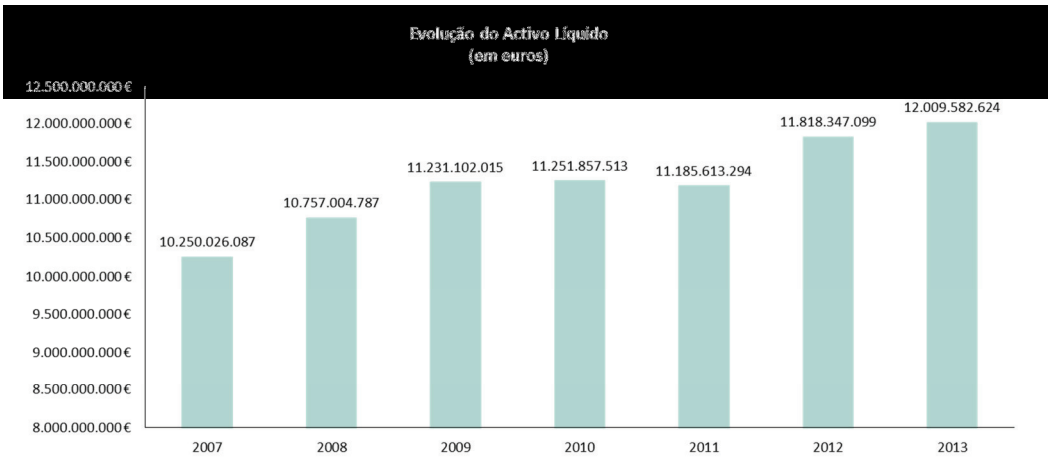
2. ESTRUTURA DE BALANÇO



Indicadores de Estrutura - Saldo em Fim de Período

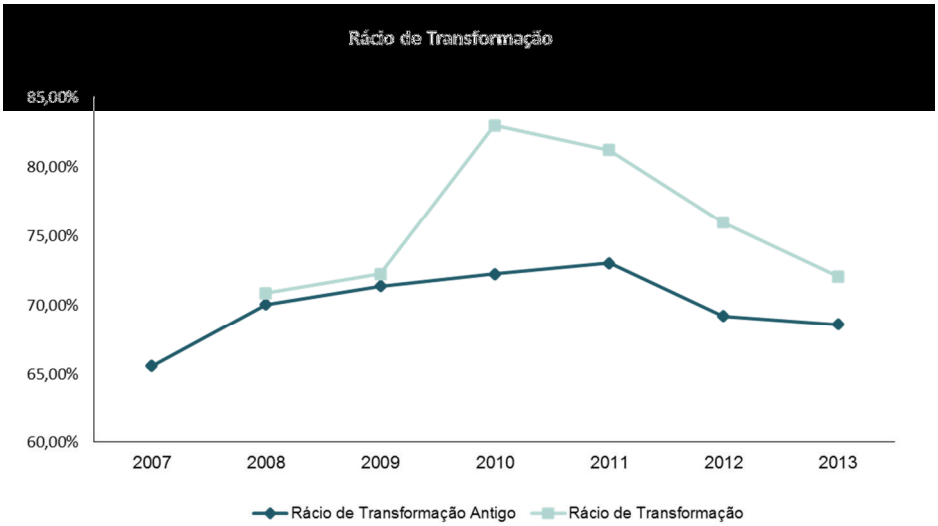
Rubrica	31-Dez-12	31-Dez-13	Variação período homologo
Disponibilidades e Aplicações	4.090.970.974 €	4.356.356.451 €	6,49%
Crédito a Clientes (Bruto)	6.875.054.995 €	6.806.293.861 €	-1,00%
Provisões/Imparidades Acumuladas p/ Crédito	431.906.766 €	478.960.254 €	10,89%
Crédito a Clientes (Líquido)	6.443.148.229 €	6.327.333.606 €	-1,80%
Total Crédito Vencido	513.381.195 €	554.627.974 €	8,03%
Provisões/Imparidades Acumuladas p/ Crédito Vencido	368.400.380 €	413.228.523 €	12,17%
Crédito Vencido + 90 Dias	479.400.355 €	528.304.780 €	10,20%
Grau de Cobertura do C.V. por Provisões	71,76%	74,51%	3,83%
Crédito Vencido + 90 Dias / Total Crédito Vencido	93,38%	95,25%	2,00%
Activos Não Correntes Detidos p/ Venda (Bruto)	380.670.397 €	431.610.997 €	13,38%
Provisões e Imparidades Acum.	41.811.502 €	63.351.313 €	51,52%
Activos Não Correntes Detidos p/ Venda (Liq.)	338.858.895 €	368.259.684 €	8,68%
Total Activo Líquido	11.818.347.099 €	12.009.582.624 €	1,62%
Recursos de Clientes e Outros Empréstimos	9.983.608.751 €	9.960.295.719 €	-0,23%
Outros Passivos Subordinados	132.447.628 €	134.312.801 €	1,41%
Situação Liquida	1.170.571.197 €	1.170.532.655 €	0,00%
Passivo + Situação Líquida	11.818.347.099 €	12.009.582.629 €	1,62%

Para o conjunto das CCAM, as principais variáveis da actividade constam dos quadros seguintes:



BALANÇO / VARIAÇÃO DO PERÍODO

	31-Dez-13	31-Dez-12	31-Dez-11
Crédito a Clientes Bruto	-68.761.134	-171.024.033	-14.993.402
Recursos de Clientes e Outros Empréstimos	-23.313.032	304.988.050	-104.571.249
Aplicações em Instituições de Crédito	316.332.603	704.802.623	-82.902.968



O crédito face ao período homólogo decresceu -0,23 p.p. (-68,7 milhões de euros), montante não corrigido dos abates de crédito ao activo, face à redução dos recursos em 23 milhões de euros (-1,0% face ao período homólogo), o que se traduziu no aumento das aplicações das Caixas Associadas em Instituições de Crédito em 316 milhões de euros, no período considerado.

BALANÇO SALDO EM FIM DE PERIODO

Unidade: euro

Rubrica	31-Dez-12	31-Dez-13	Variação período homologo
Crédito a Clientes (Bruto)	6.875.054.995 €	6.806.293.861 €	-0,23%
Recursos de Clientes e Outros Empréstimos	9.983.608.751 €	9.960.295.719 €	-1,00%
Aplicações em Instituições de Crédito	3.763.101.563 €	4.079.434.165 €	8,41%

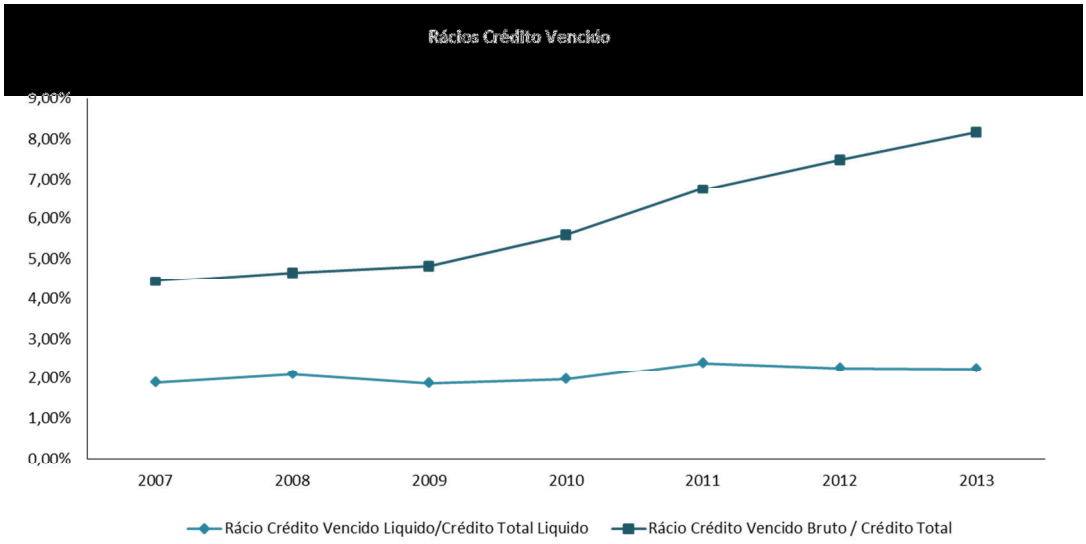
Indicador	31-Dez-12	31-Dez-13	Variação período homologo
Recursos de Clientes e Outros Empréstimos	9.983.608.751 €	9.960.295.719 €	-0,23%
Títulos de Investimento emitidos pela CCAM	41.857.145 €	51.736.421 €	23,60%
Fundos de Investimento Mobiliário CA Gest	149.218.937 €	200.820.332 €	34,58%
Fundos de Investimento Imobiliário CA Património Crescente (Square Asset Management)	112.896.566 €	141.128.451 €	25.01 %
Seguros de Capitalização CA Vida	985.380.963 €	1.229.792.274 €	24,80%
TOTAL	11.272.962.364 €	11.583.773.200 €	2,76%

Esta evolução traduz-se, ainda, na ligeira, mas continuada redução do rácio de transformação, o qual em 31/12/2013 se situa em 68,60%, inferior ao registado em Dezembro de 2012 (69,18%).

Crédito Vencido - Saldo em Fim de Período

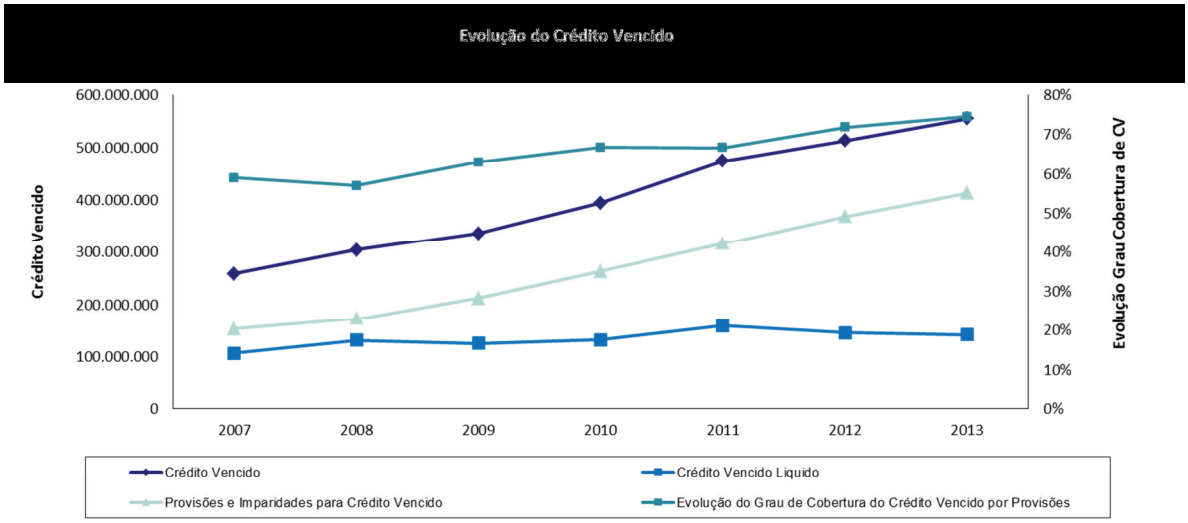
Unidade: euro

Rubrica	31-Dez-12	31-Dez-13	Variação período homologo
Crédito a Clientes (Bruto)	6.875.054.995 €	6.806.293.861 €	-1,00%
Provisões/Imparidades Acumuladas p/ Crédito	431.906.766 €	478.960.254 €	10,89%
Crédito a Clientes (Líquido)	6.443.148.229 €	6.327.333.606 €	-1,80%
Total Crédito Vencido	513.381.195 €	554.627.974 €	8,03%
Provisões/Imparidades Acumuladas p/ Crédito Vencido	368.400.380 €	413.228.523 €	12,17%
Crédito Vencido + 90 Dias	479.400.355 €	528.304.780 €	10,20%
Grau de Cobertura do C.V. por Provisões	71,76%	74,51%	3,83%
Crédito Vencido + 90 Dias / Total Crédito Vencido	93,38%	95,25%	2,00%



No quadro actual de agravamento da conjuntura económica, o aumento do crédito em atraso de pagamento tem sido também uma nota preocupante, atingindo o crédito vencido o montante de 554.627.974 euros, representando, líquido de provisões, 2,26% do total do crédito. O rácio de cobertura do crédito vencido pelas provisões, 74,51%, traduz um grande esforço de provisionamento, mantendo um nível sensivelmente igual ao registado no período homólogo do ano transacto, 71,76%.

O crédito vencido há mais de 90 dias representa em 31/12/2013 mais de 95,25% do total do crédito vencido.



3. PRINCIPAIS VARIÁVEIS DA CONTA DE EXPLORAÇÃO

Demonstração de Resultados

Saldo em Fim de Período

Rubrica	31-Dez-12	31-Dez-13	Variação período homologo
Juros de Crédito *	339.644.757 €	290.432.963 €	-14,49%
Juros de Aplicações Caixa Central *	125.656.473 €	118.750.011 €	-5,50%
Juros de Recursos de Clientes *	199.546.014 €	170.312.062 €	-14,65%
Margem Financeira	273.625.818 €	253.028.887 €	-7,53%
Saldo de Comissões	108.700.037 €	108.809.729 €	0,10%
Outros Resultados de Exploração	13.451.394 €	14.029.526 €	4,30%
Produto Bancário	397.000.330 €	375.788.410 €	-5,34%
Custos com Pessoal	138.192.222 €	138.958.980 €	0,55%
G.G.A. - Com serviços (711)	96.433.039 €	93.744.709 €	-2,79%
G.G.A. - Com fornecimentos (710)	10.462.207 €	10.506.951 €	0,43%
G.G.A. - Com avenças e honorários (71	6.357.084 €	6.188.572 €	-2,65%
Gastos Gerais Administrativos	106.895.246 €	104.251.751 €	-2,47%
Custos de Funcionamento	245.087.468 €	243.210.731 €	-0,77%
Resultado Bruto de Exploração	138.157.891 €	118.901.759 €	-13,94%
Provisões e Imparidades	99.026.037 €	103.579.907 €	4,60%
Resultado Líquido	39.532.267 €	156.856 €	-99,60%

O resultado do exercício, em 2013, reduziu de forma muito significativa, cifrando-se em 156.856 euros.

Margem Financeira

A redução da taxa de remuneração dos depósitos das Caixas Agrícolas na Caixa Central não foi compensada em toda a sua extensão pela subida da Euribor e pela descida das taxas de juro passivas, o que levou a uma redução da margem financeira em -7,53% (-20,5 Milhões de Euros), e do produto bancário em -5,34% (-21,2 Milhões de Euros) comparativamente ao período homólogo do ano anterior

É do conhecimento geral que as taxas Euribor estão em ligeira recuperação desde 2013, pelo que a perspectiva futura é de que estas margens venham a recuperar. Não se pode assim estranhar que em 2014 se venha a verificar uma evolução positiva dos resultados.

O saldo da conta de comissões cresceu, quando comparado com o período homólogo, 0,10%. Este crescimento representa um enorme esforço das Caixas Associadas, designadamente na sua actividade comercial, mas é claramente insuficiente para compensar a evolução negativa da Margem Financeira base.

Esta evolução, ainda que mitigada com a forte contenção no crescimento de custos de pessoal e gastos gerais administrativos em 0,55 p.p. e -2,47 p.p., respectivamente, não impediu uma forte degradação do resultado líquido do exercício, face ao período homólogo.

Tendo presente todo este quadro envolvente, deve ter-se em atenção, com alguma prudência, que face à evolução dos resultados das Caixas Associadas e tendo em consideração, designadamente, a pressão permanente sobre a margem financeira, a evolução da Euribor e a necessidade de constituição de provisões atendendo ao crescimento do crédito vencido, a solidez financeira das CCAM tornou-se mais exigente e difícil de manter.

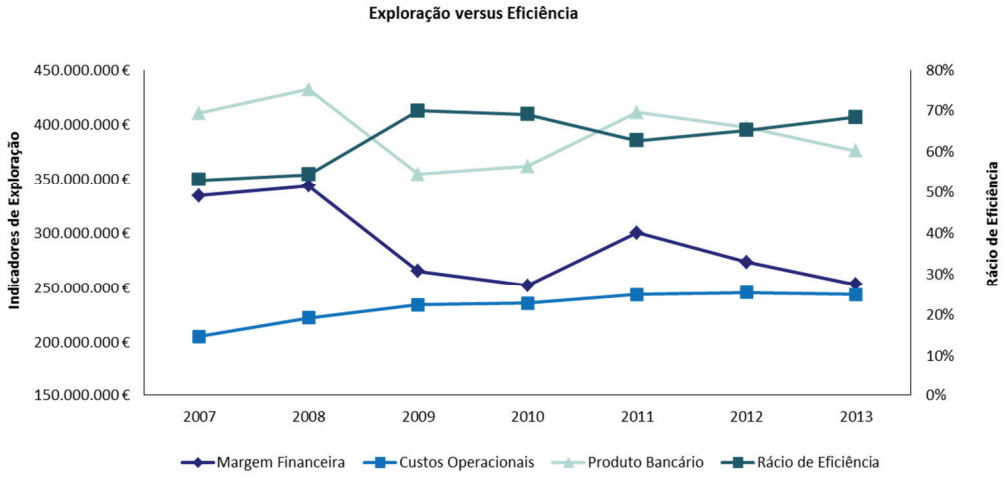
Margem de Serviços Bancários

A margem de serviços bancários teve um ligeiro aumento, de 122,1 Milhões de Euros para 122,4 reduzindo o seu peso em termos de activos financeiros, face ao período homólogo, de 0,96% para 0,92%

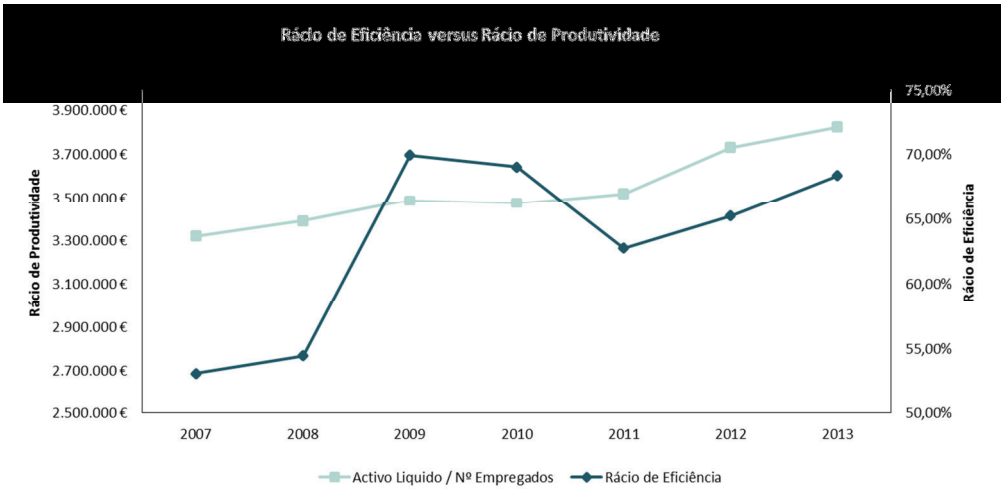
A margem do Negócio, medida em função do Activo Financeiro, vê-se assim reduzida de 3,52% para 3,17%.

Custos Funcionamento

O peso dos custos de funcionamento no activo financeiro reduz ligeiramente de 1,98% para 1,94%, reflectindo um acréscimo menor dos custos de funcionamento face ao crescimento dos activos.



O rácio de eficiência evoluiu negativamente, subindo de 65,20% para 68,36%, fruto do decréscimo do Produto Bancário. Os custos de funcionamento tiveram, neste contexto, uma forte contenção, crescendo os custos com pessoal apenas 0,55% e os gastos gerais e administrativos decrescendo em - 2,47%.



4. SÍNTESE DOS INDICADORES FUNCIONAMENTO

O impacto negativo do decréscimo da margem financeira teve efeitos muito negativos na cobertura da estrutura dos custos e na formação dos Resultados, sendo esse impacto particularmente evidente na evolução do rácio de eficiência.

INDICADORES DE FUNCIONAMENTO
(MEDIDOS EM FUNÇÃO DO ACTIVO FINANCEIRO)

Rácio	31-Dez-12	31-Dez-13
Rent. Mg Financeira = Mg. Financeira / Activo Líquido	2,43%	2,13%
Rent. Mg Complementar = Mg. Complementar / Activo Líquido	0,96%	0,92%
Rent. Produto Bancário = Prod. Bancário / Activo Líquido Médio	3,52%	3,17%
Custos com Pessoal / Activo Líquido	1,08%	1,07%
F.S.Terceiros / Activo Líquido	0,90%	0,87%
Rent. do Activo = Res. Exercício / Activo Líquido Médio (ROA)	0,35%	0,00%

5. RÁCIOS DO NORMATIVO

Nível médio dos Rácios Normativos
(Conjunto das CCAM)

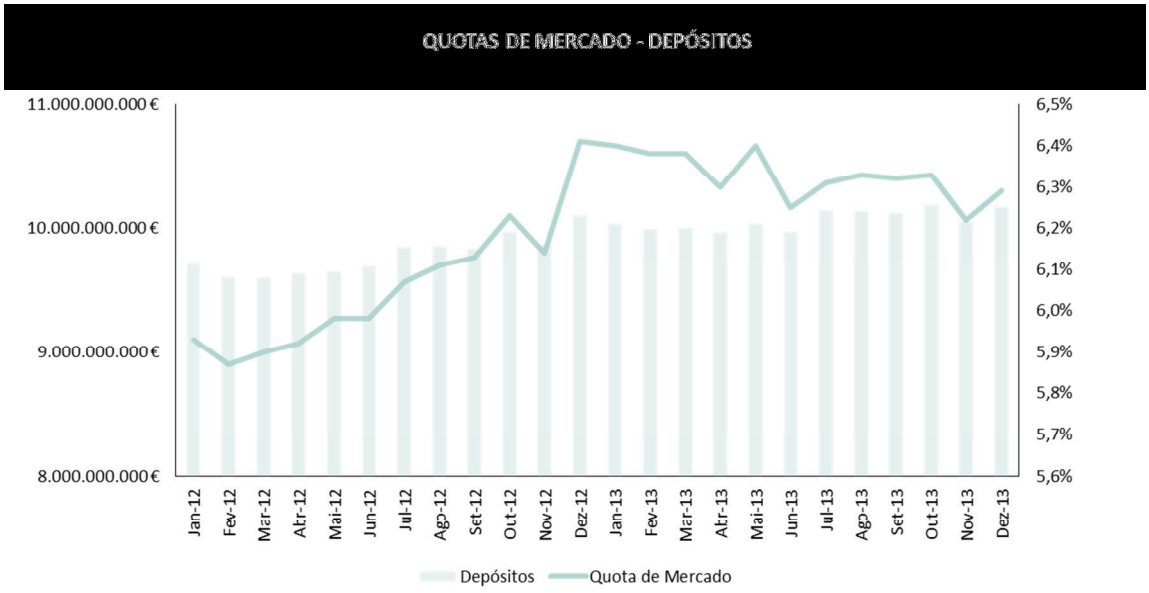
Valores em €, excepto %

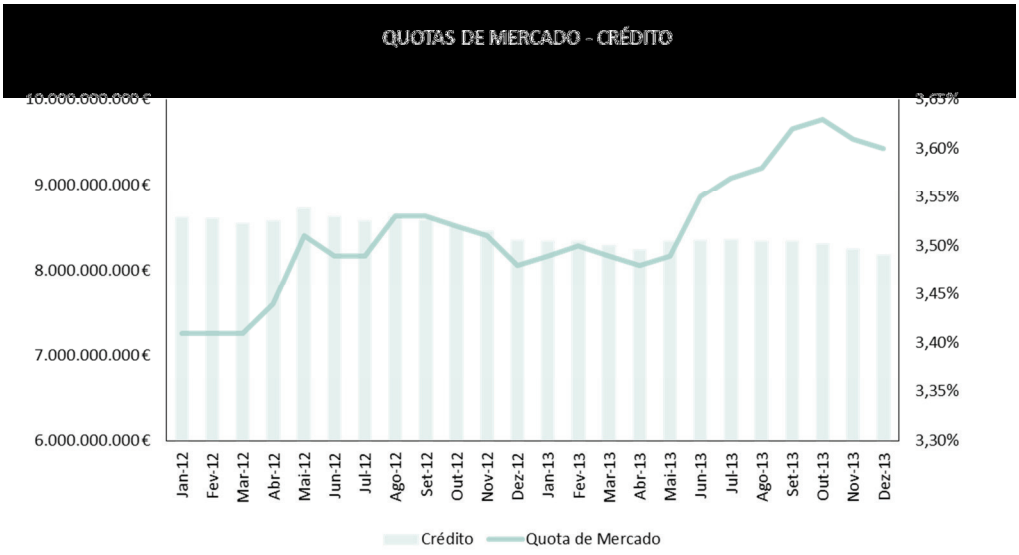
	Rácios Normativos	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Crédito Vencido Líquido	< = 3%	1,90%	2,11%	1,88%	2,01%	2,41%	2,28%	2,26%
Crédito Vencido Bruto há mais de 90 dias	< = 5%	3,93%	4,12%	4,42%	5,15%	6,06%	6,99%	7,78%
Rácio de Eficiência	< 60%	53,08%	54,45%	69,92%	67,71%	62,76%	65,20%	68,36%
Activo líquido por empregado	> 3.000.000 €	3.319.310	3.389.100	3.485.859	3.473.523	3.518.594	3.729.361	3.823.490
Produto Bancário por empregado	> 110.000 €	132.839	136.014	110.042	111.310	129.246	125.276	119.639
Comissões/Produto Bancário	> 20%	14,81%	16,44%	21,29%	24,94%	23,59%	27,38%	28,96%
Rácio de Transformação (Crédito/Depósitos)	< 85 %	65,58%	70,02%	71,37%	72,23%	73,02%	75,94%	72,05%
Crédito Coberto com garantias reais	> = 65%	65,58%	69,85%	72,34%	71,32%	73,30%	73,60%	74,17%

Saliente-se que os indicadores do Normativo aplicável às Caixas Associadas evoluíram duma forma global negativamente.

6. PESO DAS CAIXAS AGRÍCOLAS NO SISTEMA FINANCEIRO

O peso das Caixas Agrícolas em 2013 cresceu de forma significativa, quer em depósitos, quer em crédito, atingindo uma quota de mercado superior a 3,6% no crédito e 6,3% dos depósitos.




QUOTAS DE MERCADO - CRÉDITO
10.000.000.000€
9.000.000.000€
8.000.000.000€
7.000.000.000€
6.000.000.000€
3,65%
3,60%
3,55%
3,50%
3,45%
3,40%
3,35%
3,30%
Jan-12
Fev-12
Mar-12
Abr-12
Mai-12
Jun-12
Jul-12
Ago-12
Set-12
Out-12
Nov-12
Dez-12
Jan-13
Fev-13
Mar-13
Abr-13
Mai-13
Jun-13
Jul-13
Ago-13
Set-13
Out-13
Nov-13
Dez-13
Crédito
Quota de Mercado

VI. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO GRUPO

SICAM - SISTEMA INTEGRADO DO CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO

BALANÇOS CONSOLIDADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Montantes expressos em Euros)

ACTIVO	2013 Activo Bruto	2013 Provisões, imparidade e amortizações	2013 Activo líquido	2012 Activo líquido
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	384.777.133	-	384.777.133	433.899.600
Disponibilidades em outras instituições de crédito	78.693.130	-	78.693.130	79.338.159
Activos financeiros detidos para negociação	2.071	-	2.071	86.697
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	-	6.329.461
Activos financeiros disponíveis para venda	3.820.786.061	(40.348.785)	3.780.437.276	2.130.280.338
Aplicações em instituições de crédito	31.930.695	-	31.930.695	106.978.861
Crédito a clientes	8.198.572.805	(706.663.350)	7.491.909.455	7.716.887.965
Investimentos detidos até à maturidade	127.370.363	-	127.370.363	2.234.397.871
Activos não correntes detidos para venda	472.124.751	(71.134.427)	400.990.324	367.264.429
Outros activos tangíveis	471.187.282	(209.889.756)	261.297.526	260.439.936
Activos intangíveis	14.638.283	(14.385.159)	253.124	385.457
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	76.850.855	(544.348)	76.306.507	85.699.089
Activos por impostos correntes	6.778.962	-	6.778.962	4.611.115
Activos por impostos diferidos	125.777.751	-	125.777.751	128.450.653
Outros activos	218.470.895	(16.077.179)	202.393.716	192.092.000
Total do Activo	14.027.961.037	(1.059.043.004)	12.968.918.033	13.747.141.631

PASSIVO E CAPITAL	2013	2012
Recurso de bancos centrais	1.262.845.139	1.907.789.583
Passivos financeiros detidos para negociação	303.906	452.303
Recursos de outras instituições de crédito	100.067.053	240.227.969
Recursos de clientes e outros empréstimos	10.209.731.246	10.177.702.320
Provisões	3.402.428	7.374.919
Passivos por impostos correntes	6.577.028	6.389.871
Passivos por impostos diferidos	596.608	646.189
Instrumentos representativos de capital	10.648.770	30.379.140
Outros passivos subordinados	133.403.514	128.835.246
Outros passivos	135.469.310	149.517.216
Total do Passivo	11.863.045.002	12.649.314.756
Capital	926.355.629	904.415.840
Reservas de reavaliação	26.422.604	12.046.064
Outras reservas e resultados transitados	151.588.459	140.045.494
Lucro do exercício	1.506.339	41.319.477
Total do Capital	1.105.873.031	1.097.826.875
Total do Passivo e do Capital	12.968.918.033	13.747.141.631



SICAM - SISTEMA INTEGRADO DO CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Montantes expressos em Euros)

RUBRICA	2013	2012
Juros e rendimentos similares	457.450.552	560.645.110
Juros e encargos similares	(206.793.894)	(242.360.550)
Margem financeira	250.656.658	318.284.560
Rendimentos de instrumentos de capital	856.331	1.373.539
Rendimentos de serviços e comissões	142.358.354	140.309.892
Encargos com serviços e comissões	(10.759.774)	(10.809.268)
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	240.243	428.484
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	76.271.852	2.501.917
Resultados de reavaliação cambial	1.411.025	1.626.141
Resultados de alienação de outros activos	(2.478.379)	(801.201)
Outros resultados de exploração	14.088.909	12.044.720
Produto bancário	472.645.219	464.958.784
Custos com pessoal	(163.962.342)	(162.681.255)
Gastos gerais administrativos	(123.604.305)	(125.743.377)
Amortizações do exercício	(14.789.590)	(15.026.258)
Provisões líquidas de reposições e anulações	4.782.875	73.931
Correcções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (líquidas de reposições e anulações)	(139.457.403)	(113.304.842)
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	(15.350.102)	(7.764.459)
Resultado antes de impostos	20.264.352	40.512.524
Impostos		
correntes	(18.787.697)	(16.633.669)
diferidos	29.684	17.440.622
Resultado líquido do exercício	1.506.339	41.319.477



GRUPO CRÉDITO AGRÍCOLA

BALANÇOS CONSOLIDADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Montantes expressos em Euros)

		2013			2012				
ACTIVO	Notas	Activo Bruto	Provisões, imparidade e amortizações	Activo líquido	Activo líquido	PASSIVO E CAPITAL	Notas	2013	2012
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	6	384.781.220	-	384.781.220	433.907.221	Recursos de bancos centrais	21	1.262.845.139	1.907.789.583
Disponibilidades em outras instituições de crédito	7	81.831.513	-	81.831.513	79.544.798	Passivos financeiros detidos para negociação	12	514.933	1.309.351
Activos financeiros detidos para negociação	8	23.531.359	-	23.531.359	18.388.931	Recursos de outras instituições de crédito	21	100.067.053	240.227.969
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	9	30.785.624	-	30.785.624	8.328.617	Recursos de clientes e outros empréstimos	22	10.122.542.896	10.112.824.370
Activos financeiros disponíveis para venda	10	4.991.957.713	(4.876.962)	4.987.080.751	2.407.551.927	Provisões	23	4.125.557	7.572.648
Aplicações em instituições de crédito	11	32.030.820	-	32.030.820	122.720.945	Provisões técnicas de contratos de seguros	19	1.261.656.635	1.137.403.788
Crédito a clientes	13	8.136.142.185	(664.152.719)	7.471.989.466	7.660.152.604	Passivos por impostos correntes	18	9.957.674	9.970.122
Investimentos detidos até à maturidade	14	-	-	-	2.760.551.345	Passivos por impostos diferidos	18	14.091.857	2.695.427
Outros activos tangíveis	15	550.902.464	(270.285.973)	280.616.491	282.682.603	Instrumentos representativos de capital	24	10.648.770	30.379.140
Activos intangíveis	16	220.645.480	(159.874.860)	60.770.620	56.761.178	Outros passivos subordinados	25	133.403.514	128.835.246
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjunt	17	70.189.354	-	70.189.354	79.372.975	Outros passivos	26	559.703.731	433.860.436
Activos por impostos correntes	18	11.031.905	-	11.031.905	6.988.406	Total do Passivo		13.479.557.759	14.012.868.080
Activos por impostos diferidos	18	127.170.056	-	127.170.056	130.375.611				
Outros activos	20	1.206.255.550	(147.488.460)	1.058.767.090	1.065.789.771	Capital	28	926.355.629	904.415.840
						Reservas de reavaliação	29	51.088.525	1.242.634
						Outras reservas e resultados transitados	29	165.245.789	148.665.510
						Lucro do exercício	30	(2.941.419)	44.708.142
								1.139.748.524	1.099.032.126
						Interesses minoritários	31	1.269.986	1.216.726
						Total do Capital		1.141.018.510	1.100.248.852
Total do Activo		15.867.255.243	(1.246.678.974)	14.620.576.269	15.113.116.932	Total do Passivo e do Capital		14.620.576.269	15.113.116.932



GRUPO CRÉDITO AGRÍCOLA

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Montantes expressos em Euros)

RUBRICA	Notas	2013	2012
Juros e rendimentos similares	32	519.891.164	609.294.811
Juros e encargos similares	33	(213.187.521)	(242.712.008)
Margem financeira		306.703.643	366.582.803
Margem técnica da actividade de seguros	42	(9.347.971)	(4.386.125)
Rendimentos de instrumentos de capital	34	1.555.675	1.948.455
Rendimentos de serviços e comissões	35	123.623.778	124.365.783
Encargos com serviços e comissões	36	(23.054.294)	(22.438.373)
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	37	(533.643)	957.839
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	38	93.412.329	11.817.429
Resultados de reavaliação cambial	39	1.411.044	1.626.127
Resultados de alienação de outros activos	40	(11.901.729)	(876.789)
Outros resultados de exploração	41	4.131.300	13.570.860
Produto bancário		486.000.132	493.168.009
Custos com pessoal	43	(190.647.712)	(190.360.113)
Gastos gerais administrativos	44	(110.013.798)	(108.621.711)
Amortizações do exercício	15 e 16	(30.974.908)	(31.667.427)
Provisões líquidas de reposições e anulações	23	4.257.475	103.931
Correcções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (líquidas de reposições e anulações)	23	(106.385.128)	(99.040.992)
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	23	(34.990.065)	(18.225.983)
Diferenças de consolidação negativas	30	25	-
Resultados de participações em associadas e empreendimentos conjuntos (equivalência patrimonial)	30	1.908.392	1.903.698
Resultado antes de impostos e de interesses minoritários		19.154.413	47.259.412
Impostos			
correntes	18	(22.605.452)	(19.733.515)
diferidos	18	592.975	17.287.071
Resultado após impostos e antes de interesses minoritários		(2.858.064)	44.812.968
Interesses minoritários	30 e 31	(83.355)	(104.826)
Resultado consolidado do exercício		(2.941.419)	44.708.142



GRUPO CRÉDITO AGRÍCOLA

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Montantes expressos em Euros)

	2013	2012
ACTIVIDADES OPERACIONAIS		
Fluxos operacionais antes das variações nos activos e passivos		
Juros, comissões e outros proveitos equiparados recebidos	643.514.942	733.660.594
Juros, comissões e outros custos equiparados pagos	(236.241.815)	(265.150.381)
Pagamentos a empregados e fornecedores	(298.439.898)	(296.760.212)
Pagamentos e contribuições para fundos de pensões	(2.221.612)	(2.221.612)
(Pagamentos)/recebimentos do Imposto sobre o rendimento	(25.968.013)	(27.927.678)
Outros (pagamentos)/recebimentos relativos à actividade operacional	19.539.069	47.917.429
	100.182.673	189.518.140
(Aumentos) diminuições nos activos operacionais:		
Crédito a clientes	(81.697.563)	(154.370.621)
Activos financeiros detidos para negociação e outros activos avaliados ao justo valor através de resultados	28.133.078	(1.069.727)
Activos financeiros disponíveis para venda	2.445.651.846	1.594.085.850
Aplicações em instituições de crédito	(90.690.125)	(181.303.898)
Investimentos detidos até à maturidade	(2.760.551.345)	(590.739.744)
Outros activos	38.710.118	146.813.738
	(420.443.991)	813.415.598
Aumentos (diminuições) nos passivos operacionais:		
Recursos de outras instituições de crédito e bancos centrais	(785.105.360)	242.901.058
Recursos de clientes e outros empréstimos	9.718.526	291.372.545
Passivos financeiros detidos para negociação e derivados de cobertura	(794.418)	(406.975)
Outros passivos	226.084.739	289.354.619
	(550.096.513)	823.221.247
Caixa líquida das actividades operacionais	(29.469.849)	199.323.789
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Dividendos	(1.555.675)	(1.948.455)
Aquisições de filiais e associadas, líquidas de alienações	(9.183.621)	9.534.612
Aquisições de activos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento, líquidas de alienações	33.150.391	26.740.002
Caixa líquida das actividades de investimento	22.411.095	34.326.159
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Emissão de passivos subordinados, líquida de reembolsos	4.568.268	3.829.718
Interesses minoritários	53.260	177.463
Aumento (diminuição) de capital	420.130	1.502.639
Caixa líquida das actividades de financiamento	5.041.658	5.509.820
Aumento (diminuição) líquido de caixa e seus equivalentes	(46.839.286)	170.507.450
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	513.452.019	342.944.569
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	466.612.733	513.452.019
A Caixa e seus equivalentes no fim do exercício integra:		
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	384.781.220	433.907.221
Disponibilidades em outras instituições de crédito	81.831.513	79.544.798
	466.612.733	513.452.019



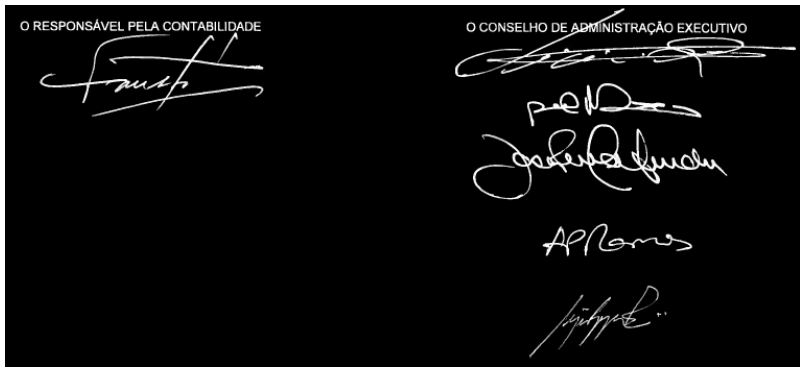
GRUPO CRÉDITO AGRÍCOLA

DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO CONSOLIDADO

PARA OS EXERCíCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Montantes expressos em Euros)

			Outras reservas e resultados transitados			Resultado consolidado do exercício			
	Capital	Reservas de reavaliação	Outras reservas	Resultados transitados	Total		Sub-total	Interesses minoritários	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2011	**867.605.506**	**(12.634.414)**	**290.505.735**	**(154.800.742)**	**135.704.993**	**55.117.357**	**1.045.793.442**	**945.808**	**1.046.739.250**
Aplicação do resultado do exercício de 2011:									
Transferência para reservas e resultados transitados	-	-	50.862.005	4.161.897	55.023.902	(55.117.357)	(93.455)	-	(93.455)
Distribuição de resultados a sócios	-	-	(7.634.844)	-	(7.634.844)	-	(7.634.844)	-	(7.634.844)
Aumento de capital por incorporação de reservas	35.307.695	-	(35.307.695)	-	(35.307.695)	-	-	-	-
Aumento de capital por entrada de novos sócios	7.634.844	-	-	-	-	-	7.634.844	-	7.634.844
Diminuição de capital por reembolso a sócios	(6.132.205)	-	-	-	-	-	(6.132.205)	-	(6.132.205)
Aumento de interesses minoritários	-	-	-	-	-	-	-	375.744	375.744
Outras Variações em Capital Próprio	-	(4.871.790)	-	879.154	879.154	-	(3.992.636)	-	(3.992.636)
Resultado Líquido	-	-	-	-	-	44.708.142	44.708.142	(104.826)	44.603.316
Rendimento integral consolidado do exercício de 2012	-	13.576.974	-	-	-	-	13.576.974	-	13.576.974
Saldos em 31 de Dezembro de 2012	**904.415.840**	**(3.929.230)**	**298.425.201**	**(149.759.691)**	**148.665.510**	**44.708.142**	**1.093.860.262**	**1.216.726**	**1.095.076.988**
Impacto de alteração contabilistica (IAS 19 Revisto)		5.171.864					5.171.864	-	5.171.864
Saldos em 1 de Janeiro de 2013	**904.415.840**	**1.242.634**	**298.425.201**	**(149.759.691)**	**148.665.510**	**44.708.142**	**1.099.032.126**	**1.216.726**	**1.100.248.852**
Aplicação do resultado do exercício de 2012:									
Transferência para reservas e resultados transitados	-	-	39.113.677	5.594.465	44.708.142	(44.708.142)	-	-	-
Distribuição de resultados a sócios	-	-	(6.470.605)	-	(6.470.605)	-	(6.470.605)	-	(6.470.605)
Aumento de capital por incorporação de reservas	21.519.659	-	(21.519.659)	-	(21.519.659)	-	-	-	-
Aumento de capital por entrada de novos sócios	8.499.460	-	-	-	-	-	8.499.460	-	8.499.460
Diminuição de capital por reembolso a sócios	(8.079.330)	-	-	-	-	-	(8.079.330)	-	(8.079.330)
Aumento de interesses minoritários	-	-	-	-	-	-	-	136.615	136.615
Outras Variações em Capital Próprio	-	-	-	(137.599)	(137.599)	-	(137.599)	-	(137.599)
Resultado Líquido	-	-	-	-	-	(2.941.419)	(2.941.419)	(83.355)	(3.024.774)
Rendimento integral consolidado do exercício de 2013	-	49.845.891	-	-	-	-	49.845.891	-	49.845.891
Saldos em 31 de Dezembro de 2013	**926.355.629**	**51.088.525**	**309.548.614**	**(144.302.825)**	**165.245.789**	**(2.941.419)**	**1.139.748.524**	**1.269.986**	**1.141.018.510**



GRUPO CRÉDITO AGRÍCOLA

DEMONSTRAÇÕES DO RENDIMENTO INTEGRAL CONSOLIDADO

PARA OS EXERCíCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Montantes expressos em Euros)

	2013	2012
Resultado consolidado do exercício	(2.941.419)	44.708.142
Reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda	63.259.146	18.110.493
Variação da reserva de reavaliação de imobilizado	-	48.470
Transferência para resultados por alienação	(223.039)	269.026
	63.036.107	18.427.989
Impacto fiscal:		
Reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda	(14.501.573)	(4.851.014)
Reconhecimento do rendimento integral no ambito da IAS 19 Revisto	1.311.357	-
Resultado não reconhecido na demonstração de resultados	49.845.891	13.576.975
Rendimento integral consolidado	46.904.472	58.285.117



NOTAS EXPLICATIVAS ANEXAS ÀS CONTAS CONSOLIDADAS

1. NOTA INTRODUTÓRIA

Com a constituição, em 1991, do Sistema Integrado do Crédito Agrícola Mútuo (SICAM), constituído pela Caixa Central e pelas Caixas Associadas, estabelece-se um regime de co-responsabilidade entre estas. As Caixas têm liberdade de associação à Caixa Central podendo, prosseguir a sua actividade fora do SICAM, mas submetendo-se a regras mais exigentes, semelhante às aplicadas para as restantes instituições de crédito.

As contas consolidadas apresentadas reflectem a situação patrimonial do Sistema Integrado do Crédito Agrícola Mútuo (SICAM), conjunto formado pela Caixa Central e Caixas de Crédito Agrícola Mútuo Associadas, que com as respectivas empresas filiais e associadas formam o Grupo Financeiro do Crédito Agrícola Mútuo (ou Grupo Crédito Agrícola – "GCA"), sendo elaboradas em conformidade com as disposições legais e regulamentares em vigor constantes no Artigo n.º 74º do Regime Jurídico do Crédito Agrícola Mútuo, Decreto-Lei n.º 36/92 e das instruções previstas no Artigo n.º 7º deste diploma.

O Grupo Crédito Agrícola é um Grupo Financeiro de âmbito nacional, integrado por um vasto número de bancos locais (Caixas Agrícolas) e por empresas especializadas, tendo como estruturas centrais a Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo, instituição bancária dotada igualmente de competências de supervisão, orientação e acompanhamento das actividades das Caixas Associadas e a Fenacam, instituição de representação cooperativa e prestadora de serviços especializados ao GCA.

As demonstrações financeiras anexas referem-se à actividade consolidada do Grupo Crédito Agrícola, tendo sido elaboradas para dar cumprimento aos requisitos de apresentação de contas do Banco de Portugal. O Conselho de Administração Executivo da Caixa Central aprovou as demonstrações financeiras com referência a 31 de Dezembro de 2013 e autorizou a sua emissão em 10 de Abril de 2014. As demonstrações financeiras serão submetidas à aprovação da Assembleia Geral de Associados realizada no dia 31 de Maio de 2014.

A principal alteração relevante à estrutura do grupo, ocorrida no ano de 2013, resulta do processo de cisão do Fundo de Investimento Imobiliário (FII) CA Imobiliário, resultante na criação do FII Carteira Imobiliário, igualmente integrado e consolidado pelo método consolidação integral.

Em 2013, foi constituído o FII Imovalor CA, o qual foi igualmente consolidado integralmente nas contas consolidadas do Grupo Crédito Agrícola.

Para além das situações acima descritas, a principal alteração, no perímetro de Consolidação de Contas, decorreu do FCR Portugal Ventures Global 2 (anteriormente designado FCR InovCapital Global 2), que integrava o processo de consolidação pelo método de equivalência patrimonial, e que decorrente de alterações à sua estrutura de capital, deixou de constar no perímetro de consolidação. Considera-se que esta entidade, para efeitos de consolidação de contas deixou de ser considerada como uma associada.

As alterações ocorridas no âmbito do SICAM decorreram apenas de fusões entre Caixas Agrícolas Associadas. Em 2013 ocorreu a fusão entre a CCAM de Oliveira de Azeméis e a CCAM de Estarreja, da qual resultou a CCAM Oliveira de Azeméis e Estarreja, C.R.L.

As contas consolidadas integram as contas das 83 Caixas de Crédito Agrícola Mútuo associadas à data de 31 de Dezembro de 2013.

O Grupo Crédito Agrícola detém, directa e indirectamente, participações financeiras em empresas filiais e associadas. São consideradas empresas filiais aquelas em que a percentagem de participação excede 50% do seu capital ou nas empresas onde a Caixa Central exerce um controlo efectivo sobre a sua gestão. Empresas associadas são aquelas em que a percentagem de participação se situa entre 20% e 50% do seu capital ou em que o SICAM, directa ou indirectamente, exerce uma influência significativa sobre a sua gestão e a sua política financeira.

2. BASES DE APRESENTAÇÃO, PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1. Bases de apresentação das contas

As demonstrações financeiras consolidadas do GCA foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos contabilísticos mantidos de acordo com os princípios consagrados nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), nos termos adoptados pela União Europeia, de acordo com o Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho, transposto para a legislação nacional pelo Decreto-Lei nº 35/2005, de 17 de Fevereiro e pelo Aviso do Banco de Portugal nº 1/2005, de 21 de Fevereiro e de acordo com as normas específicas de consolidação de contas constantes no artigo nº. 74º do Regime Jurídico do Crédito Agrícola Mútuo, Decreto-Lei n.º 36/92 de 28 de Março e Instrução n.º 71/96 do Banco de Portugal. No que se refere às empresas do GCA que utilizam normativos contabilísticos diferentes, são preparados ajustamentos de conversão para IAS/IFRS.

As alterações decorrentes da adopção das novas normas, interpretações, emendas e revisões acima referidas, não tiveram impacto nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Crédito Agrícola do exercício findo em 31 de Dezembro de 2013.

Os montantes indicados encontram-se emitidos em euros (excepto quando expressamente indicado), arredondados ao euro mais próximo.

As demonstrações financeiras consolidadas do GCA foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com excepção dos activos e passivos registados ao seu justo valor, nomeadamente instrumentos financeiros derivados, activos e passivos financeiros ao justo valor através dos resultados e activos financeiros disponíveis para venda.

Excepto no que diz respeito a matérias reguladas pelo Banco de Portugal, tal como referido acima, em 2013, as entidades do Grupo Crédito Agrícola utilizam as Normas e Interpretações

emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee* (IFRIC) que são relevantes para as suas operações e efectivas para os períodos iniciados a partir de 1 de Janeiro de 2013, desde que aprovadas pela União Europeia.

Resumo das novas disposições resultantes de emissão, revisão, emenda e melhoria às normas e interpretações já emitidas

As normas e interpretações recentemente emitidas pelo IASB com relevância na actividade do Grupo, cuja aplicação é obrigatória apenas em períodos com início após 1 de Janeiro de 2013 e que o Grupo não adoptou antecipadamente são as seguintes:

a) Já endossadas pela UE:

APLICÁVEIS A 2013

IFRS 1 Adopção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro - economias hiperinflacionárias (Emenda)

Quando a data de transição para as IFRS ocorrer na data, ou após data, em que a moeda funcional cesse de ser uma moeda de uma economia hiperinflacionária, a entidade pode mensurar todos os activos e passivos detidos antes da data da cessação e que foram sujeitas aos efeitos de uma economia hiperinflacionária, ao seu justo valor na data da transição para IFRS. Este justo valor pode ser utilizado como o custo considerado para esses activos e passivos na data de abertura da demonstração da posição financeira.

A emenda remove adicionalmente as datas fixas na IFRS 1 relativas ao desreconhecimento de activos e passivos financeiros e de ganhos e perdas em transacções no reconhecimento inicial, a nova data passa a ser considerada a data da transição para as IFRS.

IFRS 1 Adopção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro (Emenda) e IFRS 9 e IAS 20 Contabilização dos subsídios governamentais e divulgação de apoios governamentais

A emenda estabelece uma excepção na aplicação retrospectiva da IFRS 9 Instrumentos financeiros e IAS 20 Contabilização dos subsídios governamentais e divulgação de apoios governamentais.

Esta emenda requer que as entidades que apliquem a IFRS 1 apliquem prospectivamente os requisitos exigidos pela IAS 20 relativamente a empréstimos governamentais que existam à data da transição para as IFRS. No entanto, as entidades podem optar por aplicar os requisitos previstos na IFRS 9 (ou IAS 39, conforme aplicável) e IAS 20 a empréstimos governamentais

retrospectivamente se a informação necessária tenha sido obtida na data de reconhecimento inicial desses empréstimos.

Esta adopção permite aos primeiros adoptantes um alívio da aplicação retrospectiva da mensuração de empréstimos governamentais com uma taxa de juro inferior à taxa de juro de mercado. Como resultado da não aplicação retrospectiva da IFRS 9 (ou IAS 39) e IAS 20, os adoptantes pela primeira vez não necessitam de reconhecer o correspondente benefício de uma taxa inferior à taxa de juro de mercado num empréstimo governamental como subsídio.

IFRS 7 Compensação de activos financeiros e passivos financeiros (Emenda)

Esta emenda requer que as entidades divulguem informação sobre direitos de compensação e acordos relacionados (por exemplo Garantias colaterais). Estas divulgações providenciam informações que são úteis na avaliação do efeito líquido que esses acordos possam ter na Demonstração da Posição Financeira de cada entidade. As novas divulgações são obrigatórias para todos os instrumentos financeiros que possam ser compensados tal como previsto pela IAS 32 Instrumentos Financeiros: Apresentação. As novas divulgações também se aplicam a instrumentos financeiros que estão sujeitos a acordos principais de compensação ou outros acordos similares independentemente de os mesmos serem compensados de acordo com o previsto na IAS 32.

A emenda deve ser aplicada retrospectivamente.

IFRS 13 Mensuração do justo valor (Emissão)

A IFRS 13 estabelece uma fonte única de orientação para a mensuração do justo valor de acordo com as IFRS. A IFRS 13 não indica quando uma entidade deverá utilizar o justo valor, mas estabelece uma orientação de como o justo valor deve ser mensurado sempre que o mesmo é permitido ou requerido.

O justo valor é definido como o "preço que seria recebido para vender um activo ou pago para transferir um passivo numa transacção entre duas partes a actuar no mercado na data de mensuração".

A norma deve ser aplicada prospectivamente.

IAS 1 Apresentação de demonstrações financeiras (Emenda)

A emenda à IAS 1 altera a agregação de itens apresentados na Demonstração do Rendimento Integral. Itens susceptíveis de serem reclassificados (ou "reciclados") para lucros ou perdas no futuro (por exemplo na data de desreconhecimento ou liquidação) devem ser apresentados separados dos itens que não susceptíveis de serem reclassificados para lucros ou perdas (por exemplo, reservas de reavaliação previstas na IAS 16 e IAS 38).

Esta emenda não altera a natureza dos itens que devem ser reconhecidos na Demonstração de Rendimento Integral, nem se os mesmos devem ou não ser susceptíveis de serem reclassificados em lucros ou perdas no futuro.

A emenda deve ser aplicada retrospectivamente.

IAS 12 Impostos sobre o rendimento

A emenda à IAS 12 clarifica que a determinação de imposto diferido relativo a propriedades de investimento mensuradas ao justo valor, ao abrigo da IAS 40, deverá ser calculada tendo em conta a sua recuperação através da sua alienação no futuro. Esta presunção pode ser no entanto rebatível caso a entidade tenha um plano de negócios que demonstre que a recuperação desse imposto será efectuada através do uso das propriedades de investimento.

Adicionalmente, a emenda refere ainda que os impostos diferidos reconhecidos por activos fixos tangíveis não depreciáveis que sejam mensurados de acordo com o modelo de revalorização devem ser calculados no pressuposto de que a sua recuperação será efectuada através da venda destes activos.

IAS 19 Benefícios dos empregados (Revista)

A IAS 19 Benefícios de empregados (Revista), sendo as principais alterações as seguintes:

- a eliminação da opção de diferir o reconhecimento dos ganhos e perdas actuariais, conhecida pelo "método do corredor"; Ganhos e Perdas actuariais são reconhecidos na Demonstração do Rendimento Integral quando os mesmos ocorrem. Os valores reconhecidos nos lucros ou prejuízos são limitados: ao custo corrente e de serviços passados (que inclui os ganhos e perdas nos cortes), ganhos e perdas na liquidação e custos (proveitos) relativos a juros líquidos. Todas as restantes alterações no valor líquido do activo (passivo) decorrente do plano de benefício definido devem ser reconhecidas na Demonstração do Rendimento Integral, sem subsequente reclassificação para lucros ou perdas.
- os objectivos para as divulgações relativos a planos de benefício definido são explicitamente referidos na revisão da norma, bem como novas divulgações ou divulgações revistas. Nestas novas divulgações inclui-se informação quantitativa relativamente a análises de sensibilidade à responsabilidade dos benefícios definidos a possíveis alterações em cada um dos principais pressupostos actuariais.
- benefícios de cessação de emprego deverão ser reconhecidos no momento imediatamente anterior: (i) a que compromisso na sua atribuição não possa ser retirado e (ii) a provisão por reestruturação seja constituída de acordo com a IAS 37.
- A distinção entre benefícios de curto e longo prazo será baseada na tempestividade da liquidação do benefício independentemente do direito ao benefício do empregado já ter sido conferido.

A norma revista deve ser aplicada retrospectivamente.

IFRIC 20 Custos de separação de resíduos durante a fase de produção numa mina à superfície

Esta interpretação aplica-se à remoção de resíduos incorridos numa mina de superfície durante a fase de produção.

Se o benefício decorrente da actividade de separação de resíduos for realizado no período corrente, uma entidade deve reconhecer esses custos de separação e remoção de resíduos como custos de inventários. Quando o benefício se refere a um acesso melhorado ao minério então a entidade deverá reconhecer esses custos como activos não correntes se determinados critérios de reconhecimento forem cumpridos. Os activos de separação e remoção de resíduos devem ser contabilizados como uma adição ou melhoramentos a activos já existentes.

Se os custos da actividade de separação de resíduos que reúnem as condições para serem reconhecidos como um activo e o inventário produzido não for identificáveis separadamente, uma entidade deve alocar estes custos por ambos os activos utilizando um método de alocação baseado numa medida relevante de produção.

Após a mensuração inicial, o activo resultante da actividade de separação e remoção de resíduos deve estar registado ao seu valor de custo ou ao valor reavaliado, líquido de amortizações e imparidades, utilizando os mesmos critérios de valorização dos activos de que esta componente faça parte integrante.

A IFRIC não requer a total aplicação retrospectiva.

Melhorias anuais relativas ao ciclo 2009-2011

Nas Melhorias anuais relativas ao ciclo 2009-2011, o IASB emitiu seis emendas a cinco normas cujos resumos se apresentam de seguida:

IFRS 1 (Emenda) Adopção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro

Esta emenda:

- Clarifica que uma entidade que parou de aplicar as IFRS pode escolher entre: (i) voltar a aplicar a IFRS 1, apesar de já o ter feito num período anterior; ou (ii) aplicar retrospectivamente de acordo com a IAS 8, como se nunca tivesse deixado de aplicar as IFRS. Se uma entidade voltar a aplicar a IFRS 1 ou aplicar a IAS 8, deve divulgar as razões porque deixou de aplicar as IFRS e subsequentemente reatou a aplicação das IFRS.
- Clarifica que, na adopção das IFRS, uma entidade que tenha capitalizado custos de financiamento de acordo com o anterior normativo, pode manter esse montante capitalizado sem qualquer ajustamento na Demonstração da posição financeira na data de transição.

IAS 1 (Emenda) Apresentação de demonstrações financeiras

Clarifica a diferença entre informação comparativa adicional e informação mínima comparativa. Geralmente, a informação comparativa mínima requerida corresponde ao período comparativo anterior.

Uma entidade deve incluir informação comparativa nas notas às demonstrações financeiras quando voluntariamente divulga informação para além da informação mínima requerida. A informação adicional relativa ao período comparativo não necessita de conter um conjunto completo de demonstrações financeiras.

Adicionalmente, o balanço de abertura do da posição financeira (terceiro balanço) deve ser apresentado nas seguintes circunstâncias: i) quando uma entidade aplica uma política contabilística retrospectivamente ou elabora uma reexpressão retrospectiva de itens nas suas demonstrações financeiras; ou ii) quando reclassifica itens nas suas demonstrações financeiras e estas alterações são materialmente relevantes para a demonstração da posição financeira. O balanço de abertura deverá ser o balanço de abertura do período comparativo. Todavia, ao contrário da informação comparativa voluntária, não são requeridas notas para sustentar a terceira demonstração da posição financeira.

IAS 16 Activos fixos tangíveis

Clarifica que sobressalentes e equipamentos de serviço que cumprem com a definição de activos fixos tangíveis devem ser classificados como tal e não são inventários.

IAS 32 Instrumentos financeiros

Clarifica que o imposto sobre o rendimento que resulte de distribuições a accionistas deve ser contabilizado de acordo com a IAS 12 Impostos sobre o rendimento.

IAS 34 Relato financeiro intercalar

Clarifica que os requisitos da IAS 34 relativamente à informação por segmentos para o total de activos e passivos para cada segmento reportável, de forma a melhorar a consistência com a IFRS 8 Relato por segmentos.

De acordo com esta emenda, o total de activos e passivos para cada um dos segmentos reportáveis só necessitam de ser divulgados quando os mesmos são regularmente providenciados aos gerentes de segmento.

As melhorias devem ser aplicadas de forma retrospectiva.

APLICÁVEIS A 2013 APENAS SE ADOPTADAS ANTECIPADAMENTE E DESDE QUE DIVULGADA A ADOPÇÃO ANTECIPADA E SATISFEITAS AS RESTANTES CONDIÇÕES REQUERIDAS:

IFRS 10 Demonstrações financeiras consolidadas

O IASB emitiu a IFRS 10 Demonstrações financeiras consolidadas que substitui os requisitos de consolidação previstos na SIC 12 Consolidação - entidades com finalidade especial e na IAS 27 Demonstrações financeiras consolidadas e separadas.

A IFRS estabelece um novo conceito de controlo que deverá ser aplicado para todas as entidades e veículos com finalidade especial. As mudanças introduzidas pela IFRS 10 irão requerer que a Gestão faça um julgamento significativo de forma a determinar que entidades são controladas e consequentemente ser incluídas nas Demonstrações financeiras consolidadas da empresa-mãe.

Esta norma, de acordo com o endosso (Regulamento EU nº 1254/2012, de 11 de Dezembro), é aplicável para exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2014. A aplicação pode ser antecipada desde que a entidade aplique simultaneamente a IFRS 11, IFRS 12, IAS 27 (revista em 2011) e IAS 28 (revista em 2011). A aplicação é retrospectiva.

IFRS 11 Acordos conjuntos

A IFRS 11:

- substitui a IAS 31 Interesses em empreendimentos Conjuntos e a SIC 13 Entidades conjuntamente controladas — contribuições não monetárias por empreendedores.
- altera o conceito de controlo conjunto e remove a opção de contabilizar uma entidade conjuntamente controlada através da método da consolidação proporcional, passando uma entidade a contabilizar o seu interesse nestas entidades através do método da equivalência patrimonial.
- define ainda o conceito de operações conjuntas (combinando os conceitos existentes de activos controlados e operações controlados conjuntamente) e redefine o conceito de consolidação proporcional para estas operações, devendo cada entidade registar nas suas demonstrações financeiras os interesses absolutos ou relativos que possuem nos activos, passivos, rendimentos e custos.

Esta norma, de acordo com o endosso (Regulamento EU nº 1254/2012, de 11 de Dezembro), é aplicável para exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2014. A aplicação pode ser antecipada desde que a entidade aplique simultaneamente a IFRS 11, IFRS 12, IAS 27 (revista em 2011) e IAS 28 (revista em 2011). A aplicação é retrospectiva.

IFRS 12 Divulgação de participações em outras entidades

A IFRS 12 Divulgação de participações em outras entidades estabelece o nível mínimo de divulgações relativamente a empresas subsidiárias, empreendimentos conjuntos, empresas associadas e outras entidades não consolidadas.

Esta norma inclui, por isso, todas as divulgações que eram obrigatórias nas IAS 27 Demonstrações financeiras consolidadas e separadas referentes às contas consolidadas, bem como as divulgações obrigatórias incluídas na IAS 31 Interesses em empreendimentos conjuntos e na IAS 28 Investimentos em associadas, para além de novas informações adicionais.

Esta norma, de acordo com o endosso (Regulamento EU nº 1254/2012, de 11 de Dezembro), é aplicável para exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2014. A aplicação pode ser antecipada desde que a entidade aplique simultaneamente a IFRS 11, IFRS 12, IAS 27 (revista em 2011) e IAS 28 (revista em 2011). A aplicação é retrospectiva.

IFRS 10, IFRS 11 e IFRS 12 (Emendas) – Orientações de Transição

Estas emendas permitem a adopção de procedimentos menos exigentes na transição para as IFRS 10, IFRS 11 e IFRS 12 como por exemplo a reexpressão de comparativos que fica limitada ao período imediatamente anterior à transição.

De acordo com o endosso (Regulamento EU nº 313/2013, de 4 de Abril), as alterações são aplicáveis para os exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2014. A aplicação pode ser antecipada desde que a entidade também adopte antecipadamente a IFRS 10, IFRS 11 e IFRS 12.

IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27 (Emendas) – Entidades de Investimento

As entidades de investimento que incluem os Fundos de capital de risco devem satisfazer três elementos da definição e quatro características típicas para que possam ser consideradas como entidades de investimento a quem se aplicam as novas disposições. Para o efeito, devem ser considerados todos os factos e circunstâncias incluindo o fim a que se destinam e a sua concepção. Estas entidades estão isentas de consolidar as suas subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos, as quais devem ser valorizadas ao justo valor através de resultados nos termos da IFRS 9 (ou IAS 39 conforme aplicável), com excepção daquelas que prestem serviço exclusivo à entidade de investimento, as quais devem ser consolidadas (investimentos em subsidiárias) ou contabilizadas usando o método da equivalência patrimonial (investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos). Também devem ser valorizadas ao justo valor os investimentos em outras entidades de investimento sobre as quais exista controlo. Uma entidade mãe de uma entidade de investimento que não seja, ela própria, uma entidade de investimento não pode usar nas suas contas o modelo de justo valor aplicado pela sua subsidiária às respectivas participadas. Organizações de capital de risco, fundos de investimento e outras entidades que não satisfaçam as condições para serem consideradas entidades de investimento nos termos agora definidos, mantêm a possibilidade

de poder mensurar os investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos ao justo valor através de resultados nos termos da opção prevista na IAS 28.

De acordo com o endosso (Regulamento EU nº 1174/2013, de 20 de Novembro), as alterações são aplicáveis para os exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2014. A aplicação pode ser antecipada desde que a entidade aplique todas as emendas simultaneamente. A aplicação é retrospectiva.

IAS 27 Demonstrações financeiras consolidadas e separadas (Revista em 2011)

Com a introdução da IFRS 10 e IFRS 12, a IAS 27 limita-se a estabelecer o tratamento contabilístico relativamente a subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas nas contas separadas.

De acordo com o endosso, as alterações à IAS 27 serão aplicáveis para os exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2014. A aplicação pode ser antecipada desde que a entidade aplique simultaneamente a IFRS 10, IFRS 11, IFRS 12 e IAS 28 (revista em 2011). A aplicação é retrospectiva.

IAS 28 Investimentos em associadas e *joint ventures*

Com as alterações à IFRS 11 e IFRS 12, a IAS 28 foi renomeada e passa a descrever a aplicação do método de equivalência patrimonial também às *joint ventures* à semelhança do que já acontecia com as associadas.

De acordo com o endosso, as alterações à IAS 28 serão aplicáveis para os exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2014. A aplicação pode ser antecipada desde que a entidade aplique simultaneamente a IFRS 10, IFRS 11, IFRS 12 e IAS 27 (revista em 2011). A aplicação é retrospectiva.

IAS 32 Instrumentos financeiros (Compensação de activos financeiros e passivos financeiros)

A emenda clarifica o significado de "direito legal correntemente executável de compensar" e a aplicação da IAS 32 aos critérios de compensação de sistemas de compensação (tais como sistemas centralizados de liquidação e compensação) os quais aplicam mecanismos de liquidação brutos que não são simultâneos.

O parágrafo 42 a) da IAS 32 requer que "um activo financeiro e um passivo financeiro devem ser compensados e a quantia líquida apresentada no balanço quando, e apenas quando, uma entidade tiver actualmente um direito de cumprimento obrigatório para compensar as quantias reconhecidas". Esta emenda clarifica que os direitos de compensar não só têm de ser legalmente correntemente executáveis no decurso da actividade normal mas também têm de ser executáveis no caso de um evento de incumprimento e no caso de falência ou insolvência de todas as contrapartes do contrato, incluindo da entidade que reporta. A emenda também clarifica que os direitos de compensação não devem estar contingentes de eventos futuros.

O critério definido na IAS 32 para a compensação de instrumentos financeiros requer que a entidade de reporte pretenda, ou liquidar numa base líquida, ou realizar o activo e liquidar

simultaneamente o passivo. A emenda clarifica que só os mecanismos de liquidação pelo valor bruto que eliminam ou resultam em riscos de crédito e liquidez insignificantes em que o processo de contas a receber e a pagar é um único processo de liquidação ou ciclo podem ser, de facto, equivalentes a uma liquidação pelo valor líquido, cumprindo com efeito o critério de liquidação líquido previsto na norma.

De acordo com o endosso, as emendas a esta norma são aplicáveis para exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2014. A emenda à IFRS 7 deverá ser aplicável retrospectivamente de acordo com a IAS 8. A aplicação antecipada é permitida devendo divulgar este facto e cumprir com as divulgações previstas pela IFRS 7 Divulgações (Emenda) - Compensação de activos financeiros e passivos financeiros.

IAS 36 – Imparidade de activos (Emenda): Divulgações da quantia recuperável para activos não financeiros

A emenda elimina a obrigatoriedade de divulgação do valor recuperável de unidades geradoras de caixa que incluam activos intangíveis com vida útil indefinida e/ou goodwill, desde que não tenham sido reconhecidas perdas de imparidade, com o objectivo de eliminar a consequência não intencional existente na norma que obrigava à divulgação de informação comercial sensível. Passou a ser obrigatório divulgar: (i) informação adicional sobre o justo valor dos activos em imparidade quando a quantia recuperável é baseada no justo valor menos custo de vender e (ii) informação sobre as taxas de desconto usadas quando a quantia recuperável é baseada no justo valor menos custos de vender que use uma técnica de valorização ao valor actual.

De acordo com o endosso (Regulamento EU nº 1374/2013, de 19 de Dezembro), as alterações são aplicáveis para os exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2014. A aplicação é retrospectiva.

IAS 39 – Instrumentos financeiros (Emenda): Novação de Derivados e continuação de contabilidade de cobertura

As emendas visam permitir uma excepção à necessidade de descontinuar a contabilidade de cobertura em certas circunstâncias nas quais existe uma alteração da contraparte num instrumento de cobertura de forma a garantir a participação numa câmara de compensação para esse instrumento. A emenda cobre as novações:

- que resultem da aplicação ou da alteração de leis ou regulamentos;
- nas quais as partes do instrumento de cobertura concordam que uma ou mais contrapartes da compensação substituam as contrapartes originais de forma a tornarem-se as novas contrapartes de cada uma das partes;
- que não resultem em outras alterações aos termos do contrato original do derivado para além das alterações directamente atribuíveis à alteração da contraparte para assegurar a compensação.

Todas as condições acima referidas devem ser cumpridas para se continuar a contabilidade de cobertura de acordo com esta excepção.

A emenda cobre novações efectuadas para contrapartes centrais, bem como para intermediários como sejam membros de câmaras de compensação, ou clientes dos últimos que sejam eles próprios intermediários.

Para as novações que não cumpram os critérios da excepção, as entidades devem avaliar as alterações ao instrumento de cobertura à luz das regras de desreconhecimento de instrumentos financeiros e das condições gerais para continuar a aplicação da contabilidade de cobertura.

De acordo com o endosso (Regulamento EU nº 1375/2013, de 19 de Dezembro), as alterações são aplicáveis para os exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2014. A aplicação pode ser antecipada desde que divulgada. A aplicação é retrospectiva. Contudo, as entidades que descontinuaram a contabilidade de cobertura no passado, devido a uma novação que estaria no âmbito desta emenda, não podem reexpressar essa contabilidade de cobertura.

NÃO APLICÁVEIS A 2013:

a) Ainda não endossadas pela UE:

IFRS 9 Instrumentos financeiros (Introduz novos requisitos de classificação e mensuração de activos e passivos financeiros)

A primeira fase da IFRS 9 Instrumentos financeiros aborda a classificação e mensuração dos activos e passivos financeiros. O IASB continua a trabalhar e a discutir os temas de imparidade e contabilidade de cobertura com vista à revisão e substituição integral da IAS 39. A IFRS 9 aplica-se a todos os instrumentos financeiros que estão no âmbito de aplicação da IAS 39.

As principais alterações são as seguintes:

<u>Activos Financeiros:</u>

Todos os activos financeiros são mensurados no reconhecimento inicial ao justo valor.

Os instrumentos de dívida podem ser mensurados ao custo amortizado subsequentemente se:

- a opção pelo justo valor não for exercida;
- o objectivo da detenção do activo, de acordo com o modelo de negócio, é receber os *cash-flows* contratualizados; e
- nos termos contratados os activos financeiros irão gerar, em datas determinadas, *cash-flows* que se consubstanciam somente no pagamento de reembolso de capital e juros relativos ao capital em dívida.

Os restantes instrumentos de dívida são mensurados subsequentemente ao justo valor.

Todos os investimentos financeiros de capital próprio são mensurados ao justo valor através da Demonstração de Rendimento Integral ou através de proveitos e perdas. Cada um dos instrumentos financeiros de capital próprio deve ser mensurado ao justo valor através de i) na Demonstração de Rendimento integral ou (ii) Proveitos e perdas (os instrumentos financeiros de capital próprio detidos para negociação devem ser mensurados ao justo valor com as respectivas variações sempre reconhecidas através de proveitos e perdas)

Passivos Financeiros:

As diferenças no justo valor de passivos financeiros ao pelo justo valor através dos lucros ou prejuízos que resultem de alterações no risco de crédito da entidade devem ser apresentadas na Demonstração de rendimento integral. Todas as restantes alterações devem ser registadas nos lucros e perdas excepto se a apresentação das diferenças no justo valor resultantes do risco de crédito do passivo financeiro fossem susceptíveis de criar ou aumentar uma descompensação significativa nos resultados do período.

Todas as restantes regras de classificação e mensuramento relativamente a passivos financeiros existentes na IAS 39 permanecem inalteradas na IFRS 9 incluindo as regras da separação de derivados embutidos e o critério para ser reconhecidos ao justo valor por proveitos e perdas.

Esta norma é aplicável para exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2015. A aplicação antecipada é permitida desde que devidamente divulgada. A aplicação das disposições relativas aos passivos financeiros pode ser também antecipada desde que em simultâneo com as disposições relativas aos activos financeiros.

IAS 19 R – Benefícios de Empregados (Emenda): Contribuições de empregados

Esta emenda aplica-se a contribuições de empregados ou terceiros para planos de benefícios definidos. Simplifica a contabilização das contribuições que sejam independentes do número de anos de prestação de serviço do empregado, como por exemplo, contribuições efectuadas pelo empregado que sejam calculadas com base numa percentagem fixa do salário, que sejam uma quantia fixa ao longo de todo o período de serviço ou uma quantia que dependa da idade do empregado. Tais contribuições passam a poder ser reconhecidas como uma redução dos custo do serviço no período em que o serviço é prestado.

As alterações são aplicáveis para os exercícios iniciados em ou após 1 de Julho de 2014. A aplicação pode ser antecipada desde que divulgada. A aplicação é retrospectiva.

Melhorias anuais relativas ao ciclo 2010-2012

Nas Melhorias anuais relativas ao ciclo 2010-2012, o IASB introduziu oito melhorias em sete normas cujos resumos se apresentam de seguida:

IFRS 2 Pagamentos com base em Acções

Actualiza definições, clarifica o que se entende por condições de aquisição e clarifica ainda situações relacionadas com preocupações que haviam sido levantadas sobre condições de serviço, condições de mercado e condições de performance.

IFRS 3 Combinações de Negócios

Introduz alterações no reconhecimento das alterações de justo valor dos pagamentos contingentes que não sejam instrumentos de capital. Tais alterações passam a ser reconhecidas exclusivamente em resultados do exercício.

IFRS 8 Segmentos Operacionais

Requer divulgações adicionais (descrição e indicadores económicos) que determinaram a agregação dos segmentos.

A divulgação da reconciliação do total dos activos dos segmentos reportáveis com o total de activos da entidade só é exigida se for também reportada ao gestor responsável, nos mesmos termos da divulgação exigida para os passivos do segmento.

IFRS 13 Mensuração ao Justo valor

Clarifica que as contas a receber e as contas a pagar sem juro declarado podem ser mensuradas ao valor nominal quando o efeito do desconto é imaterial. Assim, a razão pela qual foram eliminados parágrafos da IAS 9 e IAS 39 nada teve a ver com alterações de mensuração mas sim com o facto de a situação em concreto ser imaterial e, por esse facto, não ser obrigatório o seu tratamento conforme já previsto na IAS 8.

IAS 16 Activos fixos tangíveis

No caso de revalorização a norma passa a prever a possibilidade de entidade poder optar entre proceder ao ajustamento do valor bruto com base em dados observáveis no mercado ou que possa alocar a variação, de forma proporcional, à alteração ocorrida no valor contabilístico sendo, em qualquer dos casos, obrigatória a eliminação das amortizações acumuladas por contrapartida do valor bruto do activo. Estas alterações só se aplicam a revalorização efectuadas no ano em que a alteração for aplicada pela primeira vez e ao período imediatamente anterior. Pode fazer a reexpressão para todos os períodos anteriores mas não é obrigada a fazê-lo. Contudo, se não fizer, deverá divulgar o critério usado nesses períodos.

IAS 24 Divulgações de Partes Relacionadas

Clarifica a definição de pessoal chave da gestão e altera os requisitos de divulgação associados.

IAS 38 Activos intangíveis

No caso de revalorizações a norma passa a prever a possibilidade de entidade poder optar entre proceder ao ajustamento do valor bruto com base em dados observáveis no mercado ou que possa alocar a variação, de forma proporcional, à alteração ocorrida no valor contabilístico sendo, em qualquer dos casos, obrigatória a eliminação das amortizações acumuladas por contrapartida do valor bruto do activo. Estas alterações só se aplicam a revalorizações efectuadas no ano em que a alteração for aplicada pela primeira vez e ao período imediatamente anterior. Pode fazer a reexpressão para todos os períodos anteriores mas não é obrigada a fazê-lo. Contudo, se não fizer, deverá divulgar o critério usado nesses períodos.

As melhorias 2010-2012 são aplicáveis para os exercícios iniciados em ou após 1 de Julho de 2014. A aplicação pode ser antecipada desde que divulgada. A aplicação é geralmente prospectiva.

Melhorias anuais relativas ao ciclo 2011-2013

Nas Melhorias anuais relativas ao ciclo 2011-2013, o IASB introduziu 4 melhorias em outras tantas normas cujos resumos se apresentam de seguida:

IFRS 1 Adopção pela primeira vez das Normas Internacionais de Relato financeiro

Clarifica o que se entende por normas em vigor.

IFRS 3 Combinações de Negócios

Actualiza a excepção de aplicação da norma a "Acordos Conjuntos" clarificando que a única exclusão se refere à contabilização da criação de um acordo conjunto nas demonstrações financeiras do próprio acordo conjunto.

IFRS 13 Mensuração ao Justo valor

Actualiza o parágrafo 52 no sentido de a excepção ao *porfolio* passar a incluir também outros contratos que estejam no âmbito ou sejam contabilizados de acordo com a IAS 39 ou a IFRS 9 independentemente de satisfazerem as definições de activos financeiros ou passivos financeiros nos termos na IAS 32.

IAS 40 Propriedades de Investimento

Clarifica a interrelação existente entre a IFRS 3 e a IAS 40 ao determinar se uma propriedade deve ser classificada como propriedades de investimento ou como propriedade ocupada pelo dono.

As melhorias 2011-2013 são aplicáveis para os exercícios iniciados em ou após 1 de Julho de 2014. A aplicação pode ser antecipada desde que divulgada. A aplicação é geralmente prospectiva.

IFRIC 21 – Taxas do governo (Emissão)

Esta interpretação aplica-se a pagamentos impostos por entidades governamentais, que não estejam cobertos por outras normas (ex: IAS 12), incluindo multas e outras penalidades por incumprimento de legislação. A interpretação clarifica que: (i) deve ser reconhecido um passivo quando ocorre a actividade que despoleta o pagamento tal como identificado na legislação relevante (ii) deve ser efectuado um acréscimo progressivo da responsabilidade ao longo do tempo se a actividade que despoleta o pagamento também ocorre ao longo do tempo de acordo com a legislação relevante e (iii) se o pagamento só é despoletado quando é atingido um limite mínimo, não deve ser reconhecido qualquer passivo até que tal mínimo seja atingido. Esta interpretação não estabelece qual deve ser a contrapartida do passivo devendo ser tidas em conta as disposições das restantes normas para determinar se deve ser reconhecido um activo ou um gasto.

As alterações são aplicáveis para os exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2014. A aplicação pode ser antecipada desde que divulgada. A aplicação é retrospectiva.

Em 10 de Abril de 2014, o Conselho de Administração Executivo da Caixa Central aprovou as demonstrações financeiras consolidadas do GCA com referência a 31 de Dezembro de 2013 e autorizou a sua emissão. As demonstrações financeiras serão submetidas à aprovação da Assembleia Geral de Associados a realizar no dia 31 de Maio de 2014.

2.2. Princípios de consolidação e registo de empresas associadas

A consolidação de contas do Grupo Crédito Agrícola é efectuada para dar cumprimento aos requisitos da seguinte legislação:

- Artigo nº. 74º do Regime Jurídico do Crédito Agrícola Mútuo e das Cooperativas de Crédito Agrícola (Decreto Lei n.º 24/91, de 11 de Janeiro com as últimas alterações introduzidas pelo Decreto Lei n.º 142/2009, de 16 de Junho);
- Decreto-Lei n.º 36/92 de 28 de Março; e
- Aviso n.º 1/2005 do Banco de Portugal.

a) Empresas filiais ou subsidiárias

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as contas da Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo, C.R.L. (Caixa Central), das Caixas de Crédito Agrícola Associadas e das empresas filiais e associadas controladas directamente e indirectamente pela Caixa Central (Nota 4).

Ao nível das empresas participadas, são consideradas “filiais” aquelas nas quais o GCA exerce um controlo efectivo sobre a sua gestão corrente de modo a obter benefícios económicos das suas actividades. Normalmente, o controlo é evidenciado pela detenção de mais de 50% do capital ou dos direitos de voto.

A consolidação das contas das empresas filiais foi efectuada pelo método de consolidação integral, desde o momento em que a Caixa Central assume o controlo sobre as suas actividades até ao momento em que o controlo cessa. As transacções e os saldos significativos entre as empresas objecto de consolidação foram eliminados. Adicionalmente, quando aplicável, são efectuados ajustamentos de consolidação de forma a assegurar a consistência na aplicação dos princípios contabilísticos do Grupo Crédito Agrícola.

As aquisições de filiais são registadas pelo método da compra. O custo de aquisição corresponde ao justo valor agregado dos activos entregues e passivos incorridos ou assumidos em contrapartida da obtenção de controlo sobre a entidade adquirida, acrescido de custos incorridos directamente atribuíveis à operação. Na data de aquisição, os activos, passivos e passivos contingentes identificáveis que reúnam os requisitos para reconhecimento previstos na Norma IFRS 3 – “Concentrações de actividades empresariais” são registados pelo respectivo justo valor.

Até 1 de Janeiro de 2006, e conforme permitido pelas políticas contabilísticas definidas pelo Banco de Portugal, o *goodwill* era totalmente anulado por contrapartida de reservas no ano de aquisição das participações. De acordo com o permitido pela Norma IFRS 1, o GCA não efectuou qualquer alteração a esse registo, pelo que o *goodwill* gerado em operações ocorridas até 1 de Janeiro de 2006 permanece registado em reservas.

O valor correspondente à participação de terceiros nas empresas filiais é apresentado na rubrica "Interesses minoritários", do capital próprio.

O lucro consolidado resulta da agregação dos resultados líquidos do SICAM e das empresas filiais, na proporção da respectiva participação efectiva, após os ajustamentos de consolidação, designadamente a eliminação de dividendos recebidos e de mais e menos-valias geradas em transacções entre empresas incluídas no perímetro de consolidação.

b) Empresas associadas

As empresas associadas são entidades nas quais o GCA exerce influência significativa, mas não detém o controlo. Entende-se existir influência significativa quando se detém uma participação financeira (directa ou indirecta) superior a 20% ou o poder de participar nas decisões sobre as políticas financeiras e operacionais da entidade mas sem haver controlo nem controlo conjunto sobre a mesma. Os eventuais dividendos recebidos são registados por contrapartida de uma diminuição do valor do investimento financeiro.

As participações financeiras em empresas associadas são registadas pelo método da equivalência patrimonial, desde o momento em que o GCA passa a deter influência significativa até ao momento em que a mesma termina.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem a parte atribuível ao GCA do total do capital próprio e dos lucros e prejuízos reconhecidos pela empresa associada.

c) Goodwill

As aquisições de empresas subsidiárias e associadas ocorridas após 1 de Janeiro de 2006, são registadas pelo método da compra. O custo de aquisição equivale ao justo valor determinado à data da compra, dos activos cedidos e passivos incorridos ou assumidos, adicionado dos custos directamente atribuíveis à aquisição. O *goodwill* é registado no activo e é sujeito a testes de imparidade de acordo com o IAS 36, não sendo amortizado. Adicionalmente, sempre que se identifique que o justo valor é superior ao custo de aquisição (*goodwill* negativo), o diferencial é reconhecido em resultados.

2.3. Resumo das principais políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas mais significativas, utilizadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas foram as seguintes:

a) Especialização dos exercícios

O GCA adopta o princípio contabilístico da especialização de exercícios em relação à generalidade das rubricas das demonstrações financeiras consolidadas. Assim, os custos e proveitos são registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento.

b) Operações em moeda estrangeira

Os activos e passivos expressos em moeda estrangeira são convertidos para Euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço indicada pelo Banco de Portugal.

Os proveitos e custos relativos às transacções em moeda estrangeira registam-se no período em que ocorrem, às taxas de câmbio em vigor na data em que foram realizadas.

Adicionalmente, são adoptados os seguintes procedimentos contabilísticos:

- a posição cambial à vista por moeda, que corresponde ao saldo líquido dos activos e passivos numa determinada moeda, é reavaliada diariamente de acordo com os câmbios de "*fixing*" indicados pelo Banco de Portugal, por contrapartida de resultados;
- a posição cambial a prazo numa moeda, que corresponde ao saldo líquido

das operações a prazo a aguardar liquidação, é reavaliada à taxa de câmbio a prazo de mercado ou, na ausência desta, a uma taxa calculada com base nas taxas de juro de mercado para essa moeda e para o prazo residual da operação. A diferença entre os saldos convertidos para Euros às taxas de reavaliação utilizadas e os saldos convertidos às taxas contratadas, corresponde à reavaliação da posição cambial a prazo, sendo registada em resultados.

c) Crédito e outros valores a receber

O crédito a clientes abrange os créditos concedidos a clientes e outras operações de empréstimo tituladas (papel comercial), sendo reconhecidas pelo valor nominal.

Posteriormente, o crédito e outros valores a receber são registados ao custo amortizado, sendo submetidos a análises periódicas de imparidade.

A componente de juros, incluindo a referente a eventuais prémios/descontos, é objecto de relevação contabilística autónoma nas respectivas contas de resultados. Os proveitos são reconhecidos quando obtidos e distribuídos por períodos mensais. Sempre que aplicável, as comissões e custos externos imputáveis à contratação das operações subjacentes aos activos incluídos nesta categoria devem ser, igualmente, periodificados ao longo do período de vigência dos créditos, segundo o método da taxa efectiva.

Os juros são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, sendo as comissões e custos associados aos créditos periodificados ao longo da vida das operações, independentemente do momento em que são cobrados ou pagos.

Garantias prestadas e compromissos irrevogáveis

As responsabilidades por garantias prestadas e compromissos irrevogáveis são registadas em rubricas extrapatrimoniais pelo valor em risco, sendo os fluxos de juros, comissões ou outros proveitos registados em resultados ao longo da vida das operações.

Imparidade

Periodicamente, o GCA analisa o crédito a clientes e outros valores a receber para identificar evidências de imparidade. Considera-se que um activo financeiro se encontra em imparidade, se e só se, existir evidência de que a ocorrência de um evento (ou eventos) tenha um impacto mensurável nos fluxos de caixa futuros esperados desse activo ou grupo de activos.

Para efeitos de apuramento de imparidade do crédito concedido, o GCA segmentou a sua carteira da seguinte forma:

- Crédito concedido a empresas;
- Crédito à habitação;

- Crédito ao consumo;
- Crédito concedido através de cartões de crédito;
- Outros créditos a particulares;
- Extrapatrimoniais.

Adicionalmente, foram incluídas as responsabilidades relativas a papel comercial, operações em moeda estrangeira e contratos de locação financeira.

De acordo com o modelo de imparidade em vigor no GCA para a carteira de crédito a clientes, é analisada a existência de perdas por imparidade em termos individuais, através de análise casuística, e em termos colectivos. Quando um grupo de activos financeiros é avaliado em conjunto, os fluxos de caixa futuros desse grupo são estimados tendo por base os fluxos contratuais dos activos desse grupo e os dados históricos relativos a perdas em activos com características de risco de crédito similares.

Sempre que o GCA entende necessário, a informação histórica é actualizada com base nos dados correntes observáveis, para reflectirem os efeitos das condições actuais.

Os critérios de selecção dos clientes alvo de análise individual foram os seguintes:

- Todos os clientes com responsabilidades superiores a 1.000.000 Euros; e
- Clientes com crédito vencido (há mais de 90 dias) superior a 50.000 Euros.

A evidência de imparidade de um activo ou grupo de activos definida pelo GCA está relacionada com a observação de diversos eventos denominados “eventos de perda”, entre os quais se destacam:

- Situações de incumprimento do contrato, nomeadamente atraso no pagamento do capital e/ou juros;
- Dificuldades financeiras significativas do devedor;
- Alteração significativa da situação patrimonial do devedor;
- Ocorrência de alterações adversas, nomeadamente:
  - das condições e/ou capacidade de pagamento;
  - das condições económicas do sector no qual o devedor se insere, com impacto na capacidade de cumprimento das suas obrigações.

As perdas por imparidade para os clientes sem incumprimento correspondem ao produto entre a probabilidade de indícios (PI) e o montante correspondente à diferença entre o valor de balanço dos respectivos créditos e o valor actualizado dos *cash flows* dessas operações. A PI corresponde à probabilidade de uma operação ou cliente entrar numa situação de incumprimento durante um período de emergência. Este período equivale ao tempo que decorre entre a ocorrência de um evento originador de perdas e o momento em que a existência desse evento é percepcionada pelos Serviços do GCA (*incurred but not reported*). Para todos os segmentos da carteira, o GCA considerou um período de emergência de 6 meses.

Se existir evidência de que o GCA incorreu numa perda por imparidade em crédito e outros

valores a receber, o montante da perda é determinado pela diferença entre o valor de balanço desses activos e o valor actual dos seus fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro original do activo ou activos financeiros. O valor de balanço do activo ou dos activos é reduzido pelo saldo da conta de perdas por imparidade. Para créditos com taxa de juro variável, a taxa de desconto utilizada para determinar qualquer perda por imparidade é a taxa de juro corrente, determinada pelo contrato. As perdas por imparidade são registadas por contrapartida de resultados.

Quando num período subsequente se registe uma diminuição do montante das perdas por imparidade atribuídas a um evento, o montante previamente reconhecido é revertido, sendo ajustada a conta de perdas por imparidade. O montante da reversão é reconhecido directamente na demonstração de resultados.

Anulações de capital e juros

Periodicamente, o GCA abate ao activo os créditos considerados incobráveis por utilização da imparidade constituída, após análise específica por parte dos órgãos de estrutura que têm a seu cargo o acompanhamento e recuperação dos créditos e aprovação do Conselho de Administração Executivo do GCA. Eventuais recuperações de créditos abatidos ao activo são reflectidas como uma dedução ao saldo das perdas por imparidade reflectidas na demonstração de resultados, na rubrica "Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações".

De acordo com as políticas em vigor no GCA, os juros de créditos vencidos sem garantia real são anulados três meses após a data de vencimento da operação ou da primeira prestação em atraso. Os juros não registados, sobre os créditos acima referidos, apenas são reconhecidos no exercício em que venham a ser cobrados.

Os juros de créditos vencidos que se encontrem garantidos por hipoteca ou com outras garantias reais não são anulados. Não obstante, para os créditos com garantia real e hipotecária com prestações de capital vencidas e não pagas há mais de seis e doze meses, respectivamente, o cálculo e o registo de juros sobre o capital vincendo é interrompido.

As recuperações de juros abatidos no activo são igualmente reflectidos a crédito da rubrica "Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações".

d) Outros activos e passivos financeiros

Os activos e passivos financeiros são reconhecidos na data da transacção, isto é, na data em que é assumido o compromisso de compra ou venda. A classificação dos instrumentos financeiros na data de reconhecimento inicial depende das suas características e da intenção de aquisição.

i) Activos financeiros detidos para negociação e ao justo valor através de resultados

Os activos financeiros detidos para negociação incluem títulos de rendimento variável

transaccionados em mercados activos, adquiridos com o objectivo de venda ou recompra no curto prazo, bem como derivados. Os derivados de negociação com valor líquido a receber (justo valor positivo) são incluídos na rubrica de activos financeiros detidos para negociação. Os derivados de negociação com valor líquido a pagar (justo valor negativo), são incluídos na rubrica de passivos financeiros detidos para negociação.

Os activos financeiros ao justo valor através de resultados incluem os títulos de rendimento fixo transaccionados em mercados activos que a Caixa Central optou por registar e avaliar ao justo valor através de resultados, enquadrando-se no ponto 9 b)i) da IAS 39, de forma a evitar ou reduzir significativamente uma inconsistência na mensuração ou no reconhecimento.

Os activos e passivos financeiros detidos para negociação e os activos financeiros ao justo valor através de resultados são reconhecidos inicialmente ao justo valor. Os ganhos e perdas decorrentes da valorização subsequente ao justo valor são reconhecidos em resultados.

Os juros inerentes aos activos financeiros são calculados de acordo com o método da taxa efectiva e reconhecidos em resultados na rubrica de "Juros e rendimentos similares".

Os dividendos são registados nas respectivas contas de resultados quando o direito ao seu pagamento é estabelecido

O justo valor dos activos financeiros transaccionados em mercados activos é o seu "*bid-price*" ou a cotação de fecho à data do balanço. Se um preço de mercado não estiver disponível, o justo valor do instrumento é estimado com base em técnicas de valorização, que incluem modelos de avaliação de preços ou técnicas de "*discounted cash-flows*".

ii) <u>Activos financeiros disponíveis para venda</u>

Os activos financeiros disponíveis para venda incluem instrumentos de capital e dívida, que não sejam classificados como activos financeiros detidos para negociação, ao justo valor através de resultados, investimentos a deter até à maturidade, crédito ou empréstimos e contas a receber.

Os activos financeiros disponíveis para venda são registados ao justo valor, com excepção de instrumentos de capital não cotados num mercado activo e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, os quais permanecem registados ao custo. Os ganhos e perdas relativos à variação subsequente do justo valor são reflectidos em rubrica específica do capital próprio "reserva de justo valor" até à sua venda (ou até ao reconhecimento de perdas por imparidade), momento em que são transferidos para resultados. Os ganhos ou perdas cambiais de activos monetários são reconhecidas directamente em resultados do período.

Os juros inerentes aos activos financeiros são calculados de acordo com o método da taxa efectiva e registados em resultados na rubrica de "Juros e rendimentos similares".

Os dividendos são registados nas respectivas contas de resultados quando o direito ao seu pagamento é estabelecido.

iii) Investimentos detidos até à maturidade

Os investimentos a deter até à maturidade são investimentos que têm um rendimento fixo, com taxa de juro conhecida no momento da emissão e data de reembolso determinada, sendo do interesse do GCA mantê-los até ao seu reembolso.

Os investimentos financeiros a deter até à maturidade são registados ao custo de aquisição. Os juros inerentes aos activos financeiros e o reconhecimento das diferenças entre o custo de aquisição e o valor nominal (prémio ou desconto) são calculados de acordo com o método da taxa efectiva e registados em resultados na rubrica de "Juros e rendimentos similares".

iv) Aplicações em instituições de crédito

Nesta rubrica são registados apenas os valores a receber de outras instituições de crédito.

São activos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados num mercado activo e não incluídos em qualquer uma das restantes categorias de activos financeiros.

No reconhecimento inicial estes activos são valorizados pelo justo valor, deduzido de eventuais comissões incluídas na taxa efectiva, e acrescido de todos os custos incrementais directamente atribuíveis à transacção. Subsequentemente, estes activos são reconhecidos em balanço ao custo amortizado, deduzidos de perdas por imparidade.

Os juros são reconhecidos com base no método da taxa efectiva, que permite calcular o custo amortizado e repartir os juros ao longo do período das operações. A taxa efectiva é aquela que, sendo utilizada para descontar os fluxos de caixa futuros estimados associados ao instrumento financeiro na data do reconhecimento inicial.

v) Operações de venda com acordo de recompra

Considera-se acordo de recompra, um acordo para transferir um activo financeiro para uma outra parte em troca de dinheiro ou de outra retribuição e uma obrigação concorrente de adquirir o activo financeiro numa data futura por uma quantia igual ao dinheiro, ou a outra retribuição trocada incluindo juros.

Os títulos vendidos com acordo de recompra são mantidos na carteira onde estavam originalmente registados. Os fundos recebidos são registados, na data de liquidação, em conta própria do passivo, sendo periodificados os respectivos juros.

vi) Operações de compra com acordo de revenda

É considerada compra com acordo de revenda o acordo pelo qual uma instituição compra um activo financeiro com o compromisso de revender esse activo a um preço pré determinado e numa determinada data fixada ou em data a fixar.

Os activos financeiros adquiridos com acordo de revenda por um preço fixo ou por um preço que iguala o preço de compra acrescido de um juro inerente ao prazo da operação não são reconhecidos no balanço, sendo o custo de aquisição registado como empréstimos a outras instituições de crédito. A diferença entre o valor de compra e o valor de revenda é tratada como juro e é diferido durante a vida do acordo, através do método da taxa efectiva.

vii) Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros, essencialmente recursos de instituições de crédito, depósitos de clientes e dívida emitida, são inicialmente valorizados ao justo valor, que corresponde à contraprestação recebida líquida dos custos de transacção e são posteriormente valorizados ao custo amortizado.

Conforme previsto no Decreto-Lei n.º 182/87, de 21 de Abril, foi criado o Fundo de Garantia do Crédito Agrícola Mútuo, cujo funcionamento foi regulamentado pelo Decreto-Lei 345/98, de 9 de Novembro. Este último visou reconverter o Fundo de Garantia de Crédito Agrícola Mútuo, por forma a que o mesmo tivesse por objecto (i) garantir o reembolso de depósitos constituídos na Caixa Central e nas Caixas de Crédito Agrícola Mútuo suas associadas e (ii) promover e realizar acções que visem assegurar a solvabilidade e liquidez das referidas instituições, com vista à defesa do Sistema Integrado do Crédito Agrícola Mútuo (SICAM).

Em 31 de Dezembro de 2013, o GCA possuía empréstimos subordinados concedidos pelo Fundo de Garantia de Crédito Agrícola Mútuo no montante de 81.433.884 Euros (86.433.884 Euros em 31 de Dezembro de 2012), descritos na Nota 25.

vii) Imparidade em activos financeiros

O GCA efectua análises periódicas de imparidade aos activos financeiros, efectuando para o crédito a clientes e outros valores a receber o referido na Nota 2.3.c).

Quando existe evidência de imparidade num activo ou grupo de activos financeiros, as perdas por imparidade registam-se por contrapartida de resultados.

Para títulos cotados e fundos de investimento, considera-se que existe evidência objectiva de imparidade numa situação de desvalorização continuada ou de valor significativo na cotação dos títulos. Considera-se desvalorização continuada ou de valor significativo, uma depreciação de valor por tempo superior a 12 meses ou de valor superior a 30%, respectivamente. Para títulos não cotados, é considerado evidência objectiva de imparidade a existência de eventos com impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro, desde que possa ser estimado com razoabilidade.

Caso num período subsequente se registe uma diminuição no montante das perdas por imparidade atribuída a um evento, o valor previamente reconhecido é revertido através de ajustamento à conta de perdas por imparidade. O montante da reversão é reconhecido directamente na demonstração de resultados.

No caso de activos disponíveis para venda, em caso de evidência objectiva de imparidade, resultante de diminuição significativa ou prolongada do justo valor do título ou de dificuldades financeiras do emitente, a perda acumulada na reserva de reavaliação de justo valor é removida do capital próprio e reconhecida nos resultados. As perdas por imparidade registadas em títulos de rendimento fixo podem ser revertidas através de resultados, caso se verifique uma alteração positiva no justo valor do título resultante de um evento ocorrido após a determinação da imparidade. As perdas por imparidade relativas a títulos de rendimento variável não podem ser revertidas, pelo que eventuais mais valias potenciais originadas após o reconhecimento de perdas por imparidade são reflectidas na reserva de justo valor. Quanto a títulos de rendimento variável para os quais tenha sido registada imparidade, posteriores variações negativas no justo valor são sempre reconhecidas em resultados.

e) Instrumentos financeiros derivados

Os instrumentos financeiros derivados são registados pelo seu justo valor na data da sua contratação. Adicionalmente, são reflectidos em rubricas extrapatrimoniais pelo respectivo valor nocional. Subsequentemente, os instrumentos financeiros derivados são mensurados pelo respectivo justo valor. O justo valor é apurado:

- Com base em cotações obtidas em mercados activos (por exemplo, no que respeita a futuros transaccionados em mercados organizados);
- Com base em modelos que incorporam técnicas de valorização aceites no mercado, incluindo *cash-flows* descontados e modelos de valorização de opções.

Os derivados são registados ao justo valor, sendo os resultados apurados mensalmente reconhecidos em proveitos e custos do exercício, nas rubricas de "Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados". As reavaliações positivas e negativas são registadas nas rubricas "Activos financeiros detidos para negociação" e "Passivos financeiros ao justo valor através de resultados", respectivamente.

f) Outros activos tangíveis

Os activos tangíveis utilizados pelo GCA para o desenvolvimento da sua actividade são contabilisticamente relevados pelo custo de aquisição (incluindo custos directamente atribuíveis) deduzido das amortizações acumuladas.

A depreciação dos activos tangíveis é registada numa base sistemática ao longo do período de vida útil estimado do bem:

	Anos de vida útil
Imóveis de serviço próprio	50
Despesas em edifícios arrendados	10
Equipamento informático e de escritório	4 a 10
Mobiliário e instalações interiores	6 a 10
Viaturas	4

As despesas de investimento em obras não passíveis de recuperação, realizadas em edifícios que não sejam propriedade do GCA, são amortizadas em prazo compatível com o da sua utilização esperada ou do contrato de arrendamento.

g) Activos intangíveis

Esta rubrica compreende essencialmente as despesas da fase de desenvolvimento de projectos relativos a sistemas de informação implementados e em fase de implementação, bem como o custo de *software* adquirido, em qualquer dos casos quando o impacto esperado se reflecte para além do exercício em que são realizados.

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, esta rubrica inclui os montantes de 42.050.147 Euros e 37.142.122 Euros, respectivamente, relativos a custos incorridos com os colaboradores afectos a *software* desenvolvido internamente na CA Serviços (Nota 16).

Os activos intangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são registadas como custos do exercício numa base sistemática ao longo da vida útil estimada dos activos, a qual corresponde a um período de 3 a 6 anos.

h) Activos não correntes detidos para venda

O GCA regista em "Outros activos" os imóveis, equipamentos e outros bens recebidos em dação para pagamento de operações de crédito vencido, sendo registados pelo valor acordado no contrato de dação, o qual corresponde ao menor dos valores da dívida existente ou da avaliação do bem, na data da dação. Os imóveis são objecto de avaliações periódicas que dão lugar ao registo de perdas por imparidade sempre que o valor decorrente dessas avaliações (líquido de custos de venda) seja inferior ao valor por que se encontram contabilizados. Os activos tangíveis são registados nesta rubrica a partir do momento da celebração do contrato promessa de dação ou da arrematação.

O GCA não reconhece mais-valias potenciais nestes activos.

i) Provisões

Esta rubrica do passivo inclui as provisões constituídas para fazer face a riscos fiscais, processos judiciais e outros riscos específicos decorrentes da actividade do Crédito Agrícola, de acordo com o IAS 37 (Nota 23).

j) Benefícios de empregados

O SICAM subscreveu o Acordo Colectivo de Trabalho Vertical (ACTV) para o Crédito Agrícola (denominado por Acordo Colectivo de Trabalho das Instituições de Crédito Agrícola Mútuo) pelo que os seus empregados ou as suas famílias têm direito a pensões de reforma, invalidez e sobrevivência. No entanto, uma vez que os empregados estão inscritos na Segurança Social, as responsabilidades do SICAM com pensões relativamente aos seus colaboradores consistem no pagamento de complementos face aos níveis previstos no ACTV.

Para cobertura das suas responsabilidades o SICAM dispõe de um Fundo de Pensões do Grupo Crédito Agrícola, o qual se destina a financiar os complementos de pensões de reforma por velhice ou invalidez e pensões de viuvez e orfandade efectuadas pela Segurança Social. Estes complementos são calculados, por referência ao ACTV, de acordo com (i) a pensão garantida à idade presumível de reforma, (ii) com o coeficiente entre o número de anos de serviço prestados até à data do cálculo e o número total de anos de serviço à data de reforma.

Este Fundo, cujos benefícios a atribuir pelo Plano de Pensões são os definidos no Acordo Colectivo de Trabalho Vertical do Crédito Agrícola Mútuo, assume, assim, a natureza de um Fundo solidário, estando a sua gestão a cargo da Companhia de Seguros Crédito Agrícola Vida S.A..

De acordo com os estatutos do SICAM, os membros dos seus órgãos sociais não são abrangidos pelos benefícios descritos.

Para o cálculo das pensões do ACTV, o tempo de serviço assumido foi calculado a partir das seguintes datas:

- Para as diuturnidades futuras e respectiva evolução automática na carreira, considerou-se a data de antiguidade para efeito de nível e diuturnidades;
- Para o cálculo das percentagens do anexo V na atribuição das pensões, assumiu-se a data de admissão reconhecida para o Fundo de Pensões.

Para a repartição das responsabilidades por serviços passados a cargo do Fundo de Pensões do Crédito Agrícola, admitiu-se o seguinte:

- Quando a data de antiguidade para efeito de nível e diuturnidades é posterior à data de admissão reconhecida para o Fundo de Pensões, é esta última a considerada no cálculo dos tempos de serviço passado e total;

- Quando a data de antiguidade para efeito de nível e diuturnidades é anterior à data de admissão reconhecida para o Fundo de Pensões, é esta última a considerada no cálculo do tempo de serviço passado e da data de antiguidade para efeitos de nível e diuturnidades para o tempo de serviço total, uma vez que esta corresponde à da admissão na Banca.

Os métodos de cálculo utilizados foram o do *Projected Unit Credit* para a reforma por velhice e sobrevivência diferida e o dos Prémios Únicos Sucessivos para a reforma por invalidez e sobrevivência imediata.

O cálculo da pensão de sobrevivência aplicou-se somente aos participantes efectivamente casados, admitindo-se como idade do cônjuge a do participante diminuída ou acrescida de três anos, consoante este seja do sexo masculino ou feminino. O cálculo deste benefício encontra-se em função do nível de remuneração do participante, de acordo com o Anexo VI do ACTV.

O SICAM regista anualmente como custo a contribuição para o Fundo de Pensões que é estimada pela Companhia de Seguros Crédito Agrícola Vida S.A. para cada entidade contribuinte em função do número de trabalhadores inscritos.

O Aviso do Banco de Portugal nº 4/2005 determina a obrigatoriedade de financiamento integral pelos fundos de pensões das responsabilidades por pensões em pagamento e de um nível mínimo de financiamento de 95% das responsabilidades com serviços passados de pessoal no activo. No entanto, estabelece um período transitório entre 5 e 7 anos relativamente à cobertura do aumento de responsabilidades decorrente da adopção do IAS 19. Durante o ano de 2008, o Banco de Portugal emitiu o Aviso nº 7/2008, de 14 de Outubro de 2008, no qual permite diferir os impactos da transição acima identificados, por um período adicional de três anos face ao período estipulado inicialmente. Foi decisão da Caixa Central prolongar o diferimento dos impactos de transição tal como permitido no Aviso acima referido.

Os benefícios pós-emprego dos colaboradores incluem ainda os cuidados médicos (SAMS), os quais foram calculados com base nos mesmos pressupostos que as responsabilidades com complementos de pensões.

Decorrente da aplicação do IAS 19 Revisto (como início no exercício de 2013), os ganhos e perdas actuariais resultantes (i) das diferenças entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados e os valores efectivamente verificados e (ii) das alterações de pressupostos actuariais, são reconhecidos na sua totalidade como um rendimento integral do respectivo exercício em que ocorrem, sendo registado numa rubrica de reservas de reavaliação.

Os valores registados no exercício em resultados, passam a ser apurados pelo seu "*net interest*":

- Custo do Serviço (P&L): O custo do serviço inclui o custo dos serviços correntes, custo dos serviços passados e ganhos ou perdas aquando das liquidações;

- Juro líquido (P&L): O juro líquido é determinado pela multiplicação da taxa de desconto pelo passivo (activo) líquido de benefícios definidos (ambos determinados no início do período de relato anual, tendo em conta qualquer

variação do passivo (activo) líquido de benefícios definidos durante o período em consequência do pagamento de contribuições e benefícios);

• Remensurações (Outro Rendimento Integral): Inclui todas as alterações resultantes da remensuração das responsabilidades por serviços passados e activos do plano.

k) Prémios de antiguidade

Nos termos do ACTV, o SICAM assumiu o compromisso de atribuir aos colaboradores no activo que completem quinze, vinte e cinco e trinta anos de bom e efectivo serviço, um prémio de antiguidade de valor igual a um, dois ou três meses da sua retribuição mensal efectiva (no ano da atribuição), respectivamente.

O SICAM determina o valor actual dos benefícios com prémios de antiguidade através de cálculos actuariais pelo método *Projected Unit Credit*. Os pressupostos actuariais (financeiros e demográficos) têm por base expectativas para o crescimento dos salários e baseiam-se em tábuas de mortalidade utilizadas para o apuramento das responsabilidades com pensões. A taxa de desconto é determinada com base em taxas de mercado de obrigações de empresas de *rating* elevado e prazo semelhante ao da liquidação das responsabilidades.

l) Impostos sobre os lucros

As entidades do GCA são tributadas individualmente e estão sujeitas ao regime fiscal consignado no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (Código do IRC).

As contas das sucursais são integradas nas contas da Caixa Central para efeitos fiscais.

O total dos impostos sobre lucros registados em resultados engloba os impostos correntes e os impostos diferidos.

O imposto corrente é calculado com base no resultado fiscal do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos ao lucro tributável resultantes de custos ou proveitos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos.

Os impostos diferidos activos e passivos correspondem ao valor do imposto a recuperar e a pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias entre o valor de um activo ou passivo no balanço e a sua base de tributação. Os créditos fiscais também são registados como impostos diferidos activos.

Os passivos por impostos diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto que os activos por impostos diferidos só são registados até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças temporárias dedutíveis ou prejuízos fiscais. No entanto, não são registados impostos diferidos nas seguintes situações:

- Diferenças temporárias originadas no reconhecimento inicial de activos e passivos em transacções que não afectem o resultado contabilístico ou o lucro tributável;
- Diferenças temporárias dedutíveis resultantes de lucros não distribuídos por empresas filiais e associadas, na medida em que a Caixa Central tenha a possibilidade de controlar a sua reversão e seja provável que a mesma não venha a ocorrer num futuro previsível.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, que correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são reflectidos nos resultados do exercício, excepto nos casos em que as transacções que os originaram tenham sido reflectidas noutras rubricas de capital próprio (por exemplo, no caso da reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda). Nestes casos, o correspondente imposto é igualmente reflectido por contrapartida de capital próprio, não afectando o resultado do exercício.

m) Locação financeira

Os activos em regime de locação financeira são registados no balanço como crédito concedido, sendo este reembolsado através das amortizações de capital constantes do plano financeiro dos contratos. Os juros incluídos nas rendas são registados como proveitos financeiros.

n) Seguros

i) Contratos de Seguro

O registo das transacções associadas aos contratos de seguro detidos pelo GCA encontra-se de acordo com o Plano de Contas para as Empresas de Seguros (PCES), emitido pelo Instituto de Seguros de Portugal (ISP) e aprovado pela Norma Regulamentar n.º 4/2007-R, de 27 de Abril, e subsequentemente alterado pelas Normas n.º 20/2007-R, de 31 de Dezembro, e n.º 22/2010-R, de 16 de Dezembro, e ainda de acordo com outras normas relativas à contabilização das operações das empresas de seguros emitidas pelo ISP.

O PCES segue os *International Financial Accounting Standards* (IFRS) em vigor tal como adoptados na União Europeia (UE), excepto a IFRS 4 – 'Contratos de Seguro`, relativamente à qual apenas são adoptados os princípios de classificação do tipo de contratos celebrados pelas empresas de seguros.

Os contratos de seguro são contratos segundo os quais a Seguradora assume um risco de seguro significativo da pessoa segura, aceitando compensá-la no caso de um acontecimento futuro incerto que a afecte de forma adversa. Este tipo de contrato encontra-se no âmbito da IFRS 4 (Seguros de Vida puros).

Os contratos de investimento são contratos que envolvem exclusivamente risco financeiro. Estes contratos podem ainda ser diferenciados entre contratos puramente financeiros e aqueles que possuem uma característica de participação discricionária (participação nos resultados). Se os contratos de investimento forem puros enquadram-se no âmbito da IAS 39, se atribuírem uma participação discricionária enquadram-se no âmbito da IFRS 4 (Produtos de capitalização com taxas garantidas e com participação nos resultados), continuando a reconhecer como proveito os prémios recebidos e como custo o correspondente aumento de responsabilidades.

As mais-valias potenciais, líquidas de menos-valias, resultantes da reavaliação dos activos afectos a seguros com participação nos resultados, são repartidos entre uma componente de passivo e uma componente de capitais próprios, com base nas condições dos produtos e no historial de participações de resultados atribuídas.

ii) Reconhecimento de proveitos e custos

Os prémios de contratos de seguro não vida, de contratos de seguro de vida e de contratos de investimento com participação nos resultados com componente discricionária são registados quando emitidos, na rubrica "Prémios, líquidos de resseguro", da demonstração de resultados.

Os prémios emitidos relativos a contratos de seguro não vida e os custos de aquisição associados são reconhecidos como proveito e custo ao longo dos correspondentes períodos de risco, através da movimentação da provisão para prémios não adquiridos.

As responsabilidades para com os segurados associadas a contratos de seguro de vida e a contratos de investimento com participação discricionária nos resultados são reconhecidas através da provisão matemática de seguros de vida, sendo o custo reflectido no mesmo momento em que são registados os proveitos associados aos prémios emitidos.

As principais políticas contabilísticas e bases de mensuração das provisões técnicas, são as seguintes:

i) Provisão para prémios não adquiridos

Reflecte a parte dos prémios emitidos contabilizados no exercício, respeitantes a riscos ainda não incorridos à data do balanço e a imputar a um ou vários dos exercícios seguintes, com o objectivo de garantir a cobertura dos riscos assumidos e dos encargos dele resultantes durante o período compreendido entre o final do exercício e a data de vencimento de cada um dos contratos de seguro. É determinada, para cada contrato em vigor, pela aplicação do método prorata temporis aos prémios brutos emitidos.

Ao montante calculado da provisão para prémios não adquiridos é deduzido a parte do custo a diferir das remunerações pela mediação de seguros e de outros custos de aquisição.

ii) Provisão para riscos em curso

A provisão para riscos em curso corresponde ao montante necessário para fazer face a prováveis indemnizações e encargos a suportar após o termo do exercício e que excedam o valor dos prémios não adquiridos e dos prémios exigíveis relativos aos contratos em vigor. Esta provisão é calculada para o seguro directo, com base nos rácios de sinistralidade, de cedência, de despesas e de rendimentos, de acordo com o definido pelo ISP.

iii) Provisão para sinistros

A provisão para sinistros corresponde aos custos com sinistros ocorridos e ainda por liquidar, à responsabilidade estimada para os sinistros ocorridos e ainda não participados ("IBNR") e aos custos directos e indirectos associados à sua regularização. A provisão para sinistros participados e não participados é estimada pelo GCA com base na experiência passada, informação disponível e pela aplicação de métodos estatísticos.

Para o cálculo da provisão para IBNR, nos ramos automóvel, acidentes de trabalho, habitação, comércio e serviços e responsabilidade civil (exploração e geral), foram efectuadas estimativas actuariais, baseadas em triangulações de valores pagos, tendo em conta as características específicas de cada ramo. Para os restantes ramos, aplicou-se uma taxa genérica de 4% ao valor dos custos com sinistros do exercício relativos a sinistros declarados, para provisionar a responsabilidade com sinistros a serem participados após o fecho do exercício. A provisão para custos de gestão de sinistros é calculada utilizando o método do custo médio.

Considerou-se ainda uma provisão matemática no ramo de acidentes de trabalho, relativa às seguintes responsabilidades com sinistros ocorridos até 31 de Dezembro: (i) pensões a pagar já homologadas pelo Tribunal do Trabalho; (ii) pensões a pagar com acordo de conciliação já realizado; (iii) pensões de sinistros já ocorridos mas que se encontram pendentes de acordo final ou sentença. As provisões matemáticas relativas a sinistros ocorridos, envolvendo pagamento de pensões vitalícias referentes ao ramo de acidentes de trabalho, são calculadas utilizando pressupostos actuariais baseados em métodos actuariais reconhecidos e na legislação laboral vigente.

Adicionalmente, constitui-se uma provisão matemática para fazer face: (i) às responsabilidades com pensões de sinistros já ocorridos relativas a potenciais incapacidades permanentes de sinistrados em tratamento; e (ii) a sinistros já ocorridos e ainda não participados.

As provisões para sinistros não são reconhecidas pelo seu valor actual, com excepção da provisão matemática de acidentes de trabalho, que é calculada com base numa estimativa dos fluxos de caixa futuros, actualizados a uma taxa de desconto de 3,5%.

Qualquer insuficiência ou excesso da provisão para sinistros, se vier a existir, é registada nos resultados correntes, quando determinada.

iv) Provisão para desvios de sinistralidade

A provisão para desvios de sinistralidade destina-se a fazer face a sinistralidade excepcionalmente elevada nos ramos de seguros em que, pela sua natureza, se preveja que aquela tenha maiores oscilações. No âmbito dos riscos assumidos pelo CGA, esta provisão é apenas constituída para o risco de fenómenos sísmicos, sendo calculada através da aplicação de um factor de risco, definido pelo ISP para cada zona sísmica, aos capitais seguros retidos pelo GCA.

v) Provisões técnicas de resseguro cedido

São determinadas aplicando os critérios descritos acima para o seguro directo, tendo em consideração as percentagens de cessão ao resseguro, bem como outras cláusulas constantes nos tratados de resseguro em vigor.

vi) Provisão matemática do ramo vida

A provisão matemática do Ramo Vida corresponde à diferença entre os valores actuais das responsabilidades da Companhia e os valores actuais das responsabilidades dos tomadores de seguro, relativamente às apólices emitidas, sendo calculada com base em métodos actuariais reconhecidos e em conformidade com as notas técnicas aprovadas pelo Instituto de Seguros de Portugal para cada uma das modalidades.

De acordo com estas notas técnicas, a provisão é calculada com base na tábua de mortalidade GKM80 e com as taxas de juro técnicas definidas para cada modalidade.

vii) Provisão para estabilização de carteira do ramo vida

A provisão para estabilização de carteira é constituída relativamente aos contratos de seguro de grupo anuais renováveis, que garantem como cobertura principal o risco de morte, com vista a fazer face ao agravamento do risco inerente à progressão da média etária do grupo seguro, sempre que este tenha sido tarifado com base numa taxa única, a qual, por compromisso contratual, se deva manter por um certo prazo.

viii) Provisão para compromissos de taxa do ramo vida

A cada data de reporte, a Companhia procede à avaliação da adequação das responsabilidades decorrentes de contratos de seguro e de contratos de investimento com participação nos resultados discricionária. Essa avaliação é efectuada tendo por base a projecção dos *cash-flows* futuros associados a cada contrato, descontados às taxas determinadas com base na curva *euroswap*, sendo feita produto a produto ou agregada quando os riscos dos produtos são similares ou geridos de forma conjunta. Na eventualidade de existir uma deficiência entre os valores das responsabilidades e a projecção de *cash-flows* futuros descontados, esta é registada em resultados por contrapartida da rubrica provisão para compromissos de taxa.

ix) Provisão para participação nos resultados

Provisão para participação nos resultados a atribuir (shadow accounting)

De acordo com o estabelecido na IFRS 4, os ganhos e perdas não realizados dos activos financeiros afectos a responsabilidades de contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados discricionária são atribuídos aos tomadores de seguro, na parte estimada da sua participação, através do reconhecimento de uma responsabilidade, tendo por base a expectativa de que estes irão participar nesses ganhos e perdas não realizados quando se realizarem.

Esta provisão corresponde ao valor líquido dos ajustamentos de justo valor relativos aos investimentos afectos a Seguros de Vida com participação nos resultados, na parte estimada do tomador de seguro ou beneficiário do contrato. A estimativa dos montantes a atribuir aos segurados sob a forma de participação nos resultados em cada modalidade ou conjunto de modalidades deve ser calculada tendo por base um plano adequado, aplicado de forma consistente, que tenha em consideração o plano de participação nos resultados, a maturidade dos compromissos, dos activos afectos e ainda outras variáveis específicas da modalidade ou modalidades em causa.

Ao longo do período de duração dos contratos de cada modalidade ou conjunto de modalidades, o saldo da provisão para participação nos resultados a atribuir que lhe corresponde deve ser integralmente utilizado pela compensação dos ajustamentos negativos do justo valor dos investimentos e pela sua transferência para a provisão para participação nos resultados atribuída.

Provisão para participação nos resultados atribuída

Esta provisão inclui os montantes destinados aos tomadores de seguro ou aos beneficiários dos contratos sob a forma de participação nos resultados que não tenham ainda sido distribuídos, designadamente mediante a inclusão na provisão matemática dos contratos.

x) Contratos de seguro e de investimento com participação discricionária nos resultados

Conforme acima referido, o GCA manteve a generalidade das políticas contabilísticas aplicáveis aos contratos de seguro e aos contratos de investimento com participação nos resultados, nos casos em que a participação nos resultados inclui uma componente de discricionariedade por parte das companhias, continuando a reconhecer como proveito os prémios recebidos e como custo os correspondentes aumentos de responsabilidades.

Considera-se que um contrato de seguro ou de investimento contém participação nos resultados com uma componente discricionária quando as respectivas condições contratuais prevêem a atribuição ao segurado, em complemento da componente garantida do contrato, de benefícios adicionais caracterizados por:

- Ser provável que venham a constituir uma parte significativa dos benefícios totais a atribuir no âmbito do contrato; e

- Cujo montante ou momento da distribuição dependam contratualmente da discrição do emissor; e

- Estejam dependentes da performance de um determinado grupo de contratos, de rendimentos realizados ou não realizados em determinados activos detidos pelo emissor do contrato, ou do resultado da entidade responsável pela emissão do contrato.

As responsabilidades originadas por contratos de seguro e contratos de investimento com participação nos resultados com componente discricionária são incluídas nos testes de adequacidade de passivos realizados pelo GCA.

xi) Derivados embutidos em contratos de seguro

De acordo com o permitido pelo IFRS 4, as opções detidas pelos tomadores dos contratos de seguro de resgatar antecipadamente os contratos em vigor por um montante fixo, ou por um montante fixo acrescido de uma componente de juro, não são destacadas do contrato de acolhimento.

xii) Testes de adequacidade de passivos

De acordo com os requisitos do IFRS 4, o GCA realiza com referência à data das demonstrações financeiras, testes de adequacidade dos passivos relacionados com os contratos de seguro em vigor, considerando estimativas do valor actual dos *cash flows* futuros associados aos contratos, incluindo as despesas a incorrer com a regularização dos sinistros e os *cash flows* associados a opções e garantias implícitas nos contratos de seguro.

Caso o valor actual das responsabilidades estimadas através destes testes seja superior ao valor dos passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras, líquido do valor contabilístico dos custos de aquisição diferidos e dos activos intangíveis relacionados com os referidos contratos, são registadas provisões adicionais por contrapartida da demonstração de resultados do exercício.

A metodologia e os principais pressupostos utilizados na realização dos testes de adequacidade de passivos são os seguintes:

Ramo vida

O teste da adequação dos passivos é feito através da actualização, à taxa de juro de mercado sem risco dos *cash-flows* futuros de sinistros, resgates, vencimentos, comissões e despesas de gestão, deduzidos dos *cash-flows* futuros de prémios.

Estes *cash-flows* futuros são projectados apólice a apólice, atendendo às bases técnicas prudentes em utilização, as quais são calculadas com base na análise histórica dos seus dados do seguinte modo:

Mortalidade:

Com base em ficheiros extraídos dos seus sistemas informáticos, obtém-se o número de pessoas seguras por idade no início, no fim e as sinistradas no ano. A partir destes dados, calcula-se o número de pessoas expostas ao risco em cada idade, e multiplicando-se este valor pela probabilidade de morte de uma determinada tábua de mortalidade determina-se o número esperado de sinistros, de acordo com essa tábua. Comparando esse valor com o real obtém-se a sinistralidade real do ano em percentagem da tábua. Analisando os valores dos últimos cinco anos determina-se então o pressuposto de mortalidade. Esta análise é feita em separado para os produtos de Vida Risco e Capitalização.

Resgates:

Com base em ficheiros extraídos dos seus sistemas informáticos, obtém-se as provisões matemáticas no início e fim do ano e os montantes resgatados, por produto. A partir destes dados, calcula-se o valor médio de provisões matemáticas de cada produto, e dividindo-se o montante de resgates por esse valor obtém-se a taxa de resgate do ano. Analisando os valores dos últimos cinco anos determina-se o pressuposto de resgate de cada produto.

Despesas:

As despesas repartem-se em despesas de investimento, administrativas e com sinistros. Por forma a obter os custos unitários, divide-se as despesas de investimento pelo valor médio de provisões matemáticas, as administrativas pelo número médio de pessoas seguras e as de sinistros pelo número total de sinistros do ano.

Taxas de Rendimento:

A determinação das taxas de rendimento futuras, a aplicar às provisões matemáticas, é feita com base na taxa de juro de mercado sem risco. Com base nas taxas de rendimento obtidas são projectadas participações nos resultados futuras, as quais são posteriormente incorporadas nas provisões matemáticas, sendo depois projectadas nos vencimentos, sinistros e resgates futuros.

Provisões para Sinistros:

São projectados os *cash flows* futuros do *run-off* da empresa nas coberturas de morte e invalidez tendo em vista determinar o seu custo futuro por comparação com o custo actual. Para este efeito usam-se métodos estatísticos. Os *cash flows*, sendo de curto prazo, são calculados sem desconto de provisões.

Ramos não vida

Os actuários responsáveis avaliam regularmente a adequabilidade das provisões socorrendo-se para isso da análise das responsabilidades das companhias nas vertentes da incerteza, duração contratual, natureza dos sinistros e despesas de regularização de

sinistros. Aplicam ainda um conjunto de cenários micro e macroeconómicos para a verificação da adequação dos mesmos.

xiii) Imparidade de saldos devedores relacionados com contratos de seguro e de resseguro

Com referência a cada data de apresentação de demonstrações financeiras o GCA avalia a existência de indícios de imparidade ao nível dos activos originados por contratos de seguro e de resseguro, nomeadamente as contas a receber de segurados, mediadores, resseguradores e ressegurados e as provisões técnicas de resseguro cedido.

Caso sejam identificadas perdas por imparidade, o valor de balanço dos respectivos activos é reduzido por contrapartida da demonstração de resultados do exercício, sendo o custo reflectido na rubrica "Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações".

o) Informação comparativa

Em geral, os valores apresentados são comparáveis, nos aspectos relevantes, com os do exercício anterior, com a excepção da seguinte alteração com impacto nas contas de 2013:

- Por força da alienação de títulos de Dívida Pública em 2013, antes da sua data de maturidade/reembolso, que se encontravam registados na carteira de Investimentos detidos até à maturidade, o Grupo Crédito Agrícola encontra-se impedida de registar qualquer activo financeiro nesta carteira, durante o exercício corrente de 2013 e nos dois seguintes, em conformidade com as regras constantes na norma internacional contabilidade (IAS 39 – Instrumentos Financeiros). Resultante desta inibição, os activos não alienados e que se encontravam nessa carteira tiveram que ser reclassificados em 2013 para a carteira de Activos financeiros disponíveis para venda.

- De acordo com as alterações da IAS 19 com entrada em vigor a 1 de Janeiro de 2013 foi alterada a política contabilística de reconhecimento de desvios actuariais relativos a planos de pensões, deixando de ser utilizar o método do corredor e efectuados registos nas contas de "outros activos" ou outros passivos" passando a ser reconhecidos os ganhos e perdas actuariais directamente em capitais próprios, na rubrica "Outras reservas".

Passa a ser aplicada uma taxa única às responsabilidades e aos activos do plano, sendo que os resultados com fundo de pensões passaram a corresponder apenas ao custo corrente e aos gastos líquidos de juros.

A aplicação da política contabilística gerou os seguintes impactos:

	Reservas de reavaliação	Capitais próprios	Outros passivos
Saldo 31-12-2012	(3.929.230)	1.095.076.988	439.032.300
Impacto da aplicação retrospectiva da politica contabilistica:			
- Desvios actuariais e financeiros acumulados	5.171.864	5.171.864	(5.171.864)
- Desvios actuariais e financeiros do exercício	-	-	-
Saldo proforma 01-01-2013	1.242.634	1.100.248.852	433.860.436

p) Demonstração dos fluxos de caixa

Para efeitos da preparação da Demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica caixa e seus equivalentes, engloba os valores registados no balanço nas rubricas de caixa, disponibilidades em Bancos Centrais e em outras instituições de crédito. São excluídos os depósitos de natureza obrigatória realizados junto de Bancos Centrais.

3. PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E INCERTEZAS ASSOCIADAS À APLICAÇÃO DAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

A preparação das demonstrações financeiras requer a elaboração de estimativas e a adopção de pressupostos pela gestão, que podem afectar o valor dos activos e passivos, réditos e custos, assim como de passivos contingentes divulgados.

O uso de estimativas e pressupostos, por parte da gestão, mais significativas são as seguintes:

Justo valor dos instrumentos financeiros

O Justo valor é baseado em cotações de mercado, sempre que disponíveis. No entanto, e na ausência de cotação, os instrumentos financeiros são valorizados com base em *bids* indicativos calculados por terceiros através de modelos de valorização ou de acordo com metodologias de valorização considerando essencialmente *inputs* observáveis em mercado com impacto significativo na valorização do instrumento.

Benefícios a empregados

As responsabilidades com complemento de pensões de reforma e sobrevivência são estimadas utilizando pressupostos actuariais e financeiros, nomeadamente no que se refere à mortalidade, crescimento dos salários e das pensões e taxas de juro de longo prazo. Neste sentido, os valores reais podem diferir das estimativas efectuadas.

Activos por impostos diferidos

São reconhecidos activos por impostos diferidos para prejuízos fiscais não utilizados, na medida em que seja provável que venham a existir no prazo futuro estabelecido por lei resultados fiscais positivos. Para o efeito são efectuados julgamentos para determinação do montante de impostos diferidos activos que podem ser reconhecidos, baseados no nível de resultados fiscais futuros esperados de acordo com projecções económico-financeiras em condições de incerteza. Caso estas estimativas não se concretizem, existe o risco de ajustamento no valor do activo por impostos diferidos em exercícios futuros.

Avaliação de activos imobiliários

O serviço de avaliações é prestado por peritos independentes, registados na CMVM e com qualificações, reconhecida competência e experiência profissional, adequadas ao desempenho das respectivas funções.

Os procedimentos de avaliação pressupõem a recolha de informação rigorosa, quer de documentação actualizada, quer numa inspecção do imóvel e zona envolvente, quer na análise do mercado, transacções, relação oferta/procura e perspectivas de desenvolvimento. O tratamento da informação permite a adopção de valores base para o cálculo, por aplicação dos métodos e sua comparação.

O valor de realização dos activos está dependente da evolução futura das condições do mercado imobiliário.

Imparidade de imóveis de serviço próprio

Os imóveis de serviço próprio encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas e de eventuais perdas por imparidade. As avaliações dos imóveis de serviço próprio, utilizadas na realização dos testes de imparidade, foram efectuadas com o pressuposto da continuidade das operações e utilizando o método do custo da reposição depreciado.

Determinação dos passivos por contratos de seguros

A determinação das responsabilidades do Grupo por contratos de seguros é efectuada com base nas metodologias e pressupostos descritos na Nota 2.3. n) acima. Estes passivos reflectem uma estimativa quantificada do impacto de eventos futuros nas contas das companhias de seguros do Grupo, efectuada com base em pressupostos actuariais, histórico de sinistralidade e outros métodos aceites no sector.

Face à natureza da actividade seguradora, a determinação das provisões para sinistros e outros passivos por contratos de seguros reveste-se de um elevado nível de subjectividade, podendo os valores reais a desembolsar no futuro vir a ser significativamente diferentes das estimativas efectuadas.

No entanto, o Grupo considera que os passivos por contratos de seguros reflectidos nas contas consolidadas reflectem de forma adequada a melhor estimativa na data de balanço dos montantes a desembolsar pelo Grupo.

Imparidade em crédito a clientes

O Grupo efectua uma avaliação da sua carteira de crédito, em base periódica, por forma avaliar a existência de evidência de imparidade. Neste contexto, os clientes identificados com crédito em incumprimento e, cujas responsabilidades totais sejam consideradas de montante significativo para o Grupo, são objecto de análise individual para avaliar as necessidades de registo de perdas por imparidade.

Estas estimativas são baseadas em assumpções sobre um conjunto de factores que se podem modificar no futuro e, consequentemente alterar os montantes de imparidade. Adicionalmente, é também realizada uma análise colectiva de imparidade às restantes operações de crédito que não foram objecto de análise individual, através da alocação de tais operações em segmentos de crédito, com características e riscos similares, sendo estimadas perdas colectivas de imparidade, cujo cálculo tem por base o comportamento histórico das perdas, para o mesmo tipo de activos. Os créditos analisados individualmente, para os quais não se tenha verificado a existência objectiva de imparidade, são agrupados tendo por base características de risco semelhantes e avaliados colectivamente para efeitos de imparidade.

4. EMPRESAS DO GRUPO

Em 31 de Dezembro de 2013, as entidades que integram o Grupo Crédito Agrícola são:

	Capitais Próprios	Activo Líquido	Lucro/(Prejuízo) do exercício	Participação directa	Participação efectiva	Método de consolidação
Bancos						
Caixas de Crédito Agrícola Mútuo [1]	1.170.532.660	12.009.582.630	156.857	100,00%	100,00%	Integral
Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo	155.977.781	6.136.354.492	1.024.899	100,00%	100,00%	Integral
Gestão de activos e corretagem						
Crédito Agrícola Gest - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário S.A.	2.907.449	3.946.507	428.254	100,00%	100,00%	Integral
Crédito Agrícola Imóveis, Unipessoal, Lda.	799.488	38.245.081	(2.418.853)	100,00%	100,00%	Integral
Crédito Agrícola Finance - Gestão de Activos (I.F.I.), Sociedade Unipessoal S.A..	181.099	193.085	(60.583)	100,00%	100,00%	Integral
Prestação de Serviços						
FENACAM - Federação Nacional das Caixas de Crédito Agrícola Mútuo FCRL	5.185.486	7.343.861	508.407	99,98%	99,98%	Integral
Crédito Agrícola Consult - Assessoria Financeira e de Gestão S.A.	305.593	533.457	88.018	100,00%	100,00%	Integral
Crédito Agrícola Informática-Serviços de Informática S.A.	6.307.834	26.948.049	677.145	99,45%	99,45%	Integral
Capital de risco						
Agrocapital – Sociedade de Capital de Risco, S.A.	1.007.989	1.149.677	17.960	66,67%	66,67%	Integral
Fundos de investimento						
FIIA CA Património Crescente	211.731.911	254.240.068	6.922.860	16,83%	30,67%	Eq. Patrimonial
FEIIA CA Imobiliário	266.083.656	276.304.007	(28.845.797)	52,78%	56,83%	Integral
FIIF CA Arrendamento Habitacional	114.029.121	115.054.248	(2.682.440)	100,00%	100,00%	Integral
FEIIF ImoValorCA	9.657.665	9.727.369	(19.236)	100,00%	100,00%	Integral
FEIIA Carteira Imobiliária	202.495.728	202.706.364	(1.332.372)	52,78%	56,83%	Integral
FCR Central Frie	2.326.911	2.329.817	(369.096)	28,57%	28,57%	Eq. Patrimonial
FCR Agrocapital 1	14.560.250	14.685.666	(365.510)	27,78%	30,00%	Eq. Patrimonial
Seguros						
Crédito Agrícola Seguros	32.564.365	173.133.852	2.644.746	97,40%	97,40%	Integral
Crédito Agrícola Vida	64.525.333	1.428.197.406	5.974.402	89,92%	99,92%	Integral
Outras						
CA Serviços - Serviços Informáticos e de Gestão - ACE		59.233.899		97,97%	99,98%	Integral
Crédito Agrícola SGPS S.A.	50.070.254	125.951.974	(14.411.985)	100,00%	100,00%	Integral
CCCAM Gestão de Investimentos Unipessoal Lda	635.229	20.785.994	(818.042)	100,00%	100,00%	Integral

Nota: Os valores reportam-se a 31de Dezembro de 2013 (saldos contabilísticos antes de ajustamentos de consolidação)

[1] Estes valores correspondem à soma algébrica dos balanços das Caixas Agrícolas Associadas

As sedes das entidades do Grupo são as seguintes:

A Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo, CRL, a Crédito Agrícola SGPS S.A. e a Crédito Agrícola Vida, S.A. e a Crédito Agrícola Imóveis, Sociedade Imobiliária Unipessoal, Lda. têm sede na Rua Castilho, n.º 233 – 1099-004 Lisboa.

A Crédito Agrícola Seguros, S.A., tem a sua sede na Rua de Campolide 372, 1070-040 Lisboa.

A CA Informática – Serviços de Informática, S.A. e a CA Serviços – Serviços Informáticos e de Gestão - ACE têm sede na Rua Teófilo Braga, Lote 43 Damaia – 2720-526 Amadora.

A Crédito Agrícola Gest - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A., a Crédito Agrícola Consult S.A., a CCCAM SGPS Unipessoal Lda e a Agrocapital SCR S.A. têm sede na Avenida da Republica, n.º 23 – 1050-185 Lisboa.

A FENACAM - Federação Nacional das Caixas de Crédito Agrícola Mútuo, FCRL, tem sede na Rua Professor Henrique Barros, Edifício Sagres, 7.º Piso - 2685-338 Prior Velho.

A Agrocapital – Sociedade de Capital de Risco S.A. tem sede na Rua Júlio Dinis nº.535 – 4050-325 Porto.

O FIIA CA Património Crescente, o FEIIA CA Imobiliário, o FIIA Carteira Imobiliária e o FIIF CA Arrendamento Habitacional, são fundos de investimento imobiliário cuja sociedade gestora é a Square Asset Management – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário S.A, que tem sede na Rua Tierno Galvan, Torre 3, Piso 7, Sala 706, 1070-274 Lisboa.

O FIIF Imovalor CA é um fundo de investimento imobiliário, cuja sociedade gestora é a Selecta – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário S.A, que tem sede na Rua de S. Caetano à Lapa, nº 6, Bloco C, 1º Piso, 1200-829 Lisboa.

O FCR Agrocapital 1 é um fundo de capital de risco para investidores qualificados, cuja sociedade gestora é a Agrocapital SCR S.A..

O FCR Central Frie é um fundo de capital de risco para investidores qualificados, cuja sociedade gestora é a Caixa Central CRL, que tem sede na Rua Castilho, n.º. 233 – 1099-004 Lisboa.

As alterações ocorridas no perímetro de consolidação em 2013 encontram-se descritas na Nota 1.

5. RELATO POR SEGMENTOS

De forma a cumprir o disposto na norma IFRS 8, o Grupo Crédito Agrícola efectuou uma análise às suas linhas de negócio, tendo identificado quatro segmentos materialmente relevantes. A saber:

Banca comercial/de retalho: Inclui todas as actividades relacionadas com a carteira própria, derivados, aplicações e recursos de outras instituições de crédito, operações de tesouraria.

Gestão de fundos investimento e patrimónios: Inclui as operações relacionadas principalmente com a gestão de fundos de investimento imobiliário.

Actividade seguradora: Inclui as operações relacionadas com a comercialização e gestão dos seguros do ramo vida e de ramos reais (não vida).

Serviços de consultoria: Inclui a prestação de serviços de assessoria económico-financeira ou estratégia especializada, a prestação de serviços de natureza contabilística ou de consultoria de direcção e gestão de empresas, a elaboração ou a revisão de estudos económico-financeiros.

Outros: Inclui todas as restantes operações, nomeadamente as relacionadas com a prestação de outros serviços de apoio ao negócio do GCA.

Nos Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a segmentação dos resultados do GCA por linhas de negócios é a seguinte:

	2013						
			Actividade seguradora				
	Banca comercial/de retalho	Gestão de fundos investimento e patrimónios	Ramo vida	Ramo não vida	Serviços de consultoria	Outros	Total
Margem financeira	250.656.658	6.598	53.380.962	4.433.341	(4.119)	(1.769.797)	306.703.643
Margem técnica da actividade de seguros	-	-	(34.789.749)	25.441.778	-	9.347.971	
Rendimentos de instrumentos de capital	856.331	-	726.960	75.000	-	(102.616)	1.555.675
Resultados de serviços e comissões	131.598.580	(9.648.428)	(8.594.655)	(9.382.699)	-	(3.403.314)	100.569.484
Outros resultados de exploração e outros	89.533.650	(17.238.048)	3.337.098	2.015.901	1.253.417	109.358.094	188.260.112
Produto bancário	472.645.219	(26.879.878)	14.060.616	22.583.321	1.249.298	113.430.338	597.088.914
Custos com pessoal e gastos gerais administrativos	(287.566.647)	(4.840.176)	(5.888.713)	(15.291.129)	(1.081.106)	14.006.261	(300.661.510)
Amortizações do exercício	(14.789.590)	(43.350)	(350.758)	(2.554.126)	(20.903)	(13.216.181)	(30.974.908)
Provisões e imparidade	(150.024.630)	(509.786)	115.337	(952.347)	(42.486)	(109.819.186)	(261.233.098)
Resultados de participações em associadas	-	-	-	-	-	1.908.392	1.908.392
Resultado antes de impostos e de int minoritários	20.264.352	(32.273.190)	7.936.482	3.785.719	104.803	6.309.624	6.127.790
Impostos	(18.758.013)	(178.401)	(1.962.080)	(1.140.973)	(16.785)	43.775	(22.012.477)
Resultado após impostos e antes de int minoritários	1.506.339	(32.451.591)	5.974.402	2.644.746	88.018	6.353.399	(15.884.687)
Interesses minoritários	-	-	-	-	-	12.943.268	12.943.268
Resultado líquido do exercício	1.506.339	(32.451.591)	5.974.402	2.644.746	88.018	19.296.667	(2.941.419)

	2012						
			Actividade seguradora				
	Banca comercial/de retalho	Gestão de fundos investimento e patrimónios	Ramo vida	Ramo não vida	Serviços de consultoria	Outros	Total
Margem financeira	318.284.560	131.684	47.441.729	3.841.065	(14.819)	(3.101.415)	366.582.803
Margem técnica da actividade de seguros	-	-	(27.884.660)	23.498.535	-	-	(4.386.125)
Rendimentos de instrumentos de capital	1.373.539	-	1.099.986	75.000	-	(600.070)	1.948.455
Resultados de serviços e comissões	129.500.624	(9.438.278)	(9.655.584)	(7.867.384)	-	(611.968)	101.927.410
Outros resultados de exploração e outros	15.800.061	(1.984.919)	(135.603)	3.831.517	1.077.236	8.507.174	27.095.466
Produto bancário	464.958.783	(11.291.513)	10.865.868	23.378.732	1.062.418	4.193.721	493.168.009
Custos com pessoal e gastos gerais administrativos	(288.424.632)	(3.652.956)	(5.452.950)	(14.954.791)	(1.575.876)	15.079.381	(298.981.824)
Amortizações do exercício	(15.026.258)	(54.856)	(387.241)	(2.500.013)	(32.540)	(13.666.519)	(31.667.427)
Provisões e imparidade	(120.995.370)	(390.000)	(33.247)	(1.044.130)	(64.479)	5.364.181	(117.163.044)
Resultados de participações em associadas	-	-	-	-	-	1.903.698	1.903.698
Resultado antes de impostos e de int minoritários	40.512.524	(15.389.325)	4.992.430	4.879.798	(610.477)	12.874.462	47.259.412
Impostos	806.953	(110.225)	(841.484)	(1.676.556)	(20.806)	(604.326)	(2.446.444)
Resultado após impostos e antes de int minoritários	41.319.477	(15.499.551)	4.150.945	3.203.243	(631.282)	12.270.136	44.812.968
Interesses minoritários	-	-	-	-	-	(104.826)	(104.826)
Resultado líquido do exercício	41.319.477	(15.499.551)	4.150.945	3.203.243	(631.282)	12.165.310	44.708.142

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a segmentação dos principais activos e passivos do GCA por linhas de negócio é a seguinte:

	2013						
			Actividade seguradora				
	Banca comercial/de retalho	Gestão de fundos investimento e patrimónios	Ramo vida	Ramo não vida	Serviços de consultoria	Outros	Total
Caixa e disponibilidades em bancos centrais e outras instituições de crédito	463.470.263	8.903.241	12.062.370	3.265.896	130.851	(21.219.888)	466.612.733
Activos financeiros detidos para negociação	2.071	-	22.752.929	-	-	776.359	23.531.359
Activos financeiros disponíveis para venda	3.780.437.276	11.336.411	866.822.507	80.525.306	-	247.959.251	4.987.080.751
Aplicações em instituições de crédito	31.930.695	7.927.045	31.541.201	23.138.611	-	(62.506.732)	32.030.820
Crédito a clientes	7.491.909.455	-	5.521.054	-	-	(25.441.043)	7.471.989.466
Investimentos detidos até à maturidade	127.370.363	-	454.203.517	38.962.282	-	(620.536.162)	-
Outros	1.073.797.910	578.006.072	32.290.872	24.367.380	402.606	(69.533.700)	1.639.331.140
Activo liquido total	12.968.918.033	606.172.769	1.425.194.450	170.259.475	533.457	(550.501.915)	14.620.576.269
Recursos de bancos centrais	(1.262.845.139)	-	-	-	-	-	(1.262.845.139)
Passivos financeiros detidos para negociação	(303.906)	-	(211.027)	-	-	-	(514.933)
Recursos de outras instituições de crédito	(100.067.053)	(5.616.928)	-	(735.721)	-	6.352.649	(100.067.053)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(10.209.731.246)	-	-	-	-	87.188.350	(10.122.542.896)
Outros	(290.097.658)	(121.105.168)	(1.360.458.090)	(136.959.389)	(227.864)	(84.739.569)	(1.993.587.738)
Passivo total	(11.863.045.002)	(126.722.096)	(1.360.669.117)	(137.695.110)	(227.864)	8.801.430	(13.479.557.759)

	2012						
			Actividade seguradora				
	Banca comercial/de retalho	Gestão de fundos investimento e patrimónios	Ramo vida	Ramo não vida	Serviços de consultoria	Outros	Total
Caixa e disponibilidades em bancos centrais e outras instituições de crédito	513.237.759	266.548	3.293.551	5.505.561	7.843	(8.859.243)	513.452.019
Activos financeiros detidos para negociação	86.697	-	17.840.043	-	-	462.191	18.388.931
Activos financeiros disponíveis para venda	2.130.280.338	19.968.922	596.570.938	60.599.232	-	(399.867.503)	2.407.551.927
Aplicações em instituições de crédito	106.978.861	7.793.880	23.187.235	38.173.502	-	(53.412.533)	122.720.945
Crédito a clientes	7.716.887.965	-	14.961.567	-	-	(71.696.928)	7.660.152.604
Investimentos detidos até à maturidade	2.234.397.871	-	487.775.740	38.377.735	-	-	2.760.551.345
Outros	1.045.272.140	550.385.355	3.813.540	25.988.729	1.293.236	3.546.161	1.630.299.161
Activo liquido total	13.747.141.631	578.414.705	1.147.442.614	168.644.759	1.301.078	(529.827.855)	15.113.116.932
Recursos de bancos centrais	(1.907.789.583)	-	-	-	-	-	(1.907.789.583)
Passivos financeiros detidos para negociação	(452.303)	-	(857.048)	-	-	-	(1.309.351)
Recursos de outras instituições de crédito	(240.227.969)	(5.289.238)	-	(945.278)	(665.000)	6.899.515	(240.227.969)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(10.177.702.320)	-	-	-	-	64.877.950	(10.112.824.370)
Outros	(323.142.581)	(216.934.433)	(1.089.879.407)	(136.565.622)	(418.503)	11.051.875	(1.755.888.671)
Passivo total	(12.649.314.755)	(222.223.671)	(1.090.736.455)	(137.510.900)	(1.083.503)	82.829.340	(14.018.039.944)

6. CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2013	2012
Caixa	108.076.217	105.760.590
Depósitos à ordem no Banco de Portugal	276.705.003	328.146.631
	384.781.220	433.907.221

De acordo com o Regulamento nº 2.818/98, de 1 de Dezembro, emitido pelo Banco Central Europeu, a partir de 1 de Janeiro de 1999 as instituições de crédito estabelecidas nos Estados-Membros participantes estão sujeitas à constituição de reservas mínimas em contas junto dos Bancos Centrais Nacionais participantes. A base de incidência compreende todos os depósitos em bancos centrais e em instituições financeiras e monetárias que se situem fora da zona Euro e todos os depósitos de clientes inferiores a dois anos. A esta base é aplicado um coeficiente de 2% e abatido um montante de 100.000 Euros. As reservas mínimas exigidas são remuneradas à média das taxas das operações principais de refinanciamento do Sistema Europeu de Bancos Centrais.

7. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2013	2012
Disponibilidades em Instituições de Crédito no País:		
Cheques a cobrar	58.264.995	67.707.158
Depósitos à ordem	6.011.051	3.494.359
	64.276.046	71.201.517
Disponibilidades em Instituições Crédito no Estrangeiro:		
Depósitos à ordem	17.555.327	8.343.114
	17.555.327	8.343.114
Juros a receber	140	167
	81.831.513	79.544.798

Os cheques a cobrar em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 foram compensados na sua grande maioria nos primeiros dias de Janeiro de 2014 e 2013, respectivamente.

8. ACTIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2013	2012
Títulos		
Emitidos por residentes		
Instrumentos de capital	776.359	462.191
Instrumentos de dívida	0	10.944
Instrumentos financeiros derivados com justo valor positivo (Nota 12)		
Forwards cambiais	2.071	75.753
Swaps de taxa de juro	22.752.929	17.840.043
	23.531.359	18.388.931
Cotados	0	10.944
Não cotados	23.531.359	18.377.987
	23.531.359	18.388.931

O detalhe dos títulos incluídos nesta rubrica é apresentado no Anexo I.

9. OUTROS ACTIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2013	2012
Títulos		
Emitidos por não residentes		
Instrumentos de dívida	30.732.472	8.300.897
Emitidos por residentes		
Instrumentos de dívida	53.152	27.720
	30.785.624	8.328.617
Cotados	30.785.624	8.328.617
Não cotados	0	0
	30.785.624	8.328.617

A totalidade dos títulos emitidos por residentes corresponde a dívida soberana portuguesa.

O detalhe dos títulos incluídos nesta rubrica é apresentado no Anexo I.

10. ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2013	2012
Títulos		
Emitidos por residentes		
Instrumentos de dívida	1.666.814.199	1.557.386.233
Instrumentos de capital	38.428.111	19.132.973
Emitidos por não residentes		
Instrumentos de dívida	3.181.442.287	742.570.991
Instrumentos de capital	105.273.116	90.069.925
	4.991.957.713	2.409.160.122
Imparidade (Nota 23)	(4.876.962)	(1.608.195)
	(4.876.962)	(1.608.195)
	4.987.080.751	2.407.551.927
Cotados	4.954.192.824	2.386.724.244
Não cotados	32.887.927	20.827.683
	4.987.080.751	2.407.551.927

Nos títulos de divida emitidos por residentes, 852.640.529 Euros correspondem a dívida soberana portuguesa. Nos títulos emitidos por não residentes, a parte respeitante a dívida soberana estrangeira corresponde a 2.305.060.263 Euros, sendo os valores mais relevantes os das dívidas soberanas emitidas por Espanha e Itália – 1.210.045.414 Euros e 936.965.605 Euros, respectivamente. Não existe, nesta carteira, divida soberana emitida pela Grécia.

O detalhe dos títulos incluídos nesta rubrica é apresentado no Anexo I.

11. APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2013	2012
Aplicações em instituições de crédito no país:		
Em outras instituições de crédito:		
Depósitos	25.011.070	87.730.247
Papel comercial a desconto	-	-

Operações de compra com acordo de revenda	-	10.057.251
Empréstimos	6.990.000	8.600.000
Outras aplicações	3.515	15.005.563
	32.004.585	121.393.061
Juros a receber	26.235	1.327.884
	32.030.820	122.720.945

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, os prazos residuais das aplicações em instituições de crédito apresentavam a seguinte estrutura:

	2013	2012
Até três meses	24.844.499	43.043.017
Entre três meses e um ano	7.160.087	78.350.044
	32.004.585	121.393.061
Juros a receber	26.235	1.327.884
	32.030.820	122.720.945

Em 31 de Dezembro de 2013, o detalhe desta rubrica por entidade, apresenta-se de seguida:

. Banco Bilbao Vizcaya Argentaria	18.127.765
. Finanfarma	6.990.000
. Banco Finantia, SA	4.713.219
. Banco Português de Gestão	2.000.000
. Banco Espírito Santo, SA	100.000
. Caixa Económica de Cabo Verde	70.086
. Outras	3.515

	32.004.585
	==========

12. DERIVADOS

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2013			
	Montante nocional	Valor contabilístico		
	Derivados de negociação	Activos detidos para negociação (Nota 8)	Passivos detidos para negociação	Total
Operações Cambiais a Prazo				
Forwards Cambiais		2.071	(1.624)	447
Compras	55.514			
Vendas	54.383			
Swaps	133.925.000	22.752.928	(513.309)	22.239.619
	134.034.897	22.754.999	(514.933)	22.240.066

	2012			
	Montante nocional	Valor contabilístico		
	Derivados de negociação	Activos detidos para negociação (Nota 8)	Passivos detidos para negociação	Total
Operações Cambiais a Prazo				
Forwards Cambiais		75.753	(9.079)	66.674
Compras	1.642.645			
Vendas	1.570.685			
Swaps	133.925.000	17.840.043	(1.300.272)	16.539.771
	137.138.330	17.915.796	(1.309.351)	16.606.445

A distribuição das operações com instrumentos financeiros derivados do GCA em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 por prazos residuais apresenta o seguinte detalhe:

	<= 3 meses	> 3 meses <= 6 meses	> 6 meses <= 1 ano	> 1 ano <= 5 anos	>=5 anos	Total
Operações Cambiais a Prazo						
Forwards Cambiais						
Compras	-	55.514	-	-	-	55.514
Vendas	-	54.383	-	-	-	54.383
Swaps	16.000.000	-	-	60.130.000	57.795.000	133.925.000
	16.000.000	109.897	-	60.130.000	57.795.000	134.034.897

	<= 3 meses	> 3 meses <= 6 meses	> 6 meses <= 1 ano	> 1 ano <= 5 anos	Total
Operações Cambiais a Prazo					
Forwards Cambiais					
Compras	1.624.942	17.703	-	-	1.642.645
Vendas	1.553.108	17.577	-	-	1.570.685
Swaps	-	-	70.130.000	63.795.000	133.925.000
	3.178.050	35.280	70.130.000	63.795.000	137.138.330

A distribuição das operações com instrumentos financeiros derivados do GCA em 31 de Dezembro de 2013 por tipo de contraparte apresenta o seguinte detalhe:

	Valor Nocional	Valor Contabilístico
Operações Cambiais a Prazo		
Forwards Cambiais		
Clientes	109.897	447
Swaps		
Swaps de taxa de juro		
Instituições Financeiras	133.925.000	22.239.619
	134.034.897	22.240.066

13. CRÉDITO A CLIENTES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2013	2012
Crédito interno		
Médio e longo prazo:		
Empréstimos com garantia real	1.971.148.088	3.226.280.669
Empréstimos sem garantia real	2.021.520.908	848.187.649
Empréstimos à habitação regime geral	2.063.934.062	2.092.985.328
Empréstimos à habitação bonificado	222.050.626	244.852.238
Papel comercial	245.583.333	183.887.783
Contratos de locação financeira	123.897.177	148.164.383

Curto prazo:		
Créditos em conta corrente	426.756.855	516.022.672
Outros créditos		
Cartões de crédito	32.579.432	33.796.023
Outros créditos	297.650.012	323.237.040
Descobertos em depósitos à ordem	16.127.096	20.278.305
	7.421.247.589	7.637.692.090
Crédito ao exterior		
Médio e longo prazo:		
Empréstimos	6.157.769	5.796.334
Curto prazo		
Descobertos em depósitos à ordem	-	2.873
Outros créditos	33.177.737	26.832.177
	39.335.506	32.631.384
Juros a receber	37.697.623	40.199.553
Comissões associadas ao custo amortizado:		
Receitas com rendimento diferido	(19.627.093)	(16.998.807)
Despesas com encargo diferido	37.172	47.644
	(19.589.921)	(16.951.163)
Total crédito não vencido	7.478.690.797	7.693.571.864
Crédito e juros vencidos		
Crédito vencido	646.626.362	595.248.781
Juros vencidos	10.825.025	12.508.343
	657.451.388	607.757.124
	8.136.142.185	8.301.328.987
Imparidade (Nota 23)		

Para crédito e juros vencidos	(497.736.359)	(440.365.189)
Para créditos de cobrança duvidosa	(166.416.360)	(200.811.194)
	---	---
	(664.152.719)	(641.176.383)
	---	---
	7.471.989.466	7.660.152.604
	==========	==========

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o crédito concedido a clientes apresentava a seguinte estrutura por sectores de actividade:

	2013		
Empresas	**Não vencido**	**Vencido**	**Total**
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	622.153.434	77.763.295	699.916.729
Indústrias transformadoras	531.105.464	78.427.856	609.533.319
Construção	379.132.051	128.565.471	507.697.522
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	407.874.777	21.639.888	429.514.665
Actividades imobiliárias	300.728.472	55.113.916	355.842.388
Actividades financeiras e de seguros	241.227.482	9.245.403	250.472.885
Administração Pública e Defesa; Segurança Social Obrigatória	239.481.703	96.598	239.578.301
Actividades de saúde humana e apoio social	221.978.829	4.243.630	226.222.459
Alojamento, restauração e similares	186.468.143	21.159.766	207.627.908
Transportes e armazenagem	74.990.296	13.289.230	88.279.527
Actividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	76.704.304	4.236.175	80.940.479
Outras actividades de serviços	65.545.713	3.554.413	69.100.127
Actividades administrativas e dos serviços de apoio	60.914.130	2.565.117	63.479.247
Actividades artísticas, de espectáculos, desportivas e recreativas	30.760.710	3.965.015	34.725.725
Educação	30.871.892	1.643.605	32.515.497
Electricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	29.430.103	142.677	29.572.780
Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e de	26.384.938	347.749	26.732.687
Indústrias extractivas	16.176.848	7.033.281	23.210.128
Actividades de informação e de comunicação	8.486.991	4.755.546	13.242.537
Actividades das famílias empregadoras de pessoal doméstico e actividades de pro	8.597	18.787	27.384
Outros *	8.423	1.306	9.729
	3.550.433.300	**437.808.724**	**3.988.242.024**
Particulares			
Habitação **	2.352.872.761	50.634.503	2.403.507.264
Outros fins	1.557.277.034	169.008.161	1.726.285.195
	3.910.149.795	**219.642.664**	**4.129.792.459**
Juros a receber			37.697.623
Comissões associadas ao custo amortizado			-19.589.921
Total geral	**7.460.583.095**	**657.451.388**	**8.136.142.185**

	2012		
Empresas	**Não vencido**	**Vencido**	**Total**
Comércio grosso e retalho; repar. veículos autom. e motociclos	654.045.454	75.449.551	729.495.005
Indústrias transformadoras	607.422.197	63.628.893	671.051.091
Construção	459.746.169	106.364.199	566.110.368
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	360.893.270	19.394.367	380.287.637
Actividades imobiliárias	317.634.824	36.074.100	353.708.924
Actividades financeiras e de seguros	214.063.865	4.842.293	218.906.158
Actividades de saúde humana e apoio social	207.681.077	4.625.667	212.306.745
Administ. Pública e Defesa; Segurança Social Obrigatória	199.084.983	2.207.229	201.292.212
Alojamento, restauração e similares	179.331.436	15.571.353	194.902.789
Transportes e armazenagem	84.403.585	11.152.320	95.555.905
Actividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	76.817.083	4.810.026	81.627.109
Outras actividades de serviços	64.781.023	2.922.370	67.703.393
Actividades administrativas e dos serviços de apoio	59.671.969	2.863.870	62.535.838
Actividades artísticas, espectáculos, desportivas e recreativas	36.531.453	2.133.120	38.664.573
Educação	29.605.542	1.533.713	31.139.255
Electricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	24.884.595	156.093	25.040.688
Indústrias extractivas	20.428.501	2.661.787	23.090.289
Captação, tratam. e distrib. água; saneamento, gestão resíduos e despoluição	19.175.837	13.663	19.189.501
Actividades de informação e de comunicação	12.302.288	5.567.747	17.870.035
Activid. famílias empreg. pessoal doméstico e activid. de prod. das famílias	27.413	-	27.413
Outros	37.034.718	5.592.416	42.627.134
	3.665.567.283	**367.564.777**	**4.033.132.060**
Particulares			
Habitação	2.398.326.082	50.731.665	2.449.057.747
Outros fins	1.606.430.108	189.460.682	1.795.890.790
	4.004.756.191	**240.192.347**	**4.244.948.537**
Juros a receber	40.199.553	-	40.199.553
Comissões associadas ao custo amortizado	(16.951.163)	-	(16.951.163)
Total geral	**7.693.571.864**	**607.757.124**	**8.301.328.987**

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, os prazos residuais dos créditos a clientes apresentavam a seguinte estrutura:

	2013	2012
Até três meses	505.184.683	615.943.738
Entre três meses e um ano	599.118.390	623.526.054
Entre um ano e três anos	1.218.255.457	1.308.182.831
Entre três e cinco anos	5.013.266.857	4.974.239.222
Mais de cinco anos	782.209.096	756.188.752
	---	---
	8.118.034.483	8.278.080.597
Juros a receber	37.697.623	40.199.553
Comissões associadas ao custo amortizado	(19.589.921)	(16.951.163)
	---	---
	8.136.142.185	8.301.328.987

O Crédito Agrícola não realizou até ao momento qualquer operação de securitização da sua carteira de crédito.

14. INVESTIMENTOS DETIDOS ATÉ À MATURIDADE

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2013	2012
Títulos emitidos por residentes		
Instrumentos de dívida		
De dívida pública portuguesa	-	1.401.908.058
De outros residentes	-	721.060.323
Títulos emitidos por não residentes		
Instrumentos de dívida		
De emissores públicos estrangeiros	-	176.465.836
De outros não residentes	-	424.571.671
	-	2.724.005.888
Juros a receber	-	36.545.457
	-	2.760.551.345
Cotados	-	2.760.551.345
Não cotados	-	-
	-	2.760.551.345

A Caixa Central procedeu, em Janeiro de 2013, à reclassificação da totalidade da carteira de títulos detidos até à maturidade no valor de 2.051 milhões de euros para a carteira de Activos Disponíveis para Venda. Esta reclassificação foi realizada por força da alienação de títulos de Dívida Pública em 2013, antes da sua data de maturidade/reembolso, que se encontravam registados na carteira de títulos detidos até à maturidade, uma vez que a Caixa Central se encontra impedida de registar qualquer activo financeiro nesta carteira, durante o exercício corrente de 2013 e nos dois seguintes, em conformidade com as regras constantes na norma internacional contabilidade (IAS 39 – Instrumentos Financeiros). O mesmo se aplicando às contas consolidadas do Grupo Crédito Agrícola, tendo sido reclassificados todos os títulos para a carteira de Activos Financeiros Detidos para Venda.

Durante o ano de 2013, foram alienados títulos no valor 826,5 milhões de euros que geraram mais-valias de cerca de 25,7 milhões de euros. As reservas de reavaliação resultantes da valorização ao justo valor a 31 de Dezembro de 2013 eram de 17,8 milhões de euros.

O detalhe dos títulos incluídos nesta rubrica é apresentado no Anexo I.

15. OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS

O movimento ocorrido nas rubricas de "Outros activos tangíveis" durante os exercícios de 2013 e 2012 foi o seguinte:

Descrição	31-12-2012 Valor líquido	Aquisições	Amortizações	Imparidade (Nota 23)	Abates, alienações e outros	31-12-2013 Valor líquido
Imóveis:						
De serviço próprio	218.899.309	2.410.852	(5.793.441)	63.135	11.526.624	227.106.479
Obras em imóveis arrendados	8.750.620	200.964	(877.015)	-	436.164	8.510.733
Outros imóveis	2.260.292	6.888	(78.627)	-	(113.129)	2.075.424
	229.910.221	2.618.704	(6.749.083)	63.135	11.849.659	237.692.636
Equipamento	38.477.372	7.693.634	(12.270.048)	-	581.618	34.482.576
Património artistico	975.886	8.025	-	-	1.902	985.813
Equipamento em locação financeira:						
Equipamento	236.724	65.705	(69.408)	-	(98.352)	134.669
Outros activos em locação financeira	(44.929)	-	(12.896)	-	52.060	(5.765)
	191.795	65.705	(82.304)	-	(46.292)	128.904
Outros activos tangíveis:						
Activos tangíveis em curso	12.702.084	11.421.324	-	-	(17.126.416)	6.996.992
Outros	425.245	2.706	(98.026)	-	(355)	329.570
	13.127.329	11.424.030	(98.026)	-	(17.126.771)	7.326.562
	282.682.603	21.810.098	(19.199.461)	63.135	(4.739.884)	280.616.491

Descrição	31-12-2011 Valor líquido	Aquisições	Amortizações	Imparidade (Nota 23)	Abates, alienações e outros	31-12-2012 Valor líquido
Imóveis:						
De serviço próprio	222.009.045	4.638.083	(5.533.826)	(319.489)	(1.894.504)	218.899.309
Obras em imóveis arrendados	9.345.833	400.436	(923.348)	-	(72.301)	8.750.620
Outros imóveis	2.317.021	24.366	(81.098)	-	3	2.260.292
	233.671.899	5.062.885	(6.538.272)	(319.489)	(1.966.802)	229.910.221
Equipamento	44.183.879	8.262.548	(14.088.801)	-	119.746	38.477.372
Património artistico	960.006	15.880	-	-	-	975.886
Equipamento em locação financeira:						
Equipamento	373.871	-	(99.129)	-	(38.018)	236.724
Outros activos em locação financeira	(31.779)	-	(13.150)	-	-	(44.929)
	342.092	-	(112.279)	-	(38.018)	191.795
Outros activos tangíveis:						
Activos tangíveis em curso	10.035.971	3.577.808	-	-	(911.695)	12.702.084
Outros	529.939	3.170	(106.501)	-	(1.363)	425.245
	10.565.910	3.580.978	(106.501)	-	(913.058)	13.127.329
	289.723.786	16.922.291	(20.845.853)	(319.489)	(2.798.132)	282.682.603

16. ACTIVOS INTANGÍVEIS

O movimento ocorrido nas rubricas de "Activos intangíveis" durante os exercícios de 2013 e 2012 foi o seguinte:

Descrição	31-12-2012 Valor líquido	Aquisições	Amortizações	Abates, alienações e outros	31-12-2013 Valor líquido
Sistema de tratamento automático de dados (software)	43.320.607	4.147.821	(11.770.478)	11.432.567	47.130.517
Outros activos intangíveis	173.309	-	(4.969)	-	168.340
Activos intangíveis em curso	13.267.262	10.407.123	-	(10.202.622)	13.471.763
	56.761.178	14.554.944	(11.775.447)	1.229.945	60.770.620

Descrição	31-12-2011 Valor líquido	Aquisições	Amortizações	Abates, alienações e outros	31-12-2012 Valor líquido
Sistema de tratamento automático de dados (software)	42.985.042	2.954.192	(10.807.151)	8.188.523	43.320.607
Outros activos intangíveis	170.860	14.844	(14.423)	2.029	173.309
Activos intangíveis em curso	12.096.121	8.426.921	-	(7.255.780)	13.267.262
	55.252.023	11.395.957	(10.821.574)	934.772	56.761.178

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a rubrica "Sistema de tratamento automático de dados (software) inclui os montantes de 42.050.147 Euros e 37.142.122 Euros, respectivamente, relativos a custos incorridos com os colaboradores afectos a *software* desenvolvido internamente na CA Serviços. O valor incorrido relativo ao exercício de 2013 ascendeu a 4.908.025 Euros.

Em 31 de Dezembro de 2013, a rubrica "Activos intangíveis em curso" diz respeito essencialmente a custos incorridos com os colaboradores afectos a *software* que se encontra em fase de desenvolvimento interno na CA Serviços.

Durante os exercícios de 2013 e 2012, as mais e menos valias apuradas na alienação de activos tangíveis encontram-se registadas na rubrica "Resultados de alienação de outros activos – Outros activos tangíveis" (Nota 40).

17. INVESTIMENTOS EM FILIAIS, ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2013	2012
FII CA Património Crescente	64.945.980	71.996.573
FCR Agrocapital 1	4.368.075	4.477.729
FCR InovCapital Global 2	-	1.977.923
FCR Central Frie	664.799	770.250
Rede Nacional de Assistência, SA	210.500	150.500

	70.189.354	79.372.975

Em 31 de Dezembro de 2013, os dados financeiros mais significativos retirados das demonstrações financeiras destas empresas encontram-se resumidos na Nota 4.

No exercício de 2011, a CA Seguros adquiriu 20% do capital da RNA - Rede Nacional de Assistência, SA, sociedade que tem por objecto social a prestação de serviços de assistência.

18. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

Os saldos de activos e passivos por impostos sobre o rendimento em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 eram os seguintes:

	2013	2012
Activos por impostos diferidos		
Por diferenças temporárias	122.242.825	129.107.372
Por prejuízos fiscais reportáveis	4.927.231	1.268.239
	127.170.056	130.375.611
Passivos por impostos diferidos		
Por diferenças temporárias	(14.091.857)	(2.695.427)
	113.078.199	127.680.184
Activos por impostos correntes		
IRC a recuperar	11.031.905	6.988.406
Imposto sobre o rendimento a pagar	(9.957.674)	(9.970.122)
	1.074.231	(2.981.716)

O detalhe e o movimento ocorrido nos impostos diferidos durante os exercícios de 2013 e 2012 foi o seguinte:

	2013			
	Saldo em 31-12-2012	Variação em Resultados	Variação em Reservas	Saldo em 31-12-2013
. Activos tangíveis e imparidade	14.493	63.739		78.232
. Activos intangíveis	71.629	(71.525)		104
. Provisões não aceites fiscalmente:				
Provisões para créditos de cobrança duvidosa	31.768.025	23.378.988		55.147.013
Provisões para crédito e juros vencidos	77.497.847	(22.637.335)		54.860.512
Provisões para riscos gerais de crédito	9.848.297	(2.745.503)		7.102.794
Provisão para aplicações financeiras	86.603	(46.089)		40.514
Provisões para imóveis	912.348	25.685		938.033
Provisões para outras aplicações	826.230	520.126		1.346.356
Provisões para outros riscos e encargos	2.140.818	(1.628.728)		512.090
. Pensões				
Reformas antecipadas	380.488	82.412		462.900
Contribuição efectuada	19.745	105.603		125.348
Prémio de antiguidade	4.564.301	(191.941)		4.372.360
Encargos com saúde	254.008	(85.181)		168.827
. Valorização ao justo valor por reservas de activos financeiros disponíveis para venda	(1.382.790)	810.029	(15.194.960)	(15.767.721)
. Reavaliação de imobilizado não aceite fiscalmente	(585.388)	61.082		(524.306)
. Valias fiscais	-	(1.180.468)		(1.180.468)
. Prejuízos fiscais reportáveis	1.169.294	3.757.937		4.927.231
. Comissões	69.281	(68)		69.213
. Outros	24.955	374.212		399.167
	127.680.184	592.975	(15.194.960)	113.078.199

	2012			
	Saldo em 31-12-2011	Variação em Resultados	Variação em Reservas	Saldo em 31-12-2012
. Activos tangíveis e imparidade	97.266	(82.773)		14.493
. Activos intangíveis	54.693	16.936		71.629
. Provisões não aceites fiscalmente:				
Provisões para créditos de cobrança duvidosa	51.762.467	(19.994.442)		31.768.025
Provisões para crédito e juros vencidos	44.994.156	32.503.691		77.497.847
Provisões para riscos gerais de crédito	6.348.553	3.499.744		9.848.297
Provisão para aplicações financeiras	130.517	(43.914)		86.603
Provisões para imóveis	372.733	539.615		912.348
Provisões para outras aplicações	925.039	(98.809)		826.230
Provisões para outros riscos e encargos	1.053.725	1.087.093		2.140.818
. Pensões				
Reformas antecipadas	375.245	5.243		380.488
Contribuição efectuada	-	19.745		19.745
Prémio de antiguidade	3.958.831	605.470		4.564.301
Encargos com saúde	204.047	49.961		254.008
. Valorização ao justo valor por reservas de activos financeiros disponíveis para venda	6.207.631	(717.471)	(6.872.950)	(1.382.790)
. Reavaliação de imobilizado não aceite fiscalmente	(1.152.441)	567.053		(585.388)
. Valias fiscais	(284.193)	284.193		-
. Prejuízos fiscais reportáveis	874.005	295.289		1.169.294
. Comissões	70.010	(729)		69.281
. Valorização dos activos disponíveis para venda	(450.626)	450.626		
. Outros	1.724.405	(1.699.450)		24.955
	117.266.063	17.287.071	(6.872.950)	127.680.184

O elevado montante dos impostos diferidos activos nos exercícios de 2013 e 2012 resulta maioritariamente de provisões para crédito concedido com garantia hipotecária.

Os gastos com impostos sobre lucros registados em resultados, bem como a carga fiscal, medida pela relação entre a dotação para impostos sobre lucros e o lucro do exercício antes de impostos, podem ser apresentados como se segue:

	2013	2012
Impostos correntes	22.605.452	19.733.515
Impostos diferidos		
Registo e reversão de diferenças temporárias	(592.975)	(17.287.071)
Total de impostos reconhecidos em resultados	22.012.477	2.446.444
Lucro antes de impostos	19.154.413	47.259.412

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efectiva de imposto nos exercícios de 2013 e 2012 pode ser demonstrada como segue:

	2013		2012	
	Taxa de imposto	Montante	Taxa de imposto	Montante
Resultado antes de impostos		19.154.413		47.259.412
Imposto apurado com base na taxa de imposto nominal	26,50%	5.075.919	26,50%	12.523.744
Taxa adicional (derrama estadual)	4,67%	895.275	1,17%	553.338
variações patrimoniais negativas não refletidas no resultado liquido decorrentes do reconhecimento da imparidade do FEIIA				
CA Imobiliário	0%	-	-7%	(3.518.792)
Derrama Municipal	5,77%	1.105.360	2,16%	1.020.050
Tributações autonomas	6,44%	1.232.965	2,84%	1.341.431
Correcções de impostos relativos a exercicios anteriores	-0,10%	(18.569)	-11,27%	(5.327.603)
Operações efectuadas ao abrigo de regimes de taxa reduzida	0,00%	-	0,00%	-
Benefícios Fiscais	-5,19%	(993.244)	-1,77%	(837.901)
Potencial AID referente a prejuizos não registado	48,96%	9.377.889	-	-
Redução de taxa sobre impostos diferidos (-2%)	13,33%	2.553.604	-	-
Outros	14,53%	2.783.278	-7,00%	(3.307.823)
Imposto registado na demonstração de resultados	114,92%	22.012.477	5,18%	2.446.444

No exercício de 2013, a variação existente entre os impostos correntes e os impostos diferidos é em grande medida explicada pelos prejuízos fiscais apurados no exercício, pelas Caixas Agrícolas e que não foram igualmente registados em activos por impostos diferidos, compensando esse efeito.

No exercício de 2012, a rubrica "Correcções de imposto de exercícios anteriores" corresponde a reembolsos recebidos de IRC relativos a acertos de pagamentos de imposto efectuados pelo GCA em exercícios anteriores.

19. PROVISÕES TÉCNICAS

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2013	2012
Ramo vida:		
Provisão matemática	1.077.891.601	966.238.186
Provisão para sinistros	5.244.337	5.185.610
Outras provisões técnicas:		
Provisões para participação nos resultados	24.623.935	24.579.674
Provisões para estabilização de carteira	14.308.054	14.596.656
Provisão para compromisso de taxa	28.072.161	15.777.748
	1.150.140.088	1.026.377.874
Provisões ramo não vida:		
Provisões para prémios não adquiridos	15.951.101	16.508.200
Provisões para sinistros	91.038.036	91.187.451
Outras provisões técnicas:		
Provisões para riscos em curso	3.832.012	2.725.811
Provisões para desvios de sinistralidade	695.398	604.452
	111.516.547	111.025.914
	1.261.656.635	**1.137.403.788**

O movimento ocorrido nas provisões técnicas durante os exercícios de 2013 e 2012 foi o seguinte:

Saldo em 31-12-2011	Reforços liquidos de reposições e anulações (Nota 42)	Utilizações / regulariz.	Saldo em 31-12-2012	Reforços liquidos de reposições e anulações (Nota 42)	Utilizações	Regulariz.	Saldo em 31-12-2013
1.006.883.614	111.681.427	18.838.747	1.137.403.788	124.115.380	-	137.468	1.261.656.636

Em 31 de Dezembro 2013 e 2012, a provisão matemática apresenta a seguinte composição:

	2013	2012
Protecção Poupança Investimento	85.701.801,00	121.405.812
Protecção Poupança Reforma	112.917.162,00	125.203.927
Protecção Poupança Educação	17.161.660,00	18.218.890
CA PPR+6	7.939.052,00	18.178.494
CA Poupança Activa	258.466.614,00	249.940.896
Protecção Super-Crédito	47.251,00	25.453
CA PPR	130.390.698,00	113.568.814
CA Protecção Livre	200.516,00	199.491
CA Vida Plena	30.822,00	29.220
CA Super 4,25	77.899.813,00	76.429.419
CA Primavera	26.293.221,00	25.796.663
CA Verão Taxa Crescente	25.129.488,00	24.675.907
CA Verão PPR	10.687.802,00	10.580.091
CA Futuro Garantido PPR	25.393.567,00	25.066.665
CA Mulher	13.157,00	9.924
CA Super 5	38.202.601,00	37.295.636
CA Super 5 - 3,8%	7.935.897,00	7.857.231
CA Super 5 PPR	31.262.037,00	30.393.561
CA Super 5 - PPR (3,8%)	7.157.433,00	7.291.687
CA Sempre +	14.240.010,00	14.245.596
CA Sempre + PPR	11.600.847,00	11.641.950
CA Garantia Máxima	27.930.349,00	27.268.979
CA Garantia Máxima - PPR	21.441.011,00	20.905.774
CA Pessoa-Chave	3.860,00	2.462
CA Pessoa-Chave Crédito	9.885,00	5.644
CA Garantia 5 (1ª série)	19.457.421,00	0
CA Garantia 5 - PPR (1ª série)	29.321.641,00	0
CA Garantia 5 - 2 série	39.286.480,00	0
CA Garantia 5 PPR - 2 série	48.122.832,00	0
CA Universitário (Poupança)	3.646.673,00	0
	1.077.891.601	**966.238.186**

20. OUTROS ACTIVOS

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2013	2012
Outros activos		
Outras disponibilidades	1.972.467	9.819
Ouro e outros metais preciosos	561.546	560.091
Devedores por operações sobre futuros	23.164	900
Aplicações conta-caução	3.596.569	1.192.121
Outras aplicações	37.757	90.131
Sector Público Administrativo		
IVA a recuperar	73.743	72.472
IMT - reembolsos pedidos	1.737.543	1.183.908
Outros valores a receber	1.659.833	2.053.391
Devedores por capital não realizado	730	730
Despesas de crédito em contencioso	4.127.215	3.291.957
Suprimentos	1.176.317	1.176.317
Bonificações a receber	1.309.842	1.596.710
Devedores diversos - adiantamentos	61.070.365	61.433.844
Clientes de locação financeira	2.234.546	2.231.614
Outros devedores diversos	55.317.454	58.070.449
	134.899.091	132.964.454
Rendimentos a receber		
Por compromissos irrevogáveis assumidos	134.125	141.686
Por serviços bancários prestados	2.389.339	2.300.345
Outros rendimentos a receber	731.944	674.536
	3.255.408	3.116.567
Despesas com encargo diferido		
Rendas e alugueres	377.941	384.449
Seguros	1.302.462	1.157.350
Outras despesas a diferir	6.688.463	6.617.117
Contribuições para o FGD, FGCCAM e SII	-	15.274
	8.368.866	8.174.190
Valores a regularizar		
Caixas automáticas Multibanco (compensação ATM)	44.299.278	35.482.570
Operações cambiais a liquidar	172.196	760.722
Economato	2.190.926	454.417
Outras operações a regularizar	2.986.801	4.338.755
	49.649.201	41.036.464
Activos tangíveis disponíveis para venda		
Imóveis	1.007.037.444	960.969.732
Equipamento	694.352	682.937
Outros	2.351.188	1.881.349
	1.010.082.984	963.534.018
	1.206.255.550	1.148.825.693
Imparidade – Outros activos		
Outros devedores diversos	(17.712.710)	(16.419.513)
Activos tangíveis disponíveis para venda		
Imóveis	(129.399.242)	(66.109.854)
Equipamento	(149.750)	(348.444)
Outros	(226.758)	(158.111)
	(147.488.460)	(83.035.922)
	1.058.767.090	**1.065.789.771**

O movimento dos activos tangíveis disponíveis para venda durante os exercícios de 2013 e 2012 pode ser apresentado da seguinte forma:

	31-12-2012				Imparidade				31-12-2013		
	Valor bruto	Imparidade	Aquisições	Alienações	Utilização de imparidade	Ajustamentos	Dotações de imparidade	Reposições de imparidade	Valor bruto	Imparidade	Valor líquido
Activos não correntes detidos para venda:											
Imóveis	960.969.732	(66.109.855)	167.694.470	(121.626.758)	8.357.634	(39.491.678)	(40.424.062)	8.268.718	1.007.037.444	(129.399.243)	877.638.201
Equipamento	682.936	(348.444)	464.835	(453.419)	4.800	-	(67.127)	261.022	694.352	(149.749)	544.603
Outros	1.881.349	(158.110)	1.662.178	(1.192.339)	87.974	-	(176.622)	20.000	2.351.188	(226.758)	2.124.430
	963.534.017	**(66.616.409)**	**169.821.483**	**(123.272.516)**	**8.450.408**	**(39.491.678)**	**(40.667.811)**	**8.549.740**	**1.010.082.984**	**(129.775.750)**	**880.307.234**
							-40.667.811	8.549.740	1.010.082.984	-129.775.750	

	31-12-2011				Imparidade				31-12-2012		
	Valor bruto	Imparidade	Aquisições	Alienações	Utilização de imparidade	Ajustamentos	Dotações de imparidade	Reposições de imparidade	Valor bruto	Imparidade	Valor líquido
Activos não correntes detidos para venda:											
Imóveis	650.669.289	(49.884.684)	406.539.046	(96.238.603)	6.380.059	(6.445.180)	(19.233.513)	3.073.463	960.969.732	(66.109.855)	894.859.877
Equipamento	669.297	(155.168)	1.182.312	(1.168.673)	5.864	-	(262.897)	63.757	682.936	(348.444)	334.492
Outros	914.147	(236.686)	1.602.873	(635.671)	58.132	-	(32.494)	52.938	1.881.349	(158.110)	1.723.239
	652.252.733	**(50.276.538)**	**409.324.231**	**(98.042.947)**	**6.444.055**	**(6.445.180)**	**(19.528.904)**	**3.190.158**	**963.534.017**	**(66.616.409)**	**896.917.608**

A rubrica "Caixas Automáticas Multibanco (compensação ATM)" corresponde ao montante imobilizado nas caixas ATM, a aguardar regularização por parte da SIBS.

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a rubrica "Outros activos - Suprimentos" diz respeito a suprimentos concedidos à Propaço.

Em 31 de Dezembro de 2013, a rubrica "Devedores diversos - adiantamentos" inclui o montante de 57.771.262 Euros, relativos a adiantamentos efectuados pelo FII Carteira Imobiliária na compra de imóveis.

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a rubrica "Outros devedores diversos" inclui os montantes de 9.843.203 Euros e 11.548.260 Euros, respectivamente, relativos a bonificações a receber do IFAP pela CA Seguros.

21. RECURSOS DE BANCOS CENTRAIS E DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	2013	2012
Recursos de Bancos Centrais		
Recursos do Banco de Portugal		
Empréstimos	1.250.000.000	1.900.000.000
Juros a pagar	12.845.139	7.789.583
	1.262.845.139	1.907.789.583

	=========	========
Recursos de instituições de crédito no país		
Depósitos	53.992.151	78.340.874
Outros recursos	61.194	227.334
	---	---
	54.053.345	78.568.208
	---	---
Recursos de instituições de crédito no estrangeiro		
Outras instituições de crédito:		
Depósitos	489.282	7.776.632
Operações de venda com acordo de recompra	43.819.546	149.028.496
Outros recursos	1.463.692	3.931.045
	---	---
	45.772.520	160.736.173
	---	---
Juros a pagar	241.188	923.588
	---	---
	100.067.053	240.227.969
	==========	=========

Em 31 de Dezembro de 2013, a rubrica "Operações de venda com acordo de recompra" diz respeito a operações de reporte de títulos de dívida pública portuguesa efectuadas com contrapartes estrangeiras, tendo em vista a obtenção de liquidez.

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o prazo residual dos recursos de Bancos Centrais e de outras instituições de crédito apresenta a seguinte estrutura:

	2013	2012
Até três meses	396.027.000	1.063.238.038
Entre três meses e um ano	-	82.246.797
Entre um ano e três anos	952.999.104	993.819.546

Entre três anos e cinco anos	799.761	-
	1.349.825.865	2.139.304.381
Juros a pagar	13.086.327	8.713.171
	1.362.912.192	2.148.017.552

A rubrica "Recursos do Banco de Portugal" inclui quatro empréstimos no montante total de 1.250.000.000 Euros, com vencimentos em Janeiro 2014 (300.000.000€), Janeiro 2015 (300.000.000€) e Fevereiro 2015 (650.000.000€).

Os títulos dados em garantia ao Banco de Portugal para cobertura de operações de financiamento junto do Eurosistema, com referência a 31 de Dezembro de 2013 são:

Designação	**ISIN**	**Quantidade**	**Valor Final**
SPGB 3.8 01/31/17	*ES00000120J8*	*12.500*	13.353.743,50
SPGB 4.1 07/30/18	*ES00000121A5*	*138.500*	147.252.536,59
SPGB 4.25 10/16	*ES00000123J2*	*55.000*	58.149.115,20
SPGB 4.5 01/18	*ES00000123Q7*	*104.000*	114.246.722,20
SPGB 3.75 10/18	*ES00000124B7*	*120.000*	*124.005.274,80*
BTPS 4.5 02/18	*IT0004273493*	*365.000*	393.973.247,40
BTPS 4.5 08/18	*IT0004361041*	*110.000*	118.986.286,10
BTPS 3 1/2 11/17	*IT0004867070*	*38.500*	39.678.615,13
BTPS 3.5 06/18	*IT0004907843*	*35.000*	35.860.377,88
BPIL 15/01/15	*PTBB5JOE0000*	*880*	45.274.047,50
BCP 29/10/2014	*PTBCU31E0002*	*126*	6.422.101,69
BCPPL 4.75 06/22/17	*PTBCUB1E0005*	*1.199*	62.485.146,12

BES 17/02/2015	*PTBLMVOE0011*	*820*	42.303.166,35
CGD 06/12/2016	*PTCGF11E0000*	*2.358*	120.558.897,31
CGD 21/07/2014	*PTCGGFOM0015*	*256*	12.203.671,30
EDP 07/12/2014	*PTEDPSOM0010*	*550*	509.588,05
EDP 04/05/2015	*PTEDPTOM0035*	*700*	603.956,54
BT 19/09/14	*PTPBT1GE0020*	*10.000.000*	9.302.710,00
BT 18/04/14	*PTPBT2GE0029*	*120.000.000*	112.399.560,00
BT 23/05/14	*PTPBTLGE0012*	*242.000.000*	226.297.104,00
BT 18/07/14	*PTPBTYGE0025*	*239.346.000*	223.241.604,39
PORT. TELECOM FINANCE 03/17	*XS0215828913*	*21.500*	15.702.583,05
EDP FINANCE 22/06/2015	*XS0221295628*	*944*	745.021,18
EDP FINANCE 26/09/2016	*XS0435879605*	*6.000*	4.846.705,89
EDP FINANCE 16/03/2015	*XS0495010133*	*13.214*	10.397.830,67
EDP FINANCE 01/02/2016	*XS0586598350*	*3.000*	2.545.672,01
EDP FINANCE 21/09/2017	*XS0831842645*	*10.830*	8.141.140,33
PORT. TELECOM FINANCE 04/18	*XS0843939918*	*22.500*	17.234.562,38
PORT. TELECOM FINANCE 05/20	*XS0927581842*	*2.500*	1.682.001,60
			1.968.402.989,16

Os activos não desreconhecidos que estão associados a operações de venda com acordo de recompra são os seguintes:

Título	ISIN	Quantidade	Valor Recompra
BTPS 3 11/17	IT0004867070	10.000.000	7.730.800,00
BTPS 3 11/17	IT0004867070	30.830.000	12.266.100,00
BTPS 3 11/17	IT0004867070	23.515.138	12.266.100,00
BTPS 3 11/17	IT0004867070	9.199.251	4.798.566,00
BTPS 3 11/17	IT0004867070	5.749.532	2.999.104,00
BTPS 3 11/17	IT0004867070	5.672.871	2.959.115,00
BTPS 3 11/17	IT0004867070	1.533.208	799.761,00
			43.819.546,00

22. RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2013	2012
Depósitos:		
À ordem	2.713.549.351	2.576.157.001
A prazo	5.190.187.465	5.146.102.777
De poupança	2.150.048.805	2.310.978.583
Outros recursos de clientes	453.580	284.545
Cheques e ordens a pagar	8.945.778	6.141.217
Outros	67.630	50.366
	10.063.252.609	10.039.714.489
Juros a pagar	59.290.287	73.109.881
	10.122.542.896	10.112.824.370

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, os prazos residuais dos recursos de clientes e outros empréstimos, apresentavam a seguinte estrutura:

	2013	2012
Até três meses	5.693.954.674	5.463.966.578
Entre três meses e um ano	4.133.288.259	4.241.298.539
Entre um ano e três anos	224.379.851	321.157.420
Entre três e cinco anos	8.985.937	9.399.871
Mais de cinco anos	2.643.888	3.892.081
	10.063.252.609	10.039.714.489
Juros a pagar	59.290.287	73.109.881
	10.122.542.896	10.112.824.370

23. PROVISÕES E IMPARIDADE

O movimento ocorrido nas provisões e na imparidade do GCA durante os exercícios de 2013 e 2012 foi o seguinte:

	2013					
	Saldos em 31-12-2012	Reforços liquidos de rep. e anulações	Utilizações	Transferências	Regularizações	Saldos em 31-12-2013
Provisões para créditos sobre clientes (Nota 13):						
Créditos de cobrança duvidosa	200.811.194	4.159.967	(406.016)	(38.130.465)	(18.319)	166.416.361
Crédito e juros vencidos	440.365.189	102.225.161	(45.913.899)	1.100.081	(40.174)	497.736.358
	641.176.383	106.385.128	(46.319.915)	(37.030.384)	(58.493)	664.152.719
Provisões:						
Outros riscos e encargos	7.572.648	(4.257.475)	(624.572)	1.434.956	-	4.125.557
	7.572.648	(4.257.475)	(624.572)	1.434.956	-	4.125.557
Imparidade de outros activos financeiros:						
Activos financeiros disponíveis para venda (Nota 10)	1.608.195	926.819	(842.355)	3.096.294	88.009	4.876.962
Investimentos em filiais, assoc. e emp. Conjuntos (Nota 17)	-		(4.000.528)	(3.096.294)	7.096.822	-
Imparidade de outros activos:						
Activos não correntes det. p/ venda (Nota 20)	66.616.409	32.118.070	(8.483.517)	35.205.184	4.319.604	129.775.750
Outros activos (Nota 20)	16.419.513	1.974.817	(1.078.081)	390.244	6.217	17.712.710
Activos tangíveis (Nota 15)	864.911	(63.135)	-	-	-	801.776
Activos intangíveis (Nota 16)	-	33.494	-	-	364	33.858
	85.509.028	34.990.065	(14.404.481)	35.595.428	11.511.016	153.201.056
	734.258.059	137.117.718	(61.348.968)	-	11.452.523	821.479.332

	2012					
	Saldos em 31-12-2011	Reforços liquidos de rep. e anulações	Utilizações	Transferências	Regularizações	Saldos em 31-12-2012
Provisões para créditos sobre clientes (Nota 13):						
Créditos de cobrança duvidosa	217.231.086	(11.432.306)	(148.733)	(10.277.478)	5.438.625	200.811.194
Crédito e juros vencidos	376.487.297	110.473.298	(49.202.132)	2.563.485	43.241	440.365.189
	593.718.383	99.040.992	(49.350.865)	(7.713.993)	5.481.866	641.176.383
Provisões:						
Outros riscos e encargos	6.915.759	(103.931)	(310.482)	(59.454)	1.130.756	7.572.648
	6.915.759	(103.931)	(310.482)	(59.454)	1.130.756	7.572.648
Imparidade de outros activos financeiros:						
Activos financeiros disponíveis para venda (Nota 10)	1.583.076	5.167	(2.493)	22.445	-	1.608.195
Investimentos em filiais, assoc. e emp. Conjuntos (Nota 17)	-	-	-	-	-	-
Imparidade de outros activos:						
Activos não correntes det. p/ venda (Nota 20)	50.240.059	16.338.744	(6.428.784)	7.387.331	(920.941)	66.616.409
Outros activos (Nota 20)	14.727.064	1.562.583	(197.326)	363.671	(36.479)	16.419.513
Activos tangíveis (Nota 15)	545.422	319.489	-	-	-	864.911
Activos intangíveis (Nota 16)	-	-	-	-	-	-
	67.095.621	18.225.983	(6.628.603)	7.773.447	(957.420)	85.509.028
	667.729.763	117.163.044	(56.289.950)	-	5.655.202	734.258.059

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a rubrica “Provisões – outros riscos e encargos” inclui provisões constituídas para fazer face a riscos fiscais, legais e outros riscos específicos decorrentes da actividade do GCA.

24. INSTRUMENTOS REPRESENTATIVOS DE CAPITAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2013	2012
C.C.A.M. Açores, CRL	7.406.150	7.406.150
C.C.A.M. Guadiana Interior, CRL	1.022.100	1.257.650
C.C.A.M. Nordeste Alentejano, CRL	661.680	664.980
C.C.A.M. Sotavento Algarvio, CRL	398.810	398.810
C.C.A.M. Ribatejo Norte e Tramagal, CRL	377.285	508.155
C.C.A.M. Pernes, CRL	361.560	370.615
C.C.A.M. Beira Baixa (Sul), CRL	127.805	147.755
C.C.A.M. Porto de Mós, CRL	100.010	1.411.850
C.C.A.M. Douro, Corgo e Tâmega, CRL	91.125	95.430
C.C.A.M. Médio Ave, CRL	66.535	96.995
C.C.A.M. Baixo Vouga, CRL	30.435	32.435
C.C.A.M. Costa Azul, CRL	5.275	17.928.380
C.C.A.M. Mogadouro e Vimioso	0	100
C.C.A.M. Oliveira do Hospital, CRL	0	56.765
C.C.A.M. Elvas e Campo Maior, CRL	0	2.870
C.C.A.M. Estremoz, CRL	0	190
C.C.A.M. Alentejo Central, CRL	0	10
	10.648.770	30.379.140

De acordo com o IAS 32, os títulos de capital são instrumentos de capital próprio caso a entidade tenha um direito incondicional de recusar o seu reembolso. A introdução dos IAS/IFRS implicou um ajustamento com referência a 1 de Janeiro de 2006 no montante de 41.447.495 Euros, resultante da classificação dos títulos de capital especial como passivo (Nota 29).

25. OUTROS PASSIVOS SUBORDINADOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2013	2012
Empréstimos subordinados concedidos pelo FGCAM:		
Não titulados	81.433.884	86.433.884
Títulos de investimento:		
Emitidos	51.558.840	41.889.640
	132.992.724	128.323.524
Juros a pagar	410.790	511.722
	133.403.514	128.835.246

Tendo em consideração os prazos de vencimento dos passivos subordinados, a duração residual do saldo em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 analisa-se como segue:

	2013	2012
Menos de três meses	1.959.800	-
Entre três meses e um ano	496.000	10.061.000
Entre um ano e três anos	35.953.700	45.773.424
Entre três e cinco anos	47.626.500	26.489.100
Mais de cinco anos	46.956.724	46.000.000
Juros a pagar	410.790	511.722
	133.403.514	128.835.246

O saldo do Fundo de Garantia do Crédito Agrícola Mútuo analisa-se como segue:

Descrição	Entidade detentora dos títulos	Moeda	Data de vencimento dos juros	Taxa de Juro em vigor a 31.12.2013	Data de vencimento	2013			
						Saldo 31.12.2012	Reembolsos	Emissões	Saldo 31.12.2013
Empréstimo do FGCAM	C1340 - Vale de Sousa e Baixo Tâmega	Euro	16-Jun	0,5000%	16-06-2013	5.000.000	5.000.000	-	-
Empréstimo do FGCAM	C3220 - Costa Verde	Euro	31-Jan	0,5000%	31-01-2018	11.000.000	-	-	11.000.000
Empréstimo do FGCAM	C3400 - Bairrada e Aguieira	Euro	05-Mai	0,5000%	05-05-2016	5.000.000	-	-	5.000.000
Empréstimo do FGCAM	C3400 - Bairrada e Aguieira	Euro	05-Mai	0,5000%	05-05-2018	5.000.000	-	-	5.000.000
Empréstimo do FGCAM	C3400 - Bairrada e Aguieira	Euro	16-Jun	0,5000%	16-06-2021	6.000.000	-	-	6.000.000
Empréstimo do FGCAM	C4050 - Beira Baixa (Sul)	Euro	15-Mai	0,5000%	15-05-2018	4.000.000	-	-	4.000.000
Empréstimo do FGCAM	C5460 - Entre Tejo e Sado	Euro	23-Dez	1,0000%	31-12-2014	5.000.000	-	-	5.000.000
Empréstimo do FGCAM	C5460 - Entre Tejo e Sado	Euro	23-Dez	1,0000%	31-12-2014	968.745	-	-	968.745
Empréstimo do FGCAM	C5460 - Entre Tejo e Sado	Euro	23-Dez	0,5000%	31-12-2014	2.493.989	-	-	2.493.989
Empréstimo do FGCAM	C5460 - Entre Tejo e Sado	Euro	23-Dez	0,5000%	31-12-2014	2.493.990	-	-	2.493.990
Empréstimo do FGCAM	C5460 - Entre Tejo e Sado	Euro	29-Out	0,5000%	31-12-2014	10.000.000	-	-	10.000.000
Empréstimo do FGCAM	C6020 - Álcacer Sal e Montemor-Novo	Euro	30-Nov	0,5000%	30-11-2022	12.000.000	-	-	12.000.000
Empréstimo do FGCAM	C6240 - Moravis	Euro	15-Dez	0,5000%	15-12-2022	8.000.000	-	-	8.000.000
Empréstimo do FGCAM	C6440 - Alentejo Central	Euro	23-Out	0,5000%	23-10-2015	1.995.192	-	-	1.995.192
Empréstimo do FGCAM	C6440 - Alentejo Central	Euro	23-Out	0,5000%	23-10-2015	7.481.968	-	-	7.481.968
						86.433.884	5.000.000	-	81.433.884

O saldo dos Títulos Investimento emitidos analisa-se como segue:

Descrição	Entidade detentora dos títulos	Número de Obrigações	Moeda	Valor Nominal Unitário	Data de vencimento dos juros	Taxa de Juro em vigor a 31.12.2013	Data de vencimento	2013				
								Saldo 31.12.2012	Reembolsos	Regularizações	Emissões	Saldo 31.12.2013
Tit.Investimento/2006	CCCAM	10.000	Euro	100	28-Dez	-	28-12-2013	116.500	116.500	-	-	-
Tit.Investimento/2007- 1ª Emissão	CCCAM	10.000	Euro	100	27-Mar	1,0000%	27-03-2014	279.900	186.600	-	-	93.300
Tit.Investimento/2008	C1280 - Médio Ave	2.025	Euro	500	30-Jun	-	31-12-2013	1.012.500	1.012.500	-	-	-
Tit.Investimento/2010	C1340 - Vale de Sousa e Baixo Tâmega	2.000.000	Euro	5	30-Jun	5,0000%	31-12-2015	10.000.000	-	-	-	10.000.000
Tit.Investimento/2008	C1420 - Noroeste	3.133	Euro	500	02-Fev	0,5700%	02-02-2014	1.566.500	-	-	-	1.566.500
Tit.Investimento/2011	C1420 - Noroeste	5.883	Euro	500	03-Mar	3,5000%	30-09-2016	2.941.500	-	-	-	2.941.500
Tit.Investimento/2011	C1420 - Noroeste	9.186	Euro	500	02-Abr	4,3420%	02-04-2017	4.593.000	-	-	-	4.593.000
Tit.Investimento/2012	C1420 - Noroeste	2.142	Euro	500	02-Abr	3,8420%	02-04-2018	-	-	-	1.071.000	1.071.000
Tit.Investimento/2011	C1440 - Área Metropolitana do Porto		Euro		23-Dez	4,0000%	22-12-2016	1.400.100	-	-	-	1.400.100
Tit.Investimento/2010	C2090 - Beira Douro	1.032	Euro	500	15-Jun	2,4243%	15-06-2015	516.000	-	-	-	516.000
Tit.Investimento/2008 - 1ª Emissão	C2160 - Vale do Távora	3.000	Euro	500	01-Jul	-	01-07-2013	1.500.000	1.500.000	-	-	-
Tit.Investimento/2008 - 2ª Emissão	C2160 - Vale do Távora	1.899	Euro	500	01-Jul	-	01-07-2013	949.500	949.500	-	-	-
Tit.Investimento/2009	C2160 - Vale do Távora	392	Euro	500	30-Set	0,8750%	30-09-2014	196.000	-	-	-	196.000
Tit.Investimento/2011 - 1ª Emissão	C2160 - Vale do Távora	1.016	Euro	500	01-Jul	3,8750%	30-06-2016	508.000	203.200	-	-	304.800
Tit.Investimento/2011 - 2ª Emissão	C2160 - Vale do Távora	3.000	Euro	500	31-Dez	5,5000%	30-12-2016	1.500.000	300.000	-	-	1.200.000
Tit.Investimento/2012 - 1ª Emissão	C2160 - Vale do Távora	2.347	Euro	500	30-Jun	4,3200%	29-06-2017	1.173.500	-	-	-	1.173.500
Tit.Investimento/2012 - 2ª Emissão	C2160 - Vale do Távora	3.302	Euro	500	28-Set	4,3750%	29-09-2017	1.651.000	1.651.000	-	-	-
Tit.Investimento/2008	C2190 - Terra Quente	2.965	Euro	500	01-Jan	-	01-07-2013	1.482.500	1.482.500	-	-	-
Tit.Investimento/2011	C2190 - Terra Quente	3.000	Euro	500	30-Mar	4,0000%	30-09-2016	1.500.000	-	-	-	1.500.000
Tit.Investimento/2012 - 1ª Emissão	C2190 - Terra Quente	3.000	Euro	500	30-Mar	4,3750%	30-03-2017	1.500.000	-	-	-	1.500.000
Tit.Investimento/2012 - 2ª Emissão	C2190 - Terra Quente	1.578	Euro	500	01-Fev	4,3750%	01-08-2017	789.000	-	-	-	789.000
Tit.Investimento/2011	C3160 - Vale de Cambra	286.600	Euro	5	01-Abr	4,5000%	01-04-2016	1.433.000	-	-	-	1.433.000
Tit.Investimento/2009	C3370 - Serras de Ansião	60.000	Euro	5	16-Abr	1,5625%	16-04-2014	300.000	-	-	-	300.000
Tit.Investimento/2010	C3370 - Serras de Ansião	60.000	Euro	5	31-Mar	2,3125%	29-03-2015	300.000	-	-	-	300.000
Tit.Investimento/2012	C5460 - Entre Tejo e Sado	500.000	Euro	5	31-Mar	5,5000%	30-09-2017	2.500.000	-	-	-	2.500.000
Tit.Investimento/2008	C6160 - Elvas e Campo Maior	60.000	Euro	5	30-Jul	1,3500%	30-01-2014	300.000	-	-	-	300.000
Tit.Investimento/2010	C6250 - Guadiana Interior	376.228	Euro	5	01-Abr	2,3380%	01-10-2015	1.881.140	-	-	-	1.881.140
Tit.Investimento/2013	C6320 - Costa Azul	32.000	Euro	500	30-Jun	4,3750%	31-12-2018	-	-	-	16.000.000	16.000.000
								41.889.640	7.401.800	-	17.071.000	51.558.840

26. OUTROS PASSIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2013	2012
Credores e outros recursos		
Recursos - conta cativa	1.843.124	2.101.510
Recursos - conta caução	6.628.570	7.223.319
Outros recursos	2.117.664	1.148.805
Sector Público Administrativo		
Retenção de impostos na fonte	10.537.196	10.323.617
Contribuições para a Segurança Social	3.250.077	3.037.414
Imposto sobre o Valor Acrescentado	1.798.154	1.657.369
Outros impostos	3.725.241	3.763.693
Cobranças por conta de terceiros	216.808	191.800
Contribuições para outros sistemas de saúde	620.670	615.501
Passivos financeiros de contratos de seguros	196.833.430	51.281.880
Passivos em fundos de investimento, integrados no perímetro de consolidação	202.265.647	213.696.994
Credores diversos		
Credores por fornecimento de bens e serviços	12.651.815	12.438.336
Credores por valores a liquidar	275.970	192.338
Credores - parcelas a realizar em títulos subscritos	3.447.174	-
Credores - cartões de crédito	162.204	110.110
Adiantamentos por CPCV (imóveis)	3.544.099	3.197.101
Bonificações a receber	7.308	8.904
Outros credores	16.215.092	20.770.221
	466.140.243	331.758.912
Responsabilidades com pensões e outros benefícios		
Responsabilidades totais	61.424.284	59.876.378
Valor patrimonial do fundo de pensões	(57.395.358)	(50.225.036)
	4.028.926	9.651.342
Encargos a pagar		
Por gastos com pessoal		
Provisão para férias e subsídio de férias	21.802.527	21.977.372
Prémio de antiguidade	18.978.567	19.533.013
Outros	1.567.212	1.680.721
Por gastos gerais administrativos	36.493	16.658
Outros	2.095.860	2.292.276
	44.480.659	45.500.040
Receitas com rendimento diferido		
Comissões sobre garantias prestadas	655.643	628.320
Rendas	383.693	234.180
Outras	486.453	425.177
	1.525.789	1.287.677
Valores a regularizar		
Posição cambial	1.223	72.006
Transferências electrónicas	313.203	15.895.421
Valores cobrados - sistema de débitos directos (SDD)	3.598.964	5.840.046
Compensação de valores	5.112.379	6.387.023
Outras operações a regularizar	34.502.345	17.467.969
	43.528.114	45.662.465
	559.703.731	**433.860.436**

O Grupo, reconhece em "Outros passivos", as unidades de participação de fundos de investimento, que estão incluídas no perímetro de consolidação, detidas por entidades externas ao Grupo, por ser uma responsabilidade, conforme AG29A e BC68 da IAS32, deixando de os reconhecer em interesses minoritários.

Em 31 de Dezembro de 2013, o saldo da rubrica "Credores e outros recursos – Passivos financeiros de contratos de seguros" respeita a contratos da CA Vida, de taxa garantida, sem participação nos resultados discricionária, valorizados ao custo amortizado. A evolução entre 31 de Dezembro de 2012 e 2013 foi a seguinte:

	Montante gerido em 31.12.2012	**Montantes**		**Variações de ganhos e perdas**	**Montante gerido em 31.12.2013**
		Entradas	**Saídas**	**(juro técnico)**	
Valorizados ao custo amortizado	51.281.880	145.604.264	3.963.705	3.910.990	196.833.430

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o saldo da rubrica "Credores e outros recursos – Adiantamentos por contratos-promessa de compra e venda (imóveis) "inclui o montante de 2.812.030 Euros e 2.816.530 Euros, respectivamente, referente a contratos de promessa de venda de algumas fracções de habitação do imóvel da Expo 98, já recebidos pela CA Imóveis.

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o saldo da rubrica "Valores a regularizar – Transferências electrónicas" refere-se a transferências bancárias a expedir na respectiva data-valor, através do Banco de Portugal.

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o saldo da rubrica "Valores a regularizar – Valores cobrados - sistema de débitos directos (SDD)" inclui montantes ao abrigo do sistema de débitos directos. Os valores registados nesta rubrica foram cobrados ao cliente da entidade ordenante, tendo sido compensados através do Banco de Portugal nos primeiros dias de Janeiro de 2014 e 2013, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o saldo da rubrica "Outras operações a regularizar", inclui movimentos às contas Nostro, nomeadamente em moeda estrangeira, que ficam a aguardar a

data-valor do movimento. A maior parte corresponde a operações com data valor do inicio Janeiro de 2014 e 2013, respectivamente, regularizando-se as operações nesse momento.

27. PASSIVOS CONTINGENTES E COMPROMISSOS

Os passivos contingentes e compromissos associados à actividade bancária encontram-se registados em rubricas extrapatrimoniais e apresentam o seguinte detalhe:

	2013	2012
Garantias prestadas e outros passivos eventuais		
Garantias e avales prestados	232.170.376	239.728.873
Activos dados em garantia	5.109.318.094	4.463.775.438
Créditos documentários abertos	3.467.694	2.332.321
Activos dados em garantia - outros activos	13.743.618	520.000
Fianças	17.494	41.172
Compromissos perante terceiros		
Por linhas de crédito		
Compromissos irrevogáveis	660.437.898	681.709.764
Compromissos revogáveis	286.987.480	313.131.495
Por subscrição de Títulos	88.150.000	90.250.000
Responsabilidade potencial para com o Sistema de indemnização aos investidores	341.208	285.715
Responsabilidades por prestação de serviços		
Depósito e guarda de valores	1.166.220.156	1.093.855.137
Valores administrados pela instituição	1.894.260.843	1.532.506.991
Valores recebidos para cobrança	80.436.133	109.860.240
Outras	2.563.766	1.710.526
	9.538.114.760	8.529.707.672

Em 31 de Dezembro de 2013 e 31 de Dezembro de 2012, a rubrica "Activos dados em garantia - títulos" inclui o valor dos títulos incluídos na pool de colateral depositada junto do Banco de Portugal para garantia de operações de financiamento junto do Eurosistema. Esta rubrica inclui ainda títulos dados em garantia para cobertura de operações de reporte ("*repos*") contratadas junto de outras instituições financeiras não residentes.

Em 31 de Dezembro de 2012, encontram-se registados na rubrica "compromissos irrevogáveis", o montante de 59.809.450 Euros correspondentes à garantia relativa ao compromisso irrevogável de aquisição de títulos que irão integrar a carteira do Fundo FEI Rendimento Fixo.

A totalidade do saldo da rubrica "Compromissos perante terceiros – Por subscrição de títulos" corresponde a tomada firme de papel comercial.

O valor registado na rubrica "Outras responsabilidades por prestação de serviços" em 31 de Dezembro de 2012, corresponde essencialmente a créditos documentários.

Apesar de não se encontrar registado nas contas extrapatrimoniais, ao abrigo do regime jurídico do Crédito Agrícola Mútuo, o Grupo é solidário relativamente ao valor não financiado do fundo de pensões das Caixas Agrícolas que não pertencem ao SICAM (Nota 46).

28. CAPITAL

O capital estatutário do Grupo Crédito Agrícola, dividido e representado por títulos de capital nominativos, com o valor nominal unitário de 5 Euros é de 926.355.629 Euros em 31 de Dezembro de 2013.

Do montante total de capital subscrito, foi transferido para uma rubrica de passivo "Instrumentos representativos de capital com natureza de passivo", o montante de 10.648.770 Euros, por aplicação da IAS 32 – Instrumentos Financeiros (Nota 25).

Com a publicação do novo Regime Jurídico do Crédito Agrícola Mútuo, em Diário de Republica (Decreto-Lei n.º 142/2009, de 16 de Junho), conforme mencionado na Nota Introdutória, procedeu-se à adequação dos Estatutos das Caixas de Crédito Agrícola ao novo Regime Jurídico que, no limite, deveriam ser alterados até à data da realização da primeira assembleia geral obrigatória que se realize no exercício de 2010, conforme mencionado nas disposições transitórias constantes no Artigo 5º do decreto-lei n.º 142/2009 de 16 de Junho. Dessa forma, no decorrer do ano de 2009 e início de 2010, os Estatutos das CCAM foram alterados e aprovados em Assembleia Geral, de forma a sujeitar a uma decisão da Assembleia Geral a exoneração dos associados, motivo pelo qual se manteve a classificação, nos termos da IAS 32, como capital dos títulos nominativos das Caixas Agrícolas subscritos pelos seus associados, com excepção dos que se enquadram na definição de passivo, de acordo com a IAS 32.

De acordo com os Estatutos das Caixas Agrícolas, as condições de exoneração dos associados são as seguintes:

- Até ao dia trinta e um de Outubro de cada ano, podem os associados que o desejarem apresentar a sua exoneração, ou solicitar a redução da sua participação, por carta dirigida ao Conselho de Administração, de acordo com as condições:
    - Terem decorrido, pelo menos, três anos desde a data da realização dos títulos de capital.
    - O reembolso não implicar a redução do capital social para valor inferior ao capital mínimo previsto nos estatutos, nem implicar o incumprimento ou o agravamento de incumprimento de quaisquer relações ou limites prudenciais fixados por lei ou pelo Banco de Portugal em relação à Caixa Agrícola.

- A exoneração torna-se efectiva após a aprovação pela Assembleia Geral que deliberar sobre o relatório e contas relativos ao ano em que o pedido for apresentado.
- O associado exonerado, bem como o que tenha reduzido a sua participação têm direito ao reembolso dos seus títulos de capital, nos termos do número sete do artigo oitavo dos estatutos, podendo, no entanto, o Conselho de Administração mandar suspender o reembolso conforme previsto no número oito do mesmo artigo oitavo.
- O reembolso poderá ser realizado em três prestações anuais, salvo se prazo inferior for decidido pelo Conselho de Administração.

No exercício de 2013, verificaram-se aumentos de capital, um no montante de 21.519.659 Euros por incorporação de reservas e outro no montante de 8.499.460 Euros por entrada de novos sócios.

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o capital estatutário correspondia aos associados das seguintes Caixas Agrícolas:

	2013	2012
CCAM de Pombal, CRL	55.970.360	55.979.705
CCAM Batalha, CRL	41.360.680	40.057.865
CCAM Região Bragança e Alto Douro, CRL	32.501.985	31.345.880
CCAM Costa Azul, CRL	30.306.210	30.130.910
CCAM do Noroeste, CRL	27.790.145	29.571.670
CCAM Alto Cávado e Basto, CRL	27.004.705	26.002.170
CCAM da Serra da Estrela, CRL	22.917.800	21.579.590
CCAM Açores, CRL	22.842.120	22.263.310
CCAM C. da Rainha, Óbidos e Peniche, CRL	21.449.735	21.079.115
CCAM do Vale do Távora e Douro, CRL	18.936.055	18.341.420
CCAM do Sotavento Algarvio, CRL	18.607.630	18.508.950
CCAM Terras Sousa, Ave, Basto e Tâmega, CRL	17.700.330	16.789.190
CCAM P. Varzim, V. Conde e Esposende, CRL	17.483.030	17.631.595

CCAM de São Teotónio, CRL	17.471.220	17.475.470
CCAM do Douro, Corgo e Tâmega, CRL	17.333.005	17.097.225
CCAM de Vale de Sousa e Baixo Tâmega, CRL	16.930.430	16.916.845
CCAM do Baixo Mondego, CRL	15.596.760	15.601.065
CCAM Coimbra, CRL	14.032.295	14.041.885
CCAM Alenquer, CRL	13.170.250	12.980.990
CCAM Beira Douro, CRL	12.699.385	11.783.240
CCAM de Alcobaça, CRL	12.593.515	11.938.675
CCAM Vale do Dão e Alto Vouga, CRL	12.275.505	11.566.675
CCAM do Baixo Vouga, CRL	12.137.960	12.165.675
CCAM da Zona do Pinhal, CRL	12.075.105	12.026.910
CCAM Ribatejo Norte e Tramagal, CRL	11.889.440	11.897.675
CCAM S. Bart. Messin. e S. Marcos Serra, CRL	11.796.145	11.565.655
CCAM S. João da Pesqueira, CRL	11.689.550	11.679.065
CCAM do Guadiana Interior, CRL	11.246.725	11.226.725
CCAM Beja e Mértola, CRL	11.076.985	11.068.000
CCAM Costa Verde, CRL	10.807.940	11.021.940
CCAM de Terras de Viriato, CRL	10.637.985	10.068.800
CCAM Salvaterra de Magos, CRL	10.527.065	10.544.350
CCAM Coruche, CRL	10.462.940	10.462.815
CCAM Lourinhã, CRL	10.415.465	10.116.285
CCAM Albufeira, CRL	9.760.215	9.695.220
CCAM Loures, Sintra e Litoral, CRL	9.376.710	9.412.980
CCAM Região do Fundão e Sabugal, CRL	9.281.275	8.943.365
CCAM de Silves, CRL	9.272.510	8.986.645

CCAM da Terra Quente, CRL	9.086.980	8.879.730
CCAM Médio Ave, CRL	8.961.295	9.005.685
CCAM de Cantanhede e Mira, CRL	8.769.825	8.733.345
CCAM Oliveira de Azeméis e Estarreja, CRL	7.994.455	7.856.990
CCAM Estremoz, CRL	7.975.965	5.751.875
CCAM Nordeste Alentejano, CRL	7.930.275	7.813.835
CCAM Ferreira do Alentejo, CRL	7.875.820	7.658.755
CCAM de Moravis, CRL	7.490.010	7.436.625
CCAM de Lafões, CRL	7.283.945	6.830.885
CCAM Oliveira do Bairro, CRL	7.134.905	6.924.695
CCAM da Bairrada e Aguieira, CRL	6.903.325	6.900.765
CCAM Alentejo Central, CRL	6.820.285	6.743.140
CCAM Arruda dos Vinhos, CRL	6.763.175	6.762.880
CCAM Área Metropolitana do Porto, CRL	6.747.105	5.476.040
CCAM Arouca, CRL	6.712.045	6.685.160
CCAM Alcácer-Sal e Montemor-Novo, CRL	6.460.725	6.520.285
CCAM Cadaval, CRL	6.383.090	6.386.935
CCAM Beira Centro, CRL	6.256.120	6.096.240
CCAM Porto de Mós, CRL	6.172.735	6.291.545
CCAM Elvas e Campo Maior, CRL	6.165.805	6.166.925
CCAM Terras de Miranda do Douro, CRL	6.059.595	5.737.300
CCAM do Ribatejo Sul, CRL	6.043.890	6.047.050
CCAM Vila Franca de Xira, CRL	6.037.618	5.886.254
CCAM Sousel, CRL	5.883.890	5.880.350
CCAM Vila Verde e Terras do Bouro, CRL	5.840.190	5.603.770

CCAM Paredes, CRL	5.509.485	5.128.495
CCAM Anadia, CRL	5.481.610	5.028.755
CCAM Sobral de Monte Agraço, CRL	5.431.055	5.326.420
CCAM Pernes, CRL	5.429.675	5.429.905
CCAM Azambuja, CRL	5.297.095	5.247.040
CCAM Aljustrel e Almodôvar, CRL	5.230.955	5.141.340
CCAM Vagos, CRL	5.103.710	5.155.185
CCAM Cartaxo, CRL	5.093.895	4.728.600
CCAM do Norte Alentejano, CRL	5.043.370	4.646.445
CCAM Mogadouro e Vimioso, CRL	5.019.260	4.370.535
CCAM de Albergaria e Sever, CRL	4.836.500	4.181.320
CCAM da Beira Baixa (Sul), CRL	4.780.700	3.556.085
CCAM do Algarve, CRL	4.569.661	4.540.081
CCAM Alcanhões, CRL	4.336.870	3.600.615
CCAM Vale de Cambra, CRL	4.059.540	3.805.710
CCAM Oliveira do Hospital, CRL	4.057.970	3.700.195
CCAM Borba, CRL	4.053.845	3.938.140
CCAM Serras de Ansião, CRL	3.964.185	3.535.245
CCAM Entre Tejo e Sado, CRL	3.876.015	3.713.125
	926.355.629	904.415.840

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a estrutura accionista do GCA encontra-se distribuída por milhares de subscritores de títulos de capital nas Caixas Agrícolas, não existindo detentores de capital com participação superior a 0,1%.

29. RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, as rubricas de reservas e resultados transitados têm a seguinte composição:

	2013	2012
Reservas de reavaliação:		
Reservas resultantes da valorização ao justo valor, líquido:		
De activos financeiros disponíveis para venda	41.096.490	329.725
Reservas de reavaliação do imobilizado, líquido	6.696.533	7.007.987
Outras Reservas de reavaliação – fundo pensões (Nota 46)	6.483.221	5.171.864
Outros	(3.187.719)	(11.266.942)
	51.088.525	1.242.634
Outras reservas	309.548.614	298.425.201
Resultados transitados	(144.302.825)	(149.759.691)
	165.245.789	148.665.510
Lucro do exercício (Nota 30)	(2.941.419)	44.708.142
	213.392.895	189.444.422

Reserva legal

A reserva legal destina-se a cobrir eventuais perdas do exercício. Nos termos do artigo 33º dos estatutos das Caixas a reserva legal é anualmente creditada com 20% dos excedentes anuais líquidos e quaisquer outras prestações das associadas para o mesmo fim, até que o seu montante seja igual ao capital.

Reserva para formação e educação cooperativa

A reserva para formação e educação cooperativa, destina-se a financiar despesas com programas de formação técnica, cultural e cooperativa das associadas, dirigentes e empregados na Caixa Central, é reforçada no máximo com 2,5% dos excedentes anuais líquidos e ainda as importâncias que, a qualquer título, forem obtidas para aquela finalidade.

Reserva para mutualismo

A reserva para mutualismo, destina-se a custear acções de entreajuda e auxílio mútuo de que careçam associadas ou empregados, sendo creditada, no máximo, com 2,5% dos excedentes anuais líquidos.

Reservas de reavaliação

Esta rubrica inclui a reserva de reavaliação resultante da valorização ao justo valor de activos financeiros de activos disponíveis para venda e de reavaliação do imobilizado. Esta reserva não poderá ser distribuída, podendo, no caso da decorrente da reavaliação do imobilizado, ser utilizada para aumentos de capital ou cobertura de prejuízos, à medida do seu uso (amortização) ou alienação dos bens a que respeita.

A grande variação nas reservas de reavaliação decorre do processo de cisão do FII CA Imobiliário, no final de 2013, originando o assumir em resultados do exercício nas menos valias potenciais registadas até essa data.

30. LUCRO CONSOLIDADO

Nos exercícios de 2013 e 2012, a determinação do lucro consolidado pode ser resumida como se segue:

	2013
Lucro do exercício das Caixas de Crédito Agrícola Mútuo	156.857
Lucro do exercício da Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo	1.024.899
	1.181.756
Impacto no resultado liquido da reconciliação entre saldos comuns no SICAM	324.583
Resultado líquido do SICAM	1.506.339
Resultado líquido das restantes empresas do Grupo:	
CCCAM SGPS Unipessoal Lda	(818.042)
FENACAM - Faederação Nacional das Caixas de Crédito Agrícola Mútuo FCRL	508.407
Crédito Agrícola Gest - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário S.A.	428.254
Crédito Agrícola Consult - Acessoria Financeira e de Gestão S.A.	88.018
Crédito Agrícola Informática - Serviços de Informática S.A.	677.145
Crédito Agrícola Serviços - ACE	-
FEIIA CA Imobiliário	(28.845.797)
Crédito Agrícola SGPS S.A.	(14.411.985)
CA Imóveis, Unipessoal Lda	(2.418.853)
Agrocapital - Sociedade de Capital de Risco S.A.	17.960
Crédito Agrícola Vida, Companhia de Seguros S.A.	5.974.402
Crédito Agrícola Seguros – Companhia de Seguros de Ramos Reais, S.A.	2.644.746
FII CA Arrendamento Habitacional	(2.682.440)
FEIIA Carteira Imobiliária	(1.332.372)
FIIF ImoValor CA	(19.236)
	(40.189.793)
Anulação do reforço de provisões para imparidade em filiais e associadas registadas nas contas individuais das empresas do Grupo	1.140.754
Anulação das provisões sobre participação no Crédito Agrícola SGPS	909.869
Resultados da aplicação da equivalência patrimonial a empresas associadas	2.358.768
Diferença de consolidação do FII CA Imobiliário	5.572.125
	9.981.516
Ajustamentos de relações intragrupo e anulações de saldos comuns:	
Anulação das mais e menos valias obtidas na venda de imóveis do CA Imóveis adquiridos pelos FII CA Imobiliário e FII CA Arrendamento Habitacional	(1.264.684)
Ajustamento ao imobilizado vendido intragrupo - anulação de mais valias e correcção às amortizações	(16.174)
Anulação das perdas de justo valor sobre participações financeiras no FII CA Arrendamento Habitacional e FII CAPC	347.214
Anulação das provisões na CA SGPS sobre participações financeiras de empresas do GCA	2.438.318
Anulação das provisões na CA SGPS sobre Prestações suplementares (empréstimos) concedidos a empresas do GCA	15.200.512
Anulação de dividendos intra-grupo	(3.671.519)
Anulação das comissões de dep. e guarda de valores do FII CAI à CCCAM	(430.033)
Anulação das comissões de intermediação de seguros pagas às CCAMs	28.008
Anulação de facturação e prestação de serviços intra-grupo	(170.912)
Anulação dos prémios de seguros cobrados a empresas do Grupo CA	1.190.441
Anulação dos juros do contrato de suprimento entre a CA SGPS e a CA Imóveis	(1.315)
Ajustamento no CA Serviços relativo ao estorno dos movimentos do fundo de pensões	(120.240)
Resultados de interesses não controlados de fundos de investimento	13.026.623
Outros ajustamentos de consolidação	(712.365)
	25.843.874
	(2.858.064)
Resultados atribuível a interesses não controlados	(83.355)
Lucro consolidado do exercício do Grupo Crédito Agrícola	(2.941.419)

	2012
Lucro do exercício das Caixas de Crédito Agrícola Mútuo [1]	39.532.267
Lucro do exercício da Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo	1.308.299
	40.840.566
Impacto no resultado liquido da reconciliação entre saldos comuns no SICAM	478.910
Resultado líquido do SICAM	41.319.476
Resultado líquido das restantes empresas do Grupo:	
CCCAM SGPS Unipessoal Lda	(69.118)
FENACAM - Faederação Nacional das Caixas de Crédito Agrícola Mútuo FCRL	389.637
Crédito Agrícola Gest - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário S.A.	225.297
Crédito Agrícola Consult - Acessoria Financeira e de Gestão S.A.	(631.282)
Crédito Agrícola Informática - Serviços de Informática S.A.	22.107
Crédito Agrícola Serviços - ACE [2]	-
FEIIA CA Imobiliário	(15.594.126)
Crédito Agrícola SGPS S.A.	646.078
CA Imóveis, Unipessoal Lda	(5.270.300)
Agrocapital - Sociedade de Capital de Risco S.A.	54.068
Crédito Agrícola Vida, Companhia de Seguros S.A.	4.150.945
Crédito Agrícola Seguros – Companhia de Seguros de Ramos Reais, S.A.	3.203.243
FII CA Arrendamento Habitacional	(130.722)
	(13.004.173)
Anulação do reforço de provisões para imparidade em filiais e associadas registadas nas contas individuais das empresas do Grupo	(115.732)
Anulação da imparidade das Ups no FEIIA CA Imobiliário registadas no ano de 2012	7.759.839
Resultados da aplicação da equivalência patrimonial a empresas associadas	1.903.698
Resultado das unidades participação adquiridas no exercício do FEIIA CA Imobiliário	1.330.240
Diferença de consolidação do FII CA Imobiliário	(933.419)
	9.944.626
Ajustamentos de relações intragrupo e anulações de saldos comuns:	
Anulação das mais e menos valias obtidas na venda de imóveis do CA Imóveis adquiridos pelo FII CA Imobiliário	249.264
Ajustamento ao imobilizado vendido intragrupo - anulação de mais valias e correcção às amortizações	306.791
Anulação dos ganhos e perdas resultantes de venda de imóveis detidos pelos FEIIA CA Imobiliário e FII Arrendamento Habitacional	746.380
Anulação das perdas de justo valor sobre participações financeiras no FII CA Arrendamento Habitacional e FII CAPC	(609.181)
Anulação das provisões na CA SGPS sobre Prestações suplementares (empréstimos) concedidos a empresas do GCA	631.282
Anulação de dividendos intra-grupo	(2.301.935)
Anulação das comissões de intermediação de seguros pagas às CCAMs	124.589
Anulação de facturação e prestação de serviços intra-grupo	(926.300)
Anulação dos prémios de seguros cobrados a empresas do Grupo CA	616.725
Ajustamento no CA Serviços relativo ao estorno dos movimentos do fundo de pensões	398.221
Anulação dos juros do contrato de suprimento entre a CA SGPS e a CA Imóveis	(52.560)
Resultados de interesses não controlados de fundos de investimento	7.116.585
Outros ajustamentos de consolidação	253.177
	6.553.038
	44.812.967
Resultados atribuível a interesses não controlados	(104.826)
Lucro consolidado do exercício do Grupo Crédito Agrícola	44.708.141

31. INTERESSES MINORITÁRIOS

O valor das participações de terceiros em empresas do Grupo, em 2013 e 2012, tem a seguinte distribuição por entidade:

	2013		2012	
	Balanço	Demonstração dos resultados	Balanço	Demonstração dos resultados
Crédito Agrícola Seguros	846.673	(68.763)	809.480	(83.284)
Agrocapital SCR	335.963	(5.986)	329.977	(18.021)
Crédito Agrícola Vida	51.620	(4.780)	45.365	(3.321)
Crédito Agrícola Informática	34.693	(3.724)	30.969	(122)
Fenacam	1.037	(102)	935	(78)
	1.269.986	(83.355)	1.216.726	(104.826)

O movimento nos interesses minoritários durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 apresenta-se de seguida:

Interesses minoritários em 31 de Dezembro de 2011	1.039.263
	========
Resultado líquido do exercício atribuível a interesses minoritários:	
Crédito Agrícola Seguros	83.284
Agrocapital SCR	18.021
Credito Agrícola Vida	3.321
Outros	200

	104.826
Variação nos capitais próprios (reservas de reavaliação) das seguradoras	72.637

Interesses minoritários em 31 de Dezembro de 2012	1.216.726
	========
Resultado líquido do exercício atribuível a interesses minoritários:	
Crédito Agrícola Seguros	68.763
Agrocapital SCR	5.986
Credito Agrícola Vida	4.780
Credito Agrícola Informática	3.724
Fenacam	102

	83.355
Variação nos capitais próprios (reservas de reavaliação) das seguradoras	(30.095)

Interesses minoritários em 31 de Dezembro de 2013	1.269.986

32. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2013	2012
Juros de disponibilidades em bancos centrais	552.183	877.809
Juros de disponibilidades em outras instituições de crédito:		
Disponibilidades sobre instituições de crédito no país	2.457	6.006
Disponibilidades sobre instituições de crédito no estrangeiro	1.514	960
	3.971	6.966
Juros de aplicações em instituições de crédito:		
Aplicações em instituições de crédito no país	5.336.545	3.344.081
Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro	2.498	4.082
	5.339.043	3.348.163
Juros de crédito a clientes:		
Empréstimos	188.330.493	215.876.862
Habitação	40.780.839	56.667.183
Créditos em conta corrente	32.418.572	40.533.973
Descobertos em depósitos à ordem	8.260.124	9.772.732
Outros	44.636.163	52.373.021
	314.426.191	375.223.771
Juros de crédito vencido	17.979.611	21.122.766
Juros de outros activos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados	655.885	399.618
Juros de activos financeiros detidos para venda	98.962.995	22.761.279
Juros de activos financeiros detidos para negociação	7.991.123	8.239.115
Juros de investimentos detidos até à maturidade	33.844.713	106.083.189
Outros juros e rendimentos similares	40.135.449	71.232.135
	199.569.776	229.838.102
	519.891.164	609.294.811

33. JUROS E ENCARGOS SIMILARES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2013	2012
Juros de recursos de clientes e outros empréstimos	171.673.860	201.207.750
Juros de recursos de outras instituições de crédito	3.128.349	4.288.200
Juros de recursos de bancos centrais	8.401.389	15.621.458
Juros de passivos financeiros de negociação instrumentos financeiros derivados	203.625	362.606
Desconto das operações sobre obrigações no mercado de capitais	-346.211	279.864
Juros de passivos subordinados	1.946.543	2.066.073
Fundo de pensões (Nota 46)	0	0
Outros juros e encargos similares	28.179.966	18.886.057
	213.187.521	242.712.008

34. RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2013	2012
Activos financeiros disponíveis para venda		
Emitidos por residentes	974.875	1.222.027
Emitidos por não residentes	580.800	726.428
	1.555.675	1.948.455

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, esta rubrica refere-se a dividendos recebidos de instrumentos de capital constantes nas carteiras de títulos da CA Vida e da CA Seguros.

35. RENDIMENTOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2013	2012
Por garantias prestadas		
Garantias e avales	5.282.639	4.981.197
Créditos documentários abertos	143.715	122.723
Outras garantias prestadas	56	-
	5.426.410	5.103.920
Por compromissos assumidos perante terceiros		
Compromissos irrevogáveis		
Linhas de crédito irrevogáveis	6.600.206	6.503.964
Outros compromissos irrevogáveis	1.257.169	933.217
	7.857.375	7.437.181
Por serviços prestados		
Operações de crédito		
Outras operações de crédito	27.743.886	32.834.348
Anuidades	6.240.120	5.966.688
Transferência de valores	3.954.904	3.885.687
Organismos de investimento colectivo em valores mobiliários		
Comissão de gestão	1.136.075	1.018.249
Cobrança de valores	678.492	852.257
Depósito e guarda de valores	1.182.470	557.297
Gestão de cartões	82.872	87.484
Administração de valores	-	57
Outros serviços prestados		
Colocação e comercialização	3.931.047	3.457.748
Outras comissões interbancárias	364.408	322.281
Outros	28.260.991	28.950.028
	73.575.265	77.932.124
Por operações realizadas por conta de terceiros		
Sobre títulos		
Em operações de Bolsa	194.072	92.024
Em operações fora de Bolsa	11.078	214
Outras operações realizadas por conta de terceiros	50.710	30.869
	255.860	123.107
Outras comissões recebidas	36.508.868	33.769.451
	123.623.778	124.365.783

36. ENCARGOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2013	2012
Por garantias recebidas	270	268
Por serviços bancários prestados por terceiros		
Depósito e guarda de valores	966.885	559.496
Cobrança de valores	21.198	25.592
Administração de valores	55.830	67.053
Outros serviços bancários prestados por terceiros	20.202.439	20.098.512
Por operações realizadas por terceiros	141.057	254.833
Outras comissões pagas	1.666.615	1.432.619
	23.054.294	22.438.373

37. RESULTADOS DE ACTIVOS E PASSIVOS AVALIADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2013		
	Ganhos	Perdas	Líquido
Activos financeiros detidos para negociação:			
Títulos	198.094	(2.063)	196.031
Derivados de negociação	1.785.689	(3.403.331)	(1.617.642)
Outros activos financ. ao justo valor através de resultados	1.048.513	(160.545)	887.968
	3.032.296	(3.565.939)	(533.643)

	2012		
	Ganhos	Perdas	Líquido
Activos financeiros detidos para negociação:			
Títulos	53.325	(9.385)	43.940
Derivados de negociação	775.666	(414.188)	361.478
Outros activos financ. ao justo valor através de resultados	623.958	(71.537)	552.421
	1.452.949	(495.110)	957.839

38. RESULTADOS DE ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2013	2012
Emitidos por residentes		
Instrumentos de dívida	49.718.574	14.426.448
Instrumentos de capital	(2.778.724)	(2.523.799)
Emitidos por não residentes		
Instrumentos de dívida	46.472.479	(248.100)
	-	162.880
	93.412.329	11.817.429

39. RESULTADOS DE REAVALIAÇÃO CAMBIAL

No exercício de 2013 e 2012, os resultados relativos a reavaliação cambial correspondem a operações cambiais à vista, sendo no montante total de 1.411.044 euros e 1.626.127 euros, em 2013 e 2012, respectivamente.

Encontram-se reflectidos nesta rubrica, os resultados originados na reavaliação de activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira.

Sendo operações cambiais à vista, referem-se a operações, onde o seu vencimento se processa em prazo inferior ou igual a dois dias úteis.

40. RESULTADOS DE ALIENAÇÃO DE OUTROS ACTIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2013	2012
Resultados em activos não financeiros		
Activos não correntes detidos para venda	(11.639.909)	(587.858)
Outros activos tangíveis	(261.820)	(285.114)
Outros activos não financeiros	-	(3.817)
	(11.901.729)	(876.789)

41. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2013	2012
Outros rendimentos de exploração		
Rendas	4.158.914	2.824.122
Reembolso de despesas	2.082.456	2.416.809
Recuperação de créditos, juros e despesas		
Recuperação de créditos incobráveis	14.219.355	13.600.306
Recuperação de juros e despesas de crédito vencido	17.602.425	16.153.292
Rendimentos da prestação de serviços diversos	3.268.176	2.880.853
Ganhos relativos a anos anteriores	2.287.433	1.252.129
Resultados em fundos de investimentos integrados no perímetro de consolidação	13.026.623	7.116.585
Outros	8.530.328	5.963.157
	65.175.710	52.207.253
Outros encargos de exploração		
Quotizações e donativos	(1.367.289)	(1.444.193)
Contribuições para o Fundo de Garantia do Crédito Agrícola Mútuo	(6.853.191)	(6.061.406)
Outros impostos	(6.774.638)	(4.921.935)
Falhas na gestão e execução de procedimentos	(227.424)	(155.607)
Outros encargos e gastos operacionais relativos exercicio anteriores	(1.438.107)	(800.433)
Outros encargos e gastos operacionais	(44.383.761)	(25.252.819)
	(61.044.410)	(38.636.393)
	4.131.300	13.570.860

42. MARGEM TÉCNICA DA ACTIVIDADE DE SEGUROS

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2013	2012
Prémios líquidos de resseguro		
Ramo vida		
Prémios brutos emitidos	236.179.614	267.846.468
Prémios de resseguro cedido	(6.490.909)	(6.563.412)
	229.688.705	261.283.056
Ramo não vida		
Prémios brutos emitidos	80.630.528	80.778.075
Prémios de resseguro cedido	(16.086.938)	(15.366.175)
	64.543.590	65.411.900
	294.232.295	326.694.956
Custos com sinistros		
Montantes pagos		
Montantes brutos	188.486.932	225.895.471
Parte dos resseguradores	(9.022.046)	(6.495.817)
	179.464.886	219.399.654
Variação de provisões técnicas, líquidas de resseguro (Nota 19)	(124.115.380)	(111.681.427)
	(9.347.971)	**(4.386.125)**

43. CUSTOS COM O PESSOAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2013	2012
Salários e vencimentos		
Empregados	134.243.124	136.338.432
Órgãos de Gestão e Fiscalização	14.509.174	14.633.859
Encargos sociais obrigatórios		
Fundos de Pensões (Nota 46)	-	-
Custo do serviço corrente	1.020.747	408.096
Custo dos juros	493.362	2.626.411
Rendimento esperado dos activos de fundo	-	(1.697.439)
Ganhos e perdas actuariais	-	(1.806.622)
Acrescimos de responsabilidades resultantes de reformas antecipadas	-	177.815
Prémios de seguros pagos	1.234.145	-
Encargos relativos a remunerações:		
Segurança Social	28.918.869	28.128.135
SAMS	6.197.284	6.244.579
Outros	849.394	2.867.913
Outros encargos sociais obrigatórios	963.881	1.005.525
Encargos sociais facultativos	63.444	55.617
Outros custos com pessoal:		
Indemnizações contratuais	1.176.144	388.037
Outros	978.145	989.755
	190.647.713	190.360.113

O número médio de colaboradores do GCA em 2013 e 2012 apresenta a seguinte composição:

	2013	2012
Direcção	159	169
Chefias e gerência	860	850
Quadros técnicos	736	752
Comerciais	1.652	1.677
Administrativos	614	637
Outros	213	226
	4.234	4.311

A política de remunerações em vigor para os órgãos sociais da Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo, casa-mãe do GCA encontra-se descrita no capítulo do Relatório e Contas individual da Caixa Central sobre a Estrutura e as práticas de governo societário.

44. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2013	2012
Com fornecimentos:		
Água energia e combustíveis	7.926.336	8.102.661
Material de consumo corrente	1.008.223	1.012.981
Publicações	317.690	318.661
Material de higiene e limpeza	160.164	146.706
Material para assistência e reparação	41.711	43.246
Outros fornecimentos de terceiros	1.238.108	1.092.418
	10.692.232	10.716.673
Com serviços:		
Comunicações	12.721.026	14.373.962
Conservação e reparação	7.347.556	7.505.595
Publicidade e edição de publicações	5.148.514	5.955.571
Deslocações, estadas e despesas de representação	5.686.618	4.982.985
Rendas e alugueres	6.391.822	7.688.978
Transportes	2.197.240	2.378.277
Seguros	975.742	875.704
Formação de pessoal	723.894	724.530
Serviços especializados:		
Informática	16.973.542	12.348.836
Avenças e honorários	7.590.452	7.608.176
Judiciais, contencioso e notariado	3.818.509	3.551.593
Segurança e vigilância	1.252.924	1.249.610
Informações	1.280.388	1.355.097
Mão de obra eventual	165.551	193.549
Bancos de dados	183.452	169.032
Outros serviços especializados:		
Serviços multibanco	6.922.361	7.778.305
Avaliadores externos	1.416.859	1.047.350
Outros serviços de terceiros	18.525.116	18.117.888
	99.321.566	97.905.038
	110.013.798	108.621.711

A rubrica "Outros serviços especializados – outros serviços de terceiros" inclui o montante de 2.098.373 Euros relativos aos honorários totais facturados pelos Revisores Oficiais de Contas durante o exercício de 2013 (2.790.259 euros em 2012), divulgados para efeitos do cumprimento da alteração introduzida pelo Decreto-Lei nº 185/2009, de 12 de Agosto, ao Artigo 66º-A do Código das Sociedades Comerciais.

45. ENTIDADES RELACIONADAS

Em 31 de Dezembro de 2013, o montante de créditos concedidos a membros dos órgãos sociais relativos às Caixas Agrícolas que integram o GCA ascende a 14.844.483 Euros (17.659.063 Euros em 31 de Dezembro de 2012).

46. PENSÕES DE REFORMA

Para determinação das responsabilidades por serviços passados do Grupo Crédito Agrícola relativas a empregados no activo e aos já reformados foram efectuados estudos actuariais pela Companhia de Seguros Crédito Agrícola Vida, S.A. (entidade do Grupo Crédito Agrícola).

A 01 de Janeiro de 2013 entraram em vigor as alterações, publicadas em Junho de 2011, à IAS 19 – norma contabilística internacional que trata os benefícios dos empregados.

O período de transição para implementação das alterações à IAS 19 terminou no início de 2013, e todas as empresas que adoptem esta norma para a contabilização dos benefícios dos empregados (planos de pensões), ficaram obrigadas a ter de reflectir as alterações à IAS 19 durante 2013.

Desta forma, as demonstrações financeiras a reportar a 31 de Dezembro de 2013 devem seguir as alterações da IAS 19 com entrada em vigor a 1 de Janeiro de 2013 alteram a política contabilística de reconhecimento de desvios actuariais relativos a planos de pensões, deixando de ser utilizado o método do corredor e efectuados registos nas contas de "outros activos" ou outros passivos" passando a ser reconhecidos os ganhos e perdas actuariais directamente em capitais próprios, na rubrica "Outras reservas".

Em 31 de Dezembro de 2013, o valor registado em reservas de reavaliação “rendimento integral”, respeitantes aos ganhos e perdas actuariais é positivo de 6.483.221 euros (o valor ajustado, referente a 2012 era de 5.171.864 euros, também positivo).

Passa a ser aplicada uma taxa única às responsabilidades e aos activos do plano, sendo que os resultados com fundo de pensões passaram a corresponder apenas ao custo corrente e aos gastos líquidos de juros. O impacto em resultados, encontra-se registado na rubrica de “Custos com pessoal”, o valor dos custos com serviço corrente e do juro líquido, no montante de 2.748.254 Euros (em Dezembro de 2012 era de -291.739 Euros) (Nota 43).

Os pressupostos actuariais e financeiros utilizados no cálculo das responsabilidades a 31 de Dezembro de 2013 e 2012 foram os seguintes:

	31/12/2013	31/12/2012
Pressupostos demográficos		
Tábua de mortalidade	TV – 88/90	TV – 88/90
Tábua de invalidez	EVK 80	EVK 80
Idade de reforma	65	65
Método de avaliação	"Projected Unit Credit"	"Projected Unit Credit"
Pressupostos financeiros:		
Taxa de desconto	(*)	4,50%
Taxa de crescimento dos salários e outros benefícios	1,65%	2,0%
Taxa de crescimento das pensões	1,40%	1,75%
Taxa de revalorização de salários para a Segurança Social:		
- de acordo com nº2 Artº 27 do Decreto Lei 187/2007	1,46%	1,81%
- de acordo com nº1 Artº 27 do Decreto Lei 187/2007	1,40%	1,75%

(*) Taxa de desconto diferente para diferentes grupos da população:	
Trabalhadores no activo e Licenças com idade actuarial < 55 anos :	4,25%
Trabalhadores no activo e Licenças com idade actuarial >=55 anos :	4,00%
Pré-reformados, reformados e pensionistas :	3,50%

As responsabilidades com pensões de reforma em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, do Fundo de Pensões do Crédito Agrícola (FPCAM), assim como a respectiva cobertura, apresentam o seguinte detalhe:

	2013	2012
Estimativa das responsabilidades por serviços passados:		
. Trabalhadores no activo e ex-trabalhadores	40.015.332	40.157.339
. Licenças sem vencimento	1.244.684	1.084.290
. Pré-reformados	1.189.360	732.496
. Pensões em pagamento	19.047.190	18.018.221
Total de responsabilidades	61.496.569	59.992.356
Cobertura das responsabilidades:		
. Valor patrimonial do Fundo (Nota 26)	57.395.358	50.225.036

Valor financiado em excesso / (insuficiência)	(4.101.211)	(9.767.320)

O valor das responsabilidades totais, na contabilidade, encontra-se deduzido do valor líquido do financiamento do fundo de pensões autónomo das seguradoras, os quais respeitam a planos de contribuição definidas, e não de beneficio definido como o FPCAM.

O Aviso do Banco de Portugal nº 4/2005 determina a obrigatoriedade de financiamento integral pelos fundos de pensões das responsabilidades por pensões em pagamento e de um nível mínimo de financiamento de 95% das responsabilidades com serviços passados de pessoal no activo. No entanto, estabelece um período transitório entre 5 e 7 anos relativamente à cobertura do aumento de responsabilidades decorrente da adopção do IAS 19. Durante o ano de 2008, o Banco de Portugal emitiu o Aviso nº 7/2008, de 14 de Outubro de 2008, no qual permite diferir os impactos da transição acima identificados, por um período adicional de três anos face ao período estipulado inicialmente. Foi decisão do Crédito Agrícola prolongar o diferimento dos impactos de transição tal como permitido no Aviso acima referido, assim a parte das responsabilidades não financiadas pelos activos do fundo está reconhecida como um passivo (Nota 27).

O Fundo de Pensões do SICAM engloba as Caixas de Crédito Agrícola Mútuo de Leiria, Torres Vedras e Mafra. No entanto, estas não fazem parte do perímetro de consolidação do Grupo Crédito Agrícola. As responsabilidades destas Caixas Agrícolas apuradas nos termos do IAS 19, e a respectiva quota-parte no valor do Fundo em 31 de Dezembro de 2013, decompõem-se como segue:

Total das responsabilidades por serviços passados	3.603.926
Cobertura das responsabilidades:	
. Valor patrimonial do Fundo	3.545.399
Valor financiado em excesso / (insuficiência)	(58.627)

Em 31 de Dezembro de 2013, os saldos de balanço do GCA não incluem estes montantes.

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 os saldos em balanço relativos ao fundo de pensões, são os seguintes (Nota 26):

	2013	2012
Valor das responsabilidades com pensões	(61.496.569)	(59.992.356)
Valor do Fundo de Pensões	57.395.358	50.225.036
Diferencial	(4.101.211)	(9.797.320)
Desvios actuariais diferidos	-	(5.171.861)
	(4.101.211)	(14.939.181)

Por força da alteração de política pela implementação do IAS 19 Revisto, os desvios actuariais deixaram de ser diferidos, passando a ser registados directamente no resultado integral, numa rubrica de reservas de reavaliação.

De acordo com a IAS 19 Revisto, o valor registado no exercício em resultados inclui o custo do serviço e o custo do juro líquido. O custo do serviço inclui o custo dos serviços correntes, custo dos serviços passados e ganhos ou perdas aquando das liquidações, deduzido do rendimento esperado.

Nos exercícios de 2013 e 2012, os custos com pensões têm a seguinte composição (Nota 43):

	2013	2012
Custo dos juros líquidos (Nota 43)	493.362	2.626.411
Custo do serviço corrente (Nota 43)	1.020.747	408.096
Rendimento esperado dos activos do Fundo	-	(1.697.439)
Amortização dos desvios actuariais fora do Fundo	-	(1.806.622)
Acréscimos de responsabilidades resultantes de reformas antecipadas	-	177.815
Prémios de seguro pagos	1.234.145	-
Acréscimo anual de responsabilidades	2.748.254	(291.739)

O movimento ocorrido no valor das responsabilidades durante os exercícios de 2012 e 2013 foi o seguinte:

Responsabilidades em 31 de Dezembro de 2011	46.713.044
Custo do serviço corrente	408.096
Contribuições dos empregados	1.345.556
Custo dos juros	2.626.411
Ganhos e perdas actuariais	10.360.797
Pensões pagas	(1.261.620)
SAMS pago pelo Fundo de Pensões	(377.732)
Acréscimos de responsabilidades resultantes de reformas antecipadas	177.815
Responsabilidades em 31 de Dezembro de 2012	59.992.357
Custo do serviço corrente	1.020.747
Contribuições dos empregados	1.371.686
Custo dos juros	2.775.890
Ganhos e perdas actuariais	(2.287.899)
Pensões pagas	(978.848)
SAMS pago pelo Fundo de Pensões	(397.369)
Responsabilidades em 31 de Dezembro de 2013	61.496.569

A duração média das responsabilidades com pensões tendo em conta os grupos de população criados, foi a seguinte:

- Trabalhadores no activo e licenças sem vencimento com idades < 55 anos: 26,8 anos
- Trabalhadores no activo e licenças sem vencimento com idades > = 55 anos: 15,1 anos
- Pré-reformados, Reformados e Pensionistas: 11,0 anos

O movimento no Fundo de Pensões durante o exercício de 2012 e 2013 foi o seguinte:

Valor patrimonial em 31 de Dezembro de 2011	43.511.745

Contribuições do Grupo Crédito Agrícola	3.055.470
Contribuições dos empregados	1.345.556
Capitais recebidos de seguro	264.006
Rendimento líquido do Fundo	4.023.146
Participação de resultados no seguro	792.290
Prémios de seguro pagos	(1.127.823)
Pensões pagas	(1.261.620)
SAMS pago pelo Fundo de Pensões	(377.732)

Valor patrimonial em 31 de Dezembro de 2012	50.225.036

Contribuições do Grupo Crédito Agrícola	4.893.442
Contribuições dos empregados	1.371.686
Capitais recebidos de seguro	225.169
Rendimento líquido do Fundo	2.373.195
Participação de resultados no seguro	917.187
Prémios de seguro pagos	(1.234.145)
Pensões pagas	(878.848)
SAMS pago pelo Fundo de Pensões	(397.369)

Valor patrimonial em 31 de Dezembro de 2013	57.395.358
	========

Em 31 de Dezembro de 2013, os activos que integram o Fundo de Pensões do Crédito Agrícola, são compostos por: Dívida Pública (37,35%), obrigações empresas (33,64%), acções (15,74%), relacionadas com investimentos imobiliários (1,69%) e outros activos de investimento (11,57%). Estes activos encontram-se valorizados ao justo valor.

	2013		2012	
Dívida pública	22.785.911	37,35%	22.347.094	41,75%
Obrigações de empresas	20.521.588	33,64%	18.573.303	34,70%
Ações	9.602.253	15,74%	7.450.982	13,92%
Outros activos de investimento	7.055.916	11,57%	4.112.511	7,68%
Activos relacionados com inv imobiliários	1.033.616	1,69%	1.046.049	1,95%
Total activos do Plano de Pensões do CAM	60.999.285		53.529.940	

De acordo com o relatório actuarial do Fundo de Pensões do Crédito Agrícola Mútuo, no ano de 2013, a rentabilidade da carteira de activos foi de +4,8%. A mesma encontra-se dividida da seguinte forma:

Classes de Activo	Índices de Referencia	Rentabilidade Média	Desvio Padrão
Dívida Publica	Iboxx Euro Sovereign All Maturities	4,96%	3,81%
Obrigações de Empresas	Iboxx Euro Non-Sovereign All Maturities	4,93%	4,0%
Acções Euro	Dow Jones Euro Stoxx	6,53%	22,04%
Acções Não Euro	MSCI World Ex-MEU	4,98%	18,17%
Outros activos de investimentos	Euribor 3 meses	2,5%	1,47%
Activos relacionados com investimentos imobiliários	Euribor 6 meses	2,6%	1,41%

a) Riscos associados aos benefícios do plano:

O Plano garante pensões em caso de reforma por velhice, invalidez, reforma antecipada e sobrevivência, de acordo com o definido no Acordo Colectivo de Trabalho das Instituições do Crédito Agrícola Mútuo. No que se refere ao pagamento de pensões trata-se de um plano complementar à Segurança Social. O plano prevê ainda o pagamento de contribuições para os serviços de assistência médico-social pós-emprego.

Neste sentido, os riscos associados aos benefícios do plano são os seguintes:

- Risco de dependência dos benefícios dos regimes públicos de Segurança Social;

- Risco de mortalidade no período de formação do benefício e risco de longevidade no período pós-emprego;

- Risco de invalidez dos participantes;

- Risco relativo a reformas antecipadas. Actualmente este risco encontra-se mitigado na medida que o regime de antecipação da idade de reforma do regime geral da Segurança Social está suspenso.

b) Apresentação de análises de sensibilidade sobre cada pressuposto actuarial significativo:

Valores em Euros

	Valor das responsabilidades	Variação face Cenário Central
TAXA DE DESCONTO		
Aumento em 50 pontos base	59.034.776	-6.007.187
Diminuição em 50 pontos base	71.951.479	6.909.516
TAXA DE CRESCIMENTO DAS PENSÕES		
Aumento em 50 pontos base	68.830.491	3.788.528
Diminuição em 50 pontos base	61.557.670	-3.484.293
TÁBUA DE MORTALIDADE		
Ajustamento de -1 ano	67.076.120	2.034.157
TAXA DE CRESCIMENTO DOS SALÁRIOS		
Aumento em 50 pontos base	75.583.388	10.541.425
Diminuição em 50 pontos base	56.400.866	-8.641.097

O cenário de ajustamento da tábua de mortalidade consistiu na prática a considerar para a população abrangida uma idade inferior em 1 ano à idade efectiva dos participantes e beneficiários.

Adicionalmente, o Grupo Crédito Agrícola assumiu o compromisso de comparticipação do prémio de antiguidade dos colaboradores (Nota 27). Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, as responsabilidades são como seguem:

	2013	2012
Prémio de antiguidade:		
. Trabalhadores no activo e ex-trabalhadores	18.448.669	18.981.224
. Licenças sem vencimento	576.197	607.967
Total de responsabilidades com prémio de antiguidade (Nota 27)	19.024.866	19.589.191

47. DIVULGAÇÕES RELATIVAS A INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Risco de Mercado

O risco de mercado reflecte perdas eventuais resultantes de uma alteração adversa do valor de mercado de um instrumento financeiro como consequência da variação, nomeadamente, de taxas de juro, taxas de câmbio, preços de acções, preços de mercadorias, *spreads* de crédito ou outras variáveis equivalentes.

As regras de gestão do risco de mercado estabelecidas pela Caixa Central para cada carteira, incluem limites de risco de mercado e ainda limites quanto à exposição a risco de crédito e de liquidez, rentabilidade exigida, tipos de instrumentos autorizados e níveis de perdas máximas admissíveis.

De modo a mitigar os riscos associados a uma avaliação dos riscos incorridos, encontra-se implementada uma política de segregação de funções entre a execução das operações de mercado e o controlo do risco incorrido a cada momento decorrente das mesmas.

Eventuais operações de cobertura podem ser propostas tanto pelos gestores das carteiras como pelos responsáveis pelo controlo do risco, tendo em conta os limites de risco e os instrumentos autorizados.

No caso da CA Vida, a carteira de títulos é gerida na sua totalidade pela CA Gest, estando definido um *benchmark* de investimento de acordo com o risco que se pretende assumir e a rentabilidade desejada.

A referida carteira é valorizada mensalmente com base em *inputs* da Entidade Gestora.

No que respeita à gestão do risco de crédito e de mercado da carteira de títulos, a CA Vida efectua os seguintes controlos:

- São feitos contactos permanentes com a Entidade Gestora, no sentido de se avaliar a evolução da carteira;
- Periodicamente, são elaborados relatórios de análise de risco pela Entidade Gestora, sendo efectuada a respectiva análise; e
- São realizadas reuniões com a mesma e sempre que as condições e perspectivas de evolução do mercado o recomendem, redefinindo-se os perfis de risco das carteiras caso seja necessário.

Risco Cambial

O risco cambial surge como consequência de variações nas taxas de câmbio das moedas, sempre que existem "posições abertas" nessas mesmas moedas.

O controlo e a avaliação do risco cambial são efectuados diariamente a nível individual, para cada uma das Sucursais e a nível consolidado. São calculados valores e cumprimento de limites em termos posição total.

No Grupo Crédito Agrícola, a gestão do risco cambial encontra-se centralizada, sendo responsabilidade da Direcção Financeira sob enquadramento de limites aprovados pelo Conselho de Administração Executivo.

O Grupo Crédito Agrícola apresenta uma reduzida exposição a este tipo de risco. Efectivamente, o perfil definido para o risco cambial é bastante conservador e é consubstanciado na política de cobertura seguida.

Risco de Taxa de Juro

O Grupo Crédito Agrícola incorre em risco de taxa de juro sempre que, no desenvolvimento da sua actividade, contrata operações com fluxos financeiros futuros cujo valor presente é sensível a variações das taxas de juro.

O risco de taxa de juro agregado suportado deriva de diversos factores, nomeadamente:

- diferentes prazos de vencimento ou revisão das taxas dos activos, passivos e elementos extrapatrimoniais (risco de *repricing*);
- alterações da inclinação da curva de taxas de juro (risco de curva);
- variações assimétricas das diversas curvas de mercado que afectam as distintas massas patrimoniais e extrapatrimoniais (risco de base); e
- existência de opções explícitas ou implícitas em muitos produtos bancários (risco de opção).

A política de gestão do risco de taxa de juro é definida e monitorizada pelo Comité de Activos e Passivos (ALCO).

A Caixa Central avalia mensalmente a sua exposição a este tipo de risco com recurso a uma metodologia baseada no agrupamento dos diversos activos e passivos sensíveis em intervalos temporais de acordo com as respectivas datas de revisão de taxa. Para cada intervalo são calculados os *cash flows* activos e passivos apurando-se o correspondente gap sensível ao risco de taxa de juro. Procede-se então à avaliação do impacto dos gaps mencionados sobre a

evolução da margem financeira e sobre o valor económico da entidade em diversos cenários de evolução das taxas de juro.

A relação risco/ rentabilidade encontra-se enquadrada por limites definidos e monitorizados mensalmente pelo ALCO ao nível da exposição da margem financeira e do valor económico a variações adversas das taxas de juro.

Na CA Vida este risco é monitorizado diariamente, sendo observado o diferencial entre o montante de activos e de passivos que irão estar sujeitos a refixação de taxa de juro com base em intervalos temporais pré-definidos.

A Companhia poderá transaccionar instrumentos financeiros derivados, nomeadamente, efectuar a venda de futuros sobre taxas de juro, com o objectivo estrito de realizar a cobertura do risco de variação do património. A utilização de futuros, contempla apenas contratos transaccionáveis em Bolsa ou mercados regulamentados.

A Companhia transacciona também *swaps* de taxa de juro, *over-the-counter*, destinados a garantir uma adequada modelização dos fluxos financeiros gerados pelas carteiras fechadas, negociados e contratualizados com instituições financeiras cuja notação de rating seja preferencialmente *investment grade*, de forma a minimizar o risco de crédito e/ou de contraparte das carteiras.

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a exposição ao risco de taxa de juro, excluindo derivados, pode ser resumida como se segue (valores em milhares de Euros):

	2013					
	Taxa Fixa	Taxa Variavel	Subtotal	Não Sujeito a risco de taxa de juro	Indeterminado	Total
Activo						
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	-	384.781	384.781	-	-	384.781
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	81.832	81.832	-	-	81.832
Activos financeiros detidos para negociação	23.531	-	23.531	-		23.531
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	30.786	-	30.786	-		30.786
Activos financeiros disponiveis para venda	4.653.485	201.605	4.855.090	133.436	3.432	4.991.958
Aplicações em Instituições de Crédito	32.005	-	32.005	26	-	32.031
Crédito a Clientes (saldo bruto)	594.137	7.508.866	8.103.003	18.108	15.031	8.136.142
	5.333.944	8.177.084	13.511.028	151.570	18.463	13.681.061
Passivo						
Recursos de bancos centrais	1.250.000	-	1.250.000	12.845	-	1.262.845
Passivos financeiros detidos para negociação	515	-	515	-	-	515
Recursos de outras instituições de Crédito	60.829	32.702	93.531	241	6.295	100.067
Recursos de clientes e outros empréstimos	7.926.714	2.128.657	10.055.372	59.290	7.881	10.122.543
Instrumentos representativos de capital	-	-	-	10.649	-	10.649
Outros passivos subordinados	-	132.993	132.993	411	-	133.404
	9.238.058	2.294.352	11.532.410	83.436	14.176	11.630.022
Derivados detidos para negociação	127.925	6.000	133.925	-	-	133.925
Exposição Liquida	(4.032.039)	5.876.732	1.844.692	68.134	4.287	1.917.113

	2012					
	Taxa Fixa	Taxa Variavel	Subtotal	Não Sujeito a risco de taxa de juro	Indeterminado	Total
Activo						
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	-	433.907	433.907	-	-	433.907
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	79.545	79.545	-	-	79.545
Activos financeiros detidos para negociação	18.389	-	18.389	-		18.389
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	8.329	-	8.329	-		8.329
Activos financeiros disponiveis para venda	2.248.617	23.675	2.272.292	133.436	3.432	2.409.160
Aplicações em Instituições de Crédito	121.393	-	121.393	1.328	-	122.721
Crédito a Clientes (saldo bruto)	549.952	7.696.339	8.246.291	23.248	31.790	8.301.329
Investimentos a deter até a maturidade	2.388.231	309.896	2.698.127	62.424	-	2.760.551
	5.334.911	8.543.362	13.878.273	220.436	35.222	14.133.931
Passivo						
Recursos de bancos centrais	1.900.000	-	1.900.000	7.790	-	1.907.790
Passivos financeiros detidos para negociação	1.309	-	1.309	-	-	1.309
Recursos de outras instituições de Crédito	221.635	9.660	231.295	924	8.009	240.228
Recursos de clientes e outros empréstimos	7.426.542	2.585.868	10.012.410	73.110	27.304	10.112.824
Instrumentos representativos de capital	-	-	-	30.379	-	30.379
Outros passivos subordinados	-	128.435	128.435	400	-	128.835
	9.549.486	2.723.963	12.273.449	112.603	35.313	12.421.365
Derivados detidos para negociação	127.925	6.000	133.925	-	-	133.925
Exposição Liquida	(4.342.500)	5.813.399	1.470.899	107.833	(91)	1.578.641

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o desenvolvimento dos instrumentos financeiros com exposição a risco de taxa de juro em função da sua maturidade ou data de refixação, excluindo derivados, é apresentado no quadro seguinte (valores em milhares de Euros):

	2013									
	Datas de Refixação/Datas de Maturidade									
	À vista	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Subtotal	Não Sujeito a risco de taxa de juro	Indeterminado	Total
Activo										
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	384.781	-	-	-	-	-	384.781	-	-	384.781
Disponibilidades em outras instituições de crédito	81.832	-	-	-	-	-	81.832	-	-	81.832
Activos financeiros detidos para negociação	-	-	778	8.554	-	14.199	23.531	-	-	23.531
Outros activos financeiros ao justo valor através	-	-	53	931	29.801	-	30.785	-	-	30.785
Activos financeiros disponiveis para venda	-	136.798	849.542	901.868	2.533.844	433.039	4.855.090	133.436	3.432	4.991.958
Aplicações em instituições de crédito	174	24.841	6.990	-	-	-	32.005	26	-	32.031
Crédito a clientes (saldo bruto)	41.238	4.389.387	3.129.952	169.899	91.347	281.181	8.103.003	18.108	15.031	8.136.142
	508.025	4.551.026	3.987.314	1.081.252	2.654.992	728.419	13.511.028	151.570	18.463	13.681.061
Passivos										
Recursos de bancos centrais	-	300.000	-	950.000	-	-	1.250.000	12.845	-	1.262.845
Passivos financeiros detidos para negociação	-	515	-	-	-	-	515	-	-	515
Recursos de outras instituições de crédito	9.581	67.234	7.338	8.695	-	-	92.848	924	6.295	100.067
Recursos de clientes e outros empréstimos	17.516	3.652.212	5.095.715	1.267.022	6.479	2.607	10.041.552	73.110	7.881	10.122.543
Instrumentos representativos de capital	-	-	-	-	-	-	-	10.649	-	10.649
Outros passivos subordinados	11.000	11.190	110.802	-	-	-	132.993	411	-	133.404
	38.097	4.031.151	5.213.855	2.225.717	6.479	2.607	11.517.907	97.939	14.176	11.630.022
Exposição Liquida	469.927	519.875	(1.226.541)	(1.144.465)	2.648.513	725.812	1.993.121	53.631	4.287	2.051.039

	2012									
	Datas de Refixação/Datas de Maturidade									
	À vista	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Subtotal	Não Sujeito a risco de taxa de juro	Indeterminado	Total
Activo										
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	433.907	-	-	-	-	-	433.907	-	-	433.907
Disponibilidades em outras instituições de crédito	79.545	-	-	-	-	-	79.545	-	-	79.545
Activos financeiros detidos para negociação	-	(2.143)	(3.886)	(10.504)	8.392	26.530	18.389	-	-	18.389
Outros activos financeiros ao justo valor através de re	-	-	28	7.363	937	-	8.328	-	-	8.328
Activos financeiros disponiveis para venda	-	862.159	881.117	301.203	173.611	174.163	2.392.253	16.907	-	2.409.160
Aplicações em instituições de crédito	-	48.370	73.023	-	-	-	121.393	1.328	-	122.721
Crédito a clientes (saldo bruto)	39.846	4.583.222	3.067.389	168.433	94.032	293.370	8.246.291	23.248	31.790	8.301.329
Investimentos a deter até à maturidade	-	343.512	749.872	1.134.958	246.307	223.478	2.698.127	62.424	-	2.760.551
	553.298	5.835.120	4.767.543	1.601.453	523.279	717.541	13.998.234	103.907	31.790	14.133.931
Passivos										
Recursos de bancos centrais	-	950.000	-	950.000	-	-	1.900.000	7.790	-	1.907.790
Passivos financeiros detidos para negociação	-	446	651	212	-	-	1.309	-	-	1.309
Recursos de outras instituições de crédito	2.437	95.434	84.378	49.046	-	-	231.295	924	8.009	240.228
Recursos de clientes e outros empréstimos	15.714	3.539.415	5.152.550	1.291.692	9.185	3.854	10.012.410	73.110	27.304	10.112.824
Instrumentos representativos de capital	-	-	-	-	-	-	-	30.379	-	30.379
Outros passivos subordinados	617	127.819	-	-	-	-	128.435	400	-	128.835
	18.768	4.713.114	5.237.579	2.290.950	9.185	3.854	12.273.450	112.603	35.313	12.421.366
Exposição Liquida	534.530	1.122.006	(470.036)	(689.497)	514.094	713.687	1.724.784	(8.696)	(3.523)	1.712.565

Considerando os valores apurados, verifica-se uma exposição ao risco de taxa de juro, tanto da margem financeira como do valor económico do capital, relevante. Este risco mede o impacto de uma variação das taxas de juro, positiva ou negativa, sobre os referidos indicadores em função da exposição líquida nos diversos intervalos temporais.

Apresenta-se de seguida a análise de sensibilidade para o risco de taxa de juro a que o GCA se encontra exposto em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, efectuada a partir da simulação, nos activos e passivos sensíveis, de variações de até 200 pontos base nas taxas de referência, (valores em milhares de Euros):

	2013					
	impacto resultante da variação da taxa de juro de referência					
	- 200 bp	- 100bp	- 50 bp	+ 50 bp	+ 100 bp	+ 200 bp
Activo						
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	683	330	162	(159)	(314)	(619)
Disponibilidades em outras instituições de crédito	1	0	0	(0)	(0)	(1)
Activos financeiros de negociação	2.904	1.409	694	(673)	(1.327)	(2.579)
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	1.836	906	445	(436)	(670)	(1.693)
Activos financeiros disponiveis para venda	345.740	168.935	82.757	(80.466)	(159.662)	(308.977)
Aplicações em instituições de crédito	80	40	20	(20)	(39)	(78)
Crédito a clientes (saldo bruto)	234.128	111.425	54.395	(51.925)	(101.532)	(194.346)
	585.371	283.045	138.473	(133.679)	(263.545)	(508.293)
Passivo						
Recursos de bancos centrais	21.889	10.822	5.381	(5.322)	(10.586)	(20.942)
Recursos de outras instituições de crédito	489	242	120	(119)	(237)	(470)
Recursos de clientes e outros empréstimos	116.004	57.345	28.511	(28.195)	(56.079)	(110.936)
Outros passivos subordinados	27.857	13.647	6.755	(6.622)	(13.115)	(25.726)
Passivos financeiros de negociação	-	-	-	-	-	-
	166.239	82.057	40.768	(40.258)	(80.017)	(158.074)
Impacto no valor económico	419.132	200.988	97.705	(93.420)	(183.528)	(350.219)

	2012					
	impacto resultante da variação da taxa de juro de referência					
	- 200 bp	- 100bp	- 50 bp	+ 50 bp	+ 100 bp	+ 200 bp
Activo						
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	36.407	22.148	11.675	(12.330)	(24.904)	(49.641)
Disponibilidades em outras instituições de crédito	1.562	771	383	(378)	(750)	(1.481)
Activos financeiros de negociação	3.358	1.618	794	(766)	(1.505)	(2.907)
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	433	213	105	(103)	(205)	(401)
Activos financeiros disponiveis para venda	63.289	30.755	15.051	(14.582)	(28.857)	(55.746)
Aplicações em instituições de crédito	1.268	628	313	(310)	(617)	(1.224)
Crédito a clientes (saldo bruto)	234.153	111.294	54.301	(51.785)	(101.217)	(193.599)
Investimentos a deter até à maturidade	112.558	55.175	27.188	(26.587)	(52.757)	(102.927)
	453.027	222.601	109.810	(106.842)	(210.812)	(407.927)
Passivo						
Recursos de bancos centrais	42.205	20.768	10.302	(10.142)	(20.127)	(39.639)
Recursos de outras instituições de crédito	2.357	1.167	581	(575)	(1.144)	(2.266)
Recursos de clientes e outros empréstimos	115.263	56.991	28.338	(28.029)	(55.754)	(110.315)
Outros passivos subordinados	475	241	122	(123)	(248)	(500)
Passivos financeiros de negociação	(1)	2	4	6	8	10
	160.300	79.168	39.346	(38.862)	(77.264)	(152.709)
Impacto no valor económico	292.727	143.433	70.464	(67.979)	(133.548)	(255.218)

O Mapa de Análise de Sensibilidade mostra-nos a variação do valor de mercado teórico das diversas rubricas de Activos e Passivos em diversos cenários de variação das taxas de juro de mercado (+50bp, +100bp, +200bp, -50bp, -100bp, -200bp), procedendo para tal à actualização dos *cash flows* associados a cada operação nos distintos cenários de mercado considerados.

A variação em termos absolutos do Valor Residual (Activos menos Passivos) pode ser interpretada como o Impacto no Valor Económico dos Capitais Próprios do Grupo.

Risco de Liquidez

O risco de liquidez está associado à potencial incapacidade do Grupo Crédito Agrícola financiar o seu activo satisfazendo nas datas contratadas todas as responsabilidades exigíveis.

A política de gestão da liquidez é definida e monitorizada, estando a sua gestão diária cometida à Direcção Financeira.

Para avaliar a exposição global a este tipo de risco, no curto, médio e longo prazos, são elaborados relatórios que permitem não só identificar os *mismatch* negativos, como avaliar a cobertura dinâmica dos mesmos. É também realizado um acompanhamento por parte do Grupo e da Caixa Central dos rácios de liquidez de um ponto de vista prudencial, calculados segundo as regras exigidas pelo Banco de Portugal.

Refira-se que em matéria de liquidez, o Grupo Crédito Agrícola prossegue uma política conservadora que se traduz num rácio de transformação em cada uma das suas unidades claramente abaixo da média do rácio de transformação do sistema financeiro nacional.

Os recursos excedentários do Grupo Crédito Agrícola são canalizados para a Caixa Central, onde são centralmente aplicados em activos de boa qualidade creditícia e liquidez, nomeadamente obrigações de dívida pública de países da Zona Euro e aplicações de prazo curto sobre Instituições de Crédito de referência, nacionais ou internacionais.

O Grupo Crédito Agrícola dispõe de uma sólida implantação no mercado de retalho, distribuída de forma equilibrada ao longo do país, que se traduz numa rede de 683 balcões e numa base de funding dispersa, estável e com elevada permanência.

Numa óptica de prevenção e de gestão de contingência de risco de liquidez são especialmente tidos em conta e acompanhados os seguintes aspectos:

- Controle e contenção de eventuais concentrações de recursos comerciais que, tendendo a desenvolver-se, pudessem vir a concorrer para uma maior permeabilidade da carteira diminuindo a sua estabilidade e permanência. São efectuadas regularmente simulações de impactos ao abrigo de hipóteses conservadoras sobre a estabilidade dos recursos de retalho e sem consideração do concurso de fontes de financiamento adicionais.
- Embora sem dependência de tais fontes de financiamento complementares atendendo à posição estrutural de tesouraria do Grupo Crédito Agrícola, manutenção de linhas de financiamento junto de Instituições de Crédito nacionais e internacionais, regularmente testadas;
- Lançamento regular de produtos de passivo que concorram para a manutenção dos padrões de permanência dos recursos projectados.
- Manutenção de uma almofada de activos com liquidez imediata para fazer face a um qualquer aumento inesperado de saídas de caixa.

A tesouraria da CA Vida é acompanhada numa base diária, existindo controlos dos saldos bancários e dada a orientação necessária para que sejam cumpridas as necessidades de liquidez. A gestão prudente do risco de liquidez implica a manutenção de dinheiro ou instrumentos financeiros líquidos suficientes e a possibilidade de fechar posições de mercado. A Gestão monitoriza previsões actualizadas da reserva de liquidez considerando os fluxos de caixa esperados, tendo por base uma análise da maturidade contratual remanescente dos passivos financeiros e das suas obrigações com contratos de seguro e a data esperada dos *inflows* dos activos financeiros. Especificamente no que respeita às carteiras de investimento, a Entidade Gestora faz a gestão diária da tesouraria, tendo em consideração os fluxos de entrada e saída de dinheiro, e as liquidações das transacções realizadas sobre valores mobiliários. Adicionalmente, faz parte da política de investimentos a aquisição privilegiada de valores mobiliários transaccionados em mercados regulamentados.

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 os prazos residuais contratuais dos instrumentos financeiros apresentam a seguinte composição (valores em milhares de Euros):

	2013								
	Prazos residuais contratuais								
	À vista	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Juros e comissões diferidas	Indeterminado	Total
Activo									
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	384.781	-	-	-	-	-	-	-	384.781
Disponibilidades em outras instituições de crédito	81.832	-	-	-	-	-	-	-	81.832
Activos financeiros detidos para negociação	-	(1.441)	(3.886)	6.184	(5.660)	28.334	-	-	23.532
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	400	3.365	8.404	18.617	-	-	-	30.785
Activos financeiros disponiveis para venda	-	48.700	949.123	963.856	2.411.522	610.176	8.581	-	4.991.958
Aplicações em instituições de crédito	-	24.845	7.160	-	-	-	26	-	32.031
Crédito a clientes (saldo bruto)		505.185	599.118	1.218.255	5.013.267	782.209	18.108	-	8.136.142
	466.613	577.689	1.554.880	2.196.699	7.437.746	1.420.719	26.715	-	13.681.061
Passivos									
Recursos de bancos centrais	-	300.000	-	950.000	-	-	12.845	-	1.262.845
Passivos financeiros detidos para negociação	-	213	-	-	-	302	-		515
Recursos de outras instituições de crédito	9.676	86.351	-	2.999	800	-	241	-	100.067
Recursos de clientes e outros empréstimos	2.713.549	2.980.406	4.133.288	224.380	8.986	2.644	59.290	-	10.122.543
Instrumentos representativos de capital	-	-	-	-	-	-	10.649	-	10.649
Outros passivos subordinados	-	1.960	496	35.954	47.626	46.957	411	-	133.404
	2.723.225	3.368.930	4.133.784	1.213.333	57.412	49.903	83.436	-	11.630.023
Diferencial	(2.256.612)	(2.791.241)	(2.578.904)	983.366	7.380.334	1.370.816	(56.721)	-	2.051.038

	2012								
	Prazos residuais contratuais								
	À vista	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Juros e comissões diferidas	Indeterminado	Total
Activo									
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	433.907	-	-	-	-	-	-	-	433.907
Disponibilidades em outras instituições de crédito	79.545	-	-	-	-	-	-	-	79.545
Activos financeiros detidos para negociação	-	(2.605)	(3.886)	(10.504)	8.392	26.530	-	462	18.389
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	-	7.391	938	-	-	-	8.329
Activos financeiros disponiveis para venda	-	789.004	872.456	291.398	164.359	291.943	-	-	2.409.160
Aplicações em instituições de crédito	-	43.043	78.350	-	-	-	1.328	-	122.721
Crédito a clientes (saldo bruto)		615.944	623.526	1.308.183	4.974.239	756.189	23.248	-	8.301.329
Investimentos a deter até à maturidade	-	263.107	837.259	1.199.491	235.982	188.167	36.545	-	2.760.551
	513.452	- 1.708.493	- 2.407.705	- 2.795.959	5.383.910	1.262.829	61.121	462	14.133.931
Passivos									
Recursos de bancos centrais	-	950.000	950.000	-	-	-	7.790	-	1.907.790
Passivos financeiros detidos para negociação	-	379	(116)	211	-	-	-	835	1.309
Recursos de outras instituições de crédito	9.302	103.936	82.247	43.819	-	-	924	-	240.228
Recursos de clientes e outros empréstimos	2.576.157	2.887.810	4.241.298	321.157	9.400	3.892	73.110	-	10.112.824
Instrumentos representativos de capital	-	-	-	-	-	-	30.379	-	30.379
Outros passivos subordinados	-	-	10.061	45.773	26.489	46.000	512	-	128.835
	2.585.459	- 3.942.125	- 5.283.490	- 410.960	35.889	49.892	112.715	835	12.421.365
Diferencial	(2.072.007)	- (2.233.632)	- (2.875.785)	- 2.384.999	5.348.021	1.212.937	(51.594)	(373)	1.712.566

Considerando a informação acima indicada, poder-se-á concluir pela existência de um risco de liquidez reduzido.

Risco de Crédito

O desempenho das actividades e projectos resultantes da gestão de riscos permaneceu amplamente condicionado pela necessária afectação de recursos, tecnológicos e humanos, ao seguimento dos trabalhos no referente à avaliação das carteiras de crédito relativas aos processos de gestão de créditos problemáticos no âmbito do Programa Especial de Inspecções do sistema financeiro nacional e que envolveu os maiores grupos bancários nacionais, entre os quais o Grupo Crédito Agrícola, no contexto do Programa de Assistência Económica e Financeira a Portugal, acordado em Maio de 2011 com o Fundo Monetário Internacional, a Comissão Europeia e o Banco Central Europeu. A acção visava, no essencial, avaliar a eficácia dos processos de gestão de créditos problemáticos, em especial no que se refere a créditos concedidos a empresas não financeiras, com vista a confirmar a capacidade de detecção tempestiva de situações com probabilidade significativa de incumprimento e de implementação de soluções que maximizem o valor actual dos créditos. Em particular, este programa avaliou as estratégicas, políticas e procedimentos implementados para gerir créditos problemáticos, incluindo a estrutura organizacional adoptada para o efeito, a adequação em número, capacidade e experiência dos recursos afectos a esta estrutura, os processos, sistemas e ferramentas utilizados para identificar, gerir e acompanhar os créditos problemáticos, bem como os mecanismos de controlo interno e de garantia de qualidade e os sistemas de incentivos aplicados nos processos de recuperação. Os resultados alcançados no âmbito destes trabalhos permitiram, igualmente, concluir que o GCA utiliza as metodologias adequadas à sua dimensão e perfil de risco, na generalidade dos aspectos analisados, embora com necessidade de promover algumas melhorias em áreas pontuais, para as quais, desde logo, se iniciou a adopção das adequadas medidas correctivas.

Projectos que registaram evolução em 2013:

FERRAMENTA DE GESTÃO DE GARANTIAS - No decorrer do ano 2013 procedeu-se à implementação técnica da Ferramenta de Gestão de Garantias (FGG), processo precedido de um trabalho exaustivo de recolha de informação de toda a carteira de garantias, em cada Caixa Agrícola, que permitiu completar e actualizar, através de uma ferramenta provisória (FREGA), os dados constantes nos respectivos processos (físicos) de crédito. A concretização desta iniciativa permite obter diversos benefícios, de entre os quais se destacam o cumprimento dos requisitos legais e regulamentares na óptica da informação sobre garantias associadas a operações de crédito, uma maior precisão e automatização no cálculo de provisões de crédito, imparidades de crédito e requisitos de capital, obtenção de informação actual e detalhada para apoiar e direccionar diferentes aspectos da gestão do risco de crédito, designadamente acompanhamento da carteira e esforço de recuperação do crédito vencido e a implementação adicional de um conjunto de oportunidades de melhoria (e.g. gestão das garantias denominadas genéricas, emissão automática do documento de distrate).

CENTRAL DE BALANÇOS - Realizou-se a integração dos dados económicos e financeiros da generalidade das empresas do tecido empresarial nacional que cumprem a obrigação de registo de prestação de contas anual, através da entrega da Informação Empresarial Simplificada (IES), junto das entidades públicas oficiais. A disponibilização de elementos financeiros de entidades não clientes do SICAM, complementarmente aos dados de clientes já disponíveis na aplicação, visou obter os seguintes benefícios: estabelecer com maior fiabilidade os rácios e indicadores sectoriais para efeitos de comparação com as entidades em análise, tornando-os mais representativos do conjunto de empresas em cada sector de actividade; dispor de informação atempada sobre potenciais clientes, para apreciação comercial e avaliação do respectivo perfil de risco, proporcionando análises comparativas com outras empresas do mesmo sector e com as respectivas médias; aumentar, progressivamente, o grau de cobertura de empresas na aplicação; e continuar a privilegiar o processo de integração massiva e automática de informação com ganhos de eficiência operacional assinaláveis.

SISTEMA DE GESTÃO DE LIMITES DE CRÉDITO - Em 2013 foram definidos os requisitos de negócio associados à criação de um sistema de gestão de limites de crédito e foi iniciado o desenvolvimento técnico da aplicação. A presente iniciativa permitirá tornar mais eficientes os processos de concessão de crédito e de acompanhamento da exposição perante um cliente ou grupo de clientes, assegurando um melhor controlo do risco, a optimização da alocação da liquidez e capital, a redução do esforço operacional e dos custos inerentes à análise do enquadramento de propostas de crédito no limite estipulado para o cliente, a consolidação do envolvimento bancário com os clientes via exploração comercial do montante do limite não utilizado, o aumento da agilidade e dos níveis de serviço no processo de concessão de crédito e, finalmente, garantir uma resposta mais completa às recomendações e regulamentação das autoridades de supervisão. Prevê-se a conclusão da sua implementação no primeiro trimestre de 2014.

SOLUÇÃO DE PROPOSTAS E CREDIT SCORING (SPCS) - Disponibilizaram-se versões actualizadas das minutas de contratos de crédito no segmento de empresários em nome individual. Ainda no decorrer do ano 2013, foi dada continuidade à definição dos requisitos de negócio relacionados com a implementação técnica das regras estabelecidas pelo Decreto-Lei n.º 226/2012 relativo aos deveres de informação dos contratos de crédito garantidos por hipoteca ou por outro direito sobre coisa imóvel celebrados com consumidores.

MODELO DE SCORING COMPORTAMENTAL DE CARTÕES DE CRÉDITO - No decorrer do ano 2013 foi efectuado o desenvolvimento do modelo de *scoring* comportamental para o segmento de cartões de crédito (clientes particulares). A utilização desta tipologia de modelos permite avaliar e acompanhar a evolução do nível de risco e determinar a adopção de diversas estratégias de acção relativamente ao nível de exposição perante um determinado cliente. Neste sentido, os modelos comportamentais permitem a monitorização periódica do risco de carteiras de crédito e possibilitam, complementarmente, a adequação individual das

estratégias de relacionamento com os clientes, tanto na vertente de cobranças, como na gestão de limites de crédito e acções comerciais.

INFRA-ESTRUTURA DE SUPORTE AO RISCO (ISR) – *Datamart* de imparidade (DMI) - O ano 2013 assinala a entrada em produção do novo modelo de imparidade (DMI) do GCA, desenvolvido no âmbito da infra-estrutura de suporte ao risco, que visa, em síntese, a estruturação e integração de informação de risco, com origem nos diferentes sistemas operacionais do Grupo, num *datawarehouse* corporativo, com uma natureza informacional e aplicacional. O *datamart* de imparidade foi desenvolvido em simultâneo com o objectivo de apurar e simular as perdas por imparidade da carteira de crédito que resultam da adopção das Normas Internacionais de Contabilidade, introduzindo um conjunto de oportunidades de melhoria.

IMPARIDADES DE CRÉDITO - Prosseguiram os trabalhos de implementação de um conjunto de oportunidades de melhoria pontuais identificadas no decurso do Programa Especial de Inspecções, que incidiu sobre os cálculos de perdas por imparidade, não obstante os resultados alcançados estabelecerem que o GCA utiliza, no essencial, as políticas, procedimentos e controlos adequados à sua dimensão e perfil de risco, na generalidade dos aspectos analisados.

MODELO DE RATING PARA EMPRESAS - O Grupo dispõe de um modelo heurístico de *rating* associado a um processo de *work-flow*. Com esta metodologia de notação de risco para empresas visa-se uniformizar a análise dos "clientes empresa" e do respectivo risco de crédito, possibilitando ao Grupo continuar a desenvolver e a melhorar a sua capacidade de gestão do risco, com base numa visão mais exacta do perfil de risco da sua carteira. Em 2013, após identificação, foi iniciado o processo de especificação de um conjunto de oportunidades de melhoria no sentido de assegurar, em particular, a especialização de um modelo para pequenos negócios e a sua integração com a central de balanços e com o modelo de imparidade.

Iniciativas cuja continuidade foi assegurada:

PLANO DE FINANCIAMENTO E DE CAPITAL - No quadro do Memorando de Entendimento do Programa de Assistência Económica e Financeira, realiza-se um reporte trimestral relativo ao Plano de Financiamento e de Capital, através do qual o regulador monitoriza o GCA (e os restantes sete maiores grupos financeiros nacionais), num teor vincadamente prospectivo a partir de dois cenários macroeconómicos (um base e outro adverso) onde são estabelecidos princípios, orientações e restrições, quanto a um conjunto alargado de indicadores. Nos principais aspectos a monitorizar, salientam-se a evolução do rácio de solvabilidade, das posições de liquidez, do processo de desalavancagem (rácio de transformação), das carteiras de recursos, crédito e de títulos e, ainda, da evolução das respectivas imparidades.

TESTES DE ESFORÇO - Atendendo à participação do GCA nos exercícios trimestrais de avaliação da solvabilidade e liquidez em cenário macroeconómico adverso, no contexto das revisões do Plano de Financiamento e Capital, foi concedida a isenção das obrigações de reporte previstas na Instrução nº 4/2011 sobre testes de esforço. Naturalmente, os exercícios trimestrais mencionados pretendem alcançar uma abordagem prospectiva em condições adversas, pelo que configuram efectivos testes de esforço, deduzidos do cenário macroeconómico e magnitudes para um conjunto de variáveis, designadamente factores de risco e um conjunto de normas e restrições, em particular no que se refere à estratégia de negócio e o planeamento de capital. Foi, igualmente, implementado um conjunto de oportunidades de melhoria pontuais identificadas no Programa Especial de Inspecções, que incidiu sobre as metodologias utilizadas nos exercícios de testes de esforço, não obstante os resultados alcançados estabelecerem que o GCA utiliza, no essencial, procedimentos adequados.

SISTEMA DE CONTROLO INTERNO - Prosseguiram os trabalhos conducentes à estruturação e melhoria do sistema de controlo interno do SICAM, dando cumprimento aos requisitos regulamentares definidos pelo Aviso 5/2008, do Banco de Portugal, tendo sido elaborado o relatório relativo ao exercício da Função Risco na Caixa Central e o reporte das deficiências detectadas ao nível do SICAM, bem como das medidas em curso com vista à sua mitigação.

RISCO DE CONCENTRAÇÃO - Num cenário de concentração, as perdas originadas por um número reduzido de exposições podem ter um efeito desproporcionado, confirmando o relevo da gestão deste risco na manutenção de níveis adequados de solvabilidade. Neste sentido, e de acordo com a Instrução 5/2011 do Banco de Portugal, foi elaborado o relatório onde se apresentou e analisou a situação do SICAM, não só no que respeita à carteira de crédito, mas também no que se refere à carteira de recursos e análise de liquidez dos activos e passivos do balanço.

PROCESSO DE AUTO-AVALIAÇÃO DA ADEQUAÇÃO DO CAPITAL INTERNO (ICAAP) - O ICAAP pretende conduzir as instituições financeiras na avaliação e quantificação dos principais riscos a que se encontram expostas, constituindo-se assim como um importante instrumento de gestão na tomada de decisões relativamente aos níveis de risco a assumir e às actividades de controlo e mitigação a empreender. Os resultados decorrentes dos trabalhos efectuados no GCA apontam para a total adequação do capital interno à semelhança do observado em anos anteriores.

PLANOS DE RECUPERAÇÃO - Com o objectivo de planificar previamente as medidas susceptíveis de serem adoptadas para corrigir de forma tempestiva uma eventual situação de desequilíbrio financeiro, ou mesmo para evitar que a enfrente, garantindo, deste modo, condições de reacção célere e estruturada, contribuindo para a estabilidade financeira do sistema bancário, foi elaborado o Plano de Recuperação do Grupo Crédito Agrícola, de acordo com o disposto no respectivo enquadramento regulamentar. O Plano de Recuperação foi estruturado de forma a proporcionar uma visão geral sobre o Grupo, em particular sobre o

SICAM, preparando a instituição para cenários adversos e aumentando a sua probabilidade de recuperação em cenários extremos, através da salvaguarda dos níveis de capital e liquidez, minimizando as repercussões no sistema financeiro. De igual modo, foi implementada a oportunidade de melhoria identificada pelo Banco de Portugal, alusiva à necessidade de apresentar uma descrição pormenorizada dos processos para determinação do valor e da viabilidade comercial dos principais segmentos da actividade, operações e activos da instituição.

Exposição máxima ao risco de crédito

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a exposição máxima ao risco de crédito por tipo de instrumento financeiro, excluindo os títulos em carteira, pode ser resumida como segue:

	2013	2012
Patrimoniais:		
Crédito a clientes	8.136.142.185	8.301.328.987
Disponibilidades em outras instituições de crédito	81.831.513	79.544.798
Aplicações em instituições de crédito	32.030.820	122.720.945
	8.250.004.518	8.503.594.730
Extrapatrimoniais:		
Garantias prestadas	249.399.182	256.307.167
Compromissos irrevogáveis	660.437.898	772.245.479
	909.837.080	1.028.552.646
	9.158.841.598	9.532.147.376

Qualidade do crédito dos activos financeiros sem incumprimentos ou imparidade

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a qualidade de crédito dos activos financeiros de acordo com o *rating* de referência interno, pode ser resumida como se segue (valores em milhares de euros):

	2013								
Activo	Aaa	Aa1	Aa2	Aa3	Entre A1 e A3	Baa1 a B3	C	Indeterminado	Total
Activos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-	-	-	23.531.359	23.531.359
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	-	-	931.015	29.854.609	-	-	30.785.624
Activos financeiros disponíveis para venda	71.145.736	42.830.248	7.431.184	50.180.159	133.556.805	4.434.664.289	-	252.149.292	4.991.957.713
	71.145.736	42.830.248	7.431.184	50.180.159	134.487.820	4.464.518.898	-	275.680.651	5.046.274.696

	2012								
Activo	Aaa	Aa1	Aa2	Aa3	Entre A1 e A3	Baa1 a B3	C	Indeterminado	Total
Activos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-	10.944	-	18.377.987	18.388.931
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	-	-	1.971.436	6.357.181	-	-	8.328.617
Activos financeiros disponíveis para venda	163.404.603	93.528.017	26.393.779	4.111.641	188.928.535	1.821.582.442	-	111.211.105	2.409.160.122
Activos financeiros detidos até à maturidade	-	17.526.894	41.559.032	10.013.040	83.603.577	2.607.848.802	-	-	2.760.551.345
	163.404.603	111.054.911	67.952.811	14.124.681	274.503.548	4.435.799.369	-	129.589.092	5.196.429.015

O Grupo Crédito Agrícola utiliza como rating de referência, o *rating* divulgado pela agência internacional Moody's, ou caso este não exista, o maior dos *ratings* divulgados pelas agências Fitch e Standard & Poors.

Relativamente ao crédito a clientes, o Grupo dispõe de um modelo heurístico de *rating* associado a um processo de *workflow*, que visa uniformizar o processo de análise do risco de crédito das empresas e de modelos de *scoring* de aceitação associados ao processo de concessão de crédito a clientes particulares. Deste modo, o Grupo Crédito Agrícola tem vindo a desenvolver e a melhorar a sua capacidade de gestão do risco, com base na adopção de metodologias que permitem obter uma visão mais exacta do perfil de risco da sua carteira.

Reestruturações

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o valor de balanço de crédito a clientes cujos termos tenham sido renegociados ou considerados em incumprimento ou com imparidade é o seguinte:

2013

Crédito em Risco	Crédito a clientes reestruturado (bruto)	Crédito a clientes em risco (bruto)	Do qual: crédito reestruturado	Crédito a clientes com incumprimento (bruto)	Provisões / imparidades acumuladas pra crédito	Crédito abatido ao activo
Sector privado residentes	880.674.734	920.812.749	47.438.159	686.245.115	656.325.110	534.354.085
Particulares residentes, do qual:	274.322.621	349.974.267	13.650.646	241.586.593	236.151.443	237.743.098
Habitação	59.622.931	90.922.500	192.722	55.013.930	37.641.176	5.411.902
Consumo e outras finalidades	214.699.691	259.051.768	13.457.924	186.572.663	198.510.267	232.331.196
Sociedades não financeiras residentes	606.352.113	570.838.482	33.787.513	444.658.522	420.173.667	296.610.986
Administração pública	4.936.739	1.857.395	400.000	-	80	-
Outros residentes	-	-	-	-	-	-
Não residentes	1.149.930	1.063.882	-	519.754	598.499	361.784
Total	886.761.403	923.734.026	47.838.159	686.764.869	656.923.688	534.715.869

2012

Crédito em Risco	Crédito a clientes reestruturado (bruto)	Crédito a clientes em risco (bruto)	Do qual: crédito reestruturado	Crédito a clientes com incumprimento (bruto)	Provisões / imparidades acumuladas pra crédito	Crédito abatido ao activo
Sector privado residentes	593.199.423	886.109.654	22.168.145	649.306.835	640.551.384	504.602.352
Particulares residentes, do qual:	140.460.727	364.195.170	7.688.249	248.017.513	239.409.680	233.349.296
Habitação	23.959.713	103.018.100	111.578	56.337.713	37.623.099	5.019.531
Consumo e outras finalidades	116.501.014	261.177.070	7.576.671	191.679.800	201.786.581	228.329.765
Sociedades não financeiras residentes	452.738.696	521.914.485	14.479.897	401.289.322	401.141.705	271.253.056
Administração pública	132.248	1.376.339	-	-	-	-
Outros residentes	-	-	-	-	-	-
Não residentes	22.393	1.138.037	-	256.444	624.999	192.386
Total	593.354.064	888.624.030	22.168.145	649.563.279	641.176.383	504.794.738

Antiguidade do incumprimento das operações de crédito vencidas

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a antiguidade do incumprimento das operações de crédito vencidas pode ser resumida como segue (Nota 13):

	2013	2012
Até 3 meses	19.022.960	27.339.470
De 3 a 6 meses	24.349.540	30.557.617
De 6 a 12 meses	96.194.284	99.296.221
De 1 a 3 anos	291.118.821	254.882.652
De 3 a 5 anos	112.273.126	109.301.044
Mais de 5 anos	103.667.632	73.871.777
Juros a receber	10.825.025	12.508.343
	---	---
	657.451.388	607.757.124
	=========	=========

Risco de concentração

Princípios e Políticas de Gestão do Risco de Concentração

1. Gestão do risco no GCA

A gestão dos riscos constitui um eixo prioritário de actuação para o Grupo, reconhecendo este o seu impacto decisivo na criação de valor.

A definição da estratégia global de assunção de riscos, incorporando objectivos mensuráveis relativamente ao risco que se pretende assumir e à rentabilidade que se deseja alcançar é da competência do Conselho de Administração Executivo da Caixa Central (adiante designado por CAE).

A Direcção de Risco Global (adiante designado por DRG) e o Comité de Activos e Passivos (ALCO), em coordenação com as restantes unidades orgânicas responsáveis, têm um papel central na definição de políticas e procedimentos para a gestão de riscos, sendo aprovadas pelo CAE.

1.1 Funções da Direcção de Risco Global

Ao nível da gestão de riscos, a CCCAM, através da DRG, é responsável pela definição dos princípios e políticas globais de gestão de riscos, através do desenvolvimento e disponibilização de instrumentos de análise e apoio à decisão, cálculo de imparidade numa base consolidada, ICAAP (Processo de Auto-Avaliação da Adequação do Capital Interno), concepção de modelos e de sistemas para suporte à função risco, criação de normativos e o estabelecimento de orientações de procedimentos e processos.

Cabe à DRG a supervisão da gestão do risco de crédito e a promoção e coordenação da gestão de todos os demais riscos, do ponto de vista estratégico. Por outro lado, é a Direcção de Risco de Crédito (DRC) o órgão responsável por garantir a operacionalização das políticas definidas pela DRG relativamente ao risco de crédito no âmbito da CCCAM, cabendo às CCAM a gestão local do mesmo.

No que diz respeito ao risco de concentração, a DRG é responsável pela execução do Modelo de Gestão do Risco de Concentração: identificação de variáveis relevantes para a avaliação, medição do nível de concentração associado e elaboração do reporte interno e externo.

No contexto do processo de identificação, avaliação e acompanhamento do Risco de Concentração, a DRG é ainda responsável pela execução do reporte da Instrução n.º 23/2007, no sentido de permitir o cálculo do Índice de Concentração Individual previsto pela Instrução n.º 5/2011 do Banco de Portugal.

1.2 Funções do Comité ALCO

O Comité ALCO é presidido pela Caixa Central e engloba os vários Direcções e Gabinetes com responsabilidade directa sobre:

1) Controlo das actividades relacionadas com o Balanço da Caixa Central e do GCA.

2) Controlo do risco pela produção de informação de gestão, contabilística e de reporte da Caixa Central e do GCA.

De entre as funções do ALCO, compete em particular a este órgão e no contexto da Gestão de Risco:

- Avaliar e acompanhar em permanência os diversos riscos financeiros (nomeadamente, o risco de concentração) a que o GCA e a Caixa Central estão sujeitos, efectuando a sua medição e controlo através de metodologias e indicadores pré-definidos.
- Propor ao CAE os limites de risco pertinentes no âmbito da Gestão de Activos e Passivos.

No que respeita ao Risco de Concentração, caberá ao Comité ALCO a supervisão da gestão da concentração nos riscos financeiros (em particular, risco de taxa de juro, de taxa de câmbio, de liquidez e de mercado) com o contributo da Direcção Financeira, bem como o acompanhamento dos riscos de concentração globais do Grupo em coordenação com a DRG.

1.3 Funções da Direcção de Fiscalização Orientação e Acompanhamento

A DFOA tem como funções no contexto da gestão de riscos, acompanhar e orientar a gestão das Caixas Associadas, em particular, quanto à política de assunção de riscos.

Relativamente à gestão do risco de concentração, a DFOA é responsável pela articulação entre os órgãos da CCCAM (DRG e ALCO) e as CCAM, cabendo a estas a gestão local do risco de concentração.

2. Integração de boas práticas na gestão do risco de concentração

Segundo as orientações do Comité de Basileia e da CEBS (*Committee of European Banking Supervisors*), as instituições devem implementar uma prática sistematizada de gestão do risco de concentração, incluindo a sua identificação, avaliação, ajustamento, acompanhamento e controlo.

O Comité de Basileia apresenta como alternativas duas abordagens à gestão do risco de concentração: abordagem base (metodologias unidimensionais de avaliação do risco de concentração) e abordagem avançada (aplicação modelos internos de capital económico que deverão medir adequadamente o risco de concentração, mas que por vezes são limitados devido à insuficiência de dados).

2.1 Medição do risco concentração: abordagem implementada

O GCA tem vindo a implementar a gestão do risco de concentração, matéria que continuará a merecer a atenção e o esforço do Grupo a médio prazo.

A avaliação do risco de concentração (da responsabilidade da DRG) baseia-se na avaliação da carteira de crédito, de investimento e de recursos segundo as diferentes variáveis relevantes numa perspectiva unidimensional e multidimensional, através dos índices de Herfindahl e de Gini, bem como o Peso Relativo das Exposições. Em situações em que se considere pertinente, é também utilizado o Coeficiente de Correlação de Variáveis a fim de explorar eventuais ligações entre variáveis em risco ou ainda relacionar variáveis internas com a realidade.

O GCA tem como objectivo robustecer permanentemente as metodologias empregues na gestão do risco de concentração.

2.2 Acompanhamento do risco de concentração

O GCA estabeleceu um Modelo de Gestão de forma a enquadrar o acompanhamento e controlo do risco de concentração, através da revisão periódica das análises de concentração efectuadas e a implementação de medidas de prevenção ou correcção do risco.

3. Características comuns que identificam cada concentração

Análise da concentração de risco de crédito:

A análise de Risco de Concentração foi efectuada para a Carteira de Crédito a Clientes do GCA (SICAM) considerada para Reporte Prudencial do Grupo (no que diz respeito a Crédito a Clientes). O conceito de exposição considerado para análise de concentração foi o Saldo Utilizado da operação (leia-se, o somatório do capital vencido e capital vincendo), que difere do conceito considerado para o Anexo à Instrução 5/2011 (no cálculo do Índice de Concentração Sectorial e Índice de Concentração Individual): Montante Total (somatório de saldo utilizado e limites de crédito não utilizados).

São efectuadas análises unidimensionais (Região, Família de Produto, Taxa, Garantia, Cliente, Sector de Actividade, Prazo Total e Prazo Residual) e também análises multidimensionais (Família de Produto por Região, Sector de Actividade por Região e Garantia por Família de Produto) à exposição ao Risco de Concentração. A análise multidimensional segundo a Família de Produto e Região pretende avaliar o nível de concentração da carteira de crédito a clientes sediada em cada Região do país segundo a sua distribuição por Família de Produto. A análise multidimensional segundo o Sector de Actividade e Região pretende avaliar o nível de concentração da carteira de crédito a clientes sediada em cada Região do país segundo a sua distribuição por Sector de Actividade (CAE). Dentro de cada análise multidimensional mencionada, foram seleccionados três regiões como alvo de análise de concentração. Por último, a análise multidimensional segundo Garantia e Família de Produto pretende avaliar o nível de concentração da carteira de crédito a clientes de uma determinada família de produto segundo a sua distribuição por tipo de garantia associada. Dentro desta última análise foram seleccionadas duas famílias de produto como alvo de análise de concentração.

3.1 Análise por região

Foi escolhida a variável “Região” para analisar o risco de concentração geográfica no território nacional, tendo sido considerado o Balcão Domicílio como referência da região da operação. Por região consideram-se as regiões NUTS III, do Instituto Nacional de Estatística.

Foi efectuada uma análise de correlação entre a distribuição da carteira de crédito a clientes por região e a variável “PIB” por região.

Foi igualmente efectuada uma análise de correlação entre o peso do número de Balcões GCA por região e a distribuição da carteira de crédito do GCA (SICAM) por região.

Foi ainda efectuada uma análise de correlação entre peso do crédito a clientes e a proporção da Imparidade, por região.

Considerou-se igualmente pertinente comparar ainda a distribuição da carteira de crédito do GCA (SICAM) com o sector bancário português.

3.2 Análise por família de produto

Foi efectuada uma análise de concentração à distribuição da carteira de crédito a clientes por tipo de Família de Produto.

Foi realizada uma análise de correlação entre o peso do Crédito a Clientes e a proporção da Imparidade por Família de Produto.

3.3 Análise por tipo de taxa

Foi feita uma distribuição da Carteira (Peso por tipo de Taxa: Saldo Utilizado e Produção de Crédito no corrente ano) e feita uma comparação com resultados da análise de Saldo Utilizado, Crédito Vencido e Montante Total.

3.4 Análise por garantias

A análise de concentração da carteira de crédito a clientes por tipo de Garantia toma em consideração apenas uma das Garantias disponíveis e registadas em sistema, seleccionando a mesma de acordo a sua relevância numa hierarquia estabelecida conceptualmente. Foi feita e analisada a distribuição da Carteira (Peso por tipo de Garantia: Saldo Utilizado e Produção de Crédito no corrente ano) e feita uma comparação com resultados da análise de Saldo Utilizado, Crédito Vencido e Montante Total.

Foi realizada uma análise de correlação entre o peso do crédito a clientes e o peso da Imparidade por Garantia.

3.5 Análise por tipo de cliente

Foi feita uma distribuição da Carteira (Peso por tipo de cliente: Saldo Utilizado e Produção de Crédito no corrente ano) e feita uma comparação com resultados da análise de Saldo Utilizado, Crédito Vencido e Montante Total.

Foi realizada uma análise de correlação entre o peso do crédito a clientes e o peso da Imparidade por Cliente.

Considerou-se pertinente comparar a repartição do crédito por tipo de cliente no GCA (SICAM) com o sector bancário português. Num universo de clientes Particulares e Empresas, verifica-se a seguinte distribuição do Grupo face ao mercado.

3.6 Análise por sector de actividade económica (CAE)

Foi feita uma distribuição da Carteira (Peso por secção do CAE: Saldo Utilizado e Produção de Crédito corrente ano) e feita uma comparação com resultados da análise de Saldo Utilizado, Crédito Vencido e Montante Total.

Foi realizada uma análise de correlação entre Peso do Crédito a Sociedades não Financeiras no Sector Bancário e a Carteira de Crédito GCA.

3.7 Análise por prazo total

Foi feita uma distribuição da Carteira (Peso por intervalo de Prazo Total: Saldo Utilizado e Produção de Crédito no corrente ano) e feita uma comparação com resultados da análise de Saldo Utilizado, Crédito Vencido e Montante Total.

Considerou-se pertinente comparar a repartição do crédito por prazo da operação no GCA (SICAM) com o sector bancário português.

3.8 Análise por prazo residual

Foi feita uma distribuição da Carteira (Peso por intervalo de Prazo Residual: Saldo Utilizado e Produção de Crédito corrente ano) e feita uma comparação com resultados da análise de Saldo Utilizado, Crédito Vencido e Montante Total.

3.9 Análise por dimensão de empresas

A análise por dimensão de empresas procura averiguar a concentração do crédito concedido por tipo de clientes "Empresa" no Crédito Agrícola. Nesse estudo, as empresas repartem-se por volume de negócios. As "Grandes Empresas" apresentam um volume de negócios superior a 50 milhões de euros, as "Empresas Médias" um Volume de Negócios situado entre 10 e 50 milhões, as "Pequenas" entre 2 e 10 milhões e, por fim, as "Micro Empresas" com um Volume de Negócios inferior a 2 milhões de euros.

Foi feita uma distribuição da Carteira (Peso por Dimensão da Empresa: Saldo Utilizado e Produção de Crédito no corrente ano) e feita uma comparação com resultados da análise de Saldo Utilizado, Crédito Vencido e Montante Total.

3.10 Análise por família de produto na região da grande Lisboa

A análise multidimensional segundo a Família de Produto na região da Grande Lisboa pretende avaliar o nível de concentração da carteira de crédito sediada na mesma região segundo a sua distribuição por Família de Produto.

Foram seleccionadas as regiões de Lisboa, Oeste e Algarve por serem as que apresentam maior concentração na análise unidimensional da carteira de crédito do GCA por região.

Foi feita uma distribuição da Carteira (Peso por Família de Produto em Lisboa: Saldo Utilizado e Produção de Crédito no corrente ano) e feita uma comparação com resultados da análise de Saldo Utilizado, Crédito Vencido e Montante Total.

3.11 Análise por família de produto na região do Oeste

A análise multidimensional segundo a Família de Produto na região do Oeste pretende avaliar o nível de concentração da carteira de crédito sediada nesta região segundo a sua distribuição por Família de Produto.

Foi feita uma distribuição da Carteira (Peso por Família de Produto no Oeste: Saldo Utilizado e Produção de Crédito no corrente ano) e feita uma comparação com resultados da análise de Saldo Utilizado, Crédito Vencido e Montante Total.

3.12 Análise por família de produto na região do Algarve

A análise multidimensional segundo a Família de Produto na região do Algarve pretende avaliar o nível de concentração da carteira de crédito sediada nesta região segundo a sua distribuição por Família de Produto.

Foi feita uma distribuição da Carteira (Peso por Família de Produto no Oeste: Saldo Utilizado e Produção de Crédito no corrente ano) e feita uma comparação com resultados da análise de Saldo Utilizado, Crédito Vencido e Montante Total.

3.13 Análise por sector de actividade na região de Lisboa

A análise multidimensional segundo o Sector de Actividade em Lisboa pretende avaliar o nível de concentração da carteira de crédito sediada na região de Lisboa segundo a sua distribuição por Sector de Actividade.

Foram seleccionadas as regiões de Lisboa, Oeste e Algarve por serem os que apresentam maior concentração na análise unidimensional da carteira de crédito do GCA por região.

Foi feita uma distribuição da Carteira (Peso por Sector de Actividade em Lisboa: Saldo Utilizado e Produção de Crédito no corrente ano) e feita uma comparação com resultados da análise de Saldo Utilizado, Crédito Vencido e Montante Total.

3.14 Análise por sector de actividade na região de Oeste

A análise multidimensional segundo o Sector de Actividade no Oeste pretende avaliar o nível de concentração da carteira de crédito sediada na região do Oeste, segundo a sua distribuição por Sector de Actividade.

Foi feita uma distribuição da Carteira (Peso por Sector de Actividade na região: Saldo Utilizado e Produção de Crédito no corrente ano) e feita uma comparação com resultados da análise de Saldo Utilizado, Crédito Vencido e Montante Total.

3.15 Análise por sector de actividade na região de Algarve

A análise multidimensional segundo o Sector de Actividade no Algarve pretende avaliar o nível de concentração da carteira de crédito sediada na região do Oeste, segundo a sua distribuição por Sector de Actividade.

Foi feita uma distribuição da Carteira (Peso por Sector de Actividade na região: Saldo Utilizado e Produção de Crédito no corrente ano) e feita uma comparação com resultados da análise de Saldo Utilizado, Crédito Vencido e Montante Total.

3.16 Análise por tipo de garantia para o crédito à actividade a empresas

A análise multidimensional segundo o Tipo de Garantia para créditos concedidos a empresas para financiamento da sua actividade pretende avaliar o nível de concentração da carteira de crédito desta família de produto segundo a sua distribuição por Tipo de Garantia.

Foi feita uma distribuição da Carteira (Peso por Tipo de Garantia para Crédito à Actividade de Empresas: Saldo Utilizado e Produção de Crédito no corrente ano) e feita uma comparação com resultados da análise de Saldo Utilizado, Crédito Vencido e Montante Total.

3.17 Análise por tipo de garantia para o crédito ao investimento a empresas

A análise multidimensional segundo o Tipo de Garantia para créditos concedidos a empresas com a finalidade de investimento pretende avaliar o nível de concentração da carteira de crédito desta família de produto segundo a sua distribuição por Tipo de Garantia.

Foi feita uma distribuição da Carteira (Peso por Tipo de Garantia para Crédito ao investimento a Empresas: Saldo Utilizado e Produção de Crédito no corrente ano) e feita uma comparação com resultados da análise de Saldo Utilizado, Crédito Vencido e Montante Total.

<u>Análise da concentração da carteira de recursos:</u>

4.1 Análise por região

Para analisar o risco de concentração da carteira de recursos geográfica no território nacional, a metodologia escolhida foi a variável "Região".

Foi efectuada uma análise de correlação entre o peso do número de Balcões por região e a distribuição da carteira de recursos SICAM por Região.

Foi igualmente realizada uma análise de correlação entre a Distribuição de Depósitos e Equiparados por Distrito em Portugal (Sector Bancário) e SICAM.

4.2 Análise por grupo de produto

Foi efectuada uma análise de concentração à distribuição da carteira de recursos por tipo de Grupo de Produto.

4.3 Análise por cliente

Foi efectuada uma análise de concentração à distribuição da carteira de recursos por tipo de Cliente, entre particulares e empresas, sendo estas repartidas por tipo de actividade económica.

Foi efectuada uma análise de correlação entre o entre o peso de cada tipo de Cliente em Portugal (Sector Bancário) e no GCA (SICAM).

Foi também efectuada uma análise de correlação entre os tipos de clientes de recursos em OIC e na Carteira de Recursos GCA (SICAM) por Sector Institucional.

4.4 Análise por sector actividade

Foi efectuada uma análise de concentração à distribuição da carteira de recursos por Sector de Actividade.

4.5 Análise por prazo residual

Foi efectuada uma análise de concentração à distribuição da carteira de recursos por Prazo Residual.

4.6 Análise por montante

Foi efectuada uma análise de concentração à distribuição da carteira de recursos por classe de Montante.

4.7 Análise por prazo residual para a classe de montante: 5 a 25 mil euros

Foi efectuada uma análise multidimensional de concentração à distribuição da carteira de recursos associada à classe de Montante de 5 a 25 Mil € por Prazo Residual.

Foram seleccionadas as classes de montante com concentração significativa, segundo a respectiva análise unidimensional.

4.8 Análise por prazo residual para a classe de montante: 25 a 50 mil euros

Foi efectuada uma análise multidimensional de concentração à distribuição da carteira de recursos associada à classe de Montante de 25 a 50 Mil € por Prazo Residual.

Foram seleccionadas as classes de montante com concentração significativa, segundo a respectiva análise unidimensional.

Análise da concentração de risco de liquidez:

A análise de Risco de Concentração foi efectuada para as rubricas de Balanço SICAM. O conceito de exposição considerado para análise de concentração foi o *cash flow* à data de 31 de Dezembro de 2013.

São efectuadas análises segundo a maturidade residual das rubricas de Activo, Passivo e Gap de Liquidez.

1. ANÁLISE DO ACTIVO

O total do Activo foi analisado sob a perspectiva da sua maturidade residual. O mesmo foi feito para as suas rubricas mais representativas/ concentradas.

2. ANÁLISE DO PASSIVO

O total do Passivo foi analisado sob a perspectiva da sua maturidade residual. O mesmo foi feito para as suas rubricas mais representativas/ concentradas.

3. ANÁLISE DO GAP DE LIQUIDEZ

O Gap de Liquidez foi analisado sob a perspectiva da sua maturidade residual (Gap Positivo e Gap Negativo).

Riscos específicos da actividade seguradora

As empresas de seguros assumem riscos através dos contratos de seguros, os quais classificamos na categoria do risco específico de seguros.

Natureza do risco específico de seguros

O risco específico de seguros inclui os riscos inerentes à comercialização de contratos de seguro, associados ao desenho de produtos e respectiva tarifação, ao processo de subscrição e de provisionamento das responsabilidades e à gestão dos sinistros e do resseguro. São aplicáveis a todos os ramos de actividade e podem subdividir-se em diferentes sub-riscos:

a) Risco de desenho dos produtos: risco de a empresa de seguros assumir exposições de risco decorrentes de características dos produtos não antecipadas na fase de desenho e de definição do preço do contrato.

b) Risco de prémios: relacionado com sinistros a ocorrer no futuro, em apólices actualmente em vigor, e cujos prémios já foram cobrados ou estão fixados. O risco é o de os prémios cobrados ou já fixados poderem vir a revelar-se insuficientes para a cobertura de todas as obrigações futuras resultantes desses contratos (subtarifação).

c) Risco de subscrição: risco de exposição a perdas financeiras relacionadas com a selecção e aprovação dos riscos a segurar.

d) Risco de provisionamento: é o risco de as provisões para sinistros constituídas venham a revelar-se insuficientes para fazer face aos custos com sinistros já ocorridos.

e) Risco de sinistralidade: é o risco de que possam ocorrer mais sinistros do que o esperado, ou de que alguns sinistros tenham custos muito superiores ao esperado, resultando em perdas inesperadas.

f) Risco de retenção: é o risco de uma maior retenção de riscos (menor protecção de resseguro) poder gerar perdas devido à ocorrência de eventos catastróficos ou a uma sinistralidade mais elevada.

Existe ainda o risco catastrófico, o qual resulta de eventos extremos que implicam a devastação de propriedade, ou a morte/ferimento de pessoas, geralmente devido a calamidades naturais (terramotos, furacões, inundações). É o risco de que um evento único, ou uma série de eventos de elevada magnitude, normalmente num período curto (até 72 horas), implique um desvio significativo no número e custo dos sinistros, em relação ao que era esperado.

Gestão do risco específico de seguros

O risco específico de seguros é gerido pela Companhia através da implementação de processos operacionais, com controlos preventivos e detectivos embebidos, com elevada automatização, utilizando pessoal qualificado e com responsabilidades atribuídas aos directores de topo:

a) Desenho dos produtos (novos e alterações aos existentes) e tarifação, no âmbito do qual são identificados os riscos resultantes das coberturas e capitais seguros, definidos os sistemas de determinação dos prémios, verificada a adequação do programa de resseguro associado aos novos produtos, verificado o cumprimento das normas legais e regulamentos internos, efectuado um programa de testes completo, definido o plano de formação e contratação de serviços em outsourcing associados ao novo produto. As tarifas aplicadas aos riscos são ajustadas em função de factores de tarifação, que permitem avaliar o nível de risco associado a cada contrato de seguro, o que é determinado com base em estudos técnico-actuariais.

b) Distribuição e gestão da carteira de riscos, no âmbito do qual são definidas as políticas de subscrição, os níveis de delegação de poderes na aceitação de riscos, os sistemas de incentivos à venda e à subscrição de novos seguros e os procedimentos de gestão da carteira e de revisão de prémios. As regras de aceitação de riscos são parametrizadas nos sistemas informáticos de suporte, bem como fixados mecanismos de impedimento e alerta sempre que alguma dessas

regras seja violada. A aceitação de condições de excepção/interditas compete à Área de Subscrição.

c) Provisionamento, no âmbito do qual são geridas e definidas as provisões técnicas, assegurando a cobertura das obrigações da Companhia perante os segurados e sinistrados, com base em estudos de adequação das provisões regularmente preparados pela Actuária Responsável.

d) Gestão de sinistros, no âmbito do qual são efectuados os pagamentos de indemnizações a sinistrados, assegurando: (i) o tratamento e gestão dos sinistros de forma atempada; (ii) a rápida prestação de assistência aos sinistrados; (iii) o cumprimento rigoroso das leis, normas regulamentares e regulamentos internos; (iv) a minimização do custo médio dos sinistros, sem comprometer o tratamento justo de todos os reclamantes e sinistrados.

e) Gestão do resseguro, no âmbito do qual é efectuada a especificação, implementação, monitorização, reporte e controlo dos tratados e outras condições acordadas com as resseguradoras; a política de resseguro desempenha um papel central na mitigação dos riscos específicos de seguros, permitindo uma maior estabilização de resultados e dos níveis de solvência, a utilização mais eficiente dos capitais disponíveis e aumentar a capacidade de aceitação de riscos da Companhia.

A gestão do risco específico de seguros é ainda suportada pela realização de estudos diversos pelo Gabinete Técnico e pela Actuária Responsável, que analisam a adequação das tarifas, identificam os tipos de risco e segmentos mais rentáveis, e determinam os valores adequados para as provisões técnicas.

Justo valor de activos e passivos financeiros

A comparação entre o justo valor e o valor de balanço dos principais activos e passivos, em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, é apresentado no quadro seguinte (montantes em milhares de Euros):

	2013				
	Saldos Analisados			Saldos não analisados	Valor de balanço Total
	Valor de balanço	Justo valor	Diferença	Valor de balanço	
Activo					
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	384.781	384.781	-	-	384.781
Disponibilidades em outras instituições de crédito	81.832	81.832	-	-	81.832
Aplicações em Instituições de Crédito	32.031	32.382	351	-	32.031
Crédito a Clientes (saldo liquido)	7.333.134	7.194.163	(138.970)	138.856	7.471.990
	7.831.777	7.693.158	(138.619)	138.856	7.970.633
Passivo					
Recursos de bancos centrais	1.262.845	1.262.845	-	-	1.262.845
Recursos de OICs	95.679	95.919	240	4.388	100.067
Recursos de clientes e outros empréstimos	10.111.596	10.117.852	6.256	10.947	10.122.543
Outros passivos subordinados	133.404	133.998	594	-	133.404
	11.603.523	11.610.614	7.091	15.335	11.618.858

	2012				
	Saldos Analisados			Saldos não analisados	Valor de balanço Total
	Valor de balanço	Justo valor	Diferença	Valor de balanço	
Activo					
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	433.907	433.907	-	-	433.907
Disponibilidades em outras instituições de crédito	79.545	79.545	-	-	79.545
Aplicações em Instituições de Crédito	122.721	125.232	2.511	-	122.721
Crédito a Clientes (saldo liquido)	7.417.492	7.385.897	(31.595)	242.661	7.660.153
Investimentos a deter até a maturidade	2.760.551	2.807.347	46.796	-	2.760.551
	10.814.216	10.831.928	17.712	242.661	11.056.877
Passivo					
Recursos de bancos centrais	1.907.790	1.907.790	-	-	1.907.790
Recursos de OICs	232.219	235.356	3.137	8.009	240.228
Recursos de clientes e outros empréstimos	10.068.292	10.102.212	33.920	44.532	10.112.824
Outros passivos subordinados	128.835	129.345	510	-	128.835
	12.337.136	12.374.703	37.567	52.541	12.389.677

As principais considerações sobre o justo valor dos activos e passivos financeiros são as seguintes:

- Relativamente aos saldos à vista, considerou-se que o valor de balanço corresponde ao justo valor;
- Relativamente aos investimentos a deter até à maturidade, utilizou-se o *bid* de mercado máximo efectivo de uma pool de 10 contrapartes;
- O justo valor dos restantes instrumentos foi determinado pela Caixa Central com base em modelos de fluxos de caixa descontados, tendo em consideração as condições contratuais das operações e utilizando taxas de juro apropriadas face ao tipo de instrumento, incluindo:
  a) Taxas de juro de mercado para "Aplicações em Instituições de Crédito" e "Outros Passivos Subordinados";
  b) Taxa de juro praticadas nas operações concedidas pela Caixa Central para tipos de créditos comparáveis;
  c) Taxas de juro de referência para emissão de produtos para colocação no retalho.
  d) Taxas de juro praticadas nas operações intra-grupo realizadas ao abrigo do Regime Jurídico do Crédito Agrícola, designadamente tomada de recursos das Caixas Associadas para aplicação centralizada na Caixa Central.

Foram utilizadas curvas especificas para as rubricas de "Crédito a Clientes", "Aplicações em outras instituições de crédito" e "Recursos de outras instituições de crédito" que tiveram por base a aplicação sobre a curva Euribor/SWAP a 31 de Dezembro de 2013 dos *spreads* médios das operações efectuadas nos últimos 3 meses até 31 de Dezembro de 2013. As taxas aplicadas foram as seguintes:

	Euribor - Euribor / Swap	Spread Crédito Particulares	Spread Crédito Negócio	Spread Crédito Habitação	Spread Recursos Clientes	Spread Recursos OIC's
1 day (overnight)	0,45%					
1 month(s)	0,23%					
2 month(s)	0,27%					
3 month(s)	0,29%					
4 month(s)	0,33%					
5 month(s)	0,36%					
6 month(s)	0,39%					
9 month(s)	0,49%					
12 month(s)	0,56%	6,35%	5,60%	2,01%	1,35%	0,10%
2 year(s)	0,53%					
3 year(s)	0,75%					
4 year(s)	1,01%					
5 year(s)	1,27%					
8 year(s)	1,87%					
10 year(s)	2,16%					
15 year(s)	2,59%					
20 year(s)	2,72%					
30 year(s)	2,74%					

Como previsto na norma IFRS7 e para efeitos de apresentação, os instrumentos financeiros registados em balanço ao justo valor são classificados com a seguinte hierarquia:

Nível 1 – Cotações em mercado activo

Neste nível englobam-se os instrumentos financeiros valorizados com base em preços de mercados activos (*bids* executáveis) divulgados através de plataformas de negociação.

Nível 2 – Técnicas de valorização baseadas em dados de mercado

Neste nível são considerados os instrumentos financeiros valorizados com recurso a modelos internos que utilizam dados observáveis no mercado, nomeadamente curvas de taxas de juro ou taxas de câmbio.

Nível 3 – Técnicas de valorização utilizando inputs não baseados em dados observáveis em mercado

Englobam-se neste nível os instrumentos financeiros valorizados de acordo com metodologias de valorização internas considerando essencialmente inputs não observáveis em mercado e com impacto significativo na valorização do instrumento ou valorizados com base em *bids* indicativos calculados por terceiros através de modelos de valorização.

Em 31 de Dezembro de 2013, a forma de apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros reflectidos nas demonstrações financeiras, pode ser resumida como se segue:

Em 31 de Dezembro de 2013, a forma de apuramento do Justo Valor dos Instrumentos Financeiros, reflectidos nas Demonstrações Financeiras, pode ser resumida como se segue:

	valorizados ao custo histórico (1)	Cotações em mercado activo	Técnicas de Valorização		Total
			Dados de mercado (3)	Modelos (4)	
Activos financeiros detidos para negociação	-	776.359	22.755.000	-	23.531.359
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	30.785.624	-	-	30.785.624
Activos financeiros disponíveis para venda	31.111.682	4.913.517.110	-	42.451.959	4.987.080.751
	31.111.682	4.945.079.093	22.755.000	42.451.959	5.041.397.734
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	514.933	-	514.933
	-	-	514.933	-	514.933

(1) Títulos não cotados para os quais não é possível determinar de forma fiável o justo valor.

(2) Para além dos instrumentos financeiros cotados em Bolsas de Valores, esta categoria inclui os títulos valorizados com base em preços de mercados activos divulgados através de plataformas de negociação (Nível 1).

(3) Valorização baseada em taxas de mercado, nomeadamente curvas de taxas de juro, curvas de *swap* e taxas de câmbio (Nível 2).

(4) Correspondem a títulos valorizados através de *Bids* indicativos informados pelo emissor (Nível 3). A totalidade do valor corresponde aos títulos de divida subordinada "Banco Finantia Internacional".

No exercício de 2013 e 2012, não houve reclassificações entre níveis nem entre categorias de activos financeiros, com excepção da reclassificação da totalidade da carteira de investimentos detidos até à maturidade para a carteira de activos financeiros disponíveis para venda.

No que concerne à dívida soberana, a totalidade da carteira encontra-se registada na carteira de activos financeiros disponíveis para venda e desagrega-se por país, conforme quadro explicativo:

	OAFJVAR		AFDV	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
Portugal	53.000	53.152	862.800.922	852.640.529
Áustria	0	0	9.950.000	10.410.797
Bélgica	0	0	30.800.000	31.744.898
Espanha	0	0	1.129.845.000	1.210.045.414
França	0	0	35.240.000	37.462.901
Irlanda	0	0	24.980.000	27.439.109
Itália	0	0	866.350.000	936.965.605
Alemanha	0	0	30.200.000	30.828.689
Holanda	0	0	17.555.000	18.199.314
Polónia	0	0	1.750.000	1.963.536
Totais	53.000	53.152	3.009.470.922	3.157.700.792

No ano anterior de 2012, a divida soberana encontrava-se dividida pela carteira de activos financeiros disponíveis para venda e a carteira de investimentos detidos até à maturidade:

	AFDN		OAFJVAR		AFDV		IDM	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
Portugal	10.974	10.944	28.000	27.720	1.543.219.119	1.534.944.520	1.458.727.218	1.412.442.896
Áustria	0	0	0	0	10.575.000	11.855.267	3.000.000	3.224.756
Bélgica	0	0	0	0	7.385.000	8.597.049	10.250.000	10.337.765
Espanha	0	0	0	0	100.750.000	100.282.999	91.795.000	89.633.902
França	0	0	0	0	48.300.000	52.761.019	9.900.000	10.283.975
Irlanda	0	0	0	0	0	0	34.980.000	32.169.251
Itália	0	0	0	0	11.250.000	11.724.045	34.980.000	33.192.091
Alemanha	0	0	0	0	64.210.000	69.437.244	0	0
Holanda	0	0	0	0	37.740.000	41.201.231	0	0
Canadá	0	0	0	0	2.500.000	3.058.231	0	0
Finlândia	0	0	0	0	11.250.000	12.898.850	0	0
Luxemburgo	0	0	0	0	1.000.000	1.036.707	0	0
Polónia	0	0	0	0	1.750.000	1.920.992	0	0
Totais	10.974	10.944	28.000	27.720	1.839.929.119	1.849.718.154	1.643.632.218	1.591.284.636

48. FUNDOS PRÓPRIOS CONSOLIDADOS

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o detalhe dos fundos próprios do Grupo Crédito Agrícola apresenta-se de seguida:

	2013	2012
Fundos próprios de base	967.262.361	1.011.095.766
Fundos próprios complementares	49.715.108	52.649.980
Deduções	(103.485.521)	(71.313.347)
Fundos próprios totais	913.491.949	992.432.399
Riscos ponderados totais	8.495.338.975	9.087.939.516
Rácio Core Tier 1	11,9%	11,6%
Rácio TIER I	11,4%	11,1%
Rácio TIER II	0,6%	0,6%
Rácio de solvabilidade	10,8%	10,9%

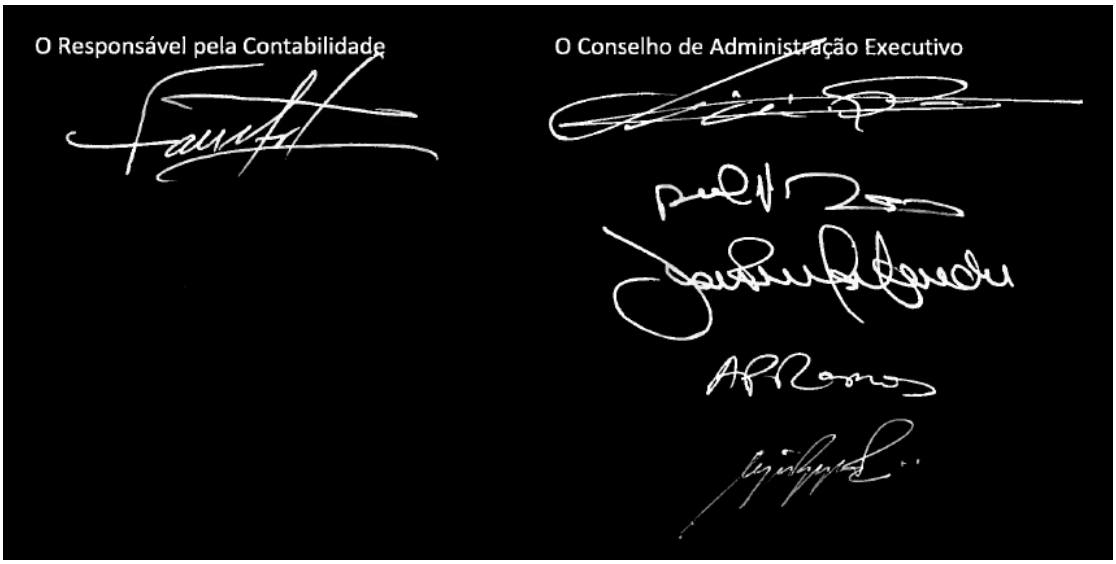
Com o Programa de Assistência Económica e Financeira, acordado no segundo trimestre de 2011 com o FMI, o BCE e a Comissão Europeia, as exigências ao nível da solvabilidade têm vindo a ser cada vez maiores, passando a ser dada uma maior ênfase ao rácio solvabilidade Core Tier 1, que corresponde à divisão do capital de maior qualidade e mais valorizado nos mercados como indicador da solidez financeira de uma instituição bancária, pelo total de activos ponderados pelo risco.

O Crédito Agrícola igualmente tem evidenciado ao longo do tempo um rácio de solvabilidade Core Tier 1 confortável, acima dos níveis mínimos de 10% (Aviso nº 3/2011 Banco de Portugal), sendo o rácio de 11,9% obtido em Dezembro 2013 (contra 11,6% em Dezembro de 2012), reflexo da estabilidade e robustez dos capitais próprios do Grupo.

Igualmente acima do nível mínimo de 8% definido pelo Banco de Portugal (Aviso nº 5/2007), está o rácio de Solvabilidade Global de 11% registado em Dezembro de 2013.

49. EVENTOS SUBSEQUENTES

À data da aprovação das presentes Demonstrações Financeiras pelo Conselho de Administração Executivo da Caixa Central, não se verificava nenhum evento subsequente a 31 de Dezembro de 2013, data de referência das referidas Demonstrações Financeiras, que exigissem ajustamentos ou modificações dos valores dos activos e dos passivos, nos termos da IAS 10 - Acontecimentos após a data do balanço.



CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

Building a better working world

Ernst & Young
Audit & Associados - SROC, S.A.
Avenida da República, 90-6º
1600-206 Lisboa
Portugal

Tel: +351 217 912 000
Fax: +351 217 957 586
www.ey.com

Certificação Legal das Contas Consolidadas

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas da Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo ("Caixa Central"), Caixas de Crédito Agrícola Mútuo Associadas e Subsidiárias ("Grupo Crédito Agrícola"), as quais compreendem o Balanço Consolidado em 31 de Dezembro de 2013 (que evidencia um total de 14.620.576.269 Euros e um total de capital próprio de 1.141.018.510 Euros, incluindo um resultado líquido negativo de 2.941.419 Euros), a Demonstração dos Resultados Consolidados por naturezas, a Demonstração do Rendimento Integral Consolidado, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio Consolidado e a Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidados do exercício findo naquela data, e o Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração Executivo da Caixa Central a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas englobadas na consolidação, o resultado consolidado e o rendimento integral consolidado das suas operações, as alterações no seu capital próprio consolidado e os seus fluxos de caixa consolidados, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados.

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

- a verificação de as demonstrações financeiras das entidades englobadas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;

- a verificação das operações de consolidação;

- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;

- a verificação da aplicabilidade do princípio de continuidade; e

- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão consolidado com as demonstrações financeiras consolidadas.

6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião as demonstrações financeiras consolidadas referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada do Grupo Crédito Agrícola, em 31 de Dezembro de 2013, o resultado e o rendimento integral consolidado das suas operações, as alterações no seu capital próprio consolidado e os seus fluxos consolidados de caixa consolidados no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adoptadas na União Europeia.

Building a better working world

Relato sobre outros requisitos legais

8. É também nossa opinião que a informação financeira constante do Relatório de Gestão consolidado é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas do exercício.

Lisboa, 12 de Maio de 2014

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (nº 178)
Representada por:

Ana Rosa Salcedas

Ana Rosa Ribeiro Salcedas Montes Pinto (ROC nº 1230)

PARECER DO CONSELHO CONSULTIVO

O Conselho Consultivo da Caixa Central vem nos termos da alínea g) do artigo 37º dos Estatutos da Caixa Central, emitir o seu parecer sobre o Relatório e Contas Consolidado do Sistema Integrado do Crédito Agrícola Mútuo (SICAM) para o exercício de 2013. Tendo por base o documento que irá ser analisado discutido e votado em Assembleia Geral Ordinária do SICAM, a levar a efeito no próximo dia 31 de Maio, os membros do Conselho Consultivo emitem o presente parecer.

O referido documento traduz de forma adequada e verdadeira o desempenho do Sistema Integrado do Crédito Agrícola Mútuo (SICAM) e do Grupo Crédito Agrícola, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

Relativamente aos factos mais relevantes da actividade do Crédito Agrícola em 2013, registamos as três principais áreas de intervenção, a saber; 1- Programa Reestruturação da Caixa Central e de Transformação do Grupo Credito Agrícola; 2 - Lançamento de 12 iniciativas de transformação da Caixa Central; 3 – Avaliação da estratégia global da Caixa Central, no decorrer do 2º semestre de 2013.

Registamos o lançamento e prossecução do Programa Reestruturação da Caixa Central e de Transformação do Grupo Credito Agrícola nas dimensões organizacional e estrutural da Caixa Central e CA Serviços que contemplam a aplicação de 12 medidas.

Registamos o lançamento de 12 iniciativas de transformação da Caixa Central cobrindo a estrutura organizativa, comercial, estratégia para o Banco Urbano, comunicação institucional, análise de risco e recuperação de crédito, SI/TI, nova estratégia para as seguradoras, estratégia imobiliária, capital e instrumentos de gestão de balanço, implementação da estratégia de compras do Grupo, adaptação do novo regime jurídico e sua evolução para Grupo Financeiro Universal e aceleração do processo de fusão das Caixas.

Na sequência das medidas implementadas, registamos ainda os primeiros resultados visíveis, como avaliação desta estratégia global, no decorrer do 2º semestre.

O Resultado Líquido do SICAM a 31 de Dezembro de 2013 apresenta um decréscimo de 96%, quando comparado com o exercício anterior, fixando-se em 1,5 milhões de euros. Contribuíram decisivamente para este resultado da atividade bancária do SICAM, a quebra da margem financeira (-21,2%) e o reforço do provisionamento (+24%) quer para cobertura de crédito vencido, quer para cobertura da desvalorização de imoveis.

A combinação da forte contração da atividade bancária do Grupo, conjugada com os resultados negativos apresentados pelos Fundos Imobiliários, está na origem do prejuízo de 2,9 milhões de euros, apresentado pelo Grupo Crédito Agrícola no encerramento das contas de 2013.

Neste cenário pouco favorável para a atividade bancária, merece destaque o facto da margem complementar, ter apresentado um comportamento positivo, crescendo 1,5% ou seja 2 milhões de euros em comparação com ano de 2012.

Registamos o esforço levado a cabo pela Caixa Central e algumas empresas instrumentais do grupo, no sentido de desenvolverem modelos e ferramentas de suporte à gestão do risco e ao cálculo de imparidades e de fundos próprios, para responder não só às solicitações do Programa Especial de Inspeções promovido pela Troika, como para a adequação do negócio às imposições do BdP, CMVM e EBA, com especial incidência para a áreas da Auditoria Interna, Compliance e de Risco Global da Caixa Central.

Registamos a definição e implementação de novas orientações para as Caixas Agrícolas emanadas pelo DFOA nas áreas da gestão de risco de crédito, e da garantia da consolidação económico-financeira das Caixas Associadas, na sequência das novas exigências das entidades de supervisão, com o recurso ao desenvolvimento e atualização de ferramentas como o DFOA Online entre outras, para a fiscalização e acompanhamento da evolução do SICAM.

Registamos também a ação desenvolvida pela Caixa Central na promoção de fusões e a intervenção em sete Caixas Associadas, durante o exercício em análise, no termos do RJCAM.

Registamos a criação de áreas Corporativas como o Planeamento e Controlo Interno; o Compliance; a Comunicação e Relações Institucionais e ainda o reforço do Marketing orientado por segmentos a funcionar junto da rede comercial do Grupo.

Registamos ainda as ações de divulgação da marca e do Slogan do Crédito Agrícola, a dinamização dos meios eletrónicos, a posição confortável no relatório da Supervisão Comportamental do BdP, a eficiência de custos, o lançamento do canal Multi-bancário, a estabilidade da remuneração de excedentes das Caixas Agrícolas pela Caixa central e o estudo de otimização do tratamento e da recuperação do IVA incorrido no âmbito do SICAM.

A actividade do Grupo Crédito Agrícola confrontou-se durante o ano de 2013 com o processo de ajustamento da banca nacional, através do resgate de recapitalização a que a maioria dos bancos aderiu. A liquidez assim injetada na banca, veio de certa forma resfriar a agressividade sobre os recursos captados.

No entanto as políticas restritivas implementadas, os cortes no rendimento dos funcionários públicos e nas pensões, o aumento da carga fiscal e a ausência de investimento público, encontraram no arrefecimento da economia a resposta a estas medidas. O encerramento das pequenas e médias empresas que contribuíram decisivamente para o aumento vertiginoso do desemprego e o fluxo anormal de emigração, tiveram impacto direto no aumento do incumprimento por parte dos mutuários, tendo o crédito vencido na banca atingido valores históricos.

O esforço adicional de provisionamento na banca e a desvalorização dos imóveis recebidos em dação em pagamento, foram determinantes para a degradação das condições de exploração.

Adicionalmente estes imóveis colocam uma pressão constante sobre os balanços dos bancos, através dos mecanismos de consumo de capital.

Mesmo assim, o SICAM continua a apresentar rácios de crédito vencido inferiores à generalidade dos bancos, feitas as devidas correções em termos de grandes mutuários, situação que não se aplica no caso do Crédito Agrícola.

Os custos de estrutura da Caixa Central registam uma redução de 0,4% quando comparados com o ano de 2012, passando de 303,5 milhões para 302,4 milhões de euros. Convém no entanto referir que expurgando os fatores ocasionais, a redução verificada situa-se ao nível dos 4% ou seja uma poupança esperada de 4 milhões de euros.

O impacto da reorganização ao nível dos custos de estrutura só se sentirá efetivamente de 2014 em diante, momento em que os fatores ocasionais deixarão de se repercutir.

Pese embora as difíceis condições de exploração do mercado segurador, merece referência o desempenho das nossas Seguradoras CA Seguros e CA Vida, que para além da contribuição do comissionamento garantido às Caixas Agrícolas para reforço das suas contas de exploração, registaram lucros de 2,6 e 5,9 milhões de euros respetivamente, ou seja um total de 8,5 milhões de euros, que representam uma importante contribuição para as contas consolidadas do Grupo Crédito Agrícola. Este resultado deve-se também, ao grande empenho da Caixas e seus colaboradores na colocação destes produtos junto dos nossos clientes.

O Grupo Crédito Agrícola continua a apresentar um conjunto de indicadores bastante favoráveis, atingindo no final do ano de 2013, um rácio de solvabilidade consolidado (Core Tier 1) de 11,9% para o SICAM e 11,4% para o Grupo, um rácio de transformação de 80,1%, demonstrando uma solidez económica com capacidade para absorver impactos ocasionais e uma solidez financeira que permite ao Crédito Agrícola posicionar-se como o banco em melhores condições de apoiar o relançamento da economia com especial ênfase para a economia local, através da aplicação dos seus excedentes.

É o que nos oferece transmitir à Assembleia Geral sobre o Relatório e Contas Consolidadas do Grupo Crédito Agrícola, sobre a situação conjuntural da economia e do nosso Grupo, bem como solicitar, após análise e discussão, a competente aprovação por parte das Caixas Associadas.

Lisboa, 05 de Maio de 2014

O Conselho Consultivo

Caixa de Crédito Agrícola de Albufeira (Presidente)
João Manuel Correia da Saúde



Caixa de Crédito Agrícola de Alenquer
Hélio José de Lemos Rosa



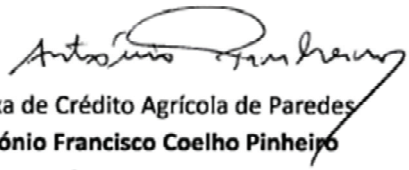
Caixa de Crédito Agrícola de Beja e Mértola
Francisco José Salgueiro Correia



Caixa de Crédito Agrícola de Estremoz, Monforte e Arronches
Normando António Gil Xarepe



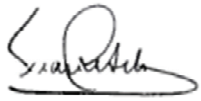
Caixa de Crédito Agrícola de Lourinhã
António Augusto Nascimento Mateus



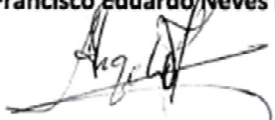
Caixa de Crédito Agrícola de Paredes
António Francisco Coelho Pinheiro



Caixa de Crédito Agrícola de Silves
José Manuel Guerreiro Estiveira Gonçalves



Caixa de Crédito Agrícola de Vale do Távora e Douro
Francisco Eduardo Neves Rebelo



Caixa de Crédito Agrícola de Zona do Pinhal
Ângelo de Jesus Antunes



Caixa de Crédito Agrícola de Região de Bragança e Alto Douro, por inerência, nos termos do nº 2 do artigo 35º dos Estatutos da Caixa Central.
Adriano Augusto Diegues